Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

#18
30 DE SETEMBRO
A 13 DE OUTUBRO
DE 2026

OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



Prêmio Nobel da Paz 2026 foi concedido à jurista sul-africana **Navi Pillay**, que reportou o genocídio em Gaza por parte de Israel ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Trump é frustrado mais uma vez.



Segundo turno das eleições presidenciais no Brasil dia 25 de outubro confronta propostas diametralmente opostas de Lula e Bolsonaro para "política exterior e inserção global", analisadas neste fascículo dos Cadernos.



A Cúpula Mundial da Saúde (World Healh Summit) foi realizada em Berlim, de 11 a 13 de outubro, com mais de 75 sessões e cerca de 400 palestrantes, para discutir prioridades globais em saúde, abordagens políticas, novas evidências e oportunidades de cooperação.



OMS lança Guia sobre o *Manejo Integrado de Obesidade em Crianças*, uma doença crônica que cresce em progressão geométrica, lado a lado com a fome e a desnutrição infantil (e de adultos), que também continua como problema global. Leia mais em artigos deste fascículo dos Cadernos.



Assembleia Geral das Nações Unidas 81 continua suas deliberações na sede principal de Nova York até dezembro, por meio de suas Comissões constitucionais. Reformas na ONU e na OMS também continuam na agenda das organizações multilaterais.

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

22 – Propostas diametralmente opostas na eleição presidencial no Brasil: preservar direitos humanos, políticas sociais soberania nacional – *Santiago Alcázar*

34 – Levando a sério o direito ao desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos no Nobel da Paz 2026 – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

45 – O World Health Summit 2026– *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

56 – Um forte El Niño, os efeitos do calor e a contaminação química – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

66 – O Trabalho e o Emprego em um Contexto de uma "Crise de Crises" em Cuba: mais evidências para o fim imediato do embargo – *Frederico Peres*

78 – Eleições e migrações no Brasil e no mundo – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

84 – Recomendações sobre o Manejo Integrado da Obesidade em Crianças e Adolescentes – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

100 – Os avanços e desafios no enfrentamento da obesidade infantojuvenil global – *Eduardo Nilson, Felipe Neves e Denise Oliveira e Silva*

121 – A Implementação da Inteligência Artificial Domina as Projeções Econômicas Regionais do Banco Mundial – *Isis Pillar Cazumbá*

127 – Comércio mundial em 2026 orientado pela IA, Brasil em 53º no Global Innovation Index e serviços no combate à poluição plástica – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

146 – Saúde global: desigualdades e desafios do financiamento e da cooperação internacional – *Diana Zeballos, Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

168 – Vozes do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro, Ana Luiza Moreno e Beatriz Araujo*

198 – G20, G7 e OCDE: Deliberações do G20 sobre Abundância Energética e Mobilização contra o Ebola | G7: a crise do diesel e a fratura sobre o TPI | Educação, investimentos e saúde pautam a quinzena da OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar*

216 – BRICS 2027: o que esperar da presidência chinesa – *Claudia Hoirisch*

220 – América Latina em 2026: Competição Geopolítica, Vulnerabilidades Sociais e Desafios para a Autonomia Regional – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

240 – Geopolítica, Saúde e Arquiteturas Regionais na América Latina e no Caribe – *Sebastián Tobar*

258 – África na governança global: representação, paz e integração regional – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

275 – Liga Árabe e Organização da Cooperação Islâmica – *Laura Tavares Soares*

291 – Uma obstetra para a OMS – *André Costa Lobato, Amanda Ribeiro Lopes, Fernanda Pinheiro Filgueiras e Victor Lenzi*

Estante, Editores e Autores, Produtos e Ficha Catalográfica

301 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

303 – Editores e autores dos cadernos

308 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

309 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 18/2026

30 de setembro a 13 de outubro de 2026

Sumário Executivo



O segundo turno das eleições brasileiras, que se realiza em 25/10, coloca em confronto duas propostas de governo diametralmente opostas, inclusive em **saúde** e em **política exterior**, as quais procuramos explorar neste fascículo 18 dos Cadernos, pois são as duas que interessam mais diretamente aos objetos centrais das nossas reflexões no *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*. De fato, a orientação da *política exterior brasileira* jamais teve duas visões tão diametralmente opostas entre as candidaturas concorrentes às eleições presidenciais brasileiras (e pela composição do Senado Federal que se configura) como nesta eleição de 2026. Por exemplo, o grau de rejeição de uma (a de Lula) e a disposição da adesão de outra (a de Bolsonaro) à política exterior dos EUA para a Região – expressa no documento *Estratégia de Segurança Nacional* (2025-National-Security-Strategy.pdf) de dezembro de 2025, que revive formalmente a *Doutrina Monroe* (1823) sob uma releitura conhecida como "*Corolário Trump*" ou "*Doutrina Donroe*"– é gritante. A frase usada por Lula na ONU de que 'o Brasil não cabe no quintal de ninguém' e a adesão prometida por Bolsonaro ao '*Escudo das Américas*' trumpista (derivado da mencionada *Estratégia*) não podem expressar melhor estas diferenças. O grande bloco de países governados pela extrema-direita na região confere ainda maiores estímulos e facilidades para mudanças abissais na política exterior em caso de vitória da oposição bolsonarista na eleição de 25 de outubro no Brasil.

Alcázar analisa e reproduz na íntegra os conteúdos sobre *política exterior e inserção global* contidas em ambas as propostas de governo dos candidatos Lula Lula — Propostas de Governo — Tribunal Superior Eleitoral e Bolsonaro Flavio Bolsonaro — Propostas de Governo — Tribunal Superior Eleitoral, depositadas oficialmente no TSE.

De outro lado, coincidência ou não, outra eleição levam os estudiosos a vislumbrar possibilidades de que o jogo político internacional se embaralhe: a **eleição de meio-período (*midterms*) nos EUA**, que renovará toda a Câmara e 1/3 do Senado americano, em 3 de novembro próximo. O sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*) dos poderes, vigente no sistema político dos EUA desde sempre, pode levar à contenção, pelo Congresso, de diversas aspirações do executivo trumpista, muito particularmente em matéria de política exterior, incluindo conflitos militares, migração e intervenções, particularmente em relação à América Latina e Caribe (e o Brasil), e no Oriente Médio.

World Health Fórum

O **World Health Summit 2026** **(WHS)** se realizou de 11 a 13 de outubro de 2026 em Berlim, Alemanha, presencialmente e online. Seu tema geral foi *"From Crisis to Resilience: Innovating for Health" (Da Crise à Resiliência: Inovando para a Saúde*), que se desdobrou em contribuições ao redor dos seguintes eixos: Arquitetura Global de Saúde; Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemia; Equidade em Saúde para Mulheres, Crianças e Jovens; Sistemas de Saúde Preparados para o Futuro; Conflito e Saúde e Fatores ambientais da saúde. Contou com mais de 4 mil participantes presenciais e estimados 40 mil participantes online, com mais de 75 sessões e mais de 400 palestrantes e painelistas. Reuniu líderes da política, ciência, sociedade civil e setor privado, de diversos países do mundo. Um dos documentos mais esperados, lançado durante o WHS 2026 foi o *relatório final do Global Preparedness Monitoring Board (GPMB)*, que reúne oito anos de monitoramento independente e propõe as bases para um novo mecanismo global de monitoramento do risco pandêmico. Já um resumo do último WHS (2025) encontra-se em: 251202_whs_summitreport-digital-03.pdf. ***Reges, Bermudez e Galvão*** analisam as principais questões debatidas no evento.

Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do **Grupo Banco Mundial (GBM)**

Com impacto indireto, mas importante para a saúde humana e planetária, registramos as *Reuniões Anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Grupo Banco Mundial (GBM),* que se realizaram em Bancoc, Tailândia, com a participação de mais de 15 mil delegados, incluindo ministros das finanças, governadores de bancos centrais, líderes do setor privado, acadêmicos e representantes da sociedade civil de 191 países. Os temas centrais abordados incluíram, entre outros, o enfrentamento de conflitos geopolíticos, protecionismo comercial, volatilidade energética, capacitação (*upskilling*) para mudanças econômicas globais, resiliência contra desastres climáticos (secas, inundações etc.) e, obviamente, os rumos da IA na economia global, produtividade e no mercado de trabalho.

Os encontros do FMI e do GBM são estruturados em torno de *relatórios analíticos* que servem de base para os debates e resultam em compromissos políticos de governança global. Os principais documentos em debate são os seguintes: 1) *World Economic Outlook* com o tema "*Resiliência sob Pressão, Escolhas Urgentes*" https://www.imf.org/-/media/files/publications/weo/2026/october/english/text.pdf e 2) *Global Financial Stability Report,* com o tema "*Resiliência, Risco e Transformação*", https://www.elibrary.imf.org/display/book/9798229055673/9798229055673.xml?cid=578150-com-dsp-crossref

A sociedade civil esteve presente, com posições muito críticas, a exemplo da *Fight Inequality*, que apresentou posições e reivindicações contidas em: https://fightinequality.org/pt/blog/cancelar-a-divida-alianca-global-diz-ao-fmi-e-ao-banco-mundial-que-a-era-da-austeridade-acabou/entr

Leia mais sobre as reuniões anuais do FMI e Banco Mundial no informe de ***Cazumbá***, neste fascículo.

World Food Forum (WFF) (Fórum Mundial da Alimentação)

O *World Food Forum (WFF) (Fórum Mundial da Alimentação*) https://www.world-food-forum.org/ é uma plataforma global organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para discutir e colaborar na implementação da transformação dos sistemas agroalimentares do mundo. A edição principal do *Fórum 2026* foi realizada de 8 a 16 de outubro de 2026 na sede da FAO, em Roma, Itália, tendo como tema central *Inove hoje.*

Nutra o amanhã (*Innovate Today. Nourish Tomorrow*). Teve o objetivo de engajar jovens líderes, cientistas, formuladores de políticas e investidores para criar soluções sustentáveis, inclusivas e resilientes contra a fome e as mudanças climáticas. O evento foi estruturado em três eixos principais:

1. *Ação Global da Juventude* (*Global Youth Action*), visando mobilizar jovens para propor ideias e participar ativamente das decisões sobre o futuro dos alimentos.
2. *Fórum de Ciência e Inovação* (*Science and Innovation Forum*), destacando descobertas científicas, tecnologias digitais e práticas tradicionais aplicadas à agricultura.
3. *Fórum de Investimento da Iniciativa "Mão na Mão"* (*Hand-in-Hand Initiative Investment Forum*), para conectar projetos promissores a potenciais investidores para tirar ideias do papel.

Na próxima edição dos Cadernos vamos trazer uma análise detalhada sobre os resultados.

17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)

A *17ª Conferência da ONU sobre Biodiversidade (COP 17 da CDB)* https://www.cbd.int/ será realizada de 19 a 30 de outubro de 2026 em Yerevan, na Armênia. O objetivo principal desta COP é avaliar e impulsionar a implementação das 23 metas do *Marco Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal*, firmado em 2022 por 196 países, visando deter e reverter a perda de natureza até 2030 https://www.cbd.int/doc/c/e6d3/cd1d/daf663719a03902a9b116c34/cop-15-l-25-en.pdf. O evento se realiza em Yerevan, capital da Armênia. Simultaneamente à COP 17 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), acontecem a *CP-MOP 12* (Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança) e a *NP-MOP 6* (Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos).

Os principais temas em debate serão**:**

- Financiamento para a biodiversidade e recursos para países em desenvolvimento.
- Proteção de territórios e áreas-chave (meta de conservar 30% das áreas terrestres e marinhas e restaurar 30% dos ecossistemas degradados).
- Informações genéticas digitais e biologia sintética.
- Participação direta de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Um relatório divulgado pela ONU às vésperas do evento aponta que, embora quase 90% dos países tenham criado metas nacionais, menos da metade delas está sendo executada com a devida velocidade, mas o Brasil foi citado positivamente por seu Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e manejo integrado do fogo.

Na próxima edição dos Cadernos vamos trazer uma análise detalhada sobre os resultados.

81ª Assembleia Geral turbina discussões e decisões até o final do ano

Em Nova York, o cronograma de votações e adoções finais de resoluções nos comitês da AGNU81 segue um calendário concentrado entre 1/10 a 20/11/2026, cumprindo a agenda de temas proposta https://docs.un.org/en/A/81/150. Após o encerramento do Debate Geral de Chefes de Estado em setembro, o trabalho da AGNU foi integralmente transferido para as principais **comissões temáticas**. Cada uma tem uma janela temporal para negociar e votar os textos.

Uma vez que uma resolução é votada e aprovada dentro de qualquer um dos comitês (seja por consenso ou por contagem de votos), ela ainda não é uma resolução definitiva da ONU.

Na primeira e segunda semanas de dezembro de 2026, todos os relatórios aprovados pelas comissões sobem para o plenário principal da 81ª AGNU. Lá, todos os 193 Estados-membros dão a chancela final definitiva aos textos antes do recesso de fim de ano.

As discussões vêm cobrindo temas nas diversas áreas de abrangência da AGNU: política, social, econômica, sanitária, tecnológica, nelas incluindo diversos subtemas, como a reforma da ONU, os conflitos militares em curso, o desarmamento e controle sobre armas nucleares, a necessidade imperiosa do controle da inteligência artificial, as inequidades crescentes entre países, regiões e pessoas, os acúmulos de déficits no campo dos direitos humanos e do desenvolvimento, a tríplice crise planetária, entre os inúmeros temas de alcance global relativos.

Os prazos e períodos de votações finais dividem-se de acordo com o foco de cada comitê, a exemplo da *Terceira Comissão (Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais – SOCHUM),* onde tramitam as resoluções sobre os Direitos Humanos e o próprio Direito ao Desenvolvimento; e da *Segunda Comissão (Assuntos Econômicos e Financeiros – ECOFIN),* focada em desenvolvimento sustentável, comércio internacional, erradicação da pobreza e financiamento global.

Seu período de atividades vai de. A fase inicial de outubro é preenchida por debates gerais e diálogos interativos com especialistas independentes. O bloco final de negociações intensas e a tomada de ação/votação final das resoluções ocorrerá em meados de novembro (geralmente nas duas últimas semanas anteriores ao encerramento dos trabalhos em 20 de novembro).

Um dos temas mais abrangente e relevante em discussão é a *resolução sobre o direito ao desenvolvimento.* O tema continua gerando debates políticos intensos, especialmente na *Segunda Comissão (Assuntos Econômicos e Financeiros)* e na *Terceira Comissão (Assuntos Sociais, Humanitários e Culturais)* da AGNU. Países em desenvolvimento defendem o avanço em direção a um instrumento juridicamente vinculante, enquanto outras nações (como manifestado recentemente pelos Estados Unidos na Segunda Comissão em outubro de 2026) expressam forte oposição a resoluções que centralizem o desenvolvimento em diretrizes da ONU, preferindo focar no livre mercado e no comércio.

Como sempre insistimos, a AGNU é um momento importante para a *saúde global*, pois a maioria 178 itens pautados para o debate e decisões/resoluções até o final do ano tratam, em última análise, de determinantes políticos, sociais, econômicos e ambientais da saúde. Muitas das discussões, consensos, dissensos, decisões e resoluções resultantes da AGNU 2026 terão impacto importantíssimo sobre a saúde global, humana e planetária.

Um resumo dos temas tratados diariamente na AGNU pode ser acessado nas notas divulgadas em https://press.un.org/en, assim como as sessões de algumas das Comissões, do Conselho de Segurança e do Conselho de Direitos Humanos assistidas na UN WEBTV https://webtv.un.org/en (Os interessados podem inclusive se inscrever neste site para receber a programação diária). Acompanhar as atualizações diárias e a publicação dos rascunhos de resoluções (*draft resolutions*) que vão à voto pode ser feito diretamente pela plataforma do Diário das Nações Unidas (UN Journal), atualizado em tempo real com as salas e horários exatos das votações.

Eleição do(a) Secretário(a) Geral da ONU

O ***Conselho de Segurança da ONU*** realizou a sua *quinta sondagem informal (ou votação exploratória)* para o cargo de secretário-geral na 4ª feira, 07/09, segundo informou a

embaixadora Aglaia Balta, representante da Grécia junto à ONU e que preside o Conselho em outubro. De acordo com fontes diplomáticas, embora *Rebeca Grynspan (Costa Rica)* continue a liderar a corrida para a sucessão de Guterres, o apoio enfraqueceu ligeiramente em relação à votação anterior, um impasse que poderá levar ao surgimento de outros candidatos. Os Cadernos seguem atentos no acompanhamento do processo que precisa ser definido nos próximos 90 dias pois a posse do(a) novo(a) SG ocorrerá em 01/01/2027. Continuam no páreo, com menor aceitação que Grynspan, o(a)s candidato(a)s *Carolyn Rodrigues Birkett* (Guiana), *Rafael Grossi* (Argentina), *Macky Sall* (Senegal), *María Fernanda Espinosa* (Equador), *Olara Otunnu* (Uganda) e *Ivonne A-Baki* (Equador).

Ataque do Hamas: 3 anos

Em 7 de outubro completou três anos do brutal ataque do grupo Hamas à povoados israelenses próximos à fronteira do país com a Faixa de Gaza, matando cerca de 1200 pessoas e fazendo 251 reféns. O que veio na sequência resultou no triste genocídio do povo palestino que vivia na Faixa, com cerca de 70 mil mortes registradas, a destruição de toda a infraestrutura e moradias e um dos episódios mais tristes de negação da ajuda humanitária da história mundial recente. Deixamos aqui, uma vez mais, nosso lamento pelas vítimas de ambos os lados e nossa solidariedade com as famílias que perderam seus queridos.

Eleições em Israel

Em 27 de outubro realizam-se eleições em Israel para renovação das 120 cadeiras do parlamento israelense (Knesset), o que fará desta a primeira eleição em Israel desde 1988 realizada no calendário originalmente previsto. É uma eleição decisiva para o destino da guerra, pois poderá retirar Netanyahu do poder e suavizar o triste conflito ou confirmar o senhor da guerra e sua impiedade. Já a solução definitiva da questão palestina dos dois Estados estará longe de ser resolvida com essas eleições, embora fosse a solução que poderia, de fato, levar a paz entre os dois povos que habitam esta pequena faixa de território às margens orientais do Mediterrâneo.

====*====

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Alcazar aplaude a **Prêmio Nobel da Paz Ravi Pallay.** Ela nasceu, viveu e cresceu na África do Sul do apartheid. Hoje é uma jurista de grande prestígio internacional. Por seus trabalhos em prol dos direitos humanos, foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. A vida de Navi foi uma luta constante contra o apartheid, essa doença social que consiste em separar uns, menos privilegiados, de outros, mais privilegiados, com o propósito de os isolar e, eventualmente, os

eliminar. O Apartheid está presente em todas as sociedades. O risco agora é que se torne política de governo sob regime de extrema direita. ***Alcázar*** também apresenta e comenta as propostas de governo dos dois candidatos à presidência da república no tocante à política exterior, registradas no TSE. Conclui que precisamos do exemplo da luta de Ravi neste momento de grandes ameaças à dignidade humana.

O informe de ***Gaspar*** e ***De Negri Filho*** analisa o relatório *Participação no Desenvolvimento: Levando a Sério o Direito ao Desenvolvimento* examina a participação como elemento constitutivo do direito ao desenvolvimento, enfatizando que a participação deve ser ativa, livre e significativa. O documento analisa os fundamentos normativos da participação, sua relevância para a governança do desenvolvimento, os requisitos para sua efetivação e sua aplicação nos níveis local, nacional, regional e internacional. O relatório também apresenta orientações destinadas a Estados, instituições nacionais de direitos humanos, entidades das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, empresas e organizações da sociedade civil para fortalecer processos participativos na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento. Além disso, o informe aborda a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2026 a Navi Pillay que reforça o reconhecimento internacional da proteção dos direitos humanos, da justiça internacional e do fortalecimento do Estado de Direito como elementos essenciais para a construção da paz duradoura.

Segundo ***Reges, Bermudez e Galvão***, o **World Health Summit 2026**, realizado em Berlim, evidenciou desafios centrais da governança global em saúde, com destaque para a reforma da Organização Mundial da Saúde (OMS), o financiamento sustentável, a inovação e a preparação para futuras pandemias. O debate entre candidatos à direção-geral da OMS ampliou a transparência do processo eleitoral, mas apresentou limitações no aprofundamento de estratégias concretas para o próximo mandato. Paralelamente, o relatório do Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) revelou uma persistente lacuna entre recomendações e implementação: apenas duas das 32 recomendações principais avaliadas foram plenamente cumpridas, enquanto 69% das unidades de avaliação avançaram lentamente ou permaneceram paralisadas. Os resultados ressaltam fragilidades no compromisso político, na coordenação multissetorial, no financiamento e na cooperação internacional. Conclui-se que fortalecer a saúde global exige mecanismos independentes de monitoramento, maior responsabilização institucional e compromissos políticos sustentados, capazes de converter evidências científicas e acordos internacionais em ações efetivas, equitativas e verificáveis.

Magalhães e Galvão examinam o **calor extremo** e a **exposição a substâncias tóxicas,** que provocam doenças e mortes evitáveis, exigindo respostas coordenadas dos serviços de saúde e das autoridades ambientais. O informe apresenta iniciativas das *Nações Unidas* e de organizações parceiras divulgadas em setembro e outubro de 2026, explicando os problemas abordados, os dados disponíveis e as medidas propostas. A *Organização Meteorológica Mundial* alertou para o fortalecimento do *El Niño*, fenômeno de aquecimento do Pacífico equatorial que altera temperaturas e chuvas, ampliando riscos de calor, secas e inundações. Em Bangkok, o *Fórum Global sobre Calor* apresentou recursos científicos para orientar planos de prevenção, sistemas de alerta, proteção de trabalhadores e redução do aquecimento em edifícios. Uma síntese internacional estimou *546 mil mortes anuais associadas ao calor* entre 2012 e 2021. Na *saúde materna*, uma pesquisa com profissionais de cinco países mostrou que 73% percebiam aumento de complicações relacionadas ao calor, reforçando a necessidade de preparar o atendimento a gestantes e recém-nascidos. No campo da *mitigação climática*, foram aprovadas

metodologias que permitem a projetos de cocção mais eficiente buscar créditos de carbono, embora os benefícios sanitários dependam da redução efetiva da poluição doméstica. Para prevenir danos químicos, o *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* anunciou US$ 5,4 milhões para nove projetos voltados à *regulação, ao manejo de pesticidas e à segurança ocupacional*. A avaliação da **Convenção de Minamata** destacou medidas para reduzir o uso de *mercúrio,* substância que ameaça o desenvolvimento neurológico. A *campanha sobre chumbo* enfatizou a identificação e eliminação de fontes de exposição, enquanto a **OMS** prepara orientações globais para 2027.

O artigo de ***Peres*** analisa **o embargo estadunidense contra Cuba** que possui trajetória histórica de mais de seis décadas, tendo sido progressivamente ampliado por diferentes instrumentos legislativos e administrativos. Representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento do país, impactando diretamente o acesso a insumos essenciais, tecnologias e dificultando transações internacionais, entre outras limitações. A *Ordem Executiva 14.380,* assinada pelo presidente dos Estados Unidos em 29 de janeiro de 2026, entre outras restrições, proibiu o envio de petróleo ao país que, a partir desta data, passou a sentir os efeitos do endurecimento do embargo em diversos setores — da Indústria à Saúde Pública —, inclusive no que diz respeito à garantia de condições básicas de trabalho e sobrevivência da população cubana. Cuba depende fortemente do petróleo importado para assegurar eletricidade, transporte, abastecimento de água, saneamento, produção e distribuição de alimentos e funcionamento de serviços essenciais, produzindo uma crise complexa e multifatorial, na qual se insere o binômio trabalho-emprego. As evidências aqui apresentadas permitem sustentar que o recrudescimento do embargo e, sobretudo, das restrições ao acesso a combustíveis estão contribuindo para o aprofundamento de uma crise humanitária em Cuba, afastando o país cada vez mais da meta de promoção do trabalho decente. As condições produzidas pelo recrudescimento do embargo sobre o mundo do trabalho atingem, simultaneamente, a produção, os serviços públicos, as dinâmicas sociais, a reprodução cotidiana da força de trabalho, a garantia da subsistência e dos direitos humanos. E fazem com que a discussão sobre a crise do trabalho e emprego em Cuba deixe de ser, exclusivamente, uma questão de política externa ou de comércio internacional, passando a ser, também, uma questão de justiça social e humanitária.

O ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** discute a **questão migratória nas eleições brasileiras e em outros países do mundo**. Primeiro, apresenta-se uma *análise dos planos de governo dos candidatos à presidência que concorreram ao primeiro turno*. Apenas quatro dos onze candidatos à presidência incluíram *propostas sobre migrações e refúgio*. No entanto, o informe destaca que, apesar da política migratória não estar no centro das eleições brasileiras, o histórico de Lula e Flávio Bolsonaro, agora candidatos ao segundo turno, demonstram alguns indícios de como essas discussões poderão ser colocadas no próximo mandato. Depois, são comentadas as *eleições suecas, alemãs, espanholas e norte-americanas*, nas quais a *migração,* novamente, tem sido ponto de tensão no eleitorado e fundamental nas agendas dos partidos de extrema-direita.

Com foco na **saúde da mulher, criança e adolescente**, as analistas ***Massari, Vilella e Gomes*** analisam suas primeiras diretrizes globais da *Organização Mundial da Saúde (OMS)* publicada, em 7 de outubro de 2026, para o *manejo da obesidade em crianças e adolescentes*, com recomendações baseadas em evidências para qualificar o cuidado e orientar a atuação dos sistemas e profissionais de saúde. Em 2024, cerca de 170 milhões de pessoas de 5 a 19 anos

viviam com obesidade no mundo, cuja prevalência nessa faixa etária quadruplicou desde 1990, passando de 2% para 8%. As diretrizes destacam a importância de uma abordagem integral e centrada na pessoa, que combine alimentação saudável, atividade física e mudanças comportamentais, que considere a saúde mental e envolva as famílias. Também ressaltam que o enfrentamento da obesidade exige ações para além do tratamento individual, incluindo políticas públicas que favoreçam ambientes saudáveis e ampliem o acesso a cuidados de qualidade.

Nilson e Oliveira e Silva analisam o **enfrentamento da obesidade na infância e na adolescência,** a partir de indicadores e políticas nacionais e internacionais, assim como as recomendações para a prevenção e, mais particularmente, para o tratamento de crianças e adolescentes com obesidade, com vistas a garantir-lhes um futuro mais saudável.

Cazumbá informa que, às vésperas das Reuniões Anuais, o **Banco Mundial** lança as suas *Atualizações Econômicas Regionais*, nas quais analisa as tendências macroeconômicas, o crescimento e o desenvolvimento nas seguintes regiões: *América Latina e Caribe; África; Oriente Médio, no Norte da África e nos países Afeganistão e Paquistão; Europa e Ásia Central, Sul da Ásia e Leste Asiático e Pacífico*. O tema *Inteligência Artificial* foi o grande destaque da instituição financeira, onde cada região recebeu uma análise para a adoção e a adaptação do recurso tecnológico.

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe sintetiza *publicações de 2026 da OMC, da OMPI e da UNCTAD sobre comércio mundial, inovação e serviços destinados ao enfrentamento da poluição plástica*. A **OMC** destaca a contribuição dos investimentos em inteligência artificial e da adaptação das cadeias de suprimentos para a resiliência comercial diante do conflito no Oriente Médio, com efeitos desiguais entre setores e regiões. O *Global Innovation Index 2026* apresenta tendências de pesquisa e desenvolvimento, concentração do capital de risco e desigualdades tecnológicas, situando o Brasil na 53ª posição. Aborda também o empreendedorismo de *deep science*, ressaltando obstáculos ao financiamento, à industrialização e à comercialização, além das funções da propriedade intelectual. A **UNCTAD** identifica serviços essenciais à prevenção e mitigação da poluição plástica ao longo das cadeias produtivas, lacunas estatísticas, barreiras comerciais e insuficiências de financiamento. As publicações destacam necessidades de capacitação, coordenação institucional e acesso a tecnologias e serviços, especialmente nas economias em desenvolvimento.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa***, registrou, na última quinzena, manifestações de **51 organizações da sociedade civil (OSC),** entre as 64 monitoradas, que evidenciaram a convergência entre a defesa de direitos, o fortalecimento dos sistemas de saúde e os desafios do financiamento e da cooperação internacional. Enquanto as **OSC de interesse público** enfatizaram direitos humanos, mobilização social e redução das desigualdades, as **OSC de interesse privado** destacaram parcerias, vacinação e inovação tecnológica. A preparação para pandemias e a emergência de surtos, incluindo cólera e Ebola, reforçaram a necessidade de ampliar a vigilância epidemiológica, apoiar a força de trabalho em saúde e garantir acesso equitativo a ações de saúde. Os cortes e as restrições de financiamento afetaram os serviços de atenção primária e a assistência humanitária, revelando também problemas associados ao financiamento fragmentado.

Conflitos armados, desastres associados à emergência climática e a vulnerabilidade social ampliaram os desafios de acesso à saúde e à proteção social. Os debates da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas e a discussão sobre saúde planetária reforçaram a necessidade de investimentos sustentáveis, cooperação internacional e políticas integradas para reduzir as desigualdades e proteger as populações vulneráveis.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. O **UNOSSC** iniciou consultas informativas com os grupos regionais da ONU em preparação para a 23ª reunião do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, agendada para 1 a 4 de junho de 2027. A organização segue firme em seu propósito de disseminar a *Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular*, integrada à plataforma de IA *South-South Galaxy+*, impulsionando iniciativas em transição energética, saúde materna em Ruanda (Fundo Índia-ONU/UNFPA), transformação digital e uso de dados de satélite da ESA no Sul Global. O **Brasil** fortaleceu a Cooperação Sul-Sul, trilateral e multilateral em saúde, ciência e inteligência artificial. No âmbito regional, defendeu a resiliência sanitária no 63º Conselho Diretor da OPAS, enquanto a UFRJ integrou o projeto ibero-americano *Labs UniversitarIA*. Na cooperação bilateral e trilateral, o país acolheu missão técnica do Egito e do UNICEF para estruturar o sistema de saúde mental infantojuvenil egípcio (RAPS/CAPSi). Fortaleceu laços com Botsuana via doações humanitárias de medicamentos essenciais e firmou parceria tripartida com Portugal (Farmanguinhos/Fiocruz, IHMT NOVA e Wolbito) voltada à inovação tecnológica, controle de vetores e capacitação científica para os países de língua portuguesa. Na 50ª Reunião Anual dos Ministros das Relações Exteriores e nos trabalhos da AGNU 81, o **G-77 e China** reafirmou a defesa da ordem multipolar, a erradicação da pobreza e a inviolabilidade da Agenda 2030. No âmbito da iniciativa ONU80 e da FfD4, cobrou a reforma do sistema financeiro, a transferência tecnológica e a industrialização local de minerais críticos. No 3º Comitê, o grupo reforçou a indivisibilidade dos direitos humanos e o combate à pobreza intergeracional. Na celebração dos 25 anos de Durban, vinculou a justiça reparatória e o antirracismo aos ODS, alertando para a ampliação de discriminações via Inteligência Artificial e exigindo a governança ética das tecnologias globais. O **MNA** intensificou sua articulação político-diplomática e a defesa do multilateralismo. Na AGNU 81, o bloco liderou posições no 1º Comitê, vinculando o desarmamento à liberação de espaço fiscal para a saúde e aos ODS, bem como no 6º Comitê, onde denunciou a cooptação política do combate ao terrorismo e o impacto de sanções unilaterais sobre o acesso a insumos médicos. Em outra reunião, o Gabinete de Coordenação avançou no projeto de convenção vinculante sobre o Direito ao Desenvolvimento e nos preparativos para a Reunião Ministerial de Kampala em dezembro de 2026. A Rede Parlamentar consolidou sua institucionalização em Arusha, enquanto o BCIS debateu a autonomia estratégica e o combate ao neocolonialismo informacional. Já a **NAMYO** impulsionou o *soft power* e a transição energética equitativa via UNESCO, além de engajar a pauta do Dia Mundial da Saúde Mental. O Centro Sul fortaleceu a diplomacia multilateral do Sul Global por meio de engajamentos estratégicos em Genebra, Bali e Nova York. A instituição alinhou prioridades de desenvolvimento com a OCI, o Fundo Verde para o Clima (GCF), Barbados, Marrocos e Moçambique, priorizando o financiamento climático, o alívio da dívida soberana e a preservação do espaço de políticas públicas. Paralelamente, defendeu posições jurídicas e normativas em fóruns globais: articulou a transferência de tecnologia no Acordo sobre Pandemias da OMS, combateu assimetrias em royalties digitais na OMPI, promoveu a soberania sobre minerais críticos na Semana do Clima e propôs reformas no mecanismo ISDS e na governança de IA para proteger a soberania socioambiental e tecnológica do Sul Global.

O informe de ***Burger, Kavanami, Estephanio, Cury e Bouqvar*** analisa os desdobramentos do **G20** na abertura do último trimestre sob a presidência norte-americana, período que antecede a *Cúpula de Líderes na Flórida*. No campo energético, o documento examina os resultados da *Reunião Ministerial de Abundância Energética* em Houston, abordando a emissão da declaração da presidência sem a chancela do Brasil e detalhando os quatro entregáveis consensuais firmados em cocção limpa, eficiência regulatória, reuso de água e minerais críticos. Em paralelo, analisa a *Reunião Extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores sobre o surto de Ebola na República Democrática do Congo*, evidenciando o deslocamento institucional da saúde no bloco, a mobilização financeira internacional e a assimetria dos aportes liderados pelos Estados Unidos. Sob pressão dos Estados Unidos, o **G7** anunciou em videoconferência extraordinária a liberação de *100 milhões de barris de estoques de emergência*, volume que em grande parte apenas completa o compromisso de março na Agência Internacional de Energia. Dias depois, seis membros do grupo se uniram contra as sanções norte-americanas ao *Tribunal Penal Internacional*. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação da nova edição do *Education at a Glance* e dois documentos complementares, um estudo sobre *investimentos sociais na infância*, uma avaliação sobre *financiamento global para a biodiversidade*, duas pesquisas sobre *tecnologia e saúde* e a nova edição da iniciativa da *Health at a Glance* restrita à região da *América Latina e Caribe.*

O informe de ***Hoirisch*** aborda que, na **XVIII Cúpula do BRICS**, realizada em Nova Déli, Xi Jinping anunciou que *a China assumirá a presidência do bloco e sediará a XIX Cúpula, em 2027.* Xi defendeu mais cooperação em IA, com código aberto, colaboração e compartilhamento. Citou a Organização Mundial de Cooperação em IA e os centros internacionais de aplicação de IA criados com os BRICS e outros parceiros, voltados sobretudo ao Sul Global. Propôs uma iniciativa de nova industrialização impulsionada pela IA. Sobre paz e governança global, afirmou que a ordem internacional do pós-guerra está sendo minada e que os princípios da Carta da ONU não estão sendo respeitados. Defendeu que o BRICS trabalhe pelo fim dos conflitos e se oponha à mentalidade de Guerra Fria, ao confronto entre blocos e à violação da soberania ou interferência em assuntos internos de outros países. Pediu que o grupo lidere a reforma da governança global, tornando-a mais justa, equitativa e democrática, defenda a autoridade da ONU, rejeite a saída de organizações e tratados internacionais e a criação de sistemas rivais, apoie o sistema multilateral de comércio com a OMC no centro, promovendo sua reforma. O discurso convoca o bloco a liderar a cooperação em IA, a paz, o diálogo entre civilizações e a reforma da governança global, em contraponto ao unilateralismo e ao protecionismo.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** cobrem a conjuntura latino-americana de 2026 marcada pela competição estratégica entre Estados Unidos e China, a polarização política e a dificuldade de articular respostas regionais a problemas persistentes. A disputa entre as potências condiciona decisões sobre comércio, investimentos, segurança e recursos estratégicos, enquanto países buscam equilibrar autonomia e dependências externas. As eleições no Brasil, a transição incerta na Venezuela e a posição singular do México ilustram como a política doméstica se entrelaça com dinâmicas hemisféricas. No *plano social*, persistem tensões derivadas do custo de vida, da deterioração da renda e da vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como tempestades e terremotos. A pobreza crescente na Argentina e os protestos na Venezuela evidenciam a distância entre estabilização macroeconômica e bem-estar social. *Economicamente*, a região enfrenta tarifas norte-americanas, volatilidade energética associada a conflitos internacionais e impactos assimétricos sobre exportadores e importadores de energia. O crescimento permanece

moderado e desigual, limitado por restrições fiscais, baixa produtividade e riscos climáticos. Na *saúde*, a vigilância epidemiológica e a cooperação regional ganham centralidade, destacando a necessidade de capacidades produtivas, financiamento estável e integração regulatória para fortalecer a autonomia sanitária.

Tobar analisa como a **integração regional em saúde na América Latina e no Caribe** se insere em um *contexto geopolítico marcado pela competição entre Estados Unidos e China e pela coexistência de múltiplas arquiteturas regionais.* A hipótese central sustenta que Washington não busca simplesmente enfraquecer a integração, mas coopera seletivamente quando isso favorece seus interesses de segurança, comércio e estabilidade, privilegiando acordos bilaterais quando mecanismos regionais poderiam gerar maior autonomia dos países. *A saúde torna-se, assim, parte da disputa pela arquitetura hemisférica*. O texto examina *cinco dimensões da integração sanitária — diplomacia, instituições, regulação, economia-produtiva e vigilância —* e compara avanços de *CELAC, MERCOSUL, SICA, Comunidade Andina e CARICOM* em quatro critérios: patentes, homologação regulatória, compras conjuntas e produção regional. Destacam-se o mecanismo de negociação conjunta do COMISCA, o sistema regulatório supranacional do CARICOM (CRS), a harmonização normativa do MERCOSUL e a agenda produtiva andina. A estratégia *"America First Global Health Strategy"* reforça a bilateralização da cooperação, vinculando assistência ao intercâmbio de dados e à segurança sanitária, o que pode fragmentar iniciativas regionais. Apesar das pressões externas, os blocos demonstram capacidade de produzir bens públicos sanitários e fortalecer a soberania regional, embora persistam desafios de coordenação, implementação e autonomia tecnológica.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa, em dois contextos distintos, **as prioridades apresentadas pela União Africana durante a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81),** em Nova Iorque, e as prioridades debatidas pela *CEDEAO* na sua reunião em Lagos, na Nigéria. A *União Africana* renovou a defesa de assentos permanentes africanos no Conselho de Segurança, com direitos equivalentes, incluindo veto enquanto este existir, e de financiamento previsível para operações de paz lideradas pela UA. Destacou também a participação plena e significativa das mulheres nos processos de paz, sobretudo na região dos Grandes Lagos, e impulsionou uma agenda de alto nível para a saúde materno-infantil, orientada pelos "Três Zeros": zero partos domiciliares, zero mortes maternas e neonatais evitáveis e zero crianças não vacinadas. O texto examina ainda o planeamento da CEDEAO para 2026–2030 e o quadro de despesas 2027–2029. Entre as prioridades figuram segurança regional, diálogo com a Aliança dos Estados do Sahel, implementação gradual do Eco, infraestruturas estratégicas, soberania alimentar, transformação digital, autonomia financeira, governação inclusiva, parcerias e reforma institucional. Em síntese, o informe sustenta que o potencial demográfico, económico, geográfico e humano de África deve ser convertido em influência política coordenada, sistemas de saúde resilientes e uma África Ocidental mais integrada, pacífica e próspera.

Tavares Soares trata de duas organizações muito relevantes que agrupam e representam países da Região MENA: a **Liga Árabe** e a **Organização da Cooperação Islâmica**. A **Liga Árabe, ou Liga dos Estados Árabes**, fundada em 1945, é composta por 22 territórios árabes situados no Oriente Médio. Esta organização visa intensificar os laços sociais e culturais entre os seus membros; ampliar a cooperação econômica e política; fortalecer a defesa dos territórios árabes e garantir a sua soberania. Não é incomum a ocorrência a ocorrência de conflitos de ordem política, econômica e religiosa entre os seus membros. Um dos principais conflitos

geopolíticos regionais ocorre no território da Palestina: trata-se da luta do povo árabe palestino pelo reconhecimento de seu território em disputa com Israel, que ocupa posição central nas principais divergências diplomáticas identificadas em comum nos países árabes do Oriente Médio. Um dos principais eventos da Liga Árabe foi a *34ª Cúpula Árabe* em Bagdá (Iraque) em maio de 2026, descrita e analisada neste Informe. Com o tema "*Bagdá da Paz Abraça as Causas Árabes*", a cúpula ocorreu em meio a tensões crescentes (conflitos envolvendo Irã, ataques no Golfo, instabilidade no Mar Vermelho e continuidade da crise em Gaza). Outro evento foi a *166ª Sessão Ordinária do Conselho Ministerial* (Cairo) em 7 de setembro de 2026 na sede da Liga no Cairo, colocando como ponto de pauta, além da questão palestina, o fortalecimento de mecanismos de segurança coletiva árabe com base em um Tratado de Defesa Conjunta. Outro evento importante foi a reunião de cooperação Liga Árabe–ONU (17ª edição) ocorrida durante a Assembleia Geral da ONU (ver Informe passado), com foco na paz, segurança, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e crises regionais (Palestina, Síria, Líbano, Iêmen, Líbia). Com relação à **Organização para a Cooperação Islâmica (OCI/ OIC),** criada em 1969, é uma organização intergovernamental com uma delegação permanente junto às Nações Unidas. Reúne 57 países, todos com expressiva população islâmica, do Oriente Médio, África, Ásia, América do Sul, e Europa. Seus objetivos são promover a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros e velar pela preservação dos lugares sagrados do islamismo. Além disso há princípios gerais com os quais os Estados-membros da Organização devem se comprometer. O *Programa de Ação da OIC 2026–2035* (aqui detalhado) é seu principal marco estratégico. Finalmente, este Informe trata do papel do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) na OCI/OIC – que funciona como o "braço econômico e financeiro" da organização.

Lobato et al *informam que a* **China** lança Song Li como candidata à direção-geral da OMS; médica com carreira em saúde materno-infantil, participou de reformas e crises sanitárias. Dados mostram queda da mortalidade materna e infantil. Paralelamente, a percepção positiva da influência chinesa na América Latina atinge recorde histórico. A OMS lançou o primeiro projeto multinacional do Pandemic Fund na Ásia-Pacífico, com US$ 36 milhões para vigilância, diagnósticos e força de trabalho sob a abordagem One Health. Vinte países asiáticos propõem integrar saúde bucal à cobertura universal. A ilha de Taiwan enfrenta pico de influenza A(H1N1). Coreia do Sul registra caso de SFTS. Peste suína africana avança no Sudeste Asiático, com novos focos e vacinação comercial nas Filipinas. A Academia Chinesa de Ciências lançou programa para avanços científicos de fronteira, incluindo células sintéticas e inteligência artificial. Pequim lança plataforma jurídica para apoiar empresas e cidadãos em atividades internacionais. Já a rainha da Tailândia se tornou a primeira monarca mulher a pilotar um caça de guerra.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*. Nesta edição aborda os livros *Geografia da Fome e*

Geopolítica da Fome de **Josué de Castro**, que completam respectivamente 80 e 75 anos desde sua publicação.

Fiocruz na Saúde Global

Seminário Avançado da Fiocruz debate '*Geopolítica da fome, segurança alimentar e saúde*' no dia 21 de outubro



O seminário da Fiocruz homenageia o eminente médico, professor e pesquisador **Josué de Castro**, pioneiro no Brasil e no mundo na concepção de que a **fome** (e todas as consequências que impõe à vida humana) é o produto da estrutura econômica e social vigente nas sociedades capitalistas. Esta homenagem ocorre por ocasião das comemorações pelos 80 anos de publicação do livro ***Geografia da Fome*** (1946-2026) e pelos 75 anos do livro ***Geopolítica da Fome*** (1951-2026). Conta com especialistas que examinarão o legado de seu pensamento às políticas públicas e à ciência, assim como outras dimensões da questão da fome e da segurança alimentar nacional e global.

Reunião Internacional sobre Emergências em Saúde Pública na CPLP



A 2ª *Reunião Internacional na área de Emergências em Saúde Pública* dedicada *ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde* da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PECS-CPLP 2023–2027)* se realizou entre 12 e 16 de outubro, na sede da CPLP, em Lisboa. A iniciativa foi promovida pelo *Departamento de Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde do Brasil*, no âmbito da atuação como *Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) para Formação em Emergências em Saúde Pública,* e reuniu representantes dos *Estados-Membros da CPLP* para reforçar a cooperação técnica na área da saúde pública.

A reunião incluiu uma avaliação dos progressos alcançados desde 2023, na Primeira Reunião Internacional, que estabeleceu compromissos e perspetivas de cooperação para fortalecer a formação e a qualificação de profissionais envolvidos na preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública. Contribuiu também para identificar resultados e desafios e discutir as prioridades para o próximo ciclo de cooperação, a partir de 2027. Neste sentido, foi aprovado um *Plano de Ação da Rede da CPLP para Preparação, Vigilância e Respostas às Emergências em Saúde Pública.*

Brasil defende cooperação entre países para enfrentar novos desafios de saúde nas Américas



O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, participou da abertura do *63º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS),* realizado em Washington (EUA). Em discurso por videoconferência aos ministros e autoridades de saúde das Américas, Padilha reafirmou o compromisso do Brasil com a ciência e com o trabalho conjunto entre os países para enfrentar desafios de saúde que ultrapassam fronteiras. O Brasil reforçou sua disposição de participar da definição das políticas e prioridades de cooperação técnica da Organização para os Estados-membros. Padilha chamou atenção para uma combinação de antigos e novos desafios sanitários nas Américas, entre eles o ressurgimento de doenças imunopreveníveis, como o sarampo, os efeitos das mudanças climáticas sobre a saúde, o avanço das doenças crônicas, as desigualdades no acesso aos serviços e a necessidade de preparação para futuras emergências sanitárias. Padilha defendeu políticas de saúde baseadas em evidências científicas e associadas à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, à capacidade de produção e à ampliação do acesso da população às inovações. Defendeu o papel dos sistemas universais de saúde ao lembrar que o Brasil apresentou resultados importantes, como a eliminação da transmissão vertical do HIV e das hepatites virais, demonstrando que sistemas universais, vigilância, ciência e políticas públicas sustentadas produzem resultados.

Na *assistência à saúde*, o ministro apresentou aos representantes dos países das Américas iniciativas brasileiras voltadas à redução das desigualdades de acesso, como o Agora Tem Especialistas, o fortalecimento da telemedicina, a utilização de unidades móveis de saúde e odontológicas e o transporte sanitário como estratégias para aproximar os serviços das populações que mais precisam. Padilha ressaltou, ainda, que os *impactos do clima* já fazem parte da realidade dos sistemas de saúde das Américas, seja pela ocorrência de eventos extremos, pelo avanço de doenças transmitidas por vetores ou pela pressão sobre os serviços de saúde. Segundo o ministro, clima e saúde não podem mais ser tratados como agendas separadas.

O ministro da Saúde ressaltou também a *parceria entre o Brasil e a OPAS*. O país abriga a sede do *Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)* e conta com cerca de *30 Centros Colaboradores da OPAS/OMS*, que mobilizam conhecimento científico e técnico de instituições brasileiras em apoio às prioridades da Organização e à cooperação entre os países das Américas. O ministro defendeu uma OPAS forte, capaz de coordenar respostas regionais e apoiar os países. Ao relembrar as lições da pandemia de covid-19, afirmou que desafios como sarampo, dengue e impactos das mudanças climáticas também exigem cooperação internacional. Por: *Edjalma Borges (Ministério da Saúde).* Acesso:

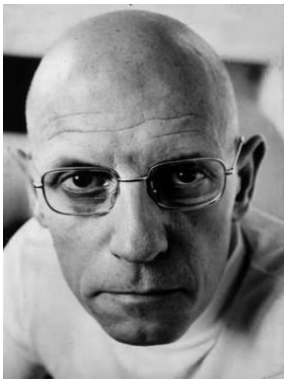
https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/setembro/brasil-defende-cooperacao-entre-paises-para-enfrentar-novos-desafios-de-saude-nas-americas

Brasil intensifica ações contra o sarampo diante de surto nos EUA e avanço da doença nas Américas



Com o avanço do sarampo nos Estados Unidos e em outros países das Américas, o *Ministério da Saúde* reforça o alerta para o risco de o vírus chegar ao Brasil. Os EUA registram o maior número anual de casos em mais de 35 anos, segundo o *Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC).* Mais de 90% são pessoas não vacinadas ou com situação vacinal desconhecida, e a maioria tem até 19 anos. Na região, *EUA, Guatemala, México, Peru e Canadá* concentram mais de 95% dos casos confirmados em 2026, segundo a *OPAS.* No Brasil, o cenário é outro: as ações de vacinação e vigilância permitem identificar e responder rapidamente aos casos. Em 2026, até 5/10, foram registrados 52 casos importados: 41 em São Paulo, 10 no Amazonas e 1 no Rio de Janeiro, o que levou as equipes de saúde fazer busca ativa, investigação epidemiológica, monitoramento de contatos e bloqueio vacinal, com a vacinação intensificada em espaços públicos e de grande circulação. Mesmo com os casos importados, o país continua livre da circulação endêmica do sarampo. Em 2019, em um cenário de baixas coberturas vacinais, o país registrou mais de 20 mil casos e, após mais de 12 meses de transmissão, perdeu a certificação de eliminação do vírus. Em novembro de 2024, a OPAS recertificou o Brasil como livre da circulação endêmica do sarampo, após a interrupção da transmissão sustentada. Entre 2023 e 2025, foram confirmados 43 casos, sem óbitos. Desde 2023, a cobertura das 16 vacinas do calendário infantil aumentou e o número de crianças não vacinadas caiu 86%, segundo a OMS e o Unicef. Em 2025, a cobertura da primeira dose do tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola, chegou a 93,10% no Brasil. Neste ano, foram realizadas quatro grandes mobilizações de vacinação que, oferecida gratuitamente pelo SUS, é a principal forma de prevenir a reintrodução do sarampo no país. (Por: *João Vitor Moura, Ministério da Saúde.* Acesso*: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-ms/2026/outubro/brasil-intensifica-acoes-contra-o-sarampo-diante-de-surto-nos-eua-e-avanco-da-doenca-nas-americas*)

Centenário de Michel Foucault



Em 15 de outubro comemora-se o centenário de nascimento de *Michel Foucault*, o grande filósofo francês, nascido em Poitiers, França. A saúde e a medicina ocupam um lugar central na obra de Foucault, servindo como chaves de leitura para entender como o poder opera na modernidade. Longe de analisar a medicina apenas como o progresso da cura, Foucault demonstra como ela se tornou um poderoso instrumento de controle social, normatização e vigilância dos corpos. Autor de livros essenciais para esse entendimento foram O Nascimento da Clínica (1963); História da Loucura (1961); As Palavras e as Coisas (1966); A Arqueologia do Saber (1969); Vigiar e Punir (1975); Em Defesa da Sociedade (1976); Microfísica do Poder (1979); História da Sexualidade (I, em 1976; II e III, em 1984); o Nascimento da Biopolítica (1979), todos com tradução ao português. Para Foucault, a medicina aparece intrinsecamente ligada à disciplinarização da sociedade e à medicalização do espaço social, para isolar os indivíduos que não se alinhariam à produtividade exigida pelo sistema capitalista industrial. Foucault fez



diversas viagens ao Brasil. Em 30/10/1974 proferiu conferência no Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. Os Cadernos prestam sua homenagem ao mestre que usou a história e a epistemologia para entender com maior acurácia a saúde, a medicina e a sociedade.

A Escola Nacional de Saúde Pública (Fiocruz) e o Instituto de Medicina Social (UERJ) realizam seminário comemorativo aos 100 anos de nascimento de Foucault.

Leia mais sobre o evento em: https://enspnoticias.ensp.fiocruz.br/100-foucault

Prêmio Nobel da Paz 2026 concedido a jurista sul-africana que reportou genocídio em Gaza



O Prêmio Nobel da Paz anunciou no dia 9/10 que o prêmio de 2026 foi concedido a **Navi Pillay**, uma pessoa de "coragem excepcional" que tem estado na linha de frente dos esforços de responsabilização pelo apartheid, processando crimes de guerra e defendendo o direito internacional por décadas. Em sua declaração, o Comitê Nobel norueguês afirmou que Pillay – que durante sua carreira atuou como juíza no Tribunal Superior da África do Sul, seu país natal, e posteriormente no Tribunal Penal Internacional e no Tribuna Penal Internacional – "foi fundamental para garantir que crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio sejam processados." Pillay também atuou por seis anos como Alto Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (2008-2014), e mais recentemente presidiu a *Comissão Internacional Independente de Inquérito da ONU sobre o Território Palestino Ocupado*, que gerou um relatório de 2025 a-hrc-60-crp-3.pdf concluindo que o governo israelense havia cometido genocídio em Gaza. O *Tribunal Penal Internacional (TPI) e outros órgãos das Nações Unidas* comemoraram a decisão da Comissão do Nobel. Trump ficou furioso e imediatamente decretou novas medidas retaliatórias contra o TPI. Bizarro! Leia mais em: 'Why Would You Need Courage to Speak the Truth?': Navi Pillay, Who Led UN Report on Gaza Genocide, Wins Nobel Peace Prize | Common Dreams

Outubro Negro, na Faculdade de Saúde Pública, homenageia o geógrafo Milton Santos



Em sua nona edição, a tradicional celebração do *Outubro Negro da Faculdade de Saúde Pública (FSP)* da USP está homenageando o geógrafo **Milton Santos**, também reconhecido escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário de diversas universidades, entre elas a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas (FFLCH) da USP, onde se tornou professor Emérito. Intitulado "*Milton Santos: 100 anos de um intelectual do século XXI*", o evento já realizou atividades nos dias 6 e 13 de outubro. Ainda durante as celebrações de outubro, o podcast "*Saúde É Pública*" traz uma entrevista com a professora Mônica Mendes Gonçalves, do Departamento de Política, Gestão e Saúde, que problematiza a questão do racismo estrutural e na saúde. Considerado um dos mais renomados intelectuais brasileiros no século 20, Milton Santos foi um dos grandes nomes da renovação da geografia ocorrida no Brasil, na década de 1970. Nascido em Brotas de Macaúbas (BA), a 3 de maio de 1926, faleceu em São Paulo, no dia 24 de junho de 2001, aos 75 anos de idade. Sua obra "A natureza do espaço" (Hucitec,1996)

reúne grande parte de suas ideias, lançadas inicialmente no livro “Por uma Geografia Nova” (Hucitec, 1978), em que critica os parâmetros do campo da geografia vigente e defende a renovação dessa ciência. Entre os diversos títulos acadêmicos e honrarias, recebeu o Prêmio Vautrin Lud, uma espécie de Nobel na área da geografia. Foi homenageado postumamente com o Prêmio Anísio Teixeira, em 2006. A última mesa do evento ocorre no próximo dia 20/10, as 18h, com o tema “*Pensamento e Vidas Marcadas por Milton Santos: Território, Humanidade e Corpo-Memória*”, com transmissão ao vivo e online diretamente pelo Canal da FSP-USP no YouTube

Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2027 abre inscrições de 16/11/2026 a 15/01/2027



O *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz*, órgão da Vice-presidência de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz, abre inscrições em novembro para os interessados em participar da quarta edição do *Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde.* É oferecido para profissionais e estudantes de saúde pública e das carreiras da saúde, diplomatas e estudantes de relações internacionais e à sociedade civil, com vagas limitadas. Inicia em 27/02/2027 e se estende até dezembro. É constituído de 23 *Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (quinzenais online) e leituras selecionadas contidas nos 23 fascículos dos *Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, também quinzenais. Aborda temas como multilateralismo; desenvolvimento sustentável; direitos humanos; problemas globais (políticos, sociais, econômicos, ambientais); negociações internacionais; saúde e tríplice crise ambiental planetária; migração e saúde; saúde da mulher, criança e adolescente; saúde nas crises humanitárias; fome, segurança alimentar e nutricional; cooperação Sul-Sul; saúde nas organizações internacionais e regionais; entre outros. O curso é gratuito e online.



Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global

Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

Produtos do *Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* (*Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz)*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a saúde, ao desenvolvimento sustentável, à paz e à solidariedade internacional. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 16 de outubro de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar

Editor e editores-associados

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz

Vice-presidência de Saúde Global e Relações Internacionais

Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
(desde 2020)

Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPAS na Fiocruz
(desde 2014)

Propostas diametralmente opostas na eleição presidencial no Brasil: preservar direitos humanos, políticas sociais soberania nacional

Propuestas diametralmente opuestas en la elección presidencial de Brasil: preservar los derechos humanos, las políticas sociales y la soberanía nacional

Diametrically opposed proposals in Brazil's presidential election: preserving human rights, social policies, and national sovereignty

Santiago Alcázar

Resumo: Ravi Pallay, nasceu, viveu e cresceu na África do Sul do apartheid. Hoje é uma jurista de grande prestígio internacional. Por seus trabalhos em prol dos direitos humanos, foi agraciada com o Prêmio Nobel da Paz. A vida de Navi foi uma luta constante contra o apartheid, essa doença social que consiste em separar uns, menos privilegiados, de outros, mais privilegiados, com o propósito de os isolar e, eventualmente, os eliminar. O Apartheid está presente em todas as sociedades. O risco agora é que se torne política de governo sob regime de extrema direita. Neste artigo, apresentamos as duas propostas de governo dos dois candidatos, registradas no TSE. Precisamos do exemplo da luta de Ravi neste momento de grandes ameaças à dignidade humana.

Resumen: *Ravi Pallay, nació, vivió y creció en la Sud África del apartheid. Hoy es una jurista de gran prestigio internacional. Por sus trabajos en defensa de los derechos humanos, fue galardonada con el Premio Nobel de la Paz. La vida de Navi fue una lucha constante el apartheid, esa enfermedad social que consiste en separar unos, menos privilegiados, de otros, más privilegiados, con el propósito de aislarlos y eventualmente eliminarlos. El apartheid está presente en todas las sociedades. Ahora, el riesgo es que se haga política de gobierno orientado por la extrema derecha. En este artículo, presentamos las dos propuestas de gobierno de los dos candidatos, conforme registradas en el Tribunal Superior Electoral. Necesitamos el ejemplo de la lucha de Ravi en este momento de grandes amenazas a la dignidad humana.*

Summary. *Ravi Pallay, was born, raised and educated in South Africa during apartheid. She is today a prominent international judge. She was awarded the Peace Nobel Prize for her tireless work on assuring human rights wherever they were menaced. Navi's life has been a constant fight against apartheid, that disturbing social malady that drives to separate one group of people, less privileged, from another, privileged, to isolate and eventually eliminate and destroy their living memory. Apartheid in that context is present in all societies. In the present time, there is the risk that apartheid can be a government policy under a far-right regime. In this article we present the government proposals of the two remaining candidates for President, as registered in the Supreme Electoral Tribunal. We need the courage of Navi to inspire us in the mist of threats to human dignity.*

Navi ganhou! A notícia correu o mundo. Na sexta-feira, dia 9 de outubro corrente, o *Comitê Nobel Norueguês* anunciou *Navanethem (Navi) Pillay* como ganhadora do *Prêmio Nobel da Paz 2026*, por seus ingentes esforços em prol da paz e do direito internacional.

Navi Pillay, de família tâmil-indiana, nasceu em Durban, África do Sul, em 1941. Formou-se em Direito pela Universidade de Natal. Por conta do regime de *apartheid*, instalado em 1949 e que se estenderia até 1994, a jovem Navi viu-se forçada a abrir o seu próprio escritório de advocacia, uma vez que, por lei, nenhuma entidade jurídica, pública ou privada, poderia contratá-la. *Apartheid* significa apartar os não brancos dos brancos. Tem o sentido de segregar, que por sua vez quer dizer desunir, separar, isolar e, por extensão, expectorar, como alguma secreção pustulenta. Navi viveu e cresceu nesse meio.

O que acontece quando uma pessoa perde as suas roupas? O que acontece quando uma pessoa perde os seus direitos? Pode sair de casa sem sentir vergonha? Sair de casa talvez seja um exagero, uma vez que "sem direitos" representa um estado de nudez total. A pessoa perde a sua dignidade humana inata e deixa de existir para os outros, que se quer a veem. Para as estatísticas é apenas um ponto gráfico, sem nome e sem identidade que, somado a muitos outros, sobe e desce em linhas curvas, acusatórias de algum fracasso, calamidade ou fatalidade, que têm de ser aplainadas e, eventualmente, eliminadas, como alguma secreção repugnante.

Ouvi de alguém dizer que a certidão de nascimento do Brasil é de 5 de outubro de 1988, quando a Constituição Federal estabeleceu que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Pela primeira vez em 500 anos, um direito foi estendido a todos, sem discriminação, sem exceção, colado ao DNA humano, realizado mediante a obrigatoriedade da ação do Estado em garantir acesso universal, integral e gratuito a todos os serviços de saúde. Esse direito hoje está ameaçado por uma vocação apartheid que o pretende descolar do DNA, deixando cada um à própria sorte, como antes, quando a segregação era a norma. A secreção fétida aumenta até quase sufocar e ser expelida por um jato gomoso.

O Comitê Nobel Norueguês disse de Navi que um fio condutor corre em sua vida, de seus primeiros trabalhos defendendo Nelson Mandela e outros que enfrentaram o apartheid à sua atuação recente como juíza de casos de grande visibilidade em cortes internacionais. Com efeito, Navi fez parte da Corte Penal Internacional (CPI) onde se destacou no caso do genocídio em Ruanda. Em 2008, deixou a CPI para tornar-se Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, cargo que ocupou até 2014. Em 2019, foi eleita para a Corte Internacional de Justiça (CIJ), onde presidiu a Comissão Independente de Inquérito das Nações Unidas sobre o Território Ocupado da Palestina, criada por mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos[1]. Como seria de esperar, EUA e UE, sempre prontos para exibir flexibilidade moral quando preciso, opuseram-se à criação dessa Comissão de Inquérito com o argumento de que a mesma não estabelece data para conclusão. Ravi respondeu contra-argumentando que a ocupação de Israel tampouco tem data para conclusão e que, portanto, a Comissão deve continuar pelo tempo que for necessário. De 2008 a 2014, Ravi foi Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos. Atualmente, Ravi é juíza da CIJ no caso de genocídio de Mianmar contra os rohingyas.

[1] https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/co-israel/index

Ravi é uma força da Natureza; outra descrição lhe faria injustiça. Volker Turk, atual Alto Comissário, disse ao anunciar o prêmio: "neste momento em que os direitos humanos estão sob ataque em muitos fronts, vindo inclusive daqueles com enorme poder, a concessão do prêmio a um dos nossos (sic) é particularmente comovente. É um prêmio a todos aqueles que, em todo o mundo, dedicam suas vidas à defesa dos direitos humanos, às vezes sob risco às próprias vidas". Assim como Ravi, Volker Turk sabe o que significa reconhecer e defender os direitos humanos.

O que importa reter aqui são as palavras iniciais do Alto Comissário ao prestar homenagem a sua grande irmã, como disse: "Os direitos humanos estão sob ataque em toda parte", talvez como nunca antes na história recente; como se as conquistas alcançadas graças ao esforço civilizatório das Nações Unidas, de suas estruturas institucionais, como a Corte Internacional de Justiça e o Alto Comissariado, a Carta e a Declaração Universal de Direitos Humanos, nada ou quase nada valessem para frear, deter e impedir a barbárie que resulta de todo impulso que segrega uns de outros, com o propósito de desunir, separar, isolar e finalmente expulsar e eliminar, como secreção pustulenta, os que são descartáveis porque insignificantes. O mais grave de tudo isso é que essa barbárie se origina daqueles que têm "enorme poder", i.e., das potências dominantes que criaram e sustentaram esse projeto civilizatório que são as Nações Unidas para livrar a humanidade do impulso à barbárie.

São muitos e muito graves os ataques e as ameaças aos direitos humanos na atual conjuntura, tanto no plano interno, quanto do plano externo. O risco de retrocessos assoma sempre que se invertem os sinais da política.

Defesa da democracia; defesa dos princípios e valores do direito, de que é parte o direito internacional; defesa dos direitos humanos em toda a sua plenitude e extensão, bem como das políticas sociais que os implementam; defesa de uma economia e de um comercio que beneficiem o conjunto da população e não somente uma parte dela; defesa de uma política exterior independente, não submetida à hegemonias impostas, mas aberta à valorização do multilateralismo, único meio para o encaminhamento de soluções comuns para os problemas que impactam a todos, porque globais. Inverter sinais, reverter sentidos, retroceder ao avesso e deparar-se com perdas enormes, incontáveis, algumas, se não todas, irreparáveis.

Política exterior com densidade versus política exterior ausente, talvez submissa

O *Tribunal Superior Eleitoral* registra em seu site oficial, as propostas de governo dos dois candidatos ao cargo de Presidente da República (ver abaixo as íntegras das propostas, que oferecemos como *'Serviço ao Leitor'*).

Aliança contra a fome a pobreza é uma iniciativa do Brasil para reforçar a compromisso universal de acabar com a fome e a pobreza extrema no mundo, como acordado na Agenda 2030, que todos os Estados membros adotaram em 2015 e faz parte do programa de Lula. A Agenda, é preciso recordar, é o mais ambicioso projeto multilateral para resgatar as promessas inscritas na Carta das Nações Unidas: por um mundo de paz, mais equitativo e com reconhecimento e pleno respeito aos direitos humanos. A proposta concorrente não faz menção a este ponto, nem a nada relacionado com as Nações Unidas.

Defesa do meio ambiente é crucial para o Brasil. Com a maior floresta tropical do mundo, as duas maiores reservas de água doce e a maior biodiversidade do planeta, o Brasil ocupa um lugar central no debate multilateral sobre cuidados com o meio ambiente e aquecimento global.

A diplomacia climática é uma das mais importantes bandeiras defendidas pelo Brasil nos foros multilaterais, reconhecida e respeitada por todos, contra negacionismos doentios que levam à morte e à destruição. Nesse contexto, seguimento das COPs, do Fundo de Florestas, lançado em novembro de 2025, em Belém, bem como outras iniciativas, é imprescindível para garantir um desenvolvimento que possa ser sustentado pelo planeta e assegurar maior equidade. A proposta concorrente ignora a questão do meio ambiente, o que parece implicar a extravasão de negacionismos, extremamente perigosos, como vimos durante a pandemia da Covid-19 e nas extremidades meteorológicas, cada vez mais frequentes e mais terríveis.

Defesa Nacional e Base Industrial de Defesa, são instrumentos a serem desenvolvidos para assegurar a soberania do país frente às ameaças do Governo Trump de tornar o Brasil e o resto da América Latina em quintal dos EUA.

Dias atrás, abriram-se os debates da 4ª Comissão da AGNU, responsável pelo tema de *descolonização*. Como foi recordado, a descolonização foi uma das mais importantes forças que moldaram o século XX. Muitos veem aquele processo como finalizado e enterrado. Enganam-se! *Hoje há uma retomada da colonização*. A apropriação do petróleo da Venezuela é um exemplo, assim como a intenção de assegurar o domínio sobre minerais críticos para as tecnologias de ponta, muitos dos quais se encontram no Brasil. *O Brasil não cabe no quintal de ninguém*, como disse Paulo Nogueira Batista Junior, é o lema que deve servir de guia para a execução da política externa do país. A imposição de tarifaços e de medidas de aplicação extraterritorial da legislação norte-americana é um abuso que não pode ser aceito por nenhum país que defenda a sua independência e soberania. Com respeito à *soberania*, a proposta concorrente faz uma distinção entre "soberania com profissionalismo" e "soberania ideológica". Trata-se falácia. Soberania é a condição de Estado independente, dono de seu próprio território e imune de intervenção estrangeira. Ou se tem, ou não se tem.

A *defesa do multilateralismo* expressa a consciência coletiva de que não há solução para os problemas globais que não passe pela aceitação da colaboração de todos para o mesmo fim. Meio ambiente, pandemias, IA desgovernada – representam riscos à sobrevivência humana. Negar o problema e apenas aumentar o risco e encurtar o tempo para o encaminhamento de soluções com sentido humano. Ao lado da Organização das Nações Unidas existe um universo de agências especializadas, de entidades e agrupamentos específicos para tratar com foco de assuntos relevantes para a conjuntura. Já se disse mais de uma vez, que não há futuro para um mundo que negue as Nações Unidas e o multilateralismo. A proposta concorrente não faz nenhuma menção ao multilateralismo ou às Nações Unidas. O negacionismo parece grassar.

A diplomacia brasileira, reconhecida e respeitada em todo o mundo, tem a vocação universalista de um país de dimensões continentais: ouvir e fazer ouvir a sua voz na vizinhança da América Latina e o Caribe; na África que nos une por laços ancestrais; na Ásia pujante; e no Oriente Médio, de onde provêm importantes segmentos de nossa população. A vocação universalista para nós é natural. Por isso, defendemos foros de encontros e de diálogos com todos, como a Organização das Nações Unidas e as suas agências especializadas. A proposta concorrente apenas menciona a ambição de entrar para a OCDE, um clube de países ricos que impõem aos seus sócios normas e padrões que países em desenvolvimento, como o Brasil, não tem condições de aceitar em razão do evidente aumento de desigualdades que acarretaria. A entrada na OCDE, nesse contexto, significaria redução da soberania em áreas críticas para o nosso desenvolvimento.

A *integração sul-americana* é uma necessidade, sempre bloqueada quando não minada pelas grandes potências que dominam o mundo. Integrar infraestruturas; abrir espaços para a cooperação em saúde, e educação. Buscar maior aproximação por meio da cultura e do intercâmbio de jovens estudantes. Integrar para superar as barreiras naturais que impedem maior vizinhança. A proposta concorrente busca somente integração à OCDE, distante de nossa realidade imediata e de nossa geografia.

Quem ecoará a façanha de Ravi, que saiu do regime de apartheid para ganhar as manchetes do mundo com a sua defesa incondicional pelo reconhecimento e respeito dos direitos humanos?

O que acontece quando uma pessoa perde as suas roupas? O que acontece quando uma pessoa perde os seus direitos?

ANEXO

Serviço ao leitor



O segundo turno das eleições brasileiras, que se realiza em 25/10, coloca em confronto duas propostas de governo diametralmente opostas, a do **presidente Lula** e a do **senador Flávio Bolsonaro.**

Ambos os programas se estruturam em torno de oito eixos, definidos pelo *Tribunal Superior Eleitoral (TSE)* para compor os documentos oficialmente depositados pelos candidatos: 1. Economia, Trabalho e Responsabilidade Fiscal; 2. Saúde Pública e Assistência; 3. Segurança Pública; 4. Educação; 5. Política Externa e Inserção Global; 6. Direitos Humanos, Equidade e Inclusão Social; 7. Questão Agrária e Meio Ambiente; e 8. Governança, Transparência e Reformas de Estado.

Evidentemente, as propostas de *saúde pública e assistência (3)* e de *política externa e inserção global (5)* (para citar as duas que interessam mais diretamente aos objetos centrais destes Cadernos) estão imersas nas propostas mais abrangentes de concepção de futuro para o país e dos demais itens do programa proposto, que abrangem políticas econômicas, sociais, ambientais e outras, além das questões básicas da governança, direitos humanos, equidade etc. – que consideramos determinantes sociais da saúde.

Programa de Lula[2]

O documento registrado no TSE pela candidatura Lula intitula-se *Lula, Presidente; Alckmin, Diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil: Um País Soberano, Democrático, Desenvolvido, Sustentável e Criativo* https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt/@@display-file/file/proposta-pt.pdf#page=77. Contém 84 páginas e é subdividido em 13 capítulos.

Tema 2 — Saúde Pública e Assistência

- Atenção especializada e redução de filas (Agora tem Especialistas): página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Complexo Econômico e Industrial da Saúde (CEIS): página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Cuidados e corresponsabilização (Política Nacional de Cuidados): página 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26
- Farmácia Popular e distribuição de medicamentos: página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Mais Médicos e fixação de profissionais: página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Saúde da mulher e dignidade menstrual: página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Saúde mental (CAPS): página 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Saúde bucal (Brasil Sorridente): página 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS): página 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 25
- Vacinação (recuperação das coberturas vacinais): página 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 34, 35 e 36

[2] https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/propostas-de-governo-dos-candidatos-ao-cargo-de-presidente-da-republica-eleicoes-2026/lula-propostas-de-governo

Tema 5 — Política Externa e Inserção Global

- Aliança Global contra a Fome e a Pobreza: página 58, 59, 60, 61, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- COP30, Fundo Florestas Tropicais e diplomacia climática: página 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Defesa Nacional e Base Industrial de Defesa: página 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Integração sul-americana (Mercosul, OTCA, UNASUL): página 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Multilateralismo (ONU, OMC, FMI) e BRICS: página 77, 78, 79, 80, 81 e 82
- Relações com África, Ásia, Oriente Médio e Sul Global: página 77, 78, 79, 80, 81 e 82

Programa de Flávio Bolsonaro[3]

O documento registrado no TSE pela candidatura de Flávio Bolsonaro intitula-se *Flavio Bolsonaro, Presidente – Para o Brasil vencer o atraso – Diretrizes do Plano de Governo 2027-2030* *Diretrizes Plano de Governo Flavio Bolsonaro 2027-2030 versaofinal*. Contém 75 páginas e é subdividido em uma apresentação, uma conclusão e 9 capítulos.

Tema 2 — Saúde Pública e Assistência

- Agendamento ágil por inteligência artificial: página 25 e 26
- Apostas com recurso de programas sociais: página 32 e 33
- Apostas conscientização: página 32 e 33
- Casa Verde e Amarela: página 47 e 48
- Digitalização do SUS: página 25 e 26
- Exames preventivos: página 37 e 38
- Horários ociosos da rede privada: página 37 e 38
- Hospitais universitários federais — modernização: página 37 e 38
- Idosos — Casa segura para envelhecer: página 38 e 39
- Idosos — Instituições de longa permanência: página 38 e 39
- Imunização: página 37 e 38
- INSS sem fila: página 26 e 73
- Pacote antifraude: página 72 e 73
- Prevenção: página 37 e 38
- Programa de atendimento aos idosos: página 37 e 38
- Programas sociais — manutenção: página 42 e 43
- Prontuário eletrônico único: página 25 e 26
- Rede Nacional de Cuidado: página 21, 38 e 39
- Remédio à domicílio: página 37 e 38
- Retorno sem fila pós seguro-desemprego: página 42 e 43
- Saúde da família: página 37 e 38

---

[3] https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/propostas-de-governo-dos-candidatos-ao-cargo-de-presidente-da-republica-eleicoes-2026/flavio-bolsonaro

- Saúde mental: página 38 e 39
- Tabela SUS — Correção: página 37 e 38
- Telessaúde: página 37 e 38

Tema 5 — Política Externa e Inserção Global

- Abertura comercial: página 62 e 63
- Adesão à OCDE: página 63
- Cadeias globais de valor: página 62 e 63
- Competitividade doméstica: página 64
- Defesa nacional: página 62 e 63
- Fortalecimento de multinacionais brasileiras: página 62 e 63
- Soberania: página 61 e 62
- Transição energética: página 62 e 63

Íntegra das propostas depositadas pelos candidatos no TSE

Proposta de governo de Lula

Política exterior e inserção global

Fonte: Programa de governo oficial registrado no TSE
https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pt/@@display-file/file/proposta-pt.pdf#page=77

13. Defender a soberania nacional e o protagonismo internacional do Brasil



O mundo contemporâneo vivencia o ressurgimento do unilateralismo, do protecionismo e de conflitos sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Em um cenário de tensões geopolíticas crescentes e quebras das regras de convivência internacional, o Brasil deve reafirmar sua soberania e preservar sua capacidade de fazer escolhas políticas e econômicas de forma independente, à luz de seus interesses, sem qualquer tipo de subordinação estratégica.

Neste cenário, política externa e defesa nacional são dimensões complementares de uma mesma estratégia voltada à proteção dos interesses do Brasil.

Não há projeção internacional soberana sem capacidade de defesa. Defendemos uma política de defesa baseada na autonomia estratégica, na inovação tecnológica, na integração entre defesa e desenvolvimento e na combinação entre persuasão diplomática e capacidade de dissuasão, o que exige um orçamento nacional consoante a essas necessidades e responsabilidades.

A defesa nacional exige Forças Armadas bem equipadas e uma indústria de defesa sólida, capazes de proteger o território brasileiro e seus recursos naturais diante de ameaças externas. Por isso, fortaleceremos a Base Industrial e Tecnológica de Defesa, de modo a assegurar maior autonomia nacional nesse campo e estimular inovações com impactos positivos sobre o conjunto da economia. Sua importância é estratégica, por estar vinculada à produção de equipamentos essenciais à defesa do país, mas também econômica, já que envolve o domínio de tecnologias sensíveis, a geração de empregos de alta qualificação e a ampliação de exportações de maior valor agregado.

Retomamos o investimento na capacitação tecnológica de nossas Forças Armadas e o fortalecimento da política de defesa nacional. Aprovamos nova legislação orçamentária que assegura previsibilidade e continuidade para os investimentos em defesa, o que garante continuidade dos projetos e fortalece a Base Industrial e Tecnológica de Defesa como vetor de inovação, geração de empregos qualificados, exportações e neoindustrialização.

Com o Novo PAC, o Brasil tem alavancado fortemente os investimentos na área de Defesa. Desde 2023 já foram executados R$ 20,4 bilhões em projetos estratégicos. Entregamos 7 caças gripens-F-39, tendo sido produzida a primeira aeronave em solo brasileiro este ano. Adquirimos 3 cargueiros KC-390 fabricados no país. Estamos construindo 4 fragatas, a primeira já em operação. Produzimos 226 viaturas blindadas.

Reforçaremos a defesa cibernética, protegendo infraestruturas críticas e bases de dados governamentais, desenvolvendo tecnologias próprias e reduzindo a dependência externa em áreas estratégicas.

Fortaleceremos a Inteligência de Estado como instrumento de proteção da soberania, da capacidade decisória e da segurança nacional diante de ameaças geopolíticas, tecnológicas, cibernéticas e do crime organizado transnacional. A atividade será exercida em caráter civil, subordinada ao Estado Democrático de Direito, à neutralidade político-partidária, aos direitos fundamentais e ao controle democrático, rejeitando seu uso para fins de perseguição política.

Protegeremos as fronteiras, a Amazônia e a Amazônia Azul. Fortaleceremos a vigilância territorial, a proteção dos recursos naturais e o combate ao crime organizado transnacional. As regiões de fronteira serão tratadas como espaços estratégicos de integração e desenvolvimento, com maior presença do Estado, infraestrutura, serviços públicos e cooperação com os países vizinhos.

O Brasil voltou a ser ouvido e respeitado no mundo. Restauramos políticas que sempre nos diferenciaram, como o combate ao desmatamento na Amazônia, o enfrentamento ao aquecimento global, a defesa e a proteção de refugiados, o compromisso com a paz. Sediamos, com sucesso, eventos internacionais, como a COP 30, a 17ª Cúpula dos BRICS, a 19ª Cúpula de Chefes de Estado do G20. Propusemos a criação de mecanismos inovadores como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). Nossa diplomacia comercial permitiu abrir 656 novos mercados para os produtos brasileiros e a conclusão de acordos do Mercosul com a União Europeia, EFTA e Singapura. E o Brasil foi reinserido na rota do turismo internacional, com recordes de estrangeiros vindo visitar nosso País.

Seguiremos reafirmando os princípios constitucionais que orientam a política externa brasileira — independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repudio ao terrorismo e ao racismo, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e concessão de asilo político —, porque acreditamos em um país com autonomia para decidir seus próprios rumos, livre de interferências externas e comprometido com a paz, a cooperação e o direito internacional.

Na política externa, o Brasil deverá ser cada vez mais independente, ativo e comprometido com a integração regional e com a afirmação da América do Sul e do Caribe como zona de paz. A integração sul-americana é o primeiro círculo de projeção estratégica do Brasil. Seguiremos aprofundando o Mercosul e os espaços de integração regional, especialmente nas áreas de infraestrutura, defesa, segurança pública, energia e saúde. Consolidaremos o Mercosul como principal plataforma de integração econômica, produtiva, política e social da América do Sul. Aprofundaremos a integração em infraestrutura, priorizando redes multimodais, com destaque para as conexões com o Pacífico e o Caribe. Promoveremos um mercado comum sul-americano de energia, com interconexões e coordenação regulatória. Consolidaremos a Amazônia como eixo estratégico da integração regional fortalecendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) na bioeconomia, na ciência, no financiamento verde e no combate coordenado aos ilícitos transnacionais.

Manteremos uma política externa universalista e ampliaremos os esforços de cooperação e negociação com todas as regiões do mundo, diversificando nossas parcerias estratégicas. Investiremos em novos acordos comerciais e na abertura de novos mercados para nossos bens e serviços, de modo a continuar enfrentando agressões comerciais e a defender os interesses do país com base nas normas internacionais e no multilateralismo.

Manteremos o empenho na construção de uma ordem mundial mais justa e equilibrada, livre da lógica da submissão, das imposições unilaterais e dos esquemas obsoletos de uma nova Guerra Fria. O Brasil defenderá relações internacionais fundadas na reciprocidade, na cooperação pacífica e no respeito entre as nações.

Aprofundaremos as relações com a África, reconhecendo sua crescente importância na ordem internacional e os laços históricos e culturais que unem o Brasil ao continente africano. Consolidaremos o Atlântico Sul como região de paz, cooperação e desenvolvimento e fortaleceremos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Promoveremos mecanismos permanentes de cooperação com a União Africana e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Persistiremos na reaproximação com a Ásia, o Oriente Médio e a Europa regiões com grande potencial para ampliar a cooperação política, econômica, tecnológica e cultural.

Continuaremos engajados na reforma das Nações Unidas, especialmente do Conselho de Segurança, para torná-lo mais democrático e representativo, com maior participação dos países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

Seguiremos advogando a reforma e fortalecimento da Organização Mundial do Comércio, defendendo a retomada do mecanismo de solução de controvérsias, o tratamento diferenciado para os países em desenvolvimento e a articulação entre comércio, sustentabilidade e acesso a tecnologias verdes. Defenderemos a reforma da arquitetura financeira internacional, com a democratização do FMI, do Banco Mundial e dos bancos multilaterais e o fortalecimento do CAF, do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e dos mecanismos financeiros dos BRICS.

Aprofundaremos a aproximação geopolítica com o BRICS e com o Sul Global, bem como com o G20, espaços fundamentais para a afirmação dos interesses da maioria da humanidade.

Ampliaremos a Cooperação Sul-Sul em áreas nas quais o Brasil é referência contribuindo para a redução das desigualdades globais.

Será necessário redobrado protagonismo diplomático brasileiro para acelerar o cumprimento global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em seus anos finais de implementação e negociar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030.

Serão prioridades de nossa ação externa a implementação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e o enfrentamento da emergência climática, inclusive o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).

Queremos liderar a construção de uma governança internacional para as tecnologias digitais e a inteligência artificial, baseada na soberania digital com proteção de dados, cooperação científica, transferência de tecnologias estratégicas e regulamentação democrática das plataformas digitais e da IA.

Reforçaremos os compromissos internacionais do Brasil em matéria de direitos humanos e igualdade de gênero e raça, trabalhando para evitar retrocessos na garantia de direitos.

Valorizaremos e protegeremos as brasileiras e os brasileiros no exterior, fortalecendo a assistência e a proteção consular, ampliando os mecanismos de participação da diáspora e reconhecendo seu papel como elo cultural, econômico e afetivo entre o Brasil e o mundo.

Faremos firme oposição a qualquer tentativa de subordinar o Brasil a interesses estrangeiros ou de reduzir nosso país a uma posição de dependência geopolítica. Rejeitamos a visão daqueles que

aceitam, com servilismo, a renúncia à soberania nacional em nome de alinhamentos automáticos e ideologias fracassadas.

Defenderemos os interesses do Brasil e do povo brasileiro com firmeza, responsabilidade e altivez. Para nós, soberania não é palavra de ocasião: é princípio permanente e inegociável.

Lula encarna, como poucos, a defesa da soberania do Brasil e a esperança teimosa de um povo que não abre mão de seu próprio destino.

Proposta de governo de Flávio Bolsonaro

Política exterior e inserção global

Fonte: Programa de governo oficial registrado no TSE
https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2026-content/arquivos/proposta-pl/@@display-file/file/proposta-pl.pdf#page=62

Soberania com profissionalismo, não com ideologia

Soberania se exerce na prática, não no discurso



Soberania é a capacidade de uma nação governar a si própria, fazer suas leis e cuidar do seu território. Ela se exerce na prática, com ações concretas, e não repetindo a palavra "soberania" a todo momento. Nos últimos anos, a política externa brasileira trocou o interesse nacional pela ideologia, protegendo regimes propensos ao terror e seus criminosos.

E a soberania não começa longe, começa dentro de casa. De nada adianta um país erguer a voz contra inimigos distantes se não protege o próprio cidadão na esquina de casa, do assaltante, do traficante, do medo que tira a liberdade de andar na rua. O brasileiro quer viver em paz no seu bairro e na sua cidade, e garanti-la é a prioridade do Brasil sem Medo. Um país só se faz respeitar no mundo quando protege primeiro os seus, e quem não garante a segurança aqui dentro não tem autoridade para falar em soberania lá fora.

O governo recebeu com honras o ditador venezuelano Nicolás Maduro, fraudador do processo eleitoral e preso por narcotráfico e narcoterrorismo. Lula autorizou a atracação de navios de guerra iranianos em portos brasileiros, apesar da posição contrária de parceiros históricos, e no ano seguinte, enviou o vice-presidente da República à posse de líder do regime iraniano, marcada pela ausência de lideranças democráticas do Ocidente. Na bagagem, o governo brasileiro trouxe uma emblemática foto ao lado de lideranças terroristas, mortas poucos dias depois. Muito alinhamento ideológico, nenhum retorno para o Brasil: nem comércio, nem investimento, nem respeito.

Nossa proposta é o oposto: uma diplomacia guiada pelo profissionalismo e pelo pragmatismo, não pela ideologia. O Itamaraty voltará a ser conduzido pela competência técnica que sempre marcou seus quadros, e o Brasil voltará a privilegiar os parceiros interessados no ganho mútuo do comércio, sem escolher amigos por afinidade ideológica.

Não trataremos como adversários os nossos parceiros mais importantes e tradicionais. Nos últimos anos, as relações com países como Argentina, Estados Unidos e Israel foram levadas ao limite do rompimento. Vamos reverter esse quadro com profissionalismo e foco no interesse do Brasil. Negociaremos com todos os que interessam ao Brasil, da China à União Europeia, dos Estados Unidos aos mercados asiáticos, porque o que orienta a nossa diplomacia é o interesse do produtor e do trabalhador brasileiro, não a simpatia ou a antipatia por este ou aquele governo.

Defender a soberania de verdade não é fazer discurso: é abrir mercados para quem produz aqui, atrair investimento e garantir que o Brasil seja respeitado por sua força econômica e por sua seriedade, não por bravata.

Brasil no mundo

País integrado ao mundo é país que atrai investimento e emprego

Um país que produz precisa vender ao mundo e atrair quem queira investir aqui, sem se tornar refém de ninguém. Nosso projeto equilibra a abertura comercial com o papel do Estado de evitar a dependência excessiva em áreas críticas, como as cadeias de suprimentos e de tecnologia. É uma diplomacia que reconhece o peso de atores que vão além dos Estados, e que trabalha para aprofundar a inserção do Brasil junto aos principais polos econômicos e tecnológicos do mundo e para avançar em acordos que ampliem mercados e reduzam vulnerabilidades.

O passo mais urgente é retomar o cronograma interrompido de adesão à OCDE, incluindo o fim gradual do IOF sobre o câmbio, que é condição obrigatória do processo. A adesão à OCDE é mais do que um selo: ela exige convergência das nossas normas aos padrões internacionais, melhora a governança das empresas estatais, reduz a corrupção e integra o Brasil às melhores práticas globais. Retomar esse referencial permitirá, inclusive, superar a relativização da Lei das Estatais conduzida em 2023 por decisão judicial, devolvendo segurança e previsibilidade a quem investe. E vamos nos preparar para uma abertura comercial que dê ao setor produtivo acesso a bens de capital, tecnologia e insumos importados, num ambiente de concorrência que reduz preços e melhora a oferta ao consumidor.

Vamos executar um plano nacional de integração às cadeias globais de valor, com apoio real para o setor produtivo ganhar produtividade, tendo como prioridade a agroindústria avançada, os minerais críticos, a saúde e a economia digital, e apoiar a internacionalização das pequenas e médias empresas via BNDES e Apex-Brasil, para que o produto brasileiro chegue mais longe. Nossa energia limpa e a sustentabilidade são vantagens competitivas que sustentam essa projeção: nossa meta para 2030 é posicionar o Brasil entre os principais destinos mundiais de investimento em transição energética, tendo os biocombustíveis, a energia solar, a eólica e o hidrogênio verde como alavancas e a diplomacia como instrumento permanente. E vamos fortalecer as multinacionais brasileiras, ampliando sua presença internacional pela abertura econômica, pela adesão às regras da OCDE e por acordos comerciais de ganho mútuo. País integrado ao mundo é país que atrai investimento, e investimento é emprego que chega à ponta.

Nossas ações concentrarão esforços no combate ao crime organizado e outras ameaças à segurança e defesa nacional. Incentivaremos amplo espectro de tecnologias disponíveis, com foco em inovação como drones e inteligência artificial. Os investimentos nas Forças Armadas devem ser condizentes com a inserção de um país que é membro de diferentes blocos e grupos de nações, voltados ao enfrentamento de desafios políticos e econômicos globais.

Levando a sério o direito ao desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos no Nobel da Paz 2026

Tomar en serio el derecho al desarrollo y la defensa de los derechos humanos en el Premio Nobel de la Paz 2026

Taking seriously the right to development and the defense of human rights at the 2026 Nobel Peace Prize

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: O informe analisa o relatório *Participação no Desenvolvimento: Levando a Sério o Direito ao Desenvolvimento* examina a participação como elemento constitutivo do direito ao desenvolvimento, enfatizando que a participação deve ser ativa, livre e significativa. O documento analisa os fundamentos normativos da participação, sua relevância para a governança do desenvolvimento, os requisitos para sua efetivação e sua aplicação nos níveis local, nacional, regional e internacional. O relatório também apresenta orientações destinadas a Estados, instituições nacionais de direitos humanos, entidades das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, empresas e organizações da sociedade civil para fortalecer processos participativos na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento. Além disso, o informe aborda a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2026 a Navi Pillay que reforça o reconhecimento internacional da proteção dos direitos humanos, da justiça internacional e do fortalecimento do Estado de Direito como elementos essenciais para a construção da paz duradoura.

Palavras-chave: Direito ao desenvolvimento; participação; direitos humanos; Nobel da Paz.

Resumen: *El informe analiza el documento «Participación en el desarrollo: Tomar en serio el derecho al desarrollo», que examina la participación como elemento constitutivo del derecho al desarrollo, haciendo hincapié en que la participación debe ser activa, libre y significativa. El documento analiza los fundamentos normativos de la participación, su relevancia para la gobernanza del desarrollo, los requisitos para su materialización y su aplicación a nivel local, nacional, regional e internacional. El informe también presenta orientaciones dirigidas a los Estados, las instituciones nacionales de derechos humanos, las entidades de las Naciones Unidas, los bancos multilaterales de desarrollo, las empresas y las organizaciones de la sociedad civil para fortalecer los procesos participativos en la toma de decisiones relacionadas con el desarrollo. Además, el informe aborda la concesión del Premio Nobel de la Paz de 2026 a Navi Pillay, lo que refuerza el reconocimiento internacional de la protección de los derechos humanos, la justicia internacional y el fortalecimiento del Estado de derecho como elementos esenciales para la construcción de una paz duradera.*

Palabras clave*: Derecho al desarrollo; participación; derechos humanos; Premio Nobel de la Paz.*

Abstract: *This paper examines the report "Participation in Development: Taking the Right to Development Seriously", which explores participation as a constitutive element of the right to development, emphasizing that participation must be active, free, and meaningful. The document analyzes the normative foundations of participation, its relevance to development*

governance, the requirements for its implementation, and its application at the local, national, regional, and international levels. The report also provides guidance for States, national human rights institutions, United Nations entities, multilateral development banks, businesses, and civil society organizations to strengthen participatory processes in decision-making related to development. Furthermore, this paper addresses the awarding of the 2026 Nobel Peace Prize to Navi Pillay, which reinforces international recognition of the protection of human rights, international justice, and the strengthening of the rule of law as essential elements for building lasting peace.

Keywords: *Right to development; participation; human rights; Nobel Peace Prize.*

Introdução

O relatório *Participation in Development: Taking the Right to Development Seriously* (A/HRC/63/32) ("Participação no Desenvolvimento: Levando a Sério o Direito ao Desenvolvimento", tradução livre realizada com auxílio do tradutor DeepL), submetido ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em sua 63ª sessão, foi elaborado pelo Relator Especial sobre o Direito ao Desenvolvimento, Surya Deva, em cumprimento aos mandatos conferidos pelo Conselho. O documento tem como foco central a interpretação e operacionalização do princípio da participação ativa, livre e significativa no contexto do direito ao desenvolvimento, enfatizando a necessidade de que indivíduos e comunidades sejam reconhecidos como agentes centrais na formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento.

Surya Deva, no exercício de seu mandato como Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, dedica-se à análise de políticas, estruturas institucionais e práticas voltadas à promoção desse direito humano. No presente relatório, o autor busca demonstrar como a participação efetiva da população pode contribuir para processos decisórios mais inclusivos, transparentes e sustentáveis, ao mesmo tempo em que apresenta orientações dirigidas a diferentes atores envolvidos na governança do desenvolvimento, incluindo Estados, organismos internacionais, instituições financeiras, empresas e organizações da sociedade civil.

Este informe inclui ainda uma breve nota sobre a concessão do Prêmio Nobel da Paz de 2026 à jurista sul-africana Navanethem "Navi" Pillay, homenagem concedida pelo Comitê Norueguês do Nobel em reconhecimento à sua destacada contribuição para a promoção da paz, dos direitos humanos e do direito internacional.

A trajetória de Pillay possui particular relevância no âmbito das Nações Unidas, tendo exercido o cargo de Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos entre 2008 e 2014 e presidido mecanismos investigativos estabelecidos pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Sua atuação em tribunais internacionais e em instituições de proteção dos direitos humanos reforça a centralidade da participação, da justiça e da responsabilização internacional para a consolidação de sociedades mais inclusivas e pacíficas.

Sobre o Relatório A/HRC/63/32

I. Introdução

A. Contexto

O relatório parte da premissa de que o direito ao desenvolvimento não é um direito passivo. A pessoa humana deve atuar como participante ativa dos processos de desenvolvimento e não apenas como beneficiária de seus resultados. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986 reconhece que as políticas de desenvolvimento devem ter o ser humano como principal participante e beneficiário e determina que os Estados formulem políticas nacionais baseadas na participação ativa, livre e significativa de todos os indivíduos. O relator observa, entretanto, que ainda são frequentes modelos de tomada de decisão verticalizados, caracterizados por consultas simbólicas e limitada influência das comunidades sobre decisões que afetam suas vidas.

B. Objetivos

O relatório apresenta três objetivos principais. O primeiro consiste em aprofundar o significado da participação dentro do modelo de desenvolvimento participativo centrado no planeta. O segundo busca explicar por que a participação importa e de que forma ela pode ser implementada de maneira ativa, livre e significativa. O terceiro apresenta orientações práticas destinadas a Estados, instituições nacionais de direitos humanos, entidades das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, empresas e organizações da sociedade civil.

C. Metodologia

A metodologia empregada combina análise de instrumentos internacionais de direitos humanos, documentos normativos, literatura especializada, práticas estatais e experiências relatadas por representantes comunitários. O relator também recebeu aproximadamente setenta contribuições de Estados e outras partes interessadas e conduziu consultas virtuais com diversos segmentos da sociedade civil.

D. Escopo e limitações

O escopo do relatório concentra-se especificamente na participação de indivíduos e povos na governança do desenvolvimento econômico, tanto em nível macro quanto micro. O documento enfatiza a participação nos processos de tomada de decisão, sem aprofundar a análise da distribuição dos benefícios do desenvolvimento, devido às limitações de extensão do relatório.

II. Compreendendo a participação

A. Fundamentos normativos da participação no desenvolvimento

O relatório identifica ampla base normativa para a participação. Além da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, diversos instrumentos regionais e internacionais reconhecem esse princípio. A participação está associada ao direito à autodeterminação dos povos, ao direito de participação nos assuntos públicos e aos direitos de grupos específicos, incluindo mulheres, crianças, povos indígenas, pessoas com deficiência, minorias e trabalhadores migrantes. Também aparece em instrumentos ambientais e em documentos multilaterais contemporâneos relacionados ao desenvolvimento sustentável.

B. A participação deve ser ativa, livre e significativa

O documento define participação ativa como aquela em que indivíduos e comunidades influenciam efetivamente o processo decisório desde seu início. A participação livre pressupõe ausência de coerção, intimidação ou manipulação e condições materiais adequadas para o exercício da autonomia. Já a participação significativa exige capacidade real de influenciar tanto o processo quanto os resultados das decisões, incluindo acesso prévio à informação adequada, inclusividade e transparência sobre como as contribuições recebidas influenciaram as decisões adotadas.

C. A participação é diferente da consulta

O relatório distingue participação de consulta. As consultas frequentemente ocorrem depois que decisões fundamentais já foram tomadas e costumam limitar-se à obtenção de opiniões sobre propostas previamente definidas. Em contraste, a participação pressupõe compartilhamento de poder, coprodução de soluções e protagonismo das comunidades na formulação das políticas, programas e projetos de desenvolvimento.

D. Participação e consentimento livre, prévio e informado

O consentimento livre, prévio e informado é apresentado como uma manifestação específica de participação voltada aos povos indígenas. Embora compartilhe elementos com o conceito de participação ativa, livre e significativa, distingue-se por seu caráter coletivo e pela exigência de consentimento dos povos indígenas para decisões que afetem seus territórios, recursos e modos de vida.

III. Por que a participação é importante

A. Valor agregado

O relatório identifica seis contribuições da participação para a governança do desenvolvimento. Em primeiro lugar, amplia a base de conhecimentos disponíveis para a tomada de decisões. Em segundo, incorpora experiências vividas por diferentes grupos sociais. Em terceiro, favorece a sustentabilidade ambiental. Em quarto, fortalece o senso de pertencimento, confiança e coesão social. Em quinto, auxilia na prevenção de impactos negativos sobre direitos humanos e meio ambiente. Por fim, reduz riscos de conflitos, oposição social e atrasos na implementação de projetos de desenvolvimento.

B. Superando preocupações

O relatório reconhece preocupações relacionadas a custos, tempo e complexidade dos processos participativos. Entretanto, argumenta que tais desafios podem ser enfrentados por meio de planejamento adequado, definição clara de prazos, utilização eficiente de recursos e transparência na gestão das expectativas das comunidades envolvidas.

IV. Como alcançar uma participação ativa, livre e significativa

A. Comece a envolver as pessoas desde o início

A participação deve ocorrer desde as fases iniciais da formulação de políticas e projetos, prolongando-se durante todo o seu ciclo de vida. O relatório também defende a consideração dos interesses das gerações futuras e da natureza.

B. Adote uma abordagem baseada no ciclo de vida

A participação não deve constituir evento isolado. Deve estar presente nas etapas de concepção, aprovação, execução, monitoramento, avaliação e encerramento dos projetos de desenvolvimento.

C. Compartilhe informações acessíveis com antecedência

O acesso à informação é condição indispensável para participação efetiva. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, adequada ao público-alvo e disponibilizadas em tempo hábil para análise e deliberação.

D. Garanta a participação na concepção

Os participantes devem contribuir para o próprio desenho dos mecanismos participativos, ajudando a definir formatos, horários, metodologias e demais aspectos operacionais do processo.

E. Adote uma abordagem baseada em direitos e interseccional

A identificação dos participantes deve basear-se em direitos e considerar formas múltiplas e interligadas de discriminação. O relatório destaca a necessidade de incluir grupos historicamente marginalizados e vulnerabilizados.

F. Crie condições propícias

A participação requer eliminação de barreiras estruturais, garantia de condições socioeconômicas adequadas, acesso à informação, preservação do espaço cívico e proteção contra intimidação e represálias.

G. Incorpore mecanismos de prestação de contas

Devem existir mecanismos de reclamação e reparação que permitam contestar processos participativos inadequados e remediar impactos adversos decorrentes de decisões de desenvolvimento.

H. Aprenda com as boas práticas e compartilhe-as

O relatório reúne exemplos de boas práticas provenientes de diferentes países e organizações e propõe a criação de um repositório público de experiências relacionadas à participação em processos de desenvolvimento.

V. Participação em diferentes níveis

A. Níveis local e provincial

A participação local é considerada fundamental para projetos relacionados à energia, mineração, agricultura, sistemas alimentares e adaptação climática. São apresentados exemplos de marcos jurídicos e institucionais adotados por países como México, Quênia, Uzbequistão, Samoa, Índia, Brasil e Venezuela para ampliar a participação cidadã nos processos de desenvolvimento.

B. Nível nacional

No plano nacional, o relatório enfatiza a necessidade de estruturas que permitam participação contínua na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. São descritas experiências do Brasil, Kuwait, Arábia Saudita, Equador e El Salvador voltadas à ampliação da participação social na governança do desenvolvimento.

C. Nível regional

Projetos transfronteiriços, acordos regionais e iniciativas relacionadas a assistência ao desenvolvimento, financiamento climático e extração de minerais críticos demandam mecanismos participativos que envolvam comunidades afetadas em mais de um país.

D. Nível internacional

O relatório examina a influência das instituições internacionais nas políticas de desenvolvimento e destaca a importância de ampliar a participação dos países em desenvolvimento e das comunidades afetadas nos processos decisórios globais relacionados ao comércio, investimento, finanças, dívida pública e desenvolvimento sustentável.

VI. Conclusões e recomendações

A. Conclusões

O relatório conclui que a participação ativa, livre e significativa constitui elemento essencial do direito ao desenvolvimento e pré-condição para uma governança orientada à inclusão e à sustentabilidade. A participação agrega valor tanto aos processos quanto aos resultados do desenvolvimento e deve substituir modelos baseados exclusivamente em consultas formais.

B. Recomendações

O relator recomenda a implementação das orientações constantes do anexo por Estados, instituições nacionais de direitos humanos, entidades das Nações Unidas, bancos multilaterais de desenvolvimento, empresas e organizações da sociedade civil. Também incentiva outros tomadores de decisão a incorporarem os princípios gerais apresentados no documento em seus próprios processos decisórios.

Anexo do Relatório A/HRC/63/32: Diretrizes Operacionais para a Promoção da Participação no Desenvolvimento

O anexo do relatório A/HRC/63/32 apresenta um conjunto de orientações operacionais destinadas a diferentes atores que atuam nos processos de governança do desenvolvimento. Diferentemente do corpo principal do relatório, que se dedica à fundamentação conceitual e normativa da participação, o anexo possui caráter predominantemente prático, sistematizando recomendações voltadas à implementação do princípio da participação ativa, livre e significativa em contextos de formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas e projetos de desenvolvimento.

O anexo parte do entendimento de que a efetivação do direito ao desenvolvimento requer a atuação coordenada de múltiplos atores institucionais e sociais. Nesse sentido, as recomendações são organizadas segundo categorias específicas de destinatários, refletindo as

distintas responsabilidades assumidas por Estados, organismos internacionais, instituições financeiras, setor privado e sociedade civil na promoção de processos participativos.

Diretrizes destinadas aos Estados

No que se refere aos Estados, o anexo enfatiza a necessidade de estabelecer marcos normativos e institucionais capazes de assegurar a participação da população em todas as etapas dos processos decisórios relacionados ao desenvolvimento. As orientações destacam a importância da criação de mecanismos permanentes de participação social, da garantia do acesso tempestivo à informação pública e da adoção de medidas voltadas à inclusão de grupos tradicionalmente excluídos dos espaços de decisão. Também é ressaltada a necessidade de promover transparência, prestação de contas e mecanismos de reparação para situações em que o direito à participação seja inadequadamente observado.

Além disso, o anexo evidencia que a participação não deve ocorrer apenas em momentos consultivos ou após a definição das principais diretrizes das políticas públicas. Ao contrário, as populações potencialmente afetadas devem ser envolvidas desde as fases iniciais de planejamento, contribuindo para a identificação de prioridades, desenho de intervenções e definição de critérios de implementação e avaliação.

Diretrizes destinadas às Instituições Nacionais de Direitos Humanos

As recomendações dirigidas às Instituições Nacionais de Direitos Humanos concentram-se em sua função de promover, monitorar e proteger o direito à participação. O documento atribui a essas instituições um papel relevante na supervisão da qualidade dos processos participativos, na disseminação de informações sobre o direito ao desenvolvimento e no fortalecimento das capacidades de indivíduos e comunidades para exercerem sua participação de maneira informada e efetiva.

O anexo também reconhece a importância dessas instituições na recepção de denúncias, na análise de possíveis violações de direitos humanos relacionadas a processos de desenvolvimento e na formulação de recomendações destinadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas e dos mecanismos participativos existentes.

Diretrizes destinadas às entidades das Nações Unidas

Para as entidades integrantes do sistema das Nações Unidas, o anexo recomenda a incorporação sistemática de abordagens participativas em suas estratégias, programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento. O documento enfatiza que a participação das populações afetadas deve ser considerada elemento transversal em todas as etapas de planejamento e implementação das iniciativas apoiadas pelas agências internacionais.

Nesse contexto, o relatório destaca a necessidade de alinhamento entre as ações das Nações Unidas e os princípios internacionais de direitos humanos, assegurando que as comunidades beneficiárias possam influenciar a definição de prioridades, acompanhar a execução das atividades e participar da avaliação dos resultados alcançados.

Diretrizes destinadas aos bancos multilaterais de desenvolvimento

O anexo dedica atenção especial aos bancos multilaterais de desenvolvimento em razão da influência exercida por essas instituições sobre projetos de infraestrutura, investimentos e programas de grande escala. As orientações enfatizam a necessidade de assegurar mecanismos

adequados de participação pública antes da aprovação dos financiamentos e durante todo o ciclo de execução dos projetos.

O documento destaca a importância da divulgação prévia de informações compreensíveis e acessíveis às populações afetadas, da realização de processos participativos contínuos e da implementação de mecanismos de reclamação capazes de receber, analisar e responder às demandas das comunidades envolvidas. Também se destaca a necessidade de considerar os impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais das intervenções financiadas por essas instituições.

Diretrizes destinadas às empresas

No âmbito empresarial, as recomendações fundamentam-se na necessidade de alinhar as atividades corporativas aos padrões internacionais de direitos humanos. O anexo estabelece que as empresas devem promover processos permanentes de diálogo com comunidades potencialmente afetadas por suas operações, assegurando que a participação vá além da simples divulgação de informações ou da realização de consultas formais.

O documento ressalta que os mecanismos de engajamento comunitário devem permitir influência efetiva das populações sobre decisões capazes de produzir impactos econômicos, sociais, ambientais ou culturais. Ao mesmo tempo, recomenda-se que as empresas adotem medidas preventivas para identificar riscos e evitar consequências negativas relacionadas aos seus empreendimentos.

Diretrizes destinadas às organizações da sociedade civil

As organizações da sociedade civil são reconhecidas pelo anexo como atores fundamentais para a promoção e fortalecimento da participação. O relatório destaca sua função de mobilização comunitária, disseminação de informações, formação cidadã e apoio a grupos em situação de vulnerabilidade.

Nesse sentido, as orientações incentivam essas organizações a contribuir para a ampliação dos espaços participativos, para o fortalecimento das capacidades locais e para a promoção de processos mais inclusivos e representativos. Também lhes é atribuído papel relevante no monitoramento das políticas de desenvolvimento e na defesa dos direitos das populações afetadas por decisões públicas e privadas.

Princípios transversais das recomendações

Embora direcionadas a diferentes destinatários, as orientações constantes do anexo compartilham um conjunto comum de princípios. Entre eles destacam-se a centralidade da participação ativa, livre e significativa; o acesso prévio e adequado à informação; a inclusão e a não discriminação; a transparência dos processos decisórios; a responsabilização dos tomadores de decisão; a proteção de indivíduos e grupos contra intimidações e represálias; e a participação das comunidades ao longo de todas as fases do ciclo de desenvolvimento.

Sob a perspectiva do relatório, esses princípios constituem requisitos fundamentais para a concretização do direito ao desenvolvimento e para a construção de modelos de governança capazes de assegurar que indivíduos e comunidades participem efetivamente das decisões que afetam suas vidas e seus projetos de desenvolvimento.

Prêmio Nobel da Paz 2026 concedido a Navi Pillay

O Prêmio Nobel da Paz de 2026 foi concedido à jurista sul-africana Navanethem “Navi” Pillay, em reconhecimento aos seus esforços na promoção da paz, da justiça internacional e do fortalecimento do Estado de Direito no sistema internacional. Segundo o Comitê Norueguês do Nobel, a premiação busca reconhecer uma trajetória marcada pela defesa dos direitos humanos, pela responsabilização de autores de crimes internacionais e pela consolidação de mecanismos jurídicos voltados à prevenção e resolução pacífica de conflitos.

De acordo com o anúncio oficial publicado em NobelPrize.org, Pillay foi laureada “por seus esforços para promover a paz e o direito internacional”. O Comitê destacou que sua atuação contribuiu significativamente para a ampliação do alcance do direito internacional e para o fortalecimento de instituições responsáveis pela investigação e julgamento de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio.

Nascida em Durban, na África do Sul, em 1941, em uma família de origem tâmil indiana, Navi Pillay iniciou sua carreira como advogada durante o regime do apartheid, defendendo ativistas e oponentes da segregação racial, incluindo pessoas ligadas ao movimento liderado por Nelson Mandela. Em 1967, tornou-se a primeira mulher a estabelecer um escritório de advocacia na então província de Natal. Posteriormente, atuou como juíza da Alta Corte da África do Sul, do Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR) e do Tribunal Penal Internacional (ICC). No tribunal para Ruanda, destacou-se por decisões que consolidaram o entendimento de que estupro, violência sexual e incitação ao ódio podem constituir crimes contra a humanidade e atos de genocídio.

Imagem: Navi Pillay, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz 2026.



Fonte: Cibercuba.com

Entre 2008 e 2014, Pillay exerceu uma das mais importantes funções internacionais na área dos direitos humanos ao ocupar o cargo de Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR). Nesse período, liderou iniciativas de monitoramento e denúncia de violações de direitos humanos em diversas regiões do mundo, tornando-se uma das vozes mais influentes do sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

Sua relação com o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas estendeu-se para além do período em que chefiou o Escritório do Alto Comissariado. Entre 2021 e 2025, Pillay presidiu a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre o Território Palestino

Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e Israel, mecanismo criado pelo Conselho de Direitos Humanos para investigar alegadas violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos na região. Além disso, ao longo de sua trajetória, participou de diversos mecanismos internacionais vinculados ao sistema de direitos humanos das Nações Unidas, contribuindo para o fortalecimento dos instrumentos de responsabilização e proteção internacional.

A repercussão da premiação destacou não apenas sua longa carreira jurídica, mas também o significado político e institucional da escolha em um contexto internacional marcado por questionamentos ao sistema multilateral e às instituições de justiça internacional. O Comitê do Nobel enfatizou que a preservação da paz depende da força das normas jurídicas internacionais e da capacidade de responsabilizar autores de graves violações de direitos humanos e do direito humanitário.

Segundo Volker Türk, atual Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a concessão do prêmio a Navi Pillay representa um reconhecimento da centralidade dos direitos humanos, da justiça e da responsabilização para a construção da paz e da segurança internacionais.

Referências

UNITED NATIONS. Human Rights Council. *Participation in development: taking the right to development seriously: Report of the Special Rapporteur on the right to development, Surya Deva*. Geneva: United Nations, 2026. Documento A/HRC/63/32, 17 jul. 2026. Disponível em: https://undocs.org/A/HRC/63/32. Acesso em: 11 out. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Declaration on the Right to Development*. New York: United Nations, 1986. Resolução 41/128, de 4 de dezembro de 1986. Nova York: United Nations, 1986. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development. Acesso em: 11 out. 2026

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). Special Rapporteur on the right to development. Página institucional do mandato. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-development. Acesso em: 11 out. 2026.

UNITED NATIONS. General Assembly. *Report of the Special Rapporteur on the right to development. Documento A/80/206. New York: United Nations.* Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4087215?v=pdf Acesso em: 11 out. 2026

G1. *Navi Pillay: quem é a Nobel da Paz 2026, que lutou contra o apartheid e apontou genocídio em Gaza.* Rio de Janeiro, 9 out. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/10/09/quem-e-navi-pillay-vencedora-premio-nobel-da-paz-2026.ghtml>. Acesso em: 11 out. 2026.

NOBEL PEACE PRIZE. *Nobel Peace Prize for 2026*. Oslo, 9 out. 2026. Disponível em: <https://www.nobelpeaceprize.org/press/press-releases/nobel-peace-prize-for-2026>. Acesso em: 11 out. 2026.

NOBEL PRIZE OUTREACH. *Nobel Peace Prize 2026.* Stockholm: NobelPrize.org, 2026. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2026/summary/>. Acesso em: 11 out. 2026.

NOBEL PRIZE OUTREACH. *Navanethem "Navi" Pillay – Facts – 2026*. Stockholm: NobelPrize.org, 2026. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2026/pillay/facts/>. Acesso em: 11 out. 2026.

OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (OHCHR). *Former UN Human Rights Chief Navi Pillay wins Nobel Peace Prize*. Geneva, 9 out. 2026. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/stories/2026/10/former-un-human-rights-chief-navi-pillay-wins-nobel-peace-prize>. Acesso em: 11 out. 2026.

REUTERS. *Former ICC Judge Navi Pillay Wins 2026 Nobel Peace Prize*. Reuters, 9 out. 2026. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/world/articles/2026-10-09/navanethem-navi-pillay-wins-2026-nobel-peace-prize>. Acesso em: 11 out. 2026.

O World Health Summit 2026

La Cumbre Mundial de la Salud de 2026

The 2026 World Health Summit

Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão

Resumo: O World Health Summit 2026, realizado em Berlim, evidenciou desafios centrais da governança global em saúde, com destaque para a reforma da Organização Mundial da Saúde (OMS), o financiamento sustentável, a inovação e a preparação para futuras pandemias. O debate entre candidatos à direção-geral da OMS ampliou a transparência do processo eleitoral, mas apresentou limitações no aprofundamento de estratégias concretas para o próximo mandato. Paralelamente, o relatório do Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) revelou uma persistente lacuna entre recomendações e implementação: apenas duas das 32 recomendações principais avaliadas foram plenamente cumpridas, enquanto 69% das unidades de avaliação avançaram lentamente ou permaneceram paralisadas. Os resultados ressaltam fragilidades no compromisso político, na coordenação multissetorial, no financiamento e na cooperação internacional. Conclui-se que fortalecer a saúde global exige mecanismos independentes de monitoramento, maior responsabilização institucional e compromissos políticos sustentados, capazes de converter evidências científicas e acordos internacionais em ações efetivas, equitativas e verificáveis.

Palavras-chave: WHS; Cooperação Internacional; OMS.

Resumen: *La World Health Summit 2026, celebrada en Berlín, puso de relieve desafíos centrales de la gobernanza global en salud, destacando la reforma de la Organización Mundial de la Salud (OMS), la financiación sostenible, la innovación y la preparación ante futuras pandemias. El debate entre los candidatos a la dirección general de la OMS aumentó la transparencia del proceso electoral, pero mostró limitaciones a la hora de profundizar en estrategias concretas para el próximo mandato. Paralelamente, el informe del Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) reveló una brecha persistente entre las recomendaciones y su implementación: solo dos de las 32 recomendaciones principales evaluadas se cumplieron plenamente, mientras que el 69 % de las áreas evaluadas avanzaron lentamente o permanecieron estancadas. Los resultados subrayan debilidades en el compromiso político, la coordinación multisectorial, la financiación y la cooperación internacional. Se concluye que fortalecer la salud global requiere mecanismos de seguimiento independientes, una mayor rendición de cuentas institucional y compromisos políticos sostenidos, capaces de transformar la evidencia científica y los acuerdos internacionales en acciones efectivas, equitativas y verificables.*

Palabras clave: *WHS; Cooperación Internacional; OMS.*

Abstract*: The 2026 World Health Summit, held in Berlin, highlighted key challenges in global health governance—most notably the reform of the World Health Organization (WHO), sustainable financing, innovation, and preparedness for future pandemics. While the debate among candidates for the position of WHO Director-General enhanced the transparency of the electoral process, it fell short in terms of detailing concrete strategies for the upcoming term. Concurrently, a report by the Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) revealed a persistent gap between recommendations and their implementation: only two of the 32 core*

recommendations assessed were fully met, while 69% of the areas evaluated showed little progress or remained at a standstill. These findings underscore weaknesses in political commitment, multisectoral coordination, financing, and international cooperation. Ultimately, strengthening global health requires independent monitoring mechanisms, greater institutional accountability, and sustained political commitment—all essential for translating scientific evidence and international agreements into effective, equitable, and verifiable actions.

***Keywords**: WHS; International Cooperation; WHO.*

World Health Summit e o primeiro debate entre candidatos

Realizado entre 11 e 13 de outubro, em Berlim, o World Health Summit 2026 reuniu representantes de diferentes países, organizações internacionais, governos, academia e sociedade civil para discutir os principais desafios contemporâneos da saúde global. Sob o tema *From Crisis to Resilience: Innovating for Health* (Da crise à resiliência: inovar para a saúde), o encontro foi marcado por discussões sobre a reforma da arquitetura global de saúde, o financiamento sustentável, a autonomia dos países na definição de suas prioridades e o papel da inovação no desenvolvimento e na distribuição de soluções em saúde. Nesse contexto, o debate entre candidatos à direção-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS) assumiu particular relevância, ao colocar em evidência as diferentes perspectivas sobre o futuro da instituição. Entretanto, apesar da importância do encontro, as discussões também revelaram uma distância significativa entre o reconhecimento da necessidade de mudanças e a apresentação de estratégias suficientemente claras para concretizá-las.

O primeiro debate público entre candidatos à direção-geral da OMS, realizado no dia 11 de outubro, constituiu uma oportunidade relevante para aproximar a comunidade internacional do processo de escolha da liderança de uma das principais instituições multilaterais de saúde. Dos sete candidatos à disputa, quatro participaram presencialmente da sessão: Hanan Al-Kuwari (Qatar), Budi Gunadi Sadikin (Indonésia), María Neira (Espanha) e Gevorg Tamamyan (Armênia/Botswana). O encontro ocorreu em um momento particularmente delicado para a organização, diante dos cortes orçamentários, da redução de aproximadamente 25% de sua força de trabalho e das pressões por mudanças na estrutura e no funcionamento da governança global de saúde.

Apesar da relevância dos temas abordados e da diversidade de perspectivas apresentadas, o debate foi superficial diante da complexidade dos desafios que a próxima direção-geral terá de enfrentar. Os candidatos reconheceram a necessidade de reformar a OMS, fortalecer sua credibilidade, melhorar a eficiência institucional e recuperar a confiança dos países e dos financiadores. Contudo, a discussão permaneceu predominantemente no nível das intenções e das orientações gerais, sem aprofundar suficientemente as estratégias, os instrumentos e as condições políticas necessárias para transformar essas propostas em mudanças efetivas.

A principal fragilidade do encontro foi a ausência de uma discussão estratégica mais consistente sobre o próximo mandato. Embora os candidatos tenham apresentado prioridades para os primeiros cem dias de gestão e visões gerais sobre o que considerariam um mandato bem-sucedido, faltaram explicações mais detalhadas sobre como pretendem enfrentar os problemas estruturais da organização, estabelecer prioridades diante da escassez de recursos e

conciliar interesses políticos divergentes entre os Estados-membros. Em outras palavras, o debate permitiu identificar algumas intenções, mas ofereceu elementos limitados para avaliar a viabilidade das propostas e a capacidade de cada candidato de conduzir uma transformação institucional de longo prazo.

As diferenças entre os participantes foram perceptíveis. Hanan Al-Kuwari leu sobre suas principais propostas e defendeu uma revisão funcional independente dos três níveis da organização: sede, escritórios regionais e representações nacionais, além de medidas para reduzir duplicações administrativas e fortalecer o financiamento por meio de contribuições obrigatórias dos Estados-membros. María Neira enfatizou a necessidade de priorizar a prevenção, especialmente diante dos riscos ambientais e climáticos, e de integrar a saúde às decisões governamentais em áreas que ultrapassam o setor sanitário. Budi Gunadi Sadikin, por sua vez, argumentou que a OMS deveria concentrar-se em suas funções normativas e científicas, apoiando os países na mobilização de recursos para executar seus próprios planos de saúde. Gevorg Tamamyan destacou a necessidade de orientar a atuação institucional para os resultados concretos na vida dos pacientes, em vez de privilegiar processos burocráticos.

Essas perspectivas apontam para diferentes concepções sobre o papel e o funcionamento da OMS. No entanto, a apresentação de prioridades distintas não foi acompanhada de uma exploração proporcional dos dilemas envolvidos em sua implementação. Como reformar a estrutura administrativa sem comprometer a capacidade operacional da organização? Como ampliar o financiamento previsível e flexível em um contexto de restrições orçamentárias? Como fortalecer a autonomia dos países sem enfraquecer a coordenação internacional necessária para responder a ameaças que ultrapassam fronteiras? E como assegurar que a eficiência institucional se traduza em melhores resultados sanitários? Essas questões exigiam maior aprofundamento, sobretudo porque constituem parte central dos desafios que definirão o próximo mandato.

A crítica não significa desconsiderar a importância da exposição pública dos candidatos. Ao contrário, a realização do debate representou um avanço em termos de transparência e participação no processo de escolha da liderança da OMS. O problema reside na limitação do conteúdo estratégico apresentado. Como observou Michel Kazatchkine, ex-diretor executivo do Fundo Global, a conversa permaneceu em um nível elevado e pouco controverso, sem enfrentar suficientemente questões estruturais, como a relação entre a sede e os escritórios regionais, a escolha dos diretores regionais e a coordenação entre a OMS e outras instituições de saúde global (1). Também houve pouco aprofundamento sobre a própria ciência como fundamento da atuação normativa da organização.

Além disso, a ausência de três dos sete candidatos limitou a possibilidade de uma comparação abrangente entre as propostas em disputa. O encontro deve entendido como um primeiro momento de apresentação pública, e não serve ainda como uma avaliação conclusiva das alternativas para a liderança da instituição. A expectativa é que as próximas etapas do processo eleitoral permitam uma discussão mais substantiva sobre prioridades, compromissos, mecanismos de execução e critérios para avaliar os resultados do mandato.

Em última análise, o desafio da próxima direção-geral não será apenas formular uma visão para a OMS, mas definir como implementá-la em um ambiente marcado por disputas geopolíticas, restrições financeiras e demandas crescentes por maior eficiência e responsabilização. Sem objetivos estratégicos claros, responsabilidades bem definidas e

mecanismos transparentes de acompanhamento, o discurso de reforma corre o risco de permanecer no plano das declarações de intenção. A questão central, portanto, não é somente o que os candidatos desejam mudar, mas como pretendem fazê-lo, com quais recursos, em que prazo e sob quais mecanismos de prestação de contas.

As limitações observadas no debate eleitoral refletem um desafio mais amplo que atravessou o World Health Summit: a necessidade de reorganizar a arquitetura global de saúde sem comprometer as funções essenciais de cooperação internacional. Ao longo do encontro, a expressão “reforma da arquitetura global de saúde” apareceu repetidamente, indicando um reconhecimento crescente de que o modelo atual enfrenta problemas de fragmentação, sobreposição de responsabilidades e dificuldades de coordenação entre instituições e países.

Um dos principais eixos dessa discussão foi o fortalecimento da liderança nacional na definição das prioridades sanitárias. A defesa de que os países devem ter maior controle sobre seus planos, orçamentos e recursos responde à necessidade de aproximar as decisões das realidades locais e reduzir a fragmentação provocada por iniciativas paralelas de diferentes parceiros internacionais. A proposta de integrar os esforços em torno de um plano nacional, um orçamento e mecanismos coordenados de implementação procura tornar o financiamento mais coerente com as necessidades identificadas pelos próprios países.

Entretanto, a ampliação da soberania nacional não resolve, por si só, os problemas de governança e responsabilização. É necessário esclarecer quem define as prioridades dentro de cada país, como as decisões são fiscalizadas e de que maneira governos e parceiros internacionais respondem pelos compromissos assumidos. A autonomia só se traduz em transformação efetiva quando vem acompanhada de capacidade institucional, transparência e mecanismos que permitam verificar se os recursos estão produzindo resultados concretos.

Outro ponto relevante diz respeito ao risco de que a reorganização institucional seja tratada como um objetivo em si mesma. A redução de estruturas, a consolidação de funções e a aproximação entre organizações podem contribuir para melhorar a eficiência, mas não garantem automaticamente a continuidade dos serviços ou a preservação de funções essenciais. A experiência discutida no contexto da resposta ao HIV e do futuro do UNAIDS ilustra essa preocupação: mudanças organizacionais precisam esclarecer quais responsabilidades serão mantidas, quem ficará encarregado de executá-las e quais recursos estarão disponíveis para assegurar sua continuidade.

Nesse sentido, a reforma da arquitetura global de saúde deveria começar pela identificação das funções necessárias, e não pela decisão prévia de quais instituições devem ser reduzidas ou reorganizadas. Algumas responsabilidades podem ser desempenhadas de maneira mais eficaz no nível nacional, enquanto outras dependem de coordenação regional ou global. A questão fundamental é assegurar que a transferência de funções não resulte em lacunas de responsabilidade, perda de capacidade técnica ou enfraquecimento da participação das comunidades.

O financiamento constituiu outro tema central do Summit, especialmente diante das dificuldades de garantir recursos previsíveis para a cooperação internacional em saúde. A redução dos recursos disponíveis e a dependência de fontes de financiamento específicas tornam mais urgente a discussão sobre a sustentabilidade das instituições e a distribuição das responsabilidades entre governos e parceiros internacionais.

A busca por maior participação dos países no financiamento de seus próprios sistemas pode fortalecer a capacidade nacional de decisão e reduzir dependências externas. Contudo, essa transição precisa considerar as diferenças de capacidade fiscal e as necessidades de países em situações de fragilidade ou emergência humanitária. A diminuição do apoio externo, quando não acompanhada de recursos nacionais suficientes ou de mecanismos alternativos de financiamento, pode comprometer a continuidade de serviços essenciais e ampliar desigualdades.

Nesse contexto, a cooperação internacional permanece indispensável para financiar bens públicos globais, como a preparação para pandemias e o desenvolvimento de vacinas. A discussão não deve se limitar, portanto, à redução da fragmentação ou ao aumento da eficiência administrativa, mas considerar também como garantir recursos sustentáveis para atividades cujo benefício ultrapassa as fronteiras nacionais.

A inovação, por sua vez, foi apresentada como uma dimensão importante da transformação dos sistemas de saúde. As discussões abrangeram o desenvolvimento de produtos de saúde, a produção farmacêutica local, os mecanismos de compras regionais e a utilização da inteligência artificial na assistência, na pesquisa e na segurança sanitária. Entretanto, o Summit também evidenciou que a inovação não depende apenas do desenvolvimento tecnológico. Sua implementação requer financiamento previsível, regulação adequada, capacidade de produção, sistemas de aquisição funcionais e estratégias que permitam levar as soluções às populações que delas necessitam.

A experiência de acesso desigual às vacinas durante a pandemia de COVID-19, mencionada nas discussões sobre a capacidade produtiva dos países africanos, demonstra a distância que pode existir entre a disponibilidade de uma tecnologia e seu acesso efetivo. Da mesma forma, a aplicação da inteligência artificial na saúde exige considerar a preparação dos profissionais, a participação das equipes na concepção das ferramentas e a garantia de que a tecnologia apoie o trabalho em saúde, em vez de ser tratada como uma solução independente das condições reais de prestação dos serviços.

Esses debates reforçam a necessidade de avaliar as políticas de inovação não apenas pelo potencial dos produtos ou pela modernização institucional, mas também por sua contribuição para o acesso, a qualidade e a equidade. Uma tecnologia só cumpre plenamente sua finalidade quando existem condições para que seus benefícios cheguem às pessoas e aos sistemas que mais precisam dela.

O World Health Summit 2026 evidenciou tanto a urgência de reformar a governança global de saúde quanto as dificuldades políticas, financeiras e institucionais de transformar essa agenda em resultados concretos. O debate entre os candidatos à direção-geral da OMS foi relevante por ampliar a visibilidade do processo eleitoral e apresentar diferentes perspectivas sobre o futuro da organização. Ainda assim, sua abordagem superficial e a ausência de estratégias suficientemente detalhadas limitaram a possibilidade de compreender como os candidatos pretendem enfrentar os principais desafios do próximo mandato.

Essa limitação dialoga com uma questão mais ampla presente no encontro: a distância entre o consenso sobre a necessidade de mudança e a definição dos mecanismos necessários para implementá-la. A defesa da soberania nacional, da eficiência institucional, da inovação e da sustentabilidade financeira só terá significado concreto se vier acompanhada de responsabilidades claras, recursos adequados e mecanismos de prestação de contas.

O desafio da saúde global não consiste simplesmente em construir instituições menores, desenvolver novas tecnologias ou transferir maior autoridade aos governos nacionais. Consiste em garantir que as mudanças na governança e no financiamento fortaleçam a capacidade de responder às necessidades de saúde, preservem a cooperação internacional e reduzam desigualdades no acesso aos serviços. Nesse sentido, o principal critério para avaliar as reformas propostas não deve ser apenas sua eficiência administrativa, mas sua capacidade de melhorar a vida das pessoas.

A questão que permanece após o Summit é, portanto, direta: como transformar a ambição de reformar a saúde global em compromissos políticos, financeiros e institucionais verificáveis? A resposta dependerá menos da quantidade de propostas apresentadas e mais da clareza das estratégias, da definição de responsabilidades e da capacidade de demonstrar resultados. É nesse terreno que a próxima liderança da OMS e os demais atores da saúde global serão efetivamente colocados à prova.

Entre alertas e inércia: os limites da preparação global para futuras pandemias

A preparação para futuras pandemias permanece um dos principais desafios da governança global em saúde. Apesar dos avanços institucionais registrados após a pandemia de COVID-19, o risco pandêmico continua elevado, enquanto a capacidade de resposta coletiva enfrenta limitações políticas, financeiras e organizacionais. Essa é a principal mensagem do relatório *Getting Ahead of Pandemic Risk: Insights from 8 Years of Global Preparedness Monitoring*, apresentado pelo Global Preparedness Monitoring Board (GPMB) durante o World Health Summit 2026, em Berlim. Ao avaliar oito anos de monitoramento da preparação global, o documento evidencia uma contradição fundamental: o mundo dispõe hoje de mais conhecimento, instrumentos e mecanismos institucionais para enfrentar ameaças pandêmicas, mas continua a apresentar dificuldades para transformar esse conhecimento em compromissos políticos e ações efetivas.

O diagnóstico torna-se particularmente relevante diante do enfraquecimento do impulso reformista que se seguiu à COVID-19. A criação do Fundo Pandêmico, em 2022, e a adoção do Acordo Pandêmico, em 2025, representaram iniciativas importantes para fortalecer a preparação internacional. Entretanto, esses avanços coexistem com mudanças climáticas, degradação ambiental, desconfiança nas instituições e redução da ajuda internacional em saúde. O relatório também cita modelagens que estimam uma probabilidade superior a 20% de ocorrência, na próxima década, de uma nova pandemia com mortalidade comparável à da COVID-19. Trata-se de uma estimativa de risco, e não de uma previsão de que uma pandemia dessa magnitude necessariamente ocorrerá.

A questão central, portanto, não é apenas a possibilidade de uma nova emergência sanitária, mas a capacidade dos países e das instituições internacionais de reduzir a vulnerabilidade coletiva antes que ela se concretize. O GPMB define o risco pandêmico como resultado do equilíbrio entre os fatores que aumentam a probabilidade e o impacto das pandemias e as capacidades de prevenção, preparação e resiliência que podem reduzi-los. Essa abordagem evidencia que o risco não depende exclusivamente da circulação de agentes infecciosos ou da capacidade técnica dos sistemas de saúde. Ele também é condicionado por decisões políticas, desigualdades, financiamento, confiança pública e articulação entre diferentes setores.

Um dos resultados mais expressivos do relatório é a distância entre as recomendações formuladas ao longo dos últimos anos e o grau de implementação alcançado. Das 32 recomendações principais avaliadas, apenas duas foram plenamente cumpridas. Além disso, 69% das unidades de avaliação foram classificadas como lentas ou paralisadas, enquanto 31% estavam no prazo ou adiantadas. Os números indicam que o desafio da preparação pandêmica não pode ser compreendido apenas como uma insuficiência de conhecimento técnico ou de propostas de reforma.

A análise realizada pelo GPMB distingue três etapas do processo de mudança: compromisso político, construção da arquitetura institucional e implementação. Essa diferenciação é importante porque permite identificar em que momento as recomendações deixam de avançar. Segundo o relatório, 87% das recomendações relacionadas ao compromisso político e 81% daquelas relativas à arquitetura institucional estavam lentas ou paralisadas. Em contrapartida, 59% das recomendações de implementação encontravam-se no prazo ou adiantadas.

Essa diferença sugere que, em determinadas áreas, os obstáculos mais significativos surgem antes mesmo da execução técnica: na disposição dos governos para assumir compromissos duradouros e na capacidade de estabelecer estruturas institucionais que sustentem a ação coletiva. Embora a implementação também apresente dificuldades, os resultados indicam que a existência de soluções técnicas não garante que sejam criadas as condições políticas necessárias para colocá-las em prática.

O achado desafia uma abordagem frequentemente adotada na governança internacional, segundo a qual novas recomendações, mecanismos ou acordos seriam suficientes para corrigir fragilidades identificadas em crises anteriores. O próprio histórico analisado pelo GPMB aponta para a repetição de alertas e propostas que não foram integralmente executados. Como observou o professor Hajime Inoue durante a discussão no Summit, as advertências atuais recordam recomendações formuladas após crises anteriores, incluindo a gripe aviária H5N1 e a epidemia de Ebola na África Ocidental.

O problema, assim, não se limita à formulação de políticas. Ele envolve a capacidade de manter a atenção política e os recursos necessários mesmo quando a emergência deixa de ocupar o centro da agenda pública. A preparação pandêmica exige investimentos e decisões anteriores à crise, mas a urgência dessas medidas tende a ser menos visível do que a resposta a uma emergência já instalada. Sem mecanismos que preservem a continuidade dos compromissos, o risco é repetir o ciclo de mobilização durante as crises, seguido de perda de prioridade quando a pressão imediata diminui.

O relatório também evidencia que os riscos pandêmicos se desenvolvem de maneira interconectada, envolvendo fatores sanitários, ambientais, sociais, econômicos e políticos. As mudanças climáticas e a degradação ambiental alteram as condições em que seres humanos, animais e ecossistemas interagem, enquanto a desconfiança institucional pode dificultar a circulação de informações e a adesão às medidas de saúde pública. Ao mesmo tempo, as limitações de financiamento e a fragmentação da cooperação internacional reduzem a capacidade de antecipar ameaças e responder de forma coordenada.

Nesse contexto, uma das conclusões mais relevantes do documento é que os riscos evoluem de maneira intersetorial mais rapidamente do que a preparação consegue integrar os diferentes setores envolvidos. Embora a abordagem de Saúde Única (*One Health*) reconheça a

interdependência entre saúde humana, saúde animal e meio ambiente, sua incorporação às estruturas de governança permanece insuficiente. O relatório identifica que 75% das recomendações relacionadas a essa abordagem e 90% das iniciativas de envolvimento multissetorial avançaram lentamente ou permaneceram paralisadas.

Esses resultados revelam uma lacuna entre o reconhecimento conceitual da natureza complexa das pandemias e a organização prática das respostas. A prevenção de ameaças que emergem da interação entre seres humanos, animais e ambiente não pode depender exclusivamente das autoridades sanitárias. Ela exige coordenação com setores como agricultura, ambiente, transporte, comércio e finanças, além de mecanismos que permitam compartilhar informações e responsabilidades.

Entretanto, ampliar a participação institucional não significa simplesmente acrescentar novos organismos a uma estrutura já fragmentada. É necessário definir responsabilidades, integrar os sistemas existentes e garantir que as informações produzidas possam orientar decisões concretas. Caso contrário, a expansão dos mecanismos de coordenação corre o risco de aumentar a complexidade administrativa sem resolver as falhas que comprometem a prevenção.

A dimensão social também merece atenção. A desconfiança nas instituições, destacada pelo GPMB, pode comprometer a interpretação das informações, a colaboração entre organizações e a resposta das comunidades durante emergências sanitárias. Por isso, a preparação não deve ser tratada apenas como uma questão de vigilância epidemiológica e capacidade hospitalar. Ela depende igualmente da construção de relações de confiança, da transparência institucional e da participação das populações afetadas pelas decisões.

Diante dessas limitações, o GPMB defende a criação de um mecanismo global de monitoramento do risco pandêmico que seja independente, contínuo e diretamente conectado aos processos políticos internacionais. A proposta procura responder a uma fragilidade fundamental dos modelos atuais: a dificuldade de assegurar que os resultados do monitoramento sejam incorporados às decisões governamentais e às prioridades de financiamento.

O mecanismo proposto deverá ter um mandato estabelecido pelos Estados-membros por meio da Assembleia Mundial da Saúde, com prestação de contas à Assembleia Geral das Nações Unidas e articulação com fóruns e instituições internacionais, incluindo o G20, os BRICS+, a ASEAN, a União Africana e instituições financeiras. A intenção é aproximar a avaliação técnica do risco dos espaços em que são tomadas decisões políticas, econômicas e orçamentárias.

A proposta parte de um princípio importante: a produção de evidências, isoladamente, não garante mudanças. Para que os alertas produzam consequências, é necessário estabelecer canais institucionais que determinem como os riscos identificados serão discutidos, quais respostas serão consideradas e como os compromissos assumidos poderão ser acompanhados.

No entanto, a criação de mais um mecanismo internacional não assegura, por si só, maior responsabilização. Seu impacto dependerá da clareza do mandato, da independência das avaliações, da transparência dos dados e da capacidade de vincular os resultados do monitoramento a decisões concretas. Também será necessário evitar a duplicação de estruturas e a sobreposição de competências, problemas que o próprio debate sobre a reforma da arquitetura global de saúde procura enfrentar.

Nesse sentido, a proposta do GPMB contém uma tensão que precisa ser explicitamente considerada: como preservar a independência de uma avaliação global quando sua efetividade depende de governos e instituições que nem sempre têm interesse ou capacidade de agir sobre as conclusões apresentadas? A resposta não está apenas no desenho institucional, mas também na criação de mecanismos transparentes de acompanhamento e na possibilidade de identificar publicamente onde os compromissos deixam de ser cumpridos.

O financiamento constitui outra dimensão decisiva da preparação pandêmica. O relatório identifica que quase três quartos das recomendações financeiras avaliadas avançaram lentamente ou permaneceram paralisadas. Essa dificuldade demonstra que a mobilização de recursos continua condicionada à continuidade dos compromissos políticos e à capacidade de transformar declarações de apoio em estruturas de financiamento sustentáveis.

A distância entre os recursos anunciados e aqueles efetivamente disponíveis para as respostas locais ilustra a complexidade do problema. Durante uma discussão sobre financiamento da preparação pandêmica no World Health Summit, o diretor-geral do Africa CDC, Jean Kaseya, mencionou uma discrepância na resposta ao Ebola na República Democrática do Congo: enquanto os doadores internacionais reportavam o desembolso de 700 milhões de dólares, as autoridades locais tinham conhecimento de apenas 160 milhões de dólares que haviam chegado à linha de frente.

O exemplo, conforme relatado no material do Summit, evidencia a importância de acompanhar o percurso dos recursos financeiros, desde os compromissos iniciais dos financiadores até sua alocação efetiva e seu impacto operacional. Sem essa rastreabilidade, os valores anunciados não permitem compreender plenamente a capacidade real de resposta nos territórios afetados.

A questão não é apenas quanto dinheiro é mobilizado, mas como ele é distribuído, em que prazo se torna disponível e se chega às estruturas responsáveis pela prevenção e pelo atendimento. Essa perspectiva é especialmente relevante para países que enfrentam limitações fiscais e dependem de apoio internacional para fortalecer a vigilância, os laboratórios, os sistemas de saúde e as capacidades de resposta a emergências.

Ao mesmo tempo, a necessidade de maior apropriação nacional do financiamento deve ser considerada à luz das desigualdades entre países. A ampliação da responsabilidade dos governos nacionais pode fortalecer a autonomia e a sustentabilidade dos sistemas, mas não elimina a necessidade de cooperação internacional, sobretudo onde os recursos domésticos são insuficientes. A preparação para pandemias deve ser entendida como um bem público global, cuja proteção depende de capacidades nacionais e de mecanismos coletivos de financiamento.

Tecnologia e inteligência artificial: instrumentos de integração, não substitutos da ação política

Entre as recomendações apresentadas, o GPMB propõe um modelo federado de monitoramento, capaz de conectar sistemas e fontes de informação já existentes, em vez de criar uma nova estrutura paralela. A proposta prevê o uso de ferramentas digitais e inteligência artificial para integrar dados, acompanhar a evolução dos riscos e identificar os pontos em que a cadeia entre alerta, decisão política, financiamento e implementação deixa de funcionar.

A abordagem pode contribuir para superar a fragmentação das informações e oferecer uma visão mais contínua do risco pandêmico. Em vez de produzir avaliações isoladas, o sistema

procuraria acompanhar o processo desde os fatores que favorecem o surgimento de ameaças até a capacidade de resposta e os impactos efetivamente observados.

Contudo, o potencial tecnológico não deve ser confundido com a capacidade de resolver problemas políticos e institucionais. Sistemas mais sofisticados podem melhorar a identificação de lacunas, mas não garantem que os governos adotem as medidas recomendadas, disponibilizem recursos ou coordenem suas ações. A própria análise do GPMB sugere que a principal restrição não está na ausência de evidências, mas na insuficiência de vontade e capacidade política para convertê-las em ação.

Além disso, um mecanismo digital internacional exige transparência, acesso equitativo aos dados, governança adequada da inteligência artificial e supervisão humana. A qualidade das avaliações dependerá não apenas das ferramentas utilizadas, mas também da qualidade das informações disponíveis, da participação dos diferentes países e da capacidade de identificar limitações e possíveis vieses.

A tecnologia deve, portanto, ser considerada um instrumento de apoio à governança, e não uma solução autônoma. Seu valor dependerá de sua integração com processos decisórios transparentes, responsabilidades definidas e compromissos verificáveis.

O relatório do GPMB apresenta um diagnóstico que ultrapassa a avaliação técnica da preparação para pandemias. Ao demonstrar que apenas duas das 32 recomendações principais foram plenamente cumpridas e que 69% das unidades avaliadas estão lentas ou paralisadas, o documento evidencia uma dificuldade persistente de transformar aprendizados de crises anteriores em mudanças sustentáveis.

A principal contradição é que o mundo reconhece cada vez mais a natureza multissetorial e interconectada do risco pandêmico, mas continua a responder por meio de estruturas e compromissos que avançam de forma desigual. A insuficiência de coordenação, a fragilidade do financiamento, a desconfiança institucional e a falta de continuidade política limitam a capacidade de antecipar ameaças e reduzem a efetividade das reformas.

A proposta de um novo mecanismo independente de monitoramento representa uma tentativa de enfrentar essa lacuna, aproximando evidências técnicas dos espaços de decisão política e ampliando a transparência sobre o progresso das recomendações. Entretanto, sua criação não deve ser confundida com a solução do problema. O mecanismo somente produzirá resultados se conseguir estabelecer vínculos efetivos entre monitoramento, responsabilização, financiamento e ação coletiva.

Com o encerramento do mandato do GPMB previsto para dezembro de 2026, a transição para uma nova estrutura torna-se uma oportunidade para preservar o conhecimento acumulado e fortalecer o acompanhamento contínuo dos riscos. O encerramento do Conselho não deveria significar o fim do monitoramento independente, mas a passagem para um modelo capaz de responder às limitações identificadas ao longo de seus oito anos de atuação.

Em última análise, a preparação pandêmica exige mais do que novos acordos, indicadores ou estruturas institucionais. Exige a capacidade de manter compromissos políticos antes que as crises se instalem, assegurar recursos onde são necessários e transformar evidências em decisões verificáveis. O relatório coloca, assim, uma questão fundamental para a governança global em saúde: se os obstáculos à preparação são conhecidos, o desafio decisivo

já não é apenas identificar o que precisa mudar, mas garantir que os atores responsáveis estejam dispostos e capacitados a fazê-lo.

Referências

1. Sassmannshausen F. WHO director-general candidates address global health reform in first public campaign event — health policy [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/who-director-general-forum/. Acesso em 14 out.2026.
2. Global Preparedness Monitoring Board. Getting ahead of pandemic risk — Insights from 8 years of global preparedness monitoring. GPMB synthesis report and blueprint for the future (2026) [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2026. Disponível em: https://gpmb.org/docs/librariesprovider17/default-document-library/gpmb-insights-report-2026.pdf?sfvrsn=290ab69f_1. Acesso em 14 out. 2026.

Um forte El Niño, os efeitos do calor e a contaminação química

Un fuerte fenómeno de El Niño, los efectos del calor y la contaminación química

A strong El Niño, the effects of heat, and chemical contamination

Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: O calor extremo e a exposição a substâncias tóxicas provocam doenças e mortes evitáveis, exigindo respostas coordenadas dos serviços de saúde e das autoridades ambientais. Este informe apresenta iniciativas das Nações Unidas e de organizações parceiras divulgadas em setembro e outubro de 2026, explicando os problemas abordados, os dados disponíveis e as medidas propostas. A Organização Meteorológica Mundial alertou para o fortalecimento do El Niño, fenômeno de aquecimento do Pacífico equatorial que altera temperaturas e chuvas, ampliando riscos de calor, secas e inundações. Em Bangkok, o Fórum Global sobre Calor apresentou recursos científicos para orientar planos de prevenção, sistemas de alerta, proteção de trabalhadores e redução do aquecimento em edifícios. Uma síntese internacional estimou 546 mil mortes anuais associadas ao calor entre 2012 e 2021. Na saúde materna, uma pesquisa com profissionais de cinco países mostrou que 73% percebiam aumento de complicações relacionadas ao calor, reforçando a necessidade de preparar o atendimento a gestantes e recém-nascidos. No campo da mitigação climática, foram aprovadas metodologias que permitem a projetos de cocção mais eficiente buscar créditos de carbono, embora os benefícios sanitários dependam da redução efetiva da poluição doméstica. Para prevenir danos químicos, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente anunciou US$ 5,4 milhões para nove projetos voltados à regulação, ao manejo de pesticidas e à segurança ocupacional. A avaliação da Convenção de Minamata destacou medidas para reduzir o uso de mercúrio, substância que ameaça o desenvolvimento neurológico. A campanha sobre chumbo enfatizou a identificação e eliminação de fontes de exposição, enquanto a Organização Mundial da Saúde prepara orientações globais para 2027.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Calor extremo; Saúde ambiental; Substâncias químicas; Nações Unidas.

Resumen: *El calor extremo y la exposición a sustancias tóxicas causan enfermedades y muertes evitables, por lo que requieren respuestas coordinadas de los servicios sanitarios y las autoridades ambientales. Este informe presenta iniciativas de las Naciones Unidas y organizaciones asociadas divulgadas en septiembre y octubre de 2026, explicando los problemas abordados, la evidencia disponible y las medidas propuestas. La Organización Meteorológica Mundial alertó sobre el fortalecimiento de El Niño, un calentamiento del Pacífico ecuatorial que modifica temperaturas y precipitaciones, aumentando los riesgos de calor, sequías e inundaciones. En Bangkok, el Foro Mundial sobre el Calor presentó recursos científicos para orientar planes preventivos, sistemas de alerta, protección laboral y medidas contra el sobrecalentamiento de edificios. Una síntesis internacional estimó 546.000 muertes anuales asociadas al calor entre 2012 y 2021. En salud materna, una encuesta realizada entre profesionales de cinco países mostró que el 73% percibía un aumento de complicaciones relacionadas con el calor, destacando la preparación de la atención a embarazadas y recién*

nacidos. En mitigación climática, se aprobaron metodologías que permiten a proyectos de cocción más eficiente solicitar créditos de carbono, aunque sus beneficios sanitarios dependen de reducir efectivamente la contaminación doméstica. Para prevenir daños químicos, el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente anunció US$5,4 millones destinados a nueve proyectos de regulación, manejo de pesticidas y seguridad ocupacional. Una evaluación del Convenio de Minamata destacó medidas para reducir el uso de mercurio, sustancia que amenaza el desarrollo neurológico. La campaña sobre plomo enfatizó identificar y eliminar fuentes de exposición, mientras la Organización Mundial de la Salud prepara orientaciones para 2027

Palabras clave: *Cambio climático; Calor extremo; Salud ambiental; Sustancias químicas; Naciones Unidas.*

Abstract: *Extreme heat and exposure to toxic substances cause preventable illness and death, requiring coordinated responses from health services and environmental authorities. This report describes initiatives from the United Nations and partner organizations announced in September and October 2026, explaining the problems addressed, available evidence and proposed measures. The World Meteorological Organization warned of a strengthening El Niño, a warming of the equatorial Pacific that changes temperatures and rainfall, increasing risks of heat, drought and flooding. In Bangkok, the Global Heat Forum presented scientific resources to guide prevention plans, warning systems, worker protection and measures to reduce overheating in buildings. An international synthesis estimated 546,000 annual deaths associated with heat between 2012 and 2021. In maternal health, a survey of professionals in five countries found that 73% perceived increasing complications linked to heat, highlighting the need to prepare care for pregnant women and newborns. In climate mitigation, new methodologies allow projects promoting more efficient cooking to seek carbon credits, although health benefits depend on actual reductions in household air pollution. To prevent chemical harm, the United Nations Environment Programme announced US$5.4 million for nine projects supporting regulation, pesticide management and occupational safety. A review of the Minamata Convention highlighted measures to reduce mercury use, a substance that threatens neurological development. The lead poisoning prevention campaign emphasized identifying and eliminating exposure sources, while the World Health Organization develops global guidance for 2027. The report distinguishes forecasts, professional perceptions, mortality estimates and funding announcements, explaining how each contributes to environmental health prevention. Together, these developments provide resources for identifying risks, selecting interventions and preparing health services*

Keywords*: Climate change; Extreme heat; Environmental health; Chemicals; United Nations.*

Introdução

Este informe apresenta acontecimentos e materiais sobre clima, substâncias químicas e saúde divulgados no final de setembro e no início de outubro de 2026. Documentos anteriores contextualizam as iniciativas e a campanha de prevenção da intoxicação por chumbo é apresentada como atividade prevista. Os tópicos reúnem dados científicos, instrumentos técnicos e ações institucionais, com referências numeradas ao final.

1. Atualização sobre El Niño

A Organização Meteorológica Mundial publicou uma atualização sazonal prevendo o fortalecimento do El Niño até dezembro e uma probabilidade próxima de 100% de persistência até fevereiro de 2027. Segundo a organização, o fenômeno poderia estar entre os mais intensos desde 1950.

O índice Niño 3.4, que acompanha a temperatura superficial do mar no Pacífico equatorial central e oriental, passou de uma anomalia média de +1,6°C em junho para +2,5°C em agosto de 2026. A previsão para outubro–dezembro indicava uma anomalia sazonal de aproximadamente +3,7°C. Esses valores correspondem à temperatura do oceano na região monitorada, e não ao aumento da temperatura média global.

A atualização apontou maior probabilidade de temperaturas acima da média em extensas áreas e mudanças na distribuição das chuvas. Os resultados são previsões probabilísticas, não impactos já observados, e devem ser complementados por informações meteorológicas nacionais e locais. A OMM informou que as projeções reuniam resultados de treze centros nacionais e internacionais de previsão. [1]

2. Fórum Global sobre Calor

O encontro reuniu pesquisadores, profissionais de saúde, gestores e financiadores para apresentar evidências e intervenções relacionadas ao calor extremo. Foram abordados sistemas de alerta, planejamento urbano, proteção de trabalhadores, preparação dos serviços de saúde e financiamento.

Entre os materiais apresentados estavam a síntese “Extreme heat and health: Global evidence for action”, guias da série “Burning Questions” e a plataforma “What Works Against Heat”, organizada para comparar intervenções segundo efetividade, qualidade da evidência, custo, tempo necessário para produzir benefícios e impacto ambiental.

Segundo a divulgação da OMM, o desenvolvimento da plataforma envolveu o exame de aproximadamente 300 mil trabalhos acadêmicos e a avaliação de mais de 80 intervenções. Isso descreve o processo de levantamento e classificação, não significa que todas as intervenções possuam evidência igualmente robusta. A organização também citou estimativas de 2025 segundo as quais ampliar os sistemas de alerta de calor associados à ação em saúde poderia proteger 1,5 bilhão de pessoas e evitar aproximadamente 100 mil mortes por ano. Trata-se de benefício potencial estimado, não de um resultado já alcançado pelo Fórum. [2, 3]

A conexão com saúde foi central ao encontro. Foram apresentados materiais para apoiar governos, cidades e serviços de saúde, incluindo uma síntese de evidências, guias para tomadores de decisão e uma plataforma sobre a efetividade de intervenções. Também foi divulgada uma chamada à ação sobre calor e saúde das mulheres. A página de recursos registrou apoio ao desenvolvimento de um polo regional de calor e saúde no Sudeste Asiático, sediado na Universidade Nacional de Singapura. [3]

Os resultados documentados incluem instrumentos de orientação, articulação de parcerias e um roteiro de investimento e ação voltado à COP31. As fontes consultadas não demonstram a adoção de um acordo juridicamente vinculante entre governos, nem permitem afirmar que todas as recomendações receberam compromissos financeiros específicos. [2, 3]

Também não foram identificadas divergências formais entre países nos documentos examinados. Contudo, a implementação abre questões políticas relevantes: quem financiará a adaptação de moradias e locais de trabalho, como serão protegidos trabalhadores informais e quais populações receberão prioridade. Essas são questões de distribuição de custos e benefícios que podem gerar conflito durante a aplicação das medidas, embora não devam ser apresentadas como desacordos comprovados no Fórum.

Os próximos passos consistem em utilizar os recursos apresentados e levar as prioridades de investimento aos processos internacionais e nacionais. Para os sistemas de saúde, uma aplicação possível é desenvolver planos que conectem os alertas meteorológicos à preparação das equipes, à proteção dos trabalhadores e à continuidade do atendimento. [2]

2.1. Síntese científica sobre calor e saúde

É um relatório da Global Heat Health Information Network — GHHIN, desenvolvido por mais de 50 especialistas, com coordenação científica da Universidade de Washington e liderança de Kristie Ebi. O sumário executivo disponível tem 22 páginas. Examina impactos na saúde, populações vulneráveis, efetividade das intervenções, riscos futuros, planejamento e monitoramento. [4] O relatório completo está previsto para o final de 2026.

Entre os dados apresentados, o documento cita uma estimativa de 546 mil mortes anuais associadas ao calor, em média, entre 2012 e 2021, e destaca a subestimação desses óbitos. Também considera riscos combinados: calor e fumaça de incêndios, calor e seca, e falhas de eletricidade que interrompem o resfriamento de instalações. [4]

As recomendações centrais incluem:

- Implantar planos de ação de calor e saúde, associados a sistemas de alerta.
- Integrar saúde pública, planejamento urbano e gestão de emergências.
- Definir instituições responsáveis, equipes e mecanismos de coordenação.
- Incorporar o calor ao planejamento de infraestrutura e uso do solo.
- Monitorar impactos e avaliar a efetividade das intervenções.

O documento também reconhece incertezas nas projeções e lacunas de evidência, especialmente em países de baixa e média renda. [4]

2.2. Guias Burning Questions

A série contém 12 guias de duas páginas, voltados a decisões de política pública. Aborda efeitos do calor, vulnerabilidade, mortalidade, mudanças climáticas, intervenções, desigualdades, planejamento urbano, custos, vigilância, trabalhadores e calor dentro dos edifícios. É particularmente útil para localizar orientações sobre um tema específico. [5]

Os guias fazem uma ressalva relevante sobre ventiladores: sua segurança e efetividade dependem da temperatura, umidade, idade e saúde da pessoa; em condições muito quentes e secas, podem aumentar a sobrecarga térmica. [5]

Outro ponto é distinguir recomendações bem sustentadas de conselhos com evidência insuficiente. A série informa, por exemplo, que evitar cafeína ou bebidas açucaradas não possui sustentação suficiente como medida para reduzir a sobrecarga térmica. Isso não equivale a uma avaliação dos demais efeitos desses produtos sobre a saúde. [5]

Exemplos concretos de recomendações dos guias:

Tema	Orientações apresentadas
Proteção individual	Hidratação, redução do esforço e da exposição solar, roupas adequadas, resfriamento e reconhecimento dos sinais de adoecimento.
Trabalhadores	Pausas obrigatórias, sombra, água, ajustes de horários e normas aplicáveis; incluir trabalhadores informais na vigilância.
Ambientes internos	Monitorar temperaturas, estabelecer critérios locais de resposta e melhorar o sombreamento e o desempenho térmico dos edifícios.

2.3. Plataforma What Works Against Heat

A plataforma foi desenvolvida pelo Centro de Pesquisa sobre Calor e Saúde da Universidade de Sydney, com a GHHIN e financiamento da Wellcome. A apresentação oficial descreve mais de 80 intervenções, distribuídas entre paisagem, edifícios e proteção pessoal. [6] A programação do Fórum apresenta a ferramenta em versão beta. [6]

Cada intervenção é avaliada segundo cinco critérios:

Critério	O que permite examinar
Força da evidência	Quanto a recomendação é sustentada por pesquisas.
Efetividade	O benefício demonstrado.
Custo	Recursos necessários.
Tempo até o benefício	Rapidez dos resultados.
Impacto ambiental	Consequências ambientais da intervenção.

Os resultados são organizados por clima. O objetivo é apoiar escolhas contextualizadas entre medidas como arborização, telhados refletivos, ventiladores e espaços de resfriamento. A plataforma também procura distinguir intervenções apoiadas, não apoiadas ou ainda não testadas para determinada população e ambiente. As classificações individuais devem ser consultadas na plataforma. [6]

3. Calor e saúde materna e neonatal

Em um evento da Wellcome durante a reunião preparatória para a COP31, em Fiji, Simon Stiell, secretário-executivo da UNFCCC, apresentou resultados de uma pesquisa com profissionais de saúde materna de cinco países, em cinco continentes:

- 73% relataram aumento de casos ou complicações associados ao calor nos cinco anos anteriores.

- 81% estavam preocupados ou muito preocupados com o agravamento dos riscos para a saúde materna, fetal e neonatal.
- 98% disseram ter atendido uma gestante cuja saúde consideravam afetada pelo calor extremo.
- 99% disseram ter atendido um bebê cuja saúde consideravam afetada pelo calor extremo.

Esses números representam respostas dos profissionais entrevistados. Não medem a proporção mundial de gestantes ou recém-nascidos afetados e não demonstram, isoladamente, causalidade.

O pronunciamento também destacou evidências que relacionam a exposição ao calor durante a gravidez a parto prematuro, natimortalidade, baixo peso ao nascer e complicações maternas. A página da UNFCCC não apresenta os detalhes metodológicos necessários para avaliar a representatividade da pesquisa ou calcular o aumento desses riscos. [7]

A implicação política é tornar mais explícito quem precisa ser protegido pelas políticas de adaptação. Nomear a saúde materna e neonatal nesses instrumentos facilita a definição de responsabilidades, prioridades de financiamento e indicadores. Uma preocupação reconhecida apenas de forma genérica pode ter menor influência sobre decisões orçamentárias do que uma necessidade descrita em termos de serviços, infraestrutura e resultados esperados.

Essa abordagem também fortalece a ligação entre adaptação climática e equidade de gênero. A exposição e a capacidade de proteção variam conforme trabalho, renda, localização e acesso aos serviços. Assim, a discussão abre espaço para que ministérios da saúde argumentem que a adaptação deve incluir condições concretas para um atendimento seguro, além de campanhas de informação.

Como próximos passos de implementação, a análise sugere integrar a proteção de gestantes e recém-nascidos aos planos nacionais e locais, preparar profissionais e avaliar as condições das unidades de atendimento. Isso pode incluir protocolos de identificação de risco, comunicação acessível, organização de encaminhamentos e preparação para interrupções de serviços. Essas propostas são desdobramentos práticos da discussão, e não resultados formalmente aprovados no evento. [7]

4. Metodologias de cocção no mercado de carbono

O Órgão Supervisor do mecanismo do Artigo 6.4 do Acordo de Paris aprovou duas metodologias para projetos domésticos de cocção: uma para fogões mais eficientes que utilizam lenha e carvão e outra para uma transição mais ampla para tecnologias de menores emissões.

A decisão definiu requisitos para calcular e monitorar reduções de emissões e aprovou uma ferramenta para avaliar o risco de reversão desses resultados. Projetos elegíveis poderão buscar créditos, mas a aprovação das metodologias não corresponde à emissão automática de créditos.

Segundo a UNFCCC, aproximadamente 2,1 bilhões de pessoas ainda cozinham utilizando fogueiras ou fogões ineficientes com combustíveis poluentes. [8]

A OMS associa a poluição do ar doméstico a pneumonia infantil, doença pulmonar obstrutiva crônica, câncer de pulmão, acidente vascular cerebral e doenças cardiovasculares.

Entretanto, nem todo fogão de biomassa “melhorado” atende às diretrizes da OMS: os benefícios para a saúde dependem de redução efetiva das emissões e da exposição. [9, 10]

5. Prevenção da intoxicação por chumbo

O chumbo é um metal tóxico presente no ambiente e em diversos produtos. Não existe nível de exposição conhecido como isento de efeitos prejudiciais. Segundo a OMS, mais de 3,5 milhões de mortes foram atribuídas à exposição ao chumbo em 2023, principalmente por efeitos cardiovasculares. Crianças são especialmente vulneráveis aos danos no desenvolvimento neurológico. [11]

A Semana Internacional de Prevenção da Intoxicação por Chumbo ocorrerá de 18 a 24 de outubro de 2026, com o tema “Da detecção à prevenção” (From Detection to Prevention). A campanha reúne governos, organismos internacionais, sociedade civil, indústria e comunidades para identificar exposições e promover medidas preventivas. [12]

A agenda reúne materiais de campanha e orientações da OMS, além de iniciativas de cooperação com governos e organizações parceiras. Esses recursos articulam identificação de fontes, vigilância, prevenção e manejo clínico. [11, 12, 13]

5.1. Orientações globais da OMS

A OMS está elaborando o Plano de Ação Global sobre Mitigação do Chumbo e o pacote técnico PREVENT, previstos para apresentação em 2027. Uma versão inicial do PREVENT foi apresentada em maio de 2026 para discussão e consulta. Os instrumentos deverão orientar a identificação de fontes, a resposta à exposição, o fortalecimento regulatório e o acompanhamento de resultados. [13, 14]

Entre as fontes de exposição estão tintas, produtos de consumo, mineração, atividades industriais e reciclagem. Em janeiro de 2024, 48% dos países possuíam controles legalmente vinculantes sobre chumbo em tintas, segundo a OMS. A CDC Foundation inclui o Brasil, cinco estados da Índia, o Nepal e seis países africanos na iniciativa de fortalecimento da capacidade laboratorial para dosagem de chumbo no sangue. [11, 15]

Os materiais orientam a identificação e eliminação de fontes, a aplicação de controles regulatórios, a vigilância da exposição e o manejo dos casos. Em setembro de 2026, o diretor-geral da OMS reiterou que o PREVENT e o Plano de Ação Global serão apresentados à Assembleia Mundial da Saúde de 2027. [13, 14]

5.2. Cooperação com os países

O relatório The Toxic Truth, publicado pelo UNICEF e pela Pure Earth em 2020, estimou que até 800 milhões de crianças apresentavam concentrações sanguíneas de chumbo iguais ou superiores a 5 µg/dL. Esse valor não representa um limite de segurança. A Vital Strategies apoia governos na vigilância, identificação de fontes, orientação clínica, comunicação e prevenção. [16, 17]

A cooperação com governos inclui aprimoramento de dados, vigilância, prevenção e orientação aos serviços. No Peru, a Vital Strategies documenta apoio ao Ministério da Saúde para revisão de diretrizes clínicas e fortalecimento das ações de prevenção da exposição infantil. [17]

A atuação com instituições nacionais procura vincular as informações sobre exposição à identificação de fontes e à melhoria de políticas e práticas. A formação de profissionais e a comunicação com famílias e comunidades complementam as medidas regulatórias. [17]

5.3 Efeitos do chumbo na saúde

O infográfico “FACT: Lead is toxic” (Figura 1) é uma peça visual quadrada, em tons de amarelo, cuja imagem central é um balde de tinta, referência direta ao chumbo presente em tintas. A mensagem principal é que o chumbo é nocivo para todos e danifica o sistema reprodutivo, os rins, o fígado, o sangue e o cérebro.

Figura 1: Efeitos do chumbo na saúde



Fonte: OMS [18]

Crianças pequenas podem absorver até quatro a cinco vezes mais chumbo que adultos a partir de uma dose ingerida. A exposição pode afetar permanentemente o desenvolvimento cerebral, a aprendizagem e o comportamento. Em adultos, está associada a efeitos cardiovasculares e renais; durante a gravidez, o chumbo acumulado nos ossos pode ser liberado no sangue e expor o feto. [11]

Os recursos cumprem funções complementares: os documentos da OMS orientam a prevenção e o manejo; a cooperação com governos fortalece a aplicação nos países; e os materiais de comunicação apresentam riscos e medidas de proteção ao público. [11, 12, 13, 17]

A mensagem central é prevenir a exposição por meio da identificação e do controle das fontes. A vigilância e a assistência devem estar articuladas às medidas regulatórias e ambientais, particularmente para proteger crianças e mulheres em idade reprodutiva. [11, 18]

Para o Brasil, a participação na iniciativa de fortalecimento laboratorial pode apoiar a vigilância e a identificação de exposições. A descrição do programa confirma o país entre os locais previstos, sem estabelecer que todas as atividades já tenham sido concluídas. [15]

6. Financiamento para gestão de substâncias químicas

O PNUMA anunciou US$ 5,4 milhões para nove projetos em 13 países, na segunda rodada do Fundo do Marco Global sobre Substâncias Químicas. Com as duas rodadas, o Fundo passou a alcançar 23 países, com investimento total de US$ 8,2 milhões. [19]

Os projetos abrangem regulação, informação sobre emissões industriais, classificação e rotulagem, pesticidas e segurança ocupacional. Entre os exemplos estão:

- Vigilância digital para melhorar o controle de vetores da malária e reduzir o uso desnecessário de inseticidas em Gana.
- Redução dos riscos de pesticidas altamente perigosos e apoio a alternativas no Haiti.
- Segurança química dos trabalhadores da construção civil no Brasil, Malásia, Zimbábue e Maurício.
- Sistemas de acompanhamento e divulgação de emissões químicas industriais no Camboja e no Laos.

Foram consideradas mais de 130 propostas conceituais elegíveis, das quais nove receberam financiamento. Esses números descrevem a seleção e o alcance do programa. Ainda não são resultados de redução de exposição, intoxicações ou doenças, pois o anúncio corresponde à aprovação dos projetos. [19]

Referências

[1] ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. Sea-surface temperatures reflect strengthening El Niño. 8 out. 2026. https://wmo.int/news/media-centre/sea-surface-temperatures-reflect-strengthening-el-nino Acesso em: 12 out. 2026.

[2] ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. Global Heat Forum seeks to galvanize action and investment. 6 out. 2026. https://wmo.int/news/media-centre/global-heat-forum-seeks-galvanize-action-and-investment Acesso em: 12 out. 2026.

[3] GLOBAL HEAT HEALTH INFORMATION NETWORK. Global Heat Forum: News and resources. 2026. https://heathealth.info/globalheatforum/news-resources/ Acesso em: 12 out. 2026.

[4] GLOBAL HEAT HEALTH INFORMATION NETWORK; ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. Extreme heat and health: Global evidence for action. Executive summary. out. 2026. https://heathealth.info/resources/executive-summary-extreme-heat-and-health/ Acesso em: 12 out. 2026.

[5] GLOBAL HEAT HEALTH INFORMATION NETWORK. Burning Questions: A Decision-maker's Guide to Heat and Health. 2026. https://heathealth.info/resources/burning-questions-series/ Acesso em: 12 out. 2026.

[6] GLOBAL HEAT HEALTH INFORMATION NETWORK. Global Heat Forum: Agenda. Training on What Works Against Heat. 2026. https://heathealth.info/globalheatforum/agenda/ Acesso em: 12 out. 2026.

[7] UNFCCC. UN Climate Chief on new data As extreme heat worsens pregnancy and birth are a new faultline in the global climate crisis. 5 out. 2026. https://unfccc.int/news/un-climate-chief-on-new-data-as-extreme-heat-worsens-pregnancy-and-birth-are-a-new-faultline-in-the Acesso em: 12 out. 2026.

[8] UNFCCC. Clean cooking projects gain access to UN carbon market. 9 out. 2026. https://unfccc.int/news/clean-cooking-projects-gain-access-to-un-carbon-market Acesso em: 12 out. 2026.

[9] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Household air pollution: Health risks. s.d.. https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/air-quality-energy-and-health/sectoral-interventions/household-air-pollution/health-risks Acesso em: 12 out. 2026.

[10] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Strategies for addressing household air pollution. s.d.. https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/air-quality-energy-and-health/sectoral-interventions/household-air-pollution/strategies Acesso em: 12 out. 2026.

[11] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Lead poisoning. 10 jun. 2026. https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/lead-poisoning-and-health Acesso em: 12 out. 2026.

[12] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. International Lead Poisoning Prevention Week 2026. 2026. https://www.who.int/campaigns/international-lead-poisoning-prevention-week/2026 Acesso em: 12 out. 2026.

[13] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO introduces PREVENT technical package to address lead poisoning. 18 maio 2026. https://www.who.int/news/item/18-05-2026-who-introduces-prevent-technical-package-to-address-lead-poisoning Acesso em: 12 out. 2026.

[14] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO Director-General's remarks at the UNGA event Ending Lead Poisoning A Global Call to Action. 22 set. 2026. https://www.who.int/news-room/speeches/item/who-director-general-s-remarks-at-the-unga-event-ending-lead-poisoning--a-global-call-to-action---22-september-2026 Acesso em: 12 out. 2026.

[15] CDC FOUNDATION. Lead Poisoning Prevention Initiative. s.d.. https://www.cdcfoundation.org/programs/lead-poisoning-prevention-project Acesso em: 12 out. 2026.

[16] UNICEF; PURE EARTH. The Toxic Truth: Children's exposure to lead pollution undermines a generation of future potential. 2020. https://www.unicef.org/reports/toxic-truth-childrens-exposure-to-lead-pollution-2020 Acesso em: 12 out. 2026.

[17] VITAL STRATEGIES. Clinical Care Guidance for Childhood Lead Poisoning in Peru. s.d.. https://www.vitalstrategies.org/resources/clinical-care-guidance-for-childhood-lead-poisoning-in-peru/ Acesso em: 12 out. 2026.

[18] ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. About International Lead Poisoning Prevention Week 2026. 2026. https://www.who.int/campaigns/international-lead-poisoning-prevention-week/2026/about Acesso em: 12 out. 2026.

[19] PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Global Framework on Chemicals Fund approves nine new projects across 13 countries. 5 out. 2026. https://www.unep.org/technical-highlight/global-framework-chemicals-fund-approves-nine-new-projects-across-13-countries Acesso em: 12 out. 2026.

O Trabalho e o Emprego em um Contexto de uma “Crise de Crises” em Cuba: mais evidências para o fim imediato do embargo

Trabajo y Empleo en el Contexto de una “Crisis de Crisis” en Cuba: más evidencias para el fin inmediato del bloqueo

Work and Employment in a Context of a “Crisis of Crises” in Cuba: further evidence for the immediate end of the embargo

Frederico Peres

Resumo: O embargo estadunidense contra Cuba possui trajetória histórica de mais de seis décadas, tendo sido progressivamente ampliado por diferentes instrumentos legislativos e administrativos. Representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento do país, impactando diretamente o acesso a insumos essenciais, tecnologias e dificultando transações internacionais, entre outras limitações. A Ordem Executiva 14.380, assinada pelo presidente dos Estados Unidos em 29 de janeiro de 2026, entre outras restrições, proibiu o envio de petróleo ao país que, a partir desta data, passou a sentir os efeitos do endurecimento do embargo em diversos setores — da Indústria à Saúde Pública —, inclusive no que diz respeito à garantia de condições básicas de trabalho e sobrevivência da população cubana. Cuba depende fortemente do petróleo importado para assegurar eletricidade, transporte, abastecimento de água, saneamento, produção e distribuição de alimentos e funcionamento de serviços essenciais, produzindo uma crise complexa e multifatorial, na qual se insere o binômio trabalho-emprego. As evidências aqui apresentadas permitem sustentar que o recrudescimento do embargo e, sobretudo, das restrições ao acesso a combustíveis estão contribuindo para o aprofundamento de uma crise humanitária em Cuba, afastando o país cada vez mais da meta de promoção do trabalho decente. As condições produzidas pelo recrudescimento do embargo sobre o mundo do trabalho atingem, simultaneamente, a produção, os serviços públicos, as dinâmicas sociais, a reprodução cotidiana da força de trabalho, a garantia da subsistência e dos direitos humanos. E fazem com que a discussão sobre a crise do trabalho e emprego em Cuba deixe de ser, exclusivamente, uma questão de política externa ou de comércio internacional, passando a ser, também, uma questão de justiça social e humanitária.

Palavras-chave: Trabalho Decente; Embargo; Cuba; Justiça Social; Emprego.

Resumen*: El bloqueo estadounidense contra Cuba tiene una trayectoria histórica de más de seis décadas, habiéndose expandido progresivamente mediante diversos instrumentos legislativos y administrativos. Representa un obstáculo significativo para el desarrollo del país, impactando directamente el acceso a insumos y tecnologías esenciales, y dificultando las transacciones internacionales, entre otras limitaciones. La Orden Ejecutiva 14380, firmada por el Presidente de los Estados Unidos el 29 de enero de 2026, prohibió, entre otras restricciones, el envío de petróleo al país, que, a partir de esa fecha, comenzó a sentir los efectos del endurecimiento del bloqueo en diversos sectores — desde la industria hasta la salud pública —, incluyendo la garantía de condiciones laborales básicas y la supervivencia de la población cubana. Cuba depende en gran medida del petróleo importado para garantizar la electricidad, el transporte, el suministro de*

agua, el saneamiento, la producción y distribución de alimentos, y el funcionamiento de los servicios esenciales, lo que genera una crisis compleja y multifactorial, en la que se incluye el binomio trabajo-empleo. La evidencia aquí presentada respalda el argumento de que la intensificación del bloqueo y, sobre todo, las restricciones al acceso al combustible, contribuyen a agravar la crisis humanitaria en Cuba, alejando cada vez más al país del objetivo de promover el trabajo decente. Las condiciones generadas por la intensificación del embargo al mundo del trabajo afectan simultáneamente la producción, los servicios públicos, la dinámica social, la reproducción diaria de la fuerza laboral, la garantía de subsistencia y los derechos humanos. Y provocan que el debate sobre la crisis del trabajo y el empleo en Cuba deje de ser exclusivamente una cuestión de política exterior o comercio internacional, para convertirse también en una cuestión de justicia social y humanitaria.

Palabras clave: *Trabajo decente; Bloqueo; Cuba; Justicia social; Empleo.*

Abstract: *For more than six decades the U.S. embargo against Cuba has been progressively expanded by legislative and administrative actions. It is a major hurdle for the country's development in terms of access to critical inputs and technologies, international transactions and other limits. On January 29, 2026, the President of the United States signed Executive Order 14.380 prohibiting, among other restrictions, the shipment of oil to the country. As of that date, the impact of the increase of the embargo in all sectors, from industry to public health began to be felt in Cuba, including the impact on the guarantee of basic working conditions and the survival of the Cuban population. Cuba's reliance on imported oil to sustain electricity, transportation, water supply, sanitation, food production and distribution, and the functioning of basic services has triggered a complex, multidimensional problem that includes the labor-employment relationship. The information presented here supports the conclusion that the escalation of the embargo and, most all, the limits on access to fuel, are increasing the humanitarian crisis in Cuba, driving the country further away from the goal of promoting decent work. The conditions created by the escalation of the embargo affect the world of labor, affecting concurrently production, public services, social dynamics, the daily reproduction of the workforce and the guarantee of sustenance and human rights. Therefore, the debate on the labor and job crises in Cuba is no longer only a subject of foreign policy or international trade, but also an issue of social and humanitarian justice.*

Keywords: *Cuba; Employment; Embargo; Decent Work; Social Justice.*

Introdução

A situação atual do trabalho e do emprego em Cuba precisa ser compreendida no contexto de distintas crises, econômica, energética e humanitária, que se aprofundaram significativamente entre 2025 e 2026, com o endurecimento do histórico e ilegal embargo econômico e político que, há mais de seis décadas, compromete o desenvolvimento social e a dignidade humana no país. Trata-se, portanto, de uma crise de natureza complexa, na qual se articulam fatores externos — particularmente o prolongamento e o recrudescimento das sanções econômicas, comerciais e financeiras impostas pelos Estados Unidos — e fatores internos, relacionados à arquitetura do modelo econômico cubano, às dificuldades de sustentar produtividade e investimento em um contexto geopolítico desfavorável, às incertezas relacionadas às reformas econômicas em curso, à inflação, à deterioração do poder aquisitivo e

às limitações institucionais para a garantia de um mercado de trabalho sustentado, sustentável e pautado pelos pilares do trabalho decente.

Parte-se da premissa, amplamente sustentada por evidências que serão, aqui, apresentadas, que o endurecimento das medidas de embargo e, particularmente, as restrições recentes ao acesso de Cuba a combustíveis fósseis (petróleo e gás, principalmente), contribuíram materialmente para ampliar os déficits de trabalho decente no país, embora não possam ser considerados a única causa das dificuldades existentes. O argumento é particularmente relevante, pois desvela que a crise energética não constitui apenas um problema de infraestrutura: em uma economia altamente dependente de combustíveis importados, a insuficiência de energia interrompe a produção, paralisa serviços, restringe a mobilidade, reduz a atividade empresarial, compromete a prestação de serviços públicos e deteriora as condições concretas nas quais o trabalho é realizado. Um contexto multifacetado que insere as questões relativas ao trabalho e emprego naquilo que chamaremos, doravante, de uma **"crise de crises"** — ou as interfaces entre as múltiplas crises que manifestam em um mesmo lugar e tempo, com profundas relações sinérgicas e amplificação de seus resultados ou consequências.

A própria arquitetura conceitual que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) usa para definir o que é trabalho decente, um dos pilares fundamentais de seu mandato, avança em relação à concepção de trabalho como atividade produtiva vinculada a um emprego (formal ou informal), articulando quatro dimensões inseparáveis: criação de emprego e oportunidades de renda, garantia de direitos no trabalho, proteção social e diálogo social, tendo a igualdade de gênero como dimensão transversal. Assim, um contexto que, simultaneamente, reduz a disponibilidade de empregos, deteriora salários reais, expande a informalidade, aumenta riscos ocupacionais, pressiona os sistemas de proteção social e fragiliza as condições de participação dos trabalhadores produz um déficit multidimensional de trabalho decente — e configura uma crise de crises.

O presente artigo busca compilar e analisar evidências sobre os impactos — atuais e futuros — do recrudescimento do embargo sobre o mundo do trabalho em Cuba. Para tanto, analisa dados disponíveis em fontes do governo cubano, organizações internacionais e organismos independentes, numa tentativa de reunir e sistematizar as esparsas evidências sobre a situação do trabalho e emprego no país, cada vez mais limitadas em função do próprio bloqueio (que vem limitando o acesso a repositório de informações do país) e das dificuldades de validação dos dados *in situ*.

Antecedentes da Crise de Crises

O embargo estadunidense contra Cuba possui trajetória histórica de mais de seis décadas, tendo sido progressivamente ampliado por diferentes instrumentos legislativos e administrativos, incluindo medidas com efeitos extraterritoriais, pelo atual governo do Presidente Donald Trump. Representa, portanto, um obstáculo significativo para o desenvolvimento do país, impactando diretamente o acesso a insumos essenciais, tecnologias e dificultando transações internacionais, questões especialmente importantes para os setores Trabalho, Saúde e Desenvolvimento Social, onde a construção de saberes e práticas em um contexto cada vez mais globalizado é uma ação estratégica para a superação dos grandes desafios sociais e sanitários da atualidade.

E apesar de todas as restrições impostas, Cuba vinha conseguindo manter indicadores de saúde bastante positivos como, por exemplo, a erradicação da sífilis congênita, resultado de programas e ações desenvolvidas no âmbito de um sistema público, universal e integrado de saúde, com forte investimento na formação de profissionais e que representa uma das mais consistentes experiências de internacionalismo solidário no campo da Saúde. Situação que ficou evidente durante a pandemia de covid-19, quando o país enviava, a diferentes nações, brigadas médicas para o enfrentamento da emergência sanitária, ao mesmo tempo em que necessitava desenvolver soluções próprias para o enfrentamento da pandemia, em seu próprio território, em meio à escassez de insumos, gesto concreto que reforça a ideia que a solidariedade pode prevalecer mesmo sob severas restrições.

Em fevereiro deste ano, semanas após a assinatura, pelo Presidente dos Estados Unidos, da Ordem Executiva 14.380, de 29 de janeiro que, entre outras restrições, proibiu o envio de petróleo ao país (sobretudo o petróleo venezuelano, sua principal fonte), Cuba começa a sentir os efeitos do endurecimento do embargo em diversos setores — da Indústria à Saúde Pública —, inclusive no que diz respeito ao uso deste combustível fóssil para a garantia de condições básicas de sobrevivência da população cubana.

Ao mesmo tempo, existem evidências recentes particularmente importantes de que o componente energético das restrições externas passou a funcionar como mecanismo de transmissão da crise para o conjunto da economia. Uma comunicação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, publicada em 2026, registra informações recebidas sobre os impactos negativos da ordem executiva norte-americana de 29 de janeiro de 2026, que teria imposto um bloqueio ao fornecimento de combustível a Cuba, afetando direitos relacionados ao desenvolvimento, alimentação, educação, saúde, água e saneamento.

O mecanismo é relativamente direto. Cuba depende fortemente de combustíveis importados para assegurar eletricidade, transporte, abastecimento de água, saneamento, produção e distribuição de alimentos e funcionamento de serviços essenciais. Segundo a comunicação do Alto Comissariado da ONU, a escassez de combustível estaria atravessando praticamente todos os setores da sociedade cubana — ou seja, o problema deixa de ser estritamente energético, ou uma variável exclusivamente macroeconômica, e converte-se em uma crise complexa e multifatorial, na qual se insere o binômio trabalho-emprego.

É importante, contudo, evitar a interpretação de que a crise do trabalho e emprego cubana teria começado com o recente bloqueio aos fornecedores de petróleo. Os indicadores disponíveis mostram uma deterioração anterior. A CEPAL, em publicação recente (2026) que traça um panorama da situação macroeconômica de Cuba, a partir de variáveis como produção, inflação, desemprego, atividade econômica, remunerações e emprego, evidencia que a crise energética de 2026 incidiu sobre uma economia que já apresentava fragilidades. Um indicador particularmente expressivo é a baixa participação no mercado de trabalho. Dados da *Encuesta Nacional de Ocupación* de 2024, divulgados pela *Oficina Nacional de Estadística e Información* (ONEI) em 2025, indicavam uma taxa de ocupação de 49,1% entre a população em idade produtiva/laboral, contra 58,9% para a América Latina e o Caribe segundo a OIT. Ou seja, mais da metade da população cubana em idade laboral não estava ocupada naquele ano. É importante ressaltar que esse indicador não equivale à taxa de desemprego: pessoas que não trabalham e tampouco procuram emprego são classificadas fora da força de trabalho.

Essa distinção é fundamental para compreender o aparente paradoxo que o país vive, onde a economia apresenta uma taxa relativamente baixa de desemprego aberto e, simultaneamente, possui uma crise profunda de emprego — sobretudo quando uma parcela expressiva da população abandona ou não ingressa no mercado de trabalho. No caso cubano, a baixa participação se deve a fatores como o envelhecimento populacional, a crescente emigração, a deterioração dos salários reais, a expansão de atividades informais e as dificuldades de funcionamento das empresas, sejam estas estatais e privadas.

Assim, é possível inserir a crise cubana do trabalho e do emprego em um contexto de múltiplas crises: econômica, política, energética, social e humanitária. O endurecimento das medidas do governo dos Estados Unidos com relação ao abastecimento de petróleo constitui um fator novo — e particularmente importante — dessa deterioração, cujos impactos devem ser analisados conjuntamente às vulnerabilidades estruturais preexistentes da economia cubana, a deterioração da infraestrutura elétrica, a baixa disponibilidade de divisas, a inflação crescente, a contração produtiva, a emigração e problemas acumulados de produtividade e remuneração. Evidências da crise cubana na atualidade levam a rejeitar explicações monocausais: a crise resulta da combinação de políticas econômicas internas e das sanções e restrições externas, cuja intensidade aumentou significativamente em 2026.

A Crise Energética e sua Translação para o Mundo do Trabalho em Cuba

O principal mecanismo pelo qual o endurecimento das sanções em 2026 repercute sobre o trabalho é o bloqueio ao fornecimento de petróleo à Cuba, país fortemente dependente deste combustível fóssil, quase em sua totalidade importado, utilizado largamente para geração elétrica, transporte, agricultura, indústria e prestação de serviços. Segundo a análise recente elaborada pelo Parlamento Inglês (*House of Commons*), aproximadamente três quartos das importações cubanas de petróleo provinham, antes da interrupção de 2026, da Venezuela e do México. A suspensão desses fluxos, associada às medidas norte-americanas que ameaçaram com tarifas países que fornecessem combustível a Cuba, produziu uma redução abrupta da disponibilidade energética.

O efeito econômico dessa restrição não se limita à falta de combustível nos postos. A escassez de petróleo transforma-se em uma espécie de choque transversal de oferta (efeito cascata), uma vez que praticamente todas as atividades econômicas dependem direta ou indiretamente de eletricidade e transporte, sendo o petróleo o principal combustível utilizado nesses setores. O efeito cascata se materializa com a seguinte relação: a interrupção da geração elétrica reduz o tempo efetivo de funcionamento das empresas; a falta de diesel restringe o transporte de trabalhadores, matérias-primas e mercadorias; a paralisação de máquinas reduz a produtividade; e a dificuldade de movimentar produtos compromete cadeias de abastecimento.

Segundo dados analisados pela organização não-governamental suíça ACAPS, a escassez de combustível passou a restringir a mobilidade de trabalhadores, consumidores e mercadorias, afetando tanto mercados formais quanto informais, reduzindo oportunidades de comércio e limitando o acesso das empresas a insumos. O documento mostra que já em abril de 2026 havia evidências de perda de postos de trabalho em atividades como turismo e transporte, setores especialmente sensíveis à disponibilidade de combustível e à mobilidade. A restrição energética também favoreceu a migração de trabalhadores para atividades alternativas de menor rendimento e maior instabilidade, como pequenas atividades agrícolas e coleta de resíduos. Em

outras palavras, a crise não se relaciona apenas com o desemprego aberto, mas também com a redução das horas trabalhadas, subutilização da força de trabalho, deslocamento de trabalhadores e expansão de atividades informais de trabalho como estratégias de sobrevivência.

Reportagem da *Inter Press Service en Cuba* descreve a deterioração do mercado de trabalho cubano no contexto da crise energética e do chamado "bloqueio petrolífero". Segundo a reportagem, estabelecimentos privados passaram a reduzir suas equipes porque os apagões impediram a operação regular de negócios. Um restaurante de Havana, por exemplo, teria sido obrigado a fechar depois que os cortes de eletricidade passaram a superar 15 horas diárias no início de 2026 e posteriormente ultrapassaram 20 horas, enquanto o custo da gasolina aumentava.

Um dos fatores mais evidenciados no contexto do agravamento da crise cubana, em 2026, é a transformação da escassez energética em redução do tempo efetivo de trabalho. A interrupção frequente do fornecimento de energia elétrica na ilha e a ausência de combustível não têm produzido a eliminação imediata e direta do vínculo empregatício, mas, sim, reduzido a capacidade de produção durante a jornada contratada. Evidências reunidas em documento do Parlamento Inglês mostram que a interrupção das importações de petróleo está associada, diretamente, aos apagões registrados em todo o país, ao racionamento extremo de combustível, a paralisações do transporte e à redução das semanas de trabalho, além de impactos que extrapolam o mundo do trabalho e os processos produtivos, como a redução do funcionamento de escolas e serviços, a perda de alimentos por impossibilidade de mantê-los refrigerados e, também, o comprometimento da saúde de milhares de cubanos que necessitam de cuidados médicos e intervenções afetadas pela crise energética.

Compreender este contexto mais amplo é particularmente relevante para uma análise do panorama do trabalho e emprego, uma vez que permite reconhecer que os impactos da crise não podem ser medidos exclusivamente por demissões ou pela taxa de desemprego. O próprio conceito de emprego, nesse contexto, precisa ser complementado por dimensões como horas efetivamente trabalhadas, estabilidade no emprego, produtividade, rendimento real, condições de trabalho e impactos (físicos e mentais) sobre a saúde do trabalhador. O cenário de "crise de crises" faz com que um trabalhador possa permanecer formalmente empregado, mas ter que trabalhar menos horas, receber o mesmo salário nominal (ou, em certos casos, ter redução salarial) em uma economia inflacionária, enfrentar dificuldades para chegar ao local de trabalho e, ainda, ter que conviver com interrupções frequentes da atividade produtiva. A deterioração do trabalho decente ocorre, portanto, também dentro do emprego formal.

O Human Rights Watch publicou recentemente uma reportagem onde descreve um cenário em que a irregularidade e a escassez no abastecimento de insumos básicos (como alimentos e combustíveis) e os consequentes impactos nos processos de produção passaram a alterar, profundamente, as jornadas de trabalho, comprometendo a saúde do trabalhador e limitando a possibilidade de promoção do trabalho decente. Um trabalhador de uma padaria subsidiada pelo Estado relatou, à reportagem, se submeter a jornadas de trabalho de até 24 horas ininterruptas, pela necessidade de adequar os processos de trabalho à chegada imprevisível de farinha, consequência direta das dificuldades logísticas produzidas pela escassez de combustível. Ou seja: a "crise de crises" é capaz de produzir, simultaneamente, redução da atividade, em alguns setores, e a intensificação da carga de trabalho em outros.

Baixa Remuneração, Inflação Alta, Deterioração do Trabalho e Emprego e a Consequente Emigração: implicações para além do mundo do trabalho

A crise do trabalho em Cuba é, também, uma crise do valor econômico e social do trabalho. Em reportagem recente, de 21 de setembro de 2026, a Agência Reuters informa que os preços ao consumidor em Cuba haviam aumentado mais de 25% entre janeiro e agosto, em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo dados oficiais da ONEI. Ao mesmo tempo, os salários permaneciam estagnados (em termos reais), enquanto o peso cubano havia perdido aproximadamente 90% de seu valor frente ao dólar no mercado informal desde 2021.

A deterioração do mercado de trabalho não se expressa, portanto, somente pela perda de empregos. Mesmo quando o vínculo ocupacional é preservado, a inflação reduz a capacidade do salário de garantir as condições de bem-estar e, em alguns casos, até de subsistência do trabalhador e de sua família. A consequência é uma crescente dissociação entre o emprego e a segurança econômica: ter um trabalho, neste contexto de "crise de crises" deixa de significar, necessariamente, possuir renda suficiente para adquirir alimentos, transporte, medicamentos e outros bens essenciais.

Nesse contexto, a expansão da economia informal assume particular importância. Mesmo que a informalidade siga funcionando como mecanismo de absorção de trabalhadores deslocados do setor formal, em um cenário de "crise de crises", passa a significar, também, uma estratégia para a garantia de condições mínimas de vida e bem-estar para trabalhadores com vínculos formais de trabalho que, ao sentirem a perda da capacidade de adquirir insumos básicos e essenciais, se submetem a condições de trabalho com menor proteção social, maior volatilidade da renda e maior exposição a riscos econômicos para complementar uma renda mínima de subsistência. O informe produzido pela ACAPS mostra que trabalhadores afetados pela crise, mesmo com a manutenção de seus vínculos empregatícios, passaram a depender mais de remessas vindas do exterior, demandar apoio a redes comunitárias e considerarem a migração como mecanismos de sobrevivência.

A situação é ainda mais complexa porque a crise energética, criada a partir do endurecimento recente do embargo, atua, simultaneamente, sobre oferta e demanda de trabalho. Pelo lado da oferta, trabalhadores podem abandonar empregos formais de baixa remuneração em busca de atividades informais mais rentáveis. Pelo lado da demanda, empresas reduzem contratação, limitam as horas de trabalho ou dispensam trabalhadores porque não conseguem operar nas condições a que foram impostas.

A "crise de crises" que atinge o mundo do trabalho em Cuba também precisa ser compreendida em termos territoriais, a partir da redução da mobilidade urbana e entre províncias. A escassez de combustível restringe a capacidade do trabalhador de chegar ao trabalho, especialmente em uma economia na qual o transporte coletivo desempenha papel central. Em matéria publicada em fevereiro de 2026, o portal UOL registrava uma redução substancial do transporte público e as restrições à venda de diesel e gasolina, associando tais condições a empregos ameaçados e a uma profunda alteração da vida cotidiana — social e econômica. Nos meses que se seguiram, com o aprofundamento da crise energética, os apagões e a crise de combustível ampliaram essas restrições. Em julho deste ano, matéria publicada pelo portal Euronews já registrava a associação dos colapsos da rede elétrica a limitações do transporte, redução das horas de trabalho e interrupções de serviços.

O resultado é uma espécie de círculo vicioso entre energia, mobilidade e emprego: menos combustível, transporte reduzido; menos transporte, menor capacidade de levar trabalhadores e insumos até os locais de trabalho e produção; menor disponibilidade de trabalhadores e insumos, menor produção; menor produção, menos receitas e capacidade limitada de efetuar pagamentos; e a redução da atividade econômica, por sua vez, diminuindo tanto as oportunidades de emprego quanto comprometendo a qualidade dos empregos ainda existentes.

Um fenômeno diretamente relacionado a este círculo vicioso é o aumento da emigração, que vem reduzindo, simultaneamente, a disponibilidade e a retenção de trabalhadores, particularmente os mais jovens e mais qualificados. Artigo publicado na The Lancet em agosto de 2026 registra uma perda migratória líquida superior a 245 mil pessoas em 2025, em uma população estimada em 9,4 milhões, observando que profissionais de saúde estavam entre aqueles que deixaram o país.

Pela perspectiva do trabalho e emprego, a emigração produz um outro aparente paradoxo: em um primeiro momento, reduz a pressão sobre um mercado de trabalho incapaz de oferecer empregos adequados; e, em um segundo, diminui o estoque de trabalhadores disponíveis e pode agravar a escassez de competências necessárias à recuperação econômica. Esse mecanismo é particularmente grave em uma sociedade que investiu historicamente na formação de capital humano, sobretudo no campo da Saúde. Pesquisadores e dirigentes da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), destacam, em artigo de opinião, precisamente a articulação histórica entre educação e trabalho em Cuba, chamando a atenção para os riscos intergeracionais do recrudescimento das restrições econômicas aqui descritas e analisadas.

A saída de trabalhadores qualificados significa, portanto, não apenas perda quantitativa de mão de obra, mas perda de capital humano acumulado, de um esforço formativo para o fortalecimento de capacidades no país que, pelo agravamento da “crise de crises”, se encontra altamente comprometido. No caso do setor Saúde, a perda é ainda maior pois além de servirem ao sistema de saúde cubano, os profissionais de saúde formam parte das brigadas internacionalistas que, nas últimas décadas, prestaram assistência à saúde de grupos da população de algumas dezenas de países, incluindo o Brasil.

Alguns veículos independentes de mídia que operam na ilha estimam que o êxodo de profissionais de saúde para o exterior passou de 75 mil, somente entre 2021 e 2024. E quando esse processo migratório ocorre, simultaneamente, à deterioração de salários e infraestrutura, reduz-se a capacidade do país de transformar os esforços formativos de décadas em produtividade, bem como limita a possibilidade de promoção do trabalho decente.

A Deterioração das Condições de Trabalho e os Distanciamento do Trabalho Decente

A “crise de crises” não afeta, apenas, a oferta de empregos e as condições de trabalho. Ela modifica por completo as condições concretas em que o trabalho é realizado, e se configura como um importante determinante social da saúde e do bem-estar dos trabalhadores e de suas famílias. E, para compreender essa afirmação, é importante olhar para o atual cenário do trabalho e emprego em Cuba, a partir de dados recolhidos em diversas fontes, que configuram um panorama desafiador para a garantia do trabalho decente no país.

Segundo a *Encuesta Nacional de Ocupación* de 2024, o setor estatal concentrava 68,5% dos aproximadamente 4,1 milhões de ocupados. Entretanto, o salário médio estatal, segundo o informe, era de aproximadamente US$11 mensais, reduzindo fortemente o poder de atração desses empregos diante das alternativas existentes no setor privado, formal ou informal, principalmente no que diz respeito ao turismo. Importante destacar que, segundo o informe, 831.063 pessoas eram classificadas como ocupadas informalmente, equivalentes a 20,1% dos ocupados.

Estes dados permitem uma análise inicial. Um mercado de trabalho pode apresentar uma taxa formal de desemprego relativamente baixa e, ainda assim, possuir um déficit importante de trabalho decente se parte expressiva da população for deslocada para atividades informais, instáveis ou insuficientemente remuneradas. A reportagem anteriormente citada da *Inter Press Service en Cuba* observa essa possibilidade ao destacar que pessoas sem emprego formal costumam recorrer à informalidade em busca de renda, embora isso implique perda de direitos e proteção social. E que, diante do contexto de "crise de crises" pelo qual o país passa, acabam disputando espaço na informalidade com trabalhadores ocupados, com vínculos formais, que necessitam complementar renda para a garantia de sua subsistência.

Considerando que um componente central do que se entende como trabalho decente é a possibilidade de que o trabalho produza renda suficiente para assegurar condições dignas de vida, a crise do trabalho em Cuba configura uma contradição particularmente dura, e não restrita ao país: um contexto onde os aumentos nominais de salários coexistem com a deterioração do poder aquisitivo. O *Panorama Laboral 2025*, produzido pela Cuba Sindical (entidade independente do setor Trabalho no país) registra que o salário médio mensal do setor estatal chegou a 6.649 pesos cubanos no primeiro semestre de 2025, aumento nominal de 16,4% em relação ao ano anterior. Entretanto, segundo a mesma fonte, esse crescimento não teria se convertido em recuperação real do poder aquisitivo diante da inflação e do encarecimento dos bens e serviços essenciais.

Segundo dados compilados por outra fonte, a *Inter Press Service en Cuba*, em julho de 2026, o Ministério do Trabalho e Segurança Social anunciou a elevação do salário mínimo nacional de 2.100 para 3.210 pesos mensais. Entretanto, a própria reportagem observa que, em um contexto no qual um litro de óleo vegetal custava aproximadamente três dólares, a elevação nominal do salário mínimo dificilmente poderia funcionar como incentivo suficiente à permanência dos trabalhadores no setor estatal.

Essa questão é essencial para compreender o significado do trabalho decente. A OIT não reduz o conceito à existência de um vínculo empregatício formal. Trabalho decente implica trabalho produtivo, direitos protegidos, remuneração adequada e proteção social. Portanto, quando a inflação e a desvalorização corroem sistematicamente o rendimento real, a simples manutenção de um posto formal não assegura, por si só, trabalho decente.

Outra interpretação sobre o significado de trabalho decente, adotada em edições anteriores dos Cadernos sobre Saúde e Trabalho, implica na garantia de condições saudáveis, seguras, sustentáveis e equitativas para a realização do trabalho. Condições que, em um contexto de "crise de crises", se vê bastante ameaçada, como indicam dados sobre segurança e saúde no trabalho disponibilizados pela ONEI e citados no informe *Panorama Laboral 2025*, produzido pela Cuba Sindical. Segundo a fonte, o país registrou, no primeiro semestre de 2025, 436 acidentes de trabalho, com 420 pessoas lesionadas e 15 mortes. A mesma fonte relata

carências de equipamentos de proteção individual em setores de risco e observa que os apagões prolongados, o aumento do trabalho noturno (forçado pela escassez de energia) e o uso de geradores improvisados aumentaram os riscos à saúde do trabalhador.

O comprometimento das condições de trabalho em Cuba também afeta a sustentabilidade dos serviços públicos. Salários insuficientes dificultam a retenção de trabalhadores qualificados em setores estratégicos, justamente quando a crise econômica aumenta a necessidade desses profissionais. O fenômeno é particularmente evidente nos setores de saúde e educação, mas possui implicações mais amplas para a capacidade produtiva nacional, inclusive no crescente setor privado.

O setor de Turismo é o exemplo mais contundente dos impactos da "crise de crises" sobre o mundo do trabalho cubano, no que se refere à economia privada. O diagnóstico de 2026 sobre o sistema turístico cubano sustenta que a energia, a água, o saneamento, os resíduos, as estradas, os aeroportos, as telecomunicações e o abastecimento de alimentos, que constituem infraestrutura crítica para a atividade turística, vêm sendo fortemente impactadas com o recrudescimento do embargo e suas consequências sobre a infraestrutura do país e a qualidade de vida e trabalho do povo cubano. O documento também enfatiza, ainda, que a dimensão do trabalho não deve ser tratada de forma isolada à organicidade do setor Turismo em Cuba, e que ambas são impactadas, tanto, por fatores externos — sobretudo o embargo que, há mais de seis décadas, limita o desenvolvimento econômico e social do país — e internos — como a deterioração dos serviços, a rigidez institucional, a fragilidade dos encadeamentos produtivos e a forte burocracia.

Nesse contexto, reconhecer a contribuição das recentes sanções e do histórico embargo como determinantes da "crise de crises" não significa negar a responsabilidade de fatores estruturais e decisões de política econômica internas. O agudizamento da crise energética, nesse contexto, deve ser entendido como um determinante social e político das condições de trabalho, com dimensões externas e internas.

Informalidade, Perda de Proteção Social e Iniquidades de Gênero

A expansão da informalidade em Cuba representa outro caminho pelo qual a "crise de crises" se materializa em déficit de trabalho decente. Se, por um lado, a informalidade funciona como mecanismo de sobrevivência em uma economia submetida a choques severos, por outro desloca a responsabilidade sobre os riscos econômicos e a garantia de proteção social do Estado e das empresas para os indivíduos.

Em Cuba, segundo os dados da *Encuesta Nacional de Ocupación* de 2024, apresentados e analisados pela *Inter Press Service en Cuba*, um em cada cinco cubanos ocupados, naquele ano, estavam na informalidade — o equivalente a mais de 800 mil pessoas sem quaisquer garantias de seguridade social e proteção trabalhista, em um universo de pouco mais de quatro milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Questão que merece uma análise cuidadosa, sobretudo quando consideramos que a taxa cubana é inferior à média latino-americana de informalidade (citada na mesma fonte), de 47,6%. Isso não significa, contudo, que o fenômeno seja irrelevante. Em um contexto de rápida deterioração das condições econômicas, a expansão da informalidade pode representar uma mudança qualitativa do mercado de trabalho, sobretudo se ocorrer mediante migração de empregos formais para ocupações sem proteção.

O fenômeno é particularmente importante porque a crise cubana combina informalização com baixa remuneração, sobretudo no setor estatal. O trabalhador passa a enfrentar um dilema entre um emprego formal com baixo poder aquisitivo e uma atividade informal potencialmente mais rentável, mas sem o mesmo nível de proteção. Uma escolha com forte viés de gênero.

As mulheres encontram-se particularmente expostas aos impactos da "crise de crises" uma vez que sua participação no trabalho remunerado é indissociável de uma carga desproporcional de trabalho doméstico e de cuidados. Um estudo sobre a participação de mulheres no mercado de trabalho cubano, realizado pelo *Cuba Capacity Building Project*, da Universidade de Columbia, mostra que, embora as mulheres sejam maioria entre os graduados universitários, continuam abaixo dos homens em termos de salário médio, participação no emprego e inserção no setor privado. A mesma análise, baseada na *Encuesta Nacional de Ocupación* de 202, mostra que as mulheres representavam 63,5% da população fora da força de trabalho e que, entre as pessoas fora do mercado de trabalho dedicadas aos afazeres domésticos, apenas 0,6% eram homens.

Estes dados desvelam uma relação direta entre o agravamento da "crise de crise" (sobretudo a partir do recrudescimento da crise energética) e o déficit de trabalho decente entre as mulheres. Quando faltam eletricidade, água, transporte e serviços de cuidado, aumenta o tempo necessário para realizar atividades domésticas e de cuidado, responsabilidades que são desproporcionalmente assumidas por mulheres. E as consequências são duplamente sentidas: por um lado, aumenta a carga de trabalho não remunerado; por outro, diminui a disponibilidade para o emprego formal. A crise do trabalho em Cuba tem, portanto, forte viés de gênero.

Conclusões

Os dados aqui apresentados, recolhidos em fontes diversas e de forma o mais abrangente possível (considerando as restrições de acesso a informações), mostram que a crise do trabalho e emprego em Cuba não se restringe ao mundo do trabalho. Trata-se de um conjunto de crises — ou "crise de crises" — que, em um mesmo momento e espaço, atuam de forma sinérgica, agravando seus impactos sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores, e cujos efeitos são sentidos, de forma desproporcional, pelos grupos mais vulnerabilizados da população.

Reconhecer e buscar compreender a dimensão humanitária da "crise de crises" é fundamental para posicionar o problema como um fenômeno cujos impactos e consequências vão para além do mundo do trabalho. O endurecimento das restrições externas, sobretudo o recrudescimento do embargo, resultando em um bloqueio ao fornecimento de petróleo à Cuba, atua como fator que amplifica vulnerabilidades preexistentes e transforma problemas socioeconômicos históricos em déficits de trabalho decente.

O combustível extraído do petróleo é um insumo central, transversal e indispensável para a economia e o funcionamento da sociedade cubana. Sem petróleo, não há energia, já que esta é a principal fonte energética do país; sem energia, empresas não produzem, serviços não funcionam; sem energia, não há transporte; sem transporte, trabalhadores não conseguem chegar ao emprego e a população não consegue se deslocar no território; sem energia, não há bombeamento e, portanto, não há água disponível; sem água e saneamento, aumentam os riscos sanitários; sem energia e sem água, compromete-se toda a infraestrutura hospitalar e as cadeias de cuidado à saúde, aumentando a carga sobre os trabalhadores da saúde e suas

famílias; sem os devidos cuidados à saúde, compromete-se as condições básicas de vida, incluindo o trabalho; com o trabalho comprometido, compromete-se a atividade econômica, diminuem as oportunidades de emprego e os recursos para financiar políticas sociais. E assim poderíamos seguir... É nesse sentido que a crise energética precisa ser compreendida de forma indissociada da crise do trabalho e de outras tantas, que debilitam o país, castigam seu povo e comprometem qualquer possibilidade de desenvolvimento social sustentável e equitativo.

As evidências aqui apresentadas permitem sustentar que o recrudescimento do embargo e, sobretudo, das restrições ao acesso a combustíveis estão contribuindo para o aprofundamento de uma crise humanitária em Cuba, afastando o país cada vez mais da meta de promoção do trabalho decente. E mesmo que o embargo não se configure como determinante único da "crise de crises" pela qual o país passa, as condições que atingem, simultaneamente, a produção, os serviços públicos, as dinâmicas sociais, a reprodução cotidiana da força de trabalho, a garantia da subsistência e dos direitos humanos, a discussão sobre a crise do trabalho e emprego em Cuba deixa de ser, exclusivamente, uma questão de política externa ou de comércio internacional e passa a ser, também, uma questão de justiça social.

Eleições e migrações no Brasil e no mundo

Elecciones y migraciones en Brasil y en el mundo

Elections and migration in Brazil and around the world

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: O presente informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, discute a questão migratória nas eleições brasileiras e em outros países do mundo. Primeiro, apresenta-se uma análise dos planos de governo dos candidatos à presidência que concorreram ao primeiro turno. Apenas quatro dos onze candidatos à presidência incluíram propostas sobre migrações e refúgio. No entanto, o informe destaca que, apesar da política migratória não estar no centro das eleições brasileiras, o histórico de Lula e Flávio Bolsonaro, agora candidatos ao segundo turno, demonstram alguns indícios de como essas discussões poderão ser colocadas no próximo mandato. Depois, são comentadas as eleições suecas, alemãs, espanholas e norte-americanas, nas quais a migração, novamente, tem sido ponto de tensão no eleitorado e fundamental nas agendas dos partidos de extrema-direita.

Palavras-chave: Migrações; eleições; políticas anti-imigratórias; extrema direita.

Resumen: *El presente informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, aborda la cuestión migratoria en las elecciones brasileñas y en otros países del mundo. En primer lugar, se presenta un análisis de los programas de gobierno de los candidatos a la presidencia que se presentaron a la primera vuelta. Solo cuatro de los once candidatos a la presidencia incluyeron propuestas sobre migraciones y refugio. Sin embargo, el informe destaca que, aunque la política migratoria no ha sido un tema central en las elecciones brasileñas, el historial de Lula y Flávio Bolsonaro, ahora candidatos a la segunda vuelta, muestra algunos indicios de cómo podrían abordarse estos temas durante el próximo mandato. Posteriormente, se analizan las elecciones suecas, alemanas, españolas y estadounidenses, en las que la migración, una vez más, ha sido un punto de tensión entre el electorado y un tema fundamental en las agendas de los partidos de extrema derecha.*

Palabras clave: *Migraciones; elecciones; políticas antiinmigratorias; extrema derecha.*

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refugees and Global Health, discusses migration in Brazil's elections and in other countries. First, the report analyzes the government plans of Brazilian presidential candidates. Only four of the eleven candidates included proposals on migration and refuge. Nonetheless, the report highlights that, even though migration might not be at the center of Brazilian elections, understanding the history of how Lula and Flávio Bolsonaro handled migration issues, both now running for the second round of presidential elections, may indicate how these discussions will show up in the next mandate. Then, the report will comment on Swedish, German, Spanish, and US elections, in which migration is again a main tension point among the electorate and corollary to far-right parties' agendas.*

Keywords: *Migration; elections; anti-migration policy; far-right.re*

A condição dos brasileiros no exterior e as eleições presidenciais de 2026: como a pauta migratória aparece nos programas de governo dos candidatos no primeiro turno

A migração modifica profundamente a vida de quem deixa o Brasil, mas não rompe os laços com o país de origem. Muitos brasileiros continuam conectados a familiares, comunidades e ao debate político nacional, mesmo vivendo fora. Essa presença transnacional aparece também no voto emigrante, que expressa participação ativa em mais de um espaço social e político. A experiência migratória, porém, não é homogênea. Ela pode envolver situações de vulnerabilidade, como exploração laboral, detenção e deportação. No ano de 2015, 157 menores brasileiros foram detidos nos Estados Unidos, evidenciando como políticas migratórias de países de destino afetam diretamente famílias brasileiras. Em resposta a esse cenário, redes comunitárias se organizam para oferecer apoio, orientação e proteção, mas sua atuação não substitui o papel do Estado brasileiro, que deve garantir assistência consular, informação e defesa diplomática quando há indícios de abusos[1].

Durante o governo Donald Trump, políticas de perseguição a migrantes foram intensificadas, acelerando deportações e reduzindo garantias processuais. As operações do ICE espalham medo entre comunidades migrantes, levando moradores a criar redes de alerta e ajuda mútua. Essas informações reforçam a necessidade de uma rede consular forte, com equipes suficientes, atendimento acessível e protocolos para emergências, detenção, deportação e violência. A proteção aos brasileiros no exterior está diretamente ligada à soberania nacional, ela inclui defender os direitos dos brasileiros onde quer que estejam. As ações do governo Jair Bolsonaro e de seus filhos, como a retirada do Brasil do Pacto Global para Migração em 2019 e pedidos feitos aos Estados Unidos para influenciar disputas políticas internas, são apresentados como sinais de submissão a interesses externos, em contraste com a necessidade de uma política externa autônoma[1].

O Pacto Global para Migração, adotado em 2018, estabelece cooperação internacional para reduzir vulnerabilidades, combater o tráfico de pessoas, ampliar acesso a documentos e proteger direitos trabalhistas. Embora não seja vinculante, o Pacto reforça a importância da coordenação entre países de origem, trânsito e destino. O Brasil deixou o processo em 2019, mas retornou em 2023, quando o governo Lula vinculou a reintegração ao compromisso de proteger brasileiros emigrados[1].

Nas eleições de 2026, a proteção dos brasileiros que vivem no exterior deve ocupar lugar central na avaliação dos projetos políticos em disputa. A atuação consular diante de deportações e a garantia do devido processo legal exigem um Estado capaz de defender seus cidadãos e uma diplomacia comprometida com essa responsabilidade. Nesse sentido, a retomada do Pacto Global para a Migração e a valorização do multilateralismo constituem referências importantes para orientar essa atuação, em oposição aos rompimentos promovidos durante o governo Bolsonaro[1].

Com mais de 918 mil brasileiros aptos a votar no exterior em 2026, sua participação tem relevância política crescente. Embora votos emigrantes não definam isoladamente eleições, margens apertadas apontam que cada voto pode ser decisivo em disputas equilibradas. Apoiar eleitoralmente um projeto político comprometido com a soberania nacional significa

reconhecer que a responsabilidade do Estado brasileiro pela proteção de seus cidadãos ultrapassa os limites territoriais do país[1].

A análise dos planos de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral mostra que a migração continua sendo um tema pouco abordado pelas candidaturas à Presidência. Assim como em eleições anteriores, a maior parte dos candidatos não dedica atenção significativa às políticas migratórias, seja para tratar dos migrantes que vivem no Brasil, seja para abordar os brasileiros que residem no exterior. Entre todos os documentos disponíveis na plataforma DivulgaCand, apenas Lula, Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Hertz Dias apresentam propostas relacionadas ao tema. A candidatura de Flávio Bolsonaro menciona que o Brasil é um país formado por migrantes e múltiplas culturas, mas não detalha nenhuma política específica. Os demais candidatos simplesmente não mencionam migração em seus programas, repetindo o padrão observado em 2018 e 2022, quando apenas uma minoria tratou do assunto. No caso de Pablo Marçal, não há plano de governo disponível[2].

No plano de governo de Lula, a migração aparece como continuidade das ações implementadas no atual mandato, com destaque para a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, criada em 2025. O documento afirma que o governo pretende consolidar uma política migratória humanista e estratégica, com foco no acolhimento digno, no combate à xenofobia e na ampliação do acesso a direitos e serviços públicos. Também menciona o fortalecimento da diplomacia cultural e a internacionalização da produção brasileira, além de propor medidas para coibir migrações fraudulentas e reforçar a inspeção do trabalho[2].

Ronaldo Caiado concentra suas propostas nos brasileiros que vivem no exterior, defendendo a modernização dos consulados, a ampliação de serviços digitais, o aumento da assistência e a melhoria da capacidade de resposta a crises. Ele também propõe valorizar a diáspora como rede de comércio, ciência e investimento, e, no âmbito interno, organizar a migração com foco em documentação, integração, segurança e cooperação internacional[2].

Romeu Zema apresenta propostas mais gerais, defendendo uma política de vistos e migração que mantenha o Brasil aberto ao mundo. Ele sugere isentar de visto turistas de países considerados seguros e criar caminhos legais para atrair talentos e profissionais qualificados, reforçando a imagem de um país receptivo[2].

Já Hertz Dias dedica um tópico específico aos migrantes, defendendo direito imediato à nacionalidade, regularização documental ampla, incluindo haitianos, bolivianos, venezuelanos, cubanos, angolanos e demais indivíduos, e a garantia de direitos civis, trabalhistas e sociais. Seu programa enfatiza que a classe trabalhadora é uma só, independentemente da nacionalidade[2].

No conjunto, o panorama mostra que a migração permanece como um tema marginal no debate eleitoral brasileiro, tratado apenas por poucos candidatos e de maneiras bastante distintas, enquanto a maioria das candidaturas ignora completamente a pauta migratória[2].

As migrações no segundo turno das eleições presidenciais

Embora a política migratória continue distante do centro dos debates e dos planos de governo no Brasil, o histórico dos dois candidatos ao segundo turno para a presidência, Lula e Flávio Bolsonaro, traz algumas evidências de como cada governo pretende lidar com a temática.

Além de ser um dos quatro candidatos à presidência a incluir propostas para migrantes em seu plano de governo, Lula trouxe o Brasil de volta ao Pacto Global para a Migração das

Nações Unidas, um dos principais instrumentos da governança internacional das migrações, que estabeleceu diretrizes de acolhimento dos migrantes pelos países signatários. Lula reverteu a decisão de retirada do Pacto tomada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro logo no início do seu mandato, em janeiro de 2019[3]. Foi também no governo Lula que ocorreu a segunda edição da Comigrar (Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia) e a criação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia[4]. Apesar disso, houve alguns pontos de tensão nos últimos quatro anos, como o caso das restrições às solicitações de refúgio no aeroporto de Guarulhos àqueles que não tinham como destino final o Brasil, e o condicionamento da emissão de vistos humanitários à capacidade de acolhimento por meio do patrocínio comunitário[4].

Já Flávio Bolsonaro não incluiu em seu plano de governo nenhuma política voltada para migrações e refúgio, mas promete endurecer o controle das fronteiras através das Forças Armadas[5]. O candidato não acumula posicionamentos públicos sobre migrações[4], mas afirma representar uma continuidade do legado deixado pelo pai. Jair Bolsonaro, mesmo antes de assumir a presidência, foi grande crítico da Lei de Migrações[6], defendeu o "direito" de Trump de deportar brasileiros[7] e implementou uma série de medidas discriminatórias e anti-imigratórias, especialmente durante a pandemia de covid-19.[8] Restam, então, questionamentos importantes sobre como a política migratória será conduzida sob um possível governo de extrema-direita liderado por Flávio, que conta com apoio massivo dos recém-eleitos parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados.

Migrações e eleições no mundo

Fora do Brasil, as migrações seguem centrais nas campanhas eleitorais, em especial nos discursos e nas agendas de partidos da extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos. Em setembro, as acirradas eleições suecas se deram entre o bloco de oposição social-democrata de Magdalena Andersson e a coalizão de centro-direita liderada por Ulf Kristersson, que contou com forte apoio do partido anti-imigração Democratas da Suécia[9]. Algumas das principais propostas da direita, agora derrotada, giravam em torno do combate à criminalidade e do endurecimento das políticas migratórias[9].

Na Alemanha, a ascensão do partido de extrema-direita AfD, consolidada por sua recente vitória nos estados de Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental e Saxônia-Anhalt, gera temor entre as comunidades de imigrantes. Algumas das propostas programáticas envolvem a deportação do maior número possível de imigrantes sem autorização de residência, implementar regras de asilo mais rigorosas, impor trabalho obrigatório aos requerentes de asilo e eliminar todo o financiamento estatal de programas de integração[10]. Essas políticas resultam da problemática leitura pela AfD de que a imigração é responsável pelo baixo crescimento econômico e alta inflação, apesar do país enfrentar uma escassez de trabalhadores qualificados e decrescimento populacional[10].

A Espanha, por sua vez, passa por uma grave crise habitacional, que culminou na dissolução antecipada do parlamento pelo atual primeiro-ministro Pedro Sánchez e a convocação das eleições para novembro. A questão migratória também é central para a disputa eleitoral, no contexto da intensificação do fluxo migratório para Ceuta, território espanhol no Norte da África[11]. Ao menos 141 pessoas morreram nas trajetórias, e, após intervenções do governo espanhol, a maioria dos migrantes voltou ao Marrocos[11]. No entanto, as lideranças de extrema-direita espanholas utilizaram dessa oportunidade para culpabilizar o atual governo pelo aumento das imigrações, frente à iniciativa de Sánchez, no início do ano, de permitir que

mais de um milhão de imigrantes em situação irregular solicitassem documentação para serem integrados à força de trabalho[11].

Finalmente, com a chegada das eleições de meio mandato nos Estados Unidos, que acontecerão em novembro, a política anti-imigração de Trump volta aos holofotes. A promessa de campanha de deportações em massa foi cumprida com truculência pelo presidente e, agora, dois anos depois, os eleitores passam a viver suas consequências[12]. Uma pesquisa recente da Reuters/Ipsos demonstra que apenas 36% aprovam a gestão das migrações do governo Trump[12]. No Texas, um estado que não elege senadores Democratas há mais de 40 anos, novas pesquisas apresentam a divisão do eleitorado no que diz respeito à política migratória da gestão Republicana[12]. Embora a maioria da população latina tenha registrado o voto em Trump, hoje, dois terços acreditam que suas políticas de *enforcement* tenham "ido longe demais".[12]

Referências

1. LE MONDE DIPLOMATIQUE. A condição dos brasileiros no exterior e as eleições de 2026. Le Monde Diplomatique Brasil, 7 out. 2026. Disponível em:https://diplomatique.org.br/a-condicao-dos-brasileiros-no-exterior-e-as-eleicoes-de-2026/. Acesso em: 11 out. 2026.

2. MIGRAMUNDO. Apenas quatro candidaturas à presidência em 2026 trazem propostas sobre migração em planos de governo. MigraMundo. Disponível em:https://migramundo.com/apenas-quatro-candidaturas-a-presidencia-em-2026-trazem-propostas-sobre-migracao-em-planos-de-governo/#google_vignette. Acesso em: 11 out. 2026.

3. TATEMOTO, R. O que é o Pacto Global para Migração, que Bolsonaro decidiu abandonar? Brasil de Fato, 08 jan. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/01/08/o-que-e-o-pacto-global-para-migracao-que-bolsonaro-quer-abandonar/. Acesso em: 12 out. 2026.

4. DELFIM, R. B. O que Lula e Flávio Bolsonaro têm a dizer ou mostrar sobre migrações. MigraMundo, 08 out. 2026. Disponível em: https://migramundo.com/o-que-lula-e-flavio-bolsonaro-tem-a-dizer-ou-mostrar-sobre-migracoes/. Acesso em: 12 out. 2026.

5. VIEIRA, I. Flávio Bolsonaro propõe enxugar Estado e endurecer ações de segurança. Agência Brasil, 18 set. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2026-09/flavio-bolsonaro-propoe-enxugar-estado-e-endurecer-acoes-de-seguranca. Acesso em: 12 out. 2026.

6. MAIA, G. Bolsonaro critica Lei de Migração e fala em barrar "certo tipo de gente". UOL, 12 dez. 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm. Acesso em: 12 out. 2026.

7. CARTA CAPITAL. Bolsonaro defende "direito" de Trump de deportar brasileiros dos EUA. Carta Capital, 25 jan. 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-defende-direito-de-trump-de-deportar-brasileiros-dos-eua/. Acesso em: 12 out. 2026.

8. PEREIRA, A. B.; QUINTANILHA, K. Deportação e trabalho escravo: governo e Exército tornam política migratória um desastre humanitário. The Intercept, 23 jul. 2021. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/. Acesso em: 12 out. 2026.

9. G1. Suécia vai às urnas para eleições acirradas com foco em discurso anti-imigração e empobrecimento da população. g1, 13 set. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/09/13/suecia-vai-as-urnas-para-eleicoes-acirradas-com-foco-em-discurso-anti-imigracao-e-empobrecimento-da-populacao.ghtml. Acesso em: 12 out. 2026.

10. PFEIFER, H. Alemanha: O que pode significar um governo estadual da AfD? DW, 05 set. 2026. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/alemanha-o-que-pode-significar-um-governo-estadual-da-afd/a-79046936. Acesso em: 12 out. 2026.

11. JAKES, L. Housing, Corruption and a Migrant Surge: Why Spain is Holding an Early Election. New York Times, 05 out. 2026. Disponível em: https://www.nytimes.com/2026/10/05/world/europe/spain-elections-housing-migrants-corruption.html. Acesso em: 12 out. 2026.

12. SINGH, M. How immigration is molding the US midterms: 'Trump has gone too far'. The Guardian, 12 out. 2026. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2026/oct/12/immigration-us-midterms-trump. Acesso em: 12 out. 2026.

Recomendações sobre o Manejo Integrado da Obesidade em Crianças e Adolescentes

Recomendaciones sobre el Manejo Integrado de la Obesidad en Niños, Niñas y Adolescentes

Recommendations on the Integrated Management of Obesity in Children and Adolescents

Maria Teresa Rossetti Massari,
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou, em 7 de outubro de 2026, suas primeiras diretrizes globais para o manejo da obesidade em crianças e adolescentes, com recomendações baseadas em evidências para qualificar o cuidado e orientar a atuação dos sistemas e profissionais de saúde. Em 2024, cerca de 170 milhões de pessoas de 5 a 19 anos viviam com obesidade no mundo, cuja prevalência nessa faixa etária quadruplicou desde 1990, passando de 2% para 8%. As diretrizes destacam a importância de uma abordagem integral e centrada na pessoa, que combine alimentação saudável, atividade física e mudanças comportamentais, que considere a saúde mental e envolva as famílias. Também ressaltam que o enfrentamento da obesidade exige ações para além do tratamento individual, incluindo políticas públicas que favoreçam ambientes saudáveis e ampliem o acesso a cuidados de qualidade.

Palavras-chave: Obesidade Infantil; Criança; Adolescente; Promoção da Saúde; Exercício Físico.

Resumen: *La Organización Mundial de la Salud (OMS) publicó, el 7 de octubre de 2026, sus primeras directrices mundiales para el manejo de la obesidad en niños, niñas y adolescentes, con recomendaciones basadas en la evidencia para mejorar la atención y orientar la actuación de los sistemas y profesionales de la salud. En 2024, aproximadamente 170 millones de personas de entre 5 y 19 años vivían con obesidad en el mundo, y la prevalencia en este grupo de edad se cuadruplicó desde 1990, pasando del 2 % al 8 %. Las directrices destacan la importancia de un enfoque integral y centrado en la persona, que combine una alimentación saludable, actividad física y cambios conductuales, tenga en cuenta la salud mental e involucre a las familias. También subrayan que abordar la obesidad requiere medidas que vayan más allá del tratamiento individual, incluidas políticas públicas que promuevan entornos saludables y amplíen el acceso a una atención de calidad.*

Palabras clave: *Obesidad Infantil; Niño; Adolescente; Promoción de la Salud; Ejercicio Físico.*

Abstract: *The World Health Organization (WHO) published its first global guidelines for the management of obesity in children and adolescents on October 7, 2026, providing evidence-based recommendations to improve care and guide the actions of health systems and professionals. In 2024, approximately 170 million people aged 5–19 worldwide were living with obesity, with prevalence in this age group quadrupling since 1990, from 2% to 8%. The guidelines highlight the importance of a comprehensive, person-centred approach that combines healthy*

eating, physical activity and behavioural changes, takes mental health into account, and involves families. They also emphasize that addressing obesity requires action beyond individual treatment, including public policies that promote healthy environments and expand access to quality care.

Keywords: *Pediatric Obesity; Child; Adolescent; Health Promotion; Exercise.*

Introdução

A obesidade infantil e na adolescência constitui um dos principais desafios de saúde pública da atualidade. As diretrizes lançadas essa semana pela Organização Mundial da Saúde (OMS) enfatizam a atenção primária à saúde como eixo do cuidado, defendendo estratégias combinadas de alimentação saudável, atividade física, intervenções comportamentais, promoção do sono saudável, redução do comportamento sedentário, tecnologias digitais e, em situações específicas, terapias farmacológicas e cirurgia bariátrica. O manejo deve ocorrer sem estigmatização, respeitando diversidade cultural, condição socioeconômica, desenvolvimento físico e saúde mental.

A OMS define:

- Recém-nascido ou neonato o indivíduo nos primeiros 28 dias de vida;
- Lactente, aquele com idade entre 29 dias e menos de 12 meses;
- Criança na primeira infância, aquela com idade entre 12 meses e menos de 3 anos;
- Criança em idade pré-escolar, aquela com idade entre 3 e menos de 5 anos;
- Criança em idade escolar, aquela com idade entre 5 e menos de 10 anos; e
- Adolescente, aquele com idade entre 10 e 19 anos.

A Classificação Internacional de Doenças da OMS, 11ª Revisão (CID-11), define a obesidade como “uma doença crônica complexa, caracterizada pelo excesso de adiposidade, que pode comprometer a saúde. Na maioria dos casos, trata-se de uma doença multifatorial, decorrente de ambientes obesogênicos, fatores psicossociais e variantes genéticas”.

Diante do aumento da prevalência da obesidade infantil nos Estados-Membros, são necessárias medidas fundamentadas na prática clínica e no conhecimento científico para enfrentar essa condição e seus efeitos sobre a saúde geral, o surgimento precoce de outras doenças não transmissíveis, o desempenho educacional, a obesidade na vida adulta e a qualidade de vida.

Escopo e finalidade, objetivos e público-alvo

A diretriz tem como objetivo oferecer aos Estados-Membros e seus parceiros recomendações clínicas e de saúde pública globais, claras e fundamentadas na prática e no conhecimento científico, que possam ser adotadas e adaptadas a diferentes contextos. As recomendações são voltadas ao manejo integrado e ao cuidado de crianças e adolescentes com obesidade, em toda a sua diversidade, com idade entre 29 dias e menos de 19 anos, visando à melhoria da saúde e da capacidade funcional e à redução das limitações associadas à obesidade, por meio de uma abordagem baseada na Atenção Primária à Saúde.

A expressão “em toda a sua diversidade” reconhece a singularidade de cada criança e promove a inclusão, por meio de políticas e ações que considerem as diferentes necessidades e experiências.

Esta diretriz contempla intervenções realizadas no âmbito da atenção primária à saúde, incluindo, entre outras, terapia dietética; atividade física, higiene do sono e comportamentos sedentários; intervenções para mudança de comportamento; intervenções multimodais; intervenções digitais em saúde; intervenções farmacológicas; e cirurgias relacionadas ao controle do peso.

O processo de elaboração da diretriz considerou as perspectivas dos indivíduos e das comunidades, bem como dos diferentes setores envolvidos, além dos sistemas de saúde.

O público-alvo prioritário da diretriz inclui tomadores de decisão e formuladores de políticas de saúde pública dos ministérios da saúde e de outros órgãos relacionados, nos níveis nacional, subnacional e local. A publicação também é relevante para profissionais de saúde e gestores de programas integrados de saúde e de sistemas de atenção à saúde.

Além disso, as recomendações podem subsidiar o trabalho de organizações não governamentais, outras instituições e sociedades profissionais envolvidas no planejamento e na gestão de intervenções voltadas a crianças com obesidade, bem como de outras ações relacionadas à saúde e ao bem-estar. Por fim, a diretriz pode contribuir para informar a população em geral, incluindo pais e responsáveis por crianças com obesidade.

Questões-chave para o desenvolvimento da diretriz

As questões-chave que orientaram o desenvolvimento desta diretriz estão apresentadas a seguir.

1. Intervenções dietéticas — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito da intervenção dietética, em comparação com a ausência de intervenção, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

2. Atividade física — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito da atividade física, em comparação com a ausência de intervenção, no manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

3. Comportamento sedentário — Em crianças e adolescentes com obesidade, quais características do comportamento sedentário, considerando diferentes durações, frequências, padrões ou tipos de comportamento, estão associadas à melhora da saúde e da funcionalidade e à redução das incapacidades associadas à obesidade no contexto do manejo integrado da obesidade?

4. Sono — No contexto do manejo integrado da obesidade, crianças e adolescentes com obesidade devem melhorar o sono e/ou a higiene do sono, considerando diferentes durações, frequências ou padrões, avaliados por métodos objetivos e subjetivos, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

5. Intervenções para mudança de comportamento — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito das intervenções para mudança de comportamento, em comparação

com a ausência de intervenção, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

6. Intervenções de saúde digital — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito das intervenções de saúde digital, em comparação com a ausência de intervenção, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

7. Tratamento farmacológico — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito das intervenções farmacológicas, em comparação com a ausência de intervenção, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

8. Alternativas a medicamentos associados ao ganho de peso — Em crianças e adolescentes com obesidade, a substituição de medicamentos reconhecidamente associados ao ganho de peso por alternativas terapêuticas, em comparação com a ausência de mudança na medicação, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, melhora a saúde e a funcionalidade e reduz as incapacidades associadas à obesidade?

9. Cirurgia bariátrica — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito do *bypass* gástrico e de outras modalidades de cirurgia bariátrica, em comparação com a ausência de intervenção, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

10. Dispositivos para perda ou controle do peso — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito dos dispositivos destinados à perda ou ao controle do peso, em comparação com a ausência de intervenção, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

11. Intervenções multimodais — Em crianças e adolescentes com obesidade, qual é o efeito das intervenções multimodais conduzidas por uma equipe multiprofissional, em comparação com o cuidado padrão, no contexto clínico do manejo integrado da obesidade, para melhorar a saúde e a funcionalidade e reduzir as incapacidades associadas à obesidade?

Recomendações, justificativas e observações

- **Intervenções dietéticas**

Recomendação: A diretriz recomenda que esta intervenção componha o manejo integrado da obesidade, considerando idade, estado de saúde, contexto cultural, preferências individuais, saúde mental e participação familiar. O planejamento deve ser individualizado e realizado por profissionais capacitados.
Força da recomendação: forte.
Qualidade das evidências: muito baixa.

Justificativa

Em ambas as diretrizes, o Grupo de Desenvolvimento (GDP) concluiu que os benefícios potenciais superam os riscos. Embora a qualidade das evidências seja predominantemente baixa ou muito baixa, as intervenções demonstraram potencial para melhorar indicadores

antropométricos, qualidade de vida, bem-estar físico e adesão ao tratamento. Também foram considerados aspectos de aceitabilidade, viabilidade, equidade e custos para famílias e sistemas de saúde.

As recomendações reconhecem que a obesidade resulta de interação entre ambiente, fatores genéticos, condições psicossociais e determinantes sociais. Dessa forma, medidas isoladas raramente são suficientes, sendo necessário combinar abordagens clínicas, familiares, escolares e comunitárias.

As modificações alimentares geralmente buscam reduzir a ingestão energética total e incluem, entre outras estratégias:

- Restrição do conteúdo calórico, com ingestão energética habitual ou reduzida.
- Alteração da distribuição ou composição dos macronutrientes, incluindo dietas com baixo teor de carboidratos, alto teor de proteínas, baixo teor de gorduras, ricas em ômega-3 ou em ácidos graxos poli-insaturados (AGPI), além da dieta cetogênica.
- Restrição de componentes específicos, como dietas com baixo teor de sal ou açúcar, alto teor de fibras, sem aditivos alimentares, com menor consumo de alimentos industrializados atualmente classificados como ultraprocessados ou com baixo índice glicêmico.
- Adoção de padrões alimentares específicos, como a dieta mediterrânea, o padrão alimentar da Associação Americana do Coração (American Heart Association), dietas baseadas em alimentos in natura ou minimamente processados e dietas ricas em carboidratos complexos.

Observações

A implementação das recomendações deve considerar vulnerabilidade social, insegurança alimentar, necessidades de pessoas com deficiência, barreiras de acesso aos serviços de saúde e disponibilidade de recursos locais. O acompanhamento deve ser longitudinal e multidisciplinar, podendo incluir nutricionistas, médicos, psicólogos, profissionais de educação física, enfermeiros e assistentes sociais. O sucesso terapêutico não deve ser medido apenas por perda de peso, mas também por melhora funcional, qualidade de vida, comportamento saudável e saúde mental.

- **Atividade física, comportamento sedentário e sono**

Recomendação: A OMS recomenda que esta intervenção componha o manejo integrado da obesidade, considerando idade, estado de saúde, contexto cultural, preferências individuais, saúde mental e participação familiar. O planejamento deve ser individualizado e realizado por profissionais capacitados.
Força da recomendação: forte.
Qualidade das evidências: muito baixa.

Justificativa

Ambas as diretrizes concluem que os benefícios potenciais superam os riscos. Embora a qualidade das evidências seja predominantemente baixa ou muito baixa, as intervenções demonstraram potencial para melhorar indicadores antropométricos, qualidade de vida, bem-

estar físico e adesão ao tratamento. Também foram considerados aspectos de aceitabilidade, viabilidade, equidade e custos para famílias e sistemas de saúde.

As recomendações reconhecem que a obesidade resulta de interação entre ambiente, fatores genéticos, condições psicossociais e determinantes sociais. Dessa forma, medidas isoladas raramente são suficientes, sendo necessário combinar abordagens clínicas, familiares, escolares e comunitárias.

Especificidades para crianças (0 a 9 anos)

Nas crianças pequenas, o protagonismo do cuidado recai principalmente sobre pais, responsáveis e cuidadores. As recomendações ressaltam a formação precoce de hábitos alimentares, organização do ambiente familiar, uso de atividades lúdicas e necessidade de proteção do crescimento e desenvolvimento. Em geral, a OMS adota posição mais conservadora quanto a intervenções invasivas, não recomendando farmacoterapia, cirurgia bariátrica ou dispositivos para perda de peso.

As diretrizes da OMS de 2020 sobre atividade física e comportamento sedentário para crianças menores de 5 anos apresentam recomendações aplicáveis independentemente de gênero, contexto cultural ou condição socioeconômica. As recomendações incluem:

- Lactentes com menos de 1 ano: devem ser fisicamente ativos várias vezes ao dia, de diferentes formas, especialmente por meio de brincadeiras interativas no chão. Quanto mais atividade, melhor. Para aqueles que ainda não se locomovem, isso inclui pelo menos 30 minutos, distribuídos ao longo do dia, em posição de bruços enquanto estão acordados.
- Crianças de 1 a 2 anos: devem realizar pelo menos 180 minutos de atividades físicas variadas, em qualquer intensidade, incluindo atividades de intensidade moderada a vigorosa, distribuídas ao longo do dia. Quanto mais atividade, melhor.
- Crianças de 3 a 4 anos: devem realizar pelo menos 180 minutos de atividades físicas variadas, em qualquer intensidade, dos quais pelo menos 60 minutos devem corresponder a atividades de intensidade moderada a vigorosa, distribuídas ao longo do dia. Quanto mais atividade, melhor.
- Crianças a partir de 5 anos: devem praticar, em média, pelo menos 60 minutos diários de atividade física predominantemente aeróbica, de intensidade moderada a vigorosa, ao longo da semana.
- Crianças a partir de 5 anos: atividades aeróbicas de intensidade vigorosa, assim como aquelas que fortalecem músculos e ossos, devem ser incorporadas à rotina pelo menos três dias por semana.

Especificidades para adolescentes (10 a 19 anos)

Nos adolescentes, a diretriz valoriza progressivamente a autonomia, a tomada compartilhada de decisão e a participação ativa do jovem no tratamento. Aspectos relacionados à imagem corporal, relações sociais, influência dos pares, autoestima e independência ganham maior relevância. Em situações específicas e após falha de estratégias multimodais, podem ser consideradas farmacoterapia e cirurgia bariátrica em serviços especializados.

As diretrizes da OMS de 2020 sobre atividade física e comportamento sedentário apresentam recomendações para adolescentes, independentemente de gênero, contexto cultural ou condição socioeconômica. As recomendações incluem:

- Os adolescentes devem praticar, ao longo da semana, uma média de pelo menos 60 minutos por dia de atividade física de intensidade moderada a vigorosa, predominantemente aeróbica.
- Atividades aeróbicas de intensidade vigorosa, bem como aquelas que fortalecem músculos e ossos, devem ser incorporadas pelo menos três dias por semana.

As mesmas diretrizes recomendam que crianças e adolescentes de 5 a 17 anos limitem o tempo dedicado a comportamentos sedentários, especialmente o tempo de tela para fins recreativos.

Observações

A implementação das recomendações deve considerar vulnerabilidade social, insegurança alimentar, necessidades de pessoas com deficiência, barreiras de acesso aos serviços de saúde e disponibilidade de recursos locais. O acompanhamento deve ser longitudinal e multidisciplinar, podendo incluir nutricionistas, médicos, psicólogos, profissionais de educação física, enfermeiros e assistentes sociais. O sucesso terapêutico não deve ser medido apenas por perda de peso, mas também por melhora funcional, qualidade de vida, comportamento saudável e saúde mental.

- **Intervenções para mudança de comportamento**

Recomendação: A OMS recomenda que esta intervenção componha o manejo integrado da obesidade, considerando idade, estado de saúde, contexto cultural, preferências individuais, saúde mental e participação familiar. O planejamento deve ser individualizado e realizado por profissionais capacitados.
Força da recomendação: forte.
Qualidade das evidências: muito baixa.

Justificativa

Em ambas as diretrizes, o GDG concluiu que os benefícios potenciais superam os riscos. Embora a qualidade das evidências seja predominantemente baixa ou muito baixa, as intervenções demonstraram potencial para melhorar indicadores antropométricos, qualidade de vida, bem-estar físico e adesão ao tratamento. Também foram considerados aspectos de aceitabilidade, viabilidade, equidade e custos para famílias e sistemas de saúde.

As recomendações reconhecem que a obesidade resulta de interação entre ambiente, fatores genéticos, condições psicossociais e determinantes sociais. Dessa forma, medidas isoladas raramente são suficientes, sendo necessário combinar abordagens clínicas, familiares, escolares e comunitárias.

A OMS dispõe de um sistema de classificação para planejar e avaliar intervenções para mudança de comportamento, adaptando-as a diferentes contextos, desde os comportamentos individuais até as transformações no âmbito da sociedade. As intervenções são classificadas de acordo com o tipo de ação que promovem em cinco categorias: intervenções educativas ou

informativas; persuasivas; normativas ou estruturais; ambientais; e baseadas em políticas públicas. Essa classificação é detalhada no relatório da OMS sobre determinantes sociais da saúde, nas publicações sobre promoção da saúde e no Plano de Ação Global da OMS de 2013.

Entre os exemplos de intervenções para mudança de comportamento, sem caráter exaustivo, estão:

- Terapia comportamental e terapia cognitivo-comportamental.
- Terapia cognitiva e psicoterapia.
- Terapias integrativas ou holísticas.
- Automonitoramento, definição de metas e reforço de comportamentos.
- Controle de estímulos e resolução de problemas.
- Técnicas motivacionais.
- Terapia cognitiva baseada em *mindfulness* (atenção plena) e estratégias de redução do estresse.

Observações

A implementação das recomendações deve considerar vulnerabilidade social, insegurança alimentar, necessidades de pessoas com deficiência, barreiras de acesso aos serviços de saúde e disponibilidade de recursos locais. O acompanhamento deve ser longitudinal e multidisciplinar, podendo incluir nutricionistas, médicos, psicólogos, profissionais de educação física, enfermeiros e assistentes sociais. O sucesso terapêutico não deve ser medido apenas por perda de peso, mas também por melhora funcional, qualidade de vida, comportamento saudável e saúde mental.

- **Intervenções digitais em saúde**

Recomendação: A OMS recomenda que esta intervenção componha o manejo integrado da obesidade, considerando idade, estado de saúde, contexto cultural, preferências individuais, saúde mental e participação familiar. O planejamento deve ser individualizado e realizado por profissionais capacitados.
Força da recomendação: condicional.
Qualidade das evidências: muito baixa.

Justificativa

Em ambas as diretrizes, o GDG concluiu que os benefícios potenciais superam os riscos. Embora a qualidade das evidências seja predominantemente baixa ou muito baixa, as intervenções demonstraram potencial para melhorar indicadores antropométricos, qualidade de vida, bem-estar físico e adesão ao tratamento. Também foram considerados aspectos de aceitabilidade, viabilidade, equidade e custos para famílias e sistemas de saúde.

As recomendações reconhecem que a obesidade resulta de interação entre ambiente, fatores genéticos, condições psicossociais e determinantes sociais. Dessa forma, medidas isoladas raramente são suficientes, sendo necessário combinar abordagens clínicas, familiares, escolares e comunitárias.

Observações

A implementação das recomendações deve considerar vulnerabilidade social, insegurança alimentar, necessidades de pessoas com deficiência, barreiras de acesso aos serviços de saúde e disponibilidade de recursos locais. O acompanhamento deve ser longitudinal e multidisciplinar, podendo incluir nutricionistas, médicos, psicólogos, profissionais de educação física, enfermeiros e assistentes sociais. O sucesso terapêutico não deve ser medido apenas por perda de peso, mas também por melhora funcional, qualidade de vida, comportamento saudável e saúde mental.

- **Tratamento farmacológico**

Recomendação para crianças: A OMS não recomenda intervenções farmacológicas para o manejo da obesidade em crianças de 0 a 9 anos. Recomendação para adolescentes: A OMS sugere intervenções farmacológicas para o manejo da obesidade em adolescentes de 10 a 19 anos com obesidade e complicações relacionadas à obesidade*, somente quando um programa estruturado e supervisionado de modificação multimodal do estilo de vida** não tiver sido eficaz para alcançar a perda de peso, limitar o ganho de peso ou melhorar as complicações relacionadas à obesidade. * As complicações relacionadas à obesidade podem incluir diabetes mellitus tipo 2, hiperinsulinemia, resistência à insulina, hipertensão arterial não controlada, alterações no metabolismo lipídico ou na adipogênese e no acúmulo de gordura, além de problemas de saúde mental. ** O programa estruturado e supervisionado de modificação multimodal do estilo de vida deve incluir intervenções personalizadas de mudança de comportamento, alimentação e atividade física, por pelo menos seis meses, além do monitoramento periódico das condições concomitantes. As intervenções farmacológicas devem ser prescritas em um contexto especializado e multiprofissional, após avaliação criteriosa do desenvolvimento físico e da estabilidade psicológica, da adesão a hábitos alimentares saudáveis e à prática de atividade física. É necessário monitorar atentamente os possíveis eventos adversos e estabelecer um acompanhamento estruturado de longo prazo.
Força da recomendação para crianças: forte. Força da recomendação para adolescentes: condicional.
Qualidade das evidências: baixa.

Justificativa

O GDG concordou com uma recomendação forte, uma vez que a revisão sistemática da Cochrane, encomendada pela OMS, que avaliou ensaios clínicos randomizados sobre os efeitos de intervenções farmacológicas para o tratamento da obesidade em crianças e adolescentes, em comparação com a ausência de intervenção ou o uso de placebo, não identificou estudos que incluíssem crianças menores de 6 anos.

Oito estudos incluíram crianças com 6 anos ou mais: sete avaliaram a metformina e um avaliou a liraglutida. A recomendação considera a insuficiência de evidências tanto sobre os benefícios quanto sobre os possíveis eventos adversos e as consequências dos diferentes medicamentos e/ou de seus princípios ativos para o crescimento e o desenvolvimento normais, os parâmetros fisiológicos e a saúde mental das crianças.

O GDG concordou com uma recomendação condicional para adolescentes porque, embora os resultados sugiram que os tratamentos farmacológicos provavelmente proporcionem benefícios pequenos a moderados, o período de acompanhamento dos estudos

foi curto e persistem incertezas importantes quanto aos eventos adversos. A qualidade geral das evidências foi considerada baixa.

A revisão sistemática identificou estudos realizados principalmente com adolescentes. Os estudos tiveram duração relativamente curta e foram conduzidos, em sua maioria, em países de alta renda. De forma consistente, os tratamentos farmacológicos foram incorporados a um cuidado multimodal que incluía intervenções relacionadas ao estilo de vida e à mudança de comportamento.

O campo do tratamento farmacológico da obesidade está em rápida evolução. Novas opções terapêuticas, com diferentes mecanismos de ação, doses, vias de administração e durações de tratamento, estão sendo avaliadas tanto para adultos quanto para adolescentes. As pesquisas se concentram em alternativas com maior eficácia, menos efeitos colaterais, vias de administração mais convenientes — por exemplo, oral em vez de parenteral — e menor duração do tratamento.

Observações

A implementação das recomendações deve considerar vulnerabilidade social, insegurança alimentar, necessidades de pessoas com deficiência, barreiras de acesso aos serviços de saúde e disponibilidade de recursos locais. O acompanhamento deve ser longitudinal e multidisciplinar, podendo incluir nutricionistas, médicos, psicólogos, profissionais de educação física, enfermeiros e assistentes sociais. O sucesso terapêutico não deve ser medido apenas por perda de peso, mas também por melhora funcional, qualidade de vida, comportamento saudável e saúde mental.

- **Cirurgia bariátrica e dispositivos para perda e controle do peso**

Recomendação para crianças: A OMS não recomenda a realização de cirurgia bariátrica nem o uso de dispositivos para perda ou controle do peso no manejo da obesidade em crianças de 0 a 9 anos.
Força da recomendação: forte.
Qualidade das evidências: não há evidências disponíveis.
Recomendações para adolescentes: Recomendação 1. A OMS sugere a cirurgia bariátrica para o manejo da obesidade em adolescentes de 10 a 19 anos com obesidade grave (IMC para a idade superior a 4 desvios-padrão acima da mediana da Referência de Crescimento da OMS; ou IMC para a idade superior a 3 desvios-padrão acima da mediana dessa referência, associado a complicações relacionadas à obesidade*), somente quando um programa estruturado e supervisionado de modificação multimodal do estilo de vida** não tiver sido eficaz para alcançar a perda de peso, limitar o ganho de peso ou melhorar as condições concomitantes. * As complicações relacionadas à obesidade podem incluir diabetes mellitus tipo 2, hiperinsulinemia, resistência à insulina, hipertensão arterial não controlada, alterações no metabolismo lipídico ou na adipogênese e no acúmulo de gordura, além de problemas de saúde mental. ** O programa estruturado e supervisionado de modificação multimodal do estilo de vida deve incluir intervenções personalizadas de mudança de comportamento, alimentação e atividade física, por pelo menos seis meses, além do monitoramento periódico das complicações relacionadas à obesidade.
Força da recomendação 1: condicional.
Qualidade das evidências 1: baixa.
Recomendação 2 para adolescentes. A OMS recomenda que a cirurgia bariátrica seja prescrita e realizada em um serviço especializado, com atuação multiprofissional, após avaliação criteriosa do desenvolvimento puberal completo, da estatura final esperada na vida adulta, da estabilidade psicológica e da adesão a hábitos alimentares saudáveis e à prática de atividade física. Também é necessário monitorar atentamente os possíveis eventos adversos e estabelecer um acompanhamento

estruturado de longo prazo. Os adolescentes devem receber apoio para tomar decisões informadas durante todas as etapas da intervenção.
Força da recomendação 2: forte.
Qualidade das evidências 2: baixa.

Justificativa

O GDG concordou com uma recomendação forte, mesmo na ausência de evidências relevantes, considerando os potenciais eventos adversos e as consequências da cirurgia bariátrica e dos dispositivos para perda ou controle do peso sobre o crescimento e o desenvolvimento normais, os parâmetros fisiológicos e a saúde mental das crianças.

Ao definir a força da recomendação, o GDG considerou as orientações do sistema GRADE, que reconhecem situações específicas nas quais uma recomendação forte pode ser justificada mesmo diante de baixa ou muito baixa confiança nas evidências disponíveis. Nesse caso, a realização de cirurgia bariátrica em crianças muito pequenas, ou seja, menores de 10 anos, pode resultar em danos significativos.

Dispositivos para perda ou controle do peso

O GDG concordou com uma recomendação condicional para adolescentes porque, embora os efeitos sejam moderados a grandes, os efeitos indesejáveis variam.

A revisão sistemática encomendada pela OMS identificou dois ensaios clínicos randomizados (ECR) e três estudos não randomizados que compararam a cirurgia bariátrica com intervenções relacionadas ao estilo de vida. A revisão constatou que a cirurgia bariátrica é mais eficaz do que a ausência de cirurgia na redução do IMC e do peso, podendo também melhorar outros desfechos relacionados à obesidade e a qualidade de vida.

O GDG considerou necessária a recomendação 2, que estabelece que a cirurgia bariátrica seja prescrita e realizada em um serviço especializado, com atuação multiprofissional, após avaliação criteriosa do desenvolvimento puberal completo. Essas precauções podem reduzir os riscos potenciais e os eventos adversos associados à cirurgia bariátrica.

Embora os adolescentes e seus pais e/ou responsáveis estivessem motivados pela possibilidade de perda de peso, também manifestaram preocupação com o procedimento cirúrgico em si e suas possíveis complicações.

Observações

Como abordagem geral para crianças com obesidade, deve-se considerar uma intervenção multimodal de estilo de vida, estruturada e supervisionada, que integre estratégias comportamentais, alimentares e de atividade física.

De modo geral, a cirurgia bariátrica para o manejo da obesidade em adolescentes deve integrar uma intervenção multimodal estruturada e supervisionada, que inclua intervenções para mudança de comportamento, alimentação e atividade física. Essas intervenções devem considerar idade, gênero, estado de saúde, deficiência preexistente, hábitos sedentários e padrões de sono, contexto cultural, interesses, valores e preferências dos adolescentes, além de envolver os pais e/ou responsáveis.

Ao considerar a cirurgia bariátrica, os profissionais de saúde devem avaliar possíveis fatores genéticos, hereditários e familiares. A escolha da modalidade de cirurgia bariátrica deve considerar o perfil clínico do adolescente e respeitar as indicações médicas, bem como seus valores e suas preferências, quando pertinente.

Antes da intervenção, os adolescentes com obesidade e seus pais e/ou responsáveis devem receber orientações contínuas sobre os possíveis benefícios e eventos adversos da cirurgia bariátrica para o manejo da obesidade. O apoio e as orientações devem continuar após a cirurgia

- **Intervenções multimodais**

Recomendação: A OMS recomenda uma intervenção multimodal estruturada, que combine componentes relacionados à alimentação, à atividade física e à mudança de comportamento, para o manejo integrado de crianças com obesidade*. Essa intervenção deve considerar idade, gênero, estado de saúde, preferências alimentares, educação nutricional, aptidão física, contexto cultural, interesses, valores e preferências da criança, além dos recursos e do apoio disponíveis por parte dos pais e responsáveis. A intervenção deve ser conduzida e supervisionada por profissionais de saúde com conhecimentos em nutrição, atividade física e intervenções para mudança de comportamento, e envolver os pais e/ou responsáveis. *Outros componentes das intervenções multimodais incluem mudanças nos hábitos de sono e nos padrões de comportamento sedentário, além do uso de tecnologias digitais. Essas intervenções também podem envolver familiares, amigos, cuidadores e escolas; ampliar o acesso ao cuidado; e promover ações de conscientização e campanhas educativas voltadas a crianças, responsáveis, escolas e comunidades.
Força da recomendação: forte.
Qualidade das evidências: muito baixa.

Justificativa

O GDG considerou essa recomendação forte porque crianças com obesidade e seus pais ou responsáveis valorizam os benefícios percebidos de uma alimentação saudável e da prática de atividade física, incluindo perda de peso, aceitação social e autoestima. Embora os benefícios sejam pequenos, o balanço entre benefícios e danos continua favorável à intervenção.

No caso dos adolescentes com obesidade e seus pais, a diretriz considera que valorizam os benefícios percebidos das intervenções multimodais, incluindo perda de peso, prevenção de complicações futuras de saúde e melhora da autoestima, da imagem corporal e da aceitação social.

As intervenções multimodais tendem a ser aceitáveis e viáveis quando são adequadas à idade, ao gênero e à etnia, individualizadas e planejadas considerando a situação financeira e a disponibilidade de tempo dos pais ou responsáveis.

Embora os benefícios sejam pequenos e os possíveis eventos adversos ainda sejam desconhecidos, o GDG concordou que os benefícios provavelmente superam os danos em ambos os casos. As intervenções multimodais são aceitáveis e viáveis, especialmente quando incluem atividades lúdicas, informais e não competitivas, além de incorporar tecnologias.

Observações

As recomendações sobre alimentação, atividade física e mudança de comportamento estabelecidas durante o desenvolvimento desta diretriz podem constituir a base de uma intervenção multimodal. A publicação também apresenta recomendações sobre hábitos de sono, comportamento sedentário, tecnologias digitais e envolvimento da família, dos amigos, dos responsáveis, das escolas e da comunidade.

A modalidade da intervenção pode ser definida a partir dos resultados de uma avaliação clínica inicial detalhada, que considere medidas antropométricas, histórico familiar e médico abrangente, fatores psicossociais e comportamentais — como hábitos alimentares, atividade física e rotinas de sono — e exames laboratoriais pertinentes, quando indicados.

O envolvimento dos pais pode aumentar a efetividade das intervenções de estilo de vida. Os responsáveis podem apoiar a criança ao longo do processo, modificar seus próprios comportamentos e adaptar suas práticas parentais.

As intervenções multimodais podem ser custo-efetivas devido aos benefícios potenciais no manejo do peso e na prevenção de doenças crônicas. Pode ser necessário encaminhar a criança da Atenção Primária à Saúde para serviços especializados. Esse encaminhamento deve incluir a comunicação aos demais profissionais de saúde e uma explicação clara e acolhedora à família sobre os motivos da decisão. A participação de especialistas em obesidade pediátrica, serviços de atenção secundária ou especializada e/ou equipes multidisciplinares pode ser uma opção na realização de intervenções multimodais de estilo de vida.

Embora não exista um intervalo ideal estabelecido para o acompanhamento de crianças com obesidade, a frequência das consultas deve considerar a condição clínica geral da criança, a presença de condições associadas, o uso de medicamentos e a vulnerabilidade social.

Para ampliar a participação nas intervenções de manejo da obesidade, são necessárias abordagens que envolvam toda a sociedade e enfrentem as causas das desigualdades no acesso ao cuidado. O apoio dos governos, das escolas e das comunidades pode facilitar a implementação das intervenções multimodais.

Lacunas de pesquisa

O documento ressalta a necessidade de evidências de alta qualidade sobre os benefícios e os danos a longo prazo das intervenções para o manejo da obesidade em crianças e adolescentes. Para isso, são necessários ensaios clínicos randomizados e estudos de coorte prospectivos bem delineados e adequadamente relatados.

Além da eficácia, os delineamentos dos estudos devem considerar e descrever a duração do tratamento, a continuidade da participação, o contexto de realização, o perfil de segurança e os efeitos secundários a longo prazo. Quando pertinente, esses estudos devem incluir análises de subgrupos segundo a gravidade da obesidade, as complicações relacionadas à obesidade, a presença de deficiência e o tipo de intervenção.

As pesquisas futuras devem contemplar uma variedade de desfechos que ultrapasse as variáveis antropométricas e cardiometabólicas, incluindo o bem-estar físico e mental, a qualidade de vida geral e a redução das incapacidades associadas à obesidade. Os possíveis eventos adversos de curto e longo prazo devem ser cuidadosamente registrados e relatados.

O planejamento das intervenções deve considerar os valores e as preferências das partes interessadas e favorecer o envolvimento dos pais e/ou responsáveis, das escolas e dos

pares. As pesquisas futuras também devem considerar os fatores que facilitam a implementação em países de baixa e média renda, bem como características populacionais, como gênero, idade, etnia, contexto cultural e condição socioeconômica.

Planos de atualização

Os documentos ressaltam que as próximas versões buscarão incorporar novas evidências sobre os benefícios e os eventos adversos; os valores e as preferências das partes interessadas e/ou dos usuários da diretriz; a viabilidade e o custo-efetividade das intervenções; os direitos humanos, a equidade e as questões de gênero; a acessibilidade e a cobertura pública e privada das intervenções; as definições ou os pontos de corte utilizados para determinar a presença e a gravidade da obesidade; as intervenções de saúde digital e as mídias sociais; e as necessidades de crianças com complicações relacionadas à obesidade, de populações migrantes e de grupos minoritários.

Considerações finais

O enfrentamento da obesidade infantil e na adolescência exige uma abordagem crítica que ultrapasse a perspectiva individual e reconheça a complexidade dos determinantes sociais, econômicos, políticos e comerciais da saúde. Embora as diretrizes da Organização Mundial da Saúde representem um avanço importante ao propor uma abordagem integral, centrada na pessoa e baseada em evidências, sua implementação depende de condições que não estão igualmente disponíveis para todas as crianças, adolescentes e famílias. A recomendação de uma alimentação saudável, da prática regular de atividades físicas e de mudanças comportamentais, embora fundamental, torna-se insuficiente quando desconsidera as desigualdades que condicionam as possibilidades reais de adoção dessas práticas.

Um dos principais desafios está na contradição entre a promoção da alimentação adequada e saudável e um sistema alimentar no qual alimentos ultraprocessados são amplamente distribuídos, intensamente divulgados e, muitas vezes, mais acessíveis em termos de preço, conveniência e disponibilidade do que alimentos in natura ou minimamente processados. O poder econômico e político de setores da indústria de alimentos influencia os ambientes alimentares e pode dificultar a adoção de medidas regulatórias capazes de proteger a saúde pública. A publicidade, as estratégias de marketing digital, a associação de produtos a personagens, influenciadores e experiências de consumo e a oferta de alimentos de baixo valor nutricional direcionada ao público infantil contribuem para estabelecer hábitos alimentares desde os primeiros anos de vida. Nesse cenário, atribuir às famílias a responsabilidade exclusiva pelas escolhas alimentares significa ignorar as relações desiguais de poder que moldam essas escolhas.

Essa contradição torna-se ainda mais evidente diante da persistência da insegurança alimentar e nutricional. Enquanto parte da população está exposta à oferta excessiva de produtos ultraprocessados, outra enfrenta dificuldades para garantir o acesso regular e suficiente a alimentos. Essas situações não são necessariamente opostas: a insegurança alimentar pode coexistir com o excesso de peso, sobretudo quando as famílias dispõem de recursos limitados para adquirir alimentos variados e nutritivos. A restrição orçamentária, a instabilidade de renda, a disponibilidade de estabelecimentos comerciais, as condições de armazenamento e preparo dos alimentos e o tempo necessário para organizar as refeições influenciam diretamente as práticas alimentares. Portanto, o enfrentamento da obesidade não pode ser dissociado das políticas de proteção social, segurança alimentar e nutricional,

abastecimento, renda e redução das desigualdades. Recomendar escolhas saudáveis sem assegurar condições materiais para realizá-las corre o risco de transformar um direito em privilégio e de responsabilizar indivíduos e famílias por problemas socialmente produzidos.

Outro aspecto relevante diz respeito às transformações nos modos de vida e à organização dos ambientes em que crianças e adolescentes crescem. O aumento do tempo dedicado a celulares, jogos eletrônicos, computadores e outras mídias digitais pode contribuir para a redução do tempo destinado à atividade física, ao brincar e às interações presenciais, além de interferir no sono e nas rotinas familiares. Entretanto, uma análise crítica não deve reduzir essa questão ao comportamento individual ou à ideia de que a tecnologia é, por si só, prejudicial. Os dispositivos digitais também constituem espaços de aprendizagem, socialização e acesso à informação. O problema envolve a intensidade e o contexto de uso, os mecanismos de engajamento das plataformas, a exposição à publicidade, os conteúdos consumidos e a falta de alternativas acessíveis para o lazer e a prática de atividades físicas. Em territórios com poucos espaços públicos seguros, áreas verdes, equipamentos esportivos e oportunidades de recreação, a recomendação de que crianças e adolescentes se movimentem mais desconsidera barreiras concretas relacionadas à infraestrutura urbana, à violência, à mobilidade, às condições climáticas e à disponibilidade de tempo e recursos das famílias.

A escola, os serviços de saúde, os espaços comunitários e as políticas urbanas têm, nesse sentido, papel estratégico na construção de ambientes promotores da saúde. Contudo, não é razoável transferir a essas instituições, isoladamente, a responsabilidade por enfrentar problemas que também decorrem de decisões econômicas, modelos de produção e consumo, estratégias comerciais e desigualdades estruturais. A promoção da alimentação adequada e saudável e da atividade física requer políticas intersetoriais consistentes, financiamento público, regulação efetiva, participação social e mecanismos de monitoramento capazes de identificar tanto os avanços quanto os conflitos de interesse que podem comprometer a implementação das medidas recomendadas.

Também é necessário considerar os riscos de estigmatização associados à obesidade na infância e na adolescência. Abordagens centradas exclusivamente no peso corporal, na restrição alimentar ou na responsabilização individual podem intensificar a discriminação, o sofrimento psíquico e as experiências negativas nos ambientes familiar, escolar e assistencial. O cuidado deve reconhecer as necessidades específicas de cada pessoa, considerar sua saúde física e mental, respeitar seu contexto sociocultural e evitar práticas discriminatórias. A participação de crianças e adolescentes nas decisões relacionadas ao próprio cuidado, de acordo com sua capacidade de compreensão e desenvolvimento, assim como o envolvimento das famílias, são componentes importantes de uma abordagem ética, acolhedora e sustentável.

Diante desse cenário, as diretrizes da OMS devem ser compreendidas não apenas como orientações para qualificar a assistência individual, mas também como um chamado à transformação dos contextos que produzem e reproduzem o risco de obesidade. Isso implica fortalecer a atenção primária à saúde, ampliar o acesso a equipes multiprofissionais, qualificar ações de prevenção e cuidado, assegurar a continuidade do acompanhamento e desenvolver estratégias adequadas às diferentes realidades territoriais. Paralelamente, exige avançar na proteção da infância contra práticas comerciais prejudiciais, na regulação da publicidade de alimentos, especialmente nos ambientes digitais, na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, na garantia da segurança alimentar e nutricional e na criação de espaços públicos que favoreçam o movimento, o lazer e a convivência.

Por fim, a efetividade das recomendações dependerá da capacidade dos países de converter evidências científicas em políticas públicas sustentadas por recursos, governança e compromisso político. É necessário avaliar não apenas a adesão dos indivíduos às orientações, mas também a capacidade dos sistemas de saúde e dos governos de reduzir desigualdades, regular interesses comerciais e assegurar condições concretas para uma vida saudável. Sem enfrentar as contradições entre os interesses econômicos, a organização dos ambientes alimentares, a insegurança alimentar, as transformações nos modos de vida e as desigualdades sociais, o manejo da obesidade corre o risco de permanecer limitado à esfera individual. Uma resposta efetiva e equitativa exige, portanto, deslocar o foco da responsabilização exclusiva de crianças, adolescentes e famílias para uma responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade, sistemas de saúde, instituições educacionais e setores econômicos, colocando o direito à saúde e à alimentação adequada acima dos interesses comerciais.

Referências

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO guidelines on the integrated management of obesity in adolescents. Geneva: World Health Organization, 2026. 133 p. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240123878. Acesso em: 9 out. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). WHO guidelines on the integrated management of obesity in children. Geneva: World Health Organization, 2026. 120 p. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240123397. Acesso em: 9 out. 2026.

Os avanços e desafios no enfrentamento da obesidade infantojuvenil global

Los avances y retos en la lucha contra la obesidad infantil y juvenil a nivel mundial

Progress and Challenges in Addressing Global Childhood and Adolescent Obesity

Eduardo Nilson, Felipe Silva Neves e Denise Oliveira e Silva

Resumo: O presente informe analisa o enfrentamento da obesidade na infância e na adolescência, a partir de indicadores e políticas nacionais e internacionais, assim como as recomendações para a prevenção e, mais particularmente, para o tratamento de crianças e adolescentes com obesidade, com vistas a garantir-lhes um futuro mais saudável.

Resumen: *El presente informe analiza la lucha contra la obesidad en la infancia y la adolescencia, a partir de indicadores y políticas nacionales e internacionales, así como las recomendaciones para la prevención y, más concretamente, para el tratamiento de niños y adolescentes con obesidad, con el objetivo de garantizarles un futuro más saludable.*

Abstract: *This report analyzes efforts to address childhood and adolescent obesity based on national and international indicators and policies, as well as recommendations for prevention and, more specifically, for the treatment of children and adolescents with obesity, with a view to ensuring a healthier future for them.*

Introdução

Conforme já tratamos no 2º informe deste ano, a obesidade representa uma epidemia global e, particularmente, a obesidade infantojuvenil já representa uma prioridade no campo da saúde pública, haja vista o crescimento do número de crianças e adolescentes que vivem com excesso de peso (sobrepeso mais obesidade) no mundo ao longo das últimas décadas.

Pela primeira vez na história da saúde pública internacional, a prevalência da obesidade na infância superou a da desnutrição aguda e crônica, evidenciando uma transformação no padrão das cargas de má nutrição, especialmente nos países de baixa e média renda. Esse cenário não é causado por desvios comportamentais ou escolhas individuais, mas pela manifestação de falhas estruturais nos sistemas alimentares, nos ambientes de desenvolvimento e nas políticas públicas que moldam o cotidiano das novas gerações.

As consequências repercutem de forma relevante no curso da vida: a obesidade instalada na infância e na adolescência apresenta elevada probabilidade de persistência na idade adulta, contribuindo para ciclos de adoecimento e para o surgimento precoce de enfermidades crônicas, como hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, esteatose hepática metabólica,

complicações ortopédicas e diabetes mellitus tipo 2, antes restrita a faixas etárias mais avançadas.

Diante desse cenário, as evidências são claras ao mostrar a necessidade de atuar fortemente sobre os ambientes alimentares, considerados obesogênicos, em vez de centrar esforço em culpabilizadoras, centradas nos comportamentos individuais, e de responsabilização de crianças e famílias pelos ambientes obesogênicos. Isso significa a necessidade de um conjunto articulado de intervenções regulatórias, fiscais e estruturais capazes de modificar os ambientes obesogênicos, incluindo a tributação de bebidas açucaradas e produtos ultraprocessados, a implementação de modelos de rotulagem nutricional frontal de advertência, a regulação da publicidade de alimentos não saudáveis voltada ao público infantojuvenil e a promoção de ambientes alimentares escolares saudáveis.

Adicionalmente, é fundamental proteger, incentivar e apoiar o aleitamento materno e a alimentação complementar adequada nos dois primeiros anos de vida, fase reconhecida como janela crítica de programação metabólica. A complexidade dos determinantes da obesidade infantojuvenil demanda estratégias intersetoriais de governança ampla, que superem a fragmentação que historicamente limita as respostas estatais, articulando saúde, educação, desenvolvimento social, agricultura, fazenda, planejamento urbano, esporte e direitos humanos.

Para além da prevenção, observa-se a crescente responsabilidade sanitária no tratamento de indivíduos com obesidade, assim como daqueles com sobrepeso, principalmente na população mais jovem. Nesse contexto, a publicação das primeiras diretrizes globais da Organização Mundial da Saúde voltadas especificamente ao manejo integrado da obesidade em crianças e adolescentes, em outubro de 2026, representa um marco clínico de alcance histórico. Ao preencher uma persistente lacuna na resposta dos sistemas públicos e privados de saúde, a OMS reconhece formalmente a obesidade como doença crônica, recidivante, complexa e multifatorial, e não como mera decorrência de escolhas comportamentais ou traço estético. As novas diretrizes estabelecem rotas terapêuticas formais baseadas em evidências, protegendo crianças e adolescentes do uso inadequado de abordagens puramente restritivas, do estigma sistemático no ambiente de assistência e de intervenções terapêuticas empíricas ou desprovidas de comprovação científica.

Ao oferecer parâmetros clínicos baseados em direitos humanos, equidade e evidências científicas, a OMS convoca os governos a estruturar linhas de cuidado integradas nos seus sistemas universais, garantindo suporte diagnóstico, nutricional, medicamentoso e cirúrgico pautado pelo estágio de vida. A transição, desde os sistemas agroalimentares e até os sistemas de saúde, exige superar a inércia administrativa, combater o estigma estrutural e assegurar que toda criança e adolescente receba o cuidado integral no momento oportuno, garantindo seu direito inalienável ao pleno crescimento, saúde e dignidade humana.

O desafio da obesidade infantojuvenil

O avanço do sobrepeso e da obesidade na infância e na adolescência consolidou-se como um dos fenômenos epidemiológicos mais relevantes e de maior complexidade do século XXI, representando uma inflexão no perfil de saúde e nutrição das populações jovens. Os dados compilados pelo Atlas Mundial da Obesidade indicam que o excesso de peso nessa faixa etária não pode ser interpretado como um desvio comportamental transitório ou uma questão de escolha individual, mas como manifestação de falhas estruturais nos sistemas que moldam o

cotidiano e os ambientes de desenvolvimento das novas gerações (World Obesity Federation, 2025).

Com mais de 400 milhões de crianças e adolescentes vivendo com excesso de peso no mundo, o cenário global atingiu uma escala inédita, com crescimento de aproximadamente cinco vezes entre crianças em idade escolar desde 1975 (Unicef, 2025). Relevante também é a constatação de que, pela primeira vez na história da saúde pública internacional, a prevalência da obesidade na infância superou a da desnutrição aguda e crônica, evidenciando uma transformação no padrão das cargas de má nutrição, com aceleração concentrada nos países de baixa e média renda (Unicef, 2025; World Obesity Federation, 2025).

A situação no Brasil é extremamente preocupante, tendo em vista o crescimento da obesidade e do sobrepeso em todos os subgrupos etários de crianças e adolescentes. Por exemplo, entre crianças de 0 a 5 anos (Primeira Infância), dados do Inquérito Populacional de Referência (ENANI-2019), mostraram que o excesso de peso total (sobrepeso + obesidade) já alcançava 10,1% das crianças menores de 5 anos (contra 6,6% na PNDS 2006), enquanto dados de 2025 do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), que acompanha indivíduos na atenção primária à saúde, mostraram excesso de peso total entre 14% e 15%. Entre crianças de 5 a 9 anos (Idade Escolar), inquéritos populacionais (POF 2008–2009) já mostraram excesso de peso em 33,5% e de obesidade de 14,3% (16,6%), com valores similares no Sisvan. Por fim, entre os adolescentes (10 a 19 anos), o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA 2013–2014) mostrou prevalência de excesso de peso em 25,5% e de obesidade em 8,4% dos adolescentes, enquanto a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2019 — escolares de 13 a 17 anos) mostrou excesso de peso em 28,1% e de obesidade em cerca de 9,0% dos adolescentes. Para os adolescentes, o Sisvan mostrou prevalência excesso de peso de até 33% entre os adolescentes acompanhados, chegando a obesidade a até 13,5% dos adolescentes (com cerca de 2,5% a 3,0% classificados como obesidade grave).

Essas tendências não decorrem de variações biológicas aleatórias, mas de uma transformação nos padrões de consumo alimentar, impulsionada pela expansão de sistemas alimentares que priorizam a rentabilidade corporativa em detrimento do valor nutricional e do bem-estar coletivo (Fanzo, 2020). A substituição dos padrões alimentares tradicionais, baseados em alimentos in natura ou minimamente processados, por produtos ultraprocessados e bebidas açucaradas reconfigurou os ambientes alimentares frequentados por crianças e jovens (Monteiro et al., 2025). Tais formulações industriais, caracterizadas por alta densidade energética, excesso de açúcares livres, gorduras saturadas, sódio e múltiplos aditivos, foram desenvolvidas para alcançar alta palatabilidade e favorecer padrões disfuncionais de consumo, atuando sobre mecanismos neurocomportamentais que comprometem o controle da ingestão calórica desde as fases precoces do desenvolvimento (Lane et al., 2024; Halpern e Melo, 2026). O barateamento relativo desses produtos, somado à sua ampla distribuição e à limitada disponibilidade de alternativas frescas e acessíveis, estabelece uma assimetria econômica que afeta com maior intensidade os estratos sociais de menor renda, nos quais o consumo de ultraprocessados cresce de forma acelerada (Seferidi et al., 2022). Configura-se, assim, a coexistência de desnutrição com obesidade e deficiências específicas de micronutrientes, fenômeno denominado dupla ou múltipla carga da má nutrição, que atinge de forma expressiva os mesmos domicílios e comunidades periféricas (FAO et al., 2023; Seferidi et al., 2022).

A vulnerabilidade de crianças e adolescentes a esse modelo é potencializada por determinantes comerciais da saúde cada vez mais sofisticados, em especial as estratégias de

marketing e publicidade direcionada (Baker et al., 2025). Valendo-se de canais tradicionais de radiodifusão e de ecossistemas digitais, como algoritmos de plataformas sociais, influenciadores e táticas de engajamento lúdico, a indústria de alimentos não saudáveis amplia sua presença no cotidiano infantojuvenil (Unicef, 2025; Baker et al., 2025). As escolas, que deveriam atuar como territórios de promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional, frequentemente permitem a comercialização de bebidas adoçadas e produtos ultraprocessados em cantinas e em seus entornos (Unicef, 2025). Essa exposição publicitária sistemática não apenas molda preferências alimentares precoces, mas contribui para o enfraquecimento de culturas alimentares regionais e para a consolidação de padrões dietéticos deletérios que aumentam o risco de fatores de risco cardiovasculares e metabólicos em idades precoces (The World Bank, 2017; Baker et al., 2025).

As consequências dessa transição dietética e do excesso de peso na juventude repercutem de forma relevante no curso da vida e na saúde das populações. A obesidade instalada na infância e na adolescência apresenta elevada probabilidade de persistência na idade adulta, contribuindo para ciclos de adoecimento e para o surgimento precoce de enfermidades crônicas, tais como hipertensão arterial sistêmica, dislipidemias, esteatose hepática metabólica, complicações ortopédicas e diabetes mellitus tipo 2, antes restrita a faixas etárias mais avançadas (World Health Organization, 2013; Rubino et al., 2025).

Além disso, o estigma relacionado ao peso nos espaços escolares, comunitários e familiares está associado a quadros de ansiedade, depressão, isolamento social e transtornos alimentares, com impacto no rendimento escolar e no desenvolvimento psicossocial (World Obesity Federation, 2025). Em termos econômicos, os custos diretos e indiretos dessa epidemia são expressivos, onerando os orçamentos públicos com hospitalizações, procedimentos de média e alta complexidade, redução de produtividade futura e mortalidade prematura que poderiam ser evitadas por meio de intervenções oportunas, conforme demonstrado por avaliações nacionais de gastos hospitalares pediátricos atribuíveis à obesidade (Nilson et al., 2020; Nilson et al., 2023; Okunogbe et al., 2022).

Diante dessa realidade, o consenso científico internacional aponta para a insuficiência de abordagens centradas exclusivamente na mudança de comportamento individual ou em discursos que responsabilizem crianças e famílias por condicionantes que lhes são estruturalmente impostos (World Obesity Federation, 2025). Torna-se necessário adotar um conjunto articulado de intervenções regulatórias, fiscais e estruturais capazes de modificar os ambientes obesogênicos (United Nations Food Systems Summit Scientific Group, 2021; FAO, 2023). Entre as medidas prioritárias preconizadas por entidades internacionais e painéis de especialistas, destacam-se a tributação de bebidas açucaradas e produtos ultraprocessados, com potencial documentado para prevenir casos de doenças crônicas e mortes associadas (Camargo et al., 2025), a implementação de modelos de rotulagem nutricional frontal de advertência sobre o excesso de nutrientes críticos, a regulação da publicidade de alimentos não saudáveis voltada ao público infantojuvenil em todas as mídias, e a promoção de ambientes alimentares escolares saudáveis, sustentados pela compra institucional de gêneros diversificados da agricultura familiar, pela restrição da oferta de ultraprocessados nas cantinas e pelo fortalecimento da educação alimentar e nutricional nos currículos (Unicef, 2025; World Obesity Federation, 2025). Adicionalmente, é fundamental proteger, incentivar e apoiar o aleitamento materno e a alimentação complementar adequada nos dois primeiros anos de vida, fase reconhecida como janela crítica de programação metabólica (World Health Organization, 2013).

A complexidade dos determinantes da obesidade infantojuvenil demanda estratégias intersetoriais de governança ampla, que superem a fragmentação que historicamente limita as respostas estatais (The World Bank, 2017). O setor saúde, embora central, necessita atuar em articulação com as áreas de educação, desenvolvimento social, agricultura e abastecimento, fazenda, planejamento urbano, esporte e direitos humanos. Ações integradas no território devem contemplar desde a garantia da segurança de renda das famílias de menor renda, impedindo que restrições orçamentárias as dirijam ao consumo de alimentos de baixo valor nutricional (como os ultraprocessados), até o planejamento de cidades e bairros que favoreçam a mobilidade ativa de crianças e adolescentes por meio de praças, ciclovias, calçadas acessíveis e áreas verdes que resgatem o brincar livre e a prática esportiva, reduzindo o sedentarismo e o tempo excessivo de exposição a telas e dispositivos digitais (World Obesity Federation, 2025).

Nesse contexto intersetorial, o papel do setor saúde requer uma reorientação de suas capacidades institucionais para tratar a obesidade como uma condição crônica, complexa e multifatorial (Rubino et al., 2025). Historicamente, os serviços de saúde têm abordado a obesidade de forma marginal ou com intervenções pontuais e desarticuladas, restringindo o cuidado a orientações genéricas ou ao manejo tardio das comorbidades (Halpern e Melo, 2026). É necessário superar essa lacuna mediante a consolidação de uma linha de cuidado integral para o sobrepeso e a obesidade, orientada pelo princípio da integralidade e ancorada na atenção primária à saúde, concebida como porta de entrada preferencial, centro de comunicação e coordenadora do cuidado longitudinal nas redes assistenciais.

Na atenção primária, o foco deve recair sobre a vigilância alimentar e nutricional sistemática, com a aferição rotineira do peso, da estatura e o cálculo do índice de massa corporal para a idade em todas as etapas da puericultura e do acompanhamento escolar, permitindo a detecção precoce de curvas ascendentes de adiposidade. As equipes multiprofissionais, compostas por médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e profissionais de educação física, devem ser capacitadas para oferecer uma abordagem empática, livre de estigma e baseada em evidências da ciência do comportamento, promovendo o aconselhamento alimentar continuado, o fortalecimento dos vínculos familiares em torno da alimentação e a pactuação de metas compartilhadas que envolvam o núcleo de convivência da criança (World Obesity Federation, 2025). A atenção primária deve igualmente articular programas de saúde escolar e ações comunitárias de promoção de estilos de vida ativos no território.

Para que a resposta em saúde seja efetiva e equitativa, a atenção primária precisa estar integrada a uma rede assistencial com fluxos definidos de referência e contrarreferência para os níveis de média e alta complexidade. Casos de obesidade em adolescentes com comorbidades metabólicas, transtornos psiquiátricos associados, insucesso de intervenções em nível básico ou suspeita de causas sindrômicas e secundárias, requerem suporte especializado ambulatorial. Na média complexidade, serviços compostos por endocrinologistas pediátricos, psicólogos, nutricionistas clínicos e assistentes sociais devem ofertar acompanhamento estruturado e terapias interdisciplinares, incluindo, quando indicado por diretrizes clínicas, o acesso a intervenções farmacológicas seguras, superando as barreiras de incorporação tecnológica que limitam o uso de medicações com efetividade documentada nos sistemas públicos (Halpern e Melo, 2026).

No nível de alta complexidade hospitalar, os serviços devem estar articulados para os casos de obesidade grave e refratária que atendam aos critérios de elegibilidade para intervenções cirúrgicas, assegurando avaliação pré-operatória adequada, acolhimento

psicossocial e seguimento pós-operatório multiprofissional contínuo, com suporte da rede primária para a manutenção do peso e a prevenção de deficiências nutricionais (Rubino et al., 2025). A garantia de uma linha de cuidado contínua, hierarquizada e não estigmatizante, que se estenda da promoção da saúde e vigilância no território até os centros de maior densidade tecnológica, combinada com políticas públicas regulatórias e intersetoriais que enfrentem os determinantes sociais e econômicos da condição, constitui condição necessária para conter o avanço da obesidade infantojuvenil e assegurar melhores condições de saúde para as próximas gerações

Os novos guias da OMS para manejo da obesidade em crianças e adolescentes

Em 7 de outubro de 2026, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou as primeiras diretrizes globais voltadas especificamente ao manejo integrado da obesidade em crianças e adolescentes. O lançamento dessas diretrizes representa um marco regulatório e clínico de alcance histórico, ao preencher uma persistente e crítica lacuna na resposta dos sistemas públicos e privados de saúde a nível mundial.

Historicamente, as políticas internacionais e os protocolos institucionais de saúde pública concentraram seus esforços primordialmente na dimensão da prevenção populacional primária, com foco no aleitamento materno, na regulação de ambientes alimentares escolares, na rotulagem frontal de alimentos e na tributação de bebidas açucaradas, ou focaram-se na triagem inicial em menores de cinco anos (como delineado nas recomendações de 2017 da própria agência). Contudo, observava-se um vácuo normativo evidente no que tange ao tratamento clínico estruturado de indivíduos que já vivem com obesidade, especialmente na faixa etária pediátrica e juvenil.

Essa omissão histórica transferiu o ônus da doença para os próprios indivíduos e suas famílias, alimentando narrativas estigmatizantes de culpabilização individual e deixando os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) desprovidos de fluxos de cuidado baseados em evidências científicas robustas. Enquanto isso, o quadro epidemiológico agravou-se de forma acelerada: segundo dados consolidados da própria OMS, em 2024 cerca de 400 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos viviam com excesso de peso, dos quais 170 milhões já apresentavam obesidade clínica, com a prevalência saltando de 2% em 1990 para 8% em 2024. Pela primeira vez na história da saúde global, a prevalência de obesidade infantil superou os índices de desnutrição em escala mundial, com aceleração proeminente nos países de baixa e média renda.

O reconhecimento formal da obesidade como uma doença crônica, recidivante, complexa e multifatorial, e não como mera decorrência de escolhas comportamentais ou traço estético, constitui a base epistemológica dos novos documentos. Ao estabelecer rotas terapêuticas formais, a OMS não apenas legitima a necessidade de cobertura universal desse agravo pelos serviços de saúde, mas também protege crianças e adolescentes do uso inadequado de abordagens puramente restritivas, do estigma sistemático no ambiente de assistência e de intervenções terapêuticas empíricas ou desprovidas de comprovação científica.

Diante desse cenário, as novas recomendações da OMS foram divididas em dois documentos complementares para atender às particularidades biológicas, psicológicas, legais e maturacionais de cada etapa do desenvolvimento humano:

1. **Diretriz de Crianças (0 a 9 anos):** *WHO guideline on the integrated management of obesity in children* (WHO, 2026a).

2. **Diretriz de Adolescentes (10 a 19 anos):** *WHO guideline on the integrated management of obesity in adolescents* (WHO, 2026b).

Ambos os documentos adotam o rigor metodológico GRADE (*Grading of Recommendations Assessment, Development and Evaluation*) para graduar a força das evidências e das recomendações (fortes ou condicionais), estruturando os caminhos clínicos de acordo com uma visão holística e centrada na pessoa.

A despeito da diferenciação etária, as duas publicações estabelecem uma base transversal de princípios norteadores que devem sustentar qualquer plano de cuidado dentro das redes de atenção à saúde:

- **Intervenções Multimodais sobre Comportamentos de Saúde:** Constituem a pedra angular inegociável do tratamento para todas as faixas etárias. Consistem na integração sinérgica e simultânea de três eixos:

    1. Suporte e educação dietética/nutricional baseada em alimentos integrais e frescos;

    2. Promoção da atividade física e redução de comportamentos sedentários;

    3. Intervenções comportamentais e psicoemocionais estruturadas.

- **Superação de "Dietas Restritivas Únicas":** Não se recomenda uma dieta única prescritiva ou modelos restritivos radicais. O foco reside na melhoria sustentável da qualidade global do padrão alimentar (ex.: padrão alimentar mediterrâneo ou dietas baseadas em comida de verdade, aumento substancial de fibras, frutas, verduras, grãos integrais e leguminosas), reduzindo drasticamente o consumo de calorias vazias, açúcares livres, gorduras saturadas e alimentos ultraprocessados, sempre resguardando o pleno aporte energético e nutricional para o crescimento linear.

- **Envolvimento e Centralidade da Família/Cuidadores:** A adesão terapêutica é diretamente dependente do ambiente domiciliar e do suporte sociofamiliar. Os planos de intervenção devem capacitar e engajar ativamente pais e cuidadores informais para atuarem como agentes de modelagem e sustentação de novos hábitos.

- **Integração Obrigatória da Saúde Mental e Combate ao Estigma:** O cuidado à obesidade exige a triagem precoce e o manejo concomitante de comorbidades psicológicas e psiquiátricas, incluindo ansiedade, depressão, isolamento, distúrbios da imagem corporal e comportamentos alimentares desordenados (compulsão alimentar e bulimia). A OMS enfatiza que os serviços de saúde devem atuar como espaços livres de preconceito e discriminação ponderal (*weight bias*), prevenindo que a intervenção clínica intensifique sofrimentos psicológicos preexistentes ou decorrentes de episódios de *bullying*.

- **Intervenções Digitais como Ferramentas Complementares:** O uso de soluções de saúde digital (*e-health*, aplicativos móveis e telemedicina) é admitido condicionalmente para apoiar o monitoramento e o reforço de comportamentos saudáveis, desde que

supervisionado ativamente por profissionais e cuidadores, servindo como suporte adjuvante e nunca em substituição ao acompanhamento clínico presencial.

- **Objetivo Terapêutico Focado em Saúde Integral:** O parâmetro primordial de sucesso terapêutico desloca-se da perda ponderal estrita e rápida para a manutenção sustentada da velocidade de ganho de peso adequada à curva de crescimento, melhoria dos marcadores metabólicos e cardiometabólicos, aptidão cardiorrespiratória e bem-estar subjetivo.

Por outro lado, as distinções entre os documentos decorrem das transformações puberais, maturação biológica, autonomia cognitiva e risco metabólico que diferenciam a primeira e a segunda infância da adolescência.

No que tange à definição antropométrica, os critérios adotados pela Organização Mundial da Saúde variam conforme a faixa etária. Para crianças com menos de 5 anos, a obesidade é caracterizada pela relação de peso para estatura superior a três desvios-padrão acima da mediana dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS. Já para a faixa de 5 a 9 anos, assim como para os adolescentes de 10 a 19 anos, o diagnóstico baseia-se no índice de massa corporal para idade situado acima de dois desvios-padrão da mediana das curvas de Referência de Crescimento da OMS.

Quanto ao tratamento farmacológico antiobesidade, há uma contraindicação formal para o uso rotineiro dessas medicações na faixa de 0 a 9 anos, tendo em vista a inexistência de evidências consistentes sobre eficácia e segurança a longo prazo nessa etapa de maturação biológica. Em contrapartida, no grupo de adolescentes entre 10 e 19 anos, a utilização de fármacos aprovados por agências regulatórias, como os análogos do receptor de GLP-1, passa a ser considerada condicionalmente; contudo, essa intervenção deve ocorrer estritamente em caráter adjuvante, após avaliação minuciosa da relação risco-benefício e quando programas estruturados e supervisionados de mudança no estilo de vida não atingirem os objetivos clínicos estabelecidos.

Em relação à cirurgia bariátrica e ao uso de dispositivos de manejo de peso, como os balões intragástricos, o procedimento é expressamente não recomendado e proibido para crianças de até 9 anos. Para a população adolescente, a abordagem cirúrgica é admitida apenas excepcionalmente em circunstâncias muito delimitadas, direcionada àqueles com obesidade grave e refratária associada a comorbidades médicas severas que representem risco à vida, demandando prévia avaliação detalhada por equipe multidisciplinar especializada e garantia de acompanhamento nutricional e psicológico contínuo nos períodos pré e pós-operatório.

No âmbito da agência e da autonomia decisória, o manejo na infância delega a responsabilidade terapêutica prioritariamente aos pais, familiares e cuidadores, além de intervir nos ambientes doméstico e escolar por meio do alinhamento de rotinas. Nos adolescentes, por sua vez, reconhece-se o protagonismo individual e a progressiva independência na escolha e aquisição de alimentos, bem como a ampla exposição aos ecossistemas digitais, o que exige a inclusão direta do jovem nos processos de tomada de decisão compartilhada sobre o seu plano de cuidado.

Por fim, as estratégias direcionadas aos ambientes de sedentarismo e sono refletem exigências distintas de cada momento de desenvolvimento. Para as crianças, a prioridade concentra-se na consolidação de hábitos de higiene do sono e na supervisão parental estrita do

tempo de exposição a telas, resguardando fases cruciais do neurodesenvolvimento infantil. Já na adolescência, a intervenção volta-se para a regulação do uso de redes sociais, a prevenção da privação crônica de sono provocada por telas e turnos noturnos, e o estímulo a práticas de atividade física estruturadas que favoreçam a convivência e a socialização entre pares.

As diretrizes da OMS enfatizam que a resposta clínica isolada dentro dos consultórios é incapaz de frear a curva epidêmica sem uma ampla governança multissetorial (*Health in All Policies*). Os ambientes em que as crianças vivem, aprendem e se alimentam ditam as oportunidades reais de adesão às recomendações terapêuticas.

Para transformar as orientações em prática assistencial, os sistemas de saúde necessitam desenhar linhas de cuidado contínuas, coordenadas e regionalizadas, garantindo que o cuidado não se fragmente em intervenções episódicas:

1. **Atenção Primária à Saúde (APS):** Atua como porta de entrada e centro articulador do cuidado longitudinal. Suas atribuições essenciais compreendem a vigilância alimentar e nutricional periódica (antropometria regular nas consultas de puericultura e saúde escolar), a identificação de riscos ambientais/familiares, o aconselhamento multiprofissional (médicos de família, enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais e educadores físicos) e a coordenação de intervenções multimodais coletivas e comunitárias.
2. **Atenção Secundária (Média Complexidade / Ambulatórios de Especialidades):** Destinada ao encaminhamento de casos de obesidade com comorbidades clínicas instaladas (hipertensão, dislipidemia, esteatose hepática metabólica, resistência insulínica e apneia obstrutiva do sono), desordens psiquiátricas complexas ou refratariedade terapêutica na APS. Conta com equipes interprofissionais de referência (endocrinopediatras, psicólogos, nutricionistas clínicos, fisioterapeutas) capacitadas para intervenções intensivas e condução de farmacoterapia para adolescentes elegíveis.
3. **Atenção Terciária (Alta Complexidade / Centros Terciários Especializados):** Reservada para quadros de obesidade extrema associados a complicações ameaçadoras à vida em adolescentes selecionados. Esses centros devem abrigar comissões multidisciplinares de alta densidade tecnológica para o planejamento, execução e seguimento longitudinal contínuo de intervenções cirúrgicas bariátricas e reabilitação metabólica integral.
4. **Contrarreferência Contínua:** Mesmo quando submetidos a tratamentos em níveis secundários ou terciários, o vínculo do paciente e de sua família com a equipe da Atenção Primária deve ser rigorosamente mantido para assegurar o suporte comunitário continuado e evitar recaídas.

Dessa forma, a publicação das primeiras diretrizes globais da OMS para o manejo da obesidade em crianças e adolescentes inaugura um ciclo de responsabilidade técnica e política para a saúde pública contemporânea. Ao oferecer parâmetros clínicos baseados em direitos humanos, equidade distributiva e evidências científicas, a OMS convoca os governos a estruturar linhas de cuidado integradas nos seus sistemas universais, garantindo suporte diagnóstico, nutricional, medicamentoso e cirúrgico pautado pelo estágio de vida.

A transição necessária nos sistemas agroalimentares e de saúde reside em superar a inércia administrativa, combater o estigma estrutural e assegurar que toda criança e adolescente

receba o cuidado integral no momento oportuno, garantindo seu direito inalienável ao pleno crescimento, saúde e dignidade humana.

A estratégia brasileira e a abordagem interseccional da obesidade

No Brasil, a renovação recente da agenda de enfrentamento da obesidade ocorreu em meio à reconstrução das instâncias de participação social e de coordenação das políticas de segurança alimentar e nutricional. Nesse contexto, a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 12.680, de 20 de outubro de 2025 (BRASIL, 2025a). O Decreto reconhece a obesidade como doença crônica, problema de saúde pública e questão social que requer abordagens intersetorial e interseccional. Estabelece como objetivos deter o aumento da obesidade entre adultos e reduzir sua ocorrência entre crianças e adolescentes, com atenção especial às populações em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Estratégia Intersetorial não constitui um programa isolado nem se restringe à atuação de um único setor. Trata-se de uma estrutura de mobilização e coordenação destinada a organizar a convergência de políticas, programas e ações relacionados à prevenção da obesidade. Sua implementação deve articular medidas de produção, abastecimento, acesso e consumo de alimentos adequados e saudáveis; promoção da atividade física; esporte e lazer; mobilidade urbana e sustentável; proteção social; segurança alimentar e nutricional; vigilância; cuidado; mobilização social; e enfrentamento do estigma relacionado ao peso corporal. Essas frentes estão organizadas em três eixos: ambientes alimentares e espaços urbanos; sistemas de proteção social e cuidados integrados; e mobilização e engajamento social (BRASIL, 2025a, 2025b; NEVES et al., 2025).

O Decreto prevê a elaboração de um plano operativo para estabelecer ações prioritárias, responsabilidades institucionais, metas, indicadores, previsão orçamentária e mecanismos de monitoramento. A execução deve ser acompanhada por uma governança intersetorial vinculada à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, com participação dos setores envolvidos e das instâncias de participação social (BRASIL, 2025a, 2025b). A Estratégia oferece, assim, uma estrutura para coordenar a atuação federal e orientar a convergência entre políticas que incidem sobre diferentes dimensões da obesidade. Seus efeitos dependerão de como essas disposições serão traduzidas em responsabilidades, recursos e ações executáveis nos diferentes níveis de governo.

A incorporação da interseccionalidade confere uma orientação específica a essa resposta. As possibilidades de acesso a alimentos adequados e saudáveis, espaços para atividade física, proteção social e serviços de saúde são influenciadas por renda, raça ou cor, gênero, escolaridade, idade e território. Essas dimensões não atuam de maneira independente. Sua combinação expressa posições sociais distintas e formas específicas de exposição às desigualdades, com repercussões sobre a ocorrência da obesidade e sobre o acesso à prevenção e ao cuidado (NEVES et al., 2025).

Evidências nacionais mostram essa distribuição desigual. Uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, baseada na combinação de raça ou cor, gênero, idade, renda e escolaridade, identificou as maiores prevalências de obesidade entre mulheres negras e pardas, de meia-idade ou mais velhas, com renda e escolaridade baixas ou intermediárias. Os cinco estratos com maiores prevalências eram compostos exclusivamente por mulheres negras e pardas (FANTON; CONSTANTE; CANUTO, 2026).

Esses resultados não significam que raça, gênero ou posição socioeconômica possam ser utilizados isoladamente para predizer o risco individual. A heterogeneidade existente dentro dos próprios estratos impede esse tipo de interpretação. Os achados mostram, entretanto, que a obesidade se concentra em determinadas combinações de posições sociais, produzidas por desigualdades de gênero, raça e nível socioeconômico. Essa evidência permite identificar grupos que devem receber maior atenção nas políticas populacionais, sem transformar características sociais em critérios clínicos individuais (FANTON; CONSTANTE; CANUTO, 2026).

A insegurança alimentar e nutricional acrescenta outra dimensão a esse quadro. Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2017-2018 mostraram que mulheres brancas e negras em insegurança alimentar apresentavam maior chance de obesidade do que homens brancos em segurança alimentar. Entre as mulheres negras, a insegurança alimentar também esteve associada a maior chance de baixo peso. O estudo não demonstra coexistência dos dois desfechos na mesma pessoa, mas evidencia que esse grupo populacional está mais exposto aos dois extremos da má nutrição (GOMES et al., 2026).

Esse resultado impede que obesidade e insegurança alimentar e nutricional sejam tratadas como problemas independentes ou opostos. Para mulheres negras em insegurança alimentar, orientações sobre escolhas alimentares ou controle do peso terão alcance limitado se não forem acompanhadas por acesso regular a alimentos adequados e saudáveis, proteção social e cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). A resposta também precisa considerar como a sobrecarga de trabalho remunerado e não remunerado, a disponibilidade de tempo, o acesso aos serviços e as características dos territórios condicionam as possibilidades concretas de alimentação e cuidado.

As tendências segundo escolaridade observadas nas capitais brasileiras e no Distrito Federal complementam essas evidências. Entre as mulheres, a prevalência de obesidade é mais elevada nos grupos com menor escolaridade. A prática de atividade física no lazer e o consumo de alimentos considerados fatores de proteção para doenças crônicas, por sua vez, são mais frequentes entre pessoas com maior escolaridade (MALTA et al., 2025). Embora essa análise não seja interseccional, ela confirma que a prevalência de obesidade e o acesso a fatores de proteção acompanham diferenças sociais persistentes.

A interseccionalidade deve, portanto, orientar decisões. Isso inclui produzir e analisar informações desagregadas por raça ou cor, gênero, idade, escolaridade, renda e território; identificar as combinações associadas à maior carga de obesidade e ao menor acesso às políticas; orientar a distribuição de recursos e do apoio técnico; e acompanhar se as ações alcançam mulheres negras e pardas e outras populações em situação de vulnerabilidade e risco social. A finalidade não é fragmentar políticas de alcance universal, mas assegurar que sua execução responda às desigualdades identificadas.

No campo da alimentação, a prevenção da obesidade requer combinar medidas destinadas a reduzir a produção, a promoção, a disponibilidade e o consumo de alimentos ultraprocessados com políticas que ampliem a disponibilidade e a acessibilidade física e econômica de alimentos *in natura* ou minimamente processados. A regulação dos alimentos ultraprocessados não substitui políticas de abastecimento, alimentação escolar, compras públicas, proteção social e apoio à agricultura familiar. Da mesma forma, a ampliação da oferta de alimentos adequados e saudáveis não elimina a necessidade de enfrentar as práticas comerciais que favorecem os alimentos ultraprocessados. Esses conjuntos de medidas cumprem

funções distintas e precisam ser coordenados, com atenção prioritária aos territórios e às populações em situação de vulnerabilidade e risco social (LARA-AREVALO et al., 2026).

Continuidade das políticas, ações específicas e implementação nos territórios brasileiros

A instituição de uma estratégia nacional não assegura, por si só, a execução das ações nos territórios. A implementação depende da definição de responsabilidades para cada setor, da disponibilidade de recursos, da capacidade técnica dos entes subnacionais e da manutenção das ações ao longo do tempo. Também requer iniciativas com públicos, objetivos, financiamento e mecanismos operacionais próprios. A Estratégia Intersetorial pode organizar prioridades e favorecer a convergência entre políticas, mas não substitui programas e ações específicos destinados a determinados grupos ou etapas do curso da vida.

A experiência da Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil, conhecida como Proteja, ajuda a compreender essa distinção. O Proteja foi instituído pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS nº 1.862, de 10 de agosto de 2021, com a finalidade de deter o avanço da obesidade infantil e contribuir para a melhoria da saúde e da alimentação e nutrição das crianças. A Portaria GM/MS nº 1.863, publicada na mesma data, instituiu um incentivo financeiro federal de custeio para apoiar sua implementação nos municípios (BRASIL, 2021a, 2021b).

O Proteja era uma iniciativa direcionada à infância, com municípios participantes, ações definidas, financiamento federal e indicadores de acompanhamento. Ao todo, 1.320 municípios aderiram à iniciativa. As ações essenciais e complementares abrangiam vigilância alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, atividade física, atenção primária à saúde, escolas e articulação com outros setores. Parte das ações escolares deveria ser desenvolvida por meio do Programa Saúde na Escola. O acompanhamento dos indicadores utilizava informações registradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional e no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (BRASIL, 2022a, 2022b; PEREIRA et al., 2025).

A implementação enfrentou dificuldades. Foram identificados problemas na utilização dos recursos, rotatividade e precariedade dos vínculos das equipes municipais, obstáculos à coordenação intersetorial, resistência entre profissionais e baixa prioridade conferida à obesidade infantil por gestores locais. Essas limitações produziram diferenças na execução entre os municípios e precisam ser consideradas no desenho de futuras iniciativas (PEREIRA et al., 2025). Ainda assim, o Proteja mantinha um mecanismo federal específico de financiamento, indução e apoio técnico para inserir a obesidade infantil no planejamento municipal.

O ciclo federal de implementação e financiamento do Proteja, iniciado em 2021, encerrou-se em 2023, sem continuidade do incentivo financeiro nos anos seguintes (PEREIRA et al., 2025). Seu encerramento precoce retirou um mecanismo voltado especificamente à infância em um momento no qual as projeções indicam crescimento da obesidade entre crianças e adolescentes. A questão não é restabelecer o Proteja sem alterações, mas preservar e aperfeiçoar suas funções de indução federal, financiamento, apoio municipal e acompanhamento das ações.

A Estratégia Intersetorial e o Proteja são instrumentos de natureza distinta. A primeira organiza uma mobilização ampla para articular políticas, programas e ações de diferentes setores e níveis de governo. O segundo era uma iniciativa operacional, dirigida à prevenção e à atenção à obesidade infantil em municípios habilitados. A existência da Estratégia Intersetorial não

elimina a necessidade de iniciativas específicas dessa natureza. Ao contrário, seu plano operativo pode oferecer o marco político para que ações voltadas à infância e à adolescência sejam formuladas, financiadas e acompanhadas de forma coerente com a agenda nacional.

A necessidade de ações específicas para essas etapas do curso da vida é reforçada pelas tendências projetadas. O *World Obesity Atlas 2026* estima que o número de crianças e adolescentes de 5 a 19 anos vivendo com obesidade continuará aumentando nas próximas décadas. O relatório também assinala que uma resposta limitada à prevenção não atenderá às necessidades daqueles que já vivem com obesidade ou apresentam complicações. O monitoramento do estado nutricional, por sua vez, tem utilidade reduzida quando não está conectado ao acompanhamento e ao acesso aos serviços necessários (WORLD OBESITY FEDERATION, 2026).

A implementação territorial também depende do fortalecimento da vigilância alimentar e nutricional e da capacidade de estados e municípios analisarem sua situação epidemiológica. A produção regular de informações desagregadas por idade, sexo, raça ou cor, escolaridade e território permite identificar os grupos mais afetados, reconhecer desigualdades e orientar a distribuição de recursos e a organização das ações. Essas informações não devem servir apenas à alimentação de sistemas nacionais. Precisam retornar aos gestores e às equipes locais em formatos que possam subsidiar o planejamento e a tomada de decisão.

Ao tornar visíveis a magnitude, a distribuição e as desigualdades relacionadas à obesidade, a inteligência epidemiológica local cria condições para que o problema seja reconhecido como prioridade no território. Esse conhecimento pode subsidiar sua inclusão nos planos municipais e estaduais de saúde, orientar a organização da atenção primária e apoiar a articulação com educação, assistência social, esporte, planejamento urbano e segurança alimentar e nutricional. A disponibilidade de dados, contudo, não produz ação automaticamente. O uso das informações depende de capacidade técnica, financiamento, prioridade política, liderança institucional e estabilidade das equipes.

O Proteja conferia uma função prática a esse acompanhamento ao vincular sua implementação a indicadores da atenção primária e da vigilância alimentar e nutricional. Os dados administrativos utilizados não permitiam avaliar isoladamente a qualidade do cuidado ou os efeitos da iniciativa. Ainda assim, o acompanhamento dos indicadores induzia os municípios a registrar, analisar e discutir a obesidade infantil como problema de saúde pública. O encerramento de seu ciclo federal retirou, portanto, não apenas o incentivo financeiro, mas também um mecanismo que favorecia a inclusão do problema na agenda local (BRASIL, 2022b; PEREIRA et al., 2025).

O avanço da inteligência epidemiológica local requer que informações da vigilância alimentar e nutricional, da atenção primária, das escolas e de outros serviços públicos sejam utilizadas conjuntamente, respeitadas as finalidades, unidades de análise e limitações de cada fonte. Esses dados podem apoiar o diagnóstico territorial, a definição das populações prioritárias, o planejamento das ações e o acompanhamento de sua cobertura e de seus resultados. Também podem mostrar se as intervenções alcançam os territórios e as populações em situação de vulnerabilidade e risco social. Para isso, a atribuição de responsabilidades aos municípios deve ser acompanhada de financiamento, formação das equipes, apoio técnico e instrumentos para análise e comunicação das informações.

A Estratégia Intersetorial prevê plano operativo, definição de ações prioritárias, articulação entre setores e níveis de governo e monitoramento de sua execução. Sua efetividade dependerá da atribuição clara de responsabilidades, da previsão de recursos e da capacidade federal de apoiar estados e municípios, sobretudo aqueles com menor estrutura técnica e administrativa. O plano operativo também deverá explicitar como a vigilância e a inteligência epidemiológica serão utilizadas para identificar territórios prioritários, acompanhar desigualdades e avaliar a execução das ações (BRASIL, 2025a, 2025b; NEVES et al., 2025).

A avaliação da resposta brasileira precisa ir além da existência formal de normas, estratégias e programas. O país dispõe de instrumentos relacionados à alimentação escolar, à rotulagem nutricional, à proteção da alimentação infantil, à promoção da atividade física e à regulação dos ambientes alimentares. A presença desses instrumentos não informa, isoladamente, sua cobertura, seu financiamento, sua fiscalização nem seu alcance entre as populações mais afetadas. A análise deve considerar como as medidas são implementadas, quais territórios alcançam e quais mudanças produzem ao longo do tempo (WORLD OBESITY FEDERATION, 2026).

Prevenção e cuidado das pessoas com obesidade no SUS

A organização de políticas intersetoriais e o avanço de medidas estruturantes não reduzem a responsabilidade do SUS pelas pessoas que já vivem com obesidade. A Estratégia Intersetorial inclui os cuidados integrados entre seus eixos e prevê o fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e cuidado. Esse compromisso precisa ser traduzido em fluxos assistenciais, responsabilidades, financiamento e formas de acompanhamento longitudinal (BRASIL, 2025a, 2025b).

A prevenção estrutural e o cuidado clínico respondem a necessidades distintas. Medidas fiscais, regulatórias, ambientais e de proteção social podem modificar as condições que favorecem o aumento da obesidade e reduzir exposições populacionais. Essas medidas, contudo, não atendem diretamente às pessoas que já apresentam alterações clínicas, limitações funcionais ou repercussões psicossociais. De forma correspondente, intervenções clínicas podem beneficiar indivíduos, mas não alteram, por si mesmas, os ambientes alimentares, as desigualdades econômicas e os determinantes comerciais que sustentam o avanço da obesidade.

Essa complementaridade adquiriu maior relevância com o reconhecimento da obesidade como doença crônica e com o desenvolvimento de critérios destinados a qualificar sua avaliação. A Comissão sobre Obesidade Clínica propôs distinguir situações nas quais o excesso de adiposidade está associado a disfunção orgânica ou limitações das atividades cotidianas daquelas em que essas manifestações ainda não estão presentes. A proposta reforça que a avaliação individual não deve se apoiar exclusivamente no índice de massa corporal, mas considerar a distribuição da adiposidade, a função dos órgãos, a capacidade funcional e as condições clínicas associadas (RUBINO et al., 2025).

No SUS, a obesidade precisa ser reconhecida e avaliada na atenção primária. As equipes devem ter condições de identificar necessidades clínicas, funcionais e psicossociais, pactuar o plano de cuidado, acompanhar sua evolução e realizar encaminhamentos quando houver indicação. Também são necessários fluxos definidos para o cuidado multiprofissional e especializado. A existência de orientações técnicas não é suficiente quando faltam equipes,

tempo assistencial, continuidade do acompanhamento ou conexão entre os diferentes pontos da rede.

A vigilância e a atenção individual cumprem funções complementares. A vigilância permite conhecer a distribuição da obesidade e identificar grupos e territórios prioritários. A atenção à saúde permite reconhecer as necessidades de cada pessoa e organizar seu acompanhamento. O registro do estado nutricional, sem avaliação clínica e seguimento, não constitui cuidado. Da mesma forma, a assistência prestada sem informações sobre a população e o território limita a capacidade de planejar serviços, distribuir recursos e avaliar desigualdades.

A organização da atenção deve considerar as condições clínicas e funcionais, o contexto social e as possibilidades de cada pessoa. Não deve reduzir o tratamento à perda de peso nem reforçar práticas estigmatizantes. A responsabilização individual pela obesidade pode afastar pessoas dos serviços, comprometer a qualidade do atendimento e ocultar as condições sociais, econômicas e comerciais que restringem escolhas. Reconhecer esses determinantes não diminui a importância do cuidado clínico. Exige que ele seja prestado de forma respeitosa, centrada na pessoa e compatível com as condições em que ela vive.

A ampliação das possibilidades terapêuticas torna mais urgente a organização desse cuidado. Os novos medicamentos para obesidade podem beneficiar pessoas com indicação clínica, mas sua incorporação aos sistemas públicos envolve questões de efetividade, segurança, custo, capacidade assistencial e equidade. A diretriz da Organização Mundial da Saúde para terapias baseadas em peptídeo semelhante ao glucagon tipo 1 recomenda que a farmacoterapia seja inserida no cuidado integral e acompanhada por intervenções comportamentais e seguimento longitudinal. Também reconhece que preços elevados, oferta limitada e diferenças na capacidade dos sistemas de saúde podem restringir o acesso (CELLETTI; FARRAR; DE REGIL, 2026).

No Brasil, decisões sobre a incorporação dessas tecnologias não devem ser tomadas separadamente da organização da atenção. A oferta de medicamentos sem critérios clínicos, acompanhamento e continuidade assistencial pode reforçar a fragmentação do cuidado. A exclusão generalizada dessas opções, por outro lado, pode impedir o acesso de pessoas que poderiam se beneficiar. As decisões precisam considerar efetividade e segurança, impacto orçamentário, capacidade de seguimento e efeitos sobre a equidade.

A abordagem interseccional também deve alcançar o cuidado. As mulheres negras e pardas e outros grupos mais expostos às condições sociais associadas à obesidade podem encontrar maiores barreiras para acessar equipes multiprofissionais, serviços especializados e novas tecnologias. Essas barreiras variam conforme renda, raça ou cor, gênero, escolaridade, idade e local de residência. O monitoramento do acesso, da continuidade do acompanhamento e dos resultados segundo essas dimensões é necessário para identificar se a organização da atenção reduz ou reproduz desigualdades.

A resposta brasileira reúne instrumentos importantes, mas sua coerência dependerá de decisões concretas. O plano operativo da Estratégia Intersetorial deve definir responsabilidades, recursos e mecanismos de acompanhamento. Estados e municípios precisam receber apoio técnico para produzir e utilizar diagnósticos territoriais. Iniciativas específicas para crianças e adolescentes necessitam de financiamento e continuidade. No SUS, a vigilância deve estar vinculada à organização de linhas de cuidado, ao acompanhamento longitudinal e ao acesso equitativo às opções terapêuticas indicadas.

O avanço das medidas estruturantes e a organização do cuidado não constituem caminhos alternativos. A prevenção atua sobre as condições que favorecem novos casos e o agravamento da obesidade. O cuidado responde às necessidades das pessoas que já vivem com a doença. A resposta nacional dependerá da capacidade de assegurar ambos, com prioridades definidas a partir das desigualdades e das condições observadas nos territórios.

O cuidado a crianças e adolescentes no SUS

A análise da organização assistencial do Sistema Único de Saúde revela, contudo, que o cuidado destinado a crianças e adolescentes com sobrepeso e obesidade não é concebido normativamente como equivalente ao dispensado à população adulta, muito embora a infraestrutura dos serviços e o arcabouço regulatório nacional apresentem assimetrias históricas expressivas. Enquanto a atenção ao público adulto conta com a formalização vinculante de um Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas chancelado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde — Conitec (BRASIL, 2020), inexiste até o momento um protocolo clínico específico com a mesma força impositiva e dotação orçamentária expressa para a faixa infantojuvenil. Apesar desse vácuo, as orientações oficiais do Ministério da Saúde rejeitam expressamente a transposição automática dos parâmetros aplicados aos adultos, estabelecendo diretrizes próprias por meio de instrutivos técnicos direcionados à Atenção Primária (BRASIL, 2022a), políticas transversais de ciclo de vida como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (BRASIL, 2018) e normativas de vigilância alimentar e nutricional articuladas à Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013).

A diferenciação técnica do cuidado infantojuvenil inicia-se pelo diagnóstico antropométrico, no qual os valores fixos e universais de índice de massa corporal adotados para adultos são formalmente contraindicados. Na infância e na adolescência, a avaliação exige a utilização de curvas de crescimento populacionais expressas em escore-z ou percentis da relação entre índice de massa corporal, idade e sexo, com monitoramento longitudinal realizado prioritariamente nas consultas de puericultura, de acompanhamento do escolar e de hebicultura registradas nas cadernetas de saúde e nos sistemas eletrônicos da atenção básica (BRASIL, 2011, 2022a). Nesse contexto, a análise clínica não se atém a uma classificação estática de excesso ponderal, priorizando a identificação de alterações anômalas na velocidade e na inclinação da trajetória de ganho de peso ao longo do curso do desenvolvimento (BRASIL, 2014, 2022a).

As metas terapêuticas também divergem de maneira substantiva em relação às preconizadas para os indivíduos adultos. Em adultos, o objetivo habitual reside na redução deliberada e quantificável de uma porcentagem do peso corporal para mitigação de riscos cardiometabólicos (BRASIL, 2020). Em crianças em pleno estirão e crescimento linear, intervenções restritivas severas que buscam perda de peso rápida são terminantemente contraindicadas, em virtude do risco iminente de prejuízo à estatura final, à consolidação da massa óssea e ao desenvolvimento puberal (BRASIL, 2022a). Dessa forma, a conduta clínica preconizada nos manuais oficiais apoia-se na desaceleração do ritmo de ganho de peso ou na manutenção ponderal enquanto a criança continua crescendo em altura, permitindo que a proporção antropométrica retorne gradativamente aos parâmetros saudáveis da curva. A perda ponderal ativa fica restrita a adolescentes que já concluíram o fechamento das epífises ósseas ou a situações excepcionais de obesidade grave associada a comorbidades clínicas severas (BRASIL, 2014, 2022a).

Outro ponto de distinção reside na unidade de intervenção terapêutica e na agência do cuidado. Enquanto no público adulto as estratégias clínicas e nutricionais centram-se na pactuação individual de metas comportamentais, o manejo voltado a crianças transfere o foco assistencial de forma decisiva para os pais, familiares e cuidadores (BRASIL, 2021, 2022a). Os manuais da atenção básica vedam a condução de prescrições dietéticas individualizantes que gerem isolamento ou culpabilização da criança, estruturando as intervenções na reordenação da rotina doméstica, na reorganização das compras alimentares conforme as diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e do guia específico para crianças menores de dois anos (BRASIL, 2014, 2019), na oferta de refeições compartilhadas à mesa, na regulação parental do tempo de exposição a telas e na ampliação de oportunidades recreativas de movimento corporal. Essa abordagem coletiva busca desarmar o estigma e a discriminação pelo peso, prevenindo o surgimento ou o agravamento de transtornos psíquicos e comportamentos alimentares desordenados (BRASIL, 2021, 2022a).

No tocante aos recursos terapêuticos especializados, as restrições normativas para a faixa infantojuvenil são rigorosas. No plano farmacológico, não há no SUS a disponibilização de medicamentos antiobesidade de uso pediátrico no âmbito da assistência farmacêutica pública, limitando-se o suporte medicamentoso ao manejo pontual de disfunções metabólicas associadas (BRASIL, 2020, 2022a). Na alta complexidade cirúrgica, os critérios ministeriais delimitam a cirurgia bariátrica como procedimento absolutamente restrito a adolescentes com no mínimo dezesseis anos de idade que apresentem obesidade grave associada a complicações clínicas severas que ameacem a vida, após a comprovação de maturidade esquelética, cumprimento de no mínimo dois anos de acompanhamento clínico multiprofissional documentado e avaliação formal de comissão interdisciplinar e de bioética, restando as crianças abaixo dessa faixa etária totalmente excluídas de intervenções dessa natureza (BRASIL, 2013b, 2013c).

Apesar dessa sólida diferenciação conceitual e técnica nos manuais oficiais, a materialização do cuidado enfrenta gargalos estruturais cotidianos na rede assistencial. A linha de cuidado do sobrepeso e obesidade desenhada nas portarias federais foi historicamente concentrada na habilitação de centros cirúrgicos para adultos, deixando desassistida a atenção secundária ambulatorial voltada a crianças e adolescentes (BRASIL, 2013b). A carência de serviços especializados de média complexidade, como ambulatórios de endocrinopediatria, nutrição pediátrica e psicologia infantil no âmbito municipal e regional, faz com que os casos que demandam intervenções intensivas fiquem retidos na atenção primária ou enfrentem longas filas nas centrais de regulação (BRASIL, 2022a). Ademais, a ausência de um protocolo clínico oficial com financiamento orçamentário específico e a descontinuidade de iniciativas intersetoriais estruturantes como o PROTEJA (BRASIL, 2022b) enfraquecem a capacidade de resposta do SUS, consolidando uma situação em que, embora o cuidado teórico seja reconhecidamente distinto, a infraestrutura pública especializada ainda carece da robustez necessária para atender plenamente a essa população.

Portanto, o lançamento dos guias da OMS pode representar uma oportunidade única de preencher essas lacunas e preparar o SUS para atuar efetivamente no manejo da obesidade em crianças e adolescentes.

Conclusão

O enfrentamento da obesidade infantojuvenil atinge um ponto de viragem histórico no qual o reconhecimento científico e a maturidade normativa contrastam de forma aguda com a persistência de assimetrias estruturais nos sistemas de saúde e na sociedade. Do ponto de vista dos avanços, o Plano de Aceleração da OMS para Acabar com a Obesidade e a publicação das primeiras diretrizes globais de manejo da obesidade infantil e juvenil consolida a transição indispensável da culpabilização comportamental para o reconhecimento da obesidade como doença crónica, complexa e multifatorial, definindo rotas clínicas baseadas em evidências, centradas na família e rigorosamente protegidas contra intervenções empíricas ou estigmatizantes.

No plano nacional, a estruturação de marcos como a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade e a incorporação da perspetiva interseccional sinalizam uma compreensão aprofundada de que as disparidades de rendimento, raça, género e território determinam diretamente a exposição aos ambientes obesogênicos e a vulnerabilidade à dupla carga da má nutrição. Porém, seguem lacunas na regulação da publicidade de alimentos (especialmente para crianças) e na venda de alimentos em cantinas escolares, além da incompletude da tributação seletiva e da necessidade de aprimoramento da rotulagem nutricional frontal no Brasil, que podem estar ainda mais ameaçadas em contextos políticos de desregulamentação.

Todavia, os desafios que se interpõem entre as formulações teóricas e a realidade cotidiana dos serviços permanecem significativos. A descontinuidade de mecanismos indutores de financiamento municipal e a ausência de um protocolo clínico vinculativo e dotado de orçamento específico perpetuam vazios assistenciais, em especial na atenção especializada ambulatorial de média complexidade pediátrica, deixando a atenção primária sobrecarregada e os hospitais terciários distantes das reais necessidades da população jovem. Ao mesmo tempo, os determinantes comerciais da saúde e o poderio económico da indústria de produtos ultraprocessados continuam a colonizar os ambientes alimentares e os espaços digitais das novas gerações, impondo barreiras que não podem ser contornadas apenas por recomendações clínicas individuais.

Neste cenário decisivo, impõe-se uma convocatória urgente e articulada a todos os atores globais, regionais e locais. Aos organismos internacionais e multilaterais, cabe liderar a harmonização das normas de direitos humanos e saúde pública, assegurando apoio técnico e financeiro aos países de baixa e média renda para que as novas diretrizes da OMS não se convertam em privilégios restritos a sistemas de saúde com elevado financiamento, e promovendo salvaguardas rigorosas contra a influência corporativa na governança alimentar planetária. Aos governos nacionais e subnacionais, exige-se prioridade política e firmeza regulatória para implementar intervenções fiscais substanciais, restringir o marketing predatório dirigido ao público infantojuvenil, garantir a soberania alimentar por via de compras institucionais da produção familiar e transformar políticas, a exemplo da Estratégia Intersetorial brasileira, em planos operativos dotados de financiamento sustentável, inteligência epidemiológica local e linhas de cuidado completas e integradas na atenção primária. Por fim, às instituições de investigação, comunidade científica e sociedade civil organizada, cumpre manter a vigilância democrática e a produção contínua de evidências livres de conflitos de interesse, desmantelando o estigma relacionado com o peso em todas as instâncias e exigindo que o cuidado à criança e ao adolescente seja assegurado como um direito universal e inegociável.

Dessa forma, articular as dimensões da prevenção estrutural com o acesso equitativo ao tratamento não representa apenas uma escolha de gestão pública, mas um imperativo ético civilizacional para resguardar a dignidade, o desenvolvimento integral e o futuro das próximas gerações.

Referências

BAKER, P. et al. Series Ultra-Processed Foods and Human Health 3: Towards unified global action on ultra-processed foods: understanding commercial determinants, countering corporate power, and mobilising a public health response. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–24, 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 424, de 19 de março de 2013**. Redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Brasília: Diário Oficial da União, 2013b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 425, de 19 de março de 2013**. Estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade. Brasília: Diário Oficial da União, 2013c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.862, de 10 de agosto de 2021. Institui a Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.863, de 10 de agosto de 2021. Institui incentivo financeiro federal de custeio destinado aos municípios para implementação das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil no âmbito da Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.859, de 25 de outubro de 2022. Habilita municípios ao recebimento de incentivo financeiro federal de custeio referente ao segundo ano de implementação das ações de prevenção e atenção à obesidade infantil no âmbito do Proteja. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde**: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional — SISVAN. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a. 84 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. Cadernos de Atenção Básica, n. 38. Brasília: Ministério da Saúde, 2014a. 212 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014b. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC)**: orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 265 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Instrutivo de abordagem coletiva para manejo da obesidade no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 150 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022a. 201 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **PROTEJA: Estratégia nacional para prevenção e atenção à obesidade infantil**: orientações técnicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2022b. 76 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. *Proteja: Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. **Portaria SCTIE/MS nº 53, de 11 de novembro de 2020**. Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Sobrepeso e Obesidade em Adultos. Brasília: Diário Oficial da União, 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade: obesidade como questão social e interseccional*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025b.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 12.680, de 20 de outubro de 2025. Institui a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade. Brasília, DF: Presidência da República, 2025a.

CAMARGO, J. M. et al. Effect of Ultraprocessed Foods Taxation on Overweight Prevalence and Noncommunicable Diseases in Brazil. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 000, n. 000, p. 1–8, 2025.

CELLETTI, F.; FARRAR, J.; DE REGIL, L. World Health Organization guideline on the use and indications of glucagon-like peptide-1 therapies for the treatment of obesity in adults. *JAMA*, v. 335, n. 5, p. 434-438, 2026. DOI: 10.1001/jama.2025.24288.

FANTON, M.; CONSTANTE, H. M.; CANUTO, R. Assessing intersectional disparities in obesity among Brazilian adults: a MAIHDA approach. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 42, e00161425, 2026. DOI: 10.1590/0102-311XEN161425.

FANZO, J. **Inequity in Food Systems Drives Both Hunger and Obesity: It's time to optimize our food systems for nutrition and equity**. Johns Hopkins University, 2020.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023: Urbanization, agrifood systems transformation and healthy diets across the rural–urban continuum**. Rome: FAO, 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **The State of Food and Agriculture 2023: Revealing the true cost of food to transform agrifood systems**. Rome: FAO, 2023.

GOMES, S. M. et al. Black women facing food insecurity are more vulnerable to the double burden of malnutrition in Brazil: evidence from Brazilian National Dietary Survey. *Food Security*, v. 18, p. 29-36, 2026. DOI: 10.1007/s12571-025-01607-8.

HALPERN, B.; MELO, M. E. DE. Obesity in Brazil: 214 million reasons to act. **Archives of Endocrinology and Metabolism**, v. 70, n. 12, p. 1–4, 2026.

INSTITUTE FOR HEALTH METRICS AND EVALUATION (IHME). **Global Burden of Disease Compare Data Visualization**. Seattle, WA: IHME, 2025.

LANE, M. M. et al. Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. **The BMJ**, v. 384, p. e077310, 2024.

LARA-AREVALO, J. et al. Integrating policies that enable minimally processed foods with policies that restrict ultra-processed foods for obesity and noncommunicable disease prevention. *Current Obesity Reports*, v. 15, n. 1, art. 57, 2026. DOI: 10.1007/s13679-026-00724-5.

MALTA, D. C. et al. Temporal analysis of the prevalence of chronic noncommunicable diseases and risk and protective factors by schooling level from 2006 to 2023. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 30, supl. 2, 2025. DOI: 10.1590/1413-812320242911.14172024.

MONTEIRO, C. A. et al. Series Ultra-Processed Foods and Human Health 1: Ultra-processed foods and human health: the main thesis and the evidence. **The Lancet**, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

NEVES, F. S. et al. Obesity and intersectionality: Brazil's experience in advancing equity through transformative public policies. *Nutrition Reviews*, 2025. DOI: 10.1093/nutrit/nuaf253.

NILSON, E. A. F. et al. Custos atribuíveis à obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde em 2018. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, p. e32, 2020.

NILSON, E. A. F. et al. **Estimation of the direct health costs attributable to child obesity in Brazil**. medRxiv, 2023.

OKUNOGBE, A. et al. Economic impacts of overweight and obesity: current and future estimates for 161 countries. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 9, p. e009773, 2022.

PEREIRA, C. F.; GIORDANI, R. C. F.; DAUFENBACK, V.; MENEZES, R. C. E.; SILVEIRA, J. A. C. Avaliação da implementação de uma estratégia nacional intersetorial de prevenção à obesidade infantil no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 41, n. 12, e00223624, 2025. DOI: 10.1590/0102-311XPT223624.

RUBINO, F. et al. Definition and diagnostic criteria of clinical obesity. **The Lancet Diabetes & Endocrinology**, v. 13, n. 3, p. 221–262, 2025.

SEFERIDI, P. et al. Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

THE WORLD BANK. **An overview of links between obesity and food systems: Implications for the food and agriculture global practice agenda**. Washington, DC: World Bank Group, 2017.

UNICEF. **Feeding Profit: How food environments are failing children. Child Nutrition Report 2025**. New York: UNICEF, 2025.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS SUMMIT SCIENTIFIC GROUP. **The True Cost and True Price of Food**. United Nations, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Action Plan for the Prevention and Control of NCDs 2013-2020**. Geneva: WHO, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO guideline on the integrated management of obesity in children**. Geneva: World Health Organization, 2026. 136 p. ISBN 978-92-4-012339-7.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO guideline on the integrated management of obesity in adolescents**. Geneva: World Health Organization, 2026. 133 p. ISBN 978-92-4-012387-8.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO issues first global guidelines on child and adolescent obesity**. News Release, Geneva: WHO, 7 Oct. 2026.

WORLD OBESITY FEDERATION. **World Obesity Atlas 2025**. London: World Obesity Federation, 2025.

WORLD OBESITY FEDERATION. *World Obesity Atlas 2026: childhood obesity*. 2. ed. London: World Obesity Federation, 2026.

A Implementação da Inteligência Artificial Domina as Projeções Econômicas Regionais do Banco Mundial

La Implementación de la Inteligencia Artificial Domina las Proyecciones Económicas Regionales de Banco Mundial

The Implementation of Artificial Intelligence Dominates the World Bank's Regional Economic Projections

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: Às vésperas das Reuniões Anuais, o Banco Mundial lança as suas Atualizações Econômicas Regionais, onde analisa as tendências macroeconômicas, o crescimento e o desenvolvimento nas seguintes regiões: América Latina e Caribe; África; Oriente Médio, no Norte da África e nos países Afeganistão e Paquistão; Europa e Ásia Central, Sul da Ásia e Leste Asiático e Pacífico. O tema Inteligência Artificial foi o grande destaque da instituição financeira, onde cada região recebeu uma análise para a adoção e a adaptação do recurso tecnológico.

Palavras-chave: Banco Mundial; Atualizações Econômicas Regionais; Inteligência Artificial.

Resumen: *En vísperas de las Reuniones Anuales, el Banco Mundial publica sus Informes Económicos Regionales, que analizan las tendencias macroeconómicas, el crecimiento y el desarrollo en las siguientes regiones: América Latina y el Caribe; África; Oriente Medio, Norte de África, Afganistán y Pakistán; Europa; y Asia Central, Asia Meridional, Asia Oriental y el Pacífico. La inteligencia artificial fue un tema central para la institución financiera, y cada región recibió un análisis sobre la adopción y adaptación de este recurso tecnológico.*

Palabras clave: *Banco Mundial; Actualizaciones Económicas Regionales; Inteligencia Artificial.*

Abstract*: On the eve of the Annual Meetings, the World Bank is releasing its Regional Economic Updates, which analyze macroeconomic trends, growth, and development in the following regions: Latin America and the Caribbean; Africa; the Middle East, North Africa, and Afghanistan and Pakistan; Europe; and Central Asia, South Asia, and East Asia and the Pacific. Artificial Intelligence was a major highlight for the financial institution, with each region receiving an analysis of the adoption and adaptation of this technological resource.*

Keywords: *World Bank; Regional Economic Updates; Artificial Intelligence.*

Atualizações Econômicas Regionais

O Banco Mundial (BM) lançou as suas Atualizações Econômicas Regionais 2026. Estes relatórios são publicados duas vezes por ano antes das Reuniões Anuais e de Primavera, contendo análises sobre as projeções econômicas de cada região, os desafios que devem enfrentar e as oportunidades que poderão levar ao seu desenvolvimento. O tema principal do relatório foi a inteligência artificial (IA) e a sua aplicabilidade nas regiões.

De acordo com o relatório *Panorama Econômico da América Latina e do Caribe* do BM, as projeções de crescimento econômico para a região foram estimadas em 2,2% para o ano de 2026. O BM alerta que o crescimento continua moderado, porém os países mostraram caminhos distintos entre eles, evidenciando a possibilidade de um crescimento mais pujante. Diversos países da região adotaram políticas mais firmes e de longo prazo, o que justifica a obtenção dos melhores resultados, "com taxas de crescimento sustentadas acima de 3% e 4%, níveis mais elevados de investimento e maior confiança dos mercados".

Saindo do lado positivo, o relatório do BM mostra os problemas que a região enfrenta e que podem atrapalhar o caminho de crescimento. O sobe e desce dos preços da energia freia a desinflação e deixa os bancos em alerta, ajudando na permanência das taxas de juros nas alturas, o que pode restringir os investimentos e o crédito. O alto endividamento e o pagamento de juros estão limitando o espaço fiscal e os investimentos públicos. Os eventos climáticos podem trazer danos para a agricultura e para as hidrelétricas. Com a chegada do El Niño e confirmados os estragos nestes setores, o aumento dos preços dos alimentos e da energia certamente se concretizarão.

O BM analisou a implementação da IA na região. A instituição financeira afirmou no relatório que as empresas já estão "adotando amplamente a IA, embora raramente integrem aos seus principais processos de negócios". Ao tratar do uso pela população geral, o BM estimou que 17% dos adultos em idade ativa operam ferramentas de IA generativa. Para o BM, a região precisa investir no "conhecimento gerencial nas habilidades dos trabalhadores e na capacidade das empresas de se reorganizarem em torno das novas ferramentas".

Para o BM, a região precisa fortalecer as capacidades das empresas, aumentar a oferta de cursos superiores e de formação técnica e atualizar os sistemas digitais do governo e da administração de dados. A instituição financeira aponta que a chamada "IA de pequena escala" pode ser aplicada às necessidades locais, tais como saúde, agricultura, educação e até em alguns serviços públicos.

Na Europa, espera-se que o crescimento econômico seja moderado. O BM projetou um crescimento de 3% em 2026, influenciado pela desaceleração que atinge a maioria dos países da região. Entretanto, o BM apontou que alguns fatores ajudaram a apoiar o crescimento econômico da região: aumento do turismo, investimentos públicos, mercado de trabalho com condições favoráveis e aumento dos salários. De acordo com o relatório da instituição financeira, "medidas temporárias de alívio dos governos contiveram parcialmente o impacto dos custos mais altos de energia em famílias e empresas", mesmo que em alguns países as pressões fiscais tenham aumentado substancialmente. No caso da Ásia Central, estima-se um crescimento de 5,8% para o ano de 2026, influenciados pela República do Quirguistão e pelo Uzbequistão. O relatório faz uma projeção de crescimento negativa para a Ucrânia, que irá diminuir o seu crescimento em 1,2% devido aos danos em sua infraestrutura e a suspensão das exportações, causados pelo conflito com a Rússia.

O relatório aborda que o crescimento lento dos países da União Europeia (UA), os preços altos da energia que ajudaram a elevar a inflação e a intensa concorrência de outros países ajudaram "a pesar as exportações e a atividade industrial particularmente nas cadeias de abastecimento automotivo da região". De acordo com o BM, os principais riscos de queda do crescimento continuam sendo os mesmos: a não interrupção da guerra na Ucrânia,

financiamento global e suas condições mais rígidas, alterações climáticas extremas e o aumento dos custos de transporte, energia e fertilizantes.

Em relação à IA, a Europa e a Ásia Central estão bem adiantadas na região, com cobertura móvel "quase universal, custos de energia favoráveis e forte talento técnico". Porém, o relatório do BM chama a atenção que o progresso da IA na região esbarra na "falta de habilidades educacionais e gerenciais fundamentais, dados integrados e interoperáveis e capacidade de computação". De acordo com o BM, um capital privado mais alargado e habilidades aprimoradas são os elementos principais para ajudar na implementação da IA, que poderá abrir caminhos para novos setores, serviços, produtos e ocupações para a região. O BM coloca que os governos devem trabalhar em prol desta implementação, auxiliando na expansão da acessibilidade à computação. Segundo a instituição financeira, ao dar este passo, abrirá "oportunidades para exportações de capacidade de computação", com a ressalva de que precisa haver demanda para a sua realização.

Para o Sul da Ásia, o BM fez projeções positivas de crescimento econômico, devido a uma forte demanda doméstica que ajuda a região a permanecer resistente aos choques globais. Espera-se que a região cresça 6,9% neste ano, de acordo com o documento.

A instituição financeira revela que o progresso do crescimento econômico pode diminuir para 6,7% no ano de 2027, caso os preços da energia aumentem, resultando na alta da inflação, o que dificultaria as condições financeiras. O setor agrícola também pode trazer resultados negativos para o crescimento, pois o El Niño ameaça o setor, podendo afetar a produção e consequentemente trazer turbulências para o preço dos alimentos e para a segurança alimentar. A IA pode afetar o crescimento se houver "uma reversão acentuada no investimento global no setor, que poderia desencadear tensões financeiras".

A IA na região foi analisada pelo BM, que apontou que apesar do aumento do uso dos recursos tecnológicos, a região ainda está aquém dos investimentos das economias avançadas. O BM propõe que os formuladores de políticas:

> *Fortaleçam as habilidades da força de trabalho, estabeleça um ambiente mais habilitado para os negócios e melhorar a infraestrutura física e digital, complementadas por medidas para reduzir as barreiras à adoção da IA por pequenas empresas, promovam a inovação local da IA e estabeleçam uma estrutura regulatória clara que reduza a incerteza e proteja a segurança e a privacidade dos dados. (Banco Mundial, 2026.)*

As projeções de crescimento do Leste Asiático e Pacífico ficaram em 4,5% para 2026. Segundo o BM, a justificativa para esta projeção é que a região tem se mostrado resiliente em relação ao turbulento cenário global. O ponto negativo que o relatório constatou foi que o crescimento permanece diferente entre os países enquanto o ponto positivo foi que a região adotou a IA e vem criando oportunidades.

A instituição financeira revelou que várias economias da região cresceram mais do que o previsto para 2026 devido a "fabricação e exportação de produtos de alta tecnologia que sustentaram um aumento global na atividade relacionada à IA". Segundo o relatório, a IA está no cotidiano das pessoas e das empresas da região, porém, ao comparar com os países de

economias avançadas, no caso das empresas, por exemplo, os países do Leste Asiático e Pacífico "lutam com altos custos, experiência limitada e preocupações com segurança e privacidade".

O BM fez recomendações para aumentar a adoção da IA na região, entendo que o recurso tecnológico apoiará o crescimento e aumentará o número de empregos mais produtivos:

Permitir a adoção de IA	**Aproveitar o papel fundamental dos governos como usuários e reguladores de IA**	**Adaptar a IA localmente para criar melhores empregos**
Ambiente forte de negócios, infraestrutura de energia e digital, financiamento e habilidades que permitam que os trabalhadores se beneficiem da IA.	*Melhorar os serviços públicos, fundações digitais, regulamentações e cooperação regional.*	*Usar ferramentas locais acessíveis em setores que possam empregar trabalhadores em escala e em todos os níveis de habilidade, como turismo e agronegócio.*

Fonte: Banco Mundial, 2026.

De acordo com o BM, o crescimento econômico da África Subsaariana está se desenvolvendo, com projeções de crescimento de "quase três quartos dos países da região", mesmo com a incerteza das economias global e regional, das tensões geopolíticas e das alterações proporcionadas pelo clima. As projeções do BM apontam para um crescimento de 4,3% na região. Entretanto, o BM entende que este crescimento não auxilia a região na redução dos índices de pobreza ou na geração de empregos para a atual força de trabalho, que vem crescendo rapidamente.

O documento aponta que a região poderá encontrar na IA uma ótima aliada, pois ao implementar o conjunto de tecnologias, as oportunidades serão ampliadas, a produtividade aumentada e a prestação de serviços melhorada. Grande parte dos países da região estão na fase inicial de adoção da IA, com pequenos aplicativos voltados para serviços (saúde, educação, agricultura, finanças e administração pública). O BM argumenta que ao adotar e adaptar a IA na região, a infraestrutura será impactada positivamente (instituições e governança mais fortes e os setores de energia, de conectividade, de computação e de dados).

Para que isso aconteça, o BM defende que a Estratégia Continental de IA desenvolvida pela União Africana (UA) e da Área de Livre Comércio Continental Africana, podem colaborar para impulsionar a implementação da IA, acelerando o seu progresso na região.

No Oriente Médio, no Norte da África e nos países Afeganistão e Paquistão, o BM projeta que o crescimento econômico regional poderá chegar a 7,8%, em 2027, caso o conflito vigente diminua. A projeção do BM conta com a "recuperação da produção e das exportações de hidrocarbonetos". O BM pontua que, caso isto aconteça, a recuperação regional não está garantida, exigindo ações dos formuladores de política, já que os *buffers* fiscais esgotados, os investimentos suspensos e a infraestrutura avariada podem continuar a comprometer o crescimento econômico a longo prazo.

Segundo o BM, os formuladores de políticas terão que lidar com a ampliação da IA. A região vem passando por várias transformações e esta será mais uma, pois não poderá ficar para trás. Para o BM, concretizar a IA na região vai exigir "o fechamento das lacunas estruturais, incluindo a sub-representação das linguagens e dados da região em sistemas globais de IA, baixo

uso de ferramentas de IA e uma lacuna de capital fundamental", que será capaz de abranger tanto a infraestrutura e o capital humano. A instituição financeira também aponta que a região precisa de um setor privado mais dinâmico para trazer mais investimentos.

O documento sugere que através da colaboração regional em IA, a região pode ter grandes progressos. Países líderes de IA, os Emirados Árabes e a Arábia Saudita, podem compartilhar "as suas experiências no desenvolvimento e governança de modelos" e países de renda média podem colaborar com dados locais e talentos.

Considerações Finais

A IA vem se intensificando a cada dia na vida das pessoas e das empresas. Este conjunto de recursos tecnológicos está mudando a forma como os governos disponibilizam os seus serviços, como as empresas funcionam e como os agricultores cultivam os alimentos.

Por estas e outras razões, é justo que o BM dê ênfase a este setor, já que ele está impactando as nossas vidas. O relatório da instituição financeira mostra as projeções do crescimento econômico de cada região, como estão lidando com a adoção e implementação da IA, sugerindo algumas medidas para o seu progresso.

Apesar dos dados positivos da implementação da IA nas regiões estudadas, o BM mostrou uma preocupação especial com as economias em desenvolvimento, que ainda estão atrás das economias avançadas quando se trata da IA. O BM defendeu que mais do que uma inovação tecnológica, a IA precisa ser usada como ferramenta para a criação de empregos, já que a instituição financeira evidenciou que a IA "poderá alcançar gradualmente o trabalho físico à medida que os custos das tecnologias de automação diminuírem". Na América Latina e no Caribe, por exemplo, um quarto dos trabalhadores da região trabalham em ocupações manuais rotineiras que podem ser alcançadas pelas inovações tecnológicas.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] Atualização Econômica da América Latina e do Caribe, outubro de 2026: Aproveitando a Transição da IA [acesso em 12 out 2026]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/508c62b4-7a31-4db4-86f6-0920ee97daca/content

Banco Mundial [homepage na internet] Atualização Econômica da Europa e Ásia Central, outubro de 2026: Fazendo a IA funcionar: Empregos, Empresas e Produtividade [acesso em 12 out 2026]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/afdd5c1d-b0a0-490f-84dc-9d1802c5dd0f/content

Banco Mundial [homepage na internet] Atualização Econômica do Sul da Ásia, outubro de 2026: Adotando IA para o Crescimento [acesso em 12 out 2026]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/1d31bcd8-7d44-489f-abc5-5b0af0446421/content

Banco Mundial [homepage na internet] Atualização Econômica do Leste Asiático e Pacífico, outubro de 2026: Surfando a Onda da IA [acesso em 12 out 2026]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/8ebed249-9e9e-4707-89e4-a53dc5d99227/content

Banco Mundial [homepage na internet] Atualização Econômica da África, outubro de 2026: Construindo a Prontidão para IA [acesso em 12 out 2026]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/c304bb7a-8ce3-401b-8a77-be3f0a57435d/content

Banco Mundial [homepage na internet] Atualização Econômica do Oriente Médio, Norte da África, Afeganistão e Paquistão, outubro de 2026: Da Divisão à Oportunidade: IA, Empregos e Crescimento [acesso em 12 out 2026]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/1d4449a1-109f-45d5-b9e1-b70c8c7d6bdc

Comércio mundial em 2026 orientado pela IA, Brasil em 53º no Global Innovation Index e serviços no combate à poluição plástica

El comercio mundial en 2026 estará impulsado por la IA, Brasil ocupa el puesto 53 en el Índice Global de Innovación y los servicios en la lucha contra la contaminación plástica

AI-Driven World Trade in 2026, Brazil's 53rd Place in the Global Innovation Index, and Services in the Fight against Plastic Pollution

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este informe sintetiza publicações de 2026 da OMC, da OMPI e da UNCTAD sobre comércio mundial, inovação e serviços destinados ao enfrentamento da poluição plástica. A OMC destaca a contribuição dos investimentos em inteligência artificial e da adaptação das cadeias de suprimentos para a resiliência comercial diante do conflito no Oriente Médio, com efeitos desiguais entre setores e regiões. O Global Innovation Index 2026 apresenta tendências de pesquisa e desenvolvimento, concentração do capital de risco e desigualdades tecnológicas, situando o Brasil na 53ª posição. Aborda também o empreendedorismo de deep science, ressaltando obstáculos ao financiamento, à industrialização e à comercialização, além das funções da propriedade intelectual. A UNCTAD identifica serviços essenciais à prevenção e mitigação da poluição plástica ao longo das cadeias produtivas, lacunas estatísticas, barreiras comerciais e insuficiências de financiamento. As publicações destacam necessidades de capacitação, coordenação institucional e acesso a tecnologias e serviços, especialmente nas economias em desenvolvimento.

Palavras-chave: Comércio internacional; Inteligência artificial; Cadeias de suprimentos; Índice Global de Inovação; Pesquisa e desenvolvimento; Empreendedorismo de deep science; Propriedade intelectual; Comércio de serviços; Poluição plástica; Brasil.

***Resumen**: Este informe sintetiza publicaciones de 2026 de la OMC, OMPI y UNCTAD sobre comercio mundial, innovación y servicios para combatir la contaminación por plásticos. La OMC destaca la contribución de inversiones en inteligencia artificial y la adaptación de las cadenas de suministro a la resiliencia comercial ante el conflicto en Oriente Medio, con efectos desiguales entre sectores y regiones. El Global Innovation Index 2026 presenta tendencias de investigación y desarrollo, concentración del capital riesgo y desigualdades tecnológicas, situando a Brasil en la posición 53. También aborda el emprendimiento de deep science, destacando obstáculos a la financiación, industrialización y comercialización, y las funciones de la propiedad intelectual. La UNCTAD identifica servicios esenciales para prevenir y mitigar la contaminación por plásticos en las cadenas productivas, lagunas estadísticas, barreras comerciales e insuficiencias de financiación. Las publicaciones destacan necesidades de capacitación, coordinación institucional y acceso a tecnologías y servicios, especialmente en economías en desarrollo.*

Palabras clave: *Comercio internacional; Inteligencia artificial; Cadenas de suministro; Índice Mundial de Innovación; Investigación y desarrollo; Emprendimiento de deep science; Propiedad intelectual; Comercio de servicios; Contaminación por plásticos; Brasil.*

Abstract: *This report summarises 2026 publications by the World Trade Organization (WTO), the World Intellectual Property Organization (WIPO) and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) on world trade, innovation and services aimed at addressing plastic pollution. The WTO highlights the contribution of artificial intelligence investment and supply chain adaptation to trade resilience amid the Middle East conflict, with uneven effects across sectors and regions. The Global Innovation Index 2026 presents research and development trends, venture capital concentration and technological inequalities, placing Brazil in 53rd position in the ranking. It also addresses deep science entrepreneurship, highlighting obstacles to financing, industrialisation and commercialisation, and outlining the functions of intellectual property. UNCTAD identifies services essential to preventing and mitigating plastic pollution throughout production chains, statistical gaps, trade barriers and funding shortfalls. The publications highlight the need for capacity building, institutional coordination and access to technologies and services, particularly in developing economies.*

Keywords: *International trade; Artificial intelligence; Supply chains; Global Innovation Index; Research and development; Deep science entrepreneurship; Intellectual property; Trade in services; Plastic pollution; Brazil.*

Expansão da inteligência artificial e adaptação das cadeias de suprimentos sustentam o comércio mundial em 2026, com resultados desiguais

O comércio mundial apresentou, no primeiro semestre de 2026, resiliência superior à esperada diante das perturbações provocadas pelo conflito no Oriente Médio, apoiada na adaptação das cadeias de suprimentos e no forte investimento em infraestrutura de inteligência artificial (IA). Entretanto, essa capacidade de resposta distribuiu-se desigualmente entre setores e regiões, levando a Organização Mundial do Comércio (OMC) a revisar para cima as projeções do comércio de mercadorias e para baixo as de serviços comerciais. Segundo a atualização do *Global Trade Outlook and Statistics*, divulgada em 8 de outubro, o volume do comércio mundial de mercadorias deverá crescer 3,9% em 2026, ante os 1,9% previstos em março, e avançar 4,1% em 2027. Para o comércio de serviços comerciais, a previsão de crescimento em volume foi reduzida de 4,8% para 3,3% em 2026, com recuperação de 6,4% em 2027. O crescimento do produto interno bruto mundial é estimado em 2,6% e 2,9%, respectivamente. A diretora-geral da OMC, Ngozi Okonjo-Iweala, atribuiu a resiliência à integração econômica e ao sistema comercial baseado em regras, que permitem ajustar fluxos e manter o abastecimento de produtos essenciais. Ressaltou, contudo, que os impactos dos choques e o acesso às oportunidades associadas à IA permanecem desiguais, tornando necessário preservar a capacidade desse sistema de absorver perturbações e reduzir disparidades. (OMC, 2026)

O volume do comércio de mercadorias cresceu 3,5% no primeiro semestre de 2026, apesar dos choques nos mercados de energia e fertilizantes e das dificuldades no transporte. A substituição de fornecedores e a reorganização das rotas comerciais limitaram a transmissão das perdas do Oriente Médio ao conjunto da economia mundial. Embora as exportações regionais de petróleo bruto tenham caído aproximadamente 24% e as de gás natural liquefeito, 47%, o aumento dos embarques de outros fornecedores restringiu a queda das exportações

mundiais desses produtos a cerca de 6% e 1%, respectivamente. Os mercados de fertilizantes também se ajustaram: as importações mundiais de fertilizantes nitrogenados ficaram apenas 2,8% abaixo das médias recentes, enquanto as de fertilizantes fosfatados foram 2,2% superiores, com a entrada de fornecedores alternativos. Paralelamente, o redirecionamento dos fluxos por portos e corredores alternativos contribuiu para sustentar a circulação de mercadorias, e a movimentação mundial de contêineres aumentou 3,9% no acumulado do ano até julho. Esses resultados fundamentam o argumento de que a flexibilidade das cadeias internacionais de suprimentos foi decisiva para atenuar os efeitos do conflito, embora não tenha eliminado os custos e as perdas decorrentes das interrupções. (OMC, 2026)

O investimento em inteligência artificial constituiu outro componente central desse desempenho, com uma demanda que mais do que compensou os efeitos negativos do conflito sobre o comércio de mercadorias. Os bens que viabilizam a IA, como semicondutores e servidores, responderam por 47% do crescimento do comércio mundial de mercadorias no primeiro semestre de 2026, e o comércio desses produtos aumentou 67% em relação ao mesmo período do ano anterior, acelerando a expansão já observada em 2024 e 2025. A expectativa é de que esse impulso permaneça relevante até 2027: os gastos mundiais com infraestrutura de IA deverão aumentar pelo menos 30% em 2026, enquanto as projeções de mercado apontam expansão adicional de 10% a 20% dos investimentos de capital em 2027. O relatório inclui um capítulo analítico dedicado às mudanças que esse movimento provoca nos padrões comerciais, na especialização regional e na distribuição geográfica da oferta e da demanda. As projeções regionais para 2026 evidenciam resultados heterogêneos: nas exportações de mercadorias, a Ásia deverá liderar o crescimento, com 9,9%, seguida pela América do Norte, com 5,7%, África, com 5,6%, e América do Sul, com 3,4%. Em contrapartida, são previstas retrações na Europa, de 0,1%, na Comunidade dos Estados Independentes (CEI), de 3,9%, e no Oriente Médio, de 17,2%. Nas importações, os maiores avanços deverão ocorrer na Ásia, com 9,5%, África, com 8,9%, e CEI, com 8,8%, enquanto América do Norte e Europa terão aumentos modestos, de 1,4% e 0,5%, e o Oriente Médio registrará queda de 15,4%. (OMC, 2026)

Nos serviços comerciais, os dados observados mostram desaceleração: o crescimento em valor, na comparação com os mesmos períodos de 2025, passou de 14% no primeiro trimestre de 2026 para 10% no segundo. O conflito afetou especialmente os transportes e as viagens internacionais, atividades fortemente vinculadas ao papel do Oriente Médio como centro de conexão mundial. A reorganização das rotas marítimas e a elevação acentuada dos fretes pressionaram os serviços de transporte, enquanto os gastos de viajantes no exterior cresceram apenas 5% no segundo trimestre, contra 15% no primeiro. Segundo os dados da Organização Mundial do Turismo reproduzidos no texto, as chegadas de turistas internacionais recuaram 0,8% no segundo trimestre, limitando o crescimento acumulado no primeiro semestre a 0,4%. Outros serviços comerciais, particularmente aqueles prestados digitalmente, demonstraram maior resiliência e ajudaram a compensar a fraqueza dos transportes e das viagens. As exportações de serviços de informática aumentaram 18% no primeiro trimestre e, segundo estimativas, 12% no segundo, enquanto as exportações de serviços financeiros cresceram 14% no segundo trimestre. O desempenho agregado dos serviços, portanto, reúne trajetórias distintas, com maior exposição das atividades dependentes da mobilidade física aos efeitos do conflito. (OMC, 2026)

As perspectivas para os serviços comerciais em 2026 continuam condicionadas aos custos mais elevados da energia, às perturbações nas rotas marítimas e aéreas e à redução da

demanda por viagens internacionais, fatores que deverão limitar o crescimento dos transportes e das viagens. Em contraste, os demais serviços comerciais, incluindo os prestados digitalmente, deverão continuar sustentando a expansão do setor. Regionalmente, a Europa deverá apresentar o maior crescimento das exportações de serviços, de 4,6%, seguida pela Ásia, com 4,0%, e pela África, com 3,1%. Para a América do Norte e a CEI, a previsão é de 1,7% em cada região, enquanto América do Sul, América Central e Caribe, considerados conjuntamente, deverão crescer 1,3%. No Oriente Médio, projeta-se retração de 10,3% em consequência do conflito. A Europa deverá responder por mais da metade do crescimento mundial das exportações de serviços em 2026, compensando parcialmente contribuições mais fracas de outras regiões. O quadro apresentado pela OMC combina, assim, capacidade de adaptação comercial, dinamismo tecnológico e persistência de assimetrias: a melhora das perspectivas para mercadorias não se traduz em benefícios uniformes, e a recuperação esperada para os serviços em 2027 sucede um ano de impactos relevantes sobre transportes e viagens. O texto também indica a disponibilidade do relatório integral, de estatísticas anuais, trimestrais e mensais no portal WTO Stats e de ferramentas interativas para aprofundar a análise do comércio mundial de bens e serviços. (OMC, 2026)

Global Innovation Index 2026

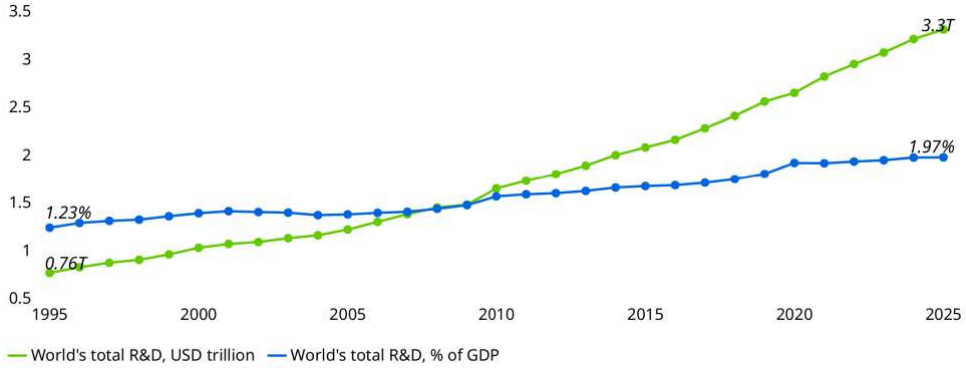
O *Global Innovation Index 2026: Powering entrepreneurs at the frontier of science*, 19ª edição do índice publicado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e lançado em setembro de 2026, classifica o desempenho inovador de 139 economias, mapeia os 100 principais *clusters* de inovação do mundo e acompanha, por meio do Global Innovation Tracker, as tendências globais de investimento, progresso tecnológico, adoção de tecnologias e impacto socioeconômico. O tema especial desta edição é o empreendedorismo de *deep science*, isto é, *startups* e *spin-offs* em campos como genômica, tecnologias em saúde, materiais avançados, ciência da energia, física quântica e biologia sintética, analisado a partir de uma base inédita, o Dealroom–WIPO Deep Science Startup Tracker, apresentada como o primeiro mapeamento global desse tipo de empresa. O índice atualizado mostra que o Brasil caiu no ranking global de inovação, da posição 52ª para 53ª (WIPO, 2026).

Pesquisa e desenvolvimento: recorde no setor corporativo e liderança chinesa no gasto total

O Tracker descreve 2025 como um ano em que quase todos os indicadores foram positivos, mas em que cerca de três quartos deles permaneceram abaixo de suas médias decenais. A publicação organiza a leitura do ano em torno de duas tendências em direções opostas, a concentração do investimento na fronteira, em torno da inteligência artificial (IA) e de um conjunto restrito de empresas e localidades; e a diversificação na base, com a difusão de capacidades de pesquisa, patenteamento e adoção tecnológica para economias de renda média além da China (WIPO, 2026).

A produção científica mundial atingiu o recorde de 2,4 milhões de artigos em 2025, alta de 6,9% sobre 2024, com a China respondendo por 37% do total após crescer 15% entre 2016 e 2025, a Índia por 6,6% e os Estados Unidos por 16%, estes com leve retração de 0,3%. O gasto global em P&D cresceu 4,7% em termos reais em 2024, e foi nesse ano que o dispêndio total chinês, de US$ 860 bilhões em paridade de poder de compra a preços constantes, ultrapassou o norte-americano, de US$ 850 bilhões. A intensidade global de P&D passou de 1,4% do PIB em 2000 para 1,97% em 2024, com projeção de 1,97% em 2025 e 1,98% em 2026, e o gasto total deve crescer 3,3% em 2025 e 3,6% em 2026, acima do PIB (WIPO, 2026).

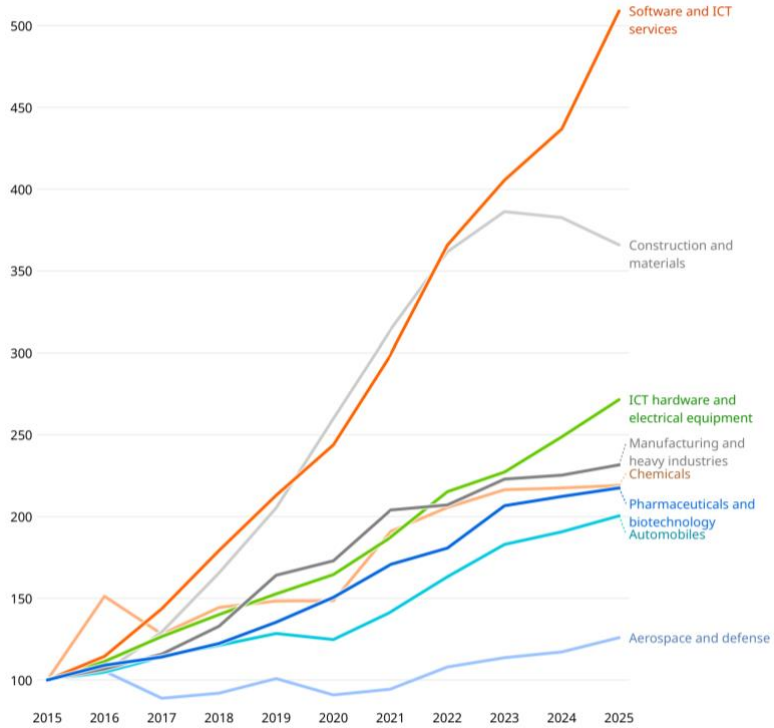
Figura 1: Gasto global em P&D em trilhões de dólares e como percentual do PIB, 1995–2025



Fonte: WIPO, 2026.

Entre as maiores empresas investidoras em P&D, o gasto atingiu o recorde de US$ 1,5 trilhão em 2025, crescimento de 7,9% em termos nominais e 5,8% em termos reais, e a intensidade de P&D sobre a receita chegou a 6%, ante 4,3% em 2015, a maior já registrada. O crescimento foi muito desigual entre setores: o gasto de software e serviços de TIC em 2025 era mais de cinco vezes o de 2015, o de *hardware* de TIC e equipamentos elétricos quase três vezes, enquanto farmacêutica e biotecnologia, automóveis, química e indústria pesada aproximadamente dobraram. A participação das dez maiores empresas no total subiu de cerca de 20% em 2015 para 27% em 2025, mas a OMPI observa que a concentração dentro dos setores, medida pelo índice Herfindahl-Hirschman, caiu em quase todos eles, com a exceção de software e serviços de TIC, que se tornou o setor mais concentrado, de modo que o peso crescente de poucos grandes investidores reflete sobretudo a expansão mais rápida de um único setor (WIPO, 2026).

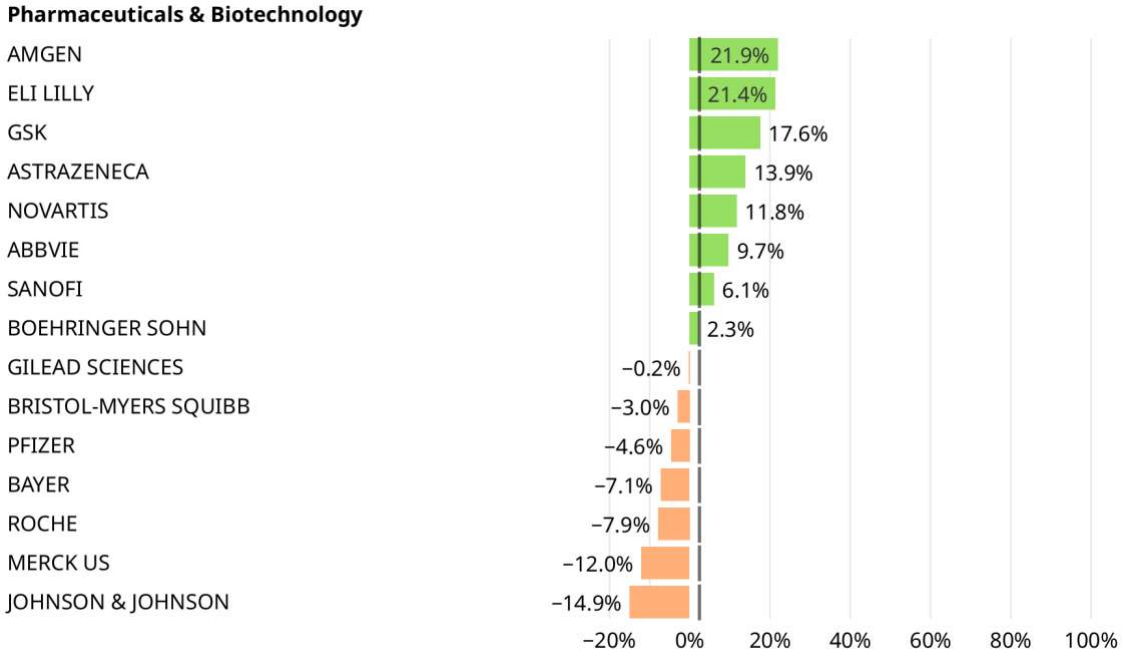
Figura 2: Tendências do investimento em P&D por setor, índice 2015 = 100, 2015–2025



Fonte: WIPO, 2026.

Em software e TIC, a Meta registrou o maior crescimento entre os grandes investidores, de 31,5%, seguida de Amazon, Tencent e Alphabet, todas acima de 20%, enquanto em *hardware* de TIC foi a demanda por chips de IA que impulsionou o gasto em P&D, com alta de cerca de 43% na NVIDIA e entre 18% e 25% em AMD, Taiwan Semiconductor e Broadcom. Na indústria farmacêutica e de biotecnologia, a divisão é nítida: Amgen e Eli Lilly elevaram seu gasto em P&D em cerca de 21%, impulsionadas por portfólios em obesidade e doenças metabólicas, ao passo que Pfizer, Roche e Merck reduziram seus dispêndios diante da expiração de patentes, e Johnson & Johnson registrou a maior queda do grupo, de 14,9%. A publicação registra ainda a ascensão da biotecnologia chinesa: a BeiGene passou de US$ 49 milhões em P&D em 2015 para mais de US$ 2,1 bilhões em 2025, e CSPC Pharmaceutical e Sino Biopharmaceutical chegaram a cerca de US$ 830 milhões cada, ainda fora das 15 maiores do setor, mas construindo capacidade para além dos líderes tradicionais (WIPO, 2026).

Figura 3: Crescimento do gasto em P&D das maiores empresas dos setores farmacêuticos e biotecnológicos, 2024–2025



Fonte: WIPO, 2026.

Capital de risco e patentes internacionais: a IA como motor e fonte de concentração

O valor dos negócios de capital de risco subiu 27,9% em 2025, para US$ 510 bilhões, o maior ganho desde o pico de 2021, enquanto o número de negócios caiu 1,4%, para cerca de 43.500, quarto recuo anual consecutivo desde quase 59.000 em 2021. A IA respondia por cerca de 27% do valor global do capital de risco por volta do lançamento do ChatGPT, no final de 2022, por 53% em 2025 e por 77% no primeiro semestre de 2026, ao passo que sua participação no número de negócios passou apenas de 24% para 34%; OpenAI (US$ 122 bilhões), Anthropic (US$ 95 bilhões) e xAI (US$ 20 bilhões) concentraram, juntas, perto de 43% do valor total. No primeiro semestre de 2026, o valor dos negócios já alcançava US$ 560 bilhões, superando todo o ano de 2025, com cerca de 22.000 operações, ritmo semelhante ao do ano anterior (WIPO, 2026).

A concentração é também geográfica. A América do Norte recebeu cerca de US$ 213 bilhões dos US$ 270 bilhões investidos em IA via capital de risco em 2025, contra US$ 30 bilhões da Europa e US$ 21 bilhões da Ásia, e no primeiro semestre de 2026 sua fatia chegou a 86% do

valor global de capital de risco em IA. A OMPI conclui que a onda de IA, até aqui, aprofundou em vez de difundir a concentração do capital de risco, e que seu efeito econômico duradouro deve vir de uma segunda onda, mais lenta, de investimentos em dados, competências e reorganização de processos, e não da expansão física da infraestrutura em si (WIPO, 2026).

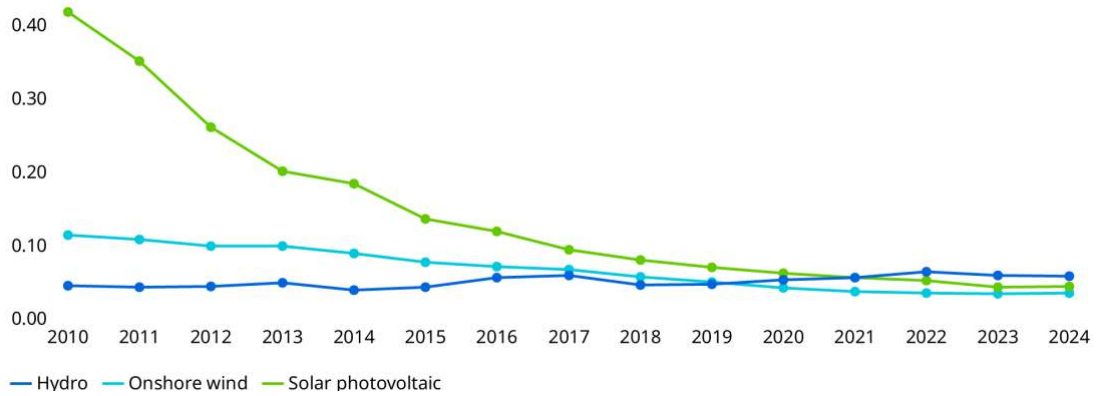
Os pedidos internacionais de patente pelo Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) somaram 275.900 em 2025, alta de 0,7%, segundo ano consecutivo de crescimento após a contração de 2023, mas bem abaixo da taxa anualizada de longo prazo de 2,4%, que a publicação associa a um enfraquecimento estrutural em meio à incerteza e à mudança de prioridades de P&D. A China manteve-se como maior depositante, com 73.718 pedidos (alta de 5,4%), seguida dos Estados Unidos, com 52.617, em seu terceiro ano consecutivo de queda, e da República da Coreia, com 25.016; comunicação digital e semicondutores estiveram entre os campos de crescimento mais rápido (WIPO, 2026).

Progresso tecnológico: ganhos de eficiência e custos em desaceleração

A capacidade de supercomputação continuou a se expandir em 2025, com quatro sistemas operacionais na escala do exaflop ao final do ano e um quinto, o chinês LineShine, em meados de 2026. A eficiência energética média dos 50 sistemas mais eficientes chegou a cerca de 59 Gflops por watt, ante cerca de 3 em 2015, mas o consumo total continuou a subir: a eletricidade anual usada pelos 100 maiores supercomputadores equivalia ao consumo de 26.209 pessoas à média mundial em 2015, de 66.881 em 2024 e de 59.749 em 2025, padrão que a publicação associa ao paradoxo de Jevons, em que a melhora do desempenho por watt não impede a alta do consumo agregado (WIPO, 2026).

O custo médio de geração da energia solar fotovoltaica caiu quase 90% desde 2010, e o da eólica mais de 65%, mas em 2024 esses custos subiram 0,6% e 2,7%, respectivamente, o primeiro aumento desde 2014, atribuído em parte a custos mais altos de financiamento, cadeias de suprimento e conexão à rede, e que pode sinalizar reduções mais graduais à medida que as tecnologias amadurecem. As baterias de íon-lítio, por sua vez, atingiram o preço mínimo recorde de US$ 108 por kWh em 2025, queda de 8,5% sobre 2024 e de 87% desde os US$ 827 de 2013, com a China registrando o menor preço médio, de US$ 84 por kWh. A lei de Moore também perdeu fôlego: os microprocessadores comerciais mais avançados de 2025 traziam entre 92 e 100 bilhões de transistores, aumento de 5,3% sobre a fronteira de 2023, ante incrementos anuais superiores a 60% entre 2020 e 2023 (WIPO, 2026).

Figura 4: Custo nivelado da eletricidade para tecnologias selecionadas, em US$ de 2024 por kWh, 2010–2024



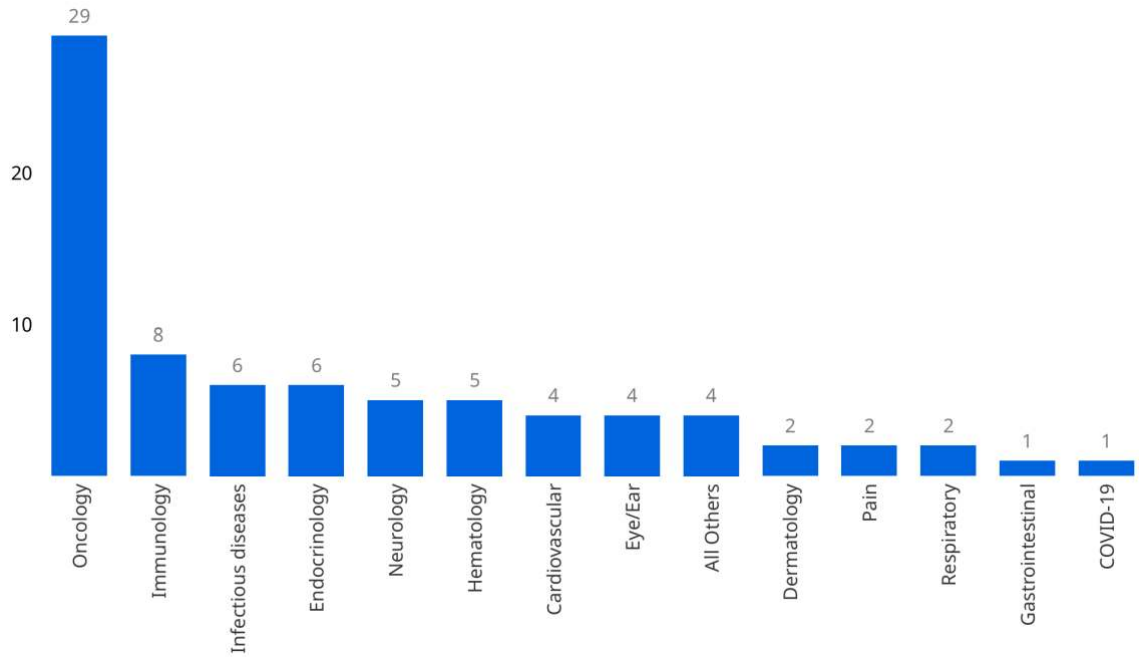
Fonte: WIPO, 2026.

Saúde: sequenciamento genômico, novos medicamentos, radioterapia e vida saudável

Entre 2023 e 2025, o custo de sequenciar um genoma humano caiu a uma taxa anualizada de 12,1%, de US$ 577 para cerca de US$ 446, em linha com a taxa decenal de 13%, depois de partir de cerca de US$ 100 milhões em 2001, ritmo muito superior ao da lei de Moore. Alguns provedores relatam custos entre US$ 200 e US$ 80 por genoma, e a China tornou-se importante fonte de pressão sobre os preços, com plataformas lideradas pela MGI Tech informando custos de US$ 100 em escala industrial. A redução, contudo, desacelerou com o amadurecimento da tecnologia, e a inovação se desloca para a eficiência em outras etapas do processo, como *software*, processamento de dados e automação laboratorial, enquanto orçamentos de pesquisa mais apertados em muitos países podem ter atenuado a competição por preços (WIPO, 2026).

Foram lançadas globalmente 79 novas substâncias ativas em 2025, 4% a mais que em 2024, estabilizando-se após a queda em relação ao recorde de 93 em 2021; desde 2015, os lançamentos cresceram 6,5% ao ano, e as moléculas *first-in-class* responderam por 38% do total. A oncologia voltou a liderar, com 29 lançamentos e o maior número de medicamentos *first-in-class*, seguida de imunologia (8), doenças infecciosas e endocrinologia (6 cada), com os lançamentos concentrados em poucas áreas terapêuticas (WIPO, 2026).

Figura 5: Lançamentos globais de novas substâncias ativas por área terapêutica, 2025



Fonte: WIPO, 2026.

A disponibilidade de aceleradores lineares (LINACs) para radioterapia oncológica cresceu 2% por habitante em 2025, acima da média decenal de 1,4%, e o estoque global ultrapassou 15.700 unidades, 42% a mais que em 2012; como a incidência de câncer cresceu mais rápido, porém, o número de LINACs por milhão de casos caiu de cerca de 787 em 2012 para 729 em 2024. Em 2025, 28 de 100 países atendiam aos requisitos mínimos de radioterapia definidos pela Agência Internacional de Energia Atômica, proporção que era de 27% entre as economias de renda média alta, de 7% entre as de renda média baixa e nula entre as de baixa

renda, e a OMPI ressalta que ampliar o acesso depende tanto de força de trabalho, infraestrutura e capacidade dos sistemas de saúde quanto de equipamentos (WIPO, 2026).

A expectativa de vida ao nascer chegou a cerca de 73,5 anos em 2024, mais de 20 anos acima da de 1960, mas a diferença entre expectativa de vida e expectativa de vida saudável permaneceu praticamente estagnada, indicando progresso limitado na parcela da vida vivida com saúde. Em 2021, uma pessoa de 60 anos podia esperar cerca de 20 anos adicionais de vida saudável no Japão e em Singapura, 15,7 anos nos Estados Unidos e menos de nove em algumas economias de baixa renda (WIPO, 2026).

Adoção de tecnologias e impactos socioeconômicos

A adoção tecnológica ampliou-se em todos os indicadores em 2025, sempre abaixo das tendências de longo prazo. As redes 5G cobriam 55,1% da população mundial, cerca de 4,5 bilhões de pessoas, mas com cobertura de 84% nas economias de alta renda, 66% nas de renda média alta, 46% nas de renda média baixa e 4% nas de baixa renda, onde cerca de 15% da população ainda não tem cobertura móvel ou depende do 2G.

O estoque global de robôs industriais chegou a quase 4,7 milhões de unidades em 2024, 43% dos quais na China, e a frota de veículos elétricos atingiu 75 milhões em 2025, com crescimento de 82% no Brasil entre 2024 e 2025, ainda que os elétricos representem apenas cerca de 1% da frota brasileira de automóveis de passeio (WIPO, 2026).

A produtividade do trabalho cresceu 2,7% em 2025, acima da média decenal de 2,2%, e os ganhos sustentados mais fortes da década concentraram-se em um grupo diverso de economias asiáticas e africanas, liderado por China (6,4% ao ano), Vietnã e Tajiquistão, o que a OMPI interpreta como sinal de convergência e não de revitalização da fronteira.

A parcela da população mundial abaixo da linha de US$ 3 por dia caiu para 10,2% (cerca de 837 milhões de pessoas), enquanto 2025 foi o segundo ano mais quente já registrado, 1,19 °C acima da média de 1951–1980, e as emissões globais de CO_2 cresceram 0,4%, abaixo do PIB.

Para a publicação, a contribuição da IA para a produtividade agregada ainda não é visível, e uma revisão para baixo dos retornos esperados da IA, cujo investimento em infraestrutura pelos maiores *hyperscalers* deve superar US$ 1 trilhão em 2025 e 2026 e é crescentemente financiado por dívida e crédito privado, poderia apertar as condições de financiamento muito além do setor (WIPO, 2026).

O ranking de 2026: estabilidade na fronteira e o teto das economias de renda média

Suíça (1ª pela 16ª vez consecutiva), Suécia e Estados Unidos permanecem como as três economias mais inovadoras, seguidas de República da Coreia e Singapura, e nenhuma economia nova entra entre as 15 primeiras. A Europa ocupa 14 das 25 primeiras posições, a Ásia cinco, e a China, 10ª colocada, segue como a única economia de renda média entre os líderes, enquanto Emirados Árabes Unidos entram no grupo das 25 primeiras e Canadá, Austrália e Nova Zelândia recuperam posições. Os rankings de 2026 refletem majoritariamente dados de 2024 a 2026, que representam mais de 80% das observações (WIPO, 2026).

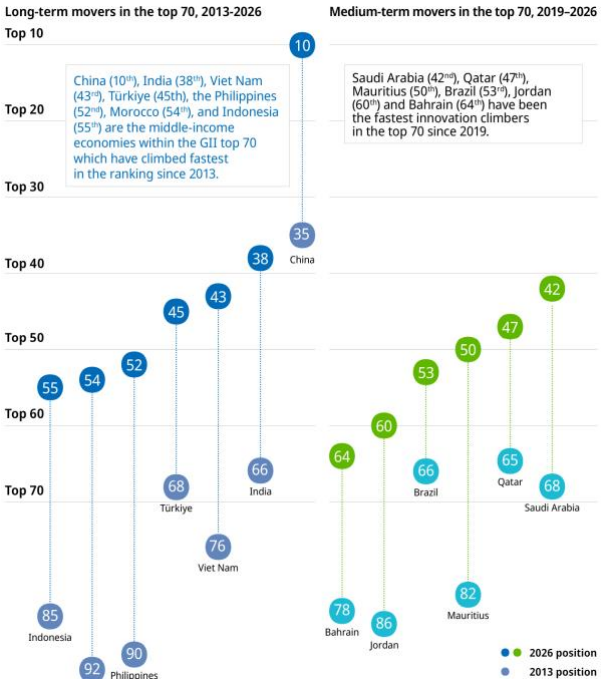
Figura 6: Ranking do Global Innovation Index 2026

GII rank	Economy	Score	Income group rank	Region rank	GII rank	Economy	Score	Income group rank	Region rank
1	Switzerland	66.7	1	1	71	Tunisia	29.3	6	14
2	Sweden	63.2	2	2	72	Mongolia	29.1	16	13
3	United States	62.3	3	1	73	Kazakhstan	29.1	17	2
4	Republic of Korea	61.4	4	1	74	Bhutan	28.9	7	3
5	Singapore	61.0	5	2	75	Argentina	28.8	18	6
6	United Kingdom	59.6	6	3	76	Montenegro	28.8	19	36
7	Netherlands (Kingdom of the)	58.4	7	4	77	Uzbekistan	28.7	8	4
8	Finland	57.9	8	5	78	Colombia	28.6	20	7
9	Denmark	57.7	9	6	79	Albania	28.3	21	37
10	China	57.0	1	3	80	Peru	27.9	22	8
11	Germany	56.8	10	7	81	Iran (Islamic Republic of)	27.6	23	5
12	Japan	54.1	11	4	82	Botswana	27.1	24	3
13	France	54.0	12	8	83	Egypt	26.1	9	15
14	Hong Kong, China	53.2	13	5	84	Bosnia and Herzegovina	26.1	25	38
15	Israel	52.2	14	1	85	Azerbaijan	25.8	26	16
16	Canada	51.1	15	2	86	Lebanon	25.6	10	17
17	Estonia	50.4	16	9	87	Jamaica	24.9	27	9
18	Austria	50.2	17	10	88	Belarus	24.5	28	39
19	Ireland	50.1	18	11	89	Panama	24.4	51	10
20	Australia	49.6	19	6	90	Senegal	24.4	11	4
21	Norway	48.5	20	12	91	Barbados	24.2	52	11
22	Belgium	48.5	21	13	92	Kyrgyzstan	24.1	12	6
23	Luxembourg	46.6	22	14	93	Cambodia	23.8	13	14
24	New Zealand	46.4	23	7	94	Sri Lanka	23.7	14	7
25	United Arab Emirates	46.4	24	2	95	Pakistan	23.7	15	8
26	Iceland	46.3	25	15	96	Rwanda	23.3	1	5
27	Italy	46.2	26	16	97	Kenya	23.0	16	6
28	Spain	45.4	27	17	98	Brunei Darussalam	23.0	53	15
29	Cyprus	45.3	28	3	99	Dominican Republic	22.9	29	12
30	Portugal	44.5	29	18	100	El Salvador	22.8	30	13
31	Malta	43.8	30	19	101	Ghana	22.6	17	7
32	Lithuania	43.2	31	20	102	Namibia	22.5	18	8
33	Czech Republic	42.8	32	21	103	Cabo Verde	22.4	31	9
34	Malaysia	41.8	2	8	104	Nepal	22.3	19	9
35	Slovenia	41.1	33	22	105	Bangladesh	21.5	20	10
36	Hungary	40.7	34	23	106	Ecuador	21.3	32	14
37	Bulgaria	40.3	35	24	107	Trinidad and Tobago	21.2	54	15
38	India	40.1	1	1	108	Lao People's Democratic Republic	21.2	21	16
39	Poland	39.5	36	25	109	Paraguay	21.1	33	16
40	Latvia	38.3	37	26	110	Côte d'Ivoire	20.8	22	10
41	Greece	38.2	38	27	111	Algeria	20.5	34	18
42	Saudi Arabia	37.9	39	4	112	Tajikistan	20.3	23	11
43	Viet Nam	37.7	2	9	113	Madagascar	20.2	2	11
44	Thailand	37.6	3	10	114	Bolivia (Plurinational State of)	19.7	24	17
45	Türkiye	37.5	4	5	115	Zambia	19.5	25	12
46	Croatia	36.9	40	28	116	Honduras	19.2	26	18
47	Qatar	36.6	41	6	117	Benin	19.1	27	13
48	Slovakia	36.5	42	29	118	Nigeria	19.1	28	14
49	Romania	35.3	43	30	119	United Republic of Tanzania	19.0	29	15
50	Mauritius	34.1	5	1	120	Guatemala	19.0	35	19
51	Chile	33.8	44	1	121	Cameroon	18.9	30	16
52	Philippines	33.8	3	11	122	Togo	18.7	3	17
53	Brazil	33.5	6	2	123	Uganda	18.4	4	18

Fonte: WIPO, 2026.

China, Índia (38ª), Vietnã (43º), Turquia (45ª), Filipinas (52ª), Marrocos (54º) e Indonésia (55ª) são as economias de renda média que mais avançaram no ranking desde 2013, e em vários desses casos os resultados de inovação já superam o que os insumos sugeririam: a China ocupa a 5ª posição em resultados e a 22ª em insumos, a Índia a 25ª e a 49ª, o Vietnã a 35ª e a 54ª A OMPI identifica, contudo, um "teto de vidro" para essas economias: a comparação com as medianas dos grupos de renda mostra convergência mais fácil em produção e exportações, financiamento a *startups* e uso de propriedade intelectual, e mais difícil na base de conhecimento e em P&D, onde a capacidade de pesquisa se constrói lentamente, de modo que apenas a China alcança níveis de alta renda em 21 dos 25 indicadores comparados. Desde 2019, uma nova leva de economias acelerou sua escalada, formada por Arábia Saudita (42ª), Catar (47º), Maurício (50º), Brasil (53º), Jordânia (60ª) e Bahrein (64º), e a questão que a publicação coloca para esse grupo é se conseguirá evitar um platô semelhante, convertendo ganhos recentes em investimento, infraestrutura digital, serviços e produção científica em desempenho inovador mais amplo e sustentado (WIPO, 2026).

Figura 7: Economias que sobem na escada global da inovação desde 2013 e desde 2019



Fonte: WIPO, 2026.

O GII 2026 identifica 21 economias com desempenho acima do esperado para seu nível de desenvolvimento, quatro a mais que em 2025, das quais dez são de renda média baixa e sete estão na África Subsaariana; Índia e Vietnã mantêm essa condição há 16 anos consecutivos. No sentido oposto, 39 economias têm desempenho abaixo do esperado, e a América Latina e o Caribe respondem pelo maior contingente, com 14. Na relação entre insumos e resultados, a China é o caso mais destacado de alta conversão, enquanto Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Catar combinam fortes condições institucionais, de infraestrutura e de investimento com resultados ainda aquém, situando-se no quadrante de altos insumos e baixos resultados (WIPO, 2026).

Figura 8: Mapa de calor: rankings do GII 2026 no total e por pilar de inovação

Economy	Overall GII	Insti-tutions	Human capital and research	Infra-structure	Market sophisti-cation	Business sophisti-cation	Knowledge and technology outputs	Creative outputs
Slovakia	48	73	57	35	59	56	30	54
Romania	49	82	59	37	64	61	42	53
Mauritius	50	34	76	79	38	90	99	30
Chile	51	47	40	50	40	52	75	66
Philippines	52	58	100	64	84	49	37	55
Brazil	53	106	47	56	76	42	51	51
Morocco	54	70	85	81	82	97	58	38
Indonesia	55	49	91	67	52	75	66	57
Serbia	56	76	48	45	74	85	36	82
Georgia	57	37	62	72	57	72	70	70
Russian Federation	58	127	32	69	73	44	57	56
Armenia	59	78	99	70	80	80	60	45
Jordan	60	56	80	76	66	57	64	68
North Macedonia	61	83	72	49	71	69	43	79
Kuwait	62	63	58	53	67	94	80	65
South Africa	63	97	90	66	42	45	74	59
Bahrain	64	31	77	26	79	107	63	99
Mexico	65	112	69	74	75	67	65	52
Uruguay	66	29	78	44	94	101	77	80

Fonte: WIPO, 2026.

Esta edição introduz um indicador de investimento estrangeiro direto *greenfield* em P&D e alta tecnologia, baseado em projetos anunciados: cerca de 6.000 projetos desse tipo foram anunciados em 2025, aproximadamente um em cada três projetos *greenfield* no mundo, e os dez principais destinos atraíram 58% deles, com Estados Unidos, Índia e Emirados Árabes Unidos à frente. Entre os 14 "ímãs de investimento", economias acima da média mundial em entradas mas não em saídas, dez são de renda média, entre elas Brasil, Colômbia e México; o México é o ímã mais forte, com 188 projetos recebidos e seis anunciados no exterior, enquanto Brasil (111 contra 36) e Turquia (88 contra 32) anunciam cerca de um projeto no exterior para cada três que recebem, o que os deixa, entre os ímãs, mais próximos da condição de polo global de investimento. No ranking de *clusters*, Shenzhen-Hong Kong-Guangzhou lidera pelo segundo ano, seguido de Tóquio-Yokohama e San Jose-San Francisco; China (25) e Estados Unidos (20) concentram quase metade dos 100 principais *clusters*, e São Paulo (49º), Cairo, Teerã, Kuala Lumpur, Cidade do México e Istambul são os *clusters* de economias de renda média, além dos chineses e indianos (WIPO, 2026).

O Brasil no GII 2026

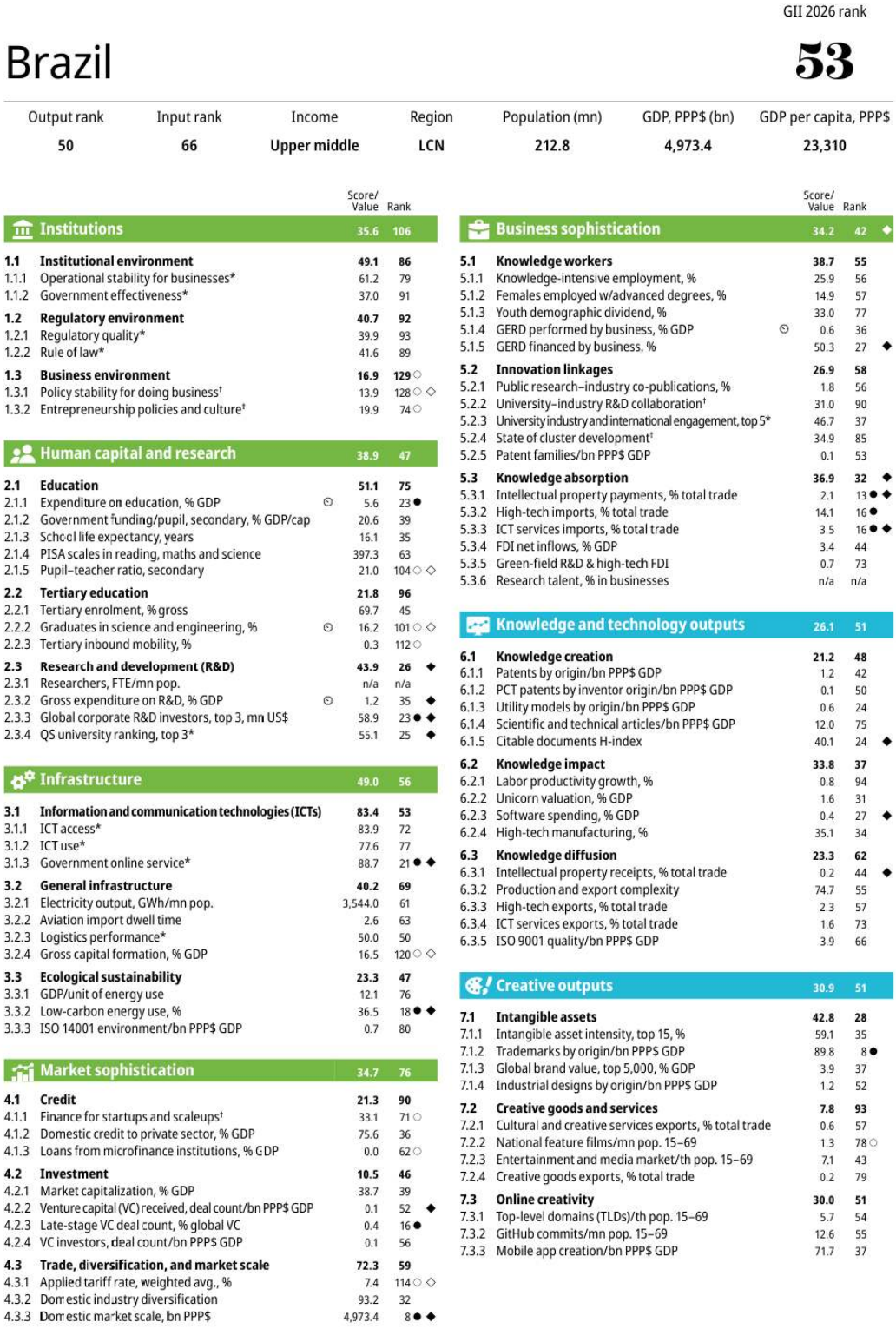
O Brasil ocupa a 53ª posição (era a 52ª no ranking de 2024), com 33,5 pontos, o que o coloca em 6º lugar entre as economias de renda média alta e em 2º na América Latina e no Caribe, atrás do Chile (51º, 33,8 pontos) e à frente de México (65º), Uruguai (66º) e Costa Rica (70ª). O país está na 50ª posição em resultados de inovação e na 66ª em insumos, e figura entre as economias que mais avançaram desde 2019, quando ocupava a 66ª posição. É também a única economia latino-americana e caribenha com desempenho acima do esperado para seu nível de desenvolvimento, condição que mantém pelo sexto ano consecutivo (2021–2026), e a única da região com gasto em P&D acima de 1% do PIB (WIPO, 2026).

A OMPI atribui a posição brasileira à combinação de um mercado doméstico de grande escala (8º) com forças em ciência, empreendedorismo e ativos intangíveis superiores às de outras economias da região, como a atividade de marcas (8ª), os pagamentos por propriedade intelectual (13º), o capital de risco em estágio avançado (16º), os investidores corporativos em P&D (23º) e os modelos de utilidade (24º). Na ficha do país, o gasto bruto em P&D equivale a 1,2% do PIB (35º), metade dele financiada pelas empresas (50,3%, 27º), e o subpilar de P&D ocupa a 26ª posição, apoiado na classificação das três melhores universidades no ranking QS (25ª) e no índice H de documentos citáveis (24º); destacam-se ainda os serviços públicos *online* (21º), as importações de alta tecnologia (16º) e o uso de energia de baixo carbono (18º). Entre os pilares, o melhor desempenho está em sofisticação empresarial (42º) e capital humano e pesquisa (47º), seguidos de conhecimento e tecnologia e de criatividade (51º cada), infraestrutura (56º) e sofisticação de mercado (76º) (WIPO, 2026).

O pilar de instituições (106º) é o principal contraponto, puxado pelo ambiente de negócios (129º) e pela estabilidade das políticas para fazer negócios (128ª), e a ficha registra outras fragilidades em graduados em ciências e engenharia (16,2%, 101º), formação bruta de capital (16,5% do PIB, 120º), crescimento da produtividade do trabalho (94º), tarifa aplicada média (114º), relação aluno-professor no ensino secundário (104º) e mobilidade internacional de estudantes de nível superior (112º). No campo da produção de conhecimento, o país está na 42ª posição em patentes por origem e na 50ª em patentes PCT por origem do inventor, ambas em relação ao PIB, na 75ª em artigos científicos e técnicos por PIB e na 90ª em colaboração universidade-empresa em P&D, enquanto o gasto em P&D executado por empresas, de 0,6% do PIB, ocupa a 36ª posição. Para a OMPI, o desafio brasileiro continua a ser converter essas forças

em ganhos mais amplos de produtividade, fortalecer a P&D executada pelo setor privado e melhorar o ambiente de negócios e a oferta de capital humano para a inovação, sobretudo fora de São Paulo e dos demais grandes polos (WIPO, 2026).

Figura 9: Ficha do Brasil no GII 2026



GII 2026 rank

Brazil

53

Output rank	Input rank	Income	Region	Population (mn)	GDP, PPP$ (bn)	GDP per capita, PPP$
50	66	Upper middle	LCN	212.8	4,973.4	23,310

		Score/ Value	Rank
Institutions		**35.6**	**106**
1.1	**Institutional environment**	**49.1**	**86**
1.1.1	Operational stability for businesses*	61.2	79
1.1.2	Government effectiveness*	37.0	91
1.2	**Regulatory environment**	**40.7**	**92**
1.2.1	Regulatory quality*	39.9	93
1.2.2	Rule of law*	41.6	89
1.3	**Business environment**	**16.9**	**129** ○
1.3.1	Policy stability for doing business†	13.9	128 ○ ◇
1.3.2	Entrepreneurship policies and culture†	19.9	74 ○
Human capital and research		**38.9**	**47**
2.1	**Education**	**51.1**	**75**
2.1.1	Expenditure on education, % GDP ⏲	5.6	23 ●
2.1.2	Government funding/pupil, secondary, % GDP/cap	20.6	39
2.1.3	School life expectancy, years	16.1	35
2.1.4	PISA scales in reading, maths and science	397.3	63
2.1.5	Pupil–teacher ratio, secondary	21.0	104 ○ ◇
2.2	**Tertiary education**	**21.8**	**96**
2.2.1	Tertiary enrolment, % gross	69.7	45
2.2.2	Graduates in science and engineering, % ⏲	16.2	101 ○ ◇
2.2.3	Tertiary inbound mobility, %	0.3	112 ○
2.3	**Research and development (R&D)**	**43.9**	**26** ◆
2.3.1	Researchers, FTE/mn pop.	n/a	n/a
2.3.2	Gross expenditure on R&D, % GDP ⏲	1.2	35 ◆
2.3.3	Global corporate R&D investors, top 3, mn US$	58.9	23 ● ◆
2.3.4	QS university ranking, top 3*	55.1	25 ◆
Infrastructure		**49.0**	**56**
3.1	**Information and communication technologies (ICTs)**	**83.4**	**53**
3.1.1	ICT access*	83.9	72
3.1.2	ICT use*	77.6	77
3.1.3	Government online service*	88.7	21 ● ◆
3.2	**General infrastructure**	**40.2**	**69**
3.2.1	Electricity output, GWh/mn pop.	3,544.0	61
3.2.2	Aviation import dwell time	2.6	63
3.2.3	Logistics performance*	50.0	50
3.2.4	Gross capital formation, % GDP	16.5	120 ○ ◇
3.3	**Ecological sustainability**	**23.3**	**47**
3.3.1	GDP/unit of energy use	12.1	76
3.3.2	Low-carbon energy use, %	36.5	18 ● ◆
3.3.3	ISO 14001 environment/bn PPP$ GDP	0.7	80
Market sophistication		**34.7**	**76**
4.1	**Credit**	**21.3**	**90**
4.1.1	Finance for startups and scaleups†	33.1	71 ○
4.1.2	Domestic credit to private sector, % GDP	75.6	36
4.1.3	Loans from microfinance institutions, % GDP	0.0	62 ○
4.2	**Investment**	**10.5**	**46**
4.2.1	Market capitalization, % GDP	38.7	39
4.2.2	Venture capital (VC) received, deal count/bn PPP$ GDP	0.1	52 ◆
4.2.3	Late-stage VC deal count, % global VC	0.4	16 ●
4.2.4	VC investors, deal count/bn PPP$ GDP	0.1	56
4.3	**Trade, diversification, and market scale**	**72.3**	**59**
4.3.1	Applied tariff rate, weighted avg., %	7.4	114 ○ ◇
4.3.2	Domestic industry diversification	93.2	32
4.3.3	Domestic market scale, bn PPP$	4,973.4	8 ● ◆

		Score/ Value	Rank
Business sophistication		**34.2**	**42** ◆
5.1	**Knowledge workers**	**38.7**	**55**
5.1.1	Knowledge-intensive employment, %	25.9	56
5.1.2	Females employed w/advanced degrees, %	14.9	57
5.1.3	Youth demographic dividend, %	33.0	77
5.1.4	GERD performed by business, % GDP ⏲	0.6	36
5.1.5	GERD financed by business, %	50.3	27 ◆
5.2	**Innovation linkages**	**26.9**	**58**
5.2.1	Public research–industry co-publications, %	1.8	56
5.2.2	University–industry R&D collaboration†	31.0	90
5.2.3	University industry and international engagement, top 5*	46.7	37
5.2.4	State of cluster development†	34.9	85
5.2.5	Patent families/bn PPP$ GDP	0.1	53
5.3	**Knowledge absorption**	**36.9**	**32** ◆
5.3.1	Intellectual property payments, % total trade	2.1	13 ● ◆
5.3.2	High-tech imports, % total trade	14.1	16 ●
5.3.3	ICT services imports, % total trade	3.5	16 ● ◆
5.3.4	FDI net inflows, % GDP	3.4	44
5.3.5	Green-field R&D & high-tech FDI	0.7	73
5.3.6	Research talent, % in businesses	n/a	n/a
Knowledge and technology outputs		**26.1**	**51**
6.1	**Knowledge creation**	**21.2**	**48**
6.1.1	Patents by origin/bn PPP$ GDP	1.2	42
6.1.2	PCT patents by inventor origin/bn PPP$ GDP	0.1	50
6.1.3	Utility models by origin/bn PPP$ GDP	0.6	24
6.1.4	Scientific and technical articles/bn PPP$ GDP	12.0	75
6.1.5	Citable documents H-index	40.1	24 ◆
6.2	**Knowledge impact**	**33.8**	**37**
6.2.1	Labor productivity growth, %	0.8	94
6.2.2	Unicorn valuation, % GDP	1.6	31
6.2.3	Software spending, % GDP	0.4	27 ◆
6.2.4	High-tech manufacturing, %	35.1	34
6.3	**Knowledge diffusion**	**23.3**	**62**
6.3.1	Intellectual property receipts, % total trade	0.2	44 ◆
6.3.2	Production and export complexity	74.7	55
6.3.3	High-tech exports, % total trade	2.3	57
6.3.4	ICT services exports, % total trade	1.6	73
6.3.5	ISO 9001 quality/bn PPP$ GDP	3.9	66
Creative outputs		**30.9**	**51**
7.1	**Intangible assets**	**42.8**	**28**
7.1.1	Intangible asset intensity, top 15, %	59.1	35
7.1.2	Trademarks by origin/bn PPP$ GDP	89.8	8 ●
7.1.3	Global brand value, top 5,000, % GDP	3.9	37
7.1.4	Industrial designs by origin/bn PPP$ GDP	1.2	52
7.2	**Creative goods and services**	**7.8**	**93**
7.2.1	Cultural and creative services exports, % total trade	0.6	57
7.2.2	National feature films/mn pop. 15–69	1.3	78 ○
7.2.3	Entertainment and media market/th pop. 15–69	7.1	43
7.2.4	Creative goods exports, % total trade	0.2	79
7.3	**Online creativity**	**30.0**	**51**
7.3.1	Top-level domains (TLDs)/th pop. 15–69	5.7	54
7.3.2	GitHub commits/mn pop. 15–69	12.6	55
7.3.3	Mobile app creation/bn PPP$ GDP	71.7	37

Fonte: WIPO, 2026.

São Paulo mantém a 49ª posição entre os 100 principais *clusters* de inovação, com 675 pedidos PCT, 23.754 publicações científicas e 1.595 negócios de capital de risco no período de referência, tendo a Braskem como principal depositante de patentes e a Universidade de São Paulo como principal instituição publicadora; a publicação o descreve como o principal polo de pesquisa, tecnologia e *startups* da América Latina. Ao mesmo tempo, São Paulo está entre os 15 *clusters* com maior distância entre a posição global, determinada pela escala, e a posição por intensidade de inovação per capita, padrão que a OMPI observa também nos maiores polos da China e da Índia. Em escala regional, o diagnóstico é de ativos concentrados em poucas economias e de pesquisa, empreendedorismo e acesso a mercados ainda insuficientemente conectados para formar um motor regional, a ponto de a Ásia Central e Meridional consolidar sua vantagem sobre a América Latina e o Caribe com base em resultados de inovação mais fortes (WIPO, 2026).

Deep science: escala, composição setorial e o recuo relativo das ciências da vida

O tema especial define o empreendedorismo de *deep science* como *startups* e *spin-offs* em domínios que exigem pesquisa prolongada, infraestrutura especializada e validação rigorosa, conceito mais estreito que o de *deep tech* usado pelos investidores, por excluir *software*, comércio eletrônico, *fintechs* e outros serviços nativos digitais. Essas empresas distinguem-se das de *software* por ciclos de desenvolvimento de 5 a 15 anos até a primeira receita, alta intensidade de capital (laboratórios, salas limpas, plantas-piloto), equipes interdisciplinares que combinam ciência, regulação e manufatura, e dependência de uma arquitetura clara de propriedade intelectual, razão pela qual a OMPI considera que fundos de *seed*, competições e aceleradoras desenhados para empreendimentos digitais lhes servem mal (WIPO, 2026).

Mais de 30.000 empresas de *deep science* foram criadas desde 2000, 9,5 vezes o número de 2010, o que corresponde a crescimento anual composto de 16,2%, e sua participação no total de empresas apoiadas por capital de risco chegou em 2025 a 16%, a maior em 15 anos. Seu valor combinado alcançou US$ 7,6 trilhões, alta de 23% sobre 2024, e o capital de risco destinado a elas somou US$ 122 bilhões em 2025; excluídas as operações acima de US$ 250 milhões, distorcidas pelos megaaportes em modelos fundacionais de IA, essas empresas captaram 36,5% do capital de risco global, quase o dobro da participação de 2015. Os Estados Unidos lideram com 12.752 empresas, seguidos de China (3.466) e Reino Unido (2.133), mas a China cresceu 138% entre 2020 e 2025, contra 30% dos Estados Unidos (WIPO, 2026).

As ciências da vida continuam a ser o maior setor, com 11.349 empresas e US$ 284 bilhões captados em capital de risco entre 2020 e 2025, mas sua participação nas novas empresas caiu de 55% em 2015 para 23% em 2025, enquanto semicondutores passaram a responder por 23% das novas *startups* (ante 10% a 15% historicamente), com valor combinado que cresceu mais de 410% desde 2020, para US$ 1,1 trilhão, e robótica e sistemas autônomos chegaram a 17,6%. Dispositivos médicos e saúde digital formam o segundo maior setor em número de empresas, com 5.620, e as universidades são fonte central dessa atividade: 41% das empresas de ciências da vida e 42% das de energia criadas desde 2010 são *spin-offs* de pesquisa acadêmica, e instituições norte-americanas, sobretudo Harvard, MIT e Stanford, estão na origem de 15 das 20 *spin-offs* mais valiosas, entre as quais a Alnylam, que licenciou propriedade intelectual fundamental do Instituto Max Planck, e a BioNTech, originada da Universidade Johannes Gutenberg de Mainz (WIPO, 2026).

Mesmo com financiamento recorde, essas empresas travam em transições previsíveis, da pesquisa à prova de conceito investível, do piloto à implantação comercial e da tecnologia funcional à empresa lucrativa, e os estrangulamentos mais documentados estão nas rodadas de série B e C, na faixa de US$ 20 a 100 milhões. A OMPI sustenta que a industrialização, e não a invenção, tornou-se a restrição decisiva na maioria dos campos, pois escalar uma nova química de bateria ou uma plataforma de bioprocessamento depende de rendimento produtivo, cadeias de suprimento, certificação e custos unitários em volume, raramente ao alcance de uma equipe pequena. A IA agrava esse quadro ao acelerar a descoberta e, simultaneamente, sobrecarregar as instituições que a validam, como organismos de normalização, agências reguladoras e escritórios de patentes, deslocando a restrição da descoberta para a comprovação de desempenho, segurança e confiabilidade (WIPO, 2026).

Deep science nas economias em desenvolvimento e no Brasil

A intensidade de P&D fica abaixo de 0,5% do PIB em muitas economias de renda baixa e média, e cerca de sete em cada dez economias no mundo mantêm a relação entre P&D e PIB abaixo de 1%, o que, segundo a OMPI, faz com que programas de empreendedorismo corram o risco de promover atividade sem base de oportunidades quando os insumos de pesquisa são escassos. O financiamento é fragmentado e de horizonte curto: na América Latina, 72% das *startups* intensivas em ciência ficam presas no estágio *seed*, apenas 19% chegam à série A e somente 22 empresas na história da região avançaram à série B ou além, e no Brasil 70% do financiamento das *startups* de *deep science* é exclusivamente público. A publicação agrupa os empreendimentos desses países em quatro arquétipos, as *spin-offs* ancoradas em universidades, os empreendimentos orientados por problemas locais com demanda pública, as plataformas de consórcio e os modelos que escalam pela exportação, e os exemplos citados em saúde vão da fabricação de vacinas em escala industrial no Serum Institute of India e na sul-africana Biovac à fábrica de mRNA de US$ 150 milhões da BioNTech em Ruanda, ao *hub* sul-africano do Programa de Transferência de Tecnologia de mRNA da OMS, com 15 economias parceiras, e aos fabricantes indianos de biossimilares, que ganharam escala global combinando capacidade doméstica, competência regulatória internacional e vínculos com multinacionais farmacêuticas (WIPO, 2026).

A Parceria para a Fabricação de Vacinas na África, da União Africana, tem como meta produzir localmente 60% das doses de vacinas consumidas no continente até 2040, ante cerca de 1% hoje, com pelo menos US$ 3,5 bilhões comprometidos, e a OMPI adverte que cumprir metas desse tipo depende de compromissos de compra, e não apenas de capacidade fabril. Na mesma linha, a evidência comparada de Brasil, China, República da Coreia e África do Sul reunida no capítulo indica que o aumento da produção pública de pesquisa frequentemente não se converte em comercialização quando as empresas domésticas carecem de capacidade de absorção, de modo que a restrição decisiva é a distância de capacidades entre pesquisa e indústria, e não o ritmo de patentes ou de comunicações de invenção. Daí a recomendação de que, nas economias de renda média, construir a capacidade de absorção das empresas e incentivar seu engajamento industrial importa mais do que reformar a titularidade da propriedade intelectual universitária, já que a convergência indiscriminada para modelos padronizados de propriedade intelectual sem as condições complementares produziu resultados decepcionantes de comercialização (WIPO, 2026).

O Brasil é a economia latino-americana com mais empresas de *deep science*, 53 (duas em estágio avançado), à frente da Argentina (39), e está entre as economias de renda média

que mais cresceram nesse segmento entre 2020 e 2025, com alta de 96%, atrás de Turquia (118%), Índia e Malásia (117% cada). Entre as empresas brasileiras citadas estão a New Wave, do setor de energia, avaliada em US$ 480 milhões e segunda mais valiosa entre as economias de renda média e baixa excluída a China, a Biotimize, *spin-off* da Universidade Estadual Paulista dedicada a abordagens computacionais para dados biológicos, e a HiLab, de dispositivos médicos e saúde digital. O capítulo menciona ainda a fermentação de precisão no Brasil entre os exemplos de *deep science* em países em desenvolvimento e destaca o Contrato Público para Solução Inovadora como instrumento de compra pública que não prescreve a direção da inovação, tratado como reflexo de capacidades locais e não de imitação de modelos externos, tema desenvolvido nas contribuições de especialistas de Lygia V. Pereira e João Antônio Lopes Filho e de Daniel Pimentel e Lucas Delgado publicadas com o índice (WIPO, 2026).

Propriedade intelectual nas empresas de deep science

Para a OMPI, a propriedade intelectual não é opcional para essas empresas: no intervalo de 5 a 15 anos entre invenção e receita, as patentes são frequentemente o único ativo verificável no balanço para obter financiamento, parcerias e licenciamentos. Ela também delimita as fronteiras da colaboração, e o exemplo dado vem das vacinas de mRNA, em que a tecnologia de plataforma de uma entidade precisa articular-se ao desenho de antígenos feito por universidades, à fabricação por terceiros e a acordos de distribuição com governos, cada fronteira exigindo termos explícitos de propriedade intelectual; os *pools* de patentes em edição genômica e em biotecnologia agrícola são citados como modo de combinar acesso compartilhado a tecnologias fundamentais com liberdade de operação em aplicações específicas. A terceira função é financeira: o valor global dos ativos intangíveis chegou a US$ 80 trilhões em 2024, 13 vezes mais que 25 anos antes, e a China tornou-se o maior mercado de financiamento lastreado em propriedade intelectual, com garantias sobre patentes e marcas que somaram CNY 854 bilhões (US$ 118 bilhões) em 2023 (WIPO, 2026).

O cruzamento do Dealroom–WIPO Deep Science Startup Tracker com dados globais de patentes mostra que 49,7% das *startups* de *deep science* detêm patentes, contra 15,4% das demais, diferença que se ampliou na última década, e que a posse de patentes sobe de 42,7% no estágio *seed* para 69,2% no estágio avançado. Dispositivos médicos e saúde digital é o setor mais intensivo em patentes, com 57,8% das empresas titulares, e as taxas nacionais mais altas estão na República da Coreia (69%), na Finlândia (67%) e no Japão (66%), com um gradiente por renda que vai de 37,6% nas economias de renda média baixa a 50,6% nas de alta renda. As empresas de *deep science* também recorrem mais ao PCT, usado por 84,4% delas, contra 56,9% das demais, o que a publicação associa ao desenvolvimento dessas tecnologias para mercados globais e sua comercialização por meio de parcerias internacionais e licenciamento (WIPO, 2026).

Entre as economias de renda média, a liderança em patentes também aparece, com enorme assimetria em favor da China: a ChangXin Memory Technologies, de semicondutores, detém 8.311 famílias de patentes, enquanto a malaia Lemonex, de ciências da vida, lidera fora da China com 49, seguida da indiana Qure AI (37), da salvadorenha Axonne (13) e, empatadas com 10 famílias, da brasileira HiLab e da sul-africana LIQID Medical, ambas de dispositivos médicos e saúde digital. Onze das vinte empresas da lista atuam em ciências da vida ou em dispositivos médicos e saúde digital, e na classificação regional da América Latina e do Caribe as áreas de alimentos e agritech e de ciências da vida são apontadas como as forças mais distintivas da região (WIPO, 2026).

Recomendações de política para o empreendedorismo de deep science

As recomendações da OMPI partem do diagnóstico de onde os empreendimentos travam e propõem financiar toda a cadeia de tradução, com recursos para prova de conceito, validação de pilotos e capital paciente de estágio avançado, por meio de instrumentos combinados como fundos de contrapartida, garantias e tranches de primeira perda. Do lado da demanda, a publicação defende compras públicas baseadas em requisitos funcionais, compromissos de aquisição e programas de cliente-âncora, e lembra que a evidência do programa norte-americano SBIR mostra desempenho superior dos beneficiários em regiões com atividade substancial de capital de risco, o que sugere um papel complementar, e não substitutivo, do capital público (WIPO, 2026).

No plano institucional, a OMPI recomenda profissionalizar a transferência de tecnologia, com modelos contratuais padronizados, metas de prazo e avaliação por resultados posteriores, como investimento subsequente e parcerias, evitando participações acionárias excessivas e *royalties* sobre desenvolvimentos futuros (*reach-through*), e estender os *sandboxes* regulatórios para além das *fintechs*, alcançando biotecnologia, energia limpa, sistemas autônomos e manufatura avançada. Para a propriedade intelectual, propõe vias de depósito claras e acessíveis para empresas nascentes e universidades, apoio a *pools* de patentes e licenciamento colaborativo para tecnologias fundamentais, padronização dos termos de cessão de propriedade intelectual universitária e maior visibilidade dos intangíveis na contabilidade, além de mecanismos de avaliação, divulgação e garantia que viabilizem o financiamento lastreado em propriedade intelectual. Completam o conjunto a formação de competências regulatórias, de manufatura e de comercialização, com licenças para empreender que garantam o retorno do pesquisador ao cargo, como prevê a lei de *startups* da Tunísia, e uma política de concorrência que permita a colaboração necessária a empreendimentos intensivos em capital sem aprisionamentos prematuros que bloqueiem a inovação subsequente (WIPO, 2026).

A publicação conclui que a onda de *deep science* é real e global, mas que seu retorno em produtividade não está assegurado, e que nenhuma alavanca isolada o garante, pois as restrições decisivas variam conforme o campo, o estágio e a economia. Para transformar pilotos em linhas de produção, seriam necessários financiamento ao longo dos estágios, infraestrutura compartilhada, trajetórias regulatórias compatíveis com o tempo das tecnologias, marcos de propriedade intelectual funcionais e talentos capazes de levar o trabalho do laboratório ao mercado, e a ausência desses elementos é apontada como razão comum para a interrupção dos empreendimentos (WIPO, 2026).

Comércio de serviços no enfrentamento da poluição plástica: lacunas estatísticas, barreiras de acesso e prioridades de financiamento

Os serviços desempenham papel essencial na prevenção e na mitigação da poluição plástica, embora sua contribuição permaneça pouco visível em debates centrados em produtos, materiais e resíduos. O estudo da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) evidencia que pesquisadores, projetistas, engenheiros, técnicos e trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos sustentam soluções ao longo de toda a cadeia de valor dos plásticos, desde o desenvolvimento de materiais alternativos e produtos mais seguros até a coleta, a reciclagem e a recuperação ambiental. Para tornar essas atividades identificáveis, o relatório propõe um agrupamento de 19 tipos de serviços, correspondentes a 71 códigos da Classificação Central de Produtos das Nações Unidas, versão 2.1, abrangendo

serviços essenciais e auxiliares distribuídos entre atividades empresariais, engenharia, pesquisa e desenvolvimento, construção, operação e manutenção, tecnologias da informação, educação, consultoria ambiental e gestão de resíduos. O mapeamento compreende oito etapas: obtenção de matérias-primas, produção de monômeros, produção de polímeros, concepção e fabricação de produtos, uso final, gestão de resíduos, reutilização ou transformação em produtos de maior valor e tratamento ao final da vida útil, incluindo reciclagem ou disposição final. Nas etapas iniciais, serviços de ecodesign, pesquisa, engenharia, testes e consultoria podem prevenir a geração de resíduos, melhorar processos produtivos e apoiar modelos circulares; nas etapas posteriores, coleta, triagem, armazenamento, transporte, reciclagem, tratamento de águas residuais, incineração, disposição em aterros e remediação contribuem para controlar os impactos ambientais. A proposta utiliza classificações internacionais existentes, sem exigir sua reformulação, e ressalta que concentrar esforços apenas na gestão de resíduos limita as oportunidades de prevenir a poluição na origem. (UNCTAD, 2026)

A dispersão dessas atividades em categorias estatísticas amplas dificulta mensurar seu comércio, identificar carências, negociar compromissos e direcionar políticas e investimentos. Embora o comércio mundial de plásticos tenha ultrapassado US$ 1,1 trilhão em 2023, aproximadamente 5% do comércio de mercadorias, permanece desconhecido o valor do comércio de serviços especificamente destinados ao enfrentamento da poluição plástica. Diferentemente das mercadorias, registradas por dados aduaneiros, os serviços são mensurados por pesquisas e informações do balanço de pagamentos, que nem sempre permitem identificar sua aplicação ambiental. A lacuna é especialmente relevante nas economias em desenvolvimento: menos de 15 reportam regularmente dados bilaterais sobre comércio de serviços. O problema combina insuficiência de informação e desigualdade de acesso às capacidades necessárias. A região da Ásia-Pacífico concentra 50% da produção mundial de plásticos, 60% de seu processamento e 46% do volume de resíduos plásticos, evidenciando a dimensão regional da demanda potencial por esses serviços. Entre 2013 e 2024, a produção de plásticos aumentou, enquanto o comércio internacional de resíduos plásticos caiu acentuadamente, ampliando a necessidade de tratamento doméstico, frequentemente sem competências, tecnologias ou serviços especializados suficientes. Na comparação de 18 economias, o estudo identificou que aquelas com menor capacidade de gestão de plásticos também tendiam a apresentar regimes mais restritivos à importação de serviços. Entre os obstáculos estão requisitos divergentes de licenciamento e qualificação, normas técnicas, procedimentos de avaliação da conformidade, restrições à movimentação de profissionais, limites à participação estrangeira no capital, monopólios públicos, exigências de empreendimentos conjuntos e limitações à presença comercial. Essas barreiras podem elevar custos e restringir justamente o acesso à especialização, às tecnologias e aos modelos de negócio necessários para desenvolver capacidades locais. (UNCTAD, 2026)

O financiamento constitui outra limitação central, tanto por sua distribuição ao longo da cadeia quanto pela atenção insuficiente à prevenção. A assistência oficial ao desenvolvimento direcionada à poluição plástica alcançou aproximadamente US$ 1,46 bilhão em 2022, mais que o dobro do nível de 2019, mas concentrou-se principalmente em infraestrutura de esgotamento sanitário e gestão de resíduos; o financiamento explicitamente destinado à gestão, redução, reciclagem e limpeza de resíduos plásticos correspondeu a cerca de US$ 270 milhões. O estudo defende ampliar o apoio ao ecodesign, à pesquisa e desenvolvimento, à redução da demanda, aos materiais alternativos e à formação profissional. Recomenda, ainda, identificar serviços prioritários conforme as necessidades nacionais e as etapas da cadeia de valor; melhorar os

dados sobre fluxos comerciais e financeiros; reduzir, quando apropriado, barreiras regulatórias e de acesso a mercados; fortalecer a cooperação regulatória, o reconhecimento mútuo e a transparência; utilizar acordos comerciais e compromissos específicos para facilitar o acesso a serviços relevantes; e orientar compras públicas para soluções circulares e com menor uso de plásticos. Ao converter lacunas gerais de capacidade em necessidades específicas de serviços, o mapeamento ajuda a distinguir o que pode ser desenvolvido domesticamente e o que requer comércio, investimento ou cooperação técnica. Essa perspectiva também destaca a importância do acesso economicamente viável aos serviços, conforme a contribuição do representante da recicladora queniana Mr. Green Africa, apoiada pelo programa Sustainable Manufacturing and Environmental Pollution, financiado pelo Reino Unido e implementado pela UNCTAD e pelo governo britânico. O relatório pretende subsidiar as negociações de um instrumento internacional juridicamente vinculante sobre poluição plástica e o diálogo da Organização Mundial do Comércio sobre poluição por plásticos e comércio ambientalmente sustentável de plásticos, articulando acesso a serviços, bens e tecnologias com financiamento, capacitação, assistência técnica e transferência de tecnologia, especialmente para países em desenvolvimento e países de menor desenvolvimento relativo. (UNCTAD, 2026)

Referência

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **AI boom and trade resilience to Middle East crisis lift outlook but gains to be uneven**. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/stat_08oct26_510_e.htm.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Global Innovation Index 2026: powering entrepreneurs at the frontier of science. 19. ed. Genebra: WIPO, 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/web-publications/global-innovation-index-2026/en/index.html

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Trade in services to prevent and mitigate plastic pollution**. [S. l.]: UNCTAD, 2026. Disponível em: https://unctad.org/publication/trade-services-prevent-and-mitigate-plastic-pollution.

Saúde global: desigualdades e desafios do financiamento e da cooperação internacional

Salud global: desigualdades y retos del financiamiento y de la cooperación internacional

Global Health: Inequalities and Challenges of Financing and International Cooperation

Diana Zeballos, Patrícia Lewis Carpio, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Na última quinzena, manifestações de 51 organizações da sociedade civil (OSC), entre as 64 monitoradas, evidenciaram a convergência entre a defesa de direitos, o fortalecimento dos sistemas de saúde e os desafios do financiamento e da cooperação internacional. Enquanto as OSC de interesse público enfatizaram direitos humanos, mobilização social e redução das desigualdades, as de interesse privado destacaram parcerias, vacinação e inovação tecnológica. A preparação para pandemias e a emergência de surtos, incluindo cólera e Ebola, reforçaram a necessidade de ampliar a vigilância epidemiológica, apoiar a força de trabalho em saúde e garantir acesso equitativo a ações de saúde. Os cortes e as restrições de financiamento afetaram os serviços de atenção primária e a assistência humanitária, revelando também problemas associados ao financiamento fragmentado. Conflitos armados, desastres associados à emergência climática e a vulnerabilidade social ampliaram os desafios de acesso à saúde e à proteção social. Os debates da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas e a discussão sobre saúde planetária reforçaram a necessidade de investimentos sustentáveis, cooperação internacional e políticas integradas para reduzir as desigualdades e proteger as populações vulneráveis.

Palavras-chave: Saúde global; cooperação internacional; financiamento da saúde; sistemas de saúde.

***Resumen**: Durante la última quincena, las publicaciones de 51 de las 64 organizaciones de la sociedad civil (OSC) monitoreadas evidenciaron la convergencia entre la defensa de los derechos, el fortalecimiento de los sistemas de salud y los desafíos vinculados al financiamiento y a la cooperación internacional. Mientras que las OSC de interés público enfatizaron los derechos humanos, la movilización social y la reducción de las desigualdades, las organizaciones de interés privado destacaron las alianzas, la vacunación y la innovación tecnológica. La preparación para pandemias y la respuesta a brotes, incluidos los de cólera y ébola, enfatizaron la necesidad de apoyar la fuerza laboral sanitaria y garantizar el acceso equitativo a las intervenciones de salud. Los recortes y las restricciones de financiamiento afectaron los servicios de atención primaria y de asistencia humanitaria, revelando también problemas asociados a la financiación fragmentada. Los conflictos armados, los eventos asociados a la emergencia climática y la vulnerabilidad social agravaron los desafíos de acceso a la salud y la protección social. Los debates de la 81ª Asamblea General de las Naciones Unidas y la discusión sobre la salud*

planetaria reforzaron la necesidad de inversiones sostenibles, de cooperación internacional y de políticas integradas para reducir las desigualdades y proteger a las poblaciones vulnerables.

Palabras clave: *Salud global; cooperación internacional; financiamiento de la salud; sistemas de salud.*

Abstract: *Over the past two weeks, publications from 51 of the 64 civil society organisations (CSOs) monitored highlighted the convergence between the defence of rights, the strengthening of health systems, and challenges related to financing and international cooperation. While public-interest CSOs emphasised human rights, social mobilisation, and reducing inequalities, private-interest CSOs highlighted partnerships, vaccination, and technological innovation. Pandemic preparedness and outbreak response, including cholera and Ebola, underscored the need to reinforce the health workforce and ensure equitable access to health interventions. Funding cuts and constraints affected primary healthcare services and humanitarian assistance, also revealing problems associated with fragmented funding. Armed conflicts, events associated with the climate emergency, and social vulnerability exacerbated the challenges in accessing healthcare and social protection. Discussions at the 81st United Nations General Assembly and on planetary health reinforced the need for sustainable investment, international cooperation, and integrated policies to reduce inequalities and protect vulnerable populations.*

Keywords: *Global health; international cooperation; health financing; health systems.*

Introdução

Foram registradas manifestações de 51 organizações da sociedade civil, entre as 64 acompanhadas. As organizações da sociedade civil (OSC) de interesse público discutiram a defesa dos direitos, a participação social, a redução das desigualdades e o fortalecimento das políticas públicas. Sobre doenças transmissíveis, abordaram a preparação e a resposta a pandemias e surtos. Destacou-se a dificuldade da reunião de alto nível da ONU em aprovar a declaração política sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, o que evidencia desafios à cooperação internacional. Também foram relatados surtos de cólera no Sudão, associados a condições de vida precárias. Foi destacada a expansão do surto de Ebola na República Democrática do Congo, com ênfase nas limitações na capacidade de atendimento e no acesso a cuidados de qualidade. Ademais, foram apresentadas iniciativas de simulação de resposta à febre de Lassa no Benim e na Libéria, reunindo representantes de 15 países da África Ocidental para fortalecer a prevenção, a detecção e a resposta a surtos. Também foi divulgado um estudo sobre o início oportuno do tratamento antirretroviral para pessoas com diagnóstico recente de HIV, conduzido na Argentina.

A saúde mental foi abordada em eventos realizados durante a 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81) e em atividades relacionadas ao Dia Mundial da Saúde Mental. Também foi divulgada a publicação do livro *Pandemia de Covid-19 e Psicologia: Passado, Presente e Futuro*, que reúne análises sobre os impactos psicológicos e psicossociais da pandemia em diferentes períodos. Em relação às doenças crônicas, as manifestações destacaram a promoção da saúde por meio da melhoria da qualidade do ar, do combate ao tabagismo e da redução do uso de cigarros eletrônicos. Durante a semana da saúde dos pulmões, foram realizadas ações de avaliação da saúde pulmonar e de rastreamento de doenças respiratórias em diferentes países europeus. Por ocasião do Dia Mundial do Coração, também

foi ressaltada a importância de fortalecer a prevenção primária, reduzir os fatores de risco cardiovasculares e ampliar o diagnóstico precoce. O consumo de álcool foi outro tema abordado, com destaque para os riscos associados e para a ausência de um nível totalmente isento de riscos à saúde, o que enfatiza a importância do apoio profissional e do acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil. Por fim, foi divulgado o documentário *Comida de Mentira*, que aborda os impactos dos alimentos ultraprocessados na saúde e no meio ambiente, bem como as estratégias da indústria para influenciar os hábitos alimentares. A iniciativa busca estimular debates sobre alimentação saudável, publicidade, desigualdades e políticas públicas, contribuindo para a mobilização social em torno de sistemas alimentares saudáveis.

As manifestações relativas aos determinantes sociais e econômicos abordaram temas como os direitos das crianças, a participação comunitária e a importância de incorporar as experiências de crianças, famílias e comunidades vulneráveis na formulação de políticas públicas. Durante a UNGA81, também foi defendida a ampliação dos investimentos sustentáveis na primeira infância, na educação, na sobrevivência infantil e na nutrição, diante do aumento das necessidades humanitárias e das restrições de recursos. Outras iniciativas destacaram a participação social na atenção primária à saúde e na cobertura universal de saúde, bem como a importância do envelhecimento saudável.

No campo dos direitos humanos, foram denunciadas violações de direitos humanos e trabalhistas nos países do Golfo, incluindo a exploração de trabalhadores migrantes, a repressão e a discriminação. Em relação à equidade de gênero, as publicações ressaltaram a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos, à igualdade de gênero e ao enfrentamento da violência. Também foram destacadas iniciativas de promoção da educação integral em sexualidade, com o objetivo de ampliar o acesso de adolescentes e jovens a informações confiáveis e adequadas sobre saúde sexual e reprodutiva. Além disso, foram discutidos os desafios enfrentados pelos movimentos feministas diante da redução do financiamento internacional, ressaltando a importância de diversificar as fontes de recursos, fortalecer a autonomia financeira e garantir a sustentabilidade das organizações. Na Austrália, a ACON promoveu iniciativas voltadas à saúde, ao bem-estar, à prevenção e à inclusão da população LGBTQIA+. No âmbito da governança global, as OSC destacaram desafios relacionados ao enfraquecimento do multilateralismo, aos cortes no financiamento da saúde global, ao aumento das emergências humanitárias, às dificuldades econômicas e à crise climática. Também foram levantadas críticas ao funcionamento dos fóruns multilaterais, defendendo-se uma cooperação internacional centrada nas pessoas, nas gerações futuras e na proteção do planeta, com a valorização da ciência como bem público global e a promoção de reformas democráticas nas instituições internacionais.

As manifestações sobre clima, ambiente e saúde planetária destacaram os impactos das mudanças climáticas e da poluição ambiental na saúde humana, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade. Na Louisiana, nos Estados Unidos, ativistas mobilizaram-se para chamar a atenção para os impactos da poluição petroquímica e das mudanças climáticas na saúde materna e reprodutiva. No âmbito das negociações climáticas, a Oxfam considerou insuficientes os resultados da cúpula pré-COP realizada em Fiji, alertando para a falta de compromissos concretos dos países mais ricos e poluentes diante do agravamento da crise climática e defendendo maior financiamento para apoiar os países mais vulneráveis. A European Lung Foundation publicou um artigo sobre os impactos da poluição do ar interior e exterior na função pulmonar, alertando que crianças e populações vulneráveis

sofrem os maiores danos respiratórios. Outro tema abordado foi a saúde mental após eventos climáticos extremos. Um mês após as enchentes no Nepal, a World Vision International destacou a necessidade de apoio psicossocial, proteção infantil e assistência humanitária contínua para atender às crianças e suas famílias durante a recuperação. Também foram divulgados esforços de recuperação comunitária e de apoio à saúde mental após os incêndios florestais em Spokane, nos Estados Unidos, com destaque para o atendimento a mães e famílias vulneráveis afetadas pelo desastre. Foi divulgada uma pesquisa global sobre os papéis, as contribuições e os desafios dos cientistas que atuam em contextos de crise e de emergência.

No campo da prevenção de pandemias, a Planetary Health Alliance defendeu maior atenção à prevenção antes que os agentes infecciosos alcancem as populações humanas. A proposta enfatiza fatores que favorecem o *spillover*, como o desmatamento, a perda de biodiversidade, as mudanças climáticas, a intensificação agrícola e o comércio de animais silvestres, reforçando a importância das abordagens *One Health* (Saúde Única) e Saúde Planetária para integrar a saúde humana, animal e ambiental. Também foram destacadas discussões sobre *One Health*, especialmente sobre estratégias para fortalecer a governança e a preparação para pandemias em um contexto de mudanças climáticas. Na Europa, ressaltou-se que, embora haja reconhecimento de que a saúde humana, animal e ambiental são inseparáveis, ainda não há uma forma clara de governar essa realidade.

As discussões sobre força de trabalho destacaram que a escassez de profissionais, as más condições de trabalho e o investimento insuficiente deixam os sistemas de saúde despreparados para responder a futuras pandemias. O International Council of Nurses destacou iniciativas voltadas ao fortalecimento da enfermagem e dos sistemas de saúde. A CARE International registrou o impacto crítico dos cortes no financiamento internacional sobre seus centros de atenção primária à saúde na Somália, que atendem milhares de mulheres e crianças em campos de deslocados internos.

As manifestações sobre conflitos armados destacaram ações de assistência humanitária em Gaza, incluindo o acesso à água potável, ao abrigo, aos alimentos e ao atendimento, reforçando a necessidade de respeitar o direito internacional humanitário e de proteger a dignidade das pessoas afetadas. A organização Médecins Sans Frontières (MSF) alertou para a retomada dos combates no norte da Etiópia e para o aumento expressivo do número de pessoas feridas pela guerra. A CARE International, por sua vez, denunciou a grave crise de fome no Sudão, apontando que os conflitos armados e os choques climáticos colocam em risco a safra agrícola e os meios de subsistência de milhões de pessoas.

As OSC de interesse privado fizeram manifestações relacionadas à vacinação, ao desenvolvimento de tecnologias diagnósticas, à inovação em saúde, à inteligência artificial, ao financiamento de sistemas de saúde e à mobilização de recursos para o desenvolvimento. Quanto às doenças infecciosas, divulgaram uma pesquisa sobre a associação entre infecções congênitas e o aumento do risco de Transtorno do Espectro Autista e de deficiência intelectual. O estudo não indica que as vacinas tratem ou previnam diretamente o autismo, mas ressalta que a vacinação pode prevenir algumas infecções congênitas associadas a alterações do neurodesenvolvimento. Também foram apresentados dados sobre o impacto da vacinação, que evitou mais de 2,2 milhões de mortes futuras em um único ano e mais de 23 milhões desde 2000, além de gerar mais de US$ 30 bilhões em benefícios econômicos e ampliar a participação financeira dos próprios países nos programas de imunização.

Em relação à força de trabalho e aos sistemas de saúde, foram destacadas, durante a UNGA81, discussões sobre o apoio aos profissionais de saúde que atuam na linha de frente, especialmente aos agentes comunitários de saúde. Também foi anunciado um acordo para alinhar investimentos, mobilizar recursos e fortalecer sistemas de saúde resilientes e sustentáveis em países de baixa e média renda. As publicações abordaram o papel das organizações e das redes de colaboração diante da redução do financiamento da saúde global, das ameaças aos avanços do desenvolvimento e das dificuldades enfrentadas pela ciência e pelas parcerias internacionais. Nesse contexto, foram apresentadas propostas para enfrentar a crise de financiamento nos países em desenvolvimento, incluindo a ampliação dos recursos de longo prazo e de baixo custo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para cerca de 40 países de baixa e média-baixa renda. A proposta também prevê o apoio dos credores governamentais e privados para direcionar os recursos ao crescimento e ao investimento, evitando que sejam absorvidos pelo pagamento da dívida.

As consequências das mudanças climáticas para a saúde também foram destacadas. Segundo estimativas divulgadas pela GAVI, a Nigéria poderá registrar o maior número de mortes relacionadas ao calor durante o super El Niño de 2026–2027. Além disso, a Wellcome Trust registrou o parecer da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre as obrigações dos Estados diante das mudanças climáticas, ressaltando a importância do direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável para a proteção dos direitos humanos. O parecer também estabelece deveres relacionados à prevenção de danos ambientais e à saúde, à cooperação internacional, à adoção de metas climáticas ambiciosas e à responsabilização por perdas e danos.

No âmbito do financiamento da saúde, também foram discutidos os desafios decorrentes da fragmentação causada por múltiplos financiadores, das exigências de prestação de contas e das estruturas paralelas. Como alternativa, foi proposta uma abordagem que coloque os governos no centro da definição de prioridades e alinhe os parceiros internacionais aos sistemas nacionais de saúde. As iniciativas relacionadas à ciência, à tecnologia e à inovação destacaram o desenvolvimento de ferramentas para aprimorar o diagnóstico e a vigilância de doenças. Foi divulgado um estudo que avaliou produtos comerciais de detecção auxiliada por computador para o rastreamento da tuberculose em adultos, com base em radiografias de tórax obtidas em contextos comunitários e em serviços de saúde. Também foram apresentados novos testes rápidos para o diagnóstico do sarampo, desenvolvidos e fabricados no Senegal, considerados um avanço para a vigilância da doença na África. No campo da inteligência artificial, a Gates Foundation destacou uma iniciativa voltada a tornar essas tecnologias mais inclusivas na África, por meio do desenvolvimento de bases de dados e de pesquisas sobre as 50 línguas mais faladas do continente. O projeto busca enfrentar os vieses linguísticos dos sistemas atuais e ampliar sua aplicação em áreas como saúde, educação, agricultura, serviços financeiros e serviços públicos, com uma abordagem centrada nas comunidades e na inclusão de grupos historicamente marginalizados.

Por fim, na área da saúde mental, a Wellcome Trust apresentou uma terapia digital desenvolvida para pessoas com psicose que vivenciam paranoia. A ferramenta combina sessões terapêuticas com um aplicativo que auxilia no manejo de preocupações no cotidiano e foi desenvolvida com a participação de pesquisadores, profissionais de saúde, designers e pessoas com experiência de paranoia. Os resultados de um ensaio clínico randomizado apontaram melhorias nos sintomas de paranoia, na confiança, no bem-estar e na qualidade de vida, e a ferramenta está sendo implementada no Reino Unido para avaliar seu uso na prática clínica.

Organizações de Interesse Público

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Preparação e resposta a pandemias e surtos

O International Council of Nurses (ICN) defende que a preparação para futuras pandemias deve colocar os profissionais de saúde no centro das estratégias, diante da escassez de trabalhadores e das lições da COVID-19. Após o fracasso da reunião de alto nível da ONU em aprovar a Declaração Política sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias, a organização pede a retomada das negociações sobre o acordo pandêmico da OMS, investimentos na força de trabalho e maior cooperação internacional para garantir acesso equitativo a vacinas, testes e tratamentos.[1]

A Médecins Sans Frontières (MSF) alerta que o conflito e as condições precárias de vida no Sudão contribuíram para o pior surto de cólera da história recente do país, com mais de 124 mil casos e 3.500 mortes em 2024 e 2025. A organização defende respostas mais rápidas e descentralizadas, com fortalecimento da vigilância, vacinação, água e saneamento e preparação para novos surtos, além da proteção da infraestrutura civil essencial, como sistemas de água e energia.[2]

A Médecins Sans Frontières (MSF) alerta para a rápida expansão do surto de Ebola em Kivu do Norte, na República Democrática do Congo, com novos focos surgindo semanalmente e capacidade insuficiente de tratamento especializado. A organização defende a ampliação urgente da capacidade de atendimento e do acesso a cuidados de qualidade, além do fortalecimento da confiança das comunidades para favorecer a busca precoce por atendimento e a adesão às medidas de isolamento.[3]

A International Association of National Public Health Institutes (IANPHI) destaca a realização de exercícios regionais de simulação sobre febre de Lassa em Benin e Libéria, reunindo representantes de 15 países da África Ocidental para fortalecer a prevenção, detecção e resposta a surtos. A iniciativa testou mecanismos de vigilância, diagnóstico laboratorial, comunicação de risco e coordenação transfronteiriça e utilizou a estratégia 7-1-7 para identificar gargalos e aprimorar a rapidez das respostas a emergências de saúde pública.[4]

HIV

A Fundação Huésped divulgou convite para estudo que está conduzindo na Argentina intitulado RapiDO, que avalia a eficácia, a segurança e a tolerabilidade de uma estratégia de início rápido da terapia antirretroviral com doravirina, lamivudina e tenofovir em pessoas com diagnóstico recente de HIV. Podem participar pessoas com 18 anos ou mais, diagnosticadas nos últimos 30 dias, que nunca tenham realizado tratamento antirretroviral e que atendam aos demais critérios de elegibilidade do estudo.[5]

Vacinação

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou nota sobre a vacinação contra o HPV, que, apesar de ser uma das ferramentas mais poderosas na prevenção do câncer, permanece com seu potencial ainda por explorar. A nota afirma que há um fardo substancial de doenças atribuídas ao HPV que tem sido negligenciado.[6]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Saúde mental

WFMH participou de eventos de alto nível sobre saúde global, saúde mental e desenvolvimento durante a 81ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81), em Nova York. Entre os encontros, destacaram-se discussões sobre financiamento sustentável, doenças não transmissíveis, saúde mental, governança multissetorial, inteligência artificial e saúde cerebral, reunindo representantes de governos, organizações internacionais, sociedade civil, academia, filantropia e setor privado.[7]

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou a realização de um webinário alusivo ao Dia Mundial da Saúde Mental, cujo tema deste ano é "Experiências vividas: vozes reais, mudança real".[8]

Impactos da pandemia e saúde mental

Foi publicado o livro Pandemia de Covid-19 e Psicologia: Passado, Presente e Futuro, organizado por André Faro, vice-presidente da World Federation for Mental Health (WFMH) para a América Latina e membro do Conselho da organização. A obra reúne 17 capítulos que analisam os impactos psicológicos e psicossociais da pandemia de covid-19 a partir de três perspectivas temporais — passado (2019–2023), presente (2024–2025) e futuro (2026 em diante). Entre os temas abordados estão desigualdades e determinantes sociais da saúde mental, vulnerabilidades de jovens LGBT+, hesitação vacinal, solidão e suicídio, sobrecarga parental, efeitos persistentes da covid-19, reabilitação neuropsicológica, educação, bem-estar, resiliência, saúde mental pública e aprendizados para situações futuras de crise.[9]

Saúde pulmonar e doenças respiratórias crônicas

A European Lung Foundation (ELF) publicou um de 2026, enfatizando a importância da prevenção e da melhoria da qualidade do ar para a promoção da saúde populacional. A organização destacou ações rigorosas no combate ao tabagismo e ao uso de cigarros eletrônicos, ressaltando a urgência do diagnóstico precoce de doenças respiratórias crônicas. Além disso, a entidade ressaltou o papel do projeto europeu JARED na articulação de campanhas educativas e na garantia de equidade no acesso aos cuidados pulmonares básicos em nível global.[10]

A European Lung Foundation (ELF) divulgou as ações comunitárias realizadas durante a Semana de Triagem da União Europeia sob a campanha Healthy Lungs for Life. A mobilização ofereceu exames gratuitos de espirometria e avaliações clínicas em países como Bélgica, Grécia, Polônia, Romênia e Espanha, permitindo que centenas de cidadãos testassem sua capacidade pulmonar. A organização ressaltou que a identificação precoce de casos assintomáticos de doenças respiratórias é fundamental para fortalecer a conscientização pública diária sobre a manutenção da saúde pulmonar.[11]

Doenças cardiovasculares

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou um artigo de opinião por ocasião do Dia Mundial do Coração, defendendo que a nova recomendação da Comissão Europeia para a triagem de doenças cardiovasculares deve vir acompanhada do fortalecimento da prevenção primária. A organização ressalta que o rastreamento combinado é fundamental para mudar a

trajetória da saúde cardiovascular na Europa, desde que os sistemas públicos invistam na redução dos fatores de risco estruturais e garantam acesso equitativo ao tratamento. [12]

Consumo de álcool

A ACT Promoção da Saúde divulgou uma matéria sobre os riscos do consumo de bebidas alcoólicas e a importância de reconhecer sinais de consumo problemático. A publicação, motivada pelo caso do cantor Leonardo, que interrompeu o consumo de álcool por 30 dias após alterações em exames de rotina, destaca a importância da prevenção e reforça que não há nível de consumo totalmente isento de riscos. Além disso, apresenta orientações para reduzir ou interromper o consumo, ressaltando a importância do apoio profissional e do acesso aos serviços públicos de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde e os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.[13]

Alimentação saudável

A ACT Promoção da Saúde divulgou uma matéria sobre o alcance e o impacto do documentário Comida de Mentira, produzido pelo Coletivo Bodoque em parceria com a ACT e com apoio de O Joio e O Trigo. O filme aborda as estratégias da indústria de alimentos ultraprocessados para influenciar hábitos alimentares, destacando seus impactos na saúde e no meio ambiente. Após o lançamento em 2025, o documentário circulou por universidades, escolas, serviços de saúde e organizações da sociedade civil, alcançando 23 estados brasileiros e outros países. A iniciativa busca estimular debates e reflexões sobre alimentação saudável, publicidade, desigualdades e políticas públicas, fortalecendo a mobilização social em torno de sistemas alimentares mais saudáveis.[14]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Direitos das crianças e participação comunitária

A Save the Children US destaca seu trabalho com crianças e famílias de comunidades rurais, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica, por meio de programas como o Head Start, educação infantil, combate à fome e apoio em situações de desastre. A organização defende que as experiências dessas comunidades sejam incorporadas à formulação de políticas públicas, garantindo que crianças, famílias e comunidades tenham voz nas decisões que afetam suas vidas.[15]

A Save the Children US mencionou sua participação na Assembleia Geral da ONU (UNGA81), defendendo maior investimento sustentado em crianças, especialmente em desenvolvimento na primeira infância, educação, sobrevivência infantil e nutrição, diante do aumento das necessidades humanitárias e das restrições de recursos. A organização também enfatiza soluções inovadoras, parcerias e maior colaboração entre governos, sociedade civil, filantropia e setor privado para transformar os compromissos assumidos em resultados concretos para crianças e famílias.[16]

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) registrou sua participação na 79ª Reunião do Comitê Regional da OMS para o Sudeste Asiático (RC79), onde fez uma declaração sobre participação social, atenção primária à saúde e cobertura universal de saúde.[17]

A Federação Mundial sobre o Envelhecimento (IFA) divulgou a realização de painel sobre a longevidade através das lentes interconectadas do curso de vida, do envelhecimento saudável,

da economia e do desenvolvimento, e dos direitos humanos, em celebração ao Dia Internacional das Nações Unidas para as Pessoas Idosas.[18]

Direitos humanos e igualdade

A Human Rights Watch (HRW) pede à União Europeia que utilize a cúpula UE–Conselho de Cooperação do Golfo (GCC) para abordar violações de direitos humanos e trabalhistas nos países do Golfo. Entre as prioridades, a organização destaca o apoio dos Emirados Árabes Unidos às forças envolvidas no conflito do Sudão, a repressão de opositores e defensores de direitos, o uso da pena de morte, as violações dos direitos de trabalhadores migrantes e a detenção de funcionários da ONU e de organizações da sociedade civil no Iêmen.[19]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) registrou a sessão do 18º Congresso Mundial de Saúde Pública relativa a "Minorias, Diversidade e Inclusão", em que se discutiram migração, acesso e qualidade de serviços de saúde, islamofobia e discriminação, insegurança habitacional, violência de gênero e saúde mental.[20]

Gênero

A Fòs Feminista divulgou um posicionamento sobre a Sexta Sessão da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, realizada em Montevidéu, em agosto de 2026. O documento destaca a importância de implementar os compromissos do Consenso de Montevidéu, com financiamento adequado e políticas públicas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos, à igualdade de gênero e ao enfrentamento da violência. Também alerta para retrocessos nos direitos humanos e para o enfraquecimento da participação da sociedade civil nos espaços multilaterais, defendendo que os compromissos assumidos pelos Estados.[21]

A Fòs Feminista e a AMAZE foram reconhecidas pelo WestWind Awards 2026–2027 por sua atuação na promoção da educação integral em sexualidade em nível global. A iniciativa busca ampliar o acesso de adolescentes e jovens a informações confiáveis e adequadas sobre saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para a prevenção da violência, a promoção da autonomia e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.[22]

A Fòs Feminista destaca os desafios enfrentados pelos movimentos feministas diante da redução do financiamento internacional, ressaltando a necessidade de construir estruturas organizacionais sustentáveis e fortalecer a autonomia financeira. O artigo defende investimentos de longo prazo, diversificação de recursos e fortalecimento institucional para garantir a continuidade das ações em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e da igualdade de gênero, mesmo em contextos de retração da ajuda internacional.[23]

Saúde da população LGBTQIA+

A ACON divulgou participação no Parramatta Pride Picnic na Austrália, com ações voltadas à saúde e ao bem-estar da população LGBTQIA+. A iniciativa conta com três espaços de atendimento, abordando prevenção e rastreamento do câncer, promoção da saúde sexual e prevenção do HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis. Entre os serviços oferecidos estão testes gratuitos de rastreamento do câncer do colo do útero, kits de autoteste para HIV e informações sobre prevenção, além de orientações sobre serviços de saúde sexual e atividades de integração comunitária. A ação busca ampliar o acesso à informação, à prevenção e aos serviços de saúde inclusivos.[24]

Desafios da saúde global

A STOPAIDS publicou uma reflexão sobre os principais desafios que poderão afetar a saúde global e a cooperação internacional nos próximos três a cinco anos. Entre os pontos destacados estão os desafios políticos ao multilateralismo, os cortes no financiamento da saúde global, o aumento das emergências humanitárias, as dificuldades econômicas e a crise climática. A publicação ressalta como esses fatores podem comprometer a cooperação internacional, a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento e a capacidade de resposta dos sistemas de saúde, incluindo os impactos sobre a prevenção e o enfrentamento de doenças.[25]

O SHEM publicou uma reflexão que propõe uma reformulação das Nações Unidas baseada na equidade sustentável. A publicação critica a influência das desigualdades econômicas, do poder militar e dos interesses nacionais na governança global, defendendo uma cooperação internacional centrada nas pessoas, nas gerações futuras e na proteção do planeta. Entre as prioridades destacadas estão a paz, a redução das desigualdades, o acesso universal a bens essenciais de saúde, a proteção ambiental, a valorização da ciência como bem público global e a reforma democrática das instituições internacionais.[26]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e impactos sobre a saúde

A Human Rights Watch destaca a mobilização de ativistas da Louisiana para chamar atenção aos impactos da poluição petroquímica e das mudanças climáticas sobre a saúde materna e reprodutiva. A organização ressalta evidências de riscos à saúde associados à poluição petroquímica e defende que as autoridades considerem as preocupações das comunidades e adotem medidas para proteger o meio ambiente e os direitos reprodutivos.[27]

A Oxfam considera insuficientes os resultados da cúpula pré-COP realizada em Fiji e alerta para a falta de compromissos concretos dos países mais ricos e poluentes diante do agravamento da crise climática. A organização defende que, na COP31, esses países ampliem o financiamento climático e assumam maior responsabilidade pelos impactos da crise, destacando a necessidade de apoiar os países mais vulneráveis e afetados por desastres climáticos.[28]

A European Lung Foundation (ELF) veiculou um artigo assinado por seu presidente, Phil Taverner, classificando a crise europeia de aquecimento doméstico e a dependência de combustíveis fósseis como uma emergência sanitária. A publicação analisou os graves impactos da poluição do ar interior e exterior na função pulmonar, alertando que populações vulneráveis e crianças sofrem os maiores danos respiratórios. A organização fez um apelo aos decisores políticos para que priorizem a transição para sistemas de aquecimento limpos e sustentáveis, alinhando a agenda climática à proteção da saúde pública.[29]

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou um convite da UNESCO e da Data-Pop Alliance à participação em uma pesquisa global para melhor compreender os papéis, contribuições e desafios dos cientistas que atuam em contextos de crise e emergência.[30]

A World Vision International destaca a necessidade de apoio psicossocial, proteção infantil e assistência humanitária contínua para atender às crianças e suas famílias durante o processo de recuperação, um mês após as enchentes no Nepal. Crianças afetadas continuam a enfrentar perdas, deslocamento e impactos emocionais decorrentes da tragédia. [31]

A CARE International divulgou um informe sobre os esforços de recuperação comunitária e suporte à saúde mental pós-incêndios florestais em Spokane (EUA), destacando o apoio prestado a mães e famílias vulneráveis atingidas pelo desastre. A organização ressalta que a mobilização local, a assistência psicológica e o fortalecimento dos laços comunitários atuam como elementos essenciais para mitigar o estresse pós-traumático, apoiar a reconstrução das rotinas familiares e promover a resiliência contínua diante de emergências climáticas. [32]

Saúde Planetária e One Health

Em texto divulgado pela Planetary Health Alliance, líderes reunidos em Nova York defenderam maior atenção à prevenção de pandemias antes que os agentes infecciosos alcancem as populações humanas. A proposta enfatiza os fatores que favorecem o spillover, como desmatamento, perda de biodiversidade, mudanças climáticas, intensificação agrícola e comércio de animais silvestres, reforçando a abordagem One Health/Planetary Health (Saúde Única/Saúde Planetária) como essencial para integrar saúde humana, animal e ambiental. Além disso, o encontro também defendeu financiamento sustentável, cooperação internacional e participação de governos, ciência, sociedade civil, povos indígenas e comunidades locais.[33]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública ressaltou a discussão, no âmbito do 18º Congresso Mundial de Saúde Pública, realizado em setembro, sobre One Health, particularmente sobre as estratégias para fortalecer a governança para a preparação para pandemias em um contexto de mudanças climáticas.[34]

A InterAcademy Partnership (IAP) publicou nota em que afirma que a Europa não carece mais de consenso de que a saúde humana, animal e ambiental são inseparáveis, mas ainda não tem uma forma clara de governar essa realidade. Para discutir esse tema, a Federação Europeia de Academias de Medicina está organizando um debate e uma oficina sobre One Health.[35]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Força de trabalho e condições de trabalho em saúde

O International Council of Nurses (ICN) destaca iniciativas recentes voltadas ao fortalecimento da enfermagem e dos sistemas de saúde, incluindo a preparação do Congresso ICN 2027 e debates sobre envelhecimento saudável, segurança do paciente e preparação para pandemias. A organização também ressalta a necessidade de ampliar a força de trabalho de enfermagem, diante de uma estimativa de déficit global de 23,9 milhões de enfermeiros e parteiras, e defende a participação dos profissionais de enfermagem no desenvolvimento e avaliação de ferramentas de inteligência artificial em saúde.[36]

A World Health Professions Alliance (WHPA) alerta que a escassez de profissionais, as más condições de trabalho e o investimento insuficiente deixam os sistemas de saúde despreparados para responder a futuras pandemias. A organização defende o fortalecimento da força de trabalho por meio de equipes adequadamente dimensionadas, condições de trabalho dignas, financiamento sustentável e apoio à saúde e ao bem-estar dos profissionais, destacando que os compromissos assumidos pelos governos precisam ser transformados em ações concretas.[1,37]

Fortalecimento institucional e capacidade dos sistemas de saúde

A IANPHI apoiou a Agência Nacional de Saúde Pública de Serra Leoa (NPHA) na realização de um workshop para avaliar capacidades institucionais e definir prioridades de

fortalecimento organizacional, incluindo recursos humanos, comunicação interna, tecnologia da informação, níveis subnacionais e financiamento sustentável. A iniciativa resultou em um plano de ação com intervenções prioritárias, responsabilidades e prazos definidos, contribuindo para o fortalecimento da capacidade da NPHA em vigilância, serviços laboratoriais, preparação e resposta a surtos e para seu objetivo de obter a certificação ISO 9001.[38]

A CARE International denunciou o impacto crítico dos cortes de financiamento internacional sobre seus centros de saúde primária na Somália, que servem como linha de vida para milhares de mulheres e crianças em campos de deslocados internos. A entidade alerta que o encerramento forçado dessas unidades interrompe serviços vitais de saúde materna, nutrição e atendimento pré-natal, exacerbando as taxas de mortalidade evitável em um contexto de severa emergência humanitária. [39]

Doenças negligenciadas

A Drugs for Neglected Diseases Initiative (DNDi) divulgou um artigo de opinião de seu líder da Ásia Continental, Sanjay Sarin, que argumenta que a Índia tem a oportunidade de fortalecer seu papel na descoberta e desenvolvimento de medicamentos para doenças negligenciadas.[40]

Qualidade e segurança do paciente

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) registrou a realização de uma masterclass em que se explorou como líderes da área da saúde podem construir uma cultura que coloque a qualidade e a segurança no centro das organizações.[41]

Dia Mundial da Terapia Ocupacional

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais divulgou o tema deste ano do Dia Mundial da Terapia Ocupacional, celebrado em 27 de outubro: “A Participação Importa”. O tema destaca o papel das atividades, papéis e rotinas do dia a dia no apoio à saúde, bem-estar e qualidade de vida.[42]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Conflitos armados e assistência humanitária

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) marca três anos de intensificação da violência em Israel e nos territórios ocupados, destacando as perdas humanas e as necessidades da população afetada pelo conflito. A organização relata ações de assistência humanitária em Gaza, incluindo acesso à água potável, abrigo, alimentos e atendimento no hospital de campanha da Cruz Vermelha, e reforça o chamado ao respeito ao direito internacional humanitário e à proteção da dignidade das pessoas afetadas.[43]

A Médecins Sans Frontières (MSF) alerta para a retomada dos combates no norte da Etiópia e o aumento expressivo de pessoas feridas pela guerra, com mais de 420 pacientes atendidos em Korem e Alamata e mais de 300 em Shire em poucos dias. A organização ampliou o apoio médico aos hospitais, mantendo serviços de saúde materno-infantil e preparando respostas às necessidades das populações deslocadas, enquanto manifesta preocupação com a segurança dos civis e seu acesso aos serviços de saúde.[44]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alerta para o agravamento da violência, das restrições à circulação e dos deslocamentos da população palestina na Cisjordânia, que têm causado mortes, ferimentos, destruição de moradias e perda de meios de subsistência. A organização destaca que essas restrições também dificultam o acesso aos serviços de saúde, inclusive pela retenção de ambulâncias em postos de controle, e pede o respeito ao direito internacional humanitário e a proteção da população civil.[45]

O Movimento pela Saúde dos Povos (PHM) registrou a realização de um protesto público e a entrega de uma petição global assinada por 6.500 profissionais de saúde à Associação Médica Mundial, pedindo a suspensão da Associação Médica de Israel.[46]

Insegurança alimentar em contextos de crise

A CARE International emitiu um alerta humanitário sobre a grave crise de fome no Sudão, apontando que os conflitos armados e os choques climáticos estão colocando em risco a safra agrícola e a subsistência de milhões de pessoas. A organização destaca o colapso dos sistemas de produção de alimentos e alerta que, sem intervenções emergenciais de suporte agrícola e distribuição de suprimentos, o país enfrentará um cenário ainda mais devastador de insegurança alimentar em 2027.[47]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Desenvolvimento e proteção na infância

A Save the Children destacou a importância da preparação dos serviços de cuidado infantil para responder a desastres e apoiar a recuperação de crianças, famílias e comunidades. A organização ressalta parcerias com iniciativas como a Agenda for Children e a Child Care Aware of America para ampliar recursos, conhecimentos e capacidades e fortalecer sistemas de cuidado infantil mais resilientes diante de emergências.[48]

Organizações de Interesse Privado

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Preparação e resposta a pandemias e surtos

Um estudo divulgado pela GAVI, The Vaccine Alliance realizado por pesquisadores suecos com 3,7 milhões de pessoas encontrou associação entre infecções congênitas como rubéola, citomegalovírus, sífilis, toxoplasmose e herpes e maior risco de características ligadas ao Transtorno do Espectro Austista e deficiência intelectual. Os pesquisadores destacam que essas infecções são raras e representam apenas uma pequena proporção dos casos de autismo, no entanto, apontando que a eliminação da rubéola por vacinação na Suécia reforça a importância das estratégias preventivas. O estudo, portanto, não indica que vacinas tratem ou previnam diretamente o autismo, mas que a vacinação pode prevenir algumas infecções congênitas associadas a maior risco de alterações do neurodesenvolvimento.[49]

Vacinação

Programas de vacinação apoiados pela GAVI, The Vaccine Alliance geraram mais de US$30 bilhões em benefícios econômicos em 2025, por meio da redução de doenças, mortes, incapacidades e custos de saúde. No mesmo ano, mais de 73 milhões de crianças foram

imunizadas e mais de 2,2 milhões de mortes futuras foram evitadas. Países de menor renda também contribuíram com um recorde de US$301 milhões para o financiamento das vacinas, resultados esses que reforçam a vacinação como investimento em saúde, produtividade e desenvolvimento econômico, como destaca a aliança.[50]

O balanço de 2025 mostra que as vacinas apoiadas pela GAVI, The Vaccine Alliance evitaram mais de 2,2 milhões de mortes futuras em um único ano e mais de 23 milhões desde 2000. Mais de 73 milhões de crianças foram imunizadas em 2025, enquanto o número de crianças "zero dose" caiu para 9,5 milhões nos países apoiados. Ademais, a vacinação contra HPV alcançou mais de 35 milhões de meninas e as vacinas contra malária chegaram a 24 países africanos, destacando também que mais de US$30 bilhões em benefícios econômicos e o aumento da participação financeira dos próprios países nos programas de vacinação.[51]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Equidade, financiamento e desenvolvimento

O Consortium of Universities for Global Health reforçou em documento o seu papel como uma rede necessária diante da redução do financiamento da Saúde Global, das ameaças aos avanços do desenvolvimento e das dificuldades enfrentadas pela ciência e pelas colaborações internacionais. Seu plano estratégico 2025–2028 prioriza parcerias equitativas, fortalecimento das universidades, formação de novas lideranças e ampliação da diversidade da rede, também buscando aproximar academia, governos e outros setores, reduzindo a distância entre pesquisa, políticas e implementação. O Consórcio pretende ainda ampliar sua atuação em advocacy e mobilização de recursos para enfrentar desafios globais.[52]

A Rockefeller Foundation propõe um "Growth and Investment Reset" para enfrentar a crise de financiamento que afeta países em desenvolvimento, com a ampliação de financiamento de longo prazo e baixo custo do FMI e Banco Mundial para cerca de 40 países de baixa e média-baixa renda. A proposta prevê também a cooperação de credores bilaterais e privados para direcionar os recursos ao crescimento e ao investimento, evitando que sejam absorvidos pelo pagamento da dívida. Segundo a Fundação, a iniciativa busca criar condições para que esses países retomem trajetórias de crescimento e sustentabilidade antes de entrarem em situação de crise da dívida.[53]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e impactos sobre a saúde

Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, a Nigéria poderá registrar o maior número de mortes relacionadas ao calor no mundo durante o super El Niño de 2026–2027. Estimativas apontam cerca de 31.400 mortes adicionais no país, de um total de 66.800 projetadas para Nigéria, Sudão, Níger e Chade. A vulnerabilidade é agravada pela pobreza, dependência da agricultura e baixo acesso à eletricidade e refrigeração, com o cenário evidenciando como as mudanças climáticas atingem de forma desigual populações com menor capacidade de adaptação.[54]

Direito ambiental e responsabilidade climática

A Wellcome Trust destaca a opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre as obrigações dos Estados diante das mudanças climáticas, publicada em julho de 2025, e a resolução da Assembleia Geral da ONU de maio de 2026 que a acolheu e operacionalizou. O

parecer reconheceu o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável como fundamental para a proteção dos direitos humanos e estabeleceu deveres dos Estados relacionados à prevenção de danos ambientais e à saúde, à cooperação internacional, à adoção de metas climáticas ambiciosas e à responsabilização por perdas e danos. A Wellcome apoiou o processo por meio de financiamento que contribuiu para integrar evidências científicas, especialmente sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde, às discussões jurídicas internacionais.[55]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Força de trabalho

Em sessão promovida pelo International Rescue Committee durante a UNGA81, Lisa M. Hilmi, diretora executiva do CORE Group, participou de discussões sobre o fortalecimento dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente, com destaque para os agentes comunitários de saúde. O encontro reforçou a importância de garantir a participação ativa desses profissionais nas decisões e na construção dos sistemas de saúde em que atuam.[56]

Financiamento, acesso e sustentabilidade dos sistemas

O Global Fund e o Islamic Development Bank (IsDB) firmaram um novo acordo de parceria para alinhar investimentos, mobilizar recursos e fortalecer sistemas de saúde resilientes e sustentáveis em países de baixa e média renda. A iniciativa prevê mecanismos inovadores de financiamento, apoio à atenção primária, cobertura universal de saúde, cadeias de suprimentos, prevenção e controle de doenças e preparação para pandemias.[57]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Reforma da arquitetura global da saúde

A GAVI, The Vaccine Alliance defende que a reforma do campo da saúde global deve ser avaliada pelos resultados alcançados nos sistemas nacionais e na chamada "última milha". A aliança critica a fragmentação causada por múltiplos financiadores, exigências de prestação de contas e estruturas paralelas, e como alternativa, propõe colocar os governos no centro da definição de prioridades e alinhar parceiros aos sistemas nacionais. A experiência do Gavi Leap busca simplificar financiamento, reduzir burocracia e integrar serviços, fortalecendo a liderança e a soberania dos países.[58]

Governança, cooperação e articulação internacional

A Virtual Global Health Week 2026, promovida pelo Consortium of Universities for Global Health, reunirá pesquisadores, governos, academia, organizações multilaterais e profissionais para discutir desafios contemporâneos da Saúde Global. A programação aborda temas como governança da IA, preparação para pandemias, financiamento, equidade, força de trabalho, reforma da pesquisa e educação e saúde planetária. O evento, que ocorrerá entre os dias 27 e 29 de outubro, também enfatiza liderança local, direitos humanos e soberania dos países na cooperação em saúde. A página do evento dispõe de maiores informações, em especial sobre as inscrições.[59]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Diagnóstico e inovação tecnológica

A FIND destaca um estudo que avaliou, de forma padronizada e comparativa, oito produtos comerciais de detecção auxiliada por computador (CAD) para o rastreamento da tuberculose em adultos, utilizando conjuntos de dados de radiografias de tórax em contextos comunitários e de serviços de saúde. Os resultados mostram diferenças importantes no desempenho entre os produtos, reforçando a necessidade de avaliações específicas, padronizadas e de uma seleção cuidadosa dos limiares de detecção, em trabalho que contribuiu para uma atualização das recomendações da OMS sobre o uso de CAD no rastreamento da tuberculose.[60]

Novos testes rápidos para diagnóstico do sarampo, desenvolvidos e fabricados no Senegal, representam um avanço para a vigilância da doença na África. A GAVI, The Vaccine Alliance destaca que os testes permitem confirmar casos em minutos, facilitando respostas mais rápidas e direcionadas durante surtos, com a expectativa de disponibilizar até 500 mil testes por ano, inicialmente no Senegal. Neste sentido, a iniciativa também fortalece a capacidade africana de produção de tecnologias de saúde e pode ajudar a identificar comunidades com baixa cobertura vacinal.[61]

Inteligência artificial inclusiva

A Gates Foundation destaca o trabalho de Chenai Chair, diretora do Masakhane African Languages Hub, iniciativa que busca tornar a inteligência artificial mais inclusiva na África por meio do desenvolvimento de bases de dados e pesquisas voltadas às 50 línguas mais faladas do continente. O projeto procura enfrentar os vieses linguísticos dos sistemas atuais de IA, ampliando sua aplicação em áreas como saúde, educação, agricultura, serviços financeiros e serviços públicos, com uma abordagem centrada nas comunidades e na inclusão de grupos historicamente marginalizados.[62]

Tecnologias digitais em saúde mental

A Wellcome Trust destaca o SloMo, uma terapia digital desenvolvida para pessoas com psicose que vivenciam paranoia, que combina sessões terapêuticas com um aplicativo para auxiliar no manejo de preocupações no cotidiano. Desenvolvida em parceria entre pesquisadores, profissionais de saúde, designers e pessoas com experiência de paranoia, a iniciativa utiliza o co-design para incorporar essas experiências em todas as etapas do desenvolvimento. Resultados de um ensaio clínico randomizado apontaram melhorias nos sintomas de paranoia, confiança, bem-estar e qualidade de vida, e a ferramenta está sendo implementada em três serviços do NHS para avaliar seu uso na prática clínica.[63]

Considerações Finais

Na última quinzena, observou-se convergência entre a defesa dos direitos, o fortalecimento dos sistemas de saúde e os desafios relacionados ao financiamento e à cooperação internacional. As OSC de interesse público e privado abordaram problemas semelhantes, mas com ênfases distintas: as primeiras destacaram a mobilização social, os direitos humanos e a redução das desigualdades, enquanto as segundas deram maior visibilidade ao financiamento, às parcerias institucionais, à vacinação e ao desenvolvimento de tecnologias.

A preparação para futuras pandemias e a resposta a surtos permaneceram entre os principais desafios da saúde global. A dificuldade de aprovar a declaração política da ONU sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias evidenciou obstáculos à cooperação internacional e à construção de respostas coordenadas diante de emergências sanitárias. Ao mesmo tempo, os surtos de cólera e de Ebola evidenciaram a necessidade de fortalecer a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e de investir na força de trabalho.

Os cortes e as restrições de financiamento constituíram outro tema transversal, com repercussões na atenção primária, na assistência humanitária, nos movimentos feministas e na sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Também foram apontados problemas decorrentes da fragmentação dos recursos e das exigências de prestação de contas, o que reforça a importância de alinhar os investimentos internacionais às prioridades dos países e de fortalecer os sistemas nacionais de saúde.

Esses desafios se agravam em contextos de conflitos armados, eventos climáticos extremos e vulnerabilidade social, que comprometem o acesso aos serviços de saúde, à proteção social e à assistência humanitária. A escassez de profissionais, as condições de trabalho inadequadas e o investimento insuficiente também limitam a capacidade dos sistemas de saúde de responder a pandemias e outras emergências. Nesse cenário, o fortalecimento da enfermagem, dos agentes comunitários e da atenção primária permanece fundamental.

Na UNGA81, houve discussões sobre prioridades globais, como saúde mental, proteção à infância, nutrição e fortalecimento da força de trabalho em saúde. As manifestações, contudo, evidenciaram a tensão entre essas prioridades e as restrições de recursos, destacando a necessidade de investimentos sustentáveis para atender às necessidades das populações.

Por fim, as discussões sobre mudanças climáticas e saúde planetária reforçaram a importância de integrar as políticas de saúde, de desenvolvimento e de proteção ambiental. Além de compromissos climáticos concretos, ressaltou-se a necessidade de financiamento para apoiar os países mais vulneráveis. Em conjunto, as organizações da sociedade civil apontam que a resposta aos desafios globais de saúde exige cooperação internacional, financiamento sustentável e previsível, fortalecimento dos sistemas públicos e redução das desigualdades, mantendo as necessidades das populações vulneráveis no centro das decisões.

Referências

1. International Council of Nurses. No pandemic preparedness without workforce: ICN delivers strong statement to the UN as pandemic declaration fails to pass [Internet]. ICN — International Council of Nurses. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.icn.ch/news/no-pandemic-preparedness-without-workforce-icn-delivers-strong-statement-un-pandemic

2. Serafini M, President of Médecins Sans Frontières in Switzerland. Why we could not stop cholera in Sudan [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.msf.org/why-we-could-not-stop-cholera-sudan

3. Médecins Sans Frontières. Ebola disease outbreak spreads like a megafire in North Kivu as new hotspots multiply [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.msf.org/ebola-disease-outbreak-spreads-megafire-north-kivu

4. International Association of National Public Health Institutes. U.S. Government Strengthens Regional Health Security in West Africa Through Lassa Fever Preparedness Exercises [Internet]. [cited 2026

Oct 7]. Disponível em: https://ianphi.org/news/2026/u.s-government-strengthens-regional-health-security-in-west-africa-through-lassa-fever-preparedness-exercises.html

5. Fundación Huésped. Fundación Huésped investiga una estrategia de inicio rápido del tratamiento para el VIH [Internet]. Fundación Huésped. 2026 [cited 2026 Oct 10]. Disponível em: https://huesped.org.ar/novedades/fundacion-huesped-investiga-una-estrategia-de-inicio-rapido-del-tratamiento-para-el-vih

6. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. HPV vaccination is one of the most powerful tools in cancer prevention, yet its full potential remains unrealized [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_hpv-vaccinations-immunization-activity-7514244575985623042-oe-7

7. World Federation for Mental Health. Special Events Report on UNGA81 [Internet]. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2026.26-09-28_special-events-report-on-unga81

8. WONCA. World Organization of Family Doctors. Today at 12:00 UTC, World Federation for Mental Health [...] [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wonca_worldmentalhealthday-mentalhealth-primarycare-activity-7514150168737239040-o0kZ

9. World Federation for Mental Health. COVID-19 Pandemic and Psychology: Past, Present, and Future [Internet]. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2026.26-10-03_new-book-by-wfmh-vice-president-for-latin-america

10. European Lung Foundation. World Lung Day 2026: Healthy Lungs, Healthy Populations [Internet]. Disponível em: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/world-lung-day-2026-healthy-lungs-healthy-populations/

11. European Lung Foundation. EU Screening Week 2026: Healthy Lungs for Life activities took lung health checks to communities across Europe [Internet]. 2026. Disponível em: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/eu-screening-week-2026-healthy-lungs-for-life-activities/

12. European Public Health Alliance. A common approach to screening can change the course of cardiovascular health, but not without strengthening upstream prevention and care — EPHA [Internet]. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://epha.org/a-common-approach-to-screening-can-change-the-course-of-cardiovascular-health-but-not-without-strengthening-upstream-prevention-and-care/

13. ACT Promoção da Saúde. Quer parar de beber? O que a ciência diz sobre os primeiros dias sem álcool [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Oct 10]. Disponível em: https://actbr.org.br/parar-de-beber-alcool/9699/

14. ACT Promoção da Saúde. Comida de Mentira: o que acontece quando um filme não termina quando sobem os créditos? [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Oct 10]. Disponível em: https://actbr.org.br/comida-de-mentira-doc/9706/

15. Save the Children. Eyang Garrison on Rural Children's Voices in Policy [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_as-we-prepare-to-kick-off-head-start-awareness-activity-7511066104727932928-bw7k

16. Save the Children. The conversations at UNGA may be over. The work for children is not [...] [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_unga81-activity-7510381657535741952-WdZs

17. IFMSA. International Federation of Medical Students Associations. IFMSA in the 79th WHO RC SEARO [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_79th-who-rc-searo-activity-7510770386519617536-abm8

18. IFA. International Federation on Ageing. Demography does not determine our destiny [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_demography-does-not-determine-our-destiny-activity-7514347410345852928-dvnK

19. Human Rights Watch. Letter to the EU ahead of 2026 EU-GCC summit [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/10/07/letter-to-the-eu-ahead-of-2026-eu-gcc-summit

20. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. The “Minorities, Diversity and Inclusion” session at the 18th World Congress on Public Health [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_wcph-wcph2026-gender-activity-7513504653326843904-F6JP

21. Fòs Feminista. Statement: Sixth Session of the Regional Conference on Population and Development in Latin America and the Caribbean [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://fosfeminista.org/news-and-stories/rcpd-sixth-session-partners-statement/

22. Fòs Feminista. Advancing Comprehensive Sexuality Education Worldwide with AMAZE and Fòs Feminista: WestWind Awards 2026-2027 [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://fosfeminista.org/news-and-stories/advancing-comprehensive-sexuality-education-worldwide-with-amaze-and-fos-feminista-westwind-awards-2026-2027/

23. Fòs Feminista. When aid runs out: building the infrastructure feminist movements need to last [Internet]. Fòs Feminista. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://fosfeminista.org/news-and-stories/when-aid-runs-out/

24. ACON. ACON at the Parramatta Pride Picnic [Internet]. ACON. 2026 [cited 2026 Oct 10]. Disponível em: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

25. STOPAIDS. What do you think will be the major challenges to global health in the next 3-5 years? [...] [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 10]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/uk-consortium-on-aids-%26-international-development_what-do-you-think-will-be-the-major-challenges-activity-7513569214738251778-LBW0

26. SHEM. From United Nations to United Peoples: Sustainable Equity as the basis for a UN refoundation [...] [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 10]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_from-united-nations-to-united-peoples-activity-7509429778026926080-qMKd

27. Human Rights Watch. Louisiana Activists Draw Links Between Petrochemical, Climate Harm to Maternal Health [Internet]. Human Rights Watch. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.hrw.org/news/2026/10/08/louisiana-activists-draw-links-between-petrochemical-climate-harm-to-maternal

28. Oxfam International. Reaction to the outcome of the pre-COP summit [Internet]. Oxfam International. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.oxfam.org/en/press-releases/reaction-outcome-pre-cop-summit

29. European Lung Foundation. Clean heat, cleaner air: why Europe’s heating crisis is a lung health emergency [Internet]. [cited 2026 Oct 2]. Disponível em: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/clean-heat-cleaner-air-why-europes-heating-crisis-is-a-lung-health-emergency/

30. IAP. InterAcademy Partnership. Right now, UNESCO and Data-Pop Alliance are inviting participation [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_right-now-unesco-and-data-pop-alliance-activity-7512808562830675968-Vnum

31. World Vision. One Month On: Nepal's Flood-Affected Children Still Carry the Weight of Loss [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.wvi.org/newsroom/nepal/one-month-nepals-flood-affected-children-still-carry-weight-loss

32. CARE. "Community is the medicine": CARE partners with local organizations in Spokane to help residents after the wildfires [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/spokane-wildfire-recovery-mothers-families-care/

33. Planetary Health Alliance. Leaders Call for Greater Focus on Preventing Pandemics at the Source [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://planetaryhealthalliance.org/news/leaders-call-for-greater-focus-on-preventing-pandemics-at-the-source/

34. World Federation of Public Health Associations — WFPHA. At last month's 18th World Congress on Public Health [...] [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_globalhealth-onehealth-publichealth-activity-7513836899476799488-5ZzZ

35. IAP. InterAcademy Partnership. Europe no longer lacks consensus that human, animal, and environmental health are inseparable [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_europe-no-longer-lacks-consensus-that-activity-7513559654438727681-1Adk

36. International Council of Nurses. ICN Update September 2026 [Internet]. ICN — International Council of Nurses. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.icn.ch/news/icn-update-september-2026

37. International Council of Nurses. Governments must act now to build a pandemic-ready health workforce, says WHPA [Internet]. ICN — International Council of Nurses. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.icn.ch/news/governments-must-act-now-build-pandemic-ready-health-workforce-says-whpa

38. International Association of National Public Health Institutes. Sierra Leone NPHA Development Workshop [Internet]. [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://ianphi.org/news/2026/sierra-leone-npha-development-workshop.html

39. CARE. CARE health centers in Somalia are a lifeline for families and malnourished children — but funding cuts are forcing them to close [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.care.org/news-and-stories/care-health-centers-funding-cuts-somalia/

40. DNDi, Drugs for Neglected Diseases initiative. India supplies around 20% of the world's generic medicines and is one of the largest vaccine manufacturers globally [...] [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/dndi_globalhealth-drugdiscovery-drugdevelopment-activity-7513885472608321536-ru44

41. IHF. International Hospital Federation. That's a wrap on this year's YEL masterclasses! [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://lnkd.in/p/dzB5Dqah

42. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. The World Occupational Therapy Day 2026 theme "Participation Matters" [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wfot_the-world-occupational-therapy-day-2026-theme-activity-7513534659687804928-fFCv

43. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Israel y los territorios ocupados: Se cumplen tres años de tragedia y pérdida [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.icrc.org/es/declaracion/israel-y-los-territorios-ocupados-se-cumplen-tres-anos-de-tragedia-y-perdida

44. Médecins Sans Frontières. Renewed fighting in northern Ethiopia as MSF teams scale up medical response to increase in war-wounded [Internet]. Médecins Sans Frontières (MSF) International. 2026 [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.msf.org/msf-teams-scale-medical-response-fighting-resumes-ethiopia

45. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Cisjordania: el CICR llama a la protección urgente de la población civil [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.icrc.org/es/comunicado-de-prensa/cisjordania-cicr-llama-proteccion-urgente-de-la-poblacion-civil

46. PHM. People's Health Movement. Doctors Hang 81 Empty Scrubs Outside WMA Summit as Global Campaign Challenges WMA over IMA Membership [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 9]. Disponível em: https://phmovement.org/empty-scrubs-one-demand

47. CARE. Sudan's harvest at risk as millions face worsening hunger in 2027 [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.care.org/media-and-press/sudans-harvest-at-risk-as-millions-face-worsening-hunger-in-2027/

48. Save the Children. In recognition of National Preparedness Month, we're proud to highlight Agenda for Children, Louisiana's statewide child advocacy organization and a leading champion for early childhood education… [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_in-recognition-of-national-preparedness-activity-7509258193261297664-wHjf

49. Gavi, the Vaccine Alliance. New research suggests vaccines could help prevent autism [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/new-research-suggests-vaccines-could-help-prevent-autism

50. Gavi, The Vaccine Alliance. Vaccines deliver over US$ 30 billion in economic benefits for lower-income countries in 2025 [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/vaccines-deliver-over-us-30-billion-economic-benefits-lower-income-countries-2025

51. Gavi, the Vaccine Alliance. Eight numbers that explain the impact of Gavi, the Vaccine Alliance in 2025 [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/eight-numbers-explain-impact-gavi-vaccine-alliance-2025

52. Consortium of Universities for Global Health. A Network Built for this Moment [Internet]. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://cugh.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/resources/CUGH-A-Network-Built-for-this-Moment.pdf

53. The Rockefeller Foundation. Rockefeller Foundation Proposes "Growth and Investment Reset" to Move Developing Countries From Debt to Development [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-growth-investment-reset-developing-countries-debt-to-development/

54. Gavi, the Vaccine Alliance. Nigeria faces the world's highest projected death toll from super El Niño heat [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/nigeria-faces-worlds-highest-projected-death-toll-super-el-nino-heat-what-could

55. Wellcome. Climate Change at the International Court of Justice [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/climate-change-international-court-justice

56. CORE Group. Session hosted by the International Rescue Committee [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_frontlineworkers-communityhealthworkers-activity-7510408166053093376-jhQh

57. The Global Fund. News Releases [Internet]. The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.theglobalfund.org/en/news/2026/2026-10-07-islamic-development-bank-global-fund-strengthen-partnership-advance-sustainable-health-financing/

58. Gavi, the Vaccine Alliance. From global reform to country leadership: delivering impact at the last mile [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gavi.org/vaccineswork/global-reform-country-leadership-delivering-impact-last-mile

59. Consortium of Universities for Global Health. Register Now for Virtual Global Health Week 2026! October 27th-29th, 8:00AM-2:30PM ET, Zoom; Sessions are free, open to all worldwide & address contemporary global challenges and opportunities [Internet]. [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://cugh.org/conferences/vgh-week-2026

60. FIND. Don’t miss our new scientific article in ERJ Open Research on the evaluation of CAD products in community and facility TB screening: 2025 policy update [... [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Oct 7]. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/finddx_evaluation-of-cad-products-in-community-and-activity-7509258185367711744-R66u

61. Gavi, the Vaccine Alliance. Made in Africa: New measles rapid diagnostic tests mark breakthrough for vaccination efforts [Internet]. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gavi.org/news/media-room/made-africa-new-measles-rapid-diagnostic-tests-mark-breakthrough-vaccination

62. Gates Foundation. “We build together”: The team that’s making AI work better for Africa [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/chenai-chair-ai-for-africa

63. Wellcome Trust. Transforming how people manage paranoia [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Oct 8]. Disponível em: https://wellcome.org/insights/articles/transforming-how-people-manage-paranoia0

Vozes do Sul Global

Voces del Sur Global

Voices of the Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup, Rychard L. Monteiro, Ana Luiza Moreno e Beatriz Araujo

Resumo: O UNOSSC iniciou consultas informativas com os grupos regionais da ONU em preparação para a 23ª reunião do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, agendada para 1 a 4 de junho de 2027. A organização segue firme em seu propósito de disseminar a Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular, integrada à plataforma de IA *South-South Galaxy+*, impulsionando iniciativas em transição energética, saúde materna em Ruanda (Fundo Índia-ONU/UNFPA), transformação digital e uso de dados de satélite da ESA no Sul Global. O Brasil fortaleceu a Cooperação Sul-Sul, trilateral e multilateral em saúde, ciência e inteligência artificial. No âmbito regional, defendeu a resiliência sanitária no 63º Conselho Diretor da OPAS, enquanto a UFRJ integrou o projeto ibero-americano *Labs UniversitarIA*. Na cooperação bilateral e trilateral, o país acolheu missão técnica do Egito e do UNICEF para estruturar o sistema de saúde mental infantojuvenil egípcio (RAPS/CAPSi). Fortaleceu laços com Botsuana via doações humanitárias de medicamentos essenciais e firmou parceria tripartida com Portugal (Farmanguinhos/Fiocruz, IHMT NOVA e Wolbito) voltada à inovação tecnológica, controle de vetores e capacitação científica para os países de língua portuguesa. Na 50ª Reunião Anual dos Ministros das Relações Exteriores e nos trabalhos da AGNU 81, o G-77 e China reafirmou a defesa da ordem multipolar, a erradicação da pobreza e a inviolabilidade da Agenda 2030. No âmbito da iniciativa ONU80 e da FfD4, cobrou a reforma do sistema financeiro, a transferência tecnológica e a industrialização local de minerais críticos. No 3º Comitê, o grupo reforçou a indivisibilidade dos direitos humanos e o combate à pobreza intergeracional. Na celebração dos 25 anos de Durban, vinculou a justiça reparatória e o antirracismo aos ODS, alertando para a ampliação de discriminações via Inteligência Artificial e exigindo a governança ética das tecnologias globais. O MNA intensificou sua articulação político-diplomática e a defesa do multilateralismo. Na AGNU 81, o bloco liderou posições no 1º Comitê, vinculando o desarmamento à liberação de espaço fiscal para a saúde e aos ODS, bem como no 6º Comitê, onde denunciou a cooptação política do combate ao terrorismo e o impacto de sanções unilaterais sobre o acesso a insumos médicos. Em outra reunião, o Gabinete de Coordenação avançou no projeto de convenção vinculante sobre o Direito ao Desenvolvimento e nos preparativos para a Reunião Ministerial de Kampala em dezembro de 2026. A Rede Parlamentar consolidou sua institucionalização em Arusha, enquanto o BCIS debateu a autonomia estratégica e o combate ao neocolonialismo informacional. Já a NAMYO impulsionou o *soft power* e a transição energética equitativa via UNESCO, além de engajar a pauta do Dia Mundial da Saúde Mental. O Centro Sul fortaleceu a diplomacia multilateral do Sul Global por meio de engajamentos estratégicos em Genebra, Bali e Nova York. A instituição alinhou prioridades de desenvolvimento com a OCI, o Fundo Verde para o Clima (GCF), Barbados, Marrocos e Moçambique, priorizando o financiamento climático, o alívio da dívida soberana e a preservação do espaço de políticas públicas. Paralelamente, defendeu posições jurídicas e normativas em fóruns globais: articulou a transferência de tecnologia no Acordo sobre Pandemias da OMS,

combateu assimetrias em royalties digitais na OMPI, promoveu a soberania sobre minerais críticos na Semana do Clima e propôs reformas no mecanismo ISDS e na governança de IA para proteger a soberania socioambiental e tecnológica do Sul Global.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *La UNOSSC ha iniciado consultas informativas con los grupos regionales de la ONU en preparación para la 23.ª reunión del Comité de Alto Nivel sobre la Cooperación Sur-Sur, programada del 1 al 4 de junio de 2027. La organización se mantiene firme en su propósito de difundir la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular, integrada a la plataforma de IA South-South Galaxy+, impulsando iniciativas en transición energética, salud materna en Ruanda (Fondo India-ONU/UNFPA), transformación digital y el uso de datos satelitales de la ESA en el Sur Global. Brasil fortaleció la Cooperación Sur-Sur, trilateral y multilateral en salud, ciencia e inteligencia artificial. En el ámbito regional, defendió la resiliencia sanitaria en el 63.º Consejo Directivo de la OPS, mientras que la UFRJ integró el proyecto iberoamericano Labs UniversitarIA. En la cooperación bilateral y trilateral, el país acogió una misión técnica de Egipto y del UNICEF para estructurar el sistema de salud mental infantil y juvenil egipcio (RAPS/CAPSi). Fortaleció lazos con Botsuana mediante donaciones humanitarias de medicamentos esenciales y firmó una alianza tripartita con Portugal (Farmanguinhos/Fiocruz, IHMT NOVA y Wolbito) enfocada en la innovación tecnológica, el control de vectores y la capacitación científica para los países de lengua portuguesa. En la 50.ª Reunión Anual de Ministros de Relaciones Exteriores y en los trabajos de la AGNU 81, el G-77 y China reafirmó la defensa del orden multipolar, la erradicación de la pobreza y la inviolabilidad de la Agenda 2030. En el marco de la iniciativa ONU80 y de la FfD4, exigió la reforma del sistema financiero, la transferencia tecnológica y la industrialización local de minerales críticos. En la 3.ª Comisión, el grupo reforzó la indivisibilidad de los derechos humanos y el combate a la pobreza intergeneracional. En la celebración de los 25 años de Durban, vinculó la justicia reparatoria y el antirracismo a los ODS, alertando sobre el aumento de las discriminaciones a través de la Inteligencia Artificial y exigiendo una gobernanza ética de las tecnologías globales. El MNA intensificó su articulación político-diplomática y la defensa del multilateralismo. En la AGNU 81, el bloque lideró posiciones en la 1.ª Comisión, vinculando el desarme a la liberación de espacio fiscal para la salud y los ODS, así como en la 6.ª Comisión, donde denunció la cooptación política de la lucha contra el terrorismo y el impacto de las sanciones unilaterales sobre el acceso a insumos médicos. En otra reunión, el Buro de Coordinación avanzó en el proyecto de convención vinculante sobre el Derecho al Desarrollo y en los preparativos para la Reunión Ministerial de Kampala en diciembre de 2026. La Red Parlamentaria consolidó su institucionalización en Arusha, mientras que el BCIS debatió la autonomía estratégica y la lucha contra el neocolonialismo informacional. Por su parte, la NAMYO impulsó el soft power y la transición energética equitativa a través de la UNESCO, además de sumarse a la agenda del Día Mundial de la Salud Mental. El Centro Sur fortaleció la diplomacia multilateral del Sur Global mediante compromisos estratégicos en Ginebra, Bali y Nueva York. La institución alineó prioridades de desarrollo con la OCI, el Fondo Verde para el Clima (GCF), Barbados, Marruecos y Mozambique, priorizando el financiamiento climático, el alivio de la deuda soberana y la preservación del espacio de políticas públicas (policy space). Paralelamente, defendió posiciones jurídicas y normativas en foros globales: articuló la transferencia de tecnología en el Acuerdo sobre Pandemias de la OMS, combatió asimetrías en regalías digitales en la OMPI, promovió la soberanía sobre minerales críticos en la Semana del*

Clima y propuso reformas al mecanismo ISDS y a la gobernanza de la IA para proteger la soberanía socioambiental y tecnológica del Sur Global.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *UNOSSC has initiated informational consultations with UN regional groups in preparation for the 23rd session of the High-Level Committee on South-South Cooperation, scheduled for June 1–4, 2027. The organization remains steadfast in its mission to promote the Global Alliance for South-South and Triangular Cooperation, integrated with the AI-driven South-South Galaxy+ platform, advancing initiatives in energy transition, maternal health in Rwanda (India-UN Fund/UNFPA), digital transformation, and the use of ESA satellite data across the Global South. Brazil reinforced South-South, triangular, and multilateral cooperation in health, science, and artificial intelligence. Regionally, it advocated for health resilience during the 63rd PAHO Directing Council, while UFRJ participated in the Ibero-American Labs UniversitarIA initiative. In bilateral and triangular cooperation, the country hosted a technical mission from Egypt and UNICEF to help structure Egypt's child and adolescent psychosocial care system (RAPS/CAPSi). It strengthened ties with Botswana through humanitarian donations of essential medicines and established a tripartite partnership with Portugal (Farmanguinhos/Fiocruz, IHMT NOVA, and Wolbito) focused on technological innovation, vector control, and scientific capacity building for Portuguese-speaking countries. At the 50th Annual Meeting of Ministers for Foreign Affairs and throughout the work of UNGA 81, the G-77 and China reaffirmed their commitment to a multipolar order, poverty eradication, and the inviolability of the 2030 Agenda. Within the framework of the UN80 initiative and FfD4, the group demanded international financial system reform, technology transfer, and local industrialization of critical minerals. In the 3rd Committee, the group emphasized the indivisibility of human rights and the fight against intergenerational poverty. Marking the 25th anniversary of the Durban Declaration, it linked reparatory justice and anti-racism to the SDGs, warning against the amplification of discrimination via Artificial Intelligence and calling for the ethical governance of global technologies. The NAM intensified its political-diplomatic engagement and defence of multilateralism. At UNGA 81, the bloc spearheaded key positions in the 1st Committee, linking disarmament to unlocking fiscal space for health and the SDG as well as in the 6th Committee, where it denounced the political co-optation of counterterrorism and the adverse impact of unilateral sanctions on access to medical supplies. In a separate meeting, the Coordination Bureau made headway on the draft binding convention on the Right to Development and preparations for the Kampala Ministerial Meeting in December 2026. The Parliamentary Network consolidated its institutionalization in Arusha, while the BCIS addressed strategic autonomy and resistance to informational neocolonialism. Meanwhile, NAMYO promoted soft power and an equitable energy transition through UNESCO, alongside active engagement on World Mental Health Day. The South Centre strengthened Global South multilateral diplomacy through strategic engagements in Geneva, Bali, and New York. The institution aligned development priorities with the OIC, the Green Climate Fund (GCF), Barbados, Morocco, and Mozambique, prioritizing climate finance, sovereign debt relief, and the preservation of policy space. Concurrently, it championed legal and normative positions in global forums: advocating technology transfer within the WHO Pandemic Agreement, addressing asymmetries in digital copyright royalties at WIPO, promoting sovereignty over critical minerals during Climate Week, and proposing reforms to ISDS mechanisms and AI governance to safeguard the socio-environmental and technological sovereignty of the Global South.*

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques da UNOSSC

UNOSSC começa os preparativos para a 23ª reunião do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul



O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul iniciou uma série de reuniões informativas com os grupos regionais das Nações Unidas, em preparação para a 23ª reunião do Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul **a ser realizada de 1 a 4 de junho de 2027**

O UNOSSC iniciou consultas com grupos regionais da ONU como o grupo africano realizada sob a presidência da Missão Permanente do Burundi junto às Nações Unidas; o Grupo dos Estados da América Latina e do Caribe (GRULAC) sob a presidência da Missão Permanente da Guiana e com o Grupo Ásia-Pacífico, sob a presidência da Missão Permanente de Mianmar. Reuniões adicionais estão agendadas com o Grupo dos Estados da Europa Ocidental e outros (WEOG) e com o Grupo da Europa Oriental (EEG) em outubro. O objetivo destas reuniões regionais é envolver os Estados-Membros nos preparativos para a 23ª sessão do Comitê de Alto Nível e abrem espaço para os países definirem os temas centrais, subtemas e prioridades estratégicas para o evento por meio de um processo inclusivo e liderado pelos próprios Estados.

BOLETIM UNOSSC de setembro de 2026 – Para acessar o Boletim, clique aqui

O grande destaque do mês de setembro de 2026 foi o lançamento da **Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular** que foi lançada no dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

Foi um evento de alto nível que destacou novas oportunidades de parceria e ações coletivas para o desenvolvimento sustentável.


United Nations
Office for South-South Cooperation

South-South Monthly
Newsletter of the United Nations Office for South-South Cooperation

United Nations Day for South-South Cooperation 2026
Solidarity Rising: Global Alliance for Inclusive and Innovative Development

United Nations Day for South-South Cooperation Marks Launch of Global Alliance to Advance Inclusive and Innovative Development

Representatives from over 40 countries, joined UN leaders and other South-South and triangular cooperation stakeholders, in welcoming the new Global Alliance to connect national development priorities with expertise, proven solutions and partnerships.

United Nations General Assembly
81st Session

UNGA81: UNOSSC Advances Global Alliance and Southern Solutions at General-Assembly

UNGA81: IsDB and UNOSSC Promoting Regional Integration through South-South and Triangular Cooperation

FAO and UNOSSC Mark United Nations Day for South-South Cooperation with Joint Event on Global South Solutions

STI Day for the South Highlights Partnerships to Scale Southern Innovation

UNOSSC Briefs Regional Groups on Preparations for the 23rd High-level Committee on South-South Cooperation

Building South-South Partnerships for a More Inclusive Creative Economy

A Aliança conecta governos, entidades da ONU, bancos de desenvolvimento, academia e o setor privado. Para viabilizar essas parcerias, a plataforma *South-South Galaxy+* utiliza inteligência artificial para mapear conhecimentos, soluções e necessidades dos países.

A presença do UNOSSC na UNGA 81

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul aproveitou a 81ª Assembleia Geral para posicionar as cooperação Sul-Sul e triangular como fundamentais para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O ponto central foi, a divulgação em todas as sessões das quais participou, o lançamento da **Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular**

Durante o Debate Geral, diversos países apresentaram demandas e experiências concretas:

- **Angola:** Inclusão e habilidades digitais.
- **Botsuana:** Resposta ao HIV e à AIDS.
- **Nigéria:** Financiamento do desenvolvimento sustentável e resiliência climática.
- **Ilhas Salomão e Djibuti:** Compartilhamento de tecnologia e expertise.
- **São Cristóvão e Neves:** Geração de empregos e oportunidades.
- **Gâmbia e Sudão:** Parcerias de desenvolvimento e adesão antecipada à Aliança, reforçando a solidariedade e horizontalidade.

A Declaração Ministerial do G-77 e China reafirmou a importância da cooperação Sul-Sul e o papel complementar da cooperação triangular. Pediu maior cooperação em comércio, investimento e tecnologia, além de reiterar o apoio total ao mandato do UNOSSC.

Resumo das Ações e Prioridades do UNOSSC na UNGA 81

- **Classificação de Crédito na África:** Apoio continuado à capacitação de formuladores de políticas africanos com base na experiência das Filipinas.

- **Tecnologia e Cooperação Digital:** Participação na demonstração de IA da Google, debates com a Organização de Cooperação Digital sobre infraestrutura digital crítica e apoio à inclusão financeira digital (em parceria com a Etiópia e o UNCDF).

- **Diplomacia Científica e Soluções do Sul:** Defesa do conhecimento científico do Sul Global como pilar central na construção de políticas de desenvolvimento.

- **Industrialização Verde (Iniciativa da Turquia para a COP31):** Mecanismo para conectar Países Menos Avançados a tecnologias sustentáveis, financiamento e suporte técnico, impulsionando a participação no *South-South Galaxy+* e na Aliança Global.

- **Integração Regional e Conectividade:** Parceria com o Banco Islâmico de Desenvolvimento (*Reverse Linkage 2.0*) para fortalecer comércio, infraestrutura e conectividade.

- **Financiamento e Parcerias Público-Privadas:** Destaque para parcerias como os projetos agrícolas do Marrocos, combinando apoio técnico e financeiro para canalizar soluções do Sul às necessidades locais.

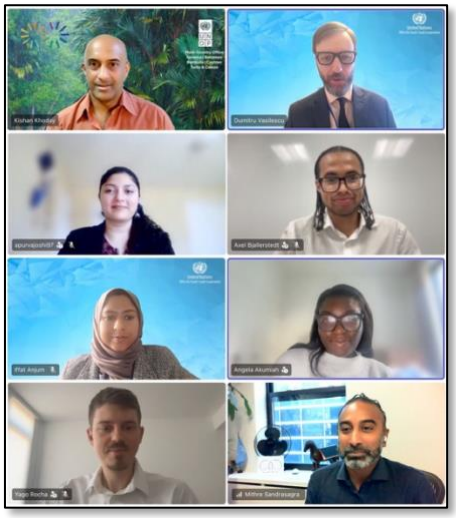
- **Transformação Digital e IA (Bahrein):** Foco no aprendizado entre pares e governança digital, conectando o avanço tecnológico a capacitações humanas e promovendo as plataformas *South-South Galaxy+* e Aliança Global para replicar soluções públicas.

- **Minerais de Transição Energética:** Promoção do intercâmbio de políticas para que países produtores do Sul Global passem de meros seguidores a definidores da agenda internacional de minerais críticos.

- **Transparência e Governança:** Engajamento com a CAF e a IATI para fortalecer a transparência e a prestação de contas nas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento.

- **Apoio a Países Sem Litoral:** Participação na 25ª Reunião Ministerial, onde se defendeu a criação de centros regionais de pesquisa agrícola e maior suporte financeiro/técnico via cooperação Sul-Sul (Programa de Ação de Awaza).

- **Desenvolvimento no Continente Africano:** Troca de experiências no âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares para alinhar a cooperação Sul-Sul às metas de desenvolvimento regionais.



8 de outubro de 2026 — Financiamento Climático e Cooperação Sul-Sul Rumos à COP31

Em preparação para a COP31, estudantes participantes do *UNOSSC–NYU Consulting Practicum* (De Sevilha a 2030+: Financiando a Resiliência Climática no Sul Global) entrevistaram Kishan Khoday, Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para as Bahamas, Belize, Bermudas, Ilhas Cayman, Jamaica e Ilhas Turks e Caicos.

Destaques da reunião

As discussões giraram em torno de como os compromissos financeiros globais podem se transformar em apoio prático para Países Menos Desenvolvidos (LDCs), Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). E ainda sobre o financiamento climático, a cooperação Sul-Sul e mecanismos para fazer com que os recursos de resiliência cheguem diretamente às famílias, agricultores e pequenas empresas.

- **Visão de Futuro — Perspectivas até 2040:** O trabalho de combinar a pesquisa acadêmica e a visão de especialistas com cenários projetados até 2040, visando identificar as melhores decisões e escolhas para os formuladores de políticas públicas hoje.



8 de outubro de 2026 — Cooperação Sul-Sul Fortalece o Ensino e a Liderança em Saúde Materna em Ruanda

Com o apoio do Governo da Índia por meio do Fundo Índia-ONU (gerido pelo UNOSSC), 313 estudantes de enfermagem obstétrica em Ruanda estão sendo contemplados com bolsas de estudo para avançar sua formação — desde o diploma avançado até programas de nível de mestrado em educação obstétrica.

O projeto é implementado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) em Ruanda, em colaboração direta com as autoridades e instituições de saúde locais, alinhando-se aos esforços nacionais para expandir e qualificar a força de trabalho no setor da saúde.

A iniciativa impulsiona o intercâmbio de experiências e boas práticas entre Ruanda, Índia e Gana, contribuindo para elevar os padrões profissionais, o ensino acadêmico e a liderança no campo da enfermagem obstétrica.

O investimento na alta capacitação profissional visa consolidar a atenção à saúde materno-infantil, fortalecendo a infraestrutura humana dos sistemas de saúde de países em desenvolvimento.



8 de outubro de 2026 — Cooperação Sul-Sul e Dados de Satélite — Chamada Aberta para o *ESA GDA Impact Stories from Space Challenge 2026*

Como dados de satélite no espaço ajudam a prevenir enchentes na Terra

O mapa de inundações feito para um rio do outro lado do planeta pode ser a chave para salvar comunidades e planejar soluções a milhares de quilômetros de distância. Na prática, é assim que a Cooperação Sul-Sul funciona: transformando a experiência aprendida por um país no ponto de partida para outro.

Para impulsionar essas conexões, **Dima Al-Khatib**, Diretora do UNOSSC, é pelo segundo ano consecutivo embaixadora do ***GDA Impact Stories from Space Challenge 2026***, promovido pela Agência Espacial Europeia (ESA).

A iniciativa quer dar visibilidade a histórias reais de quem usa a observação da Terra para transformar o desenvolvimento sustentável no Sul Global. A ESA quer ver como essas informações ganharam vida no campo — seja por meio de vídeos, mapas interativos, animações ou fotografias. **Inscrições abertas até:** 1º de novembro de 2026.

Saiba mais e participe: GDA Impact Stories Challenge 2026

Brasil na cooperação Sul-Sul

O período registra iniciativas de cooperação bilateral e trilateral, além da participação brasileira em espaços multilaterais. Na saúde, destacam-se o intercâmbio com o Egito em saúde

mental infantojuvenil e a atuação brasileira na agenda sanitária das Américas. Na cooperação científica e tecnológica, uma iniciativa ibero-americana reuniu universidades de cinco países para desenvolver ferramentas de inteligência artificial. As notícias disponíveis indicam a continuidade do compartilhamento de políticas públicas e conhecimentos institucionais brasileiros, embora a suspensão temporária das publicações da ABC limite a visibilidade de parte das ações em andamento.



1º de outubro de 2026 – Universidades ibero-americanas apresentam soluções conjuntas de inteligência artificial

A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) apresentou os resultados do projeto Labs UniversitarIA, desenvolvido por cinco universidades da Argentina, do Brasil, do Chile, da Espanha e do Uruguai.

A iniciativa resultou em cinco ferramentas de inteligência artificial destinadas a responder a necessidades concretas das universidades, como acessibilidade de materiais didáticos, apoio à avaliação acadêmica, extensão universitária e prevenção da evasão.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) participou do projeto com a ferramenta Cidade Social, uma aplicação colaborativa para conectar a comunidade universitária às atividades de extensão. As equipes trabalharam em rede, e as soluções foram testadas em instituições diferentes daquelas em que foram desenvolvidas, para avaliar sua adaptação a outros contextos.

28 de setembro a 02 de outubro de 2026 — Brasil Defende Cooperação Regional e Fortalecimento do SUS no 63º Conselho Diretor da OPAS



Durante o 63º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e reunião regional da OMS para as Américas (AMRO/WHO), em Washington, D.C., o Brasil reforçou seu papel estratégico nas decisões de saúde pública do continente. Representando o país no encontro que reuniu ministros e autoridades sanitárias de toda a região, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, destacou a urgência da cooperação regional para superar desafios estruturais e emergentes.

Em sua intervenção, o ministro enfatizou a necessidade de ações coordenadas no enfrentamento ao ressurgimento de doenças imunopreveníveis, nos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde pública, nas assimetrias de acesso aos serviços e na preparação para futuras emergências sanitárias.

A posição brasileira defendeu a consolidação de sistemas universais de saúde pautados em evidências científicas, integrando pesquisa, desenvolvimento tecnológico, capacidade produtiva e garantia de acesso a inovações. Como exemplo prático de política pública bem-sucedida, Padilha apresentou o programa **"Agora Tem Especialista"**, iniciativa voltada à redução do tempo de espera por consultas e procedimentos de média e alta complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS).



25 de setembro de 2026 – Brasil e Egito Fortalecem Cooperação Sul-Sul em Saúde Mental Infantojuvenil

Entre os dias 21 e 25 de setembro de 2026, o Ministério da Saúde do Brasil acolheu uma missão técnica do Ministério da Solidariedade Social do Egito para uma visita de estudos voltada à atenção psicossocial de crianças e adolescentes. Realizada no âmbito da Cooperação Sul-Sul Trilateral — parceria estratégica entre Brasil, Egito e UNICEF —, a iniciativa respondeu a um pedido direto do governo egípcio para apoiar a criação do seu futuro Centro Nacional de Excelência em Saúde Mental e Apoio Psicossocial.

A agenda de trabalho contou com uma ampla articulação intersetorial brasileira, reunindo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), além do Governo do Distrito Federal.

Durante a imersão, a delegação egípcia conheceu de perto as diretrizes e a prática da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com foco no trabalho dos Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenis (CAPSi), da Estratégia Saúde da Família e da integração com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além das visitas territoriais, os representantes puderam explorar estratégias inovadoras de acolhimento digital e orientação em saúde mental para a juventude, como a plataforma *Pode Falar*[1].



3 de outubro de 2026 — Embaixada de Botsuana Celebra 60 Anos de Independência e Fortalecimento da Parceria com o Brasil

A Embaixada da República de Botsuana em Brasília realizou uma recepção solene para comemorar os 60 anos de independência do país, reunindo autoridades governamentais, membros do corpo diplomático e convidados. Durante a cerimônia, a embaixadora Benetia Tumelo Chingapane destacou a notável trajetória de transformação do país africano desde 1966, bem como o contínuo avanço das relações diplomáticas com o Brasil.

Em seu discurso, a embaixadora enfatizou os laços históricos de amizade entre Brasil e Botsuana e celebrou a vitalidade da Cooperação Sul-Sul, com especial relevância para o setor da saúde, pilar estratégico da agenda nacional de desenvolvimento de Botsuana.

A Embaixadora expressou um agradecimento especial ao governo brasileiro pela doação humanitária de medicamentos essenciais, incluindo contraceptivos e tratamentos para tuberculose. O apoio do Brasil ocorreu em um momento crítico, após a grave escassez de suprimentos enfrentada por seu país em meados de 2025, desencadeada pela redução de cortes

[1] A Plataforma **Pode Falar** é um canal de ajuda virtual e acolhimento em saúde mental criado pelo **UNICEF** (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em parceria com diversas organizações da sociedade civil e com o apoio do Ministério da Saúde do Brasil. A plataforma foi desenvolvida para oferecer escuta qualificada, orientação e suporte emocional gratuito e confidencial para adolescentes e jovens entre 13 e 24 anos.

da ajuda externa de parceiros tradicionais (como os EUA) e pela retração das receitas das exportações de diamantes, base da economia do país.

Reafirmando a convergência de valores e os interesses socioeconômicos compartilhados entre os dois países, a embaixadora concluiu: *"É um privilégio celebrar este evento na República Federativa do Brasil, país com o qual Botsuana mantém excelentes laços históricos de amizade e relações mutuamente benéficas."*

FIOCRUZ NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



1º de outubro de 2026 – Brasil e Portugal Firmam Parceria Tripartida para Inovação em Saúde e Formação Científica em Países de Língua Portuguesa

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz), o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade NOVA de Lisboa (IHMT NOVA) e a Wolbito[2] do Brasil assinaram um Memorando de Entendimento estratégico. A aliança visa expandir a cooperação técnica em ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e políticas públicas de saúde.

O acordo estrutura-se em quatro eixos prioritários: inovação no combate a doenças transmitidas por vetores (alinhada à Coalizão Global em Dengue); mobilidade acadêmica de estudantes e pesquisadores; intercâmbio técnico em eventos científicos; e difusão do conhecimento por meio de publicações conjuntas.

Um dos principais frutos dessa cooperação reflete-se na pós-graduação. Entre abril e julho de 2026, a segunda edição da disciplina internacional *"Dinâmica da Inovação em Saúde e Empreendedorismo Social e Industrial"* reuniu 19 estudantes de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal.

Durante quatro meses de imersão, os participantes criaram produtos técnico-tecnológicos focados em soluções estratégicas, como impressão 3D de medicamentos, enfrentamento da dengue, transformação digital no setor biofarmacêutico e soberania tecnológica no continente africano. Entre os desdobramentos práticos, destacam-se a elaboração de materiais educativos, a submissão de um artigo científico sobre patentes de medicamentos para diabetes e a perspectiva de apresentação dos trabalhos no Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, em novembro, em Maputo.

[2] O termo **"Wolbito"** refere-se ao mosquito *Aedes aegypti* carregado com a bactéria *Wolbachia*. Trata-se de uma tecnologia bioecológica e sustentável de controle de arboviroses: quando presente no mosquito, a *Wolbachia* impede que vírus como dengue, zika, chikungunya e febre amarela se desenvolvam dentro dele, bloqueando a transmissão para os seres humanos. A Wolbito do Brasil é a instituição responsável pela produção e disseminação dessa tecnologia no país.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[3], Nairóbi (UNEP)[4], Paris (UNESCO)[5], Roma (FAO/IFAD)[6], Viena (UNIDO)[7] e Washington (G-24)[8].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

Declaração Ministerial na íntegra do G-77 aprovado na 50ª reunião do Anual do G-77 e China

A Declaração Ministerial do G-77 e China funciona como o documento político e estratégico central que consolida a posição dos países em desenvolvimento na ONU. Ela serve, para estabelecer um consenso negociador entre mais de 130 países, unificando a voz do Sul Global nas deliberações e resoluções da Assembleia Geral da ONU e de outros fóruns multilaterais ao longo do ano.

Além disso, o documento fixa as grandes prioridades da agenda de desenvolvimento, colocando no centro do debate temas cruciais como a erradicação da pobreza, o acesso a financiamento e tecnologias, e o valor agregado aos recursos naturais. Por fim, a declaração atua como um poderoso instrumento de pressão política, cobrando dos países desenvolvidos o cumprimento de seus compromissos internacionais, orientando o trabalho de agências especializadas da ONU e defendendo reformas na governança global e na arquitetura financeira internacional para garantir maior representatividade ao Sul Global.

Aqui estão os pontos principais e eixos estratégicos da Declaração Ministerial da 50ª Reunião Anual do G-77 e China realizada na sede da ONU em Nova York em 25 de setembro de 2026.

1. Princípios Fundamentais, Governança Global e Multilateralismo

Soberania e Direito Internacional: Reafirmação estrita dos princípios da Carta da ONU: igualdade soberana dos Estados, integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos, solução pacífica de controvérsias e o direito à autodeterminação de povos sob ocupação colonial ou estrangeira (parágrafos 1 a 3).

[3] UNCTAD — Comércio de Desenvolvimento da ONU
[4] UNEP — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[5] UNESCO — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[6] FAO — Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD — Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[7] UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[8] G-24 — Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Defesa do Multilateralismo e do G-77: Destaque para o papel fundamental do G-77 e China (que representa dois terços dos países do mundo) na negociação coletiva. Apesar dos avanços, as desproporções da economia global e as estruturas desiguais no comércio, finanças e tecnologia persistem (parágrafos 8 e 9).

Mundialismo Multipolar e Justo: Defesa de uma ordem multipolar equitativa e de uma globalização econômica inclusiva, respeitando os caminhos de desenvolvimento escolhidos de forma independente por cada país (parágrafo 28).

Rejeição a Sanções Unilaterais: Condenação explícita de medidas econômicas coercitivas e sanções unilaterais contra países em desenvolvimento (parágrafo 34).

2. Erradicação da Pobreza e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Erradicação da Pobreza como Prioridade Central: Definida como o maior desafio global e requisito indispensável para a Agenda 2030 (parágrafos 10 e 18).

Diagnóstico Crítico da Agenda 2030: Preocupação pelo fato de apenas 17% das metas dos ODS estarem no caminho certo para alcance até 2030, exigindo ação imediata e aceleração da cooperação internacional (parágrafo 48).

Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar: Urgência de apoiar o desenvolvimento socioeconômico rural (onde a pobreza ainda se concentra), fortalecer a agricultura familiar (Década da Agricultura Familiar 2019–2028), promover o uso de culturas resistentes ao clima (como o painço) e implementar ações urgentes contra a fome e a insegurança alimentar global (parágrafos 19, 23, 27, 41 e 42).

Princípio das Responsabilidades Comuns, Porém Diferenciadas (CBDR): Reafirmação fundamental de que o cumprimento da Agenda 2030 e dos acordos ambientais deve seguir os princípios da Rio-92 e a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos (parágrafos 21 e 49).

3. Reforma do Sistema ONU, Iniciativa "ONU80" e Acompanhamento

Apoio ao Processo "UN80": Manifestação de apoio com ressalvas à iniciativa ONU80 do Secretário-Geral para criar promover uma "mudança de paradigma" operacional na ONU, ressaltando a necessidade de que o processo:

- Respeite o caráter intergovernamental das Nações Unidas;
- Fortaleça a representação geográfica equitativa dos países em desenvolvimento (especialmente na ocupação de cargos e na recomposição de vagas decorrentes de aposentadorias, sem cortes de postos que prejudiquem o Sul Global);
- Preserve o suporte operacional diretamente nos escritórios de campo e evite abordagens genéricas (*"one-size-fits-all"*) na revisão dos diferentes mandatos (parágrafos 15, 16 e 17).
- Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza: Boas-vindas às reuniões abertas promovidas pelas presidências do G20 (Brasil e África do Sul) e apoio à *Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza* (parágrafo 14).

- Inviolabilidade da Agenda 2030: O Fórum Político de Alto Nível (HLPF) é um espaço de revisão e compartilhamento de experiências (VNRs), e não um fórum para reescrever ou renegociar a Agenda 2030 (parágrafos 53 a 55).

4. Financiamento do Desenvolvimento, Infraestrutura e Minerais Críticos

Compromisso de Sevilha (FfD4): Boas-vindas aos resultados da 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Espanha, 2025) e apelo por financiamento novo, adicional, adequado e previsível (parágrafo 52).

Minerais Críticos e Agregação de Valor Local: Reafirmação do compromisso de aumentar o valor agregado e a competitividade das exportações de commodities e minerais críticos dos países em desenvolvimento, defendendo a industrialização local e a integração em cadeias globais de valor perto da fonte (parágrafo 26).

Investimento em Infraestrutura: Necessidade de ampliar o financiamento público e privado para infraestruturas sustentáveis, de qualidade e resilientes aos impactos climáticos no Sul Global (parágrafos 38 e 39).

5. Cooperação Digital, Tecnologia e Inteligência Artificial

Superação do Hiatos Digitais: Apelo por conectividade universal e significativa, transferência de tecnologia e investimento em capacidades locais e infraestrutura digital.

Inteligência Artificial e Governança Digital: Compromisso com o uso ético e responsável de tecnologias emergentes e inteligência artificial, evitando a fragmentação da internet e assegurando que os avanços tecnológicos reduzam — e não ampliem — as desigualdades estruturais existentes (parágrafo 56).

Apoio ao DCO: Destaque para a atuação e engajamento com a Organização de Cooperação Digital (DCO) para reforçar ecossistemas de inovação no Sul Global (parágrafo 56).

01 de outubro de 2026 — Declaração em nome do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai durante o debate geral 0 3º Comitê na 81ª sessão da AGNU. O 3º Comitê é responsável pelas questões sociais, humanitárias, culturais e de direitos humanos.

Sumário da Declaração

O G-77 e a China reafirmaram seu compromisso com a Carta da ONU e a Agenda 2030, destacando a igualdade, universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos e o papel central da Comissão para o Desenvolvimento Social.

Projetos de Resolução: O Grupo enfatizou que é necessário união para realizar a Agenda 2030, não deixando nenhum país e nenhuma pessoa para trás, e construindo juntos um mundo justo, inclusivo e melhor, respeitando, promovendo e protegendo os direitos humanos para todos. O Grupo reafirmou que a Comissão para o Desenvolvimento Social tem a

responsabilidade primária pelo acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Copenhague[9], e destaca seu papel na contribuição para o acompanhamento da Agenda 2030.

O Grupo reafirmou que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos, conforme reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração e Programa de Ação de Viena[10]. O grupo também ressalta que todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interconectados e interdependentes, e que a comunidade internacional deve tratar os direitos humanos globalmente de maneira justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase.

O Grupo lembrou que é o proponente tradicional de quatro projetos de resolução, que refletem as prioridades compartilhadas e compromissos coletivos do G-77, a saber:

- Implementação do Resultado da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e da 24ª Sessão Especial da Assembleia Geral
- Acompanhamento do 30º Aniversário do Ano Internacional da Família e Necessidades Futuras
- Acompanhamento da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento
- Apelo Global para Ações Concretas para a Eliminação Total do Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata e para a Implementação Abrangente e Acompanhamento da Declaração e Programa de Ação de Durban[11]

Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza: Alertaram sobre a persistência da pobreza e desemprego, destacando a 2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Catar, 2025) e a importância de políticas focadas na família para romper o ciclo intergeracional da pobreza.

Inclusão e Justiça Reparatória: O G-77 e a China destacaram a necessidade de enfrentamento ao racismo, ódio religioso e ao legado do colonialismo/escravidão por meio de justiça reparatória e reformas na governança e finanças globais.

---

[9] A Declaração e Programa de Ação de Copenhague é o documento final adotado durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em março de 1995 em Copenhague. Foi um acordo internacional histórico no qual 117 chefes de Estado e de Governo se reuniram para colocar o desenvolvimento social e as pessoas no centro do desenvolvimento sustentável global. Foi a maior reunião de líderes mundiais até aquele momento dedicada a combater os problemas sociais do planeta.

[10] A Declaração e Programa de Ação de Viena é o documento histórico adotado por consenso durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em junho de 1993 em Viena. Foi um dos maiores marcos da história dos direitos humanos no pós-Guerra Fria. A conferência reuniu representantes de 171 países e mais de 800 organizações da sociedade civil para renovar o compromisso global com os direitos humanos e criar um plano prático de ação internacional.

[11] A Declaração e Programa de Ação de Durban é o documento político mais abrangente e importante do mundo para o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas. Ele foi adotado por consenso durante a III Conferência Mundial contra o Racismo da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Durban, África do Sul, entre agosto e setembro de 2001

Grupos Vulneráveis e Igualdade de Gênero: Destacaram a necessidade de compromisso com os direitos das pessoas idosas, eliminação da violência contra mulheres, empoderamento feminino, apoio a jovens e acessibilidade para pessoas com deficiência.

Governança Migratória: Defenderam uma migração segura, ordenada e regular com respeito aos direitos humanos, reconhecimento das contribuições dos migrantes e combate a narrativas estigmatizantes e desinformação.

28 de setembro de 2026 — Declaração em nome do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai na Reunião de Alto Nível para comemorar o 25º aniversário da adoção da Declaração e do Programa de Ação de Durban

Resumo do Pronunciamento:

- **Celebração e Compromisso (25 Anos de Durban) —** O G-77 e China reafirmaram seu compromisso histórico contra o racismo e celebraram os 25 anos da Declaração e Programa de Ação de Durban como o marco orientador dessa agenda global.

- **Nexo entre Antirracismo e Desenvolvimento —** O combate à discriminação é diretamente vinculado à erradicação da pobreza, à educação, aos direitos humanos e ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- **Reparação e Populações Vulneráveis —** O grupo defendeu a necessidade de políticas afirmativas e justiça reparatória para enfrentar desigualdades estruturais históricas que afetam afrodescendentes, povos indígenas, comunidades locais, mulheres e meninas.

- **Educação das Novas Gerações —** Enfatizaram a importância de ensinar a história do racismo aos jovens para evitar a perpetuação de preconceitos no futuro.

- **Desafios Digitais e Inteligência Artificial —** Alertaram para o ressurgimento do racismo e do discurso de ódio no ambiente digital, ressaltando o risco de a IA e as redes sociais amplificarem a desinformação e agravarem as desigualdades se não forem usadas com responsabilidade.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Destaques do MNA



8 de outubro de 2026 — BCIS promove painel sobre o patrimônio cultural e a atualidade do MNA

Fundado em 1974 por iniciativa de Sirimavo Bandaranaike no complexo do *Bandaranaike Memorial International Conference Hall* — sede da histórica 5.ª Cúpula do MNA, em agosto de 1976, o *Bandaranaike Centre for International Studies* (BCIS) realizou um painel híbrido focado nos princípios do não-alinhamento e na sua relevância contemporânea.

Sob o tema **"Patrimônio Cultural da Era do Não-Alinhamento"**, o encontro deu continuidade ao Desafio de Quiz do NAM 2026, uma competição educacional promovida pelo BCIS em setembro que reuniu 22 equipes em torno da história e do legado da diplomacia não alinhada.

O painel teve a participação de cerca de 370 pessoas, reunindo embaixadores, diplomatas, acadêmicos, ativistas e estudantes.

As discussões estruturaram-se em três eixos centrais:

- O legado cultural e histórico do Movimento dos Não-Alinhados (MNA);
- A evolução das redes políticas transnacionais e da solidariedade nos países em desenvolvimento;
- A reinterpretação da autonomia estratégica e da Cooperação Sul-Sul no cenário geoeconômico atual.

Durante os debates, o MNA foi analisado não apenas como uma aliança geopolítica, mas também como um movimento cultural transformador. Foi destacado que a arte, a literatura, as mostras de cinema, os festivais culturais e as conferências de escritores afro-asiáticos das décadas de 1960 e 1970 atuaram como instrumentos cruciais para desconstruir a hegemonia eurocêntrica e consolidar uma identidade soberana entre os povos da África, Ásia e América Latina. Discutiram ainda que as lutas históricas do MNA na UNESCO pela Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NWICO**)**, criada nos anos 1970 para combater o monopólio das agências de notícias ocidentais.

Estabeleceram um paralelo direto entre essa pauta e a assimetria digital contemporânea, alertando que a dependência em relação as *Big Techs* do Norte Global e a hiperconcentração de poder em IA e capacidade computacional configuram um novo modelo de "neocolonialismo informacional".

Por fim, reafirmou-se a plena vigência da neutralidade ativa e do não-alinhamento no cenário multipolar de 2026. O modelo foi defendido como uma diretriz vital para que as nações do Sul Global preservem seu espaço de políticas públicas e evitem o alinhamento automático nas disputas entre grandes potências.

Como encaminhamento, os participantes enfatizaram a necessidade de revitalizar as redes acadêmicas e de cooperação científica do Sul Global para respaldar a diplomacia multilateral em fóruns como a ONU, a OMC e o Centro Sul.

8 de outubro de 2026 — Rede Parlamentar do MNA reúne-se na Tanzânia e avança na sua institucionalização[12,13]



À margem da 153.ª Assembleia da União Interparlamentar (UIP) — realizada no Centro Internacional de Conferências de Arusha, na Tanzânia —, a Rede Parlamentar do Movimento dos Não-Alinhados (NAM PN) promoveu, em 8 de outubro de 2026, a sua reunião de coordenação de alto nível.

Criada em Madri, em novembro de 2021, para articular as bancadas legislativas dos países-membros do MNA, a Rede teve o encontro presidido por Sahiba Gafarova, presidente do Parlamento do Azerbaijão e líder do organismo. Ao fazer um balanço da trajetória da entidade, foi destacada a realização de suas cinco conferências anteriores (Baku 2022, Manama 2023, Genebra 2024, Tashkent 2025 e Istambul 2026), bem como o avanço de sua inserção multilateral — refletido na obtenção de status de observadora em seis organizações internacionais, na concessão desse mesmo status a oito entidades parceiras e na assinatura de dez memorandos de entendimento estratégicos.

O debate central concentrou-se no processo de institucionalização definitiva da Rede, visando consolidar uma estrutura permanente para fortalecer a diplomacia parlamentar, a cooperação inter-regional e a defesa do multilateralismo no Sul Global.

O encontro integrou a programação da Assembleia da UIP (entidade mundial sediada em Genebra), que ocorreu sob o tema *"Fortalecer a boa governança e empoderar comunidades por meio da inclusão, da confiança e de oportunidades para todos"*, marcando a primeira vez que a Tanzânia sediou o evento.

7 e 8 de outubro de 2026 — Grupos Regionais e Índia alinham-se às posições do MNA no 1º Comitê da AGNU[14,15,16]

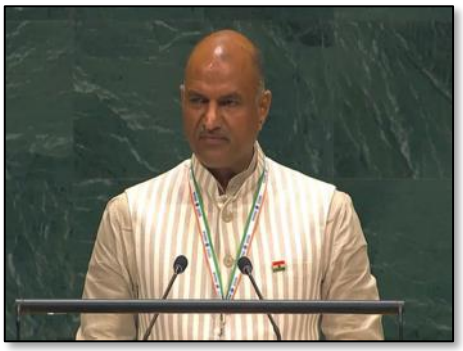
Após um processo de votação para a aprovação formal do seu programa de trabalho em 7 de outubro, o 1º Comitê, que é responsável pelo Desarmamento e Segurança Internacional, deu início ao seu Debate Geral.

[12] Milis Meclis – Speaker Sahiba Gafarova presides over co-ordinating meeting of Non-Aligned Movement Parliamentary Network in Tanzania
[13] The Citizen – Tanzania steps up preparations for 153rd IPU Assembly in Arusha
[14] Ground News – Revitalization of UNGA Should Be Part of Broader UN Reforms: India's MP C. P. Joshi at UNGA Plenary
[15] The Indian Eye – India's MP C. P. Joshi at UNGA Plenary
[16] ICAN – UN General Assembly First Committee Briefing Papers and Statements

Ter de votar a agenda de trabalhos logo no primeiro dia mostrou como ainda persistem disputas políticas e regimentais entre as grandes potências e o Sul Global. Apesar dos desentendimentos iniciais, o Sul Global demonstrou forte articulação política. O Grupo Africano (representado pela Namíbia) e o Grupo Árabe (representado pela Líbia) declararam alinhamento formal com a intervenção coletiva proferida em nome do MNA.



Como porta-voz do MNA para desarmamento no 1º Comitê, a Indonésia interveio em capacidade nacional para reforçar pautas próprias — como a ratificação do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (TPNW) —, mantendo a prática de alinhar a posição do país à declaração coletiva do bloco.



No dia seguinte, em 08 de outubro, o item da Agenda foi a revitalização dos trabalhos da AGNU e o representante da delegação indiana afirmou expressamente que a Índia se alinha à declaração proferida em nome do MNA. Reiterou a exigência histórica do Sul Global de uma reforma abrangente do Conselho de Segurança da ONU, prevendo a ampliação dos assentos permanentes e não permanentes para incluir nações em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina. A posição indiana reforçou a filosofia de *Vasudhaiva Kutumbakam* (o mundo é uma família) e a defesa da visão M.A.N.A.V. (para governança ética de tecnologias e multilateralismo inclusivo) apresentadas no início da AGNU 81.

A atuação do MNA no 1º Comitê conecta-se diretamente ao diagnóstico financeiro apresentado na semana de alto nível da AGNU 81. Na ocasião, registrou-se que os gastos militares globais atingiram US$ 2,8 trilhões — valor equivalente a oito vezes o custo estimado para erradicar a pobreza extrema. Apoiada pelo Grupo Africano e pelo Grupo Árabe, a defesa do desarmamento pelo MNA reafirma que a redução das despesas armamentistas é indispensável para liberar espaço fiscal e redirecionar investimentos estratégicos à saúde pública universal, à preparação para pandemias e à Agenda 2030.

5 de outubro de 2026 — Irã Representa o MNA no 6º Comitê da AGNU 81 e Denuncia Instrumentalização Política da Pauta Antiterrorismo[17][18][19]

Na sessão de abertura do 6º Comitê, responsável pelas considerações legais da AGNU, a delegação do Irã discursou em nome do MNA, ao introduzir o item 112 da agenda *"Medidas para eliminar o terrorismo internacional"*.

---

[17] United Nations Transcripts – Sixth Committee, 1st plenary meeting — General Assembly, 81st session

[18] Permanent Mission of the Islamic Republic of Iran to the United Nations – Statement on Measures to Eliminate International Terrorism

[19] Human Rights Voices – Statement by Iran on behalf of the Non-Aligned Movement at the UN General Assembly Sixth Committee Meeting on 'Measures to Eliminate International Terrorism'

O bloco reiterou a condenação categórica do terrorismo em todas as suas formas e manifestações, independentemente de motivação, autoria ou local de ocorrência. Contudo, enfatizou que o combate global ao terrorismo não pode ser utilizado como pretexto para violar a soberania e a integridade territorial dos Estados.



O pronunciamento destacou quatro eixos centrais:

O MNA repudiou expressamente os atos nos quais governos estejam direta ou indiretamente envolvidos, denunciando assassinatos seletivos e operações encobertas como ferramentas de ingerência externa. Reafirmou a distinção conceitual e jurídica entre atos de terrorismo e o direito inalienável dos povos sob dominação colonial ou ocupação estrangeira de lutarem por libertação nacional, em estrita observância do Direito Internacional Humanitário e da Carta da ONU.

Condenaram a elaboração arbitrária, por parte de potências ocidentais, de listas de Estados patrocinadores do terrorismo e consideraram sanções e designações unilaterais como formas de guerra econômica e coerção política destinadas a isolar financeiramente nações em desenvolvimento, em flagrante desacordo com o princípio da igualdade soberana.

Renovaram seu apelo para a rápida conclusão da *Convenção Abrangente sobre o Terrorismo Internacional* (CCIT) e para a convocação de uma Conferência de Alto Nível sob os auspícios das Nações Unidas com o objetivo de estabelecer uma definição consensual e vinculante de terrorismo, eliminando duplos padrões e abordagens seletivas na segurança internacional.

Destacaram que as sanções econômicas extraterritoriais associadas a essas rotulagens afetam gravemente as populações civis, ao bloquear transações bancárias para a compra de medicamentos, insumos médicos e tecnologias em saúde. Argumentou-se que a instrumentalização da pauta de segurança compromete os esforços de cooperação e solidariedade sanitária entre os países do Sul Global.

1º de outubro de 2026 — Gabinete de Coordenação do MNA prepara reunião Ministerial de Kampala e avança na pauta do Direito ao Desenvolvimento[2021]



O Gabinete de Coordenação do Movimento dos Não-Alinhado**s** realizou a articulação política dos seus 121 Estados-membros no intervalo entre as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo.

O Gabinete de Coordenação avançou no alinhamento da agenda estratégica do Sul Global, pautando os preparativos para a próxima reunião ministerial do MNA e a consolidação do projeto de

[20] New Vision – Kampala NAM meeting to advance right to development covenant
[21] ChimpReports – Uganda Sets December Dates for Final NAM Ministerial Meeting

convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento, além de avaliar informes atualizados sobre as situações da Palestina e de Cuba.

As discussões centraram-se em torno dos seguintes eixos:

Convenção Vinculante sobre o Direito ao Desenvolvimento: O MNA buscou elevar a *Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986)* à condição de tratado juridicamente vinculante. A iniciativa visa posicionar o texto no mesmo nível do *Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos* (PIDCP) e o *Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (PIDESC). Para os países do Sul Global, essa institucionalização é essencial para garantir respaldo normativo internacional ao acesso a tecnologias, ao financiamento internacional e à preservação do espaço fiscal, fundamentais para a sustentabilidade de sistemas públicos universais de saúde e políticas de desenvolvimento socioeconômico.

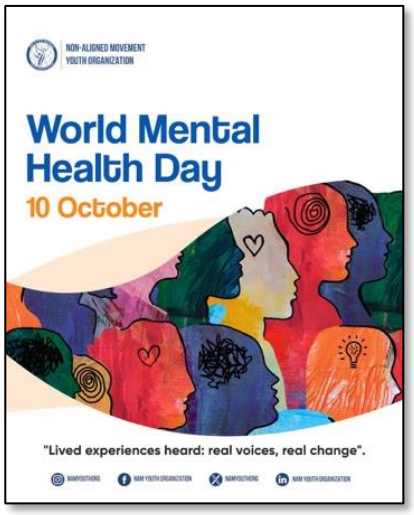
Preparativos para a Reunião Ministerial em Kampala: De 2 a 4 de dezembro de 2026, será realizada a última reunião ministerial estatutária sob a atual presidência de Uganda do MNA.

Logística e Suporte Institucional: O Conselho de Ministros do governo de Uganda aprovou a criação do comitê organizador, dos subcomitês técnicos e a alocação de um orçamento de aproximadamente US$ 1,05 milhão de dólares americanos, para viabilizar o encontro, conforme anúncio oficial do Ministério da Informação, Comunicação e Tecnologia (ICT) do país.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

DESTAQUES



10 de outubro de 2026 – Experiências vividas ouvidas: vozes reais, mudança real

No âmbito do Dia Mundial da Saúde Mental, o debate global deste ano destaca o lema Experiências vividas ouvidas: vozes reais, mudança real.

A data foi estabelecida em 1992 pela Federação Mundial para a Saúde Mental e apoiada pela Organização Mundial da Saúde, reforça a urgência de transitar da mera escuta à ação concreta na reformulação dos serviços de saúde.

O tema central enfatiza que os sistemas e políticas de saúde mental devem ser desenhados e geridos com as pessoas, e não apenas para elas.

Incorporar formalmente a vivência de usuários e comunidades no planejamento de diretrizes sanitárias é um passo indispensável para garantir direitos humanos, combater o estigma e assegurar a equidade, a eficácia e o respeito à autonomia no cuidado em saúde mental em escala global.

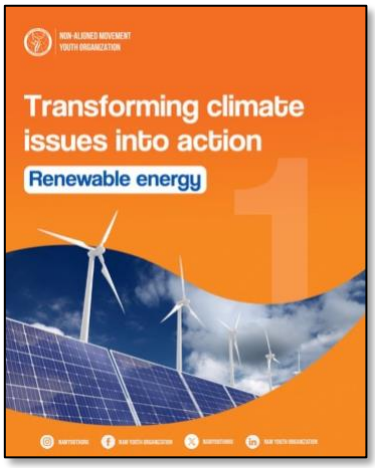


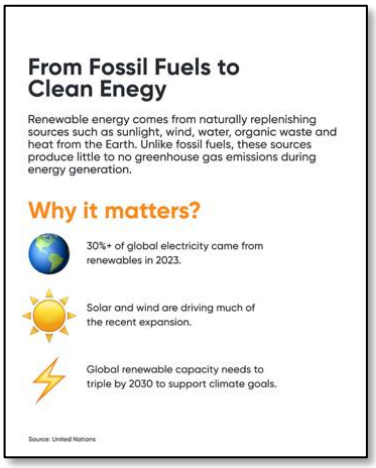
3 de outubro de 2026 — NAMYO reúne Secretário-Geral da Comissão da UNESCO do Azerbaijão para debater soft power e cooperação cultural.

Organizado pela NAMYO, mais um encontro da série *Sábado sobre Diplomacia Cultural* que reuniu jovens líderes do Sul Global e o Secretário-Geral da Comissão Nacional do Azerbaijão para a UNESCO. O evento refletiu a estratégia do grupo de fortalecer o engajamento da juventude e consolidar o *soft power* na arena multilateral.

O diálogo buscou estreitar a articulação entre o braço jovem do MNA e os organismos culturais da ONU, posicionando a cultura como vetor central de cooperação, preservação patrimonial e autonomia estratégica. Os participantes destacaram o papel decisivo da diplomacia cultural para fomentar o diálogo intercultural e o entendimento mútuo entre as nações do Sul Global.

1º de outubro de 2026 — NAMYO destaca a transição energética e ação climática





A NAMYO promove a campanha "**Transformando Problemas Climáticos em Ação**", destacando o papel central das energias renováveis na construção de sistemas energéticos sustentáveis e na substituição progressiva dos combustíveis fósseis.

O Grupo defende a ampliação de fontes renováveis — como solar, eólica, hídrica, geotérmica e biomassa —, que geram níveis mínimos ou nulos de gases de efeito estufa. Destacaram que mais de 30% da eletricidade global em 2023 já veio de fontes renováveis, impulsionada sobretudo pela expansão da energia solar e eólica. Alinhado com os dados das

Nações Unidas, a NAMYO reforçou que a capacidade renovável mundial precisa triplicar até 2030 para cumprir as metas climáticas globais.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

NOTÍCIAS

29 de setembro a 9 de outubro de 2026 — Centro Sul recebe representantes diplomáticos para dialogar sobre desenvolvimento no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Centro Sul e Organização para a Cooperação Islâmica reforçam parceria em favor da solidariedade internacional e do Multilateralismo



O Centro Sul recebeu o embaixador Muhammad Saeed Sarwar, Observador Permanente da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) junto ao Escritório das Nações Unidas e a outras organizações internacionais na Suíça.

O encontro teve como propósito central debater o fortalecimento da cooperação institucional entre as duas organizações. As conversas concentraram-se em alinhar estratégias para promover a solidariedade internacional, renovar os compromissos com o multilateralismo e impulsionar a Cooperação Sul-Sul no enfrentamento dos desafios globais de desenvolvimento que afetam os países membros de ambos os blocos.

30 de setembro de 2026 – **O Centro Sul e o Fundo Verde para o Clima Debatem Mobilização de Capital Privado para o Sul Global**



O Centro Sul recebeu o Chefe do Setor Privado (*Division of External Affairs and Climate Finance — DECM*) do **Fundo Verde para o Clima (GCF)**, Marcel Heijman. O objetivo do encontro foi explorar caminhos para fortalecer a cooperação institucional e ampliar a escala do financiamento climático direcionado aos países em desenvolvimento.

Destaques da Reunião

As conversas abordaram estratégias e mecanismos inovadores para atrair e mobilizar investimentos privados em projetos de adaptação e mitigação no Sul Global. Nesse contexto, o diálogo buscou alinhar a arquitetura financeira internacional às necessidades reais de desenvolvimento das nações vulneráveis, garantindo recursos adequados para uma transição climática justa.

A iniciativa é fundamentada no papel estratégico de ambas as instituições: por um lado, o Centro Sul, como organização intergovernamental de países em desenvolvimento, atua na formulação de pesquisas estratégicas, análises de políticas e articulação diplomática em governança e financiamento multilateral; por outro, o Fundo Verde para o Clima (GCF), criado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), é o maior fundo global dedicado a apoiar os países em desenvolvimento na resposta às mudanças climáticas e no cumprimento de suas metas do Acordo de Paris.



2 de outubro de 2026 — Centro Sul e Barbados Reforçam Parceria Estratégica para Apoiar Pequenos Estados Insulares nas Negociações Multilaterais

O Centro Sul recebeu o embaixador Matthew Wilson, Representante Permanente de Barbados junto à ONU para alinhar as prioridades estratégicas de Barbados com a oferta de assistência técnica e suporte normativo prestados pelo Centro Sul, atendendo diretamente às demandas específicas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

A discussão concentrou-se na superação das vulnerabilidades estruturais que afetam desproporcionalmente os países insulares. Entre os temas centrais abordados, destacaram-se o acesso ao financiamento para a resiliência climática, a necessidade de reformas urgentes na arquitetura da dívida soberana e o fortalecimento de mecanismos financeiros multilaterais justos.

Além disso, o encontro enfatizou a importância da diplomacia e do suporte técnico especializado para apoiar missões de menor porte nas complexas negociações multilaterais de Genebra, garantindo que os pequenos Estados insulares disponham do instrumental necessário para defender soberanamente seus interesses em fóruns de comércio, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

2 de outubro de 2026 – Fortalecimento da Governança Multilateral e do Espaço de Políticas Públicas: A Parceria entre o South Centre e Marrocos



Em reunião oficial, o Centro Sul recebeu o embaixador Omar Zniber, Representante Permanente do Reino de Marrocos junto à ONU

O encontro teve como objetivo principal articular e fortalecer a cooperação bilateral para recolocar a dimensão do desenvolvimento no centro da agenda multilateral global.

Durante as discussões, foram destacados a forte convergência de posicionamentos entre as nações do Sul Global em fóruns

multilaterais estratégicos, com ênfase no Conselho de Direitos Humanos e na Organização Mundial do Comércio (OMC). O debate ressaltou a urgência de alinhar estratégias diplomáticas conjuntas que assegurem a autonomia de políticas públicas (*policy space*) e protejam a soberania dos países em desenvolvimento na implementação de suas prioridades econômicas, sociais e ambientais.

Além disso, a reunião enfatizou a importância de garantir a efetivação dos direitos econômicos e sociais, integrando o combate às desigualdades, o acesso equitativo à tecnologia e o desenvolvimento sustentável às regras do comércio e da governança internacional. Nesse contexto, reafirmou-se o papel do South Centre como plataforma analítica e normativa fundamental para apoiar tecnicamente os países em desenvolvimento nas negociações multilaterais.



9 de outubro de 2026 – O Centro Sul e Moçambique alinham estratégia diplomática em defesa dos Países Menos Desenvolvidos nas Negociações de Genebra

O Centro Sul recebeu o embaixador Geraldo Gonçalves Miguel Saranga, Representante Permanente de Moçambique junto à ONU para analisar o estado atual das negociações multilaterais no ecossistema diplomático, com foco em temas decisivos como saúde global, comércio e desenvolvimento sustentável.

A discussão priorizou a defesa dos interesses estratégicos de Moçambique e do grupo dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs). O diálogo reforçou a necessidade de garantir que os novos quadros normativos e acordos internacionais contemplem o princípio do Tratamento Especial e Diferenciado, assegurando também suporte técnico e financeiro contínuo para a superação de vulnerabilidades socioeconômicas e o fortalecimento de capacidades locais.

Essas articulações refletem a estratégia integrada do Centro Sul para mitigar as assimetrias na governança global, conectando o financiamento climático, o apoio técnico a países em desenvolvimento e a preservação do espaço de políticas públicas (*policy space*).

O objetivo central dessa atuação conjunta é assegurar que as negociações multilaterais sobre comércio e regimes de propriedade intelectual não se imponham sobre o direito universal à saúde, a soberania tecnológica e a equidade no Sul Global.

OUTROS DESTAQUES



8 de outubro de 2026 — Centro Sul e CeHDI promovem diálogo de embaixadores sobre Direitos Humanos, Equidade Global e Governança da Saúde

O Centro Sul e o Centro Global de Diplomacia em Saúde e Inclusão (*Global Center for Health Diplomacy and Inclusion* — CeHDI) coorganizaram um diálogo de embaixadores com o objetivo de impulsionar o direito universal à saúde e a equidade global.

O evento estabeleceu uma ponte estratégica entre os trabalhos do Conselho de Direitos Humanos da ONU, por meio da Revisão Periódica Universal (RPU) e as negociações do Acordo sobre Pandemias no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Na ocasião, foram lançados dois instrumentos operacionais voltados ao fortalecimento técnico e normativo das delegações dos países em desenvolvimento:

- **Guia do Centro Sul (*Toolkit*):** Orientação prática para alavancar o mecanismo da RPU na promoção e defesa dos direitos à saúde de mulheres e meninas, com ênfase em direitos sexuais e reprodutivos.
- **Observatório de Saúde e Direitos do CeHDI:** Plataforma digital desenvolvida para monitorar e analisar as recomendações de saúde emitidas na RPU, subsidiando a formulação de políticas públicas e a elaboração de perfis epidemiológicos nacionais.

Durante os debates, lideranças do Centro Sul e diplomatas da Guiana, Zimbábue, Barbados e África do Sul defenderam que o mecanismo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS), ancorado no Artigo 12 do Acordo sobre Pandemias, estabeleça obrigações jurídicas estritamente vinculantes. Os participantes repudiaram as assimetrias do "*apartheid vacinal*" vivenciado em crises recentes, exigindo que o compartilhamento de materiais biológicos e dados genômicos seja condicionado à transferência efetiva de tecnologia e à partilha equitativa de insumos e benefícios.

Paralelamente, destacou-se o uso combinado do mecanismo da RPU e da Resolução 59/7 do Conselho de Direitos Humanos para responsabilizar os países desenvolvidos pelo cumprimento de suas obrigações de cooperação internacional e provisão de financiamento, em conformidade com o Artigo 2.1 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).

Por fim, as delegações manifestaram profunda preocupação com as propostas de reforma estrutural da ONU no âmbito da iniciativa ONU80, que prevê a descentralização e transferência de órgãos de saúde e direitos humanos para fora de Genebra. Existe uma preocupação de que a dispersão geográfica possa sobrecarregar as missões diplomáticas de menor porte e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS).

Como encaminhamentos estratégicos, o encontro recomendou:

1. A integração sistemática das recomendações da RPU nos orçamentos nacionais de saúde;
2. O fortalecimento da articulação política entre os blocos do Sul Global (Grupo Africano, CARICOM e Grupo de Equidade) nas negociações da OMS;
3. A preservação de Genebra como polo unificado para a diplomacia multilateral da saúde e dos direitos humanos.

8 de outubro de 2026 — Royalties sem fronteiras: o Sul Global na disputa justa dos direitos autorais na Era Digital

O Centro Sul participou do *Diálogo Global sobre Governança Transfronteiriça de Royalties de Direitos Autorais na Era Digital*, levando ao debate a perspectiva do

desenvolvimento, com foco na equidade, na inclusão e na transparência dos fluxos financeiros da economia criativa, sobretudo diante do avanço da Inteligência Artificial (IA).





Sediado em Bali, Indonésia, o encontro reuniu representantes de 35 países, organismos internacionais, sociedades de gestão coletiva, criadores e especialistas do setor.

As discussões estruturaram-se em três eixos centrais:

- Transparência na arrecadação e distribuição de direitos;
- Prestação de contas na cadeia global de valor digital;
- Interoperabilidade dos sistemas e dados de identificação das obras.

O debate ganha urgência diante das profundas assimetrias do mercado global.

Segundo dados do Ministério do Direito da Indonésia, a Europa e a América do Norte concentram cerca de 80% dos royalties mundiais. Em contraste, a Ásia-Pacífico responde por 14%, a América Latina por 6% e a África por menos de 1%. Essa discrepância ocorre em um cenário de rápida expansão, no qual a arrecadação de royalties digitais cresceu sete vezes desde 2015, ultrapassando os 5 bilhões de euros.

O fórum consolidou o desdobramento da iniciativa apresentada pela Indonésia ao Comitê Permanente de Direito de Autor e Direitos Conexos (SCCR) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A proposta conta com o apoio reiterado de diversos países em desenvolvimento — com destaque para o Brasil, que ressaltou a relevância inter-regional da pauta.

Com a continuidade dos debates prevista para a 49.ª sessão do (SCCR/49) da OMPI que ocorrerá de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2026, o Diálogo Global reforça a articulação do Sul Global para assegurar que a economia criativa na era digital não reproduza as assimetrias históricas do regime internacional de propriedade intelectual.

8 de outubro de 2026 — Contribuições sobre tecnologias relacionadas às mudanças climáticas e seus impactos nos direitos humanos.


SOUTH CENTRE

Input on Technologies related to Climate Change and their Impacts on Human Rights

Special Rapporteur on Climate Change

South Centre*

September 2026

O Centro Sul submeteu a sua contribuição formal ao Relator Especial das Nações Unidas sobre a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos no Contexto das Mudanças Climáticas. O documento argumenta que o avanço tecnológico isolado é incapaz de resolver as crises concomitantes do clima, da perda de biodiversidade e da poluição. Sem um enquadramento baseado nos direitos humanos, a adoção de tecnologias especulativas e

intensivas em capital corre o risco de reproduzir padrões históricos de extrativismo e transferir encargos sociais e ecológicos para os países em desenvolvimento e comunidades vulneráveis.

Com base em pareceres consultivos do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) e do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), bem como no Direito à Ciência (Artigo 15 do Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)., o relatório fundamenta quatro prioridades estruturais:

- **Avaliações Sociais do Ciclo de Vida (SLCAs) Abrangentes:** Exigência de que os impactos analisem toda a cadeia de valor tecnológica — desde a extração mineral a montante e a escassez hídrica local até ao descarte de resíduos eletrônicos (*e-waste*) a jusante, superando a mera contabilidade de carbono operacional.
- **Devida Diligência Vinculativa e Princípio da Precaução:** Afirmação do dever objetivo dos Estados de prevenir danos transfronteiriços significativos, tornando obrigatórias as avaliações de impacto nos direitos humanos e o Consentimento Prévio, Livre e Informado (FPIC) antes de licenciar novas intervenções.
- **Operacionalização das Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas (CBDR-RC):** Exigência de que países desenvolvidos cumpram as suas obrigações via descarbonização doméstica direta, financiamento climático público não reembolsável e transferência irrestrita de tecnologia, sem transformar o Sul Global em laboratório para compensações de alto risco.
- **Proteção da Autonomia Regulatória Contra Cláusulas ISDS:** Defesa da preservação do espaço de políticas públicas (*policy space*) para a desfossilização comunitária, neutralizando o efeito de congelamento regulatório causado por acordos internacionais de investimento que preveem arbitragem investidor-Estado (ISDS)[22].

6 de outubro de 2026 — Quem é o responsável pela transição? Mesa-redonda da Semana do Clima de Nova York examina tecnologia, poder e a divisão da indústria verde.



Durante a Semana do Clima de Nova York, o Centro Sul e a *Resource Justice Network* (RJN) promoveram uma mesa-redonda fechada sobre um paradoxo persistente: o Sul Global detém boa parte dos minerais da transição energética, mas a tecnologia, a produção e a renda gerada seguem concentradas em outros lugares.

O ponto de partida foi um estudo-piloto focado na Zâmbia, país onde pouco mais da metade dos lares tem acesso à eletricidade. Para reverter esse cenário e impulsionar o seu desenvolvimento, a Zâmbia estabeleceu a meta de atingir 10 GW (gigawatts) de capacidade de geração de energia até 2030. Além disso, o país procura expandir a sua matriz produtiva: em vez

[22] A Arbitragem Investidor-Estado (conhecida pela sigla em inglês ISDS, de *Investor-State Dispute Settlement*) é um mecanismo de solução de controvérsias internacionais que permite a investidores estrangeiros processar diretamente os governos dos países onde investiram.

de apenas exportar minérios em bruto, como o cobre e o cobalto, pretende integrar ativamente a cadeia global de valor e fabricação de baterias para veículos elétricos.

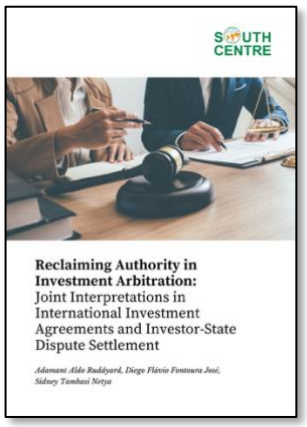
A pesquisa mostra que as barreiras variam conforme o elo da cadeia. Na operação de usinas solares e baterias, pesam contratos, software, dados e manutenção. No processamento mineral e na fabricação de baterias, ganham força patentes, segredos comerciais e certificações longas e caras. Somam-se financiadores que só apoiam fabricantes consolidados e licenças restritas à montagem, sem transferência de conhecimento.

Como resposta, os participantes defenderam cláusulas de reparo e acesso a dados em licitações públicas, com baixo risco perante a Organização Mundial do Comércio (OMC). Também propuseram compras e negociações coletivas por meio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA), além da participação de comunidades afetadas e povos indígenas.

A principal lição do estudo é a urgência de articular, de forma integrada, as agendas comercial, climática, industrial e de investimentos. Nesse cenário, iniciativas como o Programa de Implementação de Tecnologia de Belém e os preparativos para a 31.ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31) abrem janelas estratégicas para posicionar o licenciamento e o acesso a tecnologias limpas no centro do debate climático global. A próxima etapa da pesquisa, com resultados previstos para o final de 2026, mapeará patentes, contratos e marcos regulatórios aplicáveis a dois produtos específicos que a Zâmbia tem potencial para fabricar. O propósito central é assegurar que a transição energética atue também como um vetor de industrialização e soberania produtiva no Sul Global.

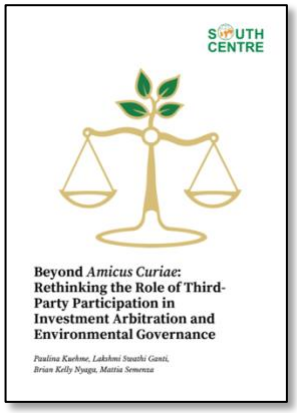
Relatórios

6 de outubro de 2026 — Retomando a Autoridade na Arbitragem de Investimentos: Interpretações Conjuntas em Acordos Internacionais de Investimento e Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados.



Para avaliar em que medida as interpretações conjuntas formuladas pelos Estados partes de Acordos Internacionais de Investimento (AIIs) influenciam as decisões dos tribunais de arbitragem no mecanismo de Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados (ISDS/SCIE), o Centro Sul publicou um relatório que analisa o papel em evolução desses instrumentos e seu impacto no reequilíbrio de poder entre as nações soberanas e os painéis arbitrais.

A primeira seção do documento examina a virada estratégica rumo ao fortalecimento do controle estatal, destacando os novos desenhos contratuais e a inclusão crescente de Cláusulas de Interpretação Conjunta (CICs), capazes de reconfigurar os limites e a margem de discricionariedade das decisões dos tribunais de investimento. A segunda seção aprofunda as características e os benefícios práticos dessas interpretações, demonstrando sua eficácia no esclarecimento de ambiguidades normativas e na redução do ativismo arbitral. Por fim, o relatório oferece recomendações estratégicas aos Estados para superar os desafios operacionais de sua implementação, propondo a integração efetiva das CICs às reformas globais do direito internacional de investimentos.



28 de setembro de 2026 — Além do Amicus Curiae: Repensando o Papel da Participação de Terceiros na Arbitragem de Investimentos e na Governança Ambiental.

O Centro Sul propõe reformas no mecanismo ISDS para fortalecer a governança ambiental e a equidade processual e publicou um estudo que analisa a participação de terceiros nos processos de Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados (ISDS/SCIE), abordando o tema sob a perspectiva da justiça socioambiental e da soberania regulatória.

O relatório examina como reformular os mecanismos de intervenção de terceiro, para além do formato tradicional e limitado do *amicus curiae*, garantindo equidade processual e participação efetiva das comunidades locais e grupos vulneráveis afetados por impactos ambientais de grandes empreendimentos.

O documento avalia o alcance e os gargalos operacionais da arquitetura arbitral atual, identificando barreiras jurídicas que impedem essas comunidades de apresentar provas técnicas e argumentos legais sobre danos ecológicos e violações de direitos humanos.

Além disso, o estudo explora o potencial da participação de terceiros na formulação de reconvenções contra investidores privados por prejuízos socioambientais. Demonstra-se como a inclusão de evidências comunitárias e a valoração dos custos de reparação ambiental podem influenciar diretamente o cálculo e a mitigação das indenizações financeiras concedidas pelos tribunais arbitrais.

Ao integrar os custos socioambientais à equação do contencioso de investimentos, o Centro Sul propõe caminhos concretos para edificar uma governança de ISDS mais equilibrada, justa e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A iniciativa busca fortalecer a responsabilização corporativa por danos ambientais, preservar o espaço de políticas públicas (*policy space*) dos Estados e assegurar o empoderamento das populações locais nas decisões multilaterais.

Visões do Sul

1º de outubro de 2026 — As negociações da OMPI sobre a proteção do conhecimento tradicional e das expressões culturais tradicionais avançam rumo a objetivos mais claros para o instrumento internacional — *Viviana Munoz Tellez*

Avanços na OMP — Maior Alinhamento do Sul Global e dos Povos Indígenas Rumo às Assembleias de 2027



Realizada em setembro de 2026, a 53.ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore (IGC) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) superou um prolongado impasse negociador. O comitê alcançou consenso sobre a revisão dos textos preliminares relativos aos conhecimentos tradicionais e às expressões culturais tradicionais, incorporando, inclusive, uma nova proposta para a formulação de seus objetivos.

Esse progresso é fruto de um crescente alinhamento diplomático entre o Grupo Africano, o Grupo Ásia-Pacífico, o Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC) e os representantes dos povos indígenas e comunidades locais — processo em que a articulação inter-regional do Grupo de Países Afins (*Like-Minded Countries*) desempenhou papel determinante.

A consolidação de uma convergência ainda mais sólida entre esses atores, sobretudo quanto ao alcance das obrigações jurídicas a serem estabelecidas pelo novo instrumento internacional, será um passo decisivo na preparação para as Assembleias da OMPI em 2027.

Resumo de Política

5 de outubro de 2026 — Por que o Sul Global está otimista em relação à Inteligência Artificial? — *Danish*


POLICY BRIEF

Why is the Global South optimistic about Artificial Intelligence?

ABSTRACT

Assimetrias e Oportunidades Globais: A Divergência entre o Norte e o Sul Global na Governança da Inteligência Artificial

A comunidade internacional tem acompanhado com crescente preocupação os alertas sobre os riscos existenciais associados ao avanço acelerado da Inteligência Artificial (IA) de ponta. Esse cenário alimentou um clima de apreensão e desconfiança regulatória no plano multilateral.

Contudo, análises mais detalhadas sobre o sentimento global revelam que essa percepção está longe de ser uniforme.

Enquanto o Norte Global tende a concentrar os seus debates nos riscos e na mitigação de ameaças catastróficas, os países do Sul Global mantêm uma visão predominantemente otimista sobre o potencial transformador da IA para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Para estas nações, as prioridades centram-se em assegurar o acesso equitativo às tecnologias emergentes, garantir a distribuição justa dos seus benefícios e mobilizar financiamento e capacitação técnica.

Com base na análise das declarações oficiais proferidas durante a semana de alto nível da Assembleia Geral da ONU (22 a 28 de setembro de 2026), este relatório examina as divergências de perspetiva entre o Sul e o Norte Global relativamente à IA. O documento identifica as causas subjacentes a este contraste e aponta caminhos estratégicos para canalizar o otimismo do Sul Global em impacto real, equitativo e alinhado com as agendas internacionais de desenvolvimento.

G20, G7 e OCDE

G20, G7 y OCDE

G20, G7 and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

Deliberações do G20 sobre Abundância Energética e Mobilização contra o Ebola

G20 Outcomes on Energy Abundance and Mobilization Against Ebola

Deliberaciones del G-20 sobre la abundancia energética y la movilización contra el ébola

Resumo: O presente informe analisa os desdobramentos do G20 na abertura do último trimestre sob a presidência norte-americana, período que antecede a Cúpula de Líderes na Flórida. No campo energético, o documento examina os resultados da Reunião Ministerial de Abundância Energética em Houston, abordando a emissão da declaração da presidência sem a chancela do Brasil e detalhando os quatro entregáveis consensuais firmados em cocção limpa, eficiência regulatória, reuso de água e minerais críticos. Em paralelo, analisa a Reunião Extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores sobre o surto de Ebola na República Democrática do Congo, evidenciando o deslocamento institucional da saúde no bloco, a mobilização financeira internacional e a assimetria dos aportes liderados pelos Estados Unidos.

Palavras-chave: G20; EUA.

Abstract: *This report analyzes developments around the G20 at the start of the final quarter of the U.S. presidency, ahead of the Leaders' Summit in Florida. In the energy sector, the report examines the outcomes of the Ministerial Meeting on Energy Abundance in Houston, including the chair's statement issued without Brazil's endorsement and the four consensus-based deliverables agreed on: clean cooking, regulatory efficiency, water reuse, and critical minerals. It also analyzes the Extraordinary Meeting of Foreign Ministers on the Ebola outbreak in the Democratic Republic of Congo, highlighting the bloc's institutional shift in health policy, international financial mobilization, and the asymmetric contributions led by the United States.*

Keywords: *G20; USA*

Resumen: *El presente informe analiza los acontecimientos del G-20 al inicio del último trimestre bajo la presidencia estadounidense, período que precede a la Cumbre de Líderes en Florida. En el ámbito energético, el documento examina los resultados de la Reunión Ministerial sobre Abundancia Energética celebrada en Houston, abordando la emisión de la declaración de la presidencia sin el respaldo de Brasil y detallando los cuatro compromisos consensuados alcanzados en materia de cocción limpia, eficiencia regulatoria, reutilización del agua y minerales críticos. Paralelamente, analiza la Reunión Extraordinaria de Ministros de Asuntos*

Exteriores sobre el brote de ébola en la República Democrática del Congo, poniendo de manifiesto el desplazamiento institucional en materia de salud dentro del bloque, la movilización financiera internacional y la asimetría de las aportaciones lideradas por Estados Unidos.

Palabras clave: *G20; USA*

Com a aproximação da Cúpula de Líderes, programada para os dias 14 e 15 de dezembro na Flórida, o último trimestre de atividades do G20 sob a presidência norte-americana abriu seu calendário com deliberações intensas sobre a agenda energética. No âmbito das atividades do Grupo de Trabalho de Abundância Energética do G20, os trabalhos ministeriais em Houston foram precedidos pelo Simpósio do G20 sobre Eficiência Regulatória, sediado pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) em 14 de setembro de 2026. Concebido como etapa preparatória para os debates de alto nível, o simpósio teve como objetivo central promover marcos regulatórios voltados à geração de resultados práticos, oferecendo às empresas previsibilidade e clareza jurídicas para destravar investimentos privados, acelerar o licenciamento ambiental e fortalecer a resiliência das cadeias globais. Na abertura do encontro, o administrador da EPA, Lee Zeldin, sustentou a premissa de que a salvaguarda da saúde e do meio ambiente pode caminhar em convergência com a expansão econômica e a execução ágil de projetos de infraestrutura de grande porte.

A dinâmica dos trabalhos foi estruturada em três painéis temáticos principais, intitulados *Criando Condições para Investimento*, *Perspectivas Governamentais sobre Licenciamento Moderno* e *O Futuro do Licenciamento*. As sessões foram conduzidas por dirigentes da agência ambiental norte-americana, incluindo o próprio Lee Zeldin, a Administradora Assistente para Assuntos Internacionais, Usha Turner, e o Vice-Chefe de Gabinete para Política e Estratégia, Pouya Lavian. O debate mobilizou lideranças empresariais de corporações multinacionais, como Drew Marsh, Presidente e CEO da Entergy; Mark Nelson, Vice-Presidente Executivo da Chevron; Chase Lochmiller, Cofundador e CEO da Crusoe; e Susan Uthayakumar, Diretora de Energia e Sustentabilidade da Prologis, além de ministros e representantes governamentais. Ao longo dos painéis, as discussões concentraram-se no impacto direto dos arcabouços regulatórios sobre a viabilidade financeira e o cronograma de entrega das obras públicas de infraestrutura. Usha Turner destacou que, a despeito das diferenças metodológicas de licenciamento adotadas por cada país, a troca de soluções práticas entre governos e agentes privados fortalece sistemas regulatórios transparentes e adaptados às demandas futuras. Nessa mesma linha, Pouya Lavian ponderou que o ritmo e a escala das transformações tecnológicas exigem que as regras de licenciamento acompanhem essa velocidade, criando as condições operacionais necessárias para viabilizar a próxima geração de energia e de infraestrutura.

No dia seguinte, durante a Sessão Ministerial de Abundância Energética do G20, Lee Zeldin oficializou o lançamento da Iniciativa do G20 para o Reuso de Água (*G20 Water Reuse Initiative*), voltada a estabelecer uma estrutura de cooperação internacional para expandir o reuso seguro de águas tratadas frente à pressão de demanda nos setores industrial, agrícola e energético. Aprovada por consenso por meio do *Documento de Resultados de Reuso de Água*, a iniciativa alicerça-se em uma abordagem adequada ao propósito (*fit-for-purpose*), metodologia que propõe o tratamento da água de acordo com o padrão técnico estritamente exigido para

sua aplicação final, dispensando a imposição de um parâmetro uniforme para todos os tipos de uso.

A estratégia busca reduzir a pressão sobre os mananciais de água doce, fortalecer a resiliência contra estiagens e garantir a estabilidade operacional de infraestruturas críticas. Zeldin reiterou que a segurança hídrica e energética constitui os pilares da produtividade industrial, da tecnologia e da agricultura nos Estados Unidos, reforçando a meta de suprimir barreiras burocráticas sem abrir mão da proteção ambiental e da saúde pública. Segundo ele, a iniciativa recupera diretrizes originadas na primeira gestão de Donald Trump e conecta-se diretamente ao Plano de Ação de Reuso de Água 2.0 (WRAP 2.0), apresentado pela EPA em abril, que enfatizou a relevância do reuso hídrico para áreas estratégicas. O documento incorpora também o princípio do federalismo cooperativo, respeitando as competências locais e a soberania regulatória de cada nação, ao mesmo tempo em que privilegia o aporte de tecnologia e de recursos do setor privado. Se podemos resumir, os líderes do Simpósio defenderam maior rapidez na liberação de licenças ambientais e maior participação do setor privado.

As deliberações em Houston culminaram no encerramento da Reunião Ministerial de Abundância Energética do G20 em 16 de setembro. O encontro reuniu ministros e delegações de uma ampla coalizão de membros do bloco e de convidados externos, composta por representantes da União Africana, da Argentina, da Austrália, do Brasil, do Canadá, da China, da União Europeia, da França, da Alemanha, da Índia, da Indonésia, da Itália, do Japão, do México, da Polônia, da Rússia, da Arábia Saudita, da Coreia do Sul, da Turquia e do Reino Unido. E, ao longo de três dias de trabalho, as negociações desenvolveram-se em torno dos três eixos que estruturam o mandato do grupo: Segurança Energética e Consumo Acessível, Licenciamento e Eficiência Regulatória, e Minerais Críticos e Cadeias de Suprimento Resilientes.

O principal documento político resultante do encontro, no entanto, não alcançou a condição de Declaração Ministerial Conjunta, tendo sido emitido como uma Declaração do Presidente sobre os *Princípios Voluntários de Segurança Energética do G20*. O texto estabelece que a segurança energética constitui o fundamento central para o crescimento econômico, a estabilidade nacional e o bem-estar social, afirmando a urgência de garantir fluxos contínuos de suprimentos, resguardar a liberdade de navegação em vias hídricas internacionais e proteger infraestruturas críticas, ao mesmo tempo em que reconhece categoricamente o direito soberano de cada país em definir sua própria matriz energética com base em sua geografia, recursos e prioridades políticas – elemento central em todos os entregáveis detalhados a seguir. Suas diretrizes voluntárias foram estruturadas em cinco eixos centrais voltados à acessibilidade econômica e à desregulamentação, à expansão contínua da oferta para suprir a demanda industrial e digital, à diversificação das matrizes, incluindo fontes fósseis e energia nuclear civil, à modernização de redes de transmissão e interconexões fronteiriças, e à aceleração da inovação tecnológica com proteção à propriedade intelectual. O documento contou com o apoio da quase totalidade dos membros presentes, mas não alcançou a unanimidade em razão da recusa formal da delegação do Brasil em chancelar seus termos, cujas motivações detalhadas não foram tornadas públicas.

A despeito dessa divergência substantiva em torno do documento geral da presidência, as negociações técnicas permitiram que os países-membros isolassem temas operacionais e alcançassem consenso em torno de quatro entregáveis, voltados a conferir materialidade às discussões ministeriais. O primeiro resultado estabeleceu trajetórias adequadas às realidades locais para ampliar o acesso doméstico à energia e à água, com ênfase no uso do gás liquefeito

de petróleo para substituir a biomassa tradicional. O segundo entregável concentrou-se na eficiência regulatória e no licenciamento, com o objetivo de conferir celeridade e previsibilidade aos processos administrativos internos. O terceiro produto traduziu-se na formalização técnica da Iniciativa de Reuso de Água, estabelecendo diretrizes voluntárias e não prescritivas para o aproveitamento de efluentes tratados. E o quarto consenso consolidou-se na Declaração sobre Minerais Críticos, delineando parâmetros para cadeias de fornecimento diversificadas e para a agregação de valor local.

Dedicada ao Pilar I, a *Declaração do G20 sobre o Avanço do Acesso à Cocção Limpa* estabelece que a universalização de soluções sustentáveis para cozinhar é indispensável para aprimorar a saúde pública, incentivar a educação, apoiar os meios de subsistência, impulsionar o empoderamento econômico, conter o desmatamento, a poluição e a perda de biodiversidade, além de ampliar o acesso à energia nas nações em desenvolvimento. O documento consagra a diretriz de que não há uma trajetória única para atingir essa meta, cabendo às realidades locais e às escolhas soberanas de cada Estado definir a composição adequada de sua matriz. Nesse sentido, alternativas como o gás liquefeito de petróleo, a eletricidade, o gás natural, os biocombustíveis e as tecnologias avançadas de queima de biomassa geram impactos positivos imediatos no bem-estar comunitário e no meio ambiente, com foco primordial na proteção de mulheres e crianças. O texto defende ainda que a destinação de fundos públicos e multilaterais seja pautada pelo mérito e pela neutralidade tecnológica, destacando que o gás liquefeito de petróleo se consolidou como uma alternativa mais rápida e segura em relação à biomassa tradicional (recursos orgânicos primários e não processados, como lenha e carvão), atuando como vetor decisivo nas regiões onde o acesso à energia nas residências ainda enfrenta limitações. Paralelamente, o avanço da rede elétrica global, que hoje alcança aproximadamente 92% da população mundial, abre espaço para a expansão do cozimento elétrico, enquanto os biocombustíveis e os fogões mais modernos atendem a contextos regionais específicos. O financiamento da universalização até 2030 demandará, portanto, recursos volumosos, incluindo a estimativa de 4 bilhões de dólares apenas para atender às necessidades do continente africano, levando o plano de ação a instar agências multilaterais e Bancos de Desenvolvimento a conceder recursos de forma justa para todas as matrizes qualificadas, extinguir entraves de mercado e de regulação, fortalecer os canais logísticos de distribuição, resguardar a integridade das cadeias de fornecimento e apoiar arranjos produtivos locais por meio da transferência voluntária de tecnologias sob termos acordados mutuamente.

No âmbito do Pilar II, o documento de consenso sobre Licenciamento e Eficiência Regulatória fundamenta-se no entendimento de que a expansão econômica depende da garantia de acesso amplo à energia proveniente de fontes e rotas tecnológicas diversas. Os ministros afirmam a necessidade de estruturar procedimentos internos de licenciamento ambiental e marcos regulatórios que combinem clareza, previsibilidade, eficácia e agilidade, de modo a subsidiar a implantação de obras de infraestrutura energética indispensáveis, em estrita observância à soberania de cada nação e às suas prioridades socioeconômicas e ecológicas. O documento salienta que a aceleração dos trâmites burocráticos e dos prazos de concessão deve ser realizada sem flexibilizar o rigor regulatório nem comprometer as salvaguardas de preservação ambiental. Com o intuito de qualificar a coordenação entre os órgãos governamentais, as nações concordaram em avaliar a incorporação segura de sistemas de Inteligência Artificial e de soluções digitais, além de incentivar o compartilhamento transparente e interoperável de bases de dados públicas, respeitadas as legislações domésticas e as regras nacionais de governança de dados. A cooperação multilateral concretiza-se por meio de ações

voluntárias focadas no intercâmbio de experiências regulatórias, na promoção de seminários, oficinas técnicas e *webinars*, na ampliação do diálogo com administrações subnacionais e com a iniciativa privada, bem como na prestação de capacitação e assistência técnica orientadas especialmente às demandas dos países em desenvolvimento.

Ainda no escopo do Pilar II, a formalização consensual da *Iniciativa do G20 para o Reuso de Água* consagra a premissa de que a suficiência, a segurança, a quantidade, a qualidade, a acessibilidade e a modicidade dos custos hídricos são determinantes para a saúde, o bem-estar social, a prosperidade produtiva, o interesse soberano dos Estados e a integridade ecológica das fontes de água potável. O plano estrutura-se a partir da abordagem científica não prescritiva denominada adequada ao propósito (fit-for-purpose), segundo a qual o tratamento dos efluentes deve ser calibrado para atender aos padrões técnicos exigidos para a destinação final específica, rejeitando a imposição de regras padronizadas universais. O documento pontua que a reciclagem de água, associada a processos como a dessalinização, reduz a exploração dos mananciais de água doce, mitiga os impactos sobre a biodiversidade aquática e fortalece a preparação dos países para secas e estiagens prolongadas. As nações acordaram em canalizar a cooperação de maneira voluntária no fórum do *Diálogo sobre Água do G20* em torno de cinco frentes domésticas: a modernização dos fluxos administrativos de licenciamento e regulação de efluentes, o fortalecimento de práticas de preservação ambiental, a difusão de inovações tecnológicas, a definição de critérios para o monitoramento da água reciclada e o estímulo a projetos em segmentos intensivos no consumo de recursos hídricos, abrangendo geração elétrica, indústria de transformação, agricultura, sistemas municipais e centros de processamento de dados. O texto reitera, ainda, o caráter voluntário e não normativo do instrumento, delimitando que a iniciativa não pretende instituir parâmetros compulsórios para as legislações nacionais, incentivando a mobilização do setor privado, a execução de projetos-piloto, a divulgação de estudos aplicados no agronegócio e a atração de capital público e privado para obras de infraestrutura hídrica.

Por sua vez, a Declaração sobre Minerais Críticos, representativa do Pilar III, qualifica esses recursos como insumos estratégicos para a segurança energética, os processos industriais, a manufatura avançada, a infraestrutura digital, as tecnologias de ponta e a sustentabilidade do desenvolvimento global. Em virtude do crescimento acelerado da demanda e das deficiências em infraestrutura e em dados de mercado, os membros do grupo comprometeram-se com uma agenda de articulação voluntária e flexível, que respeite a soberania de cada Estado sobre seu patrimônio mineral e estimule a agregação de valor nas economias de origem. A estratégia desdobra-se em três eixos centrais.

O primeiro eixo contempla a ampliação da troca de informações não confidenciais e a formação técnica entre governos, setor produtivo e centros de pesquisa, visando dar visibilidade às oscilações de mercado e aos estrangulamentos operacionais, assegurando salvaguardas rígidas à propriedade intelectual, à segurança cibernética e a dados estratégicos.

O segundo eixo volta-se ao avanço tecnológico para consolidação de cadeias produtivas circulares e eficientes, estimulando metodologias modernas de prospecção, lavra, beneficiamento, refino e reaproveitamento de minerais secundários a partir de bacias de rejeitos e depósitos de mineração, acompanhadas da capacitação de mão de obra especializada e da transferência voluntária de tecnologia sob condições acordadas mutuamente.

O terceiro eixo direciona-se à atração de investimentos e parcerias para mitigar gargalos de liquidez, custos logísticos e a carência de trabalhadores qualificados, incentivando a colaboração de agências de crédito à exportação e de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no financiamento de polos regionais de processamento e na estruturação do setor extrativo nos países produtores.

O evento serviu igualmente de plataforma para intervenções políticas das autoridades norte-americanas e para anúncios expressivos nos campos corporativo e regulatório. O Presidente do Conselho Nacional de Dominância Energética, Doug Burgum, ressaltou que o avanço das infraestruturas digitais e dos sistemas energéticos globais não pode ficar condicionado a elos minerais frágeis, o que sustenta a necessidade de diversificação das fontes e a primazia da soberania de cada Estado sobre os seus recursos naturais.

Na mesma linha, o Secretário de Energia, Chris Wright, e o Administrador da EPA, Lee Zeldin, argumentaram que a preservação ambiental caminha em sintonia com a prosperidade econômica. Em matéria regulatória doméstica, Zeldin divulgou a revogação da maior parte das exigências para emissões de gases de efeito estufa aplicadas a usinas elétricas herdadas da gestão Biden, medida qualificada como a mais expressiva desregulamentação do setor elétrico na história dos Estados Unidos, com economia projetada em 310 bilhões de dólares, além de apresentar proposta de revogação para as normas remanescentes, prevendo mais 370 milhões de dólares em alívio direto de conformidade para o setor produtivo.

Em paralelo às deliberações do setor energético, a quinzena registrou a convocação extraordinária de uma Reunião dos Ministros das Relações Exteriores do G20, articulada pela presidência norte-americana, para renovar a coordenação internacional diante do surto de Ebola na República Democrática do Congo. A realização do encontro pela via diplomática geral evidencia uma mudança estrutural na condução dos trabalhos do bloco, visto que, usualmente, discussões dessa natureza seriam conduzidas no âmbito de um Grupo de Trabalho específico dedicado à saúde. Contudo, após demonstrar forte relutância em assumir compromissos na pasta desde o ano anterior, o governo dos Estados Unidos decidiu, durante a organização de seu mandato, excluir a saúde como tema a ser tratado em um grupo próprio, deslocando a resposta a emergências sanitárias para a alçada direta dos chanceleres.

Durante o encontro, que produziu uma Declaração para Acelerar a Ação Coletiva na Luta contra o Ebola, o fórum expandiu o diálogo para além dos membros permanentes do G20 ao incorporar outros doadores relevantes, como Polônia, Irlanda, Países Baixos, Noruega, Singapura, Catar e Emirados Árabes Unidos, além de organizações internacionais estratégicas na resposta a crises, a exemplo do África CDC, do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), do Fundo para Pandemias, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Mundial.

Durante a sessão de trabalho, os participantes anunciaram mais de 470 milhões de dólares em novos compromissos financeiros, fazendo com que o volume global de recursos prometidos ultrapassasse a marca de 2 bilhões de dólares desde a eclosão da crise, em maio de 2026. As lideranças ressaltaram a gravidade ímpar do cenário, agravada pelo isolamento geográfico da zona afetada e pela sobreposição de conflitos armados locais, somada ao fato de que os tratamentos, diagnósticos e vacinas atualmente disponíveis não apresentam eficácia total contra a cepa específica de *Bundibugyo*.

O plano de ação consensual estabeleceu a urgência de aprofundar as operações nas áreas de transmissão e intensificar a prontidão em regiões vizinhas de alto risco por meio do rastreamento de contatos, proteção dos agentes comunitários e de saúde, expansão da capacidade instalada de leitos, aplicação de novas ferramentas diagnósticas e aporte de capital no desenvolvimento de vacinas, tendo como parâmetro de contenção o encerramento bem-sucedido do surto ocorrido em Uganda em agosto de 2026.

No que tange às contribuições formalizadas no âmbito do fórum, a Austrália anunciou o envio de 3,5 milhões de dólares, enquanto a França aportou 16 milhões de dólares adicionais, elevando seu montante total de auxílio a 34 milhões de dólares. A Alemanha comprometeu 24,8 milhões de dólares, totalizando um apoio global de 30,7 milhões de dólares destinado a laboratórios, centros de tratamento, capacitação profissional e estratégias de comunicação comunitária sobre risco. A Itália formalizou a destinação de 11,3 milhões de dólares, totalizando 14,5 milhões de dólares, para ensaios clínicos de novos imunizantes, aquisição de suprimentos hospitalares e medidas de prevenção.

O Japão disponibilizou 5 milhões de dólares em ajuda emergencial, totalizando cerca de 12,4 milhões de dólares para formação técnica e envio de especialistas para a região. A Coreia do Sul assumiu o compromisso de aportar 18 milhões de dólares para viabilizar o acesso a vacinas, medicamentos e contramedidas sanitárias, ao passo que o Reino Unido apresentou um pacote adicional de 67,5 milhões de dólares, elevando seu desembolso total para 105,6 milhões de dólares em suporte à vigilância epidemiológica e a trabalhadores do setor.

Por sua vez, os Emirados Árabes Unidos anunciaram 10 milhões de dólares, e o Banco Mundial disponibilizou 90 milhões de dólares, dos quais 80 milhões provenientes do Crisis Response Window e 10 milhões canalizados pelo Fundo Global de Financiamento, para salvaguardar serviços essenciais de saúde.

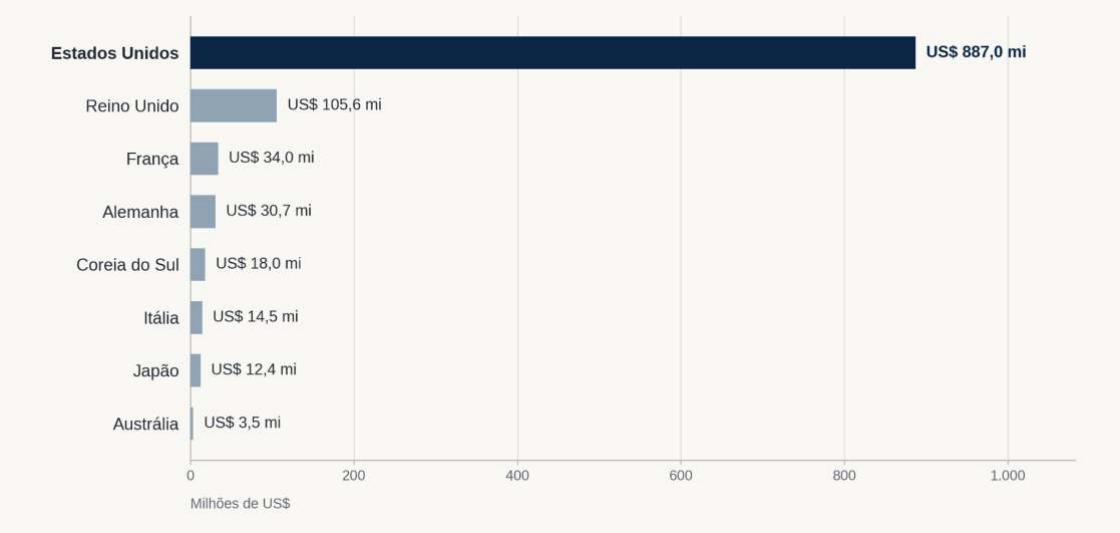
Em articulação com essas medidas multilaterais, os Estados Unidos formalizaram a liberação de 267 milhões de dólares adicionais em assistência médica e humanitária direta para conter o vírus, cumprindo o compromisso firmado na Cúpula de Líderes do G7 de alocar até 500 milhões de dólares suplementares para a resposta.

Com essa adição, a ajuda direta acumulada de Washington para este episódio alcançou 887 milhões de dólares, dos quais mais de 780 milhões foram mobilizados pelo Departamento de Estado, mantendo o país como o maior doador individual da resposta global. Paralelamente aos repasses dedicados ao Ebola, o governo norte-americano transferiu neste ano 350 milhões de dólares em assistência humanitária ampla para as populações da RDC, Uganda e Sudão do Sul, como parte de uma parceria de 1,8 bilhão de dólares estruturada com o OCHA.

A dimensão comparativa e a assimetria na alocação desses recursos entre as principais economias do grupo encontram-se sintetizadas no gráfico abaixo. Os dados compilados ilustram tanto o total acumulado divulgado oficialmente pelas delegações desde a eclosão do surto em maio de 2026, como observado nos casos dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França, da Alemanha, da Itália e do Japão, quanto os novos compromissos anunciados estritamente na sessão ministerial, como no caso da Coreia do Sul e da Austrália, com todos os valores convertidos para dólares americanos, conforme comunicado no encontro.

A visualização limita-se exclusivamente aos membros do G20, não contemplando os aportes de nações convidadas, nem os de organismos multilaterais, além de omitir os integrantes do fórum que não formalizaram doações individuais específicas nessa oportunidade.

Figura 1: Aportes Financeiros Informados por Países do G20 para a Resposta ao Ebola na República Democrática do Congo (em milhões de US$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados oficiais divulgados na Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do G20 sobre a Aceleração da Ação Coletiva para Derrotar o Ebola (setembro de 2026).

No plano logístico e operacional, a atuação dos Estados Unidos pautou-se pelo envio de suporte externo emergencial em menos de 48 horas após a confirmação dos primeiros casos em maio de 2026, caracterizando a resposta mais rápida de sua história a uma epidemia de Ebola. Sob a gestão do Departamento de Estado e dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), em estreita coordenação com autoridades locais, a cooperação permitiu o transporte de 292 toneladas de suprimentos, a realização de 8,6 milhões de triagens sanitárias em nações vizinhas, a distribuição de 184 mil equipamentos de proteção individual, além da operação de 23 centros dedicados ao tratamento da doença e da sustentação técnica a 235 instalações de saúde regionais. Os recursos garantem ainda o rastreamento contínuo de contatos, protocolos de sepultamento seguro e digno e rotinas de vigilância epidemiológica por meio de redes locais de confiança.

Essa intervenção diplomática e sanitária ampara-se no Memorando de Entendimento firmado entre Washington e o governo da RDC em fevereiro de 2026, documento estruturado sob a orientação da Estratégia de Saúde Global *America First* da administração de Donald Trump, que aproveitou a ocasião para reiterar o apelo público para que outros governos com capacidade econômica ampliem a partilha de responsabilidades financeiras e operacionais no enfrentamento da crise.

Por fim, como último desdobramento desta quinzena, realizou-se em Milwaukee, no início de outubro, a Reunião Ministerial de Comércio do G20. Em razão da amplitude e da densidade analítica exigidas pelas deliberações em torno das agendas de energia e de saúde ao longo do período, os resultados, consensos e desdobramentos decorrentes desse encontro comercial serão abordados detalhadamente na próxima edição deste informativo.

Referências

G20. (2026a, setembro). G20 EAWG: Critical minerals statement. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/4-G20-EAWG-Critical-Minerals-Statement.pdf

G20. (2026b, setembro). G20 EAWG: Permitting and regulatory efficiency. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/2-G20-EAWG-Permitting-and-Regulatory-Efficiency.pdf

G20. (2026c, setembro). G20 EAWG: Water reuse initiative. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/3-G20-EAWG-Water-Reuse-Initiative.pdf

G20. (2026d, setembro). G20 Energy Ministers' statement on advancing clean cooking access. The White House. https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2026/09/1-G20-Energy-Ministers-Statement-on-Advancing-Clean-Cooking-Access.pdf

The White House. (2026, 16 de setembro). G20 Energy Abundance Ministerial concludes with four consensus outcomes. https://www.whitehouse.gov/releases/2026/09/g20-energy-abundance-ministerial-concludes-with-four-consensus-outcomes/

U.S. Department of Energy. (2026, 16 de setembro). G20 Energy Abundance Ministerial Chair's statement. https://www.energy.gov/articles/g20-energy-abundance-ministerial-chairs-statement

U.S. Department of State. (2026a, setembro). G20 Chair's statement: Ebola ministerial on accelerating collective action to defeat Ebola. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/09/g20-chairs-statement-ebola-ministerial-on-accelerating-collective-action-to-defeat-ebola/

U.S. Department of State. (2026b, setembro). United States pledges additional life-saving health assistance in response to Ebola outbreak. https://www.state.gov/releases/office-of-the-spokesman/2026/09/united-states-pledges-additional-life-saving-health-assistance-in-response-to-ebola-outbreak/

U.S. Environmental Protection Agency. (2026a, 15 de setembro). EPA Administrator Zeldin launches G20 initiative to advance water security. https://www.epa.gov/newsreleases/epa-administrator-zeldin-launches-g20-initiative-advance-water-security

U.S. Environmental Protection Agency. (2026b, 14 de setembro). EPA hosts global G20 forum on regulatory efficiency in Houston. https://www.epa.gov/newsreleases/epa-hosts-global-g20-forum-regulatory-efficiency-houston

G7: a crise do diesel e a fratura sobre o TPI

G7: the diesel crisis and the rift over the ICC

G7: la crisis del diésel y la fractura sobre la CPI

Resumo: Na quinzena de 28 de setembro a 11 de outubro de 2026, sob pressão dos Estados Unidos, o G7 anunciou em videoconferência extraordinária a liberação de 100 milhões de barris de estoques de emergência, volume que em grande parte apenas completa o compromisso de março na Agência Internacional de Energia. Dias depois, seis membros do grupo se uniram contra as sanções norte-americanas ao Tribunal Penal Internacional.

Palavras-chave: G7; segurança energética; Tribunal Penal Internacional.

Abstract: *In the fortnight from September 28 to October 11, 2026, under US pressure, the G7 announced at an extraordinary videoconference the release of 100 million barrels of emergency stocks, a volume that largely completes the March commitment at the International Energy Agency. Days later, six members of the group joined forces against US sanctions on the International Criminal Court.*

Keywords: *G7; energy security; International Criminal Court.*

Resumen: *En la quincena del 28 de septiembre al 11 de octubre de 2026, bajo presión de Estados Unidos, el G7 anunció en una videoconferencia extraordinaria la liberación de 100 millones de barriles de reservas de emergencia, volumen que en gran parte solo completa el compromiso de marzo en la Agencia Internacional de Energía. Días después, seis miembros del grupo se unieron contra las sanciones estadounidenses a la Corte Penal Internacional.*

Palabras clave: *G7; seguridad energética; Corte Penal Internacional.*

Diferentemente das quinzenas anteriores, este período registrou uma ação coletiva formal do G7. Em 2 de outubro, o presidente Emmanuel Macron, na condição de presidente do grupo, convocou uma videoconferência extraordinária de líderes, com participação do diretor-executivo da Agência Internacional de Energia (AIE), para responder à alta global dos combustíveis associada à guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã e à guerra entre Rússia e Ucrânia. A reunião resultou na primeira declaração de líderes desde a Cúpula de Évian (ELYSÉE, 2026a).

A pressão para a reunião extraordinária se deu pelos Estados Unidos, que, em 1º de outubro, por meio do secretário de Energia, Chris Wright, pressionaram a União Europeia e, especificamente, França e Alemanha, a liberar 120 milhões de barris de diesel de suas reservas de emergência em seis meses, sob pena de os Estados Unidos proibirem a exportação do combustível para os dois países. Washington chegou a preparar uma proibição de 90 dias, em um cenário de preços recordes às vésperas das eleições de meio de mandato de novembro (24/7 WALL ST., 2026).

O secretário do Tesouro, Scott Bessent, cobrou que os parceiros europeus “acelerassem a entrega de seus compromissos existentes”. Na semana anterior, o diesel havia atingido US$ 6,53 por galão nos Estados Unidos, e doze países da União Europeia registravam máximas históricas. O comissário europeu de Comércio, Maros Sefcovic, classificou a ameaça de proibição como “inesperada” e prejudicial à economia europeia (AL JAZEERA, 2026a). Foi então que, em 2 de outubro, os países da União Europeia realizaram uma reunião de crise, na qual diplomatas descreveram o tom norte-americano como “duro”, enquanto Macron conversava com Donald Trump e com o primeiro-ministro canadense, Mark Carney, para organizar o encontro do G7 (EURONEWS, 2026a).

A declaração conjunta estabelece: (i) a liberação de 100 milhões de barris por meio da AIE ao longo de quatro meses, com início imediato e uma liberação antecipada e substancial de diesel nos primeiros 20 dias; (ii) a coordenação dos cronogramas de manutenção das refinarias do grupo e o aumento temporário de sua utilização, onde possível; (iii) o engajamento de países com grande capacidade de refino para ampliar a oferta global de diesel; (iv) o compromisso de não impor restrições às exportações de energia entre os membros do G7; e (v) um pedido à AIE de relatório de acompanhamento em até 20 dias, com recomendações, inclusive sobre a recomposição dos estoques. O texto também condena os ataques do Irã a seus vizinhos, pede o

restabelecimento imediato da navegação no Estreito de Ormuz e reafirma a manutenção das sanções à Rússia (G7, 2026a).

É importante destacar que os 100 milhões de barris servem sobretudo para concluir a liberação coletiva de 400 milhões de barris decidida pela AIE em março, logo após o fechamento de Ormuz, dos quais 326 milhões já haviam chegado ao mercado (EURONEWS, 2026b). Em 7 de outubro, os membros da AIE concordaram em acelerar as liberações pendentes daquela ação e em priorizar o diesel "na medida do possível" (AL-MONITOR, 2026). No mesmo dia, os Estados-membros da União Europeia acertaram que qualquer nova liberação deve permanecer dentro do volume aprovado em março. Até então, o bloco havia liberado apenas cerca de metade do que prometera, e nenhum país europeu se comprometeu explicitamente com a antecipação de diesel no prazo de 20 dias (ENERGY CONNECTS, 2026). As contribuições nacionais seguiram essa lógica. A Alemanha anunciou, em 9 de outubro, a liberação de até 15 milhões de barris, a maior contribuição europeia, de um compromisso de 19,5 milhões assumido em março; a França anunciou 10 milhões de barris de diesel; e a Itália declarou já ter cumprido sua cota de 10 milhões (REUTERS, 2026a). O Japão, por sua vez, informou que não fará nova liberação, por já ter liberado, desde março, mais de 100 milhões de barris de estoques próprios, acima de sua parcela na ação da AIE (MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN, 2026; YENI SAFAK, 2026).

Para os europeus, o ganho mais concreto da declaração foi o compromisso de não restringir as exportações de energia entre os membros, que neutralizou a ameaça norte-americana. A Comissão Europeia saudou a decisão e destacou justamente a rejeição de proibições de exportação (OENERGETICE.CZ, 2026). Trump, por sua vez, afirmou que a Europa havia concordado em liberar suas reservas "imediatamente" (ASSOCIATED PRESS, 2026) e, em seguida, que a proibição "nunca esteve realmente sobre a mesa" (AL JAZEERA, 2026b).

O efeito sobre os preços foi limitado. O Brent caiu brevemente abaixo de US$ 100 o barril após o anúncio, mas voltou a cerca de US$ 102 (AL JAZEERA, 2026b) e chegou a US$ 105 em 8 de outubro (EURONEWS, 2026b). Os analistas consultados convergem em que a liberação traz alívio apenas temporário, porque não resolve o problema de fundo: a oferta de petróleo bruto do Oriente Médio se recupera, mas a de derivados segue restrita, com refinarias danificadas, ataques ucranianos às refinarias russas e a suspensão das exportações chinesas de diesel (AL JAZEERA, 2026b). Na zona do euro, a inflação de setembro chegou a 3,8%, a maior em três anos, puxada pela energia (ZDF HEUTE, 2026). Quanto a Ormuz, o presidente do Parlamento iraniano, Mohammad Baqer Ghalibaf, afirmou em 4 de outubro que o estreito não será reaberto até que sejam atendidas sete condições baseadas no memorando de Islamabad (KHALEEJ TIMES, 2026). O relatório da AIE solicitado pelo G7 e a reunião do Conselho de Governadores da agência, em 15 de outubro, dirão se haverá volumes efetivamente novos.

O segundo acontecimento da quinzena expõe a divisão interna do grupo. Em 9 de outubro, o secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, anunciou sanções ao Tribunal Penal Internacional (TPI) como instituição, com proibição de transações que o desligam do sistema financeiro dos Estados Unidos, com efeito em seis meses. Até então, Washington havia sancionado 13 juízes e procuradores da corte, inclusive sua presidente, Tomoko Akane, em agosto. Rubio afirmou que, se os aliados não "contiverem" o tribunal, os Estados Unidos seguirão em sua campanha para desmontá-lo "tijolo por tijolo". O anúncio veio horas depois de o Comitê Nobel norueguês conceder o Prêmio Nobel da Paz à jurista sul-africana Navi Pillay, ex-juíza da Câmara de Apelações do TPI, e foi celebrado pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, alvo de mandado de prisão da corte desde 2024 (MERCOPRESS, 2026).

No mesmo dia, os chanceleres de Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Reino Unido, acompanhados de Dinamarca e Países Baixos, divulgaram declaração conjunta em que, como Estados-partes do Estatuto de Roma, "lamentam e discordam fortemente" das sanções, reafirmam apoio à independência, à imparcialidade e à integridade do tribunal, alertam para o impacto sobre seu trabalho e seus funcionários e se comprometem com o diálogo com Estados não partes antes da Assembleia dos Estados-Partes, em dezembro (FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE, 2026; ITV NEWS, 2026). Seis dos sete membros falam juntos, mas fora do G7, cuja assinatura exigiria a concordância do sétimo. Esse "G7 menos um" reproduz, no campo da justiça internacional, o padrão observado no informe anterior sobre a reforma da ONU, em que as posições que dividem o grupo migram para outros formatos e deixam os textos do G7 restritos ao que é consensual.

O terceiro ponto envolve a China e os membros europeus do grupo. Em 5 de outubro, Macron e o chanceler alemão, Friedrich Merz, enviaram carta à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, defendendo um "instrumento crível" que permita à Comissão restringir o acesso ao mercado único em poucos dias diante de agressões comerciais, sem aprovação prévia dos 27 Estados-membros. No dia seguinte, o Ministério do Comércio chinês pediu que os dois países "se abstenham de encorajar a UE a recorrer a ferramentas protecionistas" (MALAY MAIL, 2026). Em 8 de outubro, com Sefcovic já em Pequim, a chancelaria chinesa defendeu um "diálogo em pé de igualdade" para resolver as diferenças comerciais (REUTERS, 2026b). No dia 9, as partes anunciaram um acordo provisório: um entendimento para moderar as exportações chinesas de veículos híbridos e híbridos plug-in, que, segundo Sefcovic, pode reduzi-las em mais da metade; a flexibilização das licenças chinesas de exportação de terras raras e ímãs permanentes; e melhor acesso ao mercado chinês para produtos europeus que somam quase € 4 bilhões em exportações, com economia estimada de € 225 milhões em tarifas. O déficit europeu com a China chega a € 1 bilhão por dia, e os líderes da UE avaliarão o acordo em cúpula na semana seguinte (EURONEWS, 2026c). Sefcovic o descreveu como um "primeiro passo crucial" (FOX, 2026).

A relação com o G7 é indireta, mas vale trazer para discussão. Os desequilíbrios globais e as cadeias de minerais críticos foram dois eixos da presidência francesa: em Évian, os líderes saudaram a Cúpula de Convergência Global para o Crescimento convocada por Macron com participação chinesa, em 11 de junho, e adotaram declaração sobre a segurança das cadeias de minerais críticos (G7, 2026b). Na prática, essa agenda avança pelo canal bilateral da União Europeia, em que os dois membros europeus do grupo pressionam por instrumentos mais duros de defesa comercial.

A agenda do grupo para as próximas semanas inclui, em 12 de outubro, em Bangkok, a quarta reunião de ministros de finanças do G7, à margem das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial; em 16 de outubro, os ministros do desenvolvimento se reúnem na mesma cidade; e, em 9 e 10 de novembro, os chanceleres se encontram em Marselha, seguidos pelos ministros do interior em Lyon, em 20 e 21 de novembro (ELYSÉE, 2026b).

Referências

24/7 WALL ST. Trump threatens to ban diesel exports to France and Germany unless they release 120 million barrels from reserves: analysts say ban could backfire on American drivers. [S. l.], 1 out. 2026. Disponível em: https://247wallst.com/investing/2026/10/01/trump-threatens-to-ban-diesel-exports-to-france-and-germany-unless-they-release-120-million-barrels-from-reserves-analysts-say-ban-could-backfire-on-american-drivers/ . Acesso em: 12 out. 2026.

AL JAZEERA. Trump says US may ask Europe to release diesel reserves. Doha, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.aljazeera.com/amp/news/2026/10/2/trump-says-us-may-ask-europe-to-release-diesel-reserves . Acesso em: 12 out. 2026.

AL JAZEERA. G7 to release 100 million barrels of oil and diesel: will it curb prices? Doha, 3 out. 2026b. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2026/10/3/g7-to-release-100-million-barrels-of-oil-and-diesel-will-it-curb-prices . Acesso em: 12 out. 2026.

AL-MONITOR. IEA to accelerate oil reserve release, says 100 million barrels still to come. Washington, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.al-monitor.com/originals/2026/10/iea-accelerate-oil-reserve-release-says-100-million-barrels-still-come . Acesso em: 12 out. 2026.

ASSOCIATED PRESS. Trump says Europe agrees to release diesel reserves 'immediately' as fuel prices hover near record highs. Nova York, 2 out. 2026. Disponível em: https://apnews.com/article/trump-europe-diesel-fuel-prices-774a360d1646d9ce8aba764fdd9959d2 . Acesso em: 12 out. 2026.

ELYSÉE. Videoconference with G7 leaders on the global energy situation. Paris, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/emmanuel-macron/2026/10/02/videoconference-with-g7-leaders-on-the-global-energy-situation . Acesso em: 12 out. 2026.

ELYSÉE. G7 agenda. Paris: Présidence de la République, 2026b. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/diary . Acesso em: 12 out. 2026.

ENERGY CONNECTS. EU states expect oil release will just enact prior pledges. Dubai, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.energyconnects.com/news/utilities/2026/october/eu-states-expect-oil-release-will-just-enact-prior-pledges/ . Acesso em: 12 out. 2026.

EURONEWS. EU holds crisis meeting as US pressure mounts to release emergency oil stocks. Bruxelas, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/02/eu-holds-crisis-meeting-as-us-pressure-mounts-to-release-emergency-oil-stocks . Acesso em: 12 out. 2026.

EURONEWS. Exclusive: G7's 100-million-barrel pledge tied to unfinished March emergency oil release. Bruxelas, 8 out. 2026b. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/08/exclusive-g7s-100-million-barrel-pledge-tied-to-unfinished-march-emergency-oil-release . Acesso em: 12 out. 2026.

EURONEWS. EU and China clinch deal over cars after heated trade talks as Brussels pushes to rebalance ties. Bruxelas, 9 out. 2026c. Disponível em: https://www.euronews.com/2026/10/09/eu-and-china-clinch-deal-over-cars-after-heated-trade-talks-as-brussels-pushes-to-rebalanc . Acesso em: 12 out. 2026.

FOREIGN, COMMONWEALTH & DEVELOPMENT OFFICE. Joint statement on support for the International Criminal Court. Londres, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.gov.uk/government/news/joint-statement-on-support-for-the-international-criminal-court . Acesso em: 12 out. 2026.

FOX, Benjamin. EU trade chief hails 'crucial first step' as Beijing talks avoid trade war. EUobserver, Bruxelas, 9 out. 2026. Disponível em: https://euobserver.com/242093/eu-trade-chief-hails-crucial-first-step-as-beijing-talks-avoid-trade-war/ . Acesso em: 12 out. 2026.

G7. G7 Leaders' statement on global energy security and market stability. Bruxelas: Conselho Europeu, 2 out. 2026a. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2026/10/02/g7-leaders-statement-on-global-energy-security-and-market-stability/ . Acesso em: 12 out. 2026.

G7. G7 Leaders' statement on geopolitical issues. Évian-les-Bains, 16 jun. 2026b. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/media/edgdrkoo/g7-leaders-statement-on-geopolitical-issues.pdf . Acesso em: 12 out. 2026.

ITV NEWS. UK and allies back International Criminal Court over US sanctions. Londres, 9 out. 2026. Disponível em: https://www.itv.com/news/2026-10-09/uk-and-allies-back-international-criminal-court-over-us-sanctions . Acesso em: 12 out. 2026.

KHALEEJ TIMES. Strait of Hormuz will not reopen until 7 conditions met, Iran says. Dubai, 4 out. 2026. Disponível em: https://www.khaleejtimes.com/world/mena/strait-of-hormuz-will-not-reopen-until-7-conditions-met-iran-says-us-war . Acesso em: 12 out. 2026.

MALAY MAIL. France and Germany want tougher EU trade powers, China says don't go there. Kuala Lumpur, 7 out. 2026. Disponível em: https://www.malaymail.com/news/money/2026/10/07/france-and-germany-want-tougher-eu-trade-powers-china-says-dont-go-there/238038 . Acesso em: 12 out. 2026.

MERCOPRESS. US sanctions the International Criminal Court hours after a former judge wins the Nobel Peace Prize. Montevidéu, 9 out. 2026. Disponível em: https://en.mercopress.com/2026/10/09/us-sanctions-the-international-criminal-court-hours-after-a-former-judge-wins-the-nobel-peace-prize . Acesso em: 12 out. 2026.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. G7 Leaders' Online Meeting regarding the global energy situation. Tóquio, 3 out. 2026. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/press/release/pressite_000001_02702.html . Acesso em: 12 out. 2026.

OENERGETICE.CZ. Commission welcomes G7 move: diesel release set to lower fuel prices in EU. Praga, 5 out. 2026. Disponível em: https://oenergetice.cz/en/oil/commission-welcomes-g7-move-diesel-release-set-to-lower-fuel-prices-in-eu . Acesso em: 12 out. 2026.

REUTERS. Germany to release up to 15 million barrels of oil under G7 plan. Londres, 9 out. 2026a. Disponível em: https://www.reuters.com/business/energy/germany-release-up-15-million-barrels-oil-under-g7-plan-2026-10-09/ . Acesso em: 12 out. 2026.

REUTERS. China pushes for equal dialogue in resolving trade differences with EU. Londres, 8 out. 2026b. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/china-pushes-equal-dialogue-resolving-trade-differences-with-eu-2026-10-08/ . Acesso em: 12 out. 2026.

YENI SAFAK. Japan rules out new oil release after G7 coordination deal. Istambul, 5 out. 2026. Disponível em: https://en.yenisafak.com/world/japan-rules-out-new-oil-release-despite-g7-deal-3724144 . Acesso em: 12 out. 2026.

ZDF HEUTE. G7 geben bis zu 15,9 Milliarden Liter Diesel und Rohöl frei. Mainz, out. 2026. Disponível em: https://www.zdfheute.de/politik/diesel-reserve-g7-freigabe-100.html . Acesso em: 12 out. 2026.

Educação, investimentos e saúde pautam a quinzena da OCDE

Education, investment, and health are the focus of the OECD's fortnight

La educación, las inversiones y la salud marcan la agenda de esta quincena de la OCDE

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação da nova edição do Education at a Glance e dois documentos complementares, um estudo sobre investimentos sociais na infância, uma avaliação sobre financiamento global para a biodiversidade, duas pesquisas sobre tecnologia e saúde e a nova edição da iniciativa da Health at a Glance restrita à região da América Latina e Caribe.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; geopolítica; OCDE; cooperação internacional.

Abstract: *The OECD's highlights include the the new edition of Education at a Glance and two complementary documents, a study on social investments in early childhood, an analysis of global financing for biodiversity, two studies on technology and health, and the new edition of the Health at a Glance initiative focused on the Latin America and Caribbean region.*

Keywords: *G20; USA; G7; geopolitics; OECD; international cooperation.*

Resumen: *Los aspectos más destacados de la OCDE se reparten entre la publicación de la nueva edición de Education at a Glance y dos documentos complementarios, un estudio sobre la inversión social en la infancia, una evaluación sobre la financiación mundial para la biodiversidad, dos estudios sobre tecnología y salud, y la nueva edición de la iniciativa Health at a Glance, centrada exclusivamente en la región de América Latina y el Caribe.*

Palabras clave*: G20; EE. UU.; G7; geopolítica; OCDE; cooperación internacional.*

Entre o fim do mês de setembro e o início do mês de outubro de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) promoveu a divulgação da mais recente versão de sua iniciativa *"Education at a Glance"*, uma fonte anual autorizada de informações e dados comparáveis internacionalmente sobre a situação da educação em todo o mundo e que fornece dados relevantes sobre a estrutura, as finanças e o desempenho dos sistemas educacionais nos países da OCDE, em países em vias de adesão e países parceiros, além de informações sobre variados aspectos importantes, tais como, por exemplo, a produção das instituições educacionais; o impacto do aprendizado nos países; acesso, participação e progressão na educação; os recursos financeiros investidos na educação; professores, ambiente de aprendizado e a organização de escolas.

A edição de 2026 centrou-se especialmente no tema de escassez de professores, examinando seu impacto em distintos países em diferentes graus e como os sistemas educacionais podem responder a tal desafio. Os resultados obtidos pela pesquisa indicam que a escassez de professores afeta a maioria dos sistemas educacionais da OCDE, com as maiores dificuldades no quesito recrutamento sendo vivenciadas nas áreas de matemática e ciências e, no que tange localização, comunidades rurais, remotas e desfavorecidas tendem a sofrer mais. Ademais, foi-se observado que a tendência do envelhecimento do corpo docente deverá intensificar pressões nos próximos anos.

Em todos os 20 sistemas educacionais com dados disponíveis, os cargos não preenchidos representaram menos de 4% do contingente total de professores dos ensinos fundamental e médio em 2024 e 2025. A escassez, no entanto, concentra-se frequentemente em disciplinas, escolas e regiões específicas: entre os 16 países e economias com dados disponíveis, 11 relataram escassez de professores de matemática e ciências plenamente qualificados para o ensino médio. Além disso, um em cada quatro professores do Ensino Médio na região da OCDE tem 55 anos ou mais, indicando o envelhecimento da força de trabalho e, consequentemente, intensificando as tensões para a renovação no recrutamento.

Essa escassez de professores reflete um desafio mais amplo enfrentado pelos países: a falta de mão de obra qualificada. Em mais da metade dos países com dados disponíveis, as taxas de vagas em aberto parecem ser mais elevadas na economia em geral do que na área do ensino. Assim, o envelhecimento da população, os desdobramentos da recente pandemia e a forte demanda por profissionais altamente qualificados dificultam o cenário de uma melhora orgânica nos índices de recrutamento de professores.

Outro aspecto ressaltado na edição de 2026 se debruça sobre as transformações nas tendências demográficas e como essas remodelam tanto a demanda quanto a oferta de professores. Nos países da OCDE, projeta-se uma queda de 9% no número de crianças entre 5 e 14 anos de idade entre os anos de 2024 e 2033. Tal redução no número de estudantes poderia

amenizar a escassez de professores e oferecer aos sistemas educacionais a oportunidade de reavaliar a alocação desses profissionais. Contudo, as tendências e dados da última década indicaram que a queda nas matrículas nem sempre reduz a demanda por professores, uma vez que muitos países mantiveram ou até mesmo aumentaram o número de docentes e turmas à medida que o número de alunos diminuía.

De forma complementar ao documento, a organização disponibilizou ainda adendos voltados para cada país analisado, onde é dedicado atenção especial e proporcionado análises para as especificidades e contextos de cada caso. O Brasil é um dos países participantes do estudo e possui um documento próprio no idioma inglês. Também complementarmente, foi publicado o documento intitulado *"Education at a Glance 2026 Sources, Methodologies and Technical Notes"*, que provê material de referência adicional para o *"Education at a Glance 2026"*, além de de fornecer orientação sobre os dados e as metodologias utilizadas para o cálculo de cada indicador. Também contém referências às fontes e notas específicas para cada país participante da pesquisa.

Permanecendo ainda no tema previamente discutido, o fórum internacional publicou o relatório *"Spending Better for Children through Social Policy"*, que investiga como os países podem obter melhores resultados com os gastos sociais voltados para as crianças, promovendo o bem-estar infantil e, ao mesmo tempo, apoiando a sustentabilidade das finanças públicas a longo prazo. Baseando-se em novas evidências comparativas entre países em um modelo de relação custo-benefício, o estudo examina como o nível, a alocação e a estrutura dos gastos sociais afetam a pobreza infantil, a privação material, o desempenho educacional e a saúde, ao mesmo tempo em que considera as implicações para os gastos sociais de longo prazo. Ele realça a importância de conjuntos coerentes de políticas, em detrimento de intervenções isoladas, identificando assim as abordagens de políticas mais eficazes, segundo a própria OCDE, para reduzir as taxas de pobreza infantil e melhorar os resultados educacionais e de saúde.

Políticas voltadas para o emprego, incluindo educação e cuidados na primeira infância, medidas de conciliação entre trabalho e família e as chamadas *Active Labour Market Policies* (Políticas Ativas do Mercado de Trabalho, em tradução livre), são entendidas aqui como essenciais para fortalecer a renda familiar adequada e previsivelmente e, portanto, apoiar o desenvolvimento das crianças, revelando-se particularmente valiosas quando combinado com serviços acessíveis de saúde, moradia, educação e cuidados infantis que abordem fontes mais amplas de desvantagem. O apoio contínuo ao longo da infância também é importante, desde a intervenção precoce até o investimento contínuo na infância média e na adolescência. Assim, o estudo indica que, se os gastos sociais continuarem a crescer no ritmo histórico, a pobreza infantil poderá cair cerca de 1,5 ponto percentual na próxima década.

De modo geral, o texto conclui que a melhor relação custo-benefício resulta de pacotes de políticas que combinam eficácia, equidade e sustentabilidade fiscal. Argumenta-se que investir nas crianças é tanto um imperativo social quanto uma escolha econômica inteligente, com os resultados destacando a relevância do investimento contínuo ao longo da infância, sendo o período de primeira infância crítico para a prevenção da desigualdade, mas o apoio continuado durante a infância média e avançada continua essencial para fortalecer o desempenho escolar, promover a boa saúde e apoiar a mobilidade social ascendente.

Em paralelo, a organização econômica intergovernamental lançou o relatório *"An overview of global biodiversity finance"*, que se propõe em avaliar o financiamento global para

a biodiversidade a partir de uma análise abrangente, explorando fontes públicas e privadas, nacionais e internacionais. A pesquisa constata que o financiamento para a biodiversidade tem aumentado ao longo dos anos, sendo proveniente tanto de fontes públicas quanto privadas. Estima-se que o financiamento internacional para a biodiversidade tenha atingido entre US$ 74,9 bilhões e US$ 92,4 bilhões por ano no período de 2023 a 2025, sendo os fluxos públicos domésticos representando cerca de dois terços do financiamento total, com uma estimativa de US$ 46,0 bilhões a US$ 63,5 bilhões anuais em 2023-2025. Já o financiamento público internacional contribuiu com uma média de US$ 16,1 bilhões por ano e o financiamento privado, US$ 12,9 bilhões.

Outro ponto de destaque do documento é a identificação de lacunas persistentes na consistência, comparabilidade internacional, abrangência e transparência dos dados sobre financiamento da biodiversidade reportados pelos países. Diante disso, são apresentadas propostas de aprimoramentos, como o alinhamento dos dados e relatórios com os padrões estatísticos internacionais, a atenção à transparência das metodologias e o fortalecimento da mensuração do financiamento privado.

Finalmente, o fórum internacional permaneceu a continuamente adicionar ao longo do período de análise deste informe diversos títulos, recursos e documentos próprios em seu já robusto acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal mundo de recentes acréscimos, outros três interessantes textos de assuntos relacionados diretamente à saúde destacados e brevemente apresentados a seguir.

O primeiro deles é o artigo *"Neurodata governance: Evidence from innovators for public policy"*, que se aprofunda no tema de neurodados – um conjunto diversificado de sinais e informações resultantes de processamentos no âmbito da neurotecnologia – e objetiva orientar abordagens coerentes e proporcionalmente adequadas para a governança de neurodados ao analisar o panorama atual das políticas, normas e práticas empresariais no assunto. A pesquisa então mapeia como tais dados são coletados, transformados e utilizados ao longo de todo o ciclo de vida dos dados e destaca a importância de uma abordagem política ágil, centrada no ser humano e baseada em evidências, além de ser adaptável aos avanços tecnológicos e alinhada à inovação, ao crescimento e ao benefício público.

Na esteira de tal discussão, o relatório *"Proceeding report from Madrid conference on the responsible scale of AI in healthcare: Scaling fast while doing no harm"* se preocupa em reportar e resumir os resultados da conferência internacional de Madri sobre a adoção responsável em larga escala da inteligência artificial na saúde, coorganizada entre o Ministério da Saúde da Espanha e a OCDE em maio de 2026. Reunindo 142 especialistas de 34 países e 35 organizações parceiras, o evento buscou transcender a discussão sobre a implementação da inteligência artificial, concentrando-se em como a mesma pode ser expandida de modo seguro e eficaz no setor, promovendo a confiança e desenvolvendo modelos econômicos sustentáveis para a era digital. O documento frisa o plano *Expert-Led Madrid Action Plan* (EL-MAP, na sigla internacional), uma estrutura prática que compreende dez ações prioritárias para orientar governos, a indústria, líderes da saúde e a sociedade civil na aceleração da implementação eficaz da inteligência artificial na saúde.

O último documento a ser ressaltado aqui é o intitulado *"Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026"*, publicação mais localizada da iniciativa *"Health at a Glance"* da organização especializada na região da América Latina e Caribe e elaborada em conjunto pela

OCDE, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial. Disponível nos idiomas inglês e espanhol, a terceira atualização do estudo apresenta dados comparáveis sobre saúde e sistemas de saúde de 33 países da região, abrangendo um conjunto de indicadores-chave sobre a situação da saúde, os determinantes da saúde, os dados de saúde e a infraestrutura do sistema de saúde, os gastos e o financiamento da saúde, a qualidade da assistência, a força de trabalho na área da saúde e o envelhecimento. Cada um dos indicadores é apresentado em um formato de fácil compreensão, composto por gráficos que ilustram as variações entre os países e ao longo do tempo, análises descritivas concisas que destacam as principais conclusões extraídas dos dados e caixas metodológicas que definem os indicadores e discutem as limitações na comparabilidade dos dados.

A edição de 2026 também inclui dois capítulos temáticos focados em questões de particular importância para a região: qualidade dos cuidados de saúde e desigualdades em saúde e na assistência médica na América Latina e no Caribe.

Referências

OECD. Education at a Glance 2026: OECD Indicators. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/b4968bbc-en.

OCDE. Teacher shortages are putting pressure on education systems across the OECD. OECD [Internet]. 2026 Sep 29 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/09/teacher-shortages-are-putting-pressure-on-education-systems-across-the-oecd.html.

OECD. Education at a Glance 2026: Brasil. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2026_c0e523a9-en/brazil_d149b552-en.html.

OECD. Education at a Glance 2026 Sources, Methodologies and Technical Notes. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/dcf64a14-en.

OECD. Spending Better for Children through Social Policy. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/1d6fb668-en.

OCDE. Better allocation of social spending would achieve greater gains for children and ease future public costs, says OECD. OECD [Internet]. 2026 Oct 05 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/10/better-allocation-of-social-spending-would-achieve-greater-gains-for-children-and-ease-future-public-costs-says-oecd.html.

OECD. An overview of global biodiversity finance. OECD Environment Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09];51. Available from: https://doi.org/10.1787/f3379e8d-en.

OCDE. Biodiversity finance reached USD 74.9-92.4 billion annually between 2023 and 2025, new OECD analysis shows. OECD [Internet]. 2026 Oct 01 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/10/an-overview-of-global-biodiversity-finance.html.

OECD. Neurodata governance: Evidence from innovators for public policy. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09];195. Available from: https://doi.org/10.1787/0ba61a20-en.

OECD. Proceeding report from Madrid conference on the responsible scale of AI in healthcare: Scaling fast while doing no harm. OECD Artificial Intelligence Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09];66. Available from: https://doi.org/10.1787/cf9439c3-en.

OECD, The World Bank, Inter-American Development Bank. Health at a Glance: Latin America and the Caribbean 2026. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Oct 09]. Available from: https://doi.org/10.1787/445b3259-en.

BRICS 2027: o que esperar da presidência chinesa

BRICS 2027: qué esperar de la presidencia china

BRICS 2027: What to expect from the Chinese presidency

Claudia Hoirisch

Resumo: Na XVIII Cúpula do BRICS, realizada em Nova Déli, Xi Jinping anunciou que a China assumirá a presidência do bloco e sediará a XIX Cúpula, em 2027. Xi defendeu mais cooperação em IA, com código aberto, colaboração e compartilhamento. Citou a Organização Mundial de Cooperação em IA e os centros internacionais de aplicação de IA criados com os BRICS e outros parceiros, voltados sobretudo ao Sul Global. Propôs uma iniciativa de nova industrialização impulsionada pela IA. Sobre paz e governança global, afirmou que a ordem internacional do pós-guerra está sendo minada e que os princípios da Carta da ONU não estão sendo respeitados. Defendeu que o BRICS trabalhe pelo fim dos conflitos e se oponha à mentalidade de Guerra Fria, ao confronto entre blocos e à violação da soberania ou interferência em assuntos internos de outros países. Pediu que o grupo lidere a reforma da governança global, tornando-a mais justa, equitativa e democrática, defenda a autoridade da ONU, rejeite a saída de organizações e tratados internacionais e a criação de sistemas rivais, apoie o sistema multilateral de comércio com a OMC no centro, promovendo sua reforma. O discurso convoca o bloco a liderar a cooperação em IA, a paz, o diálogo entre civilizações e a reforma da governança global, em contraponto ao unilateralismo e ao protecionismo.

Palavras-chave: XIX Cúpula do BRICS; Cooperação em IA; Centros de aplicação de IA; Industrialização impulsionada pela IA; Reforma da governança global; ONU; Reforma OMC.

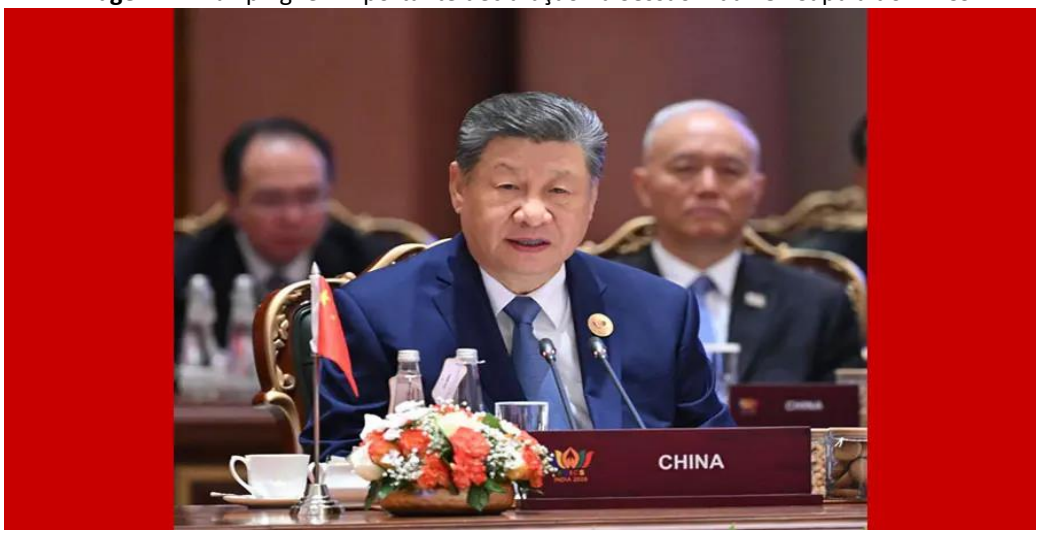
Resumen: *En la XVIII Cumbre de los BRICS celebrada en Nueva Delhi, Xi Jinping anunció que China asumirá la presidencia del bloque y será la sede de la XIX Cumbre en 2027. Xi abogó por una mayor cooperación en inteligencia artificial (IA), con código abierto, colaboración e intercambio. Citó la Organización Mundial de Cooperación en IA y los centros internacionales de aplicación de IA creados con los BRICS y otros socios, centrados principalmente en el Sur Global. Propuso una nueva iniciativa de industrialización impulsada por la IA. En cuanto a la paz y la gobernanza global, afirmó que el orden internacional de la posguerra se está socavando y que no se respetan los principios de la Carta de las Naciones Unidas. Sostuvo que los BRICS deberían trabajar para poner fin a los conflictos y oponerse a la mentalidad de la Guerra Fría, la confrontación entre bloques y la violación de la soberanía o la injerencia en los asuntos internos de otros países. Instó al grupo a liderar la reforma de la gobernanza global, haciéndola más justa, equitativa y democrática, defender la autoridad de las Naciones Unidas, rechazar la retirada de organizaciones y tratados internacionales y la creación de sistemas rivales, apoyar el sistema multilateral de comercio con la OMC como eje central y promover su reforma. El discurso insta al bloque a liderar la cooperación en IA, la paz, el diálogo intercivilizaciones y la reforma de la gobernanza global, como contrapunto al unilateralismo y el proteccionismo.*

Palabras clave*: XIX Cumbre de los BRICS; Cooperación en IA; Centros de aplicación de IA; Industrialización impulsada por la IA; Reforma de la gobernanza global; ONU; Reforma de la OMC.*

Abstract: *At the 18th BRICS Summit in New Delhi, Xi Jinping announced that China will assume the presidency of the bloc and host the 19th Summit in 2027. Xi advocated for greater cooperation in AI, with open-source code, collaboration, and sharing. He cited the World AI Cooperation Organization and the international AI application centers created with BRICS and other partners, primarily focused on the Global South. He proposed a new industrialization initiative driven by AI. On peace and global governance, he stated that the post-war international order is being undermined and that the principles of the UN Charter are not being respected. He argued that BRICS should work towards ending conflicts and opposing the Cold War mentality, confrontation between blocs, and the violation of sovereignty or interference in the internal affairs of other countries. He called on the group to lead the reform of global governance, making it more just, equitable and democratic, defend the authority of the UN, reject withdrawal from international organizations and treaties and the creation of rival systems, support the multilateral trading system with the WTO at its center, promoting its reform. The speech calls on the bloc to lead cooperation in AI, peace, dialogue between civilizations and the reform of global governance, as a counterpoint to unilateralism and protectionism.*

Keywords: *XIX BRICS Summit; Cooperation in AI; AI application centers; AI-driven industrialization; Global governance reform; UN; WTO reform.*

Imagem 1: Xi Jinping fez importante declaração na Sessão II da 18ª Cúpula do BRICS



Fonte: Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China.
https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/zyxw/202609/t20260913_12021317.html

Xi Jinping anunciou durante a XVIII cúpula do BRICS em Delhi que seu país assumirá a função e sediará a XIX Cúpula em 2027.

Com a conclusão da XVIII Cúpula, a agenda do BRICS entra agora em uma etapa voltada à implementação das propostas aprovadas. As iniciativas sobre comércio, investimento, finanças, inteligência artificial deverão integrar o trabalho do grupo, enquanto a presidência chinesa de 2027 dará continuidade às discussões iniciadas em Nova Déli e preparará a próxima cúpula priorizando temas como tecnologia, indústria digital, manufatura e formação profissional.

O mecanismo BRICS desenvolveu diversas plataformas e programas práticos de cooperação, incluindo o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Acordo Contingente de

Reservas e iniciativas em comércio, finanças, segurança alimentar e energética, infraestrutura pública digital e intercâmbios entre pessoas.

No discurso de Xi Jinping na Cúpula de Delhi, ele voltou a afirmar que os BRICS devem fortalecer a cooperação na área de IA, incentivar o código aberto, a abertura, a colaboração e o compartilhamento, e desbravar novos caminhos e alcançar novos patamares em nossa cooperação prática. Recentemente, a China, juntamente com outras partes, iniciou a Organização Mundial de Cooperação em IA e desenvolveu centros internacionais de cooperação em aplicações de IA com os BRICS e outros países, que fornecem plataformas importantes para uma cooperação mais estreita em IA para o mundo, particularmente para os países do Sul Global.

Xi já havia prometido criar uma comunidade de **inteligência artificial** de código aberto para apoiar os países do BRICS e parceiros. Entre os principais pontos da proposta chinesa estão o desenvolvimento conjunto e compartilhamento de grandes modelos de linguagem (LLMs) para reduzir a dependência de tecnologias de empresas norte-americanas; a criação de um ecossistema digital em nuvem voltado para integrar os países do bloco; a expansão de centros de cooperação tecnológica e soluções de IA para dezenas de nações em desenvolvimento; a realização de seminários especializados e cursos de formação para novos especialistas em inteligência artificial, além de um pacote mais amplo que prevê 5 mil vagas de treinamento.

Propôs a iniciativa dos BRICS de uma **nova industrialização impulsionada pela IA**. A China espera trabalhar com todas as partes para obter mais resultados em P&D e aplicação, e uma cooperação mais profunda nas **cadeias industriais e de suprimentos.** A China irá impulsionar o estabelecimento de uma plataforma em nuvem para o ecossistema digital dos BRICS e realizar treinamentos em habilidades digitais, intercâmbio tecnológico e alinhamento industrial, de forma a viabilizar conjuntamente o desenvolvimento da **economia digital**[1].

Estimulou a iniciativa de cooperação em manufatura inteligente. A China está pronta para auxiliar os demais países do BRICS na **construção de fábricas inteligentes** e no desenvolvimento de padrões e normas, promovendo conjuntamente a transformação e a modernização do setor manufatureiro.

Ainda no discurso, apoiou a defesa da paz e da estabilidade. Isso se deve fundamentalmente ao fato de a ordem internacional do pós-guerra estar sendo minada e os propósitos e princípios da Carta da ONU não estarem sendo efetivamente observados. Para Xi, o BRICS deve se esforçar para pôr fim aos conflitos, defender a paz, se opor à mentalidade da Guerra Fria, ao confronto entre blocos, e à violação da soberania de outros países ou à interferência em seus assuntos internos.

Insistiu para que os BRICS sejam pioneiros na reforma e no **aprimoramento da governança global**, isso porque o tipo de sistema de governança global que construirmos determinará o futuro da humanidade. Os BRICS devem se alinhar à tendência de maior democracia nas relações internacionais, trabalhar por um sistema de governança global mais justo e equitativo, defender a autoridade da ONU e **opor-se à retirada de organizações e tratados internacionais** ou à criação de sistemas rivais. Deve apoiar o sistema multilateral de

[1] https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xw/zyxw/202609/t20260913_12021317.html

comércio com a Organização Mundial do Comércio (OMC) como núcleo e promover sua reforma[2].

Considerações finais

O mecanismo BRICS tem se desenvolvido e se tornou uma plataforma de cooperação mais influente do mundo entre os mercados emergentes e os países em desenvolvimento.

Os integrantes do bloco enfrentaram em conjunto os desafios comuns, como a crise financeira internacional, a Covid-19 e as mudanças climáticas. Agora, precisam se concentrar em gerir a nova fase de desenvolvimento do BRICS ampliado.

Na Cúpula de Delhi, Xi apontou que os membros do grupo devem estar do lado certo da história, assumir a responsabilidade do desenvolvimento inovador, da manutenção da paz e da estabilidade, da aprendizagem mútua entre civilizações, da reforma e do aperfeiçoamento da governança global, a fim de levar a ordem internacional rumo à direção mais justa e impulsionar a construção da comunidade de futuro compartilhado para a humanidade.

Ainda há espaço significativo para aprofundar a colaboração do grupo, especialmente em pagamentos em moeda local e na interoperabilidade de pagamentos transfronteiriços, na resiliência da cadeia de suprimentos, no financiamento ampliado de projetos NDB e na cooperação estruturada em governança de IA, padrões e desenvolvimento de habilidades.

Seria interessante se a China promovesse a cooperação em tecnologia agrícola, sistemas de irrigação, armazenamento de alimentos, energia solar, baterias, redes elétricas e hidrogênio verde e impulsionasse o Centro de P&D de Vacinas com o desenvolvimento de uma vacina de TB.

O desafio do grupo agora será transformar sua expansão em cooperação prática. Entre os campos apontados para o avanço da cooperação estão energia, transporte, tecnologia e desenvolvimento sustentável.

[2] https://english.www.gov.cn/news/202609/13/content_WS6aa6203ac6d00ca5f9a0d2b0.html

América Latina em 2026: Competição Geopolítica, Vulnerabilidades Sociais e Desafios para a Autonomia Regional

América Latina en 2026: Competencia Geopolítica, Vulnerabilidades Sociales y Desafíos para la Autonomía Regional

Latin America in 2026: Geopolitical Competition, Social Vulnerabilities and Challenges for Regional Autonomy

Sebastián Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: A conjuntura latino-americana de 2026 fica marcada pela competição estratégica entre Estados Unidos e China, a polarização política e a dificuldade de articular respostas regionais a problemas persistentes. A disputa entre as potências condiciona decisões sobre comércio, investimentos, segurança e recursos estratégicos, enquanto países buscam equilibrar autonomia e dependências externas. As eleições no Brasil, a transição incerta na Venezuela e a posição singular do México ilustram como a política doméstica se entrelaça com dinâmicas hemisféricas. No plano social, persistem tensões derivadas do custo de vida, da deterioração da renda e da vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, como tempestades e terremotos. A pobreza crescente na Argentina e os protestos na Venezuela evidenciam a distância entre estabilização macroeconômica e bem-estar social. Economicamente, a região enfrenta tarifas norte-americanas, volatilidade energética associada a conflitos internacionais e impactos assimétricos sobre exportadores e importadores de energia. O crescimento permanece moderado e desigual, limitado por restrições fiscais, baixa produtividade e riscos climáticos. Na saúde, a vigilância epidemiológica e a cooperação regional ganham centralidade, destacando a necessidade de capacidades produtivas, financiamento estável e integração regulatória para fortalecer a autonomia sanitária.

Palavras-chave: América Latina; cooperação internacional; saúde.

Resumen: *La situación latinoamericana de 2026 está marcada por la competencia estratégica entre Estados Unidos y China, la polarización política y la dificultad de articular respuestas regionales a problemas persistentes. La disputa entre potencias condiciona las decisiones sobre comercio, inversiones, seguridad y recursos estratégicos, mientras los países buscan equilibrar autonomía y dependencias externas. Las elecciones en Brasil, la transición incierta en Venezuela y la posición única de México ilustran cómo la política interna se entrelaza con la dinámica hemisférica. A nivel social, persisten tensiones por el costo de vida, el deterioro de los ingresos y la vulnerabilidad ante eventos climáticos extremos, como tormentas y terremotos. La creciente pobreza en Argentina y las protestas en Venezuela resaltan la distancia entre la estabilización macroeconómica y el bienestar social. Económicamente, la región enfrenta aranceles norteamericanos, volatilidad energética asociada con conflictos internacionales e impactos asimétricos sobre los exportadores e importadores de energía. El crecimiento sigue siendo moderado y desigual, limitado por restricciones fiscales, baja productividad y riesgos climáticos. En salud, la vigilancia epidemiológica y la cooperación regional ganan centralidad, destacando la necesidad de capacidades productivas, financiamiento estable e integración regulatoria para fortalecer la autonomía sanitaria.*

Palabras clave: *América Latina; cooperación internacional; salud.*

Summary*: The Latin American situation of 2026 is marked by strategic competition between the United States and China, political polarization and the difficulty of articulating regional responses to persistent problems. The dispute between powers conditions decisions on trade, investments, security and strategic resources, while countries seek to balance autonomy and external dependencies. The elections in Brazil, the uncertain transition in Venezuela and the unique position of Mexico illustrate how domestic politics intertwines with hemispheric dynamics. On a social level, tensions persist due to the cost of living, the deterioration of income and vulnerability to extreme weather events, such as storms and earthquakes. Growing poverty in Argentina and protests in Venezuela highlight the distance between macroeconomic stabilization and social well-being. Economically, the region faces North American tariffs, energy volatility associated with international conflicts and asymmetric impacts on energy exporters and importers. Growth remains moderate and uneven, limited by fiscal constraints, low productivity and climate risks. In health, epidemiological surveillance and regional cooperation gain centrality, highlighting the need for productive capacities, stable financing and regulatory integration to strengthen health autonomy.*

Keywords: *Latin america; international cooperation; health.*

Apresentação:

A análise desta quinzena deve situar-se em um cenário regional marcado pela competição estratégica entre Estados Unidos e China, pelas tensões em torno da autonomia latino-americana, pela polarização política e pelas dificuldades em articular respostas regionais a problemas econômicos e sociais persistentes.

A saúde constitui uma dimensão estratégica desse cenário: as políticas de cooperação internacional, o acesso a medicamentos e tecnologias de saúde, a produção regional, as compras conjuntas e o financiamento dos sistemas de saúde estão vinculados tanto à integração regional quanto às prioridades geopolíticas das principais potências.

O relatório organiza-se em cinco dimensões, buscando distinguir os acontecimentos concretos do período das tendências estruturais que auxiliam na sua interpretação. Para evitar atribuir a este período fatos não verificados, as afirmações sobre acontecimentos recentes devem ser confrontadas com fontes jornalísticas e institucionais atualizadas.

I. DIMENSÃO GEOPOLÍTICA: COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA E AUTONOMIA REGIONAL

Estados Unidos, China e a disputa pela influência regional

A competição entre os Estados Unidos e a China redefine o cenário estratégico da América Latina e do Caribe[1]. A região ganha centralidade devido aos seus minerais críticos, à sua

[1] Tokatlian (2026), ao analisar a América Latina, distingue dois conceitos que se mostram interessantes: a "gravitação", entendida como o peso que a região possui na economia e na tecnologia globais. Nesse sentido, aponta que a região apresenta um baixo investimento em P&D (US$ 64 bilhões, um montante inferior ao de Taiwan) e que apenas 6% das exportações mundiais correspondem à América Latina.

capacidade agroalimentar e energética e ao seu papel nas cadeias de suprimentos e em organismos multilaterais. A disputa entre as duas potências não se limita ao comércio: estende-se à segurança, aos investimentos, às telecomunicações, à energia, à saúde e ao financiamento, gerando pressões diferenciadas sobre os governos latino-americanos.

Os Estados Unidos buscam reafirmar sua liderança hemisférica por meio de agendas de segurança, controle migratório, comércio e reorganização de cadeias produtivas. A China consolida sua influência através de vínculos econômicos, tecnológicos e diplomáticos, apoiados em sua demanda por matérias-primas e em sua capacidade de financiar infraestrutura. Diante dessas dinâmicas, os países latino-americanos tentam preservar sua autonomia, atrair investimentos e equilibrar suas prioridades internas com as pressões externas.

A questão central do período é como a região gerencia essa competição estratégica em um contexto de fragmentação política, assimetrias econômicas e heterogeneidade institucional, buscando transformar oportunidades geoeconômicas em maior capacidade de negociação e desenvolvimento.

Uma pesquisa regional publicada em 2 de outubro indicou que a China é vista de forma mais favorável do que os Estados Unidos como influência global na América Latina, pela primeira vez desde o início dessa série de medições, em 1995. Esse resultado constitui um indicador de percepção pública, não necessariamente uma expressão direta das posições diplomáticas dos governos[2].

Os principais campos de disputa são:

- ✓ ***Segurança hemisférica***: ampliação da cooperação contra o narcotráfico e as organizações criminosas, com debates sobre soberania e limites da intervenção externa.
- ✓ ***Recursos estratégicos***: minerais críticos, terras raras, energia e infraestrutura.
- ✓ Comércio e investimentos: tarifas norte-americanas, acesso ao mercado chinês e diversificação de parceiros.

Portanto, a região carece de uma gravitação tecnológica ou comercial significativa. Em contrapartida à gravitação, analisa-se a "relevância", compreendida como o valor geopolítico. A região dispõe de acesso a dois oceanos e a passagens estratégicas (Panamá, Magalhães); possui recursos críticos — como energia, minerais, terras raras, água e alimentos —, além de contar com uma projeção antártica e a maior biodiversidade do planeta. Tais ativos ganham novo valor com o retorno da geopolítica, conferindo à região um valor estratégico. Ver Tokatlian, J.G. ((2026), "***Gravitación y relevancia de América latina El Escudo de las Américas creado por los Estados Unidos refleja la centralidad que actualmente tiene América Latina para Washington. Las implicancias para la región son variadas***". Publicado en el diario Clarin, Buenos Aires, Argentina, 13/10/2026. Disponível em: https://www.clarin.com/autor/juan-gabriel-tokatlian.html

[2] A pesquisa do Latinobarômetro de 2026, publicada na sexta-feira, revelou que 65% dos entrevistados em 17 países viam a China como uma influência positiva. Esse índice se comparou aos 57% que disseram o mesmo sobre os Estados Unidos. A Costa Rica e a República Dominicana foram os únicos países pesquisados onde os entrevistados viam a influência americana de forma mais positiva do que a da China. A pesquisa de 2026 baseou-se em cerca de 19.200 entrevistas presenciais realizadas em 17 países entre 7 de maio e 17 de junho, com uma margem de erro de 1%. Ver: https://www.aljazeera.com/amp/news/2026/10/2/latin-america-sees-china-as-more-positive-global-influence-than-us-poll

- ✓ ***Governança internacional***: papel da ONU, dos BRICS, da CELAC e dos mecanismos sub-regionais.

A disputa entre os Estados Unidos e a China manifesta-se de formas distintas na América Latina e no Caribe, a depender da estrutura produtiva, da geografia e das prioridades de cada governo. O México enfrenta tensões decorrentes do TMEC, de tarifas e de cadeias produtivas integradas com os Estados Unidos. O Brasil combina uma relação comercial estratégica com a China a laços políticos e econômicos relevantes com Washington. A Argentina, por sua vez, lida com a competição em setores como lítio, energia e infraestrutura, buscando equilibrar sua aproximação política com os Estados Unidos e suas relações econômicas com a China. O Peru e o Chile fortalecem laços comerciais e tecnológicos com a China — especialmente no setor de mineração —, ao mesmo tempo em que mantêm relações econômicas com os Estados Unidos. Na América Central e no Caribe, a disputa manifesta-se, sobretudo, nas áreas de segurança, migração, conectividade digital e infraestrutura portuária.

A CEPAL identifica uma diferenciação geográfica clara: México e América Central reforçam sua integração com os Estados Unidos, enquanto a América do Sul intensifica suas conexões com a China, sobretudo em agricultura e minerais. A revisão do T-MEC e os novos acordos comerciais norte-americanos acrescentam uma dimensão regulatória que aprofunda essa assimetria regional[3].

A competição entre os Estados Unidos e a China também repercute nos sistemas de saúde latino-americanos, ao conectar a saúde a dimensões estratégicas como produção, tecnologia, dados e financiamento. A região mantém uma alta dependência de fornecedores externos de medicamentos e insumos, o que a expõe a pressões comerciais e à necessidade de diversificar fontes. Paralelamente, a produção farmacêutica e biotecnológica oferece oportunidades de investimento e transferência de tecnologia, mas traz o risco de concentrar capacidades em poucos países ou empresas.

Os equipamentos e a tecnologia médica tornam-se um campo de competição entre fornecedores, marcado por custos de manutenção, interoperabilidade e dependência tecnológica. A infraestrutura digital de saúde impõe desafios relacionados à segurança de dados, à regulação de plataformas e à inteligência artificial, ao passo que a cooperação internacional e o financiamento refletem mudanças de prioridades e disputas por influência institucional. Por fim, os minerais críticos ganham relevância devido ao seu papel na fabricação de equipamentos médicos, eletrônicos e tecnologias ligadas à transição energética.

A questão sanitária não deve ser interpretada exclusivamente como um confronto entre potências. Também é importante a capacidade dos países da região de definir suas prioridades de saúde pública, fortalecer a produção local e garantir o acesso equitativo a medicamentos, vacinas e tecnologias.

A América Latina e o Caribe são atores relevantes na competição estratégica entre os Estados Unidos e a China, mas não funcionam apenas como receptores passivos dessa disputa. Os governos da região buscam transformar a rivalidade externa em oportunidades de investimento, diversificação produtiva e desenvolvimento, embora os resultados dependam de suas capacidades estatais, da solidez de suas políticas industriais e de sua coordenação regional.

[3] https://www.cepal.org/en/notes/united-states-latin-america-and-caribbean-trade-developments-2026

O desafio central é transformar a importância geopolítica — baseada em recursos, mercados e posição internacional — em maior autonomia econômica, tecnológica, sanitária e diplomática.

Brasil: as eleições como fator geopolítico hemisférico

A eleição presidencial brasileira constitui um dos acontecimentos regionais de maior relevância. O primeiro turno, realizado em 4 de outubro, definiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro como os concorrentes para o segundo turno, em 25 de outubro. Os temas centrais incluem segurança pública, custo de vida, corrupção, dívida pública e orientação internacional. A margem estreita do primeiro turno indica que a mobilização eleitoral e a capacidade de construir alianças serão decisivas[4].

O resultado também pode influenciar a coordenação regional no Mercosul, a relação com os BRICS e a capacidade do Brasil de atuar como articulador de iniciativas sul-americanas[5].

O resultado abre dois cenários potencialmente diferentes para as relações hemisféricas:

- **Continuidade de Lula:** maior ênfase no multilateralismo, na soberania nacional, nos BRICS e na diversificação das relações internacionais.
- **Um eventual governo de Flávio Bolsonaro**: maior proximidade política com a administração de Donald Trump e uma provável reorientação da cooperação em segurança e das negociações econômicas com Washington.

Em ambos os cenários, a relação comercial com a China continuará sendo um fator estrutural[6]. A questão não é apenas ideológica: o Brasil precisa negociar simultaneamente sobre minerais críticos[7], tarifas, exportações agrícolas, investimentos e autonomia estratégica[8]. Independentemente do que aconteça nas eleições no Brasil, os crescentes laços econômicos do país com a China parecem tornar explícitos e expor os limites da "***Doutrina Donroe***[9]". Embora um governo de Flávio Bolsonaro pudesse constituir uma vitória simbólica para Trump e

[4] https://www.reuters.com/world/americas/brazilians-head-polls-high-stakes-polarized-election-2026-10-04/

[5] No artigo de ALCAZAR, S, neste caderno se analisa as propostas de politica exterior dos dois candidatos para o segundo turno das eleições Brasileiras.

[6] A Foreign Policy sustenta que um governo Bolsonaro provavelmente se alinharia a Washington em questões de segurança, mas teria dificuldades para abandonar os laços comerciais com Pequim. https://foreignpolicy.com/2026/09/21/brazil-presidential-election-lula-bolsonaro-china-us-trump/?tpcc=recirc_right_rail051524

[7] A Reuters, no dia 9 de outubro, apontou que a eleição também afeta o acesso dos Estados Unidos a minerais críticos e terras-raras brasileiros, recursos relevantes para reduzir a dependência da China. https://www.reuters.com/world/americas/brazil-election-reshape-trade-with-us-with-tariffs-minerals-stake-2026-10-09/

[8] O Stimson Center, em uma análise de 13 de outubro, aponta que os vínculos econômicos brasileiros com a China limitam a possibilidade de que Washington consiga deslocar Pequim da América do Sul.

[9]A dependência comercial, tecnológica e financeira continuará crescendo, e qualquer governo brasileiro terá de lidar com essa relação. Mesmo um Bolsonaro vitorioso acabaria viajando a Pequim, refletindo a força da atração econômica chinesa. A dependência comercial, tecnológica e financeira continuará crescendo, e qualquer governo brasileiro terá de lidar com essa relação. Mesmo um Bolsonaro vitorioso acabaria viajando a Pequim, refletindo a força da atração econômica chinesa. https://www.stimson.org/2026/brazils-election-exposes-the-limits-of-the-donroe-doctrine/

reforçasse o alinhamento ideológico regional com os Estados Unidos, isso não alteraria a gravitação estrutural da China no Brasil.

A eventual chegada de Flávio Bolsonaro à Presidência do Brasil[10] levanta questões sobre a ***continuidade e o perfil da participação brasileira no BRICS[11]***. A análise exige distinguir três dimensões: a) a permanência do país no bloco, b) o grau de compromisso político com a cooperação entre economias emergentes e c) a capacidade de sustentar uma agenda de autonomia estratégica em relação aos Estados Unidos e à China. Um governo de Flávio Bolsonaro não implicaria automaticamente a saída do Brasil do BRICS, mas poderia redefinir prioridades diplomáticas, reduzir ou comprometer iniciativas do bloco e aproximar o Brasil das posições de Washington.

Na área diplomática, o programa eleitoral de Flavio Bolsonaro propõe substituir o que considera uma política externa ideológica por uma orientada pelo pragmatismo e pelos interesses nacionais. Sua proposta não menciona expressamente o bloco. Propõe aprofundar a aproximação com Washington e os vínculos com governos afins. Declarou que manteria uma relação econômica pragmática e que o Brasil não precisa escolher entre a China e os Estados Unidos. Propõe retomar o processo de adesão do Brasil à OCDE[12].

Nesse sentido, é possível construir três cenários possíveis em relação aos BRICS:



A viabilidade dos BRICS pode ser avaliada em três planos: institucional, econômico e geopolítico. No nível institucional, a continuidade do Brasil como membro e acionista do bloco não

[10] Do ponto de vista metodológico, é necessário diferenciar resultados eleitorais confirmados de cenários hipotéticos: em 11 de outubro de 2026, qualquer validação dependerá da apuração oficial das eleições. Assim, o debate sobre a viabilidade do BRICS sob um eventual governo Bolsonaro deve ser formulado como um exercício analítico, e não como um fato consumado. As informações eleitorais disponíveis mostram que Flávio Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva disputarão o segundo turno em 25 de outubro de 2026. No primeiro turno, Flávio obteve 47,03% dos votos válidos e Lula, 45,16%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro. https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Outubro/flavio-bolsonaro-e-lula-vao-disputar-o-2o-turno-para-a-presidencia-da-republica

[11] Há, além disso, um sinal político concreto: Flávio questionou a permanência do Brasil nos BRICS e defendeu restrições à vinculação do Pix a mecanismos de compensação transfronteiriça não ocidentais. No entanto, também declarou que manteria um diálogo pragmático com a China. Ver: Veja o que os candidatos pensam sobre política externa - 12/09/2026 - Política - Folha e À CNN, Flávio diz "não ter problema de conversar com EUA ou China" | CNN Brasil

[12] https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2026/09/17/brics-eua-mercosul-as-propostas-de-lula-e-flavio-bolsonaro-para-politica-externa.amp.htm

seria necessariamente afetada por um eventual governo de Flávio Bolsonaro. No plano econômico, é provável que persistam as trocas comerciais, os investimentos e o financiamento de projetos, dada a relevância estrutural da China para o Brasil. O nível geopolítico é o mais suscetível a mudanças: um governo Bolsonaro poderia reduzir o compromisso com a agenda de autonomia estratégica do grupo e adotar uma participação mais seletiva, centrada em benefícios econômicos, ao mesmo tempo em que amplia a cooperação com os Estados Unidos.

A questão central não é apenas se o Brasil permaneceria nos BRICS, mas se continuaria atuando como um impulsionador político do bloco ou se passaria a desempenhar um papel mais pragmático e menos estratégico. Esse caso ilustra uma tensão central na geopolítica das Américas: a disputa entre a estratégia norte-americana de recuperar influência regional e a busca brasileira por autonomia mediante a diversificação de alianças.

Venezuela: transição política, petróleo e legitimidade democrática

A Venezuela atravessa uma transição política excepcional, na qual a reorganização do poder estatal, a negociação entre o governo e setores da oposição e a influência dos Estados Unidos ocorrem simultaneamente. A principal questão já não é apenas se haverá eleições, mas quando serão realizadas, sob quais garantias institucionais e com que grau de autonomia política.

No início de outubro, o processo ainda não conta com uma data eleitoral acordada. A presidente interina, Delcy Rodríguez, anunciou que haverá eleições e que a participação das diferentes forças políticas será garantida, enquanto a oposição exige um roteiro verificável rumo a uma transição democrática.

Em 9 de outubro, María Corina Machado exigiu a realização de eleições nacionais na Venezuela antes de julho de 2027, segundo uma entrevista publicada pelo *Financial Times* e repercutida pela Reuters[13]. Ela também apontou a necessidade de transparência na gestão das receitas petrolíferas venezuelanas, atualmente sob supervisão dos Estados Unidos, de acordo com as informações divulgadas.

O caso venezuelano envolve três dimensões geopolíticas: o controle e a distribuição das rendas do petróleo, a legitimidade das instituições políticas e o papel dos Estados Unidos em uma eventual transição. Também levanta questões sobre o reconhecimento internacional, a soberania econômica e as garantias para uma disputa eleitoral verificável

Ao final do período abrangido por estes Cadernos, a Venezuela encontrava-se em uma ***fase de negociação institucional sem um calendário eleitoral consensual***. A transição dependerá de que os acordos anunciados se traduzam em reformas efetivas, de que a participação política seja ampliada e de como os interesses norte-americanos se articulem com as demandas venezuelanas de representação e soberania. A data das eleições permanece em aberto, e as propostas para 2027 devem ser distinguidas das decisões oficialmente adotadas.

Será o México o único bastião progressista da América Latina?

Desde que Donald Trump retornou ao poder para seu segundo mandato, as sete eleições presidenciais realizadas na região foram vencidas por candidatos alinhados à sua ideologia. Se o

[13] https://www.reuters.com/world/americas/venezuelas-machado-calls-elections-by-july-ft-reports-2026-10-09/

Brasil — o último grande bastião na América do Sul — cair sob a influência da Doutrina Trump, os Estados Unidos poderão obter acesso preferencial às vastas reservas de terras raras do país, além de se esperar um maior alinhamento com o movimento MAGA e o Escudo das Américas. O cenário parece sombrio para a esquerda latino-americana, e a presidente Sheinbaum, do México, ficará em uma posição desconfortável.

A questão é se essa realidade que se reproduziu na América Latina — agora rebatizada com a ideia de "***Hemisféri***o" e como o " ***fundo do quintal da Casa Blanca***" — continuará sua saga e se o próximo capítulo será no México.

Como mencionamos nestes Cadernos, a presidente Sheinbaum tem lutado contra as intervenções dos Estados Unidos em seu território, ao mesmo tempo em que busca aproveitar a estreita relação com o país para impulsionar o ***Plano México***[14] — uma estratégia de desenvolvimento econômico, industrial e social apresentada pela presidente mexicana que visa aumentar a produção nacional, atrair investimentos, gerar empregos, fortalecer o mercado interno e reduzir a pobreza e a desigualdade.

A presidente Sheinbaum, que conta com forte aprovação dentro e fora do país, vê seus principais aliados se afastarem, o que prejudica suas políticas, como a do Plano México.

A agenda multilateral e a integração regional

A realização do 41.º período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de 7 a 9 de outubro na República Dominicana, colocou na agenda regional as transformações produtivas, sociais e ambientais diante do novo contexto geopolítico e geoeconômico[15].

[14] O governo mexicano anunciou metas iniciais para orientar o desenvolvimento do país. 1. Crescimento econômico: com a meta de situar o México entre as dez maiores economias do mundo; 2. Investimentos: elevando o investimento total para além de 25% do PIB; 3. Emprego: com a ambição de criar 1,5 milhão de empregos adicionais; 4. Indústria nacional: propondo aumentar o conteúdo mexicano na produção e nas cadeias de suprimentos; 5. Compras públicas: propondo que 50% das compras públicas correspondam à produção nacional; 6. Substituição de importações: produzindo no México bens atualmente adquiridos no exterior, promovendo a substituição de importações; 7. Ciência e tecnologia: formando mais profissionais e técnicos e impulsionando a inovação; 8. Saúde: fortalecendo a produção nacional de vacinas e insumos estratégicos para a saúde; 9. Pequenas empresas: ampliando o acesso das PMEs ao financiamento; 10. Desenvolvimento social: propiciando a redução da pobreza e da desigualdade; 11. Meio ambiente: promovendo práticas empresariais sustentáveis; 12. Turismo: situando o México entre os cinco países mais visitados do mundo. Para alcançar essas metas, propõe quatro caminhos: a) Reindustrialização e substituição de importações; b) Atração de investimentos e relocalização produtiva; c) Soberania alimentar e energética; e d) Desenvolvimento tecnológico e sanitário. O Plano México constitui uma oportunidade estratégica de transformação produtiva que combina investimento, industrialização, substituição de importações e objetivos sociais. Seu interesse para a América Latina reside no debate que propõe sobre como converter a integração comercial em capacidades produtivas próprias e, no campo da saúde, como traduzi-las em maior segurança de abastecimento e autonomia sanitária.https://www.gob.mx/presidencia/prensa/presidenta-claudia-sheinbaum-presenta-el-plan-mexico-que-contempla-un-portafolio-de-inversiones-de-277-mmdd

[15] https://periododesesiones.cepal.org/41/es/noticias/cinco-cosas-que-debes-saber-cuadragesimo-primer-periodo-sesiones-la-cepal

O desafio consiste em traduzir os diagnósticos comuns em capacidades efetivas de negociação. A fragmentação entre governos, as divergências sobre segurança e as orientações econômicas distintas dificultam uma posição regional unificada frente aos Estados Unidos, à China e a outros atores.

Balanço geopolítico: a autonomia regional não depende exclusivamente de declarações diplomáticas. Exige capacidades produtivas, financiamento, coordenação regulatória, cooperação científica e mecanismos estáveis de integração.

II DIMENSÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA: POLARIZAÇÃO, ELEIÇÕES E GOVERNABILIDADE

Colômbia: crise fiscal e capacidade de governo

A crise fiscal impõe um teste de capacidade estatal: o governo precisa recuperar a sustentabilidade das finanças públicas sem comprometer a prestação de serviços essenciais nem acirrar os conflitos políticos e sociais.

A evolução da situação dependerá de quatro variáveis: a redução efetiva do déficit, a capacidade de aprovação legislativa, as condições de acesso ao financiamento e a distribuição social do custo do ajuste.

Colômbia pode ser caracterizada como um caso em que a restrição fiscal se torna um fator transversal de governabilidade, com possíveis repercussões sobre a autonomia econômica, a coesão social e a continuidade das políticas públicas.

Em 8 de outubro, a imprensa informou que o governo colombiano buscava assistência do Fundo Monetário Internacional diante de dificuldades fiscais. A informação menciona um possível financiamento entre 8 bilhões e 20 bilhões de dólares e a necessidade de negociar ajustes orçamentários em um Congresso dividido.

A situação coloca um problema político central: conciliar a sustentabilidade fiscal com os gastos sociais e a capacidade de construir acordos legislativos. As condições de um eventual acordo financeiro poderiam tornar-se objeto de controvérsia sobre a distribuição dos custos do ajuste.

A situação colombiana tem relevância regional por três motivos.

Primeiro, a autonomia da política econômica. Uma maior dependência de financiamento externo pode reduzir a margem para definir o ritmo e a composição dos gastos públicos.

Segundo, a governabilidade democrática. Decisões sobre impostos, dívida e gastos sociais podem intensificar as disputas entre o Executivo, o Congresso, os setores econômicos e as organizações sociais.

Terceiro, a integração regional. Restrições orçamentárias podem dificultar a continuidade de programas de cooperação, infraestrutura e saúde, bem como reduzir os recursos disponíveis para iniciativas regionais.

No ***âmbito da saúde***, em particular, será importante observar se o ajuste repercute no financiamento da atenção primária, nos medicamentos, nos recursos humanos e na capacidade territorial do sistema de saúde. Esses são riscos que devem ser avaliados com base em decisões orçamentárias concretas, e não consequências que possam ser dadas como certas de antemão.

Tendências políticas regionais

Desde 2015, observa-se uma tendência significativa à alternância presidencial e, sobretudo, à punição eleitoral dos governos em exercício. No entanto, nem todas as eleições foram vencidas pela oposição. A região tem vivenciado um ciclo prolongado de dificuldades para a continuidade dos governos situacionistas, interrompido por vitórias de continuidade em vários países e acompanhado por uma crescente volatilidade eleitoral[1617].

Entre 2025 e 2027, a América Latina vivenciará um triênio eleitoral que está reconfigurando seu panorama político. Doze países realizaram eleições presidenciais que, somadas às de 2024 (El Salvador, Panamá, República Dominicana, México, Venezuela e Uruguai), estão redefinindo a região. Observa-se que a população vota por outros motivos além da ideologia: perda de poder de compra, angústia diante da falta de segurança, escassas perspectivas de melhoria social e o mau funcionamento do Estado, dos partidos e da classe política. Esse substrato, se traduz em um voto mais pragmático do que ideológico. O voto de punição pairará sobre a Colômbia, Chile e a Bolívia, diante da frustração de expectativas após os mandatos de Gustavo Petro, Gabriel Boric e Luis Arce..

Como temos documentado nestes Cadernos, nos últimos tempos, os processos políticos de maior impacto apresentam três problemas inter-relacionados:

1. **Polarização eleitoral:** as disputas nacionais adquirem uma dimensão hemisférica devido às alianças ideológicas entre governos e dirigentes.
2. **Governabilidade fiscal**: as restrições orçamentárias limitam a capacidade de responder às demandas sociais.
3. **Fragilidade dos consensos regionais**: as divergências sobre segurança, comércio e relações internacionais dificultam políticas comuns.

Essas tendências devem ser interpretadas como processos regionais, e não como uma situação idêntica em todos os países.

IIII: DIMENSÃO DA SITUAÇÃO SOCIAL: CUSTO DE VIDA, CONFLITUOSIDADE E VULNERABILIDADE

Venezuela: retomada dos protestos sociais

Em 29 de setembro, o jornal El País noticiou a retomada de manifestações na Venezuela relacionadas a salários, pensões, cortes de energia, libertação de presos políticos e exigências de um calendário eleitoral[18]. O cenário de conflito reflete a distância entre as expectativas de recuperação econômica e as condições materiais de vida de amplos setores da população.

---

16 https://www.realinstitutoelcano.org/analisis/las-elecciones-latinoamericanas-en-2025-nuevas-y-viejas-dinamicas/

17 Uma ressalva metodológica: este balanço refere-se a eleições presidenciais nacionais. Em vários países do Caribe, o chefe de governo é um primeiro-ministro eleito por meio de eleições parlamentares; portanto, esses processos requerem uma classificação à parte.

18 https://elpais.com/america/2026-09-29/los-apagones-la-crisis-economica-y-el-bloqueo-a-maria-corina-machado-reactivan-la-protesta-social-en-venezuela.html

O caso demonstra que uma transição política ou a recuperação da atividade petrolífera não geram, necessariamente, melhorias sociais imediatas. A evolução da renda, dos serviços públicos e dos direitos políticos será decisiva para a estabilidade do país.

Argentina: pobreza e pressão sobre as famílias

Embora o dado corresponda à primeira metade de setembro e não a um novo acontecimento do período, o indicador de pobreza publicado em 24 de setembro constitui um antecedente relevante: segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) da Argentina, a taxa atingiu 32,3% da população durante o primeiro semestre de 2026, ante 28,2% no período anterior. É possível associar essa deterioração ao aumento das dificuldades para cobrir despesas básicas e ao ressurgimento de estratégias informais de subsistência[19].

O indicador permite identificar uma tensão central da conjuntura regional: a estabilização macroeconômica não garante, por si só, uma recuperação equivalente da renda real, da segurança alimentar e do bem-estar das famílias.

Riscos climáticos e desigualdade territorial

A preparação para fenômenos meteorológicos extremos continua sendo uma questão social e de saúde. A tempestade tropical Simon poderia se intensificar antes de atingir a costa mexicana do Pacífico, trazendo riscos de inundações e deslizamentos. A exposição depende não apenas da intensidade do fenômeno, mas também da qualidade das moradias, dos sistemas de alerta e da capacidade da defesa civil[20].

Além disso, na última semana, o terremoto ocorrido no Panamá em 9 de outubro de 2026 somou-se a uma série de sismos de grande magnitude registrados ao longo de 2026 na Venezuela, na Colômbia e no México. O período apresenta um contraste importante: enquanto alguns terremotos ocorreram em áreas relativamente pouco povoadas, outros causaram danos humanos e materiais de grande escala.

O terremoto de magnitude 7,7 gerou um alerta de tsunami para áreas do Pacífico na América Central e na América do Sul, o qual foi posteriormente suspenso. Foram registrados danos em edifícios, residências, escolas, igrejas e estradas, especialmente nas províncias centrais. Houve evacuações preventivas, interrupções temporárias de serviços e suspensão de atividades educacionais. Os primeiros levantamentos de 9 de outubro não registravam vítimas fatais; a contagem de vítimas e danos permanecia sujeita a atualizações[21].

Os terremotos parecem constituir um risco recorrente e potencialmente devastador para a América Latina e o Caribe. O Panamá enfrenta agora uma emergência que exige avaliar danos e necessidades; a Venezuela e a Colômbia mostram as consequências humanas que um evento de grande magnitude pode acarretar quando atinge áreas povoadas e infraestrutura vulnerável.

---

[19] https://www.investing.com/news/economy-news/poverty-ratetests-argentinas-milei-ahead-of-election-4914838

[20] https://www.reuters.com/business/environment/storm-simon-seen-exploding-into-major-hurricane-before-hitting-mexico-2026-10-08/

[21] https://elpais.com/america/2026-10-09/un-terremoto-de-76-sacude-a-panama.html

Balanço social

Os principais problemas que requerem acompanhamento regional são:

- A deterioração do poder de compra e as dificuldades de acesso a alimentos, moradia e serviços.
- Os conflitos relacionados a salários, pensões e serviços públicos.
- A persistência de desigualdades territoriais e sociais.
- A vulnerabilidade das comunidades expostas a fenômenos climáticos extremos.
- A necessidade de fortalecer a proteção social em contextos de ajuste fiscal.

Esses problemas podem ganhar maior intensidade quando coincidem com polarização política, restrições orçamentárias e enfraquecimento dos mecanismos de diálogo social.

IV. DIMENSÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA: RESTRIÇÕES COMERCIAIS, ENERGÉTICAS E FISCAIS

México: impacto das tarifas dos EUA

Em 8 de outubro, as exportações mexicanas de automóveis caíram 12% em relação ao ano anterior em setembro, enquanto a produção caiu 15%. As vendas internas aumentaram 8%, oferecendo compensação parcial. A incerteza tarifária dos EUA e a revisão do acordo comercial norte-americano afetam as decisões de produção e investimento[22].

O caso mostra a vulnerabilidade de uma economia industrial estreitamente integrada com o mercado dos EUA. Mostra também que a integração produtiva pode gerar benefícios importantes, mas aumenta a exposição a mudanças unilaterais nas políticas comerciais.

A situação em outubro de 2026 mostra que as tarifas dos EUA já exercem uma pressão observável sobre a indústria automóvel mexicana, embora os efeitos variem dependendo do produto e do grau de conformidade com o T-MEC. A queda nas exportações em setembro é um indicador relevante, mas ainda não demonstra por si só uma deterioração estrutural de toda a economia mexicana.

A variável decisiva será o resultado da revisão comercial: se se consegue uma maior previsibilidade para as empresas, ou se persiste um regime de tarifas e sucessivas negociações que condiciona as decisões de investimento.

O México representa um caso central de interdependência económica assimétrica, em que a integração produtiva com os Estados Unidos constitui uma vantagem de exportação, mas também um canal de transmissão das decisões comerciais e geopolíticas de Washington.

Energia e transmissão de conflitos internacionais

No dia 8 de outubro, o preço do petróleo Brent fechou nos 104,28 dólares por barril, depois de subir 4,1%, num contexto de tensões no Médio Oriente e de ameaças ao

[22] A política tarifária dos Estados Unidos está aumentando a incerteza sobre o modelo de exportação mexicano, especialmente na indústria automotiva, aço, alumínio e cadeias produtivas integradas na América do Norte. O impacto não é uniforme: os produtos que cumprem os requisitos do Acordo entre o México, os Estados Unidos e o Canadá (USMCA) mantêm vantagens tarifárias, enquanto outros setores enfrentam taxas específicas. https://www.reuters.com/business/autos-transportation/mexican-auto-exports-slump-september-us-tariffs-take-toll-2026-10-08/

abastecimento energético.[23] Como podem ver, embora o Estreito de Ormuz já não esteja bloqueado, os preços dos combustíveis continuam dolorosamente elevados. É um problema complexo com profundas consequências financeiras, políticas e económicas[24].

O que começou como uma crise de abastecimento de petróleo causada pela guerra no Irão transformou-se numa crise energética mais ampla que afecta motoristas, camionistas e agricultores em todo o mundo e na América Latina.

Os efeitos da crise de Ormuz sobre os preços - começando pelos preços da energia e depois estendendo-se a todos os outros - são-nos tão familiares também na nossa região que talvez seja desnecessário insistir neles. Exceto notar que, na América Latina, muitos perdem (a começar pelos países com economias já instáveis, como a Nicarágua, a República Dominicana e outros países das Caraíbas), mas alguns ganham: na Guiana, as receitas do petróleo cresceram mais de 50% desde o início do ano; Na Argentina, a expansão da produção de petróleo e gás de xisto transformou o país de importador líquido de energia em exportador; O Brasil é o maior produtor de petróleo da América Latina e um dos dez maiores do mundo, com amplas margens de crescimento; O Peru e o Chile compensaram o aumento dos custos da energia exportando minerais, incluindo cobre e ouro, cujos preços atingiram níveis recordes. Até a Venezuela, após a remoção forçada de Nicolás Maduro pelas mãos dos Estados Unidos, conheceu uma recuperação – embora não se saiba quanto tempo durará – no sector petrolífero[25].

Nesse sentido, para a América Latina e o Caribe, o impacto é desigual:

- ***Países exportadores de hidrocarbonetos***: podem beneficiar de rendimentos externos mais elevados, embora enfrentem custos internos de combustível, transporte e fatores de produção.
- ***Economias importadoras de energia:*** estão mais expostas ao aumento dos preços das importações e a novas pressões inflacionistas.
- ***Países dependentes de alimentos e fertilizantes importados:*** podem sofrer aumentos adicionais nos custos de produção e nos preços ao consumidor.

Perspectivas de crescimento regional

O relatório económico de outubro da Atradius identifica um crescimento moderado e misto, com perspectivas mais fracas para a América do Sul e o México, enquanto as Caraíbas deverão beneficiar do turismo, do investimento e da reconstrução. Destaca também os riscos

---

[23] https://www.reuters.com/business/energy/oil-rises-middle-east-supply-concerns-persist-amid-shipping-attacks-2026-10-08/

[24] O sistema energético global não está a viver apenas uma guerra, mas sim duas – ou talvez três – simultaneamente. Além da guerra entre os Estados Unidos e o Irão – um conflito que se arrasta há muito mais tempo do que muitos inicialmente imaginaram – há a batalha entre o Iémen e os rebeldes Houthi apoiados pelo Irão. Os ataques de drones e mísseis Houthi perturbaram outro ponto de estrangulamento vital para o comércio global: o Estreito de Bab el-Mandeb. A isto somam-se os ataques cada vez mais eficazes de drones ucranianos que estão a destruir refinarias na Rússia, um grande exportador. de diesel no mundo. https://cnnespanol.cnn.com/2026/10/09/economia/gasolina-diesel-precios-ormuz-trax

[25] https://www.uypress.net/Internacionales/Por-que-El-Nino-en-America-Latina-puede-cambiar-incluso-el-clima-politico-uc156875

derivados das tensões geopolíticas, do aumento dos preços da energia e dos fenómenos climático[26]s.

A questão económica central é como transformar a estabilidade macroeconómica em crescimento produtivo sustentado, emprego de qualidade e redução das desigualdades. A diversificação comercial, a integração industrial e o investimento em infraestruturas resilientes são relevantes para reduzir a exposição a choques externos.

As perspetivas para 2026 mostram que o crescimento está distribuído de forma desigual. O Banco Mundial destaca o desempenho do Paraguai, El Salvador, Panamá e República Dominicana, enquanto a Argentina mantém uma trajetória de recuperação, embora com desafios de sustentabilidade[27].

O Banco Mundial identifica fatores que limitam o crescimento regional:

- ***Restrições fiscais e dívida pública:*** O peso dos juros limita o investimento público e reduz a margem para os governos expandirem as infraestruturas, a educação e a proteção social.
- ***Fragmentação geopolítica e comercial*****:** As tensões tarifárias, a concorrência entre os Estados Unidos e a China e o abrandamento em alguns mercados externos podem afetar as exportações, os investimentos e as cadeias de abastecimento.
- ***Riscos climáticos e energéticos:*** O fenómeno El Niño pode atingir á agricultura e a produção hidroelétrica, aumentando os custos dos alimentos e da energia.
- ***Baixa produtividade e informalidade***: A expansão limitada das empresas produtivas e a persistência do emprego informal tornam difícil que o crescimento se traduza em melhores salários, maiores receitas e redução sustentada da pobreza.

As perspectivas para a América Latina e o Caribe em 2026 são de crescimento moderado, heterogeneidade entre países e persistência de restrições estruturais. A região mantém oportunidades associadas aos seus recursos naturais, à sua posição geográfica e à transformação tecnológica, mas enfrenta dificuldades em converter essas vantagens em aumentos sustentados da produtividade e do bem-estar.

A questão central não é apenas quanto a região irá crescer, mas que estrutura económica irá sustentar esse crescimento, como os seus benefícios serão distribuídos e que capacidade os Estados terão para financiar políticas de desenvolvimento.

V.DIMENSAO DA SITUAÇÃO SANITÁRIA: VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E COOPERAÇÃO REGIONAL

Essa dimensão apresenta alguns dos eventos institucionais mais concretos do período..

OPAS: nova estratégia regional contra dengue e outros arbovírus

No 63º Conselho Diretor, os Estados membros da Organização Pan-Americana da Saúde aprovaram uma estrutura regional para fortalecer a vigilância, a prevenção, a preparação e a

[26] https://group.atradius.com/knowledge-and-research/reports/economic-research-regional-outlook-latin-america-caribbean-oct-2026

[27] https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2026/10/06/latin-america-caribbean-economic-update

resposta à dengue e outras doenças transmitidas por vetores. A estratégia propõe integrar informações epidemiológicas, entomológicas, virológicas e laboratoriais, melhorar a capacidade dos cuidados de saúde e modernizar o controlo dos vetores[28].

A iniciativa é relevante porque promove uma mudança de respostas predominantemente reativas para sistemas capazes de antecipar riscos e coordenar ações entre países.

O contexto epidemiológico é significativo: a OPAS informou que em 2024 foram registrados mais de 13 milhões de casos de dengue e mais de 8.400 mortes nas Américas, a maior epidemia documentada até então.

Sarampo: persistência de lacunas vacinais

Em 8 de outubro, a OPAS publicou o 13º relatório sobre a situação do sarampo nas Américas. O reaparecimento da doença durante 2025-2026 constitui um sinal de alerta para os programas de imunização e vigilância epidemiológica.

A avaliação regional da OPAS identifica a cobertura vacinal insuficiente, o acúmulo de populações suscetíveis, as dificuldades operacionais e a circulação internacional do vírus entre os fatores de risco. No balanço de 2025, a organização registrou 14.891 casos confirmados e 29 mortes em 13 países.

As ***prioridades de resposta*** são:

- Recuperar coberturas vacinais elevadas e homogêneas.
- Identifique populações com esquemas incompletos.
- Reforçar a vigilância e a detecção precoce de surtos.
- Coordenar a resposta em zonas fronteiriças e territórios de elevada mobilidade.
- Combater a desinformação e restaurar a confiança nas vacinas**.**

Saúde, alterações climáticas e segurança humana

A ameaça de eventos climáticos extremos traz mais uma vez à tona a preparação dos serviços de saúde, a continuidade dos cuidados, o fornecimento de medicamentos e a proteção das comunidades expostas.

A resiliência da saúde exige que os hospitais, os centros de cuidados primários, os laboratórios e os sistemas de vigilância possam continuar a funcionar face a inundações, cortes de energia, dificuldades de transporte e emergências climáticas.

O fenómeno El Niño constitui um risco estrutural para a América Latina, com impactos simultâneos na agricultura, energia, infra-estruturas, comércio e estabilidade política. No curto prazo, são esperadas inundações no Cone Sul e na região andina, secas na América Central e na Amazônia e interrupções na pesca no Pacífico. Estes efeitos surgem num contexto de orçamentos públicos enfraquecidos, o que limita a capacidade de resposta dos governos.

O Brasil é o país mais exposto da região as contingências da mudança climática: El Niño pode afetar as culturas de soja e milho, intensificar os incêndios florestais e reduzir a geração

[28] https://www.paho.org/en/news/1-10-2026-health-ministers-approve-new-regional-strategy-prevent-and-control-dengue-and-other

hidrelétrica, forçando-o a recorrer a fontes mais caras e potencialmente desacelerando setores emergentes, como os data centers. A Argentina, cujo programa económico depende de uma recuperação agrícola para reconstruir as reservas e conter a inflação, enfrenta um duplo risco: precisa de chuvas acima da média, mas um excesso pode danificar infraestruturas e reduzir as exportações, com efeitos políticos adversos para o governo. Na América Central, episódios anteriores do El Niño já geraram crises agrícolas e migratórias. Hoje, com fronteiras mais restritivas, o impacto poderá traduzir-se em maiores tensões sociais internas. Panamá sofre queda no nível da água do canal, afetando o comércio global; O Peru enfrenta chuvas extremas e inundações; e a Colômbia combina pressões sobre a sua matriz hidroeléctrica com riscos para a produção de café.

O pior cenário regional inclui inflação, insegurança alimentar e agitação social, acompanhados por uma viragem para uma liderança mais radical ou uma retórica xenófoba como mecanismos de desvio político. ***Neste contexto, os atores populistas poderiam recuperar terreno eleitoral através de promessas de gastos insustentáveis.***

Ainda assim***, o caos não é inevitável***. A região tem vantagens estratégicas – minerais críticos, energias renováveis e um sector agrícola robusto – que poderiam fortalecer a sua posição na segurança alimentar e na transição energética. ***Para tirar partido destes ativos, é necessário promover a integração económica, melhorar o Estado de direito, reforçar a disciplina fiscal e mobilizar o apoio de bancos multilaterais de desenvolvimento, capazes de fornecer financiamento de emergência, planeamento de catástrofes e incentivos ao investimento privado***.

A saúde como dimensão da geopolítica

Os acontecimentos do período permitem identificar quatro questões estratégicas:

I. ***Cooperação regional:*** As doenças transmissíveis exigem vigilância, partilha de informações e respostas coordenadas que transcendem as fronteiras nacionais.
II. ***Soberania sanitária:*** o acesso oportuno a vacinas, medicamentos, diagnósticos e tecnologias depende da capacidade de aquisição, produção e regulação.
III. ***Financiamento:*** a prevenção e o reforço dos serviços requerem recursos estáveis, mesmo em contextos de ajustamento fiscal.
IV. ***Governança multilateral:*** a OPAS e os mecanismos sub-regionais podem proporcionar coordenação técnica, padrões compartilhados e economias de escala.

A estratégia contra os arbovírus é um exemplo concreto de como a cooperação regional em saúde pode produzir instrumentos comuns mesmo quando existem diferenças políticas entre governos.

Saúde nos Processos de Integração Regional

O Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU), em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), lançou o Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2026–2031[29]

[29] https://www.paho.org/en/news/30-9-2026-paho-oras-conhu-and-andean-countries-launch-plan-protect-health-impacts-climate

Em 29 de setembro, durante o 63º Conselho Diretor da OPAS, foi apresentado o Plano Andino de Saúde e Mudança Climática 2026–2031, elaborado com a participação dos ministérios da Saúde da Bolívia, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela. A iniciativa busca fortalecer a resiliência dos sistemas de saúde diante dos impactos das mudanças climáticas, aprimorar a vigilância e os sistemas de alerta precoce e promover a cooperação regional, incorporando a abordagem de Uma Só Saúde.

Na ocasião, o diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, destacou que o plano fortalecerá a cooperação regional para promover sistemas de saúde mais resilientes e sustentáveis, aprimorar a vigilância e a capacidade de alerta precoce e incentivar a pesquisa. Fernando Araos Dattoli, secretário executivo do ORAS-CONHU, ressaltou que os alertas ambientais precisam ser acompanhados de equipes preparadas, protocolos definidos e recursos para viabilizar respostas concretas. Segundo ele, a cooperação entre os seis países deve transformar o conhecimento científico e a capacidade de antecipação em proteção efetiva para as comunidades mais vulneráveis.

A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (SE-COMISCA) avançou na vigilância epidemiológica, no controle de vetores e na articulação das prioridades regionais de saúde [30,31,32]

Entre 29 e 30 de setembro, a SE-COMISCA e a rede EntoNET realizaram a reunião regional do Grupo Técnico de Entomologia, reunindo especialistas e representantes dos programas nacionais de vigilância e controle de vetores. O encontro promoveu o intercâmbio de experiências sobre metodologias inovadoras, como a Wolbachia, e sobre a avaliação da resistência a inseticidas. Como encaminhamento, foram estabelecidos acordos para elaborar uma nota técnica regional e avançar na implementação do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2026–2030.

No campo da vigilância epidemiológica, a Secretaria Executiva também promoveu uma oficina para avaliar os procedimentos operacionais padronizados e os avanços da vigilância sentinela. A iniciativa buscou revisar procedimentos e fortalecer a capacidade regional de monitoramento e de resposta a doenças, contribuindo para a identificação oportuna de ameaças à saúde pública.

Além disso, durante o 63º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), a SE-COMISCA destacou os consensos dos países do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) em torno de três agendas prioritárias: a eliminação dos ácidos graxos trans de produção industrial, a equidade no acesso à saúde e a abordagem de Uma Só Saúde. No debate sobre gorduras trans, enfatizou a importância de medidas regulatórias e da rotulagem nutricional frontal para prevenir doenças não transmissíveis.

Em relação à etnicidade e à saúde, a Secretaria ressaltou a capacitação de mais de 250 profissionais na metodologia do diálogo de saberes e o avanço do Plano de Ação de Saúde

---

30 https://www.sica.int/noticias/realizan-taller-de-evaluacion-de-procedimientos-operativos-estandarizados-y-avances-de-la-vigilancia-centinela_1_139579.html

31 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-reafirma-prioridades-y-compromisos-de-salud-regional-en-el-63-consejo-directivo-de-la-ops_1_139578.html

32 https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-entonet-desarrollan-la-reunion-regional-del-grupo-tecnico-de-entomologia_1_139575.html

Intercultural da região. Também destacou a aprovação da Estratégia Uma Só Saúde do SICA 2026–2030, voltada à articulação entre saúde humana, animal e ambiental, e defendeu o apoio de organismos de cooperação para financiar ações e fortalecer as capacidades nacionais. As discussões reforçaram o compromisso regional com a equidade, a segurança sanitária e a proteção da saúde pública.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) cumpriu agenda no Comitê Florestal da FAO e meio ambiente e clima [33][34]

Durante o 28º período de sessões do Comitê Florestal da FAO (COFO 28), em 29 de setembro, os Países Membros da OTCA destacaram o papel da Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO) e da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) no fortalecimento da cooperação regional. As redes promovem o intercâmbio de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades institucionais e a articulação de respostas conjuntas para o manejo florestal sustentável, a restauração e a prevenção e o combate aos incêndios florestais.

Os países também ressaltaram a importância de ampliar a cooperação técnica e financeira, com mecanismos acessíveis e previsíveis, alinhados às prioridades nacionais. A agenda contempla ainda a participação dos povos indígenas e das comunidades locais e tradicionais, além da articulação com o Observatório Regional Amazônico (ORA), buscando integrar conservação florestal, manejo do fogo e resiliência dos territórios

Em 8 de outubro, a Comissão Especial de Meio Ambiente e Clima (CEMAC) da OTCA aprovou seu Plano de Trabalho durante reunião extraordinária realizada em Brasília. O documento fortalece a atuação da Comissão como instância de coordenação técnica entre os Países Membros para acompanhar compromissos regionais relacionados à conservação, restauração e uso sustentável da Amazônia e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

O plano estabelece diretrizes para identificar prioridades, atividades e responsabilidades, além de ampliar a articulação entre as subcomissões de Meio Ambiente e de Mudanças Climáticas e outras instâncias técnicas da OTCA. A iniciativa integra o processo de fortalecimento institucional da Organização e contribui para implementar os compromissos assumidos na Declaração de Belém, promovendo maior coordenação e evitando a duplicação de esforços na agenda ambiental e climática amazônica.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) discutiu temas de democracia, segurança, saúde mental e sustentabilidade ambiental[35,36, 37,38]

A OEA avançou em iniciativas de promoção da democracia, segurança multidimensional, saúde mental e sustentabilidade ambiental nas Américas. Em relação à Nicarágua, os Estados-membros aprovaram uma resolução que estabelece um mecanismo de acompanhamento

[33] https://otca.org/pt/paises-amazonicos-destacam-na-cofo28-o-papel-da-rafo-e-da-ramif-como-mecanismos-ativos-de-cooperacao-regional/

[34] https://otca.org/pt/cemac-aprova-plano-de-trabalho-e-avanca-no-fortalecimento-da-agenda-ambiental-e-climatica-da-amazonia/

[35] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-104

[36] https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-145100

[37] https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=AVI-106/26

[38] https://www.oas.org/es/centro_noticias/fotonoticia.asp?sCodigo=FNC-145120

diplomático, com prazos e responsabilidades definidos, para promover o diálogo e a recuperação democrática. Entre as medidas propostas estão a libertação de presos políticos, a proteção das liberdades fundamentais, o restabelecimento da independência institucional e a realização de eleições livres e justas. A resolução também prevê a criação de um Grupo Ministerial de Seguimento, responsável por dialogar com diferentes setores da sociedade nicaraguense e apresentar recomendações de ações diplomáticas e jurídicas pacíficas.

No campo da segurança, a Secretaria-Geral da OEA e o Ministério das Relações Exteriores do Peru firmaram uma adenda ao acordo de cooperação existente, estabelecendo mecanismos periódicos de avaliação e planejamento de novas iniciativas. A cooperação busca fortalecer a resposta conjunta ao crime organizado transnacional, incluindo o tráfico de drogas, a mineração ilegal, o tráfico de pessoas e as ameaças à cibersegurança.

Na agenda de saúde, a organização promoveu, de 5 a 9 de outubro, a Segunda Semana Interamericana da Saúde Mental, com foco na articulação intersetorial, no intercâmbio de experiências e no fortalecimento das capacidades regionais para enfrentar os desafios relacionados à saúde mental.

Já no Haiti, uma missão técnica da OEA avaliou desafios na gestão de resíduos sólidos e na poluição por plásticos, além de identificar soluções locais. A organização trabalhará com as autoridades haitianas para estruturar a iniciativa “Territórios Limpos, Seguros e Resilientes”, que busca combinar melhorias ambientais com a geração de emprego e renda, especialmente para os jovens, e explorar possibilidades de financiamento internacional.

Considerações Finais

O período de 29 de setembro a 9 de outubro de 2026 mostra uma região exposta à interação entre tensões geopolíticas, competição eleitoral, restrições económicas e riscos sanitários.

Primeira consideração: a autonomia estratégica regional depende de capacidades específicas. A diversificação das relações externas precisa de ser complementada com cooperação industrial, financeira, científica e sanitária. A concorrência entre grandes potências pode abrir oportunidades de negociação, mas também gerar pressões sobre as decisões nacionais.

Segunda consideração: a estabilidade económica não resolve automaticamente as exigências sociais. Os problemas de pobreza, rendimento, serviços públicos e emprego podem persistir mesmo quando alguns indicadores macroeconómicos melhoram. A governação exige combinar a disciplina fiscal com políticas sociais sustentáveis.

Terceira consideração: a saúde deve ser incorporada na agenda de integração regional e segurança. O reaparecimento do sarampo, a persistência da dengue e os riscos climáticos mostram que as respostas exclusivamente nacionais são insuficientes. A coordenação epidemiológica, as compras conjuntas, a cooperação regulamentar e a produção regional de insumos críticos podem aumentar a capacidade de resposta.

Quarta consideração: a fragmentação política é um obstáculo transversal. As diferenças entre governos dificultam a construção de posições comuns em matéria de comércio, segurança, ambiente e saúde. No entanto, a existência de problemas partilhados pode oferecer espaços

para a cooperação pragmática, mesmo entre administrações com orientações ideológicas diferentes.

Em suma, a principal questão regional é ***como converter a interdependência económica, os desafios sociais e as ameaças à saúde numa agenda de cooperação eficaz, sem abrir mão da soberania nacional ou da capacidade de tomada de decisão coletiva***.

Geopolítica, Saúde e Arquiteturas Regionais na América Latina e no Caribe

Geopolítica, Salud y Arquitecturas Regionales en América Latina y el Caribe

Geopolitics, Health, and Regional Architectures in Latin America and the Caribbean

Sebastián Tobar

Resumo: O artigo analisa como a integração regional em saúde na América Latina e no Caribe se insere em um contexto geopolítico marcado pela competição entre Estados Unidos e China e pela coexistência de múltiplas arquiteturas regionais. A hipótese central sustenta que Washington não busca simplesmente enfraquecer a integração, mas coopera seletivamente quando isso favorece seus interesses de segurança, comércio e estabilidade, privilegiando acordos bilaterais quando mecanismos regionais poderiam gerar maior autonomia dos países. A saúde torna-se, assim, parte da disputa pela arquitetura hemisférica. O texto examina cinco dimensões da integração sanitária — diplomacia, instituições, regulação, economia-produtiva e vigilância — e compara avanços de CELAC, MERCOSUL, SICA, Comunidade Andina e CARICOM em quatro critérios: patentes, homologação regulatória, compras conjuntas e produção regional. Destacam-se o mecanismo de negociação conjunta do COMISCA, o sistema regulatório supranacional do CARICOM (CRS), a harmonização normativa do MERCOSUL e a agenda produtiva andina. A estratégia *"America First Global Health Strategy"* reforça a bilateralização da cooperação, vinculando assistência ao intercâmbio de dados e à segurança sanitária, o que pode fragmentar iniciativas regionais. Apesar das pressões externas, os blocos demonstram capacidade de produzir bens públicos sanitários e fortalecer a soberania regional, embora persistam desafios de coordenação, implementação e autonomia tecnológica.

Palavras Chaves: Geopolítica; Integração Sanitária; Soberania Regional.

Resumen: *El artículo analiza cómo la integración regional en salud en América Latina y el Caribe se inserta en un contexto geopolítico marcado por la competencia entre Estados Unidos y China y por la coexistencia de múltiples arquitecturas regionales. La hipótesis central sostiene que Washington no busca simplemente debilitar la integración, sino que coopera selectivamente cuando ello favorece sus intereses de seguridad, comercio y estabilidad, privilegiando acuerdos bilaterales cuando los mecanismos regionales podrían generar una mayor autonomía de los países. La salud se convierte, así, en parte de la disputa por la arquitectura hemisférica. El texto examina cinco dimensiones de la integración sanitaria —diplomacia, instituciones, regulación, economía productiva y vigilancia— y compara los avances de la CELAC, el MERCOSUR, el SICA, la Comunidad Andina y la CARICOM según cuatro criterios: patentes, homologación regulatoria, compras conjuntas y producción regional. Se destacan el mecanismo de negociación conjunta del COMISCA, el sistema regulatorio supranacional de la CARICOM (CRS), la armonización normativa del MERCOSUR y la agenda productiva andina. La estrategia "America First Global Health Strategy" refuerza la bilateralización de la cooperación, vinculando la asistencia al intercambio de datos y a la seguridad sanitaria, lo que puede fragmentar las iniciativas regionales. A pesar de las presiones externas, los bloques demuestran capacidad para generar bienes públicos*

sanitarios y fortalecer la soberanía regional, aunque persisten desafíos de coordinación, implementación y autonomía tecnológica.

Palabras clave: Geopolítica; Integración Sanitaria; Soberanía Regional.

Abstract: *This article analyzes how regional health integration in Latin America and the Caribbean fits into a geopolitical context marked by competition between the United States and China and the coexistence of multiple regional architectures. The central hypothesis posits that Washington does not simply seek to weaken integration but cooperates selectively when doing so serves its interests regarding security, trade, and stability, while favoring bilateral agreements over regional mechanisms that could foster greater autonomy for the countries involved. Health thus becomes part of the contest over the region's institutional architecture. The text examines five dimensions of health integration-diplomacy, institutions, regulation, the productive economy, and surveillance—and compares the progress made by CELAC, MERCOSUR, SICA, the Andean Community, and CARICOM across four criteria: patents, regulatory harmonization, joint procurement, and regional production. Key examples highlighted include COMISCA's joint negotiation mechanism, CARICOM's supranational regulatory system (CRS), MERCOSUR's regulatory harmonization, and the Andean productive agenda. The "**America First Global Health Strategy**" reinforces the bilateralization of cooperation by linking assistance to data exchange and health security, a trend that risks fragmenting regional initiatives. Despite external pressures, these blocks demonstrate a capacity to produce regional public health goods and strengthen regional sovereignty, although challenges regarding coordination, implementation, and technological autonomy persist.*

Keywords: Geopolitics; health Integration; regional sovereignty.

Apresentação

Os processos de integração regional na América Latina e no Caribe atravessam um momento de redefinição estratégica. A coexistência de múltiplas arquiteturas — CELAC, MERCOSUL, SICA, Comunidade Andina e CARICOM — sobrepõe-se a uma política estadunidense que, com vistas a 2026, combina segurança hemisférica, comércio, cadeias de suprimentos, energia e competição geopolítica com a China. Esse cenário gera tensões, oportunidades e dilemas para a governança sanitária regional.

A hipótese central sustentada neste artigo é que a relação entre Washington e os mecanismos latino-americanos e caribenhos não pode ser descrita simplesmente como uma tentativa de "***enfraquecer a integração***". As evidências mostram um padrão mais complexo: os Estados Unidos cooperam com instituições regionais quando estas contribuem para seus objetivos de segurança, comércio ou estabilidade, mas privilegiam relações bilaterais e sub-regionais quando a integração poderia gerar posições autônomas que limitassem sua capacidade de negociação. Nesse contexto, a integração sanitária torna-se um componente da disputa pela arquitetura geopolítica do hemisfério.

Integração Regional em Saúde

Podemos definir a ***integração regional em saúde*** como um processo pelo qual vários países de uma região coordenam, harmonizam ou compartilham políticas, capacidades, recursos e instituições de saúde para enfrentar problemas que superam as capacidades de cada Estado

individualmente e para produzir bens públicos regionais de saúde. É possível identificar cinco dimensões da integração regional em saúde:

I. **Política e da Diplomacia Sanitária:** No âmbito dos fóruns de saúde dos processos de integração regional, como CARICOM, MERCOSUL, SICA e Comunidade Andina, foram definidas prioridades e posições comuns para a participação na governança regional e global.
II. **Institucional:** Institucional: criação de arranjos institucionais permanentes de coordenação da integração em saúde, como a Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana (SECOMISCA), a Agência Caribenha de Saúde Pública (CARPHA) ou o Organismo Andino de Saúde – Convênio Hipólito Unanue.
III. **Regulatória:** Harmonizando normativas, diretrizes e padrões de medicamentos, dispositivos e tecnologias em saúde, incluindo os requisitos para o exercício professional da Forza de trabalho.
IV. **Económica-produtiva:** Aproveitando de forma conjunta seu poder de negociação e compra, bem como a produção de vacinas, medicamentos e kits de diagnóstico.
V. **Sanitária:** compartilhando informações epidemiológicas ou sobre eventos de saúde pública e coordenando as respostas a problemas comuns.

Embora integrar-se não seja sinônimo de cooperar, a integração na saúde pressupõe unir esforços para enfrentar problemas ou desafios de saúde que transcendem as fronteiras dos países, mantendo a autonomia de cada um deles e acordando o desenvolvimento de ações conjuntas.

A integração regional em saúde pressupõe implementar e desenvolver um conjunto de instituições, normas, mecanismos e capacidades compartilhadas que geram um grau maior de interdependência e permitem maior eficácia ou eficiência para enfrentar os desafios sanitários.

Para os fins deste artigo, vamos nos concentrar no que consideramos um dos principais desafios dos nossos sistemas de saúde: o acesso a medicamentos, tecnologias em saúde e exames diagnósticos.

A maioria dos países da região incorporou o direito à saúde às suas constituições; no entanto, esse direito não pode ser garantido pelos Estados sem acesso a medicamentos, vacinas e exames de diagnóstico. Por sua vez, a inovação gera desafios para os orçamentos de saúde, implicando aumentos significativos. O aumento das doenças crônicas não transmissíveis na carga de doenças representa uma transição que também contribuiu para a elevação dos orçamentos de saúde.

A partir da integração em saúde para enfrentar esses desafios, algumas soluções podem ser propostas:

I. Critérios Regionais de patenteamento
II. Homologação de registros farmacêuticos e de produtos para a saúde
III. Compras conjuntas
IV. Produção Regional: Desenvolvimento de capacidades visando avançar na soberania regional em saúde.

CELAC: Concertação política e tensões geopolíticas

A CELAC foi concebida como um e espaço de concertação política latino-americana e caribenha, sem a participação dos Estados Unidos ou do Canadá. Apresentava-se como uma iniciativa da chamada integração contra-hegemônica[1] que não se limitava a aumentar o comércio ou coordenar políticas entre Estados, mas buscava ampliar a autonomia política, econômica, social, cultural e estratégica da região diante de relações de poder assimétricas.

Na área da saúde, a CELAC busca construir autonomia e capacidade de negociação, promovendo posições comuns sobre saúde como direito, acesso universal, propriedade intelectual e soberania sanitária regional. Também impulsiona a produção conjunta, a cooperação regulatória, a coordenação diante de emergências e a formação de recursos humanos.

Como assinala Tobar et ali[2] a pandemia da Covid-19 tem colocado em evidência a grande dependência da região dos medicamentos, vacinas e probas de diagnostico e desde a CELAC tem se desenvolvido um Plano visando desenvolver a autossuficiência sanitária.

Na tabela 1 apresentamos a CELAC e que tem atingido em cada um dos desafios propostos.

Tabela 1: CELAC — Avanços no processo de integração em saúde sobre critérios específicos

Critério	O que a CELAC fez?	Instrumentos e avanços documentados	Balanço
1. Política regional de patentes ou critérios regionais de patenteamento	Incluiu a propriedade intelectual na agenda de autossuficiência sanitária e propôs aproveitar as flexibilidades normativas para facilitar o acesso a tecnologias e medicamentos. Também foi proposta a negociação conjunta em fóruns internacionais sobre propriedade intelectual.	El Plan de 2021 incluyó las flexibilidades de propiedad intelectual entre sus líneas de acción.	Agenda regional acordada, mas sem evidências de que a CELAC tenha adotado uma política regional comum de patenteamento, critérios vinculantes de patenteabilidade ou um regime regional de patentes.
2. Homologação de registros farmacêuticos e produtos para a saúde	Promoveu a convergência regulatória, o reconhecimento entre autoridades nacionais e a	Definiu-se um roteiro baseado na experiência de autoridades regulatórias de	Avanço programático e institucional. A convergência e o reconhecimento regulatório foram

[1] A *integração contra-hegemônica* é aquela modalidade de integração regional que busca transformar relações assimétricas de poder mediante a construção coletiva de autonomia política, econômica, social, tecnológica e cultural, desenvolvendo instituições, capacidades e bens públicos regionais capazes de reduzir dependências externas e aumentar a capacidade de decisão dos países e sociedades da região.

[2] TOBAR, Sebastián; SANTOS DA COSTA, Jorge Carlos; NAKAMURA GOUVEA, Mirian; MEDEIROS, Marco Alberto e FERNANDES DELGADO, Isabella (2024) "*Construindo a soberania sanitária no Mercosul: a experiência do curso de desenvolvimento e produção de vacinas"*. Publicado em VISA Vigilância Sanitária em Debate, Rio de Janeiro, 2024, v.12: e02363| Publicado em: 13 de dezembro de 2024. Disponível em: https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/2363

	coordenação de padrões sanitários.	referência da região, com a participação da OPAS e articulação com mecanismos existentes.	priorizados, mas não equivalem a uma homologação automática e geral de registros farmacêuticos em todos os países.
3. Compras conjuntas	Propus fortalecer os mecanismos regionais de aquisição de vacinas e medicamentos essenciais e utilizar as compras públicas para criar um mercado regional de maior escala.	Promoveu-se um espaço permanente de coordenação, o intercâmbio de experiências nacionais e sub-regionais e a negociação consolidada para melhorar preços e abastecimento.	Proposta concreta de integração, com avanços na coordenação, mas as fontes consultadas não permitem afirmar que se tenha consolidado uma central única de compras da CELAC nem um mecanismo universal de aquisição conjunta.
4. Produção regional e desenvolvimento de capacidades para a soberania sanitária	Aprovou um roteiro para fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento, a produção e a distribuição regional de vacinas e medicamentos, promovendo complementaridades entre países e cadeias produtivas regionais.	Inventário de capacidades produtivas; proposta de consórcios público-privados; plataforma regional de ensaios clínicos; articulação entre produtores, autoridades sanitárias, CEPAL e OPAS.	Agenda estratégica regional explícita, com instrumentos preparatórios identificados. No entanto, não se deve confundir a aprovação do plano com a criação efetiva de uma indústria farmacêutica regional integrada.

Fonte: Construído a partir de https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-la-celac-aprueban-unanimidad-lineamientos-propuestas-plan-autosuficiencia

MERCOSUL: Autonomia econômica e competição estratégica

Na área da saúde, o MERCOSUL desenvolve harmonização regulatória, vigilância regional, produção de bens públicos, capacitação em propriedade intelectual e cooperação horizontal. Na área da saúde, o Mercosul conta com dois fóruns: o Subgrupo de Trabalho nº 11 – Saúde, que visa harmonizar normas, padrões e regulamentações relacionados à regulação da saúde; e as Reuniões de Ministros da Saúde, voltadas à coordenação de políticas sanitárias comuns.

Na Tabela 2 analisamos a saúde no MERCOSUL com base nos quatro critérios apontados.

Tabela 2: MERCOSUR SAÚDE — Avanços no processo de integração em saúde sobre critérios específicos

Critério	O que o MERCOSUL fez?	Balanço resumido
1. Política regional de patentes ou critérios regionais de patenteamento	A agenda de acesso a medicamentos inclui o uso de flexibilidades de propriedade intelectual e a coordenação de posições em fóruns internacionais. No entanto, não se identifica uma política regional comum de critérios de patenteabilidade farmacêutica adotada pelo bloco.	Coordenação limitada. Não existe um sistema regional unificado de patentes nem critérios comuns vinculantes para a concessão de patentes farmacêuticas.

2. Homologação de registros farmacêuticos e produtos para a saúde	Por meio do Subgrupo de Trabalho nº 11 (SGT 11 – Saúde), aprovou regulamentos técnicos e requisitos comuns. Em 2021, adotou os regulamentos de registro de produtos para saúde (Resolução GMC 25/21) e de produtos para diagnóstico in vitro (Resolução GMC 24/21[3]).	Um avanço normativo concreto, embora a harmonização de requisitos não signifique que um registro concedido em um país seja automaticamente válido em todos os outros.
3. Compras conjuntas	Em 2015, os países concordaram em explorar mecanismos para comprar conjuntamente medicamentos de alto custo: licitações com possibilidade de adesão de outros países, compras por meio do Fundo Rotativo da OPAS e acordos específicos entre Estados[4].	Experiências e propostas de coordenação, mas sem uma central de compras do MERCOSUL consolidada e permanente que abranja todos os medicamentos prioritários.
4. Produção regional e desenvolvimento de capacidades para a soberania sanitária	Em novembro de 2021, os ministros da Saúde criaram um comitê *ad hoc* para ampliar a capacidade produtiva regional de medicamentos, vacinas e tecnologias de saúde. Seu mandato inclui o levantamento de capacidades de pesquisa e produção, a identificação de complementaridades e a promoção da cooperação[5].	Institucionalização de uma agenda produtiva regional. Em 2025, a respectiva comissão intergovernamental continuava em funcionamento, e as declarações presidenciais subsequentes reconheceram avanços na produção regional[6].

Fonte: Construção própria a partir da análise de documentos oficiais do MERCOSUL

O MERCOSUL apresenta uma trajetória de integração sanitária mais desenvolvida no que diz respeito à regulação técnica e à institucionalização da cooperação produtiva, ao passo que as compras conjuntas continuam dependendo de iniciativas específicas e de mecanismos externos, como os fundos da OPAS. A normativa regional abrange também boas práticas de fabricação, inspeções farmacêuticas e farmacopeia comum.

A principal limitação transversal é que a aprovação de normas regionais não garante a sua aplicação homogênea em todos os Estados-membros: diferenças na incorporação, na implementação e nas capacidades nacionais podem dificultar a convergência efetiva.

Sob a perspectiva da soberania sanitária, o desafio do MERCOSUL é transitar da harmonização normativa e da cooperação entre governos para uma estratégia sustentada de produção complementar, compras coordenadas e acesso regional a tecnologias de saúde.

O acordo UE–MERCOSUL abre oportunidades para integrar cadeias produtivas do setor de saúde em um mercado ampliado.

SICA: Profunda interdependência com os Estados Unidos

A integração em saúde na América Central busca coordenar políticas, reduzir desigualdades de acesso e fortalecer a capacidade de resposta diante de desafios comuns. Por

[3] https://normas.mercosur.int/public/normativas/4152
[4] https://www.mercosur.int/paises-del-mercosur-se-unen-para-adquirir-medicamentos-de-alto-costo
[5] https://www.argentina.gob.ar/node/288916
[6] https://sim.mercosur.int/public/reuniones/doc/11258

meio do SICA e do COMISCA, os países promovem harmonização normativa, vigilância epidemiológica, negociação conjunta de medicamentos e desenvolvimento institucional[7].

A SE-COMISCA exerce papel central na coordenação técnica e na negociação conjunta de preços, permitindo aproveitar economias de escala, melhorar condições de aquisição e apoiar a continuidade do abastecimento.

Diante de desigualdades, restrições fiscais, dependência externa e ameaças transfronteiriças, a integração regional oferece uma oportunidade para avançar rumo a maior resiliência sanitária, autonomia estratégica e equidade, articulando políticas, recursos e capacidades produtivas regionais.

Na Tabela 3 analisamos a saúde em Centro América com base nos quatro critérios apontados.

Tabela 3: COMISCA — Avanços no processo de integração em saúde sobre critérios específicos

Critério	O que o SE-COMISCA fez?	Balanço resumido
1. Política regional de patentes ou critérios regionais de patenteamento	A agenda regional de medicamentos contemplou o acesso a medicamentos e a análise das flexibilidades do Acordo sobre os ADPIC. Na avaliação da estratégia regional de sustentabilidade do HIV 2016–2021, identificou-se a necessidade de estudar essas flexibilidades, mas não se encontrou evidência de que esse estudo tivesse sido concluído[8].	Sem evidência de uma política regional comum de patentes, critérios harmonizados de patenteabilidade ou um regime regional específico de propriedade intelectual farmacêutica.
2. Homologação de registros farmacêuticos e produtos para a saúde	A Rede Centro-Americana de Autoridades Reguladoras de Medicamentos (REDCAM) promove a convergência regulatória, o fortalecimento das autoridades nacionais e o intercâmbio de informações sobre farmacovigilância, alertas sanitários e boas práticas de fabricação. A Comissão Técnica Regional de Medicamentos (CTRM) coordena a harmonização de políticas farmacêuticas e a avaliação de produtos.	Avanços institucionais concretos em harmonização e cooperação regulatória, embora não equivalham a um registro sanitário único e automaticamente válido em todos os países.
3. Compras conjuntas	A Negociação Conjunta COMISCA® permite pré-qualificar fornecedores e negociar preços regionais para que as instituições nacionais realizem suas próprias contratações. Inclui medicamentos, dispositivos médicos, reagentes e insumos de saúde[9].	Mecanismo regional operacional e sustentado. A plataforma institucional informa uma estimativa de economia acumulada de US$ 209,8 milhões até 2025 e 84 medicamentos negociados.

[7] TOBAR Sebastián, CAMPOS María de los Ángeles, HERNÁNDEZ DE AYALA María Melisa. "*Integración regional en salud en Centroamérica y República Dominicana: logros y oportunidades*". Alerta. 2024;7(1):122-124. DOI: 10.5377/alerta.v7i1.17494. Disponible en: https://www.lamjol.info/index.php/alerta/article/view/17494/21144

[8] www.mcr-comisca.org

[9] https://www.negociacionconjunta.comisca.org/

4. Produção regional e desenvolvimento de capacidades para a soberania sanitária	A estratégia regional de medicamentos e outras tecnologias em saúde 2023–2027, juntamente com o fortalecimento regulatório e a cooperação entre países, oferece uma estrutura para melhorar o acesso e as capacidades institucionais[10].	Avanços nas capacidades regulatórias e de acesso, mas as evidências consultadas não permitem afirmar a existência de uma política regional consolidada de produção farmacêutica, de vacinas ou de princípios ativos, nem de uma cadeia produtiva integrada sob a condução do COMISCA.

Fonte: Construção própria a partir da análise de documentos oficiais da SE-COMISCA

O COMISCA/SE-COMISCA destaca-se por contar com um mecanismo regional de negociação conjunta que opera de forma regular, ao contrário de iniciativas que permanecem principalmente no nível dos acordos políticos. O mecanismo gera economias de escala, mas cada instituição nacional mantém a responsabilidade de realizar as compras[11].

Sob a perspectiva da soberania sanitária, os quatro critérios apresentam diferentes níveis de desenvolvimento:

- ***Patentes:*** não se verifica uma política regional comum.
- ***Regulação:*** existem redes e instâncias técnicas de convergência.
- ***Compras***: existe um mecanismo regional operacional, com resultados econômicos documentados.
- **Produção:** persiste o desafio de transformar a cooperação e as capacidades nacionais em uma estratégia produtiva regional integrada.

O caso COMISCA demonstra que a integração sanitária pode avançar de forma concreta por meio de instrumentos técnicos e econômicos, mesmo sem alcançar uma integração plena em matéria de propriedade intelectual ou produção industrial.

Comunidade Andina: Integração fragmentada e estratégias diferenciadas

A integração em saúde na Comunidade Andina é um processo de cooperação entre Bolívia, Colômbia, Equador e Peru para coordenar políticas sanitárias, reduzir desigualdades de acesso e fortalecer a capacidade de resposta diante de desafios comuns[12]. O ORAS-CONHU desempenha um papel central ao articular autoridades de saúde, promover cooperação técnica e impulsionar iniciativas regionais.

A agenda andina abrange vigilância epidemiológica, saúde pública, acesso a medicamentos, harmonização de normas e registros sanitários e formação de recursos humanos. A cooperação permite compartilhar conhecimentos, coordenar respostas a ameaças transfronteiriças e explorar mecanismos para ampliar o acesso a tecnologias de saúde.

[10] https://negociacionconjunta.comisca.org/repositorio

[11] https://www.negociacionconjunta.comisca.org/quienes-somos

[12] MARCHIORI BUSS, Paulo; TOBAR, Sebastián; FEO, Oscar; MATIDA, Alvaro; HOIRISCH; Claudia. "*A Saúde nos Processos de Integração de América Latina e do Caribe*". Publicado en MARCHIORI BUSS, Paulo e TOBAR, Sebatián (ORG) "Diplomacia de la Salud y Salud Global: Perspectivas Latino Americanas". Publicado por la Editora Fiocruz. Río de janeiro, Agosto de 2017. Páginas. 421-484.:il;tab;graf. ISBN: 978-85-7541-497-2.

Em um contexto de desigualdades sociais, restrições orçamentárias e dependência de mercados externos, a integração sanitária andina representa uma oportunidade para fortalecer a equidade, a capacidade de negociação conjunta e a soberania sanitária regional, avançando na articulação de políticas, recursos e capacidades produtivas. Na Tabela 4 analisamos a saúde na Comunidade Andina com base nos quatro critérios apontados.

Tabela 4: COMUNIDADE ANDINA — Avanços no processo de integração em saúde sobre critérios específicos

Critério	O que o ORAS/CONHU fez?	Balanço resumido
1. Política regional de patentes ou critérios regionais de patenteamento	A Política Andina de Medicamentos aborda explicitamente o impacto da propriedade intelectual no acesso a medicamentos e propõe a utilização das flexibilidades existentes. Também propôs a harmonização de critérios e políticas. Em 2009, foi proposta a produção pública e a realização de parcerias entre países para desenvolver a produção regional[13].	Houve um avanço político-conceitual, mas não existe uma política andina comum de patenteamento farmacêutico. Não há critérios regionais vinculantes de patenteabilidade nem uma patente farmacêutica andina única.
2. Homologação de registros farmacêuticos e produtos para a saúde	A CAN e a ORAS-CONHU acordaram trabalhar na harmonização do Registro Sanitário de Medicamentos em nível andino. Existe, além disso, uma estrutura técnica — o Comitê Andino de Acesso a Medicamentos — e foram impulsionados processos de harmonização de políticas, critérios regulatórios e farmacovigilância[14].	Avanço importante na convergência regulatória, mas não foi estabelecido um registro sanitário único andino com reconhecimento automático generalizado.
3. Compras conjuntas	É uma das áreas com maior histórico. Houve compras conjuntas de medicamentos antimaláricos e, posteriormente, um mecanismo de compra andina calendarizada por meio do Fundo Estratégico da OPAS (2011–2014). Em 2022, decidiu-se iniciar uma nova negociação de preços e, em 2023, priorizaram-se medicamentos oncológicos e para hepatite C. Em 2026, a REMSAA aprovou formalmente a Negociação Conjunta de Preços de Medicamentos Essenciais, Estratégicos e de Alto Custo[15].	Avanço concreto e recorrente. A negociação conjunta passou de experiências pontuais para uma agenda institucionalizada de negociação regional. Em 2026, encontra-se em uma nova etapa de consolidação.
4. Produção regional e desenvolvimento de capacidades	A Política Andina de Medicamentos propôs explicitamente a produção pública de medicamentos, alianças estratégicas entre países, a produção regional de medicamentos e produtos	Agenda de soberania sanitária explícita, com evolução da proposta de produção regional para novas capacidades institucionais. No entanto, ainda não existe uma cadeia

[13] https://orasconhu.org/documentos/Politicaandinamedicamentos2009.pdf

[14] https://www.comunidadandina.org/notas-de-prensa/secretaria-general-de-la-can-y-organismo-andino-de-salud-firman-convenio-para-implementar-acciones-en-conjunto

[15] https://www.comunidadandina.org/notas-de-prensa/presentan-plan-de-trabajo-de-organismo-andino-de-salud-2

para a soberania sanitária	biológicos e a pesquisa nacional. Em 2026, foi acrescentada a criação do Laboratório Andino de Inovação em Saúde, voltado para o fortalecimento das capacidades regionais[16].	farmacêutica andina integrada comparável a uma indústria regional comum.

Fonte: Construção própria a partir da análise de documentos oficiais da Comunidade Andina

As prioridades sanitárias recentes incluem atenção primária, saúde materna e infantil, políticas interculturais, vigilância epidemiológica e genômica, imunização, negociação conjunta de medicamentos de alto custo e fortalecimento de recursos humanos.

CARICOM: Integração compatível com a cooperação norte-americana

A integração em saúde na CARICOM é uma estratégia regional voltada para ampliar o acesso aos serviços, reduzir desigualdades e fortalecer a capacidade de resposta dos países diante de ameaças comuns. Ela se desenvolve por meio da coordenação entre governos, instituições regionais e organismos especializados, especialmente a CARPHA e a OPAS.

A agenda inclui vigilância epidemiológica, prevenção e controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, cooperação regulatória, acesso a medicamentos e tecnologias de saúde, além do fortalecimento dos sistemas sanitários. Também abrange iniciativas de aquisição conjunta e o desenvolvimento de capacidades produtivas regionais, fundamentais para pequenos Estados insulares vulneráveis a interrupções nas cadeias internacionais de suprimentos.

Diante da alta exposição a desastres naturais, da dependência de importações e das limitações de escala, a integração sanitária caribenha busca reforçar a resiliência, a autonomia estratégica e a segurança sanitária regional, articulando capacidades, recursos e mecanismos de cooperação.

Na Tabela 5 analisamos a saúde no MERCOSUL com base nos quatro critérios apontados.

Tabela 5: CARICOM — Avanços no processo de integração em saúde sobre critérios específicos

Critério	O que o CARICOM /CARPHA fez?	Balanço resumido
1. Política regional de patentes ou critérios regionais de patenteamento	A Política Farmacêutica do Caribe (2013) incorporou a propriedade intelectual como um componente da política farmacêutica regional e analisou seus efeitos sobre o acesso a medicamentos. Também reconheceu a necessidade de utilizar as flexibilidades de propriedade intelectual. A política apontava, no entanto, que os sistemas nacionais de patentes estavam pouco desenvolvidos e que ainda não existia uma estratégia regional consolidada de patenteamento farmacêutico[17].	Avanço político, mas integração limitada. Não existe um regime regional de patenteamento farmacêutico nem critérios regionais comuns de patenteabilidade.
2. Homologação de registros	É provavelmente a área mais avançada. O CARICOM criou o	Um avanço institucional muito significativo. Ainda não se trata de um

[16] https://orasconhu.org/documentos/Politicaandinamedicamentos2009.pdf
[17] https://carpha.org/Portals/0/Documents/Caribbean_Pharmaceutical_Policy-2013.pdf

farmacêuticos e produtos para a saúde	Caribbean Regulatory System (CRS), administrado pela CARPHA. O CRS realiza avaliações abreviadas de medicamentos e vacinas utilizando decisões de autoridades regulatórias de referência e recomenda os produtos aos Estados para autorização/importação. Desde 2017, recomendou centenas de produtos[18].	registro único obrigatório, mas funciona como um mecanismo regional de confiança mútua e convergência regulatória. Em 2025, o CARICOM avançava no sentido de transformar o CRS em um órgão regulador regional mais eficiente[19].
3. Compras conjuntas	Os países da CARICOM utilizam mecanismos de compras conjuntas, principalmente o Fundo Estratégico da OPAS. O relatório *Caribbean Cooperation in Health IV* aponta que os 15 países da CARICOM haviam firmado acordos com o Fundo Estratégico da OPAS para compras conjuntas. Além disso, existe o Serviço de Aquisição de Produtos Farmacêuticos da OECS, que constitui outro mecanismo regional importante para os países do Caribe Oriental[20].	Um avanço concreto, embora as compras não estejam centralizadas exclusivamente na CARICOM/CARPHA. Elas se apoiam fortemente em mecanismos regionais da OPAS e da OECS.
4. Produção regional e desenvolvimento de capacidades para a soberania sanitária	A CARICOM/CARPHA avançou no fortalecimento de capacidades regulatórias, vigilância, laboratórios, farmacovigilância e preparação para emergências. Em 2025, a CARPHA e a OPAS organizaram um processo especificamente voltado para fortalecer os sistemas regulatórios nacionais e supranacionais e facilitar capacidades de produção regional[21].	Agenda em construção. Há desenvolvimento de capacidades e um objetivo explícito de produção regional, mas ainda não existe uma indústria farmacêutica regional integrada comparável a uma política industrial sanitária comum.

Fonte: Construção própria a partir da análise de documentos oficiais do CARICOM e fontes secundÁrias

Em comparação com os outros blocos que estamos estudando, o CARICOM/CARPHA possui uma experiência particularmente concreta de integração regulatória.

O ***Caribbean Regulatory System*** (CRS) atua como autoridade de referência internacional. A ***CARPHA/CRS*** realiza avaliações abreviadas e fórmula recomendações regionais, cabendo ao ***CARICOM*** decidir sobre a autorização ou importação. O sistema baseia-se no princípio da ***"reliance"*** (confiança/utilização de avaliações de terceiros): os pequenos Estados não precisam reproduzir individualmente todo o processo de avaliação regulatória quando podem utilizar a avaliação de uma autoridade de referência.

[18] https://carpha.org/What-We-Do/CRS/Caribbean-Regulatory-System-1/CRS-Statement

[19] https://www.paho.org/en/news/27-3-2025-paho-and-carpha-collaborate-strengthen-national-and-supranational-regulatory-systems

[20] https://www.carpha.org/Portals/0/Publications/CCH-IV-Regional-Public-Good-Report_final.pdf

[21] https://www.paho.org/en/news/27-3-2025-paho-and-carpha-collaborate-strengthen-national-and-supranational-regulatory-systems?

A Integração Regional em Saúde nos tempos do segundo governo Trump

A pergunta que levantamos nesta seção é: *Qual é a relação entre essas iniciativas de integração regional em saúde e as políticas impulsionadas pela Casa Branca?* Nesse sentido, nossa principal referência é a "*America First Global Health Strategy*", promovida pelo governo Trump, buscando analisar possíveis conflitos ou formas de cooperação nessa arquitetura.

A estratégia da Administração Trump redefine a cooperação sanitária internacional a partir de uma lógica centrada nos interesses nacionais dos Estados Unidos. Sua premissa é que toda ação em saúde global deve gerar benefícios diretos para o país, reduzir riscos que possam afetar seu território e promover a assunção de maiores responsabilidades financeiras por parte dos parceiros. Nessa abordagem, a saúde global é explicitamente integrada às prioridades de segurança, à política externa e aos objetivos econômicos norte-americanos.

Articula-se em três eixos que reorientam a cooperação sanitária internacional para objetivos de segurança, autossuficiência e projeção econômica dos Estados Unidos.

Os Estados Unidos estão passando de um modelo de diplomacia da saúde que era relativamente multilateral e apoiado em intermediários — incluindo programas da USAID — para um modelo bilateral, contratual e condicionado, por meio de acordos específicos com os países. Nesse modelo, não se prioriza, *prima facie*, a relação com blocos como Mercosul, SICA, Comunidade Andina ou CARICOM.

A diplomacia sanitária empreendida pelo governo Trump deixa de se apresentar apenas como cooperação para o desenvolvimento e passa a integrar-se explicitamente como uma estratégia de segurança nacional, soberania sanitária, geopolítica e competição internacional. Na estratégia de saúde global atualmente em curso, os Estados Unidos obtêm, em contrapartida ao seu financiamento, maior acesso a informações sobre patógenos e dados sanitários, surgindo explicitamente o objetivo de contrapor-se à influência chinesa.

Isso permite interpretar a *"America First Global Health Strategy"* não simplesmente como uma redução da ajuda, mas como uma reconfiguração da relação entre cooperação sanitária e política externa norte-americana[22].

Uma questão particularmente relevante é que a soberania dos dados e os acordos firmados por Washington na área da saúde, além de serem bilaterais, vinculam a cooperação financeira ao intercâmbio de dados sanitários e de patógenos. Isso tem gerado controvérsias sobre soberania, privacidade e quem detém o controle dos benefícios derivados desses dados.

[22]É possível identificar três eixos desta estratégia: O ***primeiro eixo, "Uma América mais segura"***, prioriza a vigilância epidemiológica, a detecção precoce e a resposta rápida a surtos, visando impedir que ameaças sanitárias externas afetem o território norte-americano. ***O segundo eixo, "Uma América mais forte",*** propõe substituir parte da cooperação tradicional por acordos bilaterais plurianuais com metas verificáveis e compromissos financeiros crescentes por parte dos países parceiros, os quais devem aumentar seus gastos nacionais em saúde e assumir progressivamente o financiamento de pessoal e insumos. O ***terceiro eixo, "Uma América mais próspera"***, busca promover a inovação sanitária norte-americana e expandir internacionalmente suas tecnologias e produtos médicos, integrando a saúde à estratégia econômica e de influência externa do país. https://ebs.publicnow.com/view/D0E64F8154C1D853444DF0FC08628D32DA1141B7

A estratégia “America First” está moldando uma nova modalidade de cooperação sanitária bilateral na qual assistência, transição para o financiamento nacional, segurança sanitária, intercâmbio de dados e competição geopolítica aparecem integrados em um mesmo instrumento. Os acordos bilaterais constituem um laboratório dessa nova arquitetura. O desafio para a América Latina e o Caribe consiste em determinar se essa bilateralização pode coexistir com os mecanismos regionais e multilaterais existentes — OPAS/OMS, CELAC, MERCOSUL, SICA, Comunidade Andina e CARICOM — ou se tenderá a fragmentar a cooperação sanitária regional e a deslocar a definição de prioridades dos espaços coletivos para relações bilaterais assimétricas.

Na tabela 6 analisamos os quatros processos de integração em relação a possíveis constrangimentos com Washington.

Tabela 6: Os quatro processos e sua relação com Washington

Espaço	Projeto de Integração	Principais Temas Atuais	Relação com os EUA	Pontos de tensão
MERCOSUL	União Aduaneira, Mercado Regional e Coordenação Econômica	Comércio, UE-Mercosul; China; Infraestrutura, Energia, Alimentos e Minerais Críticos	Relação principalmente bilateral com Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Não existe acordo comercial EUA/Mercosul.	A WDC negocia país por país e utiliza instrumentos comerciais em relação ao Brasil e a outros parceiros.
SICA	Integração Centro-Americana	Segurança, Migração, Infraestrutura, Comércio, Energia, Mudanças Climáticas	Alta Cooperação dos EUA em Segurança, Migração e Comércio	A agenda de segurança dos EUA predomina sobre a agenda propriamente integracionista.
COMUNIDADE ANDINA	Integração econômica e política andina	Comércio Intrarregional; Infraestrutura; Migração, Segurança e Drogas	Relações Diferenciadas com a Colômbia, o Equador, o Peru e a Bolívia	Diferenças entre países em relação à China, à segurança da Venezuela e à autonomia regional
CARICOM	Mercado Comum e coordenação política e diplomática	Segurança; Energia, Alimentos; Mudanças Climáticas, Haiti, Arábia Saudita e Mobilidade	Cooperação muito intensa com os EUA em segurança, energia e resiliência	Vulnerabilidade econômica e estratégica do Caribe e crescente relação com a China

Fonte: Construção própria

O ***MERCOSUL*** é provavelmente o caso em que a questão da autonomia regional aparece com maior clareza. O bloco tem uma dimensão que transcende o comércio: pretende constituir um espaço de negociação coletiva. Isso é particularmente relevante em relação a:

- ✓ China;
- ✓ União Europeia;
- ✓ Estados Unidos;
- ✓ Investimentos em infraestrutura;
- ✓ Energia;
- ✓ Alimentos;
- ✓ Minerais críticos;
- ✓ Cadeias Regionais de Valor

A política comercial dos EUA de 2026 é orientada pela reciprocidade e pela proteção dos interesses produtivos norte-americanos. Essa política busca reduzir barreiras comerciais e utilizar acordos e tarifas para abrir mercados aos produtos dos EUA.

O caso do Brasil, um dos maiores Estados-membros, é particularmente ilustrativo. Em junho de 2026, o Representante Comercial dos Estados Unidos decidiu que determinadas políticas brasileiras eram passíveis de ação sob a Seção 301 e, posteriormente, impôs uma tarifa adicional de 25% sobre certos produtos brasileiros.

Isso tem uma dimensão regional: o Brasil detém o principal peso econômico e político do Mercosul; portanto, uma relação conflituosa entre Washington e Brasília repercute indiretamente na capacidade de atuação do bloco.

Ao mesmo tempo, os EUA mantêm mecanismos bilaterais com a Argentina. O comércio bilateral de bens e serviços atingiu aproximadamente US$ 29,9 bilhões em 2025, e ambos os países dispõem de um Acordo-Quadro sobre Comércio e Investimentos (TIFA) como mecanismo institucional para questões comerciais e de investimento.

Atualmente, o MERCOSUL implica uma relação estratégica que envolve não apenas o bloco, mas também a sua relação com a União Europeia, a China, a região da Ásia-Pacífico, a África e os próprios Estados Unidos.

O bloco torna-se um espaço importante na disputa pela configuração econômica da América do Sul.

O caso da ***América Central-Sistema de Integração Centro Americana/SICA*** é diferente. Os Estados Unidos mantêm uma relação histórica muito mais intensa com os países individualmente e com o sistema regional de segurança.

A agenda tradicional dos EUA para a América Central tem articulado aspectos ligados à ***segurança***, a ***migração***, o ***narcotráfico***, ao ***crime organizado***, a questões de ***fronteiras***, à própria ***governabilidade*** e ao ***comércio***.

O precedente mais claro é a "***Central America Regional Security Initiative***" (CARSI), concebida como um mecanismo norte-americano de assistência e cooperação em segurança regional.

O SICA tenta construir uma agenda regional centro-americana; Washington tende a estruturar boa parte de sua relação em torno de problemas transnacionais de segurança. Não são necessariamente agendas contraditórias, mas possuem centros de gravidade diferentes.

Nesse sentido, é possível identificar algumas ***oportunidades para o SICA***, que pode atuar como:

- Plataforma de coordenação regional;
- Mecanismo de gestão de migrações;
- Espaço de cooperação diante de desastres;
- Mecanismo de integração econômica

Mas também como interlocutor regional para políticas de segurança promovidas pelos EUA. Por isso, a América Central representa, provavelmente, o caso em que a interdependência com Washington é mais profunda.

No caso da ***Comunidade Andina***, um Bloco Andino Integrado tem maior capacidade para:

- Negociar coletivamente
- Estabelecer normas comuns
- Coordenar políticas
- Aumentar o poder de negociação

A estratégia de negociação bilateral promovida pelos Estados Unidos pode representar uma janela de oportunidades para:

- negociar individualmente
- diferenciar incentivos
- responder a governos específicos
- priorizar temas de segurança

Essa tensão é particularmente importante para os países andinos.

No caso do ***CARICOM***, apresenta-se um modelo de integração compatível com a cooperação dos Estados Unidos. O CARICOM apresenta uma situação distinta, uma vez que os Estados Unidos têm fortes interesses em segurança marítima, narcotráfico, tráfico de armas, migrações, energia, a questão do Haiti, infraestrutura, mudanças climáticas e estabilidade política. Observa-se certa convergência de interesses, como se pode notar pelo fato de que, em fevereiro de 2026, o Secretário de Estado Marco Rubio participou de uma reunião do CARICOM e encontrou-se com a Primeira-Ministra de Trinidad e Tobago; a conversa abordou explicitamente segurança energética, narcotráfico, armas e cooperação em segurança.

Washington reconhece a CARICOM como interlocutor regional, mas a relação é fortemente estruturada em torno de segurança e energia. O mecanismo mais representativo é a *Caribbean Basin Security Initiative (CBSI)*, que trabalha com países caribenhos nas áreas de segurança marítima, tráfico de armas, crime transnacional, fronteiras e fortalecimento institucional.

Existe também uma relação comercial institucionalizada: os Estados Unidos utilizam um Acordo-Quadro de Comércio e Investimento (TIFA) com a CARICOM para abordar prioridades comerciais e de investimento.

A CARICOM demonstra que *a integração regional não entra necessariamente em conflito com Washington quando suas instituições regionais podem ser incorporadas a mecanismos de cooperação norte-americanos.*

A presença da China na região modifica e interfere nos possíveis cenários de integração regional. Nesse sentido***, a questão não é apenas analisar a relação entre os EUA e os processos de integração regional, mas também considerá-la em relação à China, à UE e a outros atores globais***.

A preocupação norte-americana com a presença chinesa na América Latina é explícita: o Departamento de Estado vê a expansão econômica chinesa como um problema de dependência e uma ameaça à infraestrutura, à tecnologia e à soberania. Isso ganha especial importância para:

- **MERCOSUL** → China como grande mercado de commodities;
- **Países Andinos** → minerais críticos, infraestrutura e comércio;
- **América Central** → infraestrutura, portos e logística;
- **CARICOM** → energia, infraestrutura, portos e conectividade

Por fim, analisaremos agora como a "Estratégia de Saúde Global 'América em Primeiro Lugar'" se articula ou é compatível com os quatro critérios postulados que favorecem os processos de integração em saúde. Nesse sentido, foi elaborada a Tabela 7, que sintetiza e compara os quatro processos de integração com a *"America First Global Health Strategy".*

Tabela 7: MERCOSUL, COMUNIDADE ANDINA, SICA, CARICOM e *America First Global Health Strategy comparação sobre critérios selecionados*

	MERCOSUL	**Comunidade Andina**	**SICA**	**CARICOM**	***America First Global Health Strategy***
1. Política regional de patentes ou critérios regionais de patentes	Coordenação limitada; não há política regional comum de patentes.	Debate político sobre PI, mas sem regime andino unificado.	Negociação conjunta não implica política regional de patentes.	Política farmacêutica menciona PI, porém sem harmonização regional.	Promove inovação dos EUA; não cria regime regional latino-americano.[23].
2.Homologação de registros farmacêuticos e produtos para a saúde	Harmonização normativa via SGT 11; não há registro único.[24].	Cooperação regulatória nas negociações conjuntas.[25].	Cooperação regulatória nas negociações conjuntas.[26].	*Caribbean Regulatory System* é o mecanismo mais avançado; avaliações regionais abreviadas[27].	Acordos bilaterais; não estabelece sistema supranacional[28]

[23] https://ebs.publicnow.com/view/D0E64F8154C1D853444DF0FC08628D32DA1141B7
[24] https://normas.mercosur.int/public/normativas/2072
[25] https://www.comunidadandina.org/notas-de-prensa/secretaria-general-de-la-can-y-organismo-andino-de-salud-firman-convenio-para-implementar-acciones-en-conjunto/
[26] https://negociacionconjunta.comisca.org/
[27] https://www.paho.org/en/news/14-1-2021-caribbean-public-health-agencycaribbean-regulatory-system-and-paho-agree-share-non
[28] https://ebs.publicnow.com/view/D0E64F8154C1D853444DF0FC08628D32DA1141B7

3. Compras conjuntas	Cooperação técnica, mas sem mecanismo geral consolidado.	Experiências pontuais; não há mecanismo comparável ao COMISCA. [29].	Mecanismo robusto e contínuo; economias significativas[30].	Utiliza Fundo Estratégico e mecanismos sub-regionais; não centralizado [31]..	Foco em acordos bilaterais; não promove compras regionais.
4. Produção regional e desenvolvimento de capacidades para a soberania sanitária	Harmonização facilita cadeias produtivas, mas sem política integrada.	Marco cooperativo; produção regional ainda limitada.	Negociação não garante produção local.	CARICOM e CARPHA Fortalece capacidades regulatórias e produtivas emergentes. [32]	Expande mercados para produtos dos EUA; não implica transferência tecnológica.

Fonte*:* Construção Própria

Conclusões

Os processos de integração regional em saúde na América Latina e no Caribe evidenciam uma reconfiguração das arquiteturas políticas e institucionais do hemisfério, marcada pela sobreposição de iniciativas sub-regionais e pela crescente influência de dinâmicas geopolíticas externas. A ***integração sanitária torna-se um componente da disputa pela arquitetura geopolítica do hemisfério***, revelando que a saúde deixou de ser apenas um campo técnico e passou a constituir um vetor estratégico na competição por autonomia, capacidade de decisão e inserção internacional.

A atuação dos Estados Unidos emerge como elemento estruturante dessa conjuntura. A política sanitária estadunidense, orientada por objetivos de segurança, comércio e competição tecnológica, combina cooperação seletiva com mecanismos regionais e uma preferência sistemática por acordos bilaterais. Essa combinação produz um padrão de interação que, embora não vise explicitamente "***enfraquecer***" a integração, tende a fragmentar iniciativas coletivas e a limitar a formação de posições regionais autônomas. Blocos como SICA e CARICOM mostram maior compatibilidade com essa lógica, enquanto MERCOSUL, Comunidade Andina e CELAC enfrentam tensões derivadas de seus esforços para ampliar a soberania sanitária e reduzir dependências estruturais.

Apesar dessas pressões, os mecanismos regionais demonstram capacidade de produzir bens públicos sanitários e instrumentos de cooperação de alta relevância. O COMISCA consolidou um mecanismo operacional de negociação conjunta; o CARICOM, por meio do *Caribbean Regulatory System*, avançou na construção de uma autoridade regulatória supranacional; a Comunidade Andina institucionalizou a negociação conjunta e propôs capacidades produtivas regionais; e o MERCOSUL aprofundou sua harmonização normativa e cooperação produtiva. Esses avanços indicam que *a integração sanitária pode gerar resultados concretos mesmo em contextos de assimetria, restrições fiscais e dependência tecnológica.*

[29] https://www.orasconhu.org/es/medicamentos
[30] https://negociacionconjunta.comisca.org/
[31] https://iris.paho.org/handle/10665.2/53910
[32] https://www.paho.org/en/news/27-3-2025-paho-and-carpha-collaborate-strengthen-national-and-supranational-regulatory-systems

Por fim, a análise revela que a disputa geopolítica entre Estados Unidos e China atravessa todos os processos de integração, influenciando prioridades, instrumentos e margens de autonomia dos países latino-americanos e caribenhos. A região enfrenta, portanto, uma competição entre modelos de governança: a concertação política da CELAC, as arquiteturas sub-regionais, o sistema panamericano da OPAS e a nova estratégia hemisférica impulsionada por Washington. O desafio central consiste em transformar a integração sanitária em um mecanismo de fortalecimento da soberania regional, capaz de articular capacidades produtivas, harmonização regulatória e negociação conjunta, reduzindo vulnerabilidades estruturais e ampliando a capacidade de ação coletiva.

África na governança global: representação, paz e integração regional

África en la gobernanza mundial: representación, paz e integración regional

Africa in global governance: representation, peace and regional integration

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este informe analisa, em dois contextos distintos, as prioridades apresentadas pela União Africana durante a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81), em Nova Iorque, e as prioridades debatidas pela CEDEAO na sua reunião em Lagos, na Nigéria. A União Africana renovou a defesa de assentos permanentes africanos no Conselho de Segurança, com direitos equivalentes, incluindo veto enquanto este existir, e de financiamento previsível para operações de paz lideradas pela UA. Destacou também a participação plena e significativa das mulheres nos processos de paz, sobretudo na região dos Grandes Lagos, e impulsionou uma agenda de alto nível para a saúde materno-infantil, orientada pelos "Três Zeros": zero partos domiciliares, zero mortes maternas e neonatais evitáveis e zero crianças não vacinadas. O texto examina ainda o planeamento da CEDEAO para 2026–2030 e o quadro de despesas 2027–2029. Entre as prioridades figuram segurança regional, diálogo com a Aliança dos Estados do Sahel, implementação gradual do Eco, infraestruturas estratégicas, soberania alimentar, transformação digital, autonomia financeira, governação inclusiva, parcerias e reforma institucional. Em síntese, o informe sustenta que o potencial demográfico, económico, geográfico e humano de África deve ser convertido em influência política coordenada, sistemas de saúde resilientes e uma África Ocidental mais integrada, pacífica e próspera.

Palavras-chave: União Africana; Reforma Das Nações Unidas; Mulheres, Paz E Segurança; Saúde Materno-Infantil; Integração Regional.

Resumen: *Este informe analiza, en dos contextos distintos, las prioridades presentadas por la Unión Africana durante el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU81), en Nueva York, y las debatidas por la CEDEAO en su reunión de Lagos, Nigeria. La Unión Africana renovó su demanda de representación africana permanente en el Consejo de Seguridad, con los mismos derechos, incluido el veto mientras este exista, y de financiación previsible para las operaciones de paz dirigidas por la UA. También destacó la participación plena y significativa de las mujeres en los procesos de paz, especialmente en la región de los Grandes Lagos, e impulsó una agenda de alto nivel de salud materno-infantil centrada en los "Tres Ceros": cero partos domiciliarios, cero muertes maternas y neonatales evitables y cero niños sin vacunar. El texto examina además la planificación de la CEDEAO para 2026–2030 y el marco de gastos 2027–2029. Sus prioridades incluyen seguridad regional, diálogo con la Alianza de Estados del Sahel, aplicación gradual del Eco, infraestructuras estratégicas, soberanía alimentaria, transformación digital, autonomía financiera, gobernanza inclusiva, alianzas y reforma institucional. En conjunto, el informe sostiene que el potencial demográfico, económico,*

geográfico y humano de África debe convertirse en influencia política coordinada, sistemas sanitarios resilientes y una África Occidental más integrada, pacífica y próspera.

Palabras clave: *Unión Africana; Reforma De Las Naciones Unidas; Mujeres, Paz Y Seguridad; Salud Materno-infantil; Integración Regional.*

Abstract: *This report examines, in two distinct contexts, the priorities advanced by the African Union during the 81st United Nations General Assembly (UNGA81) in New York and those discussed by ECOWAS at its meeting in Lagos, Nigeria. The African Union renewed its demand for permanent African representation on the UN Security Council, with equal rights, including veto power while it remains in force, and called for predictable financing for AU-led peace operations. It also emphasized women's full and meaningful participation in peace processes, particularly in the Great Lakes region, and advanced a high-level maternal and child health agenda focused on the "Three Zeros": zero home births, zero preventable maternal and neonatal deaths, and zero unvaccinated children. The report further examines ECOWAS planning for 2026–2030 and the 2027–2029 expenditure framework. Priorities include regional security, dialogue with the Alliance of Sahel States, gradual implementation of the Eco, strategic infrastructure, food sovereignty, digital transformation, financial autonomy, inclusive governance, stronger partnerships, and institutional reform. Overall, the document argues that Africa's demographic, economic, geographic, and human potential must be converted into coordinated political influence, resilient health systems, and a more integrated, peaceful, and prosperous West African community.*

Keywords: *African Union; United Nations Reform; Women, Peace and Security; Maternal And Child Health; Regional Integration.*

Participação da União Africana na UNGA81

Conselho de Segurança

A longa campanha de África pela representação permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas está novamente em foco na 81ª Assembleia Geral da ONU, com os líderes a renovarem os apelos à reforma de um órgão cujos cinco membros permanentes permaneceram inalterados desde 1945.

A posição da União Africana (UA) na 81ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (UNGA81) centrou-se em três eixos principais: reforma do Conselho de Segurança com assentos permanentes para África (com direito de veto, conforme o Consenso de Ezulwini), financiamento previsível das operações de paz lideradas pela UA e participação substantiva das mulheres nos processos de paz e segurança, além de prioridades em saúde materno-infantil e governação global.

O Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, aproveitou o seu discurso final para renovar o seu apelo à reforma do Conselho de Segurança, dizendo que este deve tornar-se mais representativo e refletir melhor as realidades geopolíticas atuais.

Sob calorosos aplausos, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, insistiu que a África deve ter pelo menos um assento no Conselho de Segurança. "Um Conselho de Segurança do século 21 sem assentos permanentes para a África é injusto e indefensável", disse ele aos líderes, acrescentando: "Isso precisa mudar".

O Vice-Presidente da Nigéria, Kashim Shettima, ao fazer a declaração nacional do Presidente Bola Tinubu, apelou a pelo menos dois assentos permanentes para África, com poderes de veto enquanto o veto existir, bem como cinco assentos não permanentes para o continente.

O Presidente do Gana, John Mahama, fez um apelo semelhante: "A reforma do Conselho de Segurança não é um favor para África; é um imperativo para a legitimidade, credibilidade e sobrevivência das Nações Unidas".

Os apelos renovados destacam a escala da procura de África. Mas traduzi-los num acordo que mude a estrutura do Conselho continua a ser uma tarefa muito mais difícil.

Um processo de reforma que estagnou. O Conselho de Segurança tem 15 membros: cinco membros permanentes, China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, e 10 membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Os cinco membros permanentes têm poder de veto, permitindo que qualquer um deles bloqueie uma resolução substantiva do Conselho. Nenhum país africano tem assento permanente. No entanto, África continua a ser central para grande parte do trabalho do Conselho. Em 2025, o Conselho adotou 44 resoluções, incluindo 24 ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que abrange medidas como sanções e autorizações para o uso da força. Dezoito dessas 24 resoluções do Capítulo VII diziam respeito a África.

Para o professor Ibrahim Gambari, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros nigeriano e antigo Representante Permanente nigeriano na ONU, a questão não é simplesmente geográfica.

"O *status quo* não está realmente interessado em mudanças", disse ele à Al Jazeera. "Na nomeação do Secretário-Geral, não se pode ser candidato a menos que cada um dos cinco membros permanentes concorde. Portanto, temos o privilégio do P5 não eleito, do qual eles não querem abrir mão."

Gambari disse que a ausência de África era difícil de justificar, dada a dimensão do continente e a quantidade de negócios do Conselho de Segurança que o envolvem.

"No caso de África, temos todo um continente que tem o maior bloco único, mas não tem assento permanente no Conselho de Segurança", disse ele.

Recorde-se, a Assembleia Geral lançou o processo de negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança em 2008. As conversações abrangem a dimensão do Conselho, as categorias de membros, a representação regional e o veto, e continuaram através de sucessivas sessões da Assembleia Geral sem acordo sobre as questões centrais.

A alteração dos membros permanentes do Conselho também exigiria uma alteração à Carta das Nações Unidas. Nos termos do artigo 108º, isso exige a aprovação de dois terços da Assembleia Geral e a ratificação de dois terços dos membros da ONU, incluindo todos os cinco membros permanentes.

Isto dá aos membros permanentes existentes um papel formal em qualquer mudança no sistema que lhes conceda membros permanentes e poder de veto.

Nigéria quer um assento permanente

Quais países africanos acabariam por ocupar quaisquer novos assentos permanentes é outra questão não resolvida. A Nigéria tem-se apresentado consistentemente como um país preparado para assumir tal papel. Na Assembleia Geral deste ano, o país renovou o seu apelo a pelo menos dois assentos africanos permanentes com todos os direitos e responsabilidades de membro permanente, incluindo o veto enquanto existir. Fola Aina, cientista político e especialista em segurança internacional da Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), de Londres, disse à Al Jazeera que a questão também tinha um significado particular para a Nigéria. "Assegurar esta posição elevaria essencialmente a influência diplomática global da Nigéria, daria a África uma voz contínua nas decisões de segurança internacional e concederia à Nigéria o poder para consolidar a sua posição como hegemonia regional e potência média", disse ele. "O momento do avanço da Nigéria é particularmente estratégico, dada a atual era de competição estratégica."

A Nigéria não está sozinha na procura de um papel permanente. O Egipto e a África do Sul também procuraram a representação permanente, enquanto outros estados africanos manifestaram interesse.

A União Africana, no entanto, não selecionou países específicos para ocupar os assentos propostos. A sua posição comum apela a pelo menos dois assentos africanos permanentes e cinco assentos não permanentes num Conselho alargado, com a UA a determinar quais os países que deverão representar o continente.

A questão do veto

Mesmo que se chegasse a acordo sobre quem deveria representar África, permaneceria outro obstáculo: o veto.

O Consenso de Ezulwini da União Africana apela a que quaisquer membros africanos permanentes tenham os mesmos direitos e privilégios que os membros permanentes existentes, incluindo o poder de veto enquanto o veto continuar a fazer parte do sistema do Conselho.

Os governos africanos argumentaram, portanto, que a adição de assentos permanentes sem poderes equivalentes não resolveria totalmente o desequilíbrio que procuram corrigir.

Isso deixa duas questões distintas: se o Conselho deveria expandir-se e que poderes receberiam quaisquer novos membros permanentes.

Uma questão de influência

Gambari argumenta que a ausência de África também afeta o trabalho diário do Conselho.

"Todas estas missões de manutenção da paz em África baseiam-se no mandato do Conselho de Segurança", disse ele. "Os P5 atribuem a si próprios o papel de detentores de pena, o que dificilmente permite que países africanos não permanentes eleitos iniciem projetos de resolução que afetem a sua região."

Ele disse que o desequilíbrio também era visível na forma como as missões do Conselho de Segurança operam no continente.

"Mesmo as missões do Conselho de Segurança em África não são hoje lideradas por africanos. Como podem as partes em disputa ter confiança numa equipa deste tipo?" ele disse. "Mesmo para a relevância contínua do Conselho de Segurança, este tem de ser reformado para que África possa ter representantes na categoria de assento permanente."

Para Favor Aniezi, um defensor nigeriano da criatividade e da juventude, a questão também é sobre quem tem influência nas decisões que afetam o continente.

"Além da representação, a ausência de África nos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU é uma questão de saber quem é a voz que molda as decisões que afetam o continente", disse ela à Al Jazeera. "Como jovem nigeriana, penso que é importante que África não esteja apenas presente quando as instituições globais discutem os nossos desafios, mas que tenha um papel significativo na decisão de como esses desafios são abordados. Não devemos simplesmente estar representados à mesa, África deve ter uma voz com peso para influenciar o que acontece nela."

Por enquanto, as questões centrais permanecem por resolver: quantos novos membros permanentes deveriam existir, que países africanos ocupariam os assentos, se receberiam poder de veto e se os membros permanentes existentes aceitariam as mudanças. "Enquanto continuarem a aderir a esta fórmula anacrónica, as reformas serão difíceis de alcançar", disse Gambari.

No discurso do Presidente angolano João Lourenço (que, na prática, fez eco da posição da UA), foi destacado o apoio pleno ao Consenso de Ezulwini e à necessidade de "soluções africanas para conflitos em África", bem como a implementação efetiva da Resolução 2719 do Conselho de Segurança, que deve assegurar financiamento previsível, adequado e sustentável para operações de paz lideradas pela UA e autorizadas pela ONU.

Especialistas em relações internacionais consideram que o discurso do João Lourenço serviu para reafirmar, a partir da tribuna da ONU, posições e preocupações que atravessam o continente africano, com destaque para a defesa do direito internacional, da diplomacia e de uma maior participação de África nas decisões globais.

Reunião de alto nível sobre Mulheres, Paz e Segurança

À margem da AGNU81, a União Africana convocou uma reunião de alto nível sobre Mulheres, Paz e Segurança (*Women, Peace and Security*, WPS), reunindo Sua Majestade a Rainha Mathilde dos Belgas, Mahmoud Ali Youssouf, Presidente da Comissão da União Africana, Prof. François Havyarimana, Ministro da Educação Nacional e Pesquisa Científica do Burundi, representando S.E. Évariste Ndayishimiye, Presidente do Burundi e Presidente *pro tempore* da UA, e Amina Mohammed, Secretária-Geral Adjunta da ONU, para reafirmar o imperativo de garantir a participação plena, igual e significativa das mulheres nos esforços para promover uma solução política para a crise no leste da República Democrática do Congo.

Sua Majestade a Rainha Mathilde sublinhou o papel indispensável das mulheres como agentes de paz, líderes comunitárias e construtoras de confiança. Embora as mulheres e as raparigas sejam desproporcionadamente afetadas pelos conflitos, também estão na vanguarda dos esforços para prevenir a violência, apoiar as comunidades e reconstruir a coesão social. As suas vozes e liderança devem, portanto, refletir-se em todos os processos de paz.

O Presidente Youssouf reafirmou o compromisso da UA com a agenda WPS, em linha com a Agenda 2063, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, o Protocolo de Maputo e o Plano de Ação Continental. Sublinhou que a participação das mulheres deve ser substantiva e transversal; não periférico ou simbólico, e que o conhecimento, a liderança e as capacidades de mediação das mulheres africanas devem traduzir-se numa influência real e sustentada.

Enfatizou a necessidade de passar dos compromissos políticos para ações concretas, incluindo a garantia da representação das mulheres na mediação e nas negociações, nos mecanismos de monitorização e verificação do cessar-fogo e nas instituições responsáveis pela implementação dos acordos de paz. Ele também destacou a importância de abordar os fatores estruturais do conflito, incluindo a exclusão, a desigualdade e a exploração dos recursos naturais.

O Presidente Youssouf apelou a um maior apoio às mulheres mediadoras e às organizações da sociedade civil, recursos dedicados para a participação efetiva das mulheres e a sua inclusão na implementação, monitorização e verificação dos processos de paz, incluindo os processos Luanda — Nairobi.

Saudou ainda o lançamento do Plano Estratégico 2026-2028 do Gabinete do Enviado Especial da UA para as Mulheres, Paz e Segurança como um passo importante para traduzir os compromissos políticos em ações mensuráveis e reforçar a influência das mulheres nos processos de paz e segurança.

A Secretária-Geral Adjunta da ONU, Amina J. Mohammed, reafirmou o compromisso das Nações Unidas em trabalhar com a UA, a UE e outros parceiros para reforçar a participação significativa das mulheres nos processos de paz e segurança. Ela sublinhou a importância de traduzir os compromissos em resultados mensuráveis e de garantir que as mulheres não só estejam presentes à mesa, mas sejam capazes de moldar as decisões e os resultados.

Representando o Presidente do Burundi e Presidente *pro tempore* da União Africana, o Ministro da Educação reafirmou o compromisso do Burundi em promover a liderança das mulheres na construção da paz e na prevenção de conflitos. A contribuição também destacou a importância de vincular as agendas MPS e Juventude, Paz e Segurança, reconhecendo as mulheres e os jovens como atores indispensáveis na construção de uma paz sustentável.

A reunião também reconheceu a liderança de Angeline Ndayishimiye, primeira-dama do Burundi, no avanço da agenda WPS e no empoderamento das mulheres.

A mensagem era clara: a paz sustentável na região dos Grandes Lagos exige que as mulheres participem de forma significativa e estrutural no processo – desde a mediação e negociação até à implementação, monitorização e verificação.

O evento reuniu mulheres mediadoras, diplomatas, ministros dos Negócios Estrangeiros e enviados especiais e foi moderado pela Embaixadora Liberata Mulamula, Enviada Especial da UA para as Mulheres, Paz e Segurança.

Eventos de alto nível de Chefes de Estado e de Governo à margem da AGNU81

A UA também promoveu, na UNGA81, um evento paralelo de alto nível sobre saúde materno-infantil, com a participação de Chefes de Estado e de Governo, da Comissão da UA e do CDC África, reforçando a prioridade continental à redução da mortalidade materna e infantil e ao fortalecimento dos sistemas de saúde.

Os Chefes de estado e de Governo emitiram um comunicado que a seguir apresentamos na íntegra:

> ***Nós**, Chefes de Estado e de Governo e representantes de alto nível dos Estados-Membros da União Africana, da Comissão da União Africana, dos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC), bem como representantes dos parceiros de desenvolvimento, participantes no Evento Paralelo de Alto Nível organizado sob a liderança de S. Exª Drª Samia Suluhu Hassan, Presidente da República Unida da Tanzânia e Campeã da União Africana para a Saúde Materna e Infantil;*
>
> ***Recordando** a Decisão AU/Dec.25(XXXIX) da 39ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana, de fevereiro de 2026, que designou S. Exª Drª Samia Suluhu Hassan como Campeã da União Africana para a Saúde Materna e Infantil, elevando assim a saúde materna, neonatal, infantil e dos adolescentes ao mais alto nível da agenda política e de desenvolvimento do continente;*
>
> ***Recordando ainda** a Agenda 2063 da União Africana, em particular a Aspiração 1 e o Objetivo 3 relativos a cidadãos saudáveis e bem nutridos; o Roteiro de Saúde da UA até 2030 e Além; a Agenda para a Segurança e Soberania Sanitária de África (AHSS); o Plano de Ação de Maputo Revisto; a CARMMA-Plus; e a Estratégia Continental de Imunização, no âmbito dos quais os Três Zeros — Zero Partos Domiciliários, Zero Mortes Maternas e Neonatais Evitáveis e Zero Crianças Não Vacinadas — constituem um compromisso político comum para uma ação acelerada;*
>
> ***Profundamente preocupados** com o facto de África continuar a representar quase 70% das mortes maternas no mundo e quase dois terços (62%) das mortes de crianças menores de cinco anos, quase metade dos nados-mortos a nível mundial e mais de metade das crianças de dose zero, enquanto a maioria dos Estados-Membros da União Africana continua fora da trajetória necessária para alcançar as metas 3.1 e 3.2 dos ODS até 2030;*
>
> ***Tomando nota** das conclusões da avaliação continental do Africa CDC sobre políticas, financiamento e dados de prestação de serviços de saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes (SRMNIA) nos 55 Estados-Membros da União Africana — o quadro continental mais completo desta crise alguma vez reunido — conforme apresentado no relatório do Africa CDC sobre as Causas e Determinantes da Mortalidade Materna e Infantil, que demonstra que o principal desafio que África enfrenta hoje já não é a falta de soluções conhecidas, eficazes e acessíveis, mas a incapacidade dos sistemas de saúde de as disponibilizar de forma fiável, equitativa e em escala;*
>
> ***Tomando ainda nota, com preocupação**, de que o financiamento interno insuficiente, a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, o espaço orçamental limitado e a fragmentação do financiamento, agravados pela fraca tradução das prioridades nacionais em dotações orçamentais, desembolsos atempados e prestação de serviços na linha da frente, continuam a comprometer uma cobertura sustentável e equitativa dos serviços essenciais de saúde, sobretudo*

para mulheres, recém-nascidos, crianças e adolescentes em contextos de elevada carga, mal servidos, frágeis e de difícil acesso;

Afirmando *que a saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes constitui um teste decisivo da soberania sanitária de África, do seu capital humano e do desenvolvimento sustentável; que a soberania sanitária deve, em última instância, ser medida pelo acesso fiável e atempado de cada mulher, recém-nascido, criança e adolescente africano a cuidados de qualidade; e que o progresso rumo aos Três Zeros proporcionará simultaneamente um capital humano mais forte hoje e sistemas de saúde mais resilientes e soberanos amanhã;*

Afirmando ainda *que o avanço da sobrevivência materna, neonatal e infantil deve igualmente refletir a visão de África para uma arquitetura mundial da saúde reformada, no âmbito da Agenda AHSS, na qual os Estados-Membros exerçam maior apropriação das suas prioridades de saúde, as instituições africanas desempenhem um papel reforçado de coordenação e facilitação, e as instituições mundiais e os parceiros alinhem o seu financiamento e apoio com prioridades determinadas a nível nacional e continental;*

Em resposta direta aos objetivos definidos para este Evento Paralelo de Alto Nível — elevar a emergência silenciosa das mortes maternas, neonatais e infantis evitáveis, mobilizar ações concretas lideradas pelos países e galvanizar parcerias alinhadas em torno do Roteiro da Campeã da UA para a SRMNIA — ***nós,*** *Chefes de Estado e de Governo e representantes de alto nível dos Estados-Membros da União Africana, comprometemo-nos a:*

I. *Elevar e manter a atenção política sobre a emergência silenciosa das mortes maternas e infantis evitáveis. Comprometemo-nos a manter a saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes, incluindo os Três Zeros, como prioridade permanente e inegociável nas agendas nacionais e continentais; a utilizar evidências validadas geradas pelos nossos próprios países e dados de desempenho para identificar desigualdades e estrangulamentos; e a assegurar que mortes maternas e neonatais evitáveis desencadeiem revisão, ação corretiva e seguimento.*

II. *Mobilizar ações concretas, lideradas pelos países e financiadas internamente, rumo aos Três Zeros. Comprometemo-nos a traduzir a atenção política em resultados concretos e mensuráveis, aumentando progressiva e sustentadamente o financiamento interno; melhorando a priorização, execução e responsabilização orçamental; complementando os recursos internos com financiamento externo alinhado; investindo em planos de SRMNIA de apropriação nacional e prontos para implementação; e transformando os cuidados de saúde primários na principal plataforma de prestação de serviços de SRMNIA equitativos, integrados e de qualidade, incluindo sistemas comunitários de saúde robustos, redes de referência e cuidados de emergência.*

III. *Em conformidade com o princípio de que os Estados-Membros lideram, as instituições africanas coordenam e facilitam, e os parceiros se alinham e apoiam, mobilizar e alinhar os parceiros com as prioridades nacionais, com clara responsabilização. Comprometemo-nos a mobilizar recursos complementares e assistência técnica dos parceiros em apoio a planos e sistemas de apropriação nacional; a reduzir a fragmentação e a implementação paralela; e a acompanhar compromissos, financiamento, prontidão dos serviços e resultados através de mecanismos nacionais e do Quadro de Resultados e Painel Continental de SRMNIA, elevando os obstáculos não resolvidos para ação técnica ou política.*

IV. *Prestar contas e ser responsabilizados ao mais alto nível político. Comprometemo-nos a apresentar anualmente à Assembleia da União Africana, pelos canais apropriados, os progressos nacionais rumo aos Três Zeros, utilizando o Quadro de Resultados e Painel Continental de*

SRMNIA; e a convocar uma revisão bienal ao nível dos Chefes de Estado, presidida pela Campeã da União Africana para a Saúde Materna e Infantil, para avaliar o progresso coletivo, identificar estrangulamentos persistentes e ajustar a resposta continental.

Apelamos aos nossos parceiros — OMS, UNFPA, UNICEF, Gavi, STBF, Fundação Gates, Fundo Global, KCA, GLN, PMNCH e todos os parceiros atuais e futuros — para que se alinhem com esta agenda continental e:

***V.** Alinhem o financiamento, a assistência técnica e a inovação com prioridades de SRMNIA de apropriação nacional e prontas para implementação, orçamentos nacionais, sistemas de prestação e necessidades subnacionais, em vez de iniciativas paralelas ou fragmentadas;*

***VI.** Disponibilizem recursos previsíveis, flexíveis e de longo prazo que complementem e reforcem o financiamento interno sustentável, melhorem a proteção financeira e traduzam compromissos em financiamento atempado e prestação eficaz de serviços na linha da frente;*

***VII.** Reforcem as capacidades de prestação e de soberania sanitária de África, incluindo a força de trabalho e os sistemas comunitários, os mecanismos de referência e a prontidão dos serviços, a transformação digital, a segurança dos produtos de saúde, a aquisição conjunta e o acesso a produtos de SRMNIA de qualidade fabricados em África através dos mecanismos continentais pertinentes, incluindo o Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta (APPM), a Plataforma para a Fabricação Harmonizada de Produtos de Saúde em África (PHAHM), a Agência Africana de Medicamentos (AMA) e, conforme pertinente, o Acelerador da Fabricação de Vacinas em África (AVMA);*

***VIII.** Reforcem os sistemas nacionais de dados, vigilância da mortalidade, monitorização e responsabilização, incluindo a Vigilância e Resposta às Mortes Maternas e Perinatais (MPDSR) e a utilização pelos países do Quadro de Resultados e Painel Continental de SRMNIA, utilizando plataformas nacionais existentes e evitando encargos adicionais de reporte paralelo.*

Reafirmamos, por conseguinte, a nossa determinação coletiva de tornar excecionais em toda a África as mortes maternas, neonatais e infantis evitáveis; de traduzir os Três Zeros de compromissos políticos em resultados mensuráveis para cada comunidade; e de fazer da sobrevivência e do bem-estar das mulheres e crianças de África uma medida determinante da soberania sanitária do nosso continente.

Adotado em Nova Iorque, aos 23 de setembro de 2026.

Endossado por representantes dos Estados-Membros da União Africana: Argélia; Angola; Benim; Botsuana; Burundi; Cabo Verde; República Centro-Africana; Chade; Comores; Costa do Marfim; Djibuti; República Democrática do Congo; Egito; Guiné Equatorial; Eswatini; Etiópia; Gabão; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné-Bissau; Quénia; Lesoto; Libéria; Líbia; Madagáscar; Malawi; Moçambique; Namíbia; Nigéria; Ruanda; Senegal; Seicheles; Serra Leoa; Somália; África do Sul; Sudão do Sul; Sudão; Tanzânia; Togo; Uganda; Zâmbia; Zimbabué.

Endossado por representantes dos órgãos da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais: Comissão da União Africana; CDC África; Comunidades Económicas Regionais (CER).

testemunhado pelos nossos parceiros: Instituições das Nações Unidas e multilaterais: UNFPA, UNICEF, OMS; Instituições de financiamento e prestação da saúde mundial: Gavi, Fundo

Global; Parceiros filantrópicos e financeiros: STBF (*Susan Thompson Buffett Foundation*), Fundação Gates, KCA (*Keep a Child Alive*); Plataformas globais de liderança e parceria: GLN (*Global Leaders Network for Women's, Children's and Adolescents' Health*) e PMNCH (*Partnership for Maternal, Newborn & Child Health*).

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO

Os Diretores das Instituições e Agências da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reuniram-se em final de setembro, em Lagos, na Nigéria, para alinhar e finalizar o seu Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) para o período 2027–2029 com as prioridades estratégicas do mandato 2026–2030, antes da análise e aprovação do Orçamento-Programa para 2027.

Os trabalhos foram oficialmente inaugurados e prestigiados pelo Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO, Oluwatosin Anthony Ogunjimi, em representação do General Birame DIOP, Presidente da Comissão da CEDEAO.

No seu discurso de boas-vindas, o Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO esclareceu que as prioridades estratégicas da nova gestão não substituem nem a Visão 2050 da CEDEAO nem o Quadro Estratégico Comunitário 2023–2027. O seu objetivo é, antes, concentrar a atenção nos resultados que deverão ser acelerados durante o período 2026–2030, posicionando simultaneamente o ano de 2026 como um período de transição e redefinição de prioridades e o ano de 2027 como o primeiro ano completo de implementação.

Na sua perspetiva, o Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) deve ser mais do que uma simples compilação de propostas ou uma lista de atividades prioritárias. Deve evidenciar as ações identificadas, os resultados esperados, os recursos necessários e o calendário de implementação para o período 2027–2030. Daí a necessidade de proceder a uma análise coletiva das intervenções propostas, identificar áreas de colaboração, entidades líderes e entidades contribuintes, eliminar duplicações e fragmentações e direcionar os recursos limitados para intervenções que ofereçam maior valor acrescentado regional e maior potencial de impacto.

"Devemos igualmente respeitar as obrigações estatutárias, os compromissos legais e os programas em curso que se revelem mais eficazes. As novas propostas devem, por conseguinte, ser analisadas à luz dos limites de recursos disponíveis, das capacidades de implementação e do custo de oportunidade associado aos compromissos já existentes ", afirmou o Vice-Presidente Ogunjimi.

Os trabalhos resultaram:

- no alinhamento estratégico efetivo;
- na definição de prioridades;
- no reforço da harmonização e da colaboração;

- ❖ na elaboração de um quadro de despesas credível e devidamente orçamentado;
- ❖ na preparação de um plano de trabalho para 2027 assente em planos realistas de aquisição e desembolso, indicadores de desempenho e metas claramente definidos, mecanismos claros de responsabilização, bem como um calendário consensualizado para o acompanhamento e a apresentação de relatórios.

Estratégias 2026-2030

Contexto, desafios e necessidade de um novo impulso

A entrada em funções da nova Administração da Comissão da CEDEAO para o período 2026–2030 ocorre num momento particularmente decisivo para o futuro da integração da África Ocidental. A Comunidade enfrenta um conjunto de desafios de natureza política, securitária, económica, humanitária e geopolítica, com profundas implicações para a sua estabilidade, o aprofundamento do processo de integração e a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. As atuais clivagens no seio do espaço comunitário, as transições políticas resultantes de mudanças inconstitucionais de Governo, o crescente distanciamento de alguns Estados-Membros em relação à CEDEAO, a persistência da ameaça terrorista e a reconfiguração dos equilíbrios geopolíticos internacionais impõem à Comunidade a necessidade de adaptar a sua governação, reforçar os seus mecanismos institucionais e ajustar os seus métodos e instrumentos de ação às novas realidades regionais e internacionais.

Neste contexto, a prioridade não poderá limitar-se à preservação dos ganhos alcançados. Deverá, antes, centrar-se, entre outros aspetos, na restauração da confiança, na consolidação da unidade regional e na revitalização do projeto comunitário, conciliando três imperativos fundamentais: reforçar a integração e a unidade regionais, assegurar o respeito pela igualdade soberana dos Estados e responder de forma mais eficaz às aspirações das populações.

Esta abordagem deverá ser acompanhada por uma aceleração da implementação dos principais eixos do processo de integração regional, designadamente nos domínios da segurança coletiva, da governação democrática e do Estado de Direito, da implementação do Eco, do desenvolvimento das infraestruturas regionais, do reforço da soberania alimentar, da transformação digital, da livre circulação de pessoas, bens e serviços, bem como da mobilização de recursos para o financiamento das prioridades comunitárias.

Uma CEDEAO com forte potencial de crescimento

A reflexão sobre o futuro da CEDEAO não deverá, contudo, limitar-se aos desafios que atualmente se colocam. Para além das crises e das profundas transformações em curso, a região dispõe de fundamentos estruturais e de potencialidades significativas que a posicionam como um dos espaços com maior capacidade de transformação nas próximas décadas.

A CEDEAO dispõe de importantes vantagens estratégicas, designadamente uma população de várias centenas de milhões de habitantes, maioritariamente jovem, um vasto mercado regional, recursos naturais e energéticos consideráveis, um significativo potencial agrícola, uma posição marítima de elevada relevância estratégica, centros urbanos dinâmicos,

uma diáspora particularmente expressiva e uma localização geográfica privilegiada, no cruzamento de importantes fluxos económicos mundiais.

A **juventude da população** constitui, simultaneamente, um desafio em matéria de educação, formação e emprego, e uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento, a inovação e a industrialização. Neste contexto, a valorização do capital humano, com particular atenção à juventude e às mulheres, deverá assumir-se como uma das prioridades estratégicas de longo prazo da Comunidade.

A esta dinâmica demográfica acresce a abundância dos **recursos naturais e energéticos** da região. A sua valorização, transformação local e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais constituem uma importante oportunidade para aumentar o valor acrescentado gerado no espaço comunitário e promover uma maior integração das economias dos Estados-Membros.

A **posição geográfica** da CEDEAO constitui igualmente um ativo estratégico de elevada relevância. Com doze Estados-Membros dotados de fachada marítima, a Comunidade beneficia de uma abertura privilegiada para o Atlântico e ocupa uma posição de importância no cruzamento de fluxos comerciais que ligam a África, a Europa e as Américas. Esta realidade oferece oportunidades significativas para o aprofundamento da cooperação e da integração regional nos domínios do comércio, das infraestruturas portuárias, da logística, da pesca, da energia *offshore* e da economia azul.

Paralelamente, a **rápida urbanização** e a emergência de **grandes metrópoles** regionais contribuem para a formação de um mercado de dimensão considerável. O aprofundamento do mercado comunitário, a livre circulação, a redução dos entraves ao comércio e o desenvolvimento das infraestruturas poderão, assim, converter a dinâmica demográfica numa importante vantagem económica para a região.

O desafio estratégico consiste, por conseguinte, em transformar as potencialidades individuais dos diferentes Estados-Membros numa força coletiva, capaz de reforçar o peso da Comunidade nos equilíbrios económicos e geopolíticos do continente e do mundo. Esta ambição está plenamente alinhada com a Visão 2050 da CEDEAO, que preconiza a construção de uma Comunidade plenamente integrada, pacífica, próspera, inclusiva e dotada de instituições fortes.

Estratégicas para 2026–2030

A Visão 2050 da CEDEAO, "*Uma CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para Todos*", continua a constituir o principal referencial político desta nova fase, a que se junta o Pacto sobre o Futuro da Integração Regional na África Ocidental. A sua credibilidade dependerá, contudo, da capacidade de traduzir os seus compromissos e orientações em resultados concretos, tangíveis e perceptíveis pelas populações. As decisões da 69ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo constituem igualmente, em larga medida, uma importante linha orientadora da ação da Comunidade.

- **Paz, segurança e autonomia estratégica regional**

A segurança constitui a condição primordial para a concretização de qualquer ambição de desenvolvimento e de integração regional. Esta ambição deverá ser acompanhada por uma

abordagem abrangente e integrada, que contemple a prevenção de conflitos, o reforço das capacidades de informação e análise, o controlo das fronteiras, o combate aos tráficos ilícitos e o reforço da cooperação marítima. A CEDEAO deverá igualmente continuar a reforçar os seus mecanismos de mediação, prevenção e resolução de crises. No curto prazo, a prioridade deverá centrar-se na operacionalização da Brigada Regional de Luta contra o Terrorismo em 2027, bem como no subsequente reforço da Força em Estado de Alerta. Neste âmbito, caberá à Comissão envidar os esforços necessários para superar os constrangimentos de natureza organizacional, logística, financeira e política que possam dificultar a implementação da decisão adotada pelos Chefes de Estado e de Governo.

- **Diálogo regional e relações com a AES**

No atual contexto de reconfiguração do espaço da África Ocidental, a CEDEAO deverá privilegiar uma abordagem assente no diálogo, na proximidade e no pragmatismo, procurando assegurar que as divergências de natureza institucional e política não evoluam para uma clivagem duradoura entre os diferentes espaços que compõem a região. Neste quadro, as relações com a Aliança dos Estados do Sahel (AES) deverão continuar a ser abordadas numa perspetiva de preservação dos interesses comuns e de manutenção de canais de diálogo e comunicação política.

Deverá ser dada particular atenção aos domínios em que a interdependência regional permanece significativa, nomeadamente o comércio, a mobilidade de pessoas e bens, as infraestruturas, os transportes, a energia, a agricultura e a gestão dos recursos transfronteiriços, numa primeira fase, em conformidade com a orientação preconizada pelo Negociador-Chefe da CEDEAO. Numa segunda fase, o diálogo entre a CEDEAO e a AES poderá igualmente abranger questões relacionadas com a paz e a segurança, o combate ao terrorismo e a criminalidade transfronteiriça.

O objetivo não deverá consistir em procurar alcançar uma uniformidade institucional imediata, mas sim em preservar as condições necessárias para uma futura convergência regional, salvaguardando os laços históricos, humanos, culturais, económicos e geográficos que unem os povos da África Ocidental.

Esta abordagem permitirá à CEDEAO manter-se como um espaço aberto ao diálogo e à procura de soluções concertadas, capaz de superar as clivagens conjunturais e de preservar, a longo prazo, as perspetivas de construção de uma Comunidade da África Ocidental mais integrada, estável e próspera.

- **Novo impulso ao processo de integração monetária**

A implementação do **Eco** deverá prosseguir de forma pragmática e gradual, procurando evitar que o projeto de integração monetária se converta numa nova fonte de divergências no seio da Comunidade.

O objetivo deverá consistir na construção progressiva de um espaço monetário credível, estável e economicamente sustentável. Neste sentido, a Comissão deverá apoiar a abordagem gradual preconizada pelos Chefes de Estado e de Governo, contribuindo para a criação das condições necessárias à concretização efetiva do lançamento do Eco.

❖ **Infraestruturas e integração física**

Os corredores Abidjan–Lagos e Abidjan–Dakar–Praia deverão, nomeadamente, ser considerados infraestruturas estratégicas prioritárias para o reforço da soberania económica e da integração regional.

O desenvolvimento coordenado dos setores dos transportes, da energia, da água e das infraestruturas digitais deverá contribuir para a redução dos custos logísticos, o reforço da conectividade regional e a dinamização do comércio intrarregional. Deverá ser conferida particular atenção à promoção e ao desenvolvimento do comércio intrarregional, enquanto um dos principais motores do crescimento económico, da integração dos mercados e do desenvolvimento sustentável da região.

❖ **Soberania alimentar e transformação do setor agrícola**

A segurança alimentar deverá afirmar-se como um dos pilares fundamentais da soberania regional. A aceleração da implementação do Roteiro Regional para o Arroz deverá ser acompanhada por uma estratégia abrangente orientada para o desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas, o reforço das capacidades de armazenamento e transformação, o acesso ao financiamento e a facilitação da circulação dos produtos agrícolas no espaço comunitário.

A adoção de uma política agrícola comum durante o novo mandato deverá constituir um objetivo estratégico de particular relevância. Esta orientação deverá contribuir para reduzir a dependência alimentar externa e para afirmar o setor agrícola como um dos principais motores do crescimento económico, da criação de emprego e do desenvolvimento sustentável da região.

❖ **Transformação digital e cibersegurança**

A transformação digital constitui um importante vetor transversal de modernização da Comunidade. A digitalização progressiva dos procedimentos, a interoperabilidade dos sistemas e a promoção de soluções digitais destinadas a facilitar as trocas e transações poderão contribuir significativamente para reforçar a dinâmica do processo de integração regional. Esta transformação deverá ser acompanhada por uma política regional ambiciosa em matéria de cibersegurança.

❖ **Governação financeira e autonomia na mobilização de recursos**

Nenhuma ambição política poderá ser sustentável a longo prazo sem uma adequada autonomia financeira. A regularização dos montantes em atraso relativos à Taxa Comunitária, estimados em cerca de 873 milhões de dólares, constitui uma prioridade imediata para a CEDEAO. Paralelamente, deverá prosseguir o processo de diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através do reforço da participação do setor privado, do desenvolvimento de parcerias público-privadas e da criação de novos instrumentos de financiamento, tendo em conta o contexto de redução progressiva dos apoios financeiros externos. Neste âmbito, a Comissão deverá envidar esforços no sentido de explorar e conceber mecanismos inovadores de financiamento, a serem submetidos à apreciação e aprovação dos Estados-membros, com vista ao financiamento de grandes projetos estruturantes e prioritários para a Comunidade. Entre as possibilidades a explorar, incluem-se os fluxos financeiros provenientes da diáspora, a exportação de determinadas matérias-primas não transformadas, a contribuição das empresas abrangidas pelo Regime de Liberalização do Comércio da CEDEAO,

a participação das grandes empresas do setor digital, bem como o acesso a fundos climáticos e outros mecanismos de financiamento sustentável. O objetivo deverá consistir em reforçar progressivamente a autonomia financeira da Comunidade e a sua capacidade de mobilizar, de forma previsível e sustentável, os recursos necessários à concretização das suas prioridades estratégicas.

- **Governação inclusiva e paridade**

A credibilidade do processo de integração passa igualmente pela sua capacidade de refletir a diversidade das sociedades da África Ocidental. A participação das mulheres nas instituições comunitárias deverá ser reforçada de forma progressiva, tendo em vista a concretização gradual do princípio da paridade.

A juventude deverá igualmente ser mais estreitamente associada à definição e à implementação das políticas comunitárias, enquanto parte integrante das forças vivas da região e do seu futuro. Ao longo do presente mandato, será fundamental reforçar a representação e a participação das mulheres no seio da Comissão e das instituições comunitárias, em consonância com o espírito e as orientações consagrados na Declaração Presidencial.

- **Projeção regional e parcerias estratégicas**

A CEDEAO deverá continuar a afirmar e a reforçar o seu papel diplomático, bem como a sua influência nos espaços africano e internacional. Neste quadro, deverá ser conferida particular atenção ao reforço das relações com a UEMOA, a União do Rio Mano, a OMVS, a OMVG, o Conselho da Entente e as demais organizações regionais.

A cooperação com os Estados vizinhos deverá igualmente ser aprofundada nos domínios de interesse comum, nomeadamente em matéria de segurança marítima no Golfo da Guiné, de prevenção e combate ao terrorismo e de luta contra a criminalidade transfronteiriça no Sahel e na bacia do Lago Chade.

Por fim, as parcerias internacionais deverão ser reforçadas e diversificadas, numa perspectiva de defesa dos interesses regionais, mobilização de investimentos, transferência de tecnologias e reforço das capacidades.

Governação interna da Comissão

O êxito desta nova etapa do processo de integração regional exige uma renovação da cultura de governação comunitária, assente numa abordagem mais consensual, inclusiva e orientada para os resultados.

A liderança da Comissão deverá assentar em quatro princípios orientadores: a igualdade soberana dos Estados, o diálogo permanente, a continuidade institucional e o sentido de serviço à Comunidade. A ação comunitária deverá procurar assegurar um equilíbrio constante entre o interesse regional e os interesses legítimos dos Estados-membros, no pleno respeito pela sua soberania e pelas respetivas especificidades nacionais. A continuidade institucional deverá igualmente ser preservada através de uma melhor capitalização dos ganhos e dos ensinamentos dos anteriores mandatos, bem como da valorização da experiência e dos conhecimentos

especializados acumulados no seio da Comunidade, nomeadamente mediante a mobilização dos antigos responsáveis e quadros da CEDEAO.

Esta dinâmica deverá ser sustentada pelo reforço da governação interna da Comissão, através de uma maior disciplina financeira, da racionalização dos procedimentos, do aperfeiçoamento do acompanhamento e avaliação, do reforço da responsabilização das estruturas, da modernização da comunicação institucional e de uma gestão mais estratégica dos recursos humanos.

O capital humano deverá, assim, ser considerado um dos principais ativos institucionais da Comunidade, ao serviço de uma Comissão mais eficaz, mais credível e cada vez mais orientada para a concretização efetiva dos objetivos de integração.

Com vista à concretização desta visão da Administração, o Presidente da Comissão convidará solenemente todo o pessoal da Comissão, de todas as categorias, a celebrar um pacto de responsabilidade assente nos seguintes valores e princípios:

Valores e princípios da CEDEAO	
Espírito de família	Uma família CEDEAO unida, mais forte na sua união
Positividade	Uma cultura de abertura, de procura de soluções e de impacto
O serviço acima de si próprio	As populações em primeiro lugar, sempre
Cada um fará a sua parte	Uma responsabilidade partilhada em prol de uma CEDEAO mais forte
Eu sou porque tu és	A nossa força reside uns nos outros
Respeito incondicional	Povos diversos, um destino comum
Solidariedade regional	Juntos somos mais fortes para construir uma região resiliente
Dignidade para todos	Um crescimento inclusivo, que não deixe ninguém para trás
Melhoria contínua	Uma instituição que aprende, evolui e produz resultados
Tolerância e paciência	Construir a confiança através da nossa diversidade

Com base nestes princípios e valores, será elaborada uma carta intitulada "*Os nossos compromissos comuns para o período 2026–2030*", que será submetida à assinatura de todo o pessoal da Comissão.

Perspetiva 2050: relançamento e crescimento coletivo

O período 2026–2030 deverá ser considerado uma etapa de preparação do futuro, tendo em vista o horizonte 2050. A CEDEAO dispõe de diversos fatores suscetíveis de sustentar um crescimento forte e duradouro, nomeadamente a dinâmica demográfica, a juventude da população, a urbanização, os recursos naturais e energéticos, o potencial agrícola, as infraestruturas, o digital, o comércio e a sua posição geográfica. Várias economias da região, nomeadamente a Nigéria, dispõem, além disso, de um considerável potencial de progressão na hierarquia económica mundial.

A questão estratégica consiste, por conseguinte, em transformar o crescimento das economias nacionais num efeito de dinamização regional e em passar progressivamente de uma simples agregação de economias nacionais para a constituição de um verdadeiro polo económico integrado.

A ambição de uma CEDEAO que, no horizonte 2050, se situe entre os grandes polos da economia mundial deverá, assim, ser encarada como uma perspetiva estratégica, assente nas suas potencialidades demográficas, económicas e geográficas. A sua concretização pressupõe, nomeadamente, a estabilidade política, a segurança, infraestruturas eficientes, um mercado comum efetivo, a livre circulação, a industrialização, a transformação local dos recursos, a segurança energética e alimentar, a revolução digital, o investimento no capital humano e o reforço da governação.

Nesta perspetiva, as dificuldades atualmente enfrentadas poderão igualmente constituir uma oportunidade para promover reformas. Estas circunstâncias convidam a uma reflexão sobre as modalidades de integração, com vista à construção de uma CEDEAO mais ágil, mais inclusiva, mais próxima dos Estados-membros e dos povos, mais orientada para os resultados e mais apta a responder às transformações geopolíticas contemporâneas.

O mandato 2026–2030 deverá, assim, afirmar-se como uma etapa de relançamento e consolidação do projeto de integração regional. Deverá contribuir para restaurar a confiança, preservar a unidade do espaço da África Ocidental, manter o diálogo com os países da AES, acelerar a implementação dos projetos estruturantes e investir na juventude e no capital humano.

Em última análise, a África Ocidental não carece de recursos, de talentos, de mercados nem de vantagens geográficas. O seu futuro dependerá da sua capacidade de transformar estas potencialidades nacionais numa força coletiva, integrada e sustentável.

A ambição da CEDEAO consiste em construir progressivamente "*uma Comunidade dos Povos plenamente integrada, pacífica e próspera, dotada de instituições fortes, respeitadora das liberdades fundamentais e empenhada num desenvolvimento inclusivo e sustentável*".

O mandato 2026–2030 deverá lançar os alicerces desta ambição e contribuir para fazer da integração regional não apenas um projeto institucional, mas também um verdadeiro instrumento de paz, prosperidade e afirmação coletiva, ao serviço dos povos da África Ocidental.

Liga Árabe e Organização da Cooperação Islâmica

Liga Árabe y Organización para la Cooperación Islámica

Arab League and Organization of Islamic Cooperation

Laura Tavares Soares

Resumo: Neste Informe tratamos de duas organizações muito relevantes que agrupam e representam países da Região MENA: a Liga Árabe e a Organização da Cooperação Islâmica. A *Liga Árabe*, ou *Liga dos Estados Árabes*, fundada em 1945, é composta por 22 territórios árabes situados no Oriente Médio. Esta organização visa intensificar os laços sociais e culturais entre os seus membros; ampliar a cooperação econômica e política; fortalecer a defesa dos territórios árabes e garantir a sua soberania. Não é incomum a ocorrência a ocorrência de conflitos de ordem política, econômica e religiosa entre os seus membros. Um dos principais conflitos geopolíticos regionais ocorre no território da Palestina: trata-se da luta do povo árabe palestino pelo reconhecimento de seu território em disputa com Israel, que ocupa posição central nas principais divergências diplomáticas identificadas em comum nos países árabes do Oriente Médio. Um dos principais eventos da Liga Árabe foi a 34ª Cúpula Árabe em Bagdá (Iraque) em maio de 2026, descrita e analisada neste Informe. Com o tema "*Bagdá da Paz Abraça as Causas Árabes*", a cúpula ocorreu em meio a tensões crescentes (conflitos envolvendo Irã, ataques no Golfo, instabilidade no Mar Vermelho e continuidade da crise em Gaza). Outro evento foi a *166ª Sessão Ordinária do Conselho Ministerial* (Cairo) em 7 de setembro de 2026 na sede da Liga no Cairo, colocando como ponto de pauta, além da questão palestina, o fortalecimento de mecanismos de segurança coletiva árabe com base em um Tratado de Defesa Conjunta. Outro evento importante foi a reunião de cooperação Liga Árabe–ONU (17ª edição) ocorrida durante a Assembleia Geral da ONU (ver Informe passado), com foco na paz, segurança, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e crises regionais (Palestina, Síria, Líbano, Iêmen, Líbia). Com relação à *Organização para a Cooperação Islâmica* (OCI/ OIC), criada em 1969, é uma organização intergovernamental com uma delegação permanente junto às Nações Unidas. Reúne 57 países, todos com expressiva população islâmica, do Oriente Médio, África, Ásia, América do Sul, e Europa. Seus objetivos são promover a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros e velar pela preservação dos lugares sagrados do islamismo. Além disso há princípios gerais com os quais os Estados-membros da Organização devem se comprometer. O *Programa de Ação da OIC 2026–2035* (aqui detalhado) é seu principal marco estratégico. Finalmente, este Informe trata do papel do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) na OCI/OIC – que funciona como o "braço econômico e financeiro" da organização.

Palavras-chave: Liga Árabe; Organização da Cooperação Islâmica; Oriente Médio; Palestina; Banco Islâmico de Desenvolvimento.

Resumen: *Este informe analiza dos organizaciones de gran relevancia que agrupan y representan a países de la región MENA: la Liga Árabe y la Organización para la Cooperación Islámica. La Liga Árabe, o Liga de los Estados Árabes, fundada en 1945, está integrada por 22 territorios árabes ubicados en Oriente Medio. Su objetivo es intensificar los lazos sociales y culturales entre sus miembros, ampliar la cooperación económica y política, fortalecer la defensa de los territorios árabes y garantizar su soberanía. Los conflictos políticos, económicos y religiosos entre sus miembros son frecuentes. Uno de los principales conflictos geopolíticos regionales se desarrolla*

en Palestina: la lucha del pueblo palestino por el reconocimiento de su territorio en disputa con Israel, que ocupa un lugar central en las principales discrepancias diplomáticas comunes entre los países árabes de Oriente Medio. Uno de los eventos más importantes de la Liga Árabe fue la 34.ª Cumbre Árabe, celebrada en Bagdad (Irak) en mayo de 2026, que se describe y analiza en este informe. Bajo el lema «Bagdad de la Paz abraza las causas árabes», la cumbre se celebró en medio de crecientes tensiones (conflictos con Irán, ataques en el Golfo, inestabilidad en el Mar Rojo y la crisis en curso en Gaza). Otro evento fue la 166.ª Sesión Ordinaria del Consejo Ministerial (El Cairo), celebrada el 7 de septiembre de 2026 en la sede de la Liga en El Cairo, que, además de la cuestión palestina, incluyó en su agenda el fortalecimiento de los mecanismos árabes de seguridad colectiva basados en un Tratado de Defensa Conjunta. Otro evento importante fue la reunión de cooperación Liga Árabe-ONU (17.ª edición), celebrada durante la Asamblea General de la ONU (véase el informe anterior), centrada en la paz, la seguridad, el desarrollo sostenible, los derechos humanos y las crisis regionales (Palestina, Siria, Líbano, Yemen y Libia). La Organización para la Cooperación Islámica (OCI), creada en 1969, es una organización intergubernamental con una delegación permanente ante las Naciones Unidas. Reúne a 57 países, todos con importantes poblaciones musulmanas, de Oriente Medio, África, Asia, Sudamérica y Europa. Sus objetivos son promover la solidaridad y la cooperación entre los Estados miembros y garantizar la preservación de los lugares sagrados del Islam. Además, existen principios generales a los que los Estados miembros de la Organización deben adherirse. El Programa de Acción de la OCI 2026-2035 (que se detalla aquí) constituye su principal marco estratégico. Por último, este informe aborda el papel del Banco Islámico de Desarrollo (BID) en la OCI, que funciona como el brazo económico y financiero de la organización.

***Palabras clave**: Liga Árabe; Organización para la Cooperación Islámica; Oriente Medio; Palestina; Banco Islámico de Desarrollo.*

***Abstract:** This report addresses two highly relevant organizations that group and represent countries in the MENA region: the Arab League and the Organization of Islamic Cooperation. The Arab League, or League of Arab States, founded in 1945, comprises 22 Arab territories located in the Middle East. This organization aims to intensify social and cultural ties among its members; expand economic and political cooperation; strengthen the defense of Arab territories and guarantee their sovereignty. Political, economic, and religious conflicts among its members are not uncommon. One of the main regional geopolitical conflicts occurs in the territory of Palestine: the struggle of the Palestinian Arab people for recognition of their disputed territory with Israel, which occupies a central position in the main diplomatic divergences identified in common among the Arab countries of the Middle East. One of the main events of the Arab League was the 34th Arab Summit in Baghdad (Iraq) in May 2026, described and analyzed in this report. With the theme "Baghdad of Peace Embraces Arab Causes," the summit took place amidst growing tensions (conflicts involving Iran, attacks in the Gulf, instability in the Red Sea, and the ongoing crisis in Gaza). Another event was the 166th Ordinary Session of the Ministerial Council (Cairo) on September 7, 2026, at the League's headquarters in Cairo, which, in addition to the Palestinian issue, included on its agenda the strengthening of Arab collective security mechanisms based on a Joint Defense Treaty. Another important event was the Arab League–UN cooperation meeting (17th edition) held during the UN General Assembly (see previous report), focusing on peace, security, sustainable development, human rights, and regional crises (Palestine, Syria, Lebanon, Yemen, Libya). Regarding the Organization of Islamic Cooperation (OIC), created in 1969, it is an intergovernmental organization with a permanent delegation to the United Nations. It brings together 57 countries, all with significant Muslim populations, from the Middle East, Africa, Asia, South America, and Europe. Its objectives are to promote solidarity and cooperation among*

member states and to ensure the preservation of Islam's holy sites. Furthermore, there are general principles to which the Organization's member states must commit. The OIC Action Programme 2026–2035 (detailed here) is its main strategic framework. Finally, this report addresses the role of the Islamic Development Bank (IsDB) in the OIC – which functions as the organization's "economic and financial arm".

Keywords: *Arab League; Organization of Islamic Cooperation; Middle East; Palestine; Islamic Development Bank.*

I — Liga Árabe

A Liga Árabe é uma organização internacional fundada em 1945 e composta por 22 territórios árabes situados no Oriente Médio e na região norte do continente africano. Entre esses territórios, está a Palestina. Chamada também de ***Liga dos Estados Árabes***, ela tem como objetivo intensificar os laços sociais e culturais entre os seus membros, além de ampliar a cooperação econômica e política.

Essa organização visa, ainda, a defesa dos territórios árabes para a garantia de sua soberania interna, embora não seja incomum a ocorrência de conflitos de ordem política, econômica e religiosa entre os seus membros.

Atualmente, reúne 22 países árabes: Argélia, Bahrein, Comores, Djibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Omã, Palestina, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Iêmen.

O mandato da Liga Árabe concentra-se no fortalecimento das relações entre seus Estados-membros, na coordenação de suas políticas e na cooperação entre eles, salvaguardando, ao mesmo tempo, a independência e a soberania de cada membro. Ao longo dos anos, a Liga Árabe criou estruturas para a cooperação panárabe em questões políticas, de segurança, econômicas e jurídicas.

Objetivos da Liga Árabe

A Liga Árabe foi concebida com o objetivo de estreitar e fortalecer os laços políticos, econômicos e culturais entre os países e os territórios árabes localizados no Oriente Médio e no norte do continente africano, bem como promover a coordenação de políticas a serem implementadas em cada uma dessas áreas. Essa organização intergovernamental foi criada também com o objetivo de mediar e solucionar os conflitos que acontecem entre os territórios que a integram.

Conflitos internos na Liga Árabe

Ainda que um dos objetivos da Liga Árabe seja a mediação de conflitos entre os seus membros, isso não significa que não tenha sido registrada uma série de confrontos entre esses países e territórios ao longo do tempo de vigência dessa organização. Os conflitos internos que aconteceram e ainda acontecem na Liga Árabe são de cunho político (territorial), econômico e religioso.

Uma das principais reivindicações internas no âmbito da Liga Árabe, e que caracteriza um conflito geopolítico regional, é a Questão da Palestina. Trata-se da luta do povo árabe palestino pelo reconhecimento de seu território, o que teve início antes mesmo da formação da

Liga Árabe e se estende até o presente. Essa disputa é travada com Israel, que ocupa posição central nas principais divergências diplomáticas identificadas em comum nos países árabes do Oriente Médio.

Cerca de uma década depois da formação da Liga Árabe, mais precisamente em 1956, o Egito enfrentou o que ficou conhecido como Crise de Suez ou Guerra de Suez, a disputa pelo controle do canal de Suez entre o país africano e Israel, que obteve suporte da França e da Grã-Bretanha. As tensões entre Israel e Egito foram parcialmente solucionadas com a assinatura de um Tratado de Paz, em 1979, o que rendeu ao país árabe a sua suspensão da Liga. Até mesmo a sede da organização deixou de ser no Cairo temporariamente. As relações entre o Egito e a Liga Árabe somente foram retomadas em 1987.

Entre a suspensão e a reintegração do Egito à Liga Árabe aconteceu a Guerra dos Seis Dias (1967), entre o Egito, a Jordânia e a Síria, e a guerra entre o Irã e o Iraque, motivadas pela implementação da Revolução Islâmica no território iraniano e por questões de natureza política. Em se tratando de desavenças políticas entre os membros da Liga Árabe, temos também a deflagração da Guerra do Golfo entre o Iraque e o Kwait, entre 1990 e 1991. Dois agravantes desse conflito, e que dividiram os países locais, foram o envolvimento da Arábia Saudita e a solicitação de suporte de tropas ocidentais.

Esses são apenas alguns dos conflitos internos na Liga Árabe. As guerras civis, como aquela que ocorreu no Líbano na década de 1980 e a que se estende na Síria desde 2011, podem também ser consideradas como disputas que acontecem no interior do grupo. Pensando ainda em 2011, temos o início da Primavera Árabe, que suscitou uma série de protestos e confrontos nos países em que ocorreu. Nesse contexto eclodiu a Revolução da Líbia, que provocou sua suspensão na Liga Árabe por causa da reação violenta do governo aos protestos organizados no país.

Não podemos deixar de mencionar, ademais, as próprias desavenças por motivos de hegemonia regional e internacional entre os países da Liga Árabe. Essa disputa de forças e, principalmente, de poder, de influência religiosa, política e econômica envolve a Arábia Saudita e o Irã.

Principais eventos da Liga Árabe em 2026

1º) *Nomeação e posse do novo Secretário-Geral*

Em março de 2026, os ministros das Relações Exteriores árabes nomearam por consenso o diplomata egípcio *Nabil Fahmy* (ex-ministro das Relações Exteriores do Egito em 2013-2014) como novo Secretário-Geral.

Ele assumiu o cargo em *1º de julho de 2026* (substituindo *Ahmed Aboul Ghe*it que concluiu dois mandatos). O mandato de *Fahmy* é de cinco anos.

Desde a posse, *Fahmy* tem enfatizado a necessidade de uma "agenda árabe renovada" focada em segurança coletiva, desenvolvimento e maior eficácia da organização diante das crises regionais.

2 º) ***34ª Cúpula Árabe em Bagdá*** *(Iraque) em maio de 2026*

A 34ª sessão ordinária da Cúpula da Liga Árabe foi realizada em Bagdá, com o tema "*Bagdá da Paz Abraça as Causas Árabes*", com o Iraque assumindo a presidência rotativa (sucedendo o Bahrein).

A cúpula ocorreu em **maio de 2026** (com eventos preparatórios associados).

Principais temas e resultados:

- Questão palestina no topo da agenda (cessar-fogo, ajuda humanitária a Gaza, rejeição a deslocamentos e a planos unilaterais israelenses).
- Criação de um fundo de assistência humanitária (Iraque comprometeu-se com US$ 40 bilhões).
- Apoio ao projeto "Development Road" (*Estrada do Desenvolvimento*) do Iraque.
- Iniciativas de integração econômica, segurança alimentar árabe (estratégia 2025-2035), economia azul, centro de inteligência artificial e Conselho de Ministros do Comércio Árabes.
- Lançamento de programas e mecanismos a serem monitorados nos quatro anos seguintes sob a presidência iraquiana.
- A Liga Árabe declarou oficialmente o sucesso da cúpula e o cumprimento das decisões (embora algumas tenham prazo de implementação mais longo por natureza política).

3º) *166ª Sessão Ordinária do Conselho Ministerial* (Cairo)

Realizada em 7 de setembro de 2026 na sede da Liga no Cairo, teve como principais pontos de pauta:

- Questão palestina e ataques israelenses.
- Ataques iranianos contra países árabes e ameaças à navegação (Estreito de Hormuz e Bab al-Mandeb).
- Fortalecimento de mecanismos de segurança coletiva árabe (com base no Tratado de Defesa Conjunta).
- Nomeações para comissões permanentes e tribunal administrativo da Liga.
- Países como Egito, Argélia, Síria e Marrocos enfatizaram soberania, rejeição a interferências externas e unidade árabe.

Outros eventos e posições relevantes em 2026

- Reunião de cooperação Liga Árabe–ONU (17ª edição) em Genebra (27-29 de julho de 2026), focada em paz, segurança, desenvolvimento sustentável, direitos humanos e crises regionais (Palestina, Síria, Líbano, Iêmen, Líbia).
- Encontros bilaterais (ex.: com o ministro russo Sergey Lavrov na Assembleia Geral da ONU em setembro) e reuniões com países membros (ex.: Líbia).
- Condenações repetidas a ações israelenses (incursões na Mesquita de Al-Aqsa, ataques em Gaza e Líbano) e a ataques contra a Arábia Saudita (Houthis).
- Dia de memória das vítimas de genocídio em Gaza (17 de outubro, com evento em 18 de outubro de 2026 na sede da Liga).

A questão palestina, a segurança regional e a revitalização da ação conjunta árabe (econômica e de segurança) dominaram a agenda de 2026.

Análise do impacto da 34ª Cúpula Árabe de Bagdá (2026)

A 34ª Cúpula da Liga Árabe, realizada em Bagdá em maio de 2026, sob o tema "*Bagdá da Paz Abraça as Causas Árabes*", marcou a assunção da presidência rotativa pelo Iraque (sucedendo o Bahrein).

Meses depois (*outubro de 2026*), a própria Liga Árabe ainda declara o evento um sucesso e reafirma o compromisso com a implementação das decisões, sob o acompanhamento da presidência iraquiana nos quatro anos seguintes.

O impacto dessa Cúpula pode ser avaliado em três eixos principais: político/diplomático, humanitário/palestino e econômico/estrutural.

1. *Impacto político/diplomático*: *reafirmação simbólica do Iraque e limites da unidade árabe*

A cúpula projetou Bagdá novamente como anfitrião central do sistema árabe. O país apresentou 18 iniciativas e conseguiu endosso oficial da Liga aos seus projetos. A participação de todos os países membros (mesmo que em níveis variados de representação) foi apresentada por autoridades iraquianas como vitória diplomática e sinal de retorno à relevância regional.

O tom da Cúpula foi de consenso em torno da questão palestina e de rejeição a interferências externas. No entanto, como é comum nas cúpulas árabes, as decisões de alto teor político tendem a ter implementação lenta (às vezes se estendendo por anos ou até a próxima sessão). A Liga reconheceu explicitamente essa realidade.

O contexto regional foi adverso. *A cúpula ocorreu em meio a tensões crescentes* (conflitos envolvendo Irã, ataques no Golfo, instabilidade no Mar Vermelho e continuidade da crise em Gaza). *Isso reduziu a capacidade de transformar declarações em ação coordenada imediata*.

2. *Impacto na questão palestina e humanitária*

Foi o tema prioritário da Cúpula. A Declaração de Bagdá reforçou o apoio à solução de dois Estados (com fronteiras de 1967 e Jerusalém Oriental como capital), *rejeitou o deslocamento forçado de palestinos e pediu cessar-fogo e entrada irrestrita de ajuda humanitária*.

Criou-se (ou reforçou-se) um Fundo de Assistência Humanitária, como um mecanismo coletivo de apoio à recuperação e reconstrução pós-crise, sob supervisão da Liga. O Iraque anunciou contribuição inicial (relatos mais detalhados apontam para US$ 40 milhões — US$ 20 milhões para Gaza e US$ 20 milhões para o Líbano), sinalizando *mudança de esforços individuais para abordagem coletiva.*

A *retórica unificada fortaleceu a posição árabe em fóruns internacionais*, mas o *impacto concreto* na dinâmica militar e humanitária de Gaza permanece limitado. *A ajuda financeira inicial é simbólica diante da escala da destruição.*

3. *Impacto econômico e de integração regional (potencial de médio e longo prazo)*

Este foi o eixo mais inovador e com maior potencial transformador.

A Cúpula apoiou o projeto "Development Road" (*Estrada do Desenvolvimento*), corredor multimodal (ferrovia + rodovia) de cerca de US$ 17 bilhões que liga o Grande Porto de Faw (sul

do Iraque) à Turquia e, daí, à Europa. A Liga Árabe endossou explicitamente o projeto e se comprometeu a impulsionar sua implementação.

Em 2026, o projeto continua em fase de design e negociação de financiamento (incluindo discussões com a Turquia sobre fundo lastreado em petróleo). Se avançar, pode transformar o Iraque em hub logístico e energético, competindo com rotas como o Canal de Suez, e gerar valor econômico significativo (estimativas turcas falam em até US$ 80 bilhões anuais se convertido em corredor energético de petróleo, gás e eletricidade).

Outras iniciativas estruturantes da Cúpula

- Criação de um *Conselho de Ministros do Comércio Árabes*.
- Proposta de um centro de inteligência artificial em cooperação com a Liga.
- Estratégia de *segurança alimentar* árabe **2025-2035**.
- Iniciativa de economia azul.

Avaliação da Cúpula

Foram tomadas medidas de longo prazo. Porém, o sucesso dessas medidas depende de financiamento real, da superação de obstáculos políticos internos no Iraque (incluindo dinâmicas curdas e influência de grupos alinhados ao Irã) e do engajamento efetivo dos países do Golfo.

Até outubro de 2026, o "Development Road" ainda enfrenta desafios de financiamento e execução.

Balanço geral

Dimensão	Impacto positivo	Limitações/Riscos	Horizonte temporal
Político-diplomática	Retorno simbólico do Iraque; consenso retórico	Implementação lenta; divisões regionais	Curto-médio
Palestina/Humanitária	Fortalecimento da posição coletiva; fundo inicial	Escala insuficiente frente à crise	Curto
Econômica	Endosso a projetos de integração ("Development Road" etc.)	Financiamento e obstáculos políticos internos	Médio-longo

Houve um reforço da posição do Iraque: a cúpula projetou Bagdá como anfitrião e presidente rotativo da Liga Árabe. Autoridades iraquianas apresentaram a participação de todos os países membros como uma "vitória diplomática" e sinal de retorno do Iraque a um papel central no sistema árabe. A Liga Árabe continua, meses depois, a endossar publicamente os resultados e a se comprometer com o acompanhamento sob a presidência iraquiana.

Também houve união em torno da causa palestina (rejeição ao deslocamento, apoio à solução de dois Estados e pedido de cessar-fogo). No entanto, isso não alterou de forma significativa a trajetória dos conflitos em Gaza, Líbano ou Síria.

A região seguiu marcada por divisões — especialmente entre países do Golfo (com fraturas no Conselho de Cooperação do Golfo) e pela emergência de novos eixos de segurança, como o *Acordo de Defesa Conjunta de Meca* (Arábia Saudita, Turquia e Paquistão).

O contexto econômico é adverso. O Banco Mundial e o PNUD estimam contração significativa do PIB regional em 2026 (cerca de 2,1% na região MENA, com perdas ainda maiores no Golfo, da ordem de 4,3%). As perdas projetadas podem chegar a US$ 120–194 bilhões, com aumento da pobreza, especialmente no Levante. A cúpula não conseguiu mitigar esses choques; pelo contrário, o ambiente de guerra tornava qualquer avanço de integração muito mais difícil.

O fundo de assistência humanitária para a Palestina (com contribuição inicial do Iraque) e as declarações coletivas reforçaram a posição árabe formal. Porém, o impacto prático na crise de Gaza e no Líbano foi limitado diante da escala da destruição e da continuidade das operações militares. A ajuda coletiva ainda é vista mais como gesto político do que como solução estrutural.

A cúpula não redirecionou as grandes correntes de poder e conflito que moldam o Oriente Médio em 2026. Ela funcionou mais como um espaço de coordenação e legitimação de posições árabes comuns; um momento de projeção diplomática para o Iraque; e um reforço de agendas de integração econômica de médio/longo prazo.

Os fatores que realmente estavam reconfigurando a região na época eram outros: a guerra Irã–EUA/Israel e suas consequências no Estreito de Ormuz, a fragmentação do bloco pró-ocidental no Golfo, a formação de novas alianças de segurança (como o eixo Saudita-Turquia-Paquistão) e a profunda crise econômica gerada pelo conflito.

Em síntese, a Cúpula de Bagdá não produziu rupturas imediatas, mas reforçou a centralidade da causa palestina e deu legitimidade árabe a projetos econômicos liderados pelo Iraque. Seu legado mais duradouro tende a residir no eixo econômico (especialmente o Development Road), desde que a presidência iraquiana consiga transformar o endosso político em financiamento e execução concreta. ***Em um cenário regional de alta tensão, o principal risco continua sendo a clássica distância entre as declarações das cúpulas árabes e a realidade da ação coordenada.***

Principais projetos e iniciativas da 34ª Cúpula Árabe de Bagdá

O Iraque apresentou 18 iniciativas ambiciosas para revitalizar a ação árabe conjunta. Abaixo estão os principais projetos destacados e endossados na cúpula (e posteriormente reafirmados pela Liga Árabe):

1. *Fundo Árabe de Assistência Humanitária e Reconstrução*

- Criação (ou reforço) de um fundo coletivo sob supervisão da Liga Árabe para apoiar a recuperação e a reconstrução pós-crise.
- Objetivo: ajudar áreas afetadas, especialmente Palestina (Gaza) e Líbano.
- O Iraque anunciou contribuição inicial de US$ 40 milhões (US$ 20 milhões para Gaza e US$ 20 milhões para o Líbano).
- Representa uma mudança de esforços individuais para uma abordagem coletiva árabe.

2. *Projeto "Development Road" (Estrada do Desenvolvimento)*

- Principal projeto de infraestrutura apoiado pela cúpula.
- Corredor multimodal (ferrovia + rodovia) de cerca de US$ 17 bilhões que liga o Grande Porto de Faw (sul do Iraque) à Turquia e, daí, à Europa.

- Objetivo: transformar o Iraque em hub logístico e comercial, reduzir a dependência de rotas marítimas sensíveis (como o Estreito de Ormuz) e impulsionar a integração econômica regional.
- A Liga Árabe endossou explicitamente o projeto e se comprometeu a apoiar sua implementação.

3. *Conselho de Ministros do Comércio Árabes*

- Proposta iraquiana para criar um conselho permanente de ministros do comércio.
- Objetivo: enfrentar desafios econômicos de forma coordenada e avançar na integração comercial entre os países árabes.

4. *Centro de Inteligência Artificial (IA) em Bagdá*

- Criação de um centro regional de inteligência artificial em cooperação com a Liga Árabe.
- Foco em segurança digital, pesquisa e desenvolvimento tecnológico alinhado a valores culturais árabes.

5. *Estratégia Árabe de Segurança Alimentar (2025-2035)*

- Plano de longo prazo para garantir segurança alimentar na região.
- Inclui iniciativas de produção de grãos baseadas em políticas agrícolas e hídricas sustentáveis.

6. *Iniciativa de Economia Azul*

- Projeto voltado ao aproveitamento sustentável dos recursos marinhos e costeiros dos países árabes.
- *Outras iniciativas relevantes mencionadas*
- *Carta de Reforma Econômica Árabe* para a próxima década (espaço econômico competitivo e integrado).
- *Centros especializados em Bagdá*: Centro Árabe de Proteção Ambiental contra Efeitos de Guerra, Centro de Combate ao Terrorismo, Centro de Combate ao Tráfico de Drogas e Centro de Combate ao Crime Organizado Transnacional.
- Sala Conjunta de Coordenação de Segurança Árabe.
- Iniciativas de apoio à Síria (transição política e reconstrução) e reforço da cooperação em meio ambiente e clima.

A maioria desses projetos tem horizonte de médio e longo prazo. A Liga Árabe e o Iraque (como presidente rotativo) se comprometeram a monitorar a implementação nos quatro anos seguintes à cúpula. O sucesso real depende de financiamento efetivo, estabilidade regional e vontade política dos países membros.

II — Organização da Cooperação Islâmica (OCI/OIC)

A **Organização para a Cooperação Islâmica**, cujo acrônimo é **OCI (OIC** em inglês**)**, é uma organização intergovernamental com uma delegação permanente junto às Nações Unidas. Reúne 57 países, todos com expressiva população islâmica, do Oriente Médio, África, Ásia,

América do Sul, e Europa. Os objetivos da OCI são promover a solidariedade e a cooperação entre os Estados-membros e velar pela preservação dos lugares sagrados do Islamismo.

A Organização foi criada em 25 de setembro de 1969, em Rabat (Marrocos), por ocasião da primeira reunião dos dirigentes do mundo islâmico. Essa reunião ocorreu logo após o incêndio criminoso da Mesquita de Al-Aqsa, em 21 de agosto de 1969, em Jerusalém.

Em março de 1970, a primeira Conferência Islâmica de Ministros das Relações Exteriores foi realizada em Gidá, segunda maior cidade da Arábia Saudita, onde foi criado o Secretariado-Geral da Organização, com o objetivo de assegurar a união entre os Estados membros e de coordenar a ação dos mesmos.

Objetivos e princípios

A OCI se organizou com o propósito de unir seus recursos, esforços e vozes para defender seus interesses e assegurar o progresso e o bem-estar de suas populações e de todos os muçulmanos em todo o mundo.

A Organização tem os seguintes objetivos:

Consolidar:

- a solidariedade islâmica entre os Estados membros;
- a cooperação entre os mesmos nos campos políticos, econômicos, sociais, culturais e científicos;
- a luta de todos os povos muçulmanos para manter a dignidade, a independência e os direitos nacionais.

Coordenar ações para:

- guardar os lugares santos para os muçulmanos;
- apoiar a luta do povo palestino e ajudar a liberar seus territórios ocupados.

Trabalhar para:

- eliminar a discriminação racial e o colonialismo sob todas as suas formas;
- criar uma atmosfera propícia para promover a cooperação e a compreensão entre os Estados membros e outros países.

Além disso há princípios com os quais os Estados-membros da Organização devem se comprometer:

- igualdade completa entre os Estados-membros;
- respeito ao direito de autodeterminação e a não ingerência nos assuntos internos dos Estados-membros;
- respeito à soberania, independência e integridade territorial de cada Estado;
- a resolução de todo conflito que puder surgir entre os Estados-membros por meios pacíficos como a negociação, mediação, conciliação ou arbitragem;
- o engajamento de se abster, nas relações entre os Estados-membros, de recorrer à força, ou de ameaçar de recorrer à força contra a unidade e integridade territorial ou independência política de um desses Estados-membros.

Os estados membros da OCI incluem:

- **Oriente Médio e Mundo Árabe / Ásia Ocidental:** Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Palestina, Síria.
- **Ásia Central e Meridional:** Afeganistão, Azerbaijão, Bangladesh, Cazaquistão, Quirguistão, Maldivas, Paquistão, Tajiquistão, Turquemenistão, Uzbequistão.
- **Ásia Sudeste:** Brunei, Indonésia, Malásia.
- **África do Norte e Oriente Médio (Norte da África):** Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Sudão, Tunísia.
- **África Subsaariana:** Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Gabão, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Moquebuque (Moçambique), Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Somália, Togo, Uganda.
- **Europa:** Albânia.
- **Américas:** Guiana, Suriname.

(Nota: Alguns países membros, como Suriname, Guiana, Uganda, Gabão, Togo, Moçambique, Benin, Camarões e Costa do Marfim, possuem populações de maioria não-muçulmana, mas integram a organização.)

Países Observadores

A OCI conta com 5 estados observadores: Bósnia e Herzegovina, Federação Russa, República Centro-Africana, República Turca do Norte de Chipre e Tailândia

Principais projetos e iniciativas

Atualmente (outubro de 2026), não há uma grande Cúpula Islâmica de Chefes de Estado recém-concluída com um pacote de projetos específicos como a Cúpula Árabe de Bagdá. A 16ª Cúpula Islâmica está prevista para ser realizada no Azerbaijão em 2027 (o país também assumirá a presidência da OIC).

Os principais eixos de projetos e iniciativas em vigor ou em preparação são os seguintes:

1. ***Programa de Ação da OIC 2026–2035*** *(Principal marco estratégico)*

Este é o grande documento-quadro que sucederá o Programa de Ação 2016–2025. Está em fase final de elaboração por um Grupo Intergovernamental de Especialistas e deve ser formalmente adotado na 16ª Cúpula Islâmica.

As prioridades centrais incluem:

- Aumento do comércio intra OIC (meta de elevar a participação de cerca de 20% para 30% do comércio exterior total dos países-membros).
- Integração econômica e desenvolvimento de cadeias de valor regionais.
- *Segurança alimentar* e desenvolvimento agrícola.
- Ciência, Tecnologia e Inovação (STI).
- *Combate à pobreza, empoderamento de jovens e mulheres*.
- *Segurança, paz e solidariedade (incluindo a causa palestina).*
- Reforma institucional da própria OIC.

2. *Visão Estratégica do Secretário-Geral (apresentada em outubro de 2026)*

O Secretário-Geral *Ismail Ould Cheikh Ahmed* apresentou quatro pilares prioritários:

- Reforma institucional da organização.
- Elevação do prestígio internacional da OIC.
- Sustentabilidade financeira e parcerias estratégicas.
- Desenvolvimento de políticas econômicas nos países-membros.

3. *Outros projetos e agendas importantes em andamento*

- STI Agenda (Ciência, Tecnologia e Inovação). Pesquisa, inovação, patentes e capacitação tecnológica. Projeto em extensão para além de 2026 (novo plano até 2036 em discussão)
- Plano Estratégico de *Segurança Alimentar* 2026–2035. Produção de alimentos, resiliência agrícola e financiamento. Projeto em finalização
- Integração comercial e conectividade. Facilitação de comércio, corredores logísticos e infraestrutura. Prioridade permanente
- Iniciativas humanitárias e de solidariedade. Apoio a Palestina, Sahel, Bacia do Lago Chade e reconstrução. Em curso
- **Cooperação em saúde. Doenças transmissíveis, saúde mental e capacitação. Conferências ministeriais periódicas.**

Em síntese, os principais projetos da OIC neste momento não são obras físicas isoladas (como o "Development Road" da Cúpula Árabe), mas sim estruturas estratégicas de longo prazo, especialmente o ***Programa de Ação 2026–2035*** *e a nova visão de reforma e fortalecimento econômico da organização. O grande momento de formalização e lançamento desses projetos deve ocorrer na 16ª Cúpula Islâmica no Azerbaijão em 2027.*

Detalhes do Programa de Ação da Organização de Cooperação Islâmica (OIC) 2026–2035

O Programa de Ação da Organização de Cooperação Islâmica (OIC) 2026–2035 é o *principal documento estratégico de longo prazo da organização*. Ele substitui o Programa de Ação 2016–2025 (conhecido como OIC-2025) e deve *orientar a cooperação entre os 57 países-membros durante a próxima década*.

Status atual do Programa (outubro de 2026)

- Ainda está em fase de finalização.
- Foi elaborado por um *Grupo Intergovernamental de Especialistas* (IGEG) da OIC, com várias reuniões em Jeddah (a partir de outubro de 2024).
- O documento propõe 20 áreas prioritárias.
- Deve ser formalmente adotado na 16ª Cúpula Islâmica, prevista para o Azerbaijão (2027).
- O Secretário-Geral e as instituições da OIC já estão alinhando suas ações a esse novo marco.

O programa visa tornar a ação conjunta islâmica mais prática, mensurável e orientada a resultados, com metas claras; Indicadores de desempenho (KPIs); mecanismos de

implementação, acompanhamento e monitoramento; e foco em entregas concretas (enão apenas declarações).

Embora a lista completa e oficial das 20 áreas prioritárias ainda não tenha sido publicada em detalhe, as informações disponíveis e os debates oficiais apontam para os seguintes eixos centrais:

- Integração Econômica e Comércio, aumentando o comércio intra-OIC e facilitando investimentos. Elevar a participação do comércio intra-OIC de ~20% para 30% do comércio exterior total.
- Segurança Alimentar e Agricultura; produção de alimentos; resiliência agrícola e financiamento sustentável. Plano Estratégico de Segurança Alimentar 2026–2035.
- Ciência, Tecnologia e Inovação (STI). Pesquisa, inovação, transferência de tecnologia e capacitação. Alinhado à futura STI *Agenda 2036.*
- Desenvolvimento Socioeconômico. Combate à pobreza, emprego, empoderamento de mulheres e jovens. Programas de capacitação e inclusão.
- Paz, Segurança e Solidariedade. Resolução de conflitos, combate ao terrorismo e solidariedade (especialmente Palestina). Prioridade política permanente.
- **Saúde e Bem-estar. Doenças transmissíveis, saúde mental e *sistemas de saúde*. Continuidade das Conferências de Ministros da Saúde.**
- Educação e Cultura. Qualidade da educação, intercâmbio cultural e preservação do patrimônio.
- Mudanças Climáticas e Meio Ambiente. Adaptação, resiliência e transição energética sustentável.
- Reforma Institucional. Fortalecimento da própria OIC e de suas instituições especializadas. Um dos pilares da visão do Secretário-Geral.

Características importantes do novo Programa

- Maior ênfase em resultados mensuráveis e responsabilização (“accountability”).
- Coordenação mais forte entre a Secretaria-Geral e as instituições especializadas da OIC (como IsDB, SESRIC, COMSTECH, ICDT, IOFS etc.).
- *Integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.*
- *Atenção especial às necessidades dos países menos desenvolvidos e às crises regionais* (Sahel, Palestina etc.).

Em síntese, o Programa de Ação 2026–2035 representa a tentativa da OIC de passar de uma abordagem mais declaratória para um planejamento estratégico mais concreto e orientado a resultados. Seu sucesso dependerá da adoção formal na Cúpula de 2027 e, principalmente, da vontade política e financeira dos países-membros para implementá-lo.

III — Papel do IsDB (Banco Islâmico de Desenvolvimento) na OIC

O Banco Islâmico de Desenvolvimento ("Islamic Development Bank" — IsDB) é a principal instituição financeira de desenvolvimento da Organização da Cooperação Islâmica (OIC). Ele funciona como o "braço econômico e financeiro" da organização.

O IsDB foi criado em 1975 por decisão dos ministros das Finanças dos países da OIC (então *Organização da Conferência Islâmica*).

Para ser membro do IsDB, o país precisa ser membro da OIC. Atualmente, o IsDB tem 57 países-membros, o mesmo número da OIC.

Embora seja uma instituição autônoma (com personalidade jurídica própria e sede em Jeddah, Arábia Saudita), ele está profundamente alinhado com os objetivos e as prioridades da OIC.

Funções principais do IsDB dentro da OIC

- Financiamento do desenvolvimento. Concede financiamentos (em conformidade com a *Sharia*) para projetos de infraestrutura, **saúde**, educação, agricultura, energia e combate à pobreza nos países-membros.
- Promoção do comércio intra-OIC. Através do Grupo IsDB (especialmente a ITFC – "International Islamic Trade Finance Corporation"), financia e facilita o comércio entre países muçulmanos.
- Apoio às decisões da OIC. Implementa e financia projetos e iniciativas aprovados nas cúpulas e reuniões ministeriais da OIC.
- Cooperação econômica. Atua como principal instrumento para aumentar a integração econômica e o comércio intra-OIC (meta atual: elevar a participação do comércio intra-OIC para 30%).
- Assistência humanitária e reconstrução. Participa de esforços de reconstrução e ajuda humanitária em crises (ex.: Gaza, Afeganistão, países do Sahel).
- Finanças islâmicas. Desenvolve e promove o setor de finanças islâmicas (bancos, seguros *takaful, sukuk* etc.).

O Grupo IsDB

O IsDB faz parte de um grupo maior, composto por cinco entidades:

1. IsDB (banco principal)
2. IsDB Institute (pesquisa e capacitação em finanças islâmicas)
3. ICD (desenvolvimento do setor privado)
4. ICIEC (seguro de investimento e crédito à exportação)
5. ITFC (financiamento do comércio)

Importância estratégica para a OIC

O Secretário-Geral da OIC já classificou o IsDB como a "principal instituição de financiamento do desenvolvimento dos países-membros da OIC". Ele é o principal instrumento prático para transformar as decisões políticas da OIC em projetos concretos no terreno.

Em síntese, enquanto a OIC define as prioridades políticas e estratégicas do mundo muçulmano, o IsDB é o principal instrumento financeiro que executa e financia essas prioridades.

Considerações Finais

Na 34ª Cúpula da Liga Árabe realizada este ano (2026) foram tomadas medidas de longo prazo. No entanto, o sucesso dessas medidas depende de financiamento real, da superação de obstáculos políticos internos no Iraque – país que ocupa a presidência da Cúpula (incluindo dinâmicas curdas e influência de grupos alinhados ao Irã) e do engajamento efetivo dos países do Golfo.

A criação de um Fundo para a Assistência Humanitária voltada à Palestina foi um ponto positivo, fortalecendo uma posição coletiva da Liga. Porém, trata-se de um fundo inicial cuja escala é insuficiente frente à gravidade de uma crise continuada na região.

Outro ponto de destaque da 34ª Cúpula da Liga Árabe foi a construção de uma estratégia de Segurança Alimentar árabe para o período 2025-2035.

A 34ª Cúpula teve um impacto limitado e principalmente simbólico na região, em um momento em que o Oriente Médio estava (e continua) dominado por dinâmicas muito maiores: a guerra envolvendo o Irã (iniciada em fevereiro de 2026), as interrupções no Estreito de Ormuz, a reconfiguração de alianças de segurança e a forte contração econômica regional. Em um cenário regional conflitivo, o principal risco ainda é a clássica distância entre as declarações das cúpulas e a realidade da ação coordenada.

Com relação à Organização da Cooperação Islâmica (OCI/OIC) vale destacar que ela se organiza em torno a princípios comuns com forte acento humanitário, como a solidariedade; a dignidade e os direitos nacionais; apoio à luta do povo palestino; a eliminação da discriminação racial e o colonialismo; a igualdade completa entre os Estados membros; o respeito ao direito de autodeterminação, à soberania e à integridade territorial de cada Estado; e a resolução de conflitos por meios pacíficos.

Outro aspecto relevante é a sua abrangência, atuando em diversas regiões do mundo, incluindo diferentes continentes.

Seu *Programa de Ação 2026–2035, principal marco estratégico* da Organização, possui prioridades a serem destacadas como a Segurança Alimentar; a Ciência, Tecnologia e Inovação; o combate à pobreza e o empoderamento de jovens e mulheres; e a segurança, a paz e a solidariedade, incluindo a causa palestina. Também se destaca a Cooperação em Saúde, com foco em doenças transmissíveis, saúde mental e capacitação de pessoal, com Conferências Ministeriais periódicas.[1] Os principais projetos da OIC são menos declaratórios e estão mais voltados a estruturas estratégicas de longo prazo, com uma nova visão de reforma da Organização e seu fortalecimento econômico.

Finalmente, com relação ao papel desempenhado pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento na OIC, observa-se que ele é seu principal braço econômico e financeiro, estando alinhado com os objetivos e prioridades da Organização, executando e financiando suas prioridades.

[1] No próximo Informe será abordada a vertente **Saúde** nessas Organizações.

Referências

LIGA DOS ESTADOS ÁRABES. **Página oficial**. Cairo: Liga dos Estados Árabes, [s.d.]. Disponível em: http://www.leagueofarabstates.net/ar/Pages/default.aspx. Acesso em: 12 out. 2026.

WIKIPÉDIA. **Liga Árabe**. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Liga_%C3%81rabe. Acesso em: 12 out. 2026.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE (EEAS). **League of Arab States (LAS) and the European Union (EU)**. Bruxelas: EEAS, [s.d.]. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/league-arab-states-las-and-eu_en. Acesso em: 12 out. 2026.

ORGANISATION OF ISLAMIC COOPERATION (OIC). **Official website**. Jeddah: OIC, [s.d.]. Disponível em: https://www.oic-oci.org/en. Acesso em: 12 out. 2026.

ORGANISATION OF ISLAMIC COOPERATION (OIC). **Member States**. Jeddah: OIC, [s.d.]. Disponível em: https://www.oic-oci.org/en/members. Acesso em: 12 out. 2026.

WIKIPÉDIA. **Organização para a Cooperação Islâmica**. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_para_a_Coopera%C3%A7%C3%A3o_Isl%C3%A2mica. Acesso em: 12 out. 2026.

Uma obstetra para a OMS

Una obstetra para la OMS

An obstetrician for the WHO

André Costa Lobato, Amanda Ribeiro Lopes, Fernanda Pinheiro Filgueiras e Victor Lenzi

Resumo: A China lança Song Li como candidata à direção-geral da OMS; médica com carreira em saúde materno-infantil, participou de reformas e crises sanitárias. Dados mostram queda da mortalidade materna e infantil. Paralelamente, a percepção positiva da influência chinesa na América Latina atinge recorde histórico. A OMS lançou o primeiro projeto multinacional do Pandemic Fund na Ásia-Pacífico, com US$ 36 milhões para vigilância, diagnósticos e força de trabalho sob a abordagem One Health. Vinte países asiáticos propõem integrar saúde bucal à cobertura universal. A ilha de Taiwan enfrenta pico de influenza A(H1N1). Coreia do Sul registra caso de SFTS. Peste suína africana avança no Sudeste Asiático, com novos focos e vacinação comercial nas Filipinas. A Academia Chinesa de Ciências lançou programa para avanços científicos de fronteira, incluindo células sintéticas e inteligência artificial. Pequim lança plataforma jurídica para apoiar empresas e cidadãos em atividades internacionais. Já a rainha da Tailândia se tornou a primeira monarca mulher a pilotar um caça de guerra.

Palavras-chave: OMS; Quadro epidemiológico Ásia Pacífico; Ciência de Fronteira.

Resumen: *China presenta a Song Li como candidata a la dirección general de la OMS; médica con una trayectoria en salud materno-infantil, ha participado en reformas y crisis sanitarias. Los datos muestran una disminución de la mortalidad materna e infantil. Al mismo tiempo, la percepción positiva de la influencia china en América Latina alcanza un récord histórico. La OMS lanzó el primer proyecto multinacional del Fondo para Pandemias en Asia-Pacífico, con 36 millones de dólares para vigilancia, diagnósticos y personal sanitario bajo el enfoque «One Health». Veinte países asiáticos proponen integrar la salud bucal en la cobertura universal. La isla de Taiwán enfrenta un pico de influenza A(H1N1). Corea del Sur registra un caso de SFTS. La peste porcina africana avanza en el sudeste asiático, con nuevos focos y vacunación comercial en Filipinas. La Academia China de Ciencias lanzó un programa para avances científicos de vanguardia, que incluye células sintéticas e inteligencia artificial. Pekín lanza una plataforma jurídica para apoyar a empresas y ciudadanos en actividades internacionales. Por su parte, la reina de Tailandia se convirtió en la primera monarca mujer en pilotar un avión de combate.*

Palabras clave: *OMS; Panorama epidemiológico de Asia-Pacífico; Ciencia de vanguardia.*

Abstract: *China nominates Song Li for WHO Director-General, a physician with a career in maternal and child health who has participated in health reforms and responses to public health crises. Data show declines in maternal and child mortality. Meanwhile, positive perceptions of China's influence in Latin America have reached a historic high. The WHO launched the Pandemic Fund's first multinational project in Asia and the Pacific, allocating US$36 million for surveillance, diagnostics, and workforce development under the One Health approach. Twenty Asian countries propose integrating oral health into universal health coverage. Ths island of Taiwan faces a surge in influenza A(H1N1), while South Korea reports a case of severe fever with thrombocytopenia syndrome (SFTS). African swine fever is spreading across Southeast Asia, with new outbreaks and*

commercial vaccination in the Philippines. The Chinese Academy of Sciences launched a program to advance frontier scientific research, including synthetic cells and artificial intelligence. Beijing introduced a legal support platform for companies and individuals engaged in international activities. Meanwhile, Thailand's queen became the first female monarch to pilot a fighter jet.

Keywords: WHO; Epidemiology Asia Pacific; Frontier Science.

Diplomacia

China lança obstetra para eleição da direção-geral da OMS

A China anunciou oficialmente a candidatura da Dra. Song Li ao cargo de diretora-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS). Caso seja eleita pela Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2027, Song se tornará a segunda cidadã chinesa a liderar a OMS, após Margaret Chan, que ocupou o cargo entre 2007 e 2017[1]

Imagem 1: Dra Song Li, candidate indicada pela China ao cargo de Diretora-Geral da OMS.



A confirmação oficial ocorreu em 8 de outubro de 2026, quando a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning, declarou que a nomeação reflete o compromisso do país com o multilateralismo e com o fortalecimento da OMS.

Nascida em março de 1974, na província de Shandong, Song Li construiu uma carreira inteiramente ligada à saúde pública e, especialmente, à saúde materno-infantil. Formou-se em Medicina pela Universidade Médica de Shandong, onde também concluiu mestrado em Obstetrícia e Ginecologia. Posteriormente, obteve doutorado em Administração de Serviços de Saúde na Universidade de Pequim e realizou estágio como pesquisadora visitante em saúde global na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, em 2010[2]

Sua trajetória na administração pública chinesa começou em 2002, quando passou a atuar em programas de saúde materno-infantil. Ao longo das duas décadas seguintes, ocupou posições crescentes de liderança até assumir os cargos de diretora-geral adjunta e, posteriormente, diretora-geral do Departamento de Saúde Materno-Infantil da Comissão Nacional de Saúde da China entre 2015 e 2021 [5][9]. Desde outubro de 2023, Song integra o Secretariado e o Grupo de Liderança do Partido da Federação Nacional de Mulheres da China, posição equivalente ao escalão de vice-ministro no sistema administrativo chinês[3]].

---

[1] Xinhua. *A China nomeia a Dra. Song Li para concorrer ao cargo de Diretora-Geral da OMS*. 08 out. 2026. Disponível em: https://portuguese.xinhuanet.com/20261008/87923d33d3214d9baaa4ef59860f2967/c.html.

[2] Organização Mundial da Saúde (OMS). *Dr Song Li*. Disponível em: https://www.who.int/about/people/biography/dr-song-li.

[3] Hunan Education Television. *Zhang Guimei, Wang Yaping e outras receberam novos cargos* [Internet]. Changsha: Hunan Education Television; 2023 out. 26 [citado 2026 out. 9]. Disponível em: https://www.hnedutv.com/content/8351811

Experiência em reformas e grandes programas nacionais

A principal credencial técnica de Song está relacionada à formulação de políticas públicas voltadas à saúde de mulheres e crianças. Ao longo de sua carreira, participou da elaboração e revisão de regulamentações sobre assistência obstétrica, diagnóstico pré-natal e tecnologias de reprodução assistida.

Também coordenou programas nacionais de grande escala, incluindo iniciativas de rastreamento de câncer de mama e câncer de colo do útero em mulheres rurais, incentivos ao parto hospitalar, distribuição de ácido fólico para prevenção de defeitos congênitos e ações para impedir a transmissão vertical de HIV, sífilis e hepatite B

Segundo a Comissão Nacional de Saúde da China, a mortalidade materna caiu de 43,2 mortes por 100 mil nascidos vivos em 2002 para 13,4 em 2025, enquanto a mortalidade infantil foi reduzida para 3,8 óbitos por mil nascidos vivos, o menor nível já registrado no país. No mesmo período, a mortalidade de menores de cinco anos caiu para 5,4 por mil, também um recorde histórico[4].

Atuação em crises sanitárias globais

Segundo a Federação de Mulheres, Song participou das respostas governamentais chinesas à epidemia de SARS, aos surtos de gripe aviária e à pandemia de Covid-19. Além da experiência doméstica, teve atuação em projetos internacionais implementados em parceria com a OMS, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Nesses programas, colaborou na formulação de diretrizes, pesquisas e estratégias voltadas à saúde materna, neonatal e infantil.

Atualmente, integra o grupo consultivo da OMS para monitoramento de resultados maternos e neonatais (MoNITOR). Entre 2020 e 2023, também participou do grupo de especialistas STAGE, responsável por assessorar a organização em temas relacionados à saúde e nutrição de mulheres, recém-nascidos, crianças e adolescentes.

Percepção positiva da influência chinesa aumenta na América Latina, diz Latinobarómetro

Segundo o relatório Latinobarómetro 2026[5], a percepção da influência global da China na América Latina atingiu seu nível mais alto desde o início da série histórica, em 1995. Pela primeira vez, 65% dos latino-americanos consideram a influência chinesa positiva, superando os Estados Unidos, que registraram 57%. No mesmo período, a percepção negativa da China caiu de 37% para 26%, enquanto a dos EUA subiu de 28% para 37%.



[4] National Health Commission of the People's Republic of China. Statistical bulletin on China's health development in 2025. Beijing: NHC; 2026 Aug 28 [cited 2026 Oct 10]. Available from: https://www.nhc.gov.cn/guihuaxxs/c100132/202512/9db8db5488a748c4b1e1068a4a8c4455.shtml

[5] Corporación Latinobarómetro. *Informe Latinobarómetro 2026* [Internet]. Santiago de Chile: Corporación Latinobarómetro; 2026 [citado 2026 out. 9]. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/news/informe-latinobarometro-2026

O estudo faz uma distinção importante entre influência e imagem do país. Influência refere-se ao impacto percebido que uma potência exerce sobre a região e sobre os assuntos internacionais, enquanto imagem mede a opinião geral que os entrevistados têm sobre determinado país. Nesse aspecto, embora a China lidera em influência positiva, os Estados Unidos ainda preservam uma imagem ligeiramente mais favorável na região, com 63% de avaliações positivas, contra cerca de 58% a 59% da China.

O levantamento foi realizado em 17 países latino-americanos e sugere uma crescente valorização da presença chinesa na região.

Sanitário

OMS lança primeiro projeto multinacional do Pandemic Fund na Ásia-Pacífico

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Secretariado do Fundo Pandemia, apresentou o projeto regional *Data to Action: Stronger Pandemic Preparedness and Response Systems in the Western Pacific Region*. [6]

Trata-se do primeiro projeto multinacional aprovado pelo Fundo Pandemia para a região do Pacífico Ocidental, abrangendo doze Estados-Membros da Ásia e do Pacífico: Kiribati, Laos, Malásia, Ilhas Marshall, Estados Federados da Micronésia, Nauru, Palau, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Tonga, Tuvalu e Vietnã. O programa é ancorado por uma subvenção de USD 35,99 milhões do Fundo, a qual catalisou mais de USD 151 milhões em cofinanciamento internacional e USD 37,5 milhões em coinvestimentos diretos dos governos participantes[7].

Orientado a fechar lacunas críticas de preparação e resposta a crises epidemiológicas, o projeto estrutura-se em três pilares prioritários: o fortalecimento da vigilância epidemiológica multissetorial, a expansão da capacidade diagnóstica de redes laboratoriais subnacionais e a capacitação contínua da força de trabalho emergencial sob a matriz integradora de Saúde Única (*One Health*).[8] A arquitetura operacional combina a expertise técnica das agências multilaterais à capacidade de financiamento dos bancos de desenvolvimento.

Embora a iniciativa reflita o protagonismo dos países receptores na definição de prioridades regionais e no fortalecimento da soberania sanitária, sua execução transcorre em um ambiente internacional tensionado pela contração, pelos países mais ricos, da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e por incertezas orçamentárias institucionais. A sustentabilidade de

[6] "Data to Action: Stronger Pandemic Preparedness and Response Systems in the Western Pacific Region". The Pandemic Fund. Acesso em 9 de outubro de 2026. https://www.thepandemicfund.org/projects/DATA-TO-ACTION-stronger-pandemic-preparedness-and-response-systems-western-pacific-region

[7] "WHO and partners showcase first Pandemic Fund multi-country project in the Western Pacific". World Health Organization. Acesso em 9 de outubro de 2026. https://www.who.int/westernpacific/news/item/01-10-2026-first-pandemic-fund-multi-country-project-in-the-western-pacific

[8] "Cambodia Joins Regional Push to Strengthen Pandemic Preparedness". Kiripost. Acesso em 9 de outubro de 2026. https://kiripost.com/stories/cambodia-joins-regional-push-to-strengthen-pandemic-preparedness

longo prazo desses sistemas dependerá da efetiva conversão dos compromissos financeiros em recursos previsíveis e do combate às assimetrias estruturais entre o Norte e o Sul Global.

Vinte países asiáticos propõem embutir saúde bucal na cobertura universal

Vinte países e territórios asiáticos — entre eles China, Japão, Indonésia, Vietnã, Filipinas e Timor-Leste — comprometeram-se a desenvolver pacotes essenciais de saúde bucal integráveis aos planos nacionais de cobertura universal de saúde, no âmbito da iniciativa "100-Day Sprint" das regionais da OMS para o Pacífico Ocidental e o Sudeste Asiático, conforme comunicado de 6 de outubro[9]. O marco intermediário foi a 16ª Reunião de Chefes Asiáticos de Odontologia, realizada de 27 a 29 de setembro em Kota Kinabalu, Malásia, com análises de gargalos em prestação de serviços, força de trabalho, medicamentos essenciais e financiamento, apoiadas pela plataforma SPDI da OMS. O ministro da Saúde da Malásia, Dzulkefly Ahmad, defendeu prevenção em escolas e na atenção primária. Doenças bucais são as condições não transmissíveis mais prevalentes do planeta; a corrida de 100 dias implementa a estratégia global de saúde bucal 2023-2030.

Taiwan atinge pico da influenza e aposta em incentivos à vacinação

O Centro de Controle de Doenças de Taiwan projetou o pico da epidemia de influenza para a semana iniciada em 01/10, com 140 mil a 150 mil atendimentos por síndrome gripal e queda na incidência após meados de outubro, caso a adesão à vacinação fosse alta.[10] Os dados de 06/10 confirmaram o patamar: 139.060 atendimentos entre 27/09 e 03/10, além de 219 casos graves e 44 óbitos entre 29/09 e 05/10, o maior total semanal da temporada. O subtipo A(H1N1) predominou, e 67,2% dos casos graves não estavam vacinados. A campanha de vacinação começou em 01/10 para idosos, indígenas a partir de 55 anos, crianças em idade pré-escolar e gestantes, entre outros grupos. Até 05/10, foram aplicadas 1,062 milhão de doses contra gripe e 395 mil contra covid-19, acima do mesmo período do ano anterior.[11] Como incentivo, o governo lançou o programa Health Coins, que converte vacinas e exames em recompensas de cerca de US$ 25 a US$ 400.[12]

Síndrome da febre grave com trombocitopenia na Coreia do Sul

Na Coreia do Sul, Gyeongsan, na província de Gyeongsang do Norte, registrou um novo caso de síndrome da febre grave com trombocitopenia (SFTS) em 28/09. A doença é transmitida pela picada de carrapatos e ocorre principalmente de abril a novembro, com pico em

---

[9] WHO Regional Office for the Western Pacific. Countries race to provide oral health care for all in 100-Day Sprint across Asia [Internet]. Manila: WHO Regional Office for the Western Pacific; 2026 Oct 6 [cited 2026 Oct 8]. Available from: https://www.who.int/westernpacific

[10] Focus Taiwan. Flu epidemic expected to peak this week at up to 150,000 visits: CDC. Focus Taiwan [Internet]. 2026 Out 1 [citado 2026 Out 10]. Disponível em: https://focustaiwan.tw/society/202610010016

[11] Chen C, Kao E. Flu deaths, severe cases hit one-year high as 1.06 million vaccinated. Focus Taiwan [Internet]. 2026 Out 6 [citado 2026 Out 10]. Disponível em: https://focustaiwan.tw/society/202610060017

[12] Overseas Community Affairs Council. Taiwan launches 'Health Coin' cash rewards to boost flu vaccinations [Internet]. Taipé: OCAC; 2026 Out 3 [citado 2026 Out 10]. Disponível em: https://www.ocac.gov.tw/OCAC/Eng/Pages/Detail.aspx?nodeid=329&pid=91289292

outubro.[13,14] Como não há vacina nem tratamento, as autoridades recomendam usar roupas que reduzam a exposição da pele, aplicar repelente, não se sentar na grama e, ao voltar para casa, lavar as roupas e tomar banho. Quem tiver febre ou dor muscular até duas semanas após atividades ao ar livre deve procurar atendimento médico imediatamente.[14]

Peste suína africana avança no Sudeste Asiático

Em setembro de 2026, houve novos focos de peste suína africana (PSA) na Índia, no Laos, nas Filipinas e no Vietnã. No Leste Asiático o período foi estável: o último foco na China registrado pela FAO ocorreu em dezembro de 2025, em Hong Kong[15]. A notificação chinesa do mês envolvendo suínos foi de febre aftosa, num abatedouro em Chongqing[16].Nas Filipinas, os casos ativos chegaram a 12 das 18 regiões, e as províncias com focos passaram de 18 para 29 entre agosto e o início de setembro[17]. Em 2 de setembro, o governo aprovou a venda comercial da primeira vacina contra PSA para suínos de engorda[18]. No Vietnã, a doença ressurgiu no norte, no centro e no sul, com mais de 7.300 suínos abatidos no início do mês. No Laos, havia focos em sete províncias e 91 distritos, com perda de 14.002 suínos; o surto perde força, mas não está controlado[19]. Na Índia, houve mortalidade grave compatível com PSA em Meghalaya, ainda sem confirmação oficial. A PSA é uma enfermidade altamente contagiosa, de notificação obrigatória à Organização Mundial de Saúde Animal. Embora não seja zoonótica, compromete o abastecimento de carne suína e a segurança alimentar[20].

Socioeconômico

China vincula o próximo ciclo de inovação à pesquisa básica, tecnologias estratégicas e aplicação industrial.

Em 30 de setembro de 2026, na véspera do Dia Nacional da China, celebrado em 1º de outubro, o presidente chinês, Xi Jinping, discursou em uma recepção no Grande Salão do Povo, em Pequim, para celebrar o 77º aniversário da República Popular da China. Xi reafirmou o

---

[13] LEE, Yun. SFTS 사망자 86%가 65세 이상…10월 환자 발생 '최다'. iNews24, 6 out. 2026. Disponível em: https://www.inews24.com/view/2012157

[14] KIM, Byung-jin. 경산시, 중증열성혈소판감소증후군 환자 발생. Herald Business (헤럴드경제), 30 set. 2026. Disponível em: https://mbiz.heraldcorp.com/article/10888373

[15] FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). African swine fever (ASF) situation update in Asia & Pacific. Roma: FAO, 16 jul. 2026. Disponível em: https://www.fao.org/animal-health/situation-updates/asf-in-asia-pacific

[16] SWINE HEALTH INFORMATION CENTER; UNIVERSITY OF MINNESOTA. Swine Disease Global Surveillance Report: September 1 – October 5, 2026. 6 out. 2026. Disponível em: https://www.swinehealth.org/wp-content/uploads/2026/10/October-Report-2026_fv.pdf

[17] LINDEN, Jackie. Spike in ASF outbreaks in the Philippines. Feed Strategy, 23 set. 2026. Disponível em: https://www.feedstrategy.com/animal-health-veterinary/african-swine-fever/news/15835640/spike-in-asf-outbreaks-in-the-philippines

[18] DEPARTMENT OF AGRICULTURE (Filipinas). BAI clears first ASF vaccine for commercial sale. DA Press Office, 2 set. 2026. Disponível em: https://www.da.gov.ph/bai-clears-first-asf-vaccine-for-commercial-sale/

[19] XINHUA. Laos accelerates efforts to curb African Swine Fever spread. The Star, 26 set. 2026. Disponível em: https://www.thestar.com.my/aseanplus/aseanplus-news/2026/09/26/laos-accelerates-efforts-to-curb-african-swine-fever-spread

[20] WORLD ORGANISATION FOR ANIMAL HEALTH (WOAH). African swine fever. Paris: WOAH, [s.d.]. Disponível em: https://www.woah.org/en/disease/african-swine-fever/. Acesso em: 10 out. 2026.

compromisso com o rejuvenescimento nacional e com o socialismo com características chinesas, destacando os avanços alcançados no processo de modernização do país. Em seu discurso, afirmou que a China se orgulha das conquistas alcançadas desde a fundação da República Popular e mantém confiança nas perspectivas da modernização chinesa. O presidente destacou que o país alcançou seu primeiro objetivo centenário, de construir uma sociedade moderadamente próspera, e continua avançando em direção ao segundo, voltado à construção de um país socialista moderno. Segundo Xi, a economia chinesa continua avançando economicamente, mesmo diante de pressões enfrentadas, o que demonstra resiliência e vitalidade. Nesse contexto, diante do início da implementação do 15º Plano Quinquenal (2026-2030), Xi defendeu a busca de progresso e manutenção da estabilidade, a implementação da nova filosofia de desenvolvimento e a promoção de um crescimento de alta qualidade impulsionado pela inovação[21].

Para sustentar essa estratégia de desenvolvimento, a China tem priorizado setores de alta tecnologia, pesquisa básica e o fortalecimento de sua autonomia tecnológica. No primeiro semestre de 2026, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês cresceu 4,7% em comparação com o mesmo período de 2025, enquanto o setor de serviços registrou expansão de 5,2% e a indústria de transformação, de 5,5%[22].

Paralelamente, os investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ultrapassaram 3,92 trilhões de yuans (US$ 584,8 bilhões) em 2025, equivalentes a 2,8% do PIB anual. Com isso, a China superou, pela primeira vez, a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em gastos com P&D como proporção do PIB[23]. Para o período do 15º Plano Quinquenal, o país estabeleceu a meta de crescimento médio anual dos investimentos em P&D superior a 7%, reforçando a centralidade da inovação em sua estratégia de desenvolvimento[24].

Segundo Yin Hejun, ministro da Ciência e Tecnologia, a China ocupa atualmente a nona posição mundial entre 60 países avaliados pelo Índice Nacional de Inovação de 2025, e busca acelerar sua transição de participante e colaboradora da ciência e tecnologia globais para pioneira e líder em inovação. O ministro também destacou o desempenho chinês em pedidos internacionais de patentes e publicações científicas de alto nível, além dos avanços em semicondutores, modelos de inteligência artificial de código aberto, veículos de novas energias e robótica. Para o período de 2026 a 2030, o governo chinês pretende fortalecer o planejamento estratégico da pesquisa básica e estimular a inovação original, buscando avanços científicos capazes de produzir descobertas inéditas. Entre as prioridades estão o desenvolvimento de tecnologias essenciais para a cadeia industrial de circuitos integrados, máquinas-ferramentas e

[21] China Daily. Xi: National rejuvenation is unstoppable. 01 de outubro de 2026. Acesso em 09 de outubro de 2026. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202610/01/WS6abd95c1e4b06d4aa056115d.html

[22] TV BRICS. Xi Jinping define prioridades de desenvolvimento da China para 2026–2030. 02 de outubro de 2026. Acesso em 09 de outubro de 2026. Disponivel em: https://tvbrics.com/pt/news/xi-jinping-define-prioridades-de-desenvolvimento-da-china-para-2026-2030/

[23] XINHUA Português. China se esforça para maior desenvolvimento da capacidade de inovação. 08 de outubro de 2026. Acesso em 09 de outubro de 2026. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20261008/7a80a777618443c4b0d4b3f96ae8f5bb/c.html

[24] TV BRICS. Xi Jinping define prioridades de desenvolvimento da China para 2026–2030. 02 de outubro de 2026. Acesso em 09 de outubro de 2026. Disponivel em: https://tvbrics.com/pt/news/xi-jinping-define-prioridades-de-desenvolvimento-da-china-para-2026-2030/

instrumentos de alta precisão, além da intensificação das pesquisas em inteligência artificial, tecnologias quânticas, biotecnologia e interfaces cérebro-computador. A estratégia também prevê maior integração entre pesquisa científica e aplicação industrial, com o fortalecimento do papel das empresas na inovação tecnológica e a ampliação dos recursos destinados ao setor. Paralelamente, o governo pretende aprimorar o sistema nacional de inovação, articulando educação, ciência, tecnologia e formação de talentos – sendo que a China já dispõe da maior equipe de P&D do mundo[25,26].

Assim, as diretrizes anunciadas para o 15º Plano Quinquenal reforçam a centralidade da inovação científica e tecnológica na estratégia chinesa de desenvolvimento de alta qualidade. Ao articular pesquisa básica, domínio de tecnologias estratégicas, formação de talentos e aplicação industrial, a China busca não só ampliar sua capacidade de inovação original, como também reduzir dependências tecnológicas e consolidar sua posição de pioneira e líder nas cadeias globais de produção e conhecimento.

Rainha da Tailândia realiza voo solo em caça Gripen

A rainha da Tailândia, Suthida, realizou em 8 de outubro seu primeiro voo solo em um caça Saab JAS 39C Gripen da Força Aérea Real Tailandesa[27], após concluir o mesmo programa de treinamento exigido dos pilotos militares do país. A missão ocorreu na Base Aérea de Surat Thani e foi acompanhada pelo rei Maha Vajiralongkorn, que também é piloto experiente. Segundo a imprensa especializada, a monarca acumula mais de 1.188 horas de voo em diferentes aeronaves civis e militares.

O feito ocorre em um momento de estreita cooperação entre Bangkok e Pequim. Em janeiro, o embaixador chinês na Tailândia, Zhang Jianwei, reuniu-se com o presidente da Comissão de Forças Armadas e Segurança Nacional do Senado tailandês, general Shawa, destacando os avanços da parceria estratégica sino-tailandesa, o apoio mútuo em temas de segurança e o aprofundamento dos intercâmbios entre as forças armadas dos dois países. A diplomacia chinesa ressaltou ainda a importância dos consensos alcançados pelos líderes de ambos os

Imagem 1: Suthida, rainha da Tailândia, em seu primeiro voo solo em aeronave da Força Aérea Real Tailandesa



[25] XINHUA Português. China se esforça para maior desenvolvimento da capacidade de inovação. 08 de outubro de 2026. Acesso em 09 de outubro de 2026. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20261008/7a80a777618443c4b0d4b3f96ae8f5bb/c.html

[26] The State Council Information Office The People's Republic of China. China outlines sci-tech priorities for 2026-2030 to underpin high-quality development. 30 de setembro de 2026. Acesso em 09 de outubro de 2026. Disponível em: http://english.scio.gov.cn/pressroom/2026-09/30/content_118718287.html

[27] Fonseca F. IMAGENS: Rainha da Tailândia realiza primeiro voo solo em um caça Saab Gripen C [Internet]. Força Aérea; 2026 out. 8 [citado 2026 out. 10]. Disponível em: https://forcaaerea.com.br/imagens-rainha-da-tailandia-realiza-primeiro-voo-solo-em-um-caca-saab-gripen-c/. [forcaaerea.com.br]

países para o fortalecimento da chamada “comunidade de futuro compartilhado China-Tailândia”[28].

CAS lança “Programa de Ruptura em Fronteiras Científicas Extremas”

A Academia Chinesa de Ciências (CAS) lançou oficialmente, em 29 de setembro, em Pequim, o “Programa de Ruptura em Fronteiras Científicas Extremas”[29], anunciando que organizará esforços de pesquisa sistemáticos e institucionalizados em torno de quatro grandes direções — “macro extremo, micro extremo, condições extremas e convergência interdisciplinar complexa” — tendo como pilares o uso compartilhado e integrado de grandes infraestruturas científicas e a capacitação da pesquisa por inteligência artificial, com o objetivo de alcançar avanços originais e de liderança em questões científicas de fronteira e tecnologias-chave.

O programa lançou um primeiro lote de 10 projetos em quatro áreas: a síntese de novos elementos, a natureza da matéria escura e da energia escura, a medição microscópica de ligações químicas e a síntese artificial de células. O programa também estabelece explicitamente que a “tolerância ao fracasso” será efetivamente aplicada, reduzindo a avaliação baseada apenas em artigos e resultados de curto prazo, para oferecer apoio estável a explorações de alto risco e longo prazo. O vice-presidente da CAS, Zhou Qi, definiu o programa como “uma expedição científica organizada”, marcando uma mudança de paradigma da pesquisa básica chinesa de “seguidora” para “pioneira”.

Em maio de 2026, o Instituto de Tecnologia Avançada de Shenzhen da CAS liderou mais de 100 laboratórios de seis países asiáticos na publicação, na Nature Biotechnology[30], do primeiro roteiro tecnológico decenal da Ásia para células sintéticas. O roteiro define uma estratégia “em duas etapas”: a primeira fase (1–5 anos) prevê a construção de uma “célula primitiva” com um genoma mínimo de pelo menos 200 genes; a segunda fase (6–10 anos) visa alcançar a regeneração endógena de ribossomos e a autorreplicação, completando mais de 10 ciclos contínuos de crescimento e divisão.

O modelo “fábrica central + estações de trabalho distribuídas” proposto pelo roteiro prevê que uma “fundição biológica” impulsionada por inteligência artificial prepare padronizadamente chassis e reagentes, formando um ciclo transnacional de design–construção–teste–aprendizado.

Paralelamente, na direção de condições extremas, o Instituto de Eletrotécnica da CAS, com base na Instalação de Condições Extremas Abrangentes, desenvolveu o ímã supercondutor de usuário de 35,6 tesla, o de maior intensidade de campo magnético do mundo, tecnologia que sustenta diretamente o desenvolvimento autônomo de equipamentos de ressonância magnética de alto padrão de 11,7 a 14 tesla, com o objetivo de romper a dependência de

[28] Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China. 驻泰国大使张建卫会见泰国会参议员 [Internet]. Beijing: Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China; 2026 Jan 9 [citado 2026 out. 10]. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/web/zwbd_673032/wshd_673034/202601/t20260113_11811658.shtml.

[29] Academia Chinesa de Ciências. Academia Chinesa de Ciências lança implementação do Programa de Ruptura em Fronteiras Científicas Extremas e propõe colaboração científica global aprofundada[EB/OL]. China News Service, 2026-09-30. https://www.cas.cn/cm/202609/t20260930_5121233.shtml

[30] Dai Z, Aoki W, Chaiyen P, et al. A framework for building a synthetic cell from the SynCell Asia initiative. Nat Biotechnol. 2026;44:1084–1088. doi: 10.1038/s41587-026-03153-w.

importações de equipamentos de imagem médica de alto padrão e servir à estratégia “China Saudável”. Além disso, o projeto de “medição microscópica de ligações químicas” deverá fornecer ferramentas de precisão atômica para o desenho de fármacos baseado em estrutura, acelerando a criação de novos medicamentos.

Ministério da Justiça lança plataforma de apoio à internacionalização

O Ministério da Justiça da China lançou[31] oficialmente uma plataforma on-line nacional para fornecer apoio jurídico para aqueles envolvidos em atividades transfronteiriças.

A plataforma, conhecida como Fatong (algo como Via Legal ou Ponte Jurídica), iniciou as operações de julgamento em 1o de julho e foi desenvolvida em conjunto pelo Ministério da Justiça, autoridades judiciais locais, universidades e empresas. A plataforma pode ser acessada em https://lexcom.12348.gov.cn.

Segundo a Xinhua, a plataforma coletou mais de 1.800 leis, regulamentos e regras chinesas relacionadas a assuntos externos, bem como cerca de 1.500 recursos legais que cobrem 187 países. Isso inclui traduções chinesas de 976 leis estrangeiras, 512 guias jurídicos nacionais e regionais e 140 casos típicos, fornecendo um conjunto integrado de recursos para serviços jurídicos relacionados ao exterior, disse Zheng.

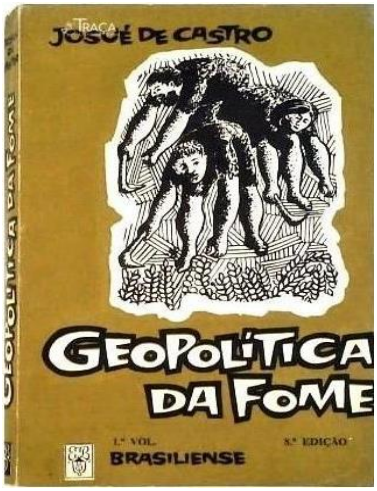
[31] Ministério da Justiça da China lança plataforma nacional de serviços jurídicos transfronteiriços. gov.cn. 10 de outubro de 2026. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202610/10/content_WS6ac9fd22c6d00ca5f9a0d99b.html

Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



O clássico **Geografia da Fome** completa 80 anos. Foi publicado em 1946 pelo médico, geógrafo e ativista brasileiro **Josué de Castro.** Trata-se do primeiro mapeamento sistemático e científico da fome no Brasil. A tese central do livro é que a fome não é um fenômeno natural causado por secas, excesso populacional ou qualquer outra causa 'secundária', mas sim o resultado de estruturas socioeconômicas produtoras de pobreza, desigualdade e... fome. A má distribuição de renda e a herança do colonialismo e da monocultura compõe a base da estrutura que mantém a pobreza e a fome entre os maiores flagelos da humanidade e do Brasil. O livro dividiu o país, à época, em cinco zonas distintas com padrões alimentares e níveis de gravidade próprios: *Amazônia* (região de fome endêmica ligada ao extrativismo e ao isolamento); *Nordeste do Açúcar (Mata)* (área de fome aguda e monocultura canavieira, com severa desnutrição); *Sertão Nordestino* (marcado pela seca cíclica, policultura precária e pobreza do solo); *Centro-Oeste* (zona de transição com focos de insuficiência alimentar); e *Extremo Sul* (região com padrões nutricionais mais equilibrados, mas com bolsões de miséria). Josué de Castro estabelecia uma distinção entre *fome crônica (ou fome 'oculta')* e *fome aguda (fome 'total')* que iriam muito além da sensação física, sendo dividida entre a falta absoluta de comida e a carência oculta de nutrientes essenciais. A *fome crônica (ou fome oculta)* seria a 'mais perigosa e mascarada' do problema, sendo definida pelo autor como uma deficiência qualitativa na dieta. O indivíduo consome calorias em quantidade suficiente para se manter vivo e trabalhando, mas sua alimentação é extremamente monótona e carente de nutrientes essenciais, como proteínas, vitaminas e sais minerais. Não causa o emagrecimento extremo imediato, mas destrói a saúde silenciosamente, provocando doenças como a anemia, o raquitismo e o escorbuto, além de reduzir drasticamente a expectativa de vida. Está diretamente ligada à estrutura social e econômica, em que a pobreza e a monocultura impedem o acesso a alimentos variados (como carne, leite, frutas e verduras). Já a *fome aguda (ou fome total)* é a privação quantitativa e visível de alimentos, correspondendo ao conceito mais popular e imediato do que significa passar fome. O indivíduo sofre com a escassez total ou quase total de calorias. Leva à perda rápida de peso, emagrecimento extremo (consunção), fraqueza severa e, se não for revertida, à morte por inanição. Costuma manifestar-se de forma massiva e dramática em momentos de crises abruptas, como secas prolongadas, enchentes, guerras ou colapsos econômicos repentinos. A obra teve impacto global, fundamentando estudos internacionais e influenciando diretamente organismos como a **FAO** (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), além de desdobrar-se em publicações posteriores como *Geopolítica da Fome*. O livro está na memória afetiva e técnica de muitas gerações de profissionais de saúde, sanitaristas e nutricionistas, sociólogos, antropólogos e outros, atravessou meio século XX e adentra o século XXI mantendo a força de sua originalidade e o poder do seu engajamento sociopolítico.

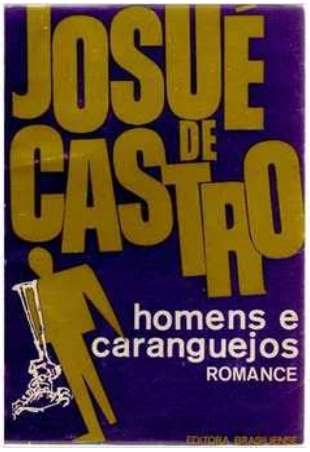


Geopolítica da Fome completa 75 anos em 2026. Publicada pela primeira vez em 1951, esta obra de **Josué de Castro** amplia a discussão para o cenário mundial, enquanto seu livro anterior, *Geografia da Fome* (1946), focava na realidade brasileira. O autor aponta que, na época, cerca de dois terços da população mundial sofriam com os efeitos da fome (seja de forma endêmica ou epidêmica). Ele demonstra que, com os recursos tecnológicos disponíveis na época, o planeta já tinha capacidade suficiente para alimentar uma população muito maior (estimada em até 11 bilhões de pessoas – e hoje somos 8,5 bilhões). No entanto, os governos das grandes potências direcionavam recursos para a corrida armamentista e guerras em vez de combater a miséria. Assim, Josué somava-se às personalidades mundiais que iniciavam uma cruzada pela paz e o desenvolvimento, contra a corrida armamentista que marcaria a Guerra Fria desde o pós-guerra imediato. A obra popularizou e cunhou de forma pioneira a discussão estrutural sobre o *subdesenvolvimento* como um *produto de relações de poder e exploração internacional,* e não como um estágio "atrasado" que os países passariam naturalmente. O impacto internacional de *Geopolítica da Fome*, traduzido rapidamente para dezenas de idiomas, consolidou Josué de Castro como a maior autoridade global no assunto. Em 1952, apenas um ano após o lançamento do livro, ele foi eleito por representantes de 70 países como Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo em que permaneceu até 1956. A obra funcionou como um manifesto político-científico que justificava a sua liderança. Antes de Josué de Castro, as agências internacionais encaravam a fome sob uma ótica estritamente produtiva ou neomalthusiana (culpa do excesso de população ou da falta de terras férteis). Na FAO, Castro usou as teses de seu livro para provar que o problema não era a falta de alimentos, mas sim a geopolítica de dominação e as estruturas de desigualdade. Ele transformou a fome em um debate de economia política internacional dentro da ONU. Como presidente do Conselho da FAO, Josué tentou tirar do papel os conceitos de solidariedade global defendidos em seu livro. Ele idealizou um plano inovador: a criação de um fundo ou banco de alimentos global que pudesse estocar e distribuir excedentes agrícolas para socorrer países em situação de emergência e estabilizar preços internacionais.

OUTRAS OBRAS DE JOSUÉ DE CASTRO

Castro publicou outras obras, como '*Homens e Caranguejos*' e '*Sete Palmos de Terra e Um caixão'*, que mereceram consagração nacional e foram também traduzidas publicadas em diversos idiomas. Josué de Castro morreu no desterro, em Paris, exilado pelo golpe militar de 1964, longe do seu querido Brasil, por quem tanto fez. Ditadura Nunca Mais! Viva Josué de Castro para sempre por meio de seus livros e reflexões sobre sua obra.







EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil–China da OPEB/UFABC.

Amanda Ribeiro Lopes – Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). Mestre e bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora do LabÁsia e DataMundi.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

Ana Luiza Moreno de Siqueira e Souza – Estudante de Relações Internacionais/UERJ e Comércio Exterior/Universidade Estácio de Sá.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Beatriz Honório Araújo – Estudante de Relações Internacionais/UERJ.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz.

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Claudio Brandão – Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Inovação em Medicamentos do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo (ICB/USP). Diretor Executivo da Emerging Biopharmaceutical Manufacturers Network (EBPMN) e consultor independente do Korea Health Industry Development Institute (KHIDI).

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Julia Soares – Graduanda em Relações Internacionais pela UFRJ, pesquisadora do Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e da Escola de Guerra Naval

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Fernanda Császár – Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ, Pesquisadora no Laboratório de Estudos Asiáticos (LEA-UFRJ) e no Núcleo de Avaliação da Conjuntura, com pesquisas sobre política ex***terna indiana, economia política internaciona e Indo-Pacífico.***

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. Coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz,*** localizados na **VPSGRI**, são:

Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados Fiocruz em Saúde Global e Diplomacia da Saúde** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 21 de outubro – *Geopolítica da fome, segurança alimentar e saúde*

Dia 4 de novembro – *Força de trabalho em saúde: Um desafio global*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde (desde 2020)
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (desde 2014)

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 18/2026
Período: 30 de setembro a 13 de outubro de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz. Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2026.
309pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos publicados nos *Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.